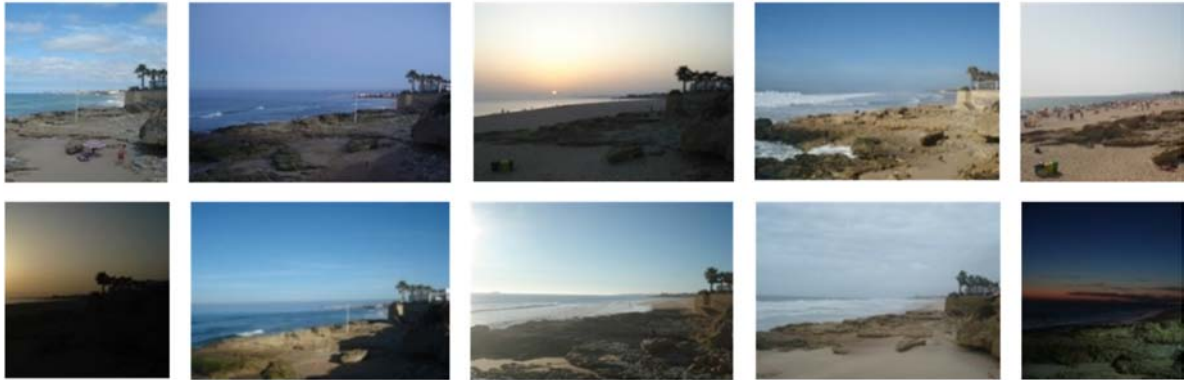


ESTUDOS DE PAISAGEM

VOLUME III



PEDRO FIDALGO

(coord.)

FCSH
FACULDADE DE CIÊNCIAS
SOCIAIS E HUMANAS
UNIVERSIDADE NOVA DE LISBOA

ih
INSTITUTO
DE HISTÓRIA
CONTEMPORÂNEA

FCT
Fundação para a Ciência e a Tecnologia
MINISTÉRIO DA CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ENSINO SUPERIOR

ESTUDOS DE PAISAGEM

Pedro Fidalgo (coord.)

AUTORES

Alexandro Jirola Ordera
Alfonso Díaz Revilla
Altamiro Sérgio Mol Bessa
Ana Cardoso de Matos
Ana da Silva
Ana Luísa Soares
Ana Paula Pires
Anderson Gomes da Epifania
Andreia Amorim Pereira e
Armando Quintas
Bárbara Marie V. S. L. S. Martins
Blanca del Espino Hidalgo
Damián Macías Rodríguez
Carla Gonçalves
Carla Rolo Antunes
Carlos Vargas
Carlos Bragança dos Santos
Cándido López González
Claudia Ribeiro
Cristina García Fontán
Damián Macías Rodríguez
Daniela Simões
Desidério Batista
Eduardo Brito-Henriques
Elza Guimarães Andrade
Ester Higuera
Fátima Bernardo
Felipe Fernández García
Fernanda Cristina de Souza Paz
Filipe Fontes
Filipe Sousa Silva
Francisco Belmonte-Serrato
Francisco José García Fernández

Gonçalo Prates
Gustavo Ballesteros-Pelegrín
Han Yu
Helena Figueiredo Pina
Helena Rebelo
Henrique Pereira dos Santos
Ícaro Obeso Muñiz
Ignacio García Pereda
Ignacio López Busón
Inês Leitão
Isabel Aguirre
Isabel Maria Matias
Isabel Loupa-Ramos
Jimela Varela
João Gomes de Abreu
Joana Capela de Campos
Joel Gomes
Jorge Cancela
Jorge Croce Rivera
José Cavaleiro Rodrigues
José Fariña Tojo
José Joaquín Parra Bañón
José Ribeiro
Josélia Godoy Portugal
Juan Frontera Peña
Lúcio Cunha
Lucila Urda
Luís Alberto Brandão
Luís Monteiro
Luís Ribeiro
Luisa Alarcón Gonzales
Mary Polites
Marco Oliveira Borges
Margareth Afeche Pimenta

Margarida Carvalho
Maria da Graça Saraiva
Maria João Centeno
Maria José Curado
María Teresa Pérez Cano
Mario Benjamim
Marta Gonçalves
Melisa Pesoa
Miguel Ángel Sánchez-Sánchez
Miguel Azevedo Coutinho
Miguel Vidal Calvet
Mirela Carina Rêgo Duarte
Nancy Duxbury
Nuno Grancho
Pascal de Moura Pereira
Paula Gomes da Silva
Pedro Maurício Borges
Pedro da Luz Pinto
Pedro Fidalgo
Pedro Machado Costa
Pedro Miguel Araújo Albuquerque
Ricardo Jorge de Almeida Ribeiro
Rolando Volzone
Sonia Gómez-Pardo Gabaldón
Sónia Talhé Azambuja
Susana Domingues
Susana Peixoto
Teresa Madeira da Silva
Vanessa Alexandra Pereira
Vicente Collado Capilla
Vidal Gómez Martínez
Xosé L. Martínez Suárez
Xosé M. Vázquez Mosquera

EDITA

Instituto de História Contemporânea da
Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da
Universidade Nova de Lisboa

LOCAL

Lisboa

DATA

Julho de 2017

ISBN

978-972-96844-8-7

ÍNDICE DO VOLUME III

Isabel Maria Matias, Pascal de Moura Pereira, Luís Alberto Brandão, Carla Gonçalves, Susana Peixoto e José Ribeiro O papel do Plano de Paisagem na (re)construção da Paisagem. Contributo metodológico do planeamento numa intervenção integrada nas Terras de Coura	6
Jimela Varela Los espacios libres de uso público en el territorio rururbano gallego. El caso de Gondomar, Pontevedra	37
Joana Capela de Campos A paisagem urbana histórica como valor de projeto urbano	67
Joel Gomes Building over-on-under landscape: an [aesth]etical problem	69
Jorge Cancela Paisagem: o essencial é visível aos olhos	84
Jorge Croce Rivera Ethos, Cognição e Paisagem	86
José Fariña Tojo Identidad y Paisaje	111
José Joaquín Parra Bañón Paisajes algarvíos del arquitecto Manuel Gomes da Costa	113
Josélia Godoy Portugal Para além de um conceito: Paisagem como pensamento transdisciplinar integrador e as contribuições da abordagem patrimonial para as reflexões territoriais	135
Juan Frontera Peña Prácticas para un urbanismo alternativo en ciudades sin identidad	154
Lucila Urda La ciudad como lienzo	175
Lucila Urda Arte efímero como herramienta de regeneración del paisaje urbano: El caso de Madrid	177
Luís Ribeiro As restrições do território como elementos inspiradores do projeto de arquitectura paisagista: Projectos de parques urbanos desenvolvidos por TOPIARIS	199
Luisa Alarcón Gonzales El paisaje de las periferias urbanas. La Barriada de Loreto en San Juan de Aznalfarache	210
Marco Oliveira Borges Paisagem cultural marítima de Sintra: uma abordagem histórico-arqueológica	230

Margareth Afeche Pimenta	
<i>Paisagens Culturais no Brasil e a virtualidade dos lugares</i>	274
Maria da Graça Saraiva, Isabel Loupa-Ramos e Fátima Bernardo	
Avaliar paisagens e sua identidade. Observatório(s) como resposta metodológica?	276
Mario Benjamim	
Paisagens rupestres do vale do Tejo. Reflexões sobre um modelo de intervenção	294
Melisa Pessoa	
La construcción de un paisaje nacional.	
El rol de la cartografía en la percepción del paisaje de la pampa bonaerense durante el siglo XIX	314
Miguel Ángel Sánchez-Sánchez, Francisco Belmonte-Serrato y Gustavo Ballesteros-Peigrín	
Localización y caracterización de los paisajes de viñedo en la región de Murcia	335
Notas curriculares	358

ESTUDOS DE PAISAGEM

VOLUME III

O PAPEL DO PLANO DE PAISAGEM NA (RE)CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM. CONTRIBUTO METODOLÓGICO DO PLANEAMENTO NUMA INTERVENÇÃO INTEGRADA NAS TERRAS DE COURA

Isabel Maria Matias, Pascal de Moura Pereira, Luís Alberto Brandão,
Carla Gonçalves, Susana Peixoto e José Ribeiro

Resumo: *O Plano de Paisagem* apesar de ser um instrumento atualmente em curso em diversos países europeus que visa atingir os objectivos da *Convenção Europeia da Paisagem* é uma figura de planeamento ainda inexistente em Portugal. Efetivamente, após a ratificação portuguesa da CEP, foi definida, em 2015, a *Política Nacional de Arquitetura e Paisagem*. A concretização do plano foi possível devido ao interesse manifestado pela Câmara Municipal de Paredes de Coura e ao financiamento do Programa Operacional Norte 2020. A presente comunicação tem como objectivo a partilha e discussão da sua metodologia de elaboração que teve como enquadramento as metodologias em curso em países europeus, dos quais se destaca os diversos planos em curso em Espanha. O *Plano de Paisagem das Terras de Coura* assenta na promoção da participação pública local, em todas as fases do projeto, na identificação e caracterização das subunidades de paisagem do território municipal e nas principais transformações ocorridas, na definição de objectivos de qualidade paisagística, assim como na definição de medidas, ações e projetos orientadores para a proteção e gestão da paisagem. Para o efeito, a sua elaboração estrutura-se em quatro fases, com objectivos distintos de trabalho técnico, posteriormente debatido e discutido em sessões públicas de validação das conclusões realizadas em cada fase.

Palavras Chave: Paisagem; Planeamento; Território; Identidade; Metodologia.

THE ROLE OF THE LANDSCAPE PLAN IN THE (RE)CONSTRUCTION OF THE LANDSCAPE. METHODOLOGICAL CONTRIBUTION OF PLANNING IN AN INTEGRATED INTERVENTION IN TERRAS DE COURA

Isabel Maria Matias, Pascal de Moura Pereira, Luís Alberto Brandão,
Carla Gonçalves, Susana Peixoto e José Ribeiro

Abstract: The Landscape Plan, despite being an instrument currently in progress in various European countries aiming at achieving the objectives of the European Landscape Convention, still remains a non-existing planning tool in Portugal. In fact, after the ratification of CEP in Portugal, the National Architecture and Landscape Policy was established in 2015. The implementation of this Plan was possible due to the Paredes de Coura Municipal Council's interest and due to the funding through the Operational Program North 2020. This paper aims at sharing and discussing its elaboration methodology and has as its framework the Charter of Landscape Units in Portugal. The Landscape Plan for Terras de Coura relies on the local public participation throughout the various phases of the project: the identification and characterization of the landscape subunits of the municipal territory and the main transformations that took place and the defining of measures, actions and guidelines for the protection and management of the landscape. In order to achieve this, the Plan was thought in four stages, with different objectives concerning the technical work, subsequently discussed in public sessions so as to validate the conclusions reached at each stage.

Keywords: Landscape; Planning; Territorial; Identity; Methodology.

O PAPEL DO PLANO DE PAISAGEM NA (RE)CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM.

CONTRIBUTO METODOLÓGICO DO PLANEAMENTO

NUMA INTERVENÇÃO INTEGRADA NAS TERRAS DE COURA

Isabel Maria Matias, Pascal de Moura Pereira, Luís Alberto Brandão,
Carla Gonçalves, Susana Peixoto e José Ribeiro

1 - INTRODUÇÃO

A presente comunicação, tem por objectivo a partilha da experiência de utilização, em Portugal, de uma ferramenta - o Plano de Paisagem - que operacionaliza a política nacional da paisagem e implementa aos objectivos expressos na *Convenção Europeia da Paisagem*. Para a sua realização constituímos uma parceria¹ que conta com a participação de uma unidade de investigação, uma ONG local, uma empresa dedicada ao planeamento ambiental e o Município de Paredes de Coura.

Efectivamente, do ponto de vista metodológico, ao contrário do que verifica por exemplo em França, Itália e na vizinha Espanha, em Portugal não existe uma ferramenta/instrumento que defina os objectivos de qualidade e gestão da paisagem e operacionalize ações, projetos e/ou medidas de intervenção, de acordo com os objetivos da CEP. Por esse motivo, o Plano de Paisagem das Terras de Coura, pretende constitui-se como um projeto-piloto de uma ferramenta, implementada ao nível municipal, seguindo as metodologias europeias, tal como acontece e grande parte dos países europeus, nomeadamente na Região Autónoma da Galiza e da Catalunha e que se encontra atualmente em desenvolvimento em diversos *Ayuntamentos*.

No que se refere aos objectivos do Plano de Paisagem das Terras de Coura, este visa dar cumprimento à aplicação nacional da "Convenção Europeia da Paisagem" (CEP)², ratificada por

¹ As entidades que integram a parceria são as seguintes: Centro de Estudos Arnaldo Araújo (CEAA/ESAP); Valminho Florestal - Associação de Produtores Florestais do Vale do Minho; Leiras do Carvalhal, Lda e a Câmara Municipal de Paredes de Coura.

² Assinada em Florença em Outubro de 2000, entrou em vigor em Março de 2004.

Portugal em 2005³ e prosseguir as orientações da "Política Nacional de Arquitetura e Paisagem"⁴. Dotará, desta maneira, o Município de uma ferramenta de intervenção na paisagem que promoverá o seu valor social, cultural, económico, ambiental e ecológico, assim como terá um impacte no bem-estar e na qualidade de vida das populações. Ao nível do desenvolvimento local, acresce, como objectivo do plano, a articulação entre os atores públicos, empresariais e associativos e os cidadãos, reforçando a participação pública e os valores identitários locais, assim como a percepção da população sobre a paisagem que a rodeia.

Relativamente aos objectivos específicos, são de referir: a necessidade de proteção da paisagem, tendo em vista a manutenção do seu carácter, das suas qualidades e dos seus valores identitários e a definição de medidas orientadoras para a gestão da mesma, visando, quer o seu ordenamento, quer a sua recuperação e valorização.

2 - METODOLOGIA

A realização do presente plano concretizou-se, como referido anteriormente, a partir de uma parceria estabelecida entre várias organizações, por esse motivo, a equipa técnica multidisciplinar é composta por uma diversidade de valências que incorporam as seguintes áreas: arqueologia, geobotânica, arquitetura, geografia humana e física, história, planeamento, paisagismo, ciências agrárias e desenvolvimento rural. Contamos ainda com o apoio e participação de uma equipa de técnicos municipais que conosco colaboram quer com os seus conhecimentos do território quer na agilização dos procedimentos essenciais no desenvolvimento do plano; destacamos a Divisão de Urbanismo e Ambiente (Serviço de Ambiente e Florestas) e a Divisão de Obras e Serviços Municipais (Serviço de Obras Municipais), assim como a Divisão de Educação, Cultura e Ação Social (Arquivo e Biblioteca Municipal).

O plano de paisagem estabelece uma metodologia de abordagem à escala local (municipal), visando, simultaneamente, e para além da elaboração de um Programa de Ações, o envolvimento das autarquias locais e a participação da população. Contudo, visando uma articulação entre as políticas e estratégias internacionais e nacionais com a escala local tivemos em consideração o enquadramento nos seguintes documentos:

- *Convenção Europeia da Paisagem (CEP), 2000; Ratificação (Portugal) da CEP, 2005;*

³ Através do Decreto nº 4/2005, de 14 de Fevereiro.

⁴ Publicada pela Resolução do Conselho de Ministros nº 45/2015, de 7 de julho.

- “Contributo para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental”, DGOTDU, 2004⁵;
- “A Paisagem na revisão dos PDM. Orientações para a implementação da CEP no âmbito municipal”, DGOTDU, 2011;
- *Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP)*, através da RCM 45/2015, de 7 de julho.

O processo de elaboração dos Planos de Paisagem, de acordo com as metodologias internacionais conhecidas e experimentadas, desenvolve-se e apoia-se na participação pública e na intervenção direta da comunidade, tendo em vista, tanto a recolha do maior número possível de aspectos concretos das paisagens locais, quanto a realização de ações de sensibilização pedagógica direta com as populações envolvidas, garantindo, assim, uma melhor implementação dos projetos e ações a desenvolver no futuro.

Nestes termos, no que respeita à elaboração do plano de paisagem das Terras de Coura, a metodologia de trabalho definiu quatro fases principais, a saber:

	FASEAMENTO
1ª Fase	Definição do Plano de Paisagem
2ª Fase	Definição das Subunidades de Paisagem
3ª Fase	Diagnóstico da Paisagem
4ª Fase	Elaboração do Programa de Gestão e Determinação dos Objectivos de Qualidade

Fig. 1: Faseamento do Plano de Paisagem

O faseamento previsto deu lugar, em cada uma das fases referidas, à realização de diversas ações. A sua estrutura encontra-se definida na figura seguinte:

⁵ A referida publicação teve origem num estudo encomendado pela DGOTDU à Universidade de Évora e constitui uma base fundamental para a implementação da CEP e operacionalização dos seus princípios.

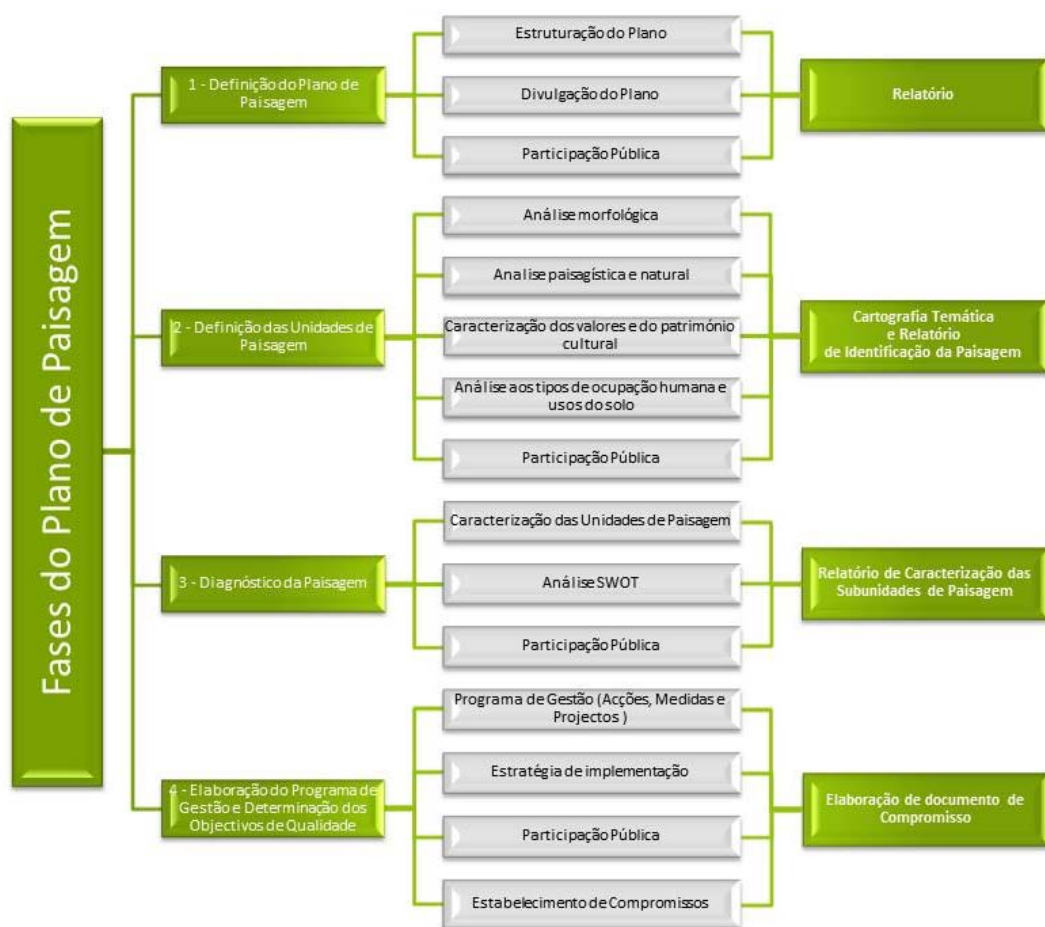


Fig. 2: Estrutura do Plano de paisagem

Realizaram-se, em cada uma das fases estudos, trabalhos de campo e análise diversas, assim como se realizaram sessões de participação pública visando a divulgação do plano, a sensibilização da população para as questões da paisagem e a realização de inquéritos individuais.

1ª FASE

DEFINIÇÃO DO PLANO DE PAISAGEM

A 1ª fase consistiu na definição dos objetivos gerais e específicos, no desenvolvimento das metodologia a aplicar e na definição da estrutura do Plano de Paisagem.

Ao nível da participação pública realizaram-se diversas sessões participativas da população, incluindo sessões sectoriais com público diferenciados, tais como: sessões com alunos da Escola Profissional, da Escola Secundária, agentes de turismo e funcionários da autarquia. Nestas

sessões foram preenchidos inquéritos que tinham como objectivo de conhecer o público alvo, a percepção da população pela paisagem, assim como a sua visão do estado atual da paisagem.

2ª FASE

DEFINIÇÃO DAS SUBUNIDADES DE PAISAGEM

A 2ª fase consistiu na caracterização e análise da paisagem nas suas componentes bióticas, abióticas e culturais. Este conhecimento permitiu a identificação e classificação do território municipal em Subunidades de Paisagem, visando a definição futura dos seus objectivos de qualidade. Este processo incluiu o desenho do esboço das subunidades a partir da identificação dos traços distintivos de cada uma. Para a sua concretização realizaram-se diversos estudos baseados em pesquisas bibliográficas, em pesquisas de sites municipais/governamentais, em levantamentos de campo diversos e análises próprias.

No que diz respeito à participação pública, nesta fase realizaram-se diversas sessões participativas com os públicos definidos na fase anterior ao qual se juntaram também um conjunto de “peritos” ou “especialistas em diversas áreas” e diversas associações locais. A participação pública, nesta fase, teve como objectivo, a validação do limite das subunidades de paisagem, assim como a confirmação da sua identificação ao nível da designação dada a cada uma delas.

3ª FASE

DIAGNÓSTICO DA PAISAGEM

A 3ª fase, em curso, consiste nos levantamentos que identificam: locais, imóveis, caminhos, campos, áreas florestais, rios, percursos, vestígios arqueológicos, entre outros, e, também, no reconhecimento das dissonâncias existentes e na análise SWOT, de cada uma das Subunidades de Paisagem.

Nesta fase realizam-se os estudos de caracterização global da paisagem de cada Subunidade, nas suas componentes: humanizada, de paisagem cultural e de paisagem natural. De acordo com o campo de aplicação da CEP deverão, nesta fase, ser analisadas, quer as paisagens notáveis, quer as paisagens do quotidiano e as paisagens degradadas, numa abordagem transversal ao território, visando a sua proteção, gestão, ordenamento e valorização.

A participação pública será realizada em sessões participativas com o público-alvo definido anteriormente e tem como objectivo a validação dos objectivos de qualidade definidos para cada subunidade de paisagem.

Esta fase consistirá na concretização da estratégia de intervenção, através da elaboração de um Programa de Gestão, no qual são formuladas as medidas, ações e/ou projetos concretos de intervenção, dirigidos à recuperação e valorização da paisagem; às demolições necessárias e à elaboração de normas de intervenção em áreas identificadas como prioritárias. Estas últimas definirão o Programa de Ações destinado à concretização de medidas corretivas e/ou orientadoras, para a intervenção na paisagem.

3 - O TERRITÓRIO DE INTERVENÇÃO - AS TERRAS DE COURA

Uma vez que a paisagem constitui um fator de identidade, da existência de recursos patrimoniais diversificados e de singularidades locais, consideramos que todas as paisagens refletem a cultura territorial das comunidades que ao longo dos séculos as construíram. Por esse motivo, traçamos um pequeno quadro sobre o território das Terras de Coura, onde a riqueza paisagística é sinónimo carácter, de identidade, de valor patrimonial e, como tal, um recurso económico valioso para as comunidades locais.

O território incluído pelo Plano de Paisagem das Terras de Coura, abrange o Município de Paredes de Coura. Este concelho corresponde a uma área de 138,2 km², repartidos por 16 freguesias. Localiza-se na Região Norte de Portugal (NUT II), na sub-região Minho-Lima (NUT III) e na Região Agrária de Entre Douro e Minho. A Norte faz fronteira com Valença (NO) e Monção, a Sul com o concelho de Ponte de Lima, a Este com Arcos de Valdevez e a Oeste limita com Vila Nova de Cerveira. A nível regional, o concelho de Paredes de Coura integra a Comunidade Intermunicipal do Alto Minho (CIM Alto Minho) conjuntamente com os municípios que correspondem à NUT III do Minho-Lima: Arcos de Valdevez, Caminha, Melgaço, Monção, Ponte da Barca, Ponte de Lima, Valença, Viana do Castelo e Vila Nova de Cerveira.

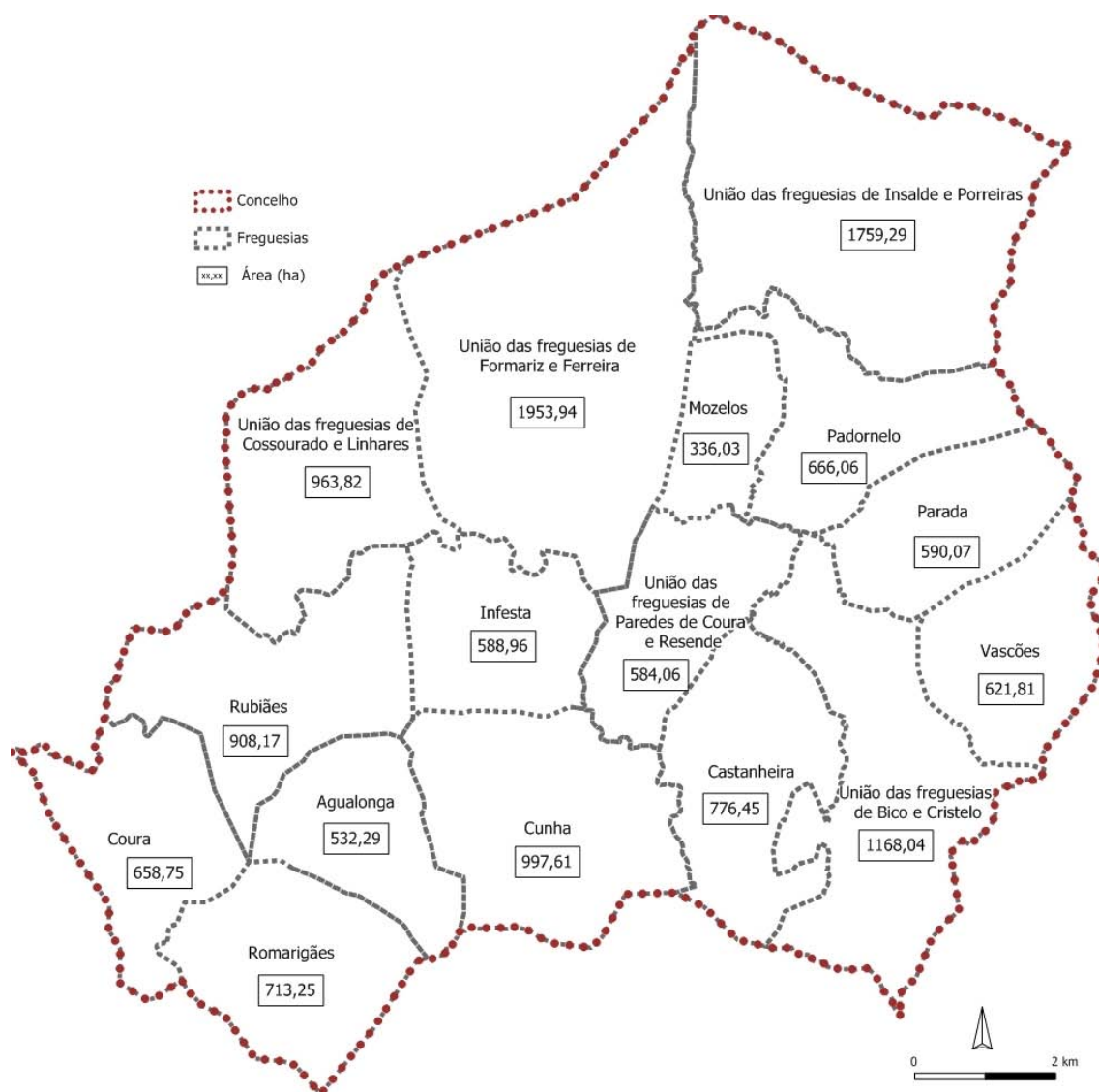


Fig. 4: Divisão administrativa por freguesias e respetiva área

O concelho de Paredes de Coura insere-se na mais extensa e antiga das unidades geomorfológicas da península ibérica, o denominado Maciço Antigo que ocupa uma grande extensão desta península. Este maciço caracteriza-se por um relevo bastante acentuado, que resultou de sucessivos levantamentos tectónicos, dobras e falhas transversais, sendo ainda caracterizada pelas suas rochas deformadas e metaformizadas, de elevado grau de dureza, destacando-se as rochas eruptivas e metamórficas, marcadas pela sua erosão, dando origem a caos de blocos, enormes penedos isolados e outras geoformas, constituindo-se como áreas com interesse geomorfológico, como é exemplo o alvéolo do rio Coura em Rubiães, que juntamente com os extensos afloramentos graníticos constituem um elemento típico da paisagem local. Estas características litológicas do Minho, na sua metade ocidental, bem como uma tectónica

complexa influenciaram a morfologia local que foram guiando, numa orientação ENE-OSO, os principais cursos de água, onde se inclui o Rio Coura.

O território courense encontra-se recortado no seu interior, por diversos acidentes topográficos, criando consequentemente uma paisagem extremamente variada e um grande vigor no que toca ao seu relevo, sobretudo nas áreas graníticas do concelho nomeadamente no seu extremo norte e sul, que correspondem a uma linha de cumeada que delimita e contorna a bacia hidrográfica do rio Coura.

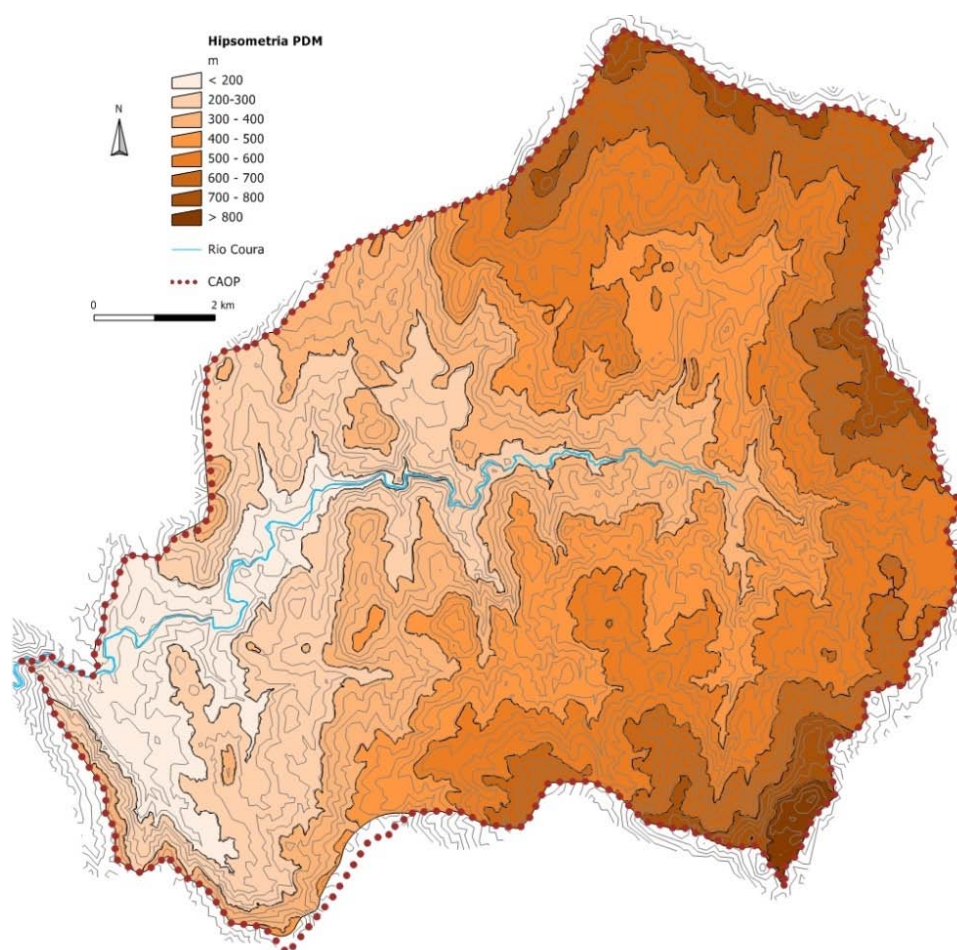


Fig. 5: Carta Hipsométrica

Embora sem apresentar oscilações altimétricas acentuadas, a característica dominante do concelho, do ponto de vista morfológico, é esta irregularidade do seu relevo, à qual está associada uma grande abundância de linhas de água que alimentam o rio Coura, correndo pela zona central do concelho e formando o vale agrícola mais importante do território concelhio.

O concelho de Paredes de Coura coincide na sua quase totalidade com a bacia hidrográfica do rio Coura na sua metade montante, conferindo-lhe uma forma de "concha" delimitada pelas

“paredes do coura”, constituídas pela extensa linha de cumeadas da Bacia Hidrográfica do Rio Coura, correspondendo às maiores altitudes verificadas no concelho, atingindo valores máximos no Corno do Bico, cabeceira de três rios, Rio Coura, Rio Vez e Rio Labruja. Estrutura-se no interior desta bacia um conjunto de linhas de festo com a direção Norte - Sul, apenas interrompidas pelo vale do rio Coura, que corre no sentido Nascente-Poente, e para onde afluem diversos cursos de água, correspondendo a um conjunto equilibrado de sub-bacias existente em ambas as margens.



Fig. 6: Festos e Talvegues

A rede hidrográfica é densa, dando lugar à existência de numerosos vales e a uma abundância generalizada de água. É uma rede que se distribui de forma homogénea pelo território concelhio, com um conjunto de cursos de água oriundos dos pontos de maior altitude do concelho, correndo entre os vales formados entre as linhas de festo Norte-Sul, até atingirem o vale situado no centro do concelho que serve de leito ao principal cursos de água concelhio, o Rio Coura, cuja nascente tem lugar freguesia de Parada, correndo até altitudes próximas dos

200 metros já no extremo oeste do concelho. O vale onde circula o Coura tanto corre encaixado, como se abre para espaços mais abertos e menos acidentados.

No que diz respeito à demografia, o Concelho de Paredes de Coura inscreve-se no conjunto dos concelhos da Região Norte com baixa densidade, com valores inferiores a 80 hab/Km², com diferenças internas assinaláveis, como se pode ler nos dados que seguem.

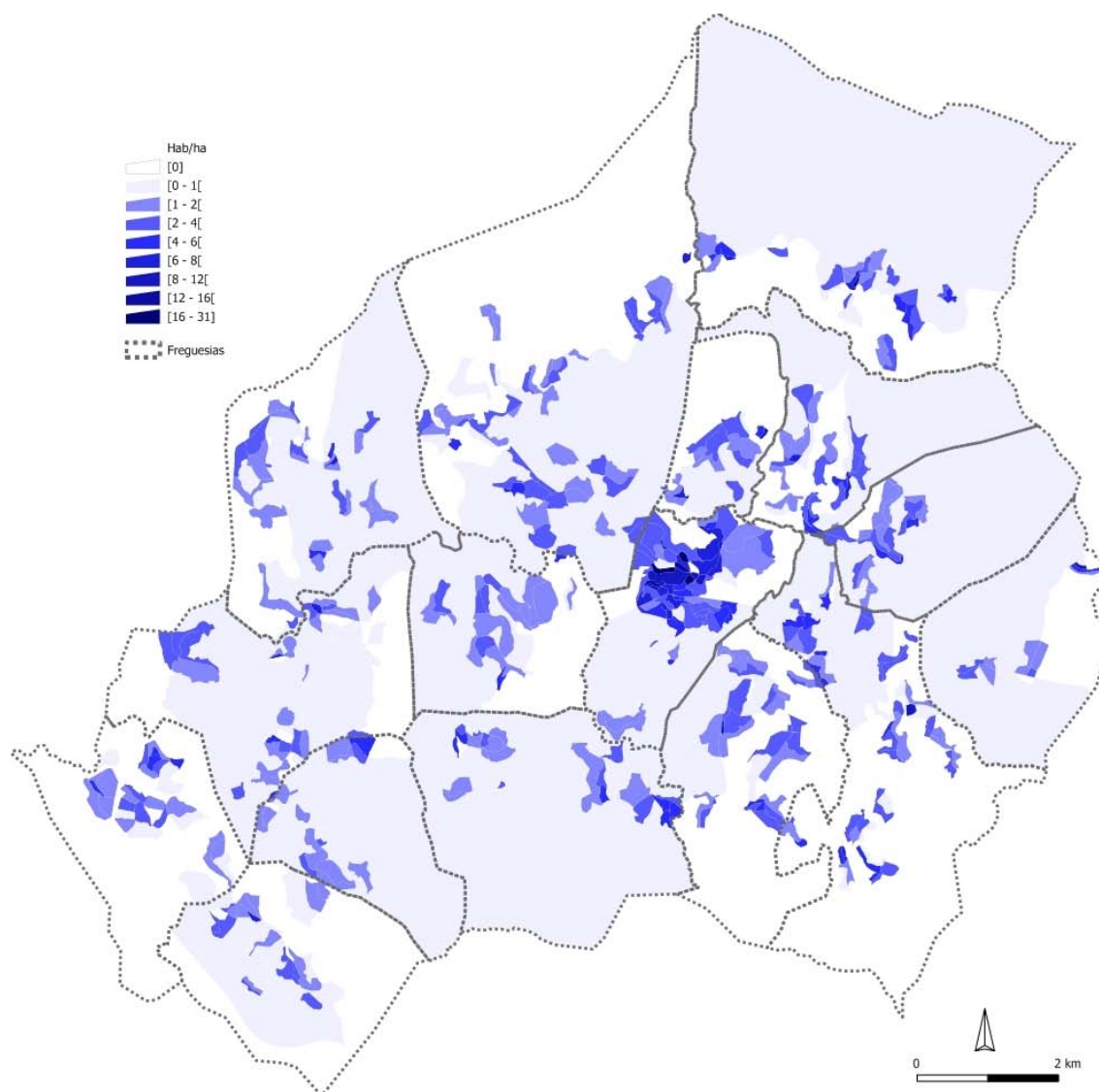


Fig. 7: Densidade populacional por sub-seção estatística

Naturalmente a vila de Paredes de Coura, como principal polo urbano do concelho foi atraindo nas últimas décadas população de outras freguesias Courenses, contribuindo para densificar as freguesias limítrofes da vila. As densidades populacionais mais altas concentram-se então na vila de Paredes de Coura, bem como nas localidades mais próximas deste centro, disseminando-se ainda pelas áreas “centrais” dos principais núcleos, e ao longo de alguns dos principais eixos

vários concelhios. Em termos médios o concelho apresenta uma densidade de 0,7 habitantes por hectare, destacando-se ao nível da freguesia, Paredes de Coura com 5,7 hab/ha e Resende com 1,7 hab/ha.

No conjunto, Paredes de Coura passou de sensivelmente 16 mil habitantes em 1950 para 8898 em 2014⁶. Desta forma, os dados dos Censos 2011, e tendo em conta a anterior divisão administrativa, permitem concluir que a perda de população em Paredes de Coura tem vindo a manter-se, apesar de apresentar uma variação mais ténue neste último período censitário, passando de 9571 habitantes em 2001 para 9198 residentes em 2011.

O processo de despovoamento do concelho de Paredes de Coura foi significativo durante o período 1950/2011, tendo-se registado a perda de 40% da sua população, com reflexos vários no concelho, deixando marcas também na paisagem, sobretudo com o abandono agrícola de áreas mais remotas, mas também em áreas favoráveis à agricultura e pecuárias, com consequências na paisagem local, também ela dependente das práticas agro-pecuárias tradicionais.

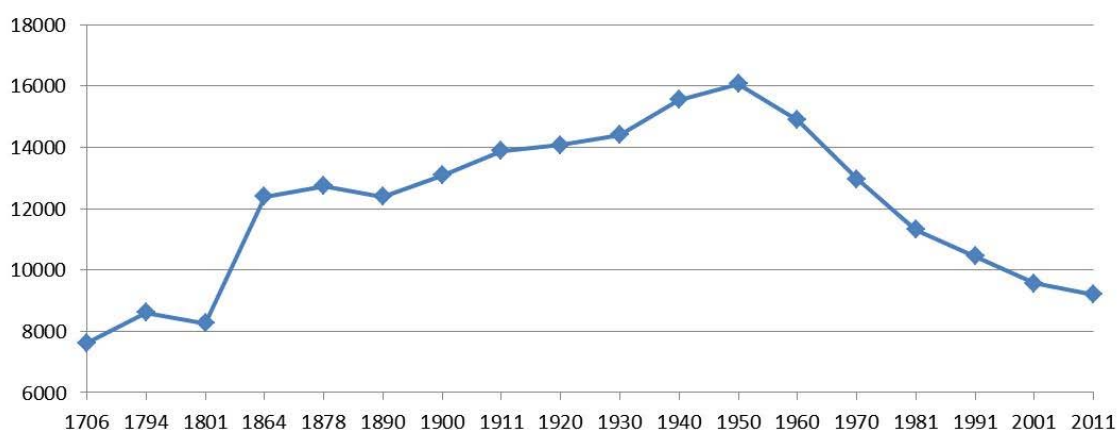


Fig. 8: Evolução do número de habitantes em Paredes de Coura

Relativamente ao perfil económico do território, os Censos de 2011 permitem comprovar a tendência verificada em Paredes de Coura, no que diz respeito à grande mudança ao nível da distribuição da população empregada, por sector de atividade, verificada já nos censos 2001. Até aí, o sector principal era ainda o primário, mas durante os anos 90, verificou-se um aumento da preponderância dos sectores secundário e terciário, ultrapassando ambos o sector primário.

⁶ INE, Estimativas Provisórias da População Residente, Dezembro 2015.

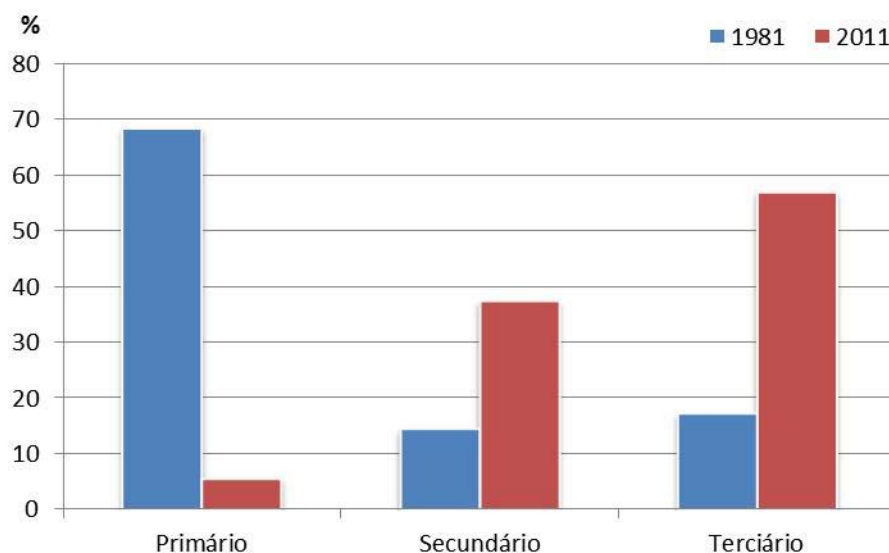


Fig. 9: População empregada por sector de atividade

Ainda assim, a agricultura é uma atividade que se assume de grande importância em termos económicos, sociais e paisagísticos, mesmo que nos últimos anos tenha sido afectada por vários condicionamentos do sistema agrário, sobretudo relacionado com falta de mão-de-obra, pequena dimensão das parcelas, que contribuem entre outros para a degradação dos níveis de produção e produtividade, induzindo naturalmente ao enfraquecimento do sector e consequentemente ao abandono da atividade.

A superfície agrícola utilizada (SAU) ocupa 28,5% do concelho de Paredes de Coura, com 3949 hectares, o que equivale a uma redução de -10% entre 1999 e 2009, tendo em conta os 4371 hectares em 1999 (8019 ha em 1989), tendo-se assistido neste período intercensitário a uma profunda alteração em termos da ocupação dessa SAU. Verifica-se que as pastagens permanentes representavam, 65% da SAU do concelho, quando correspondiam, em 1999, a 46%. De facto, constata-se que estas áreas e as áreas de pousio são as categorias de SAU em que houve um aumento de área. No que concerne à estrutura fundiária, prevalecem as explorações de pequena dimensão entre 1 e 5 hectares, tendo um peso de 80% no total das explorações, relacionando-se a pequena propriedade diretamente com a mão-de-obra proveniente, essencialmente, do agregado familiar e com uma produção destinada ao autoconsumo.

A paisagem tradicional dos vales minhotos, e os seus traços de referência, foram até muito recentemente conservados e responsáveis pela manutenção de valiosos recursos biofísicos. De facto, *as “práticas agrícolas tradicionais desenvolviam-se num ambiente de escassez, de ausência de tecnologias e de pleno aproveitamento e renovação dos recursos naturais em que*

tudo se aproveitava, tudo se reciclava em complexos sistemas de policultura que atingiram, frequentemente, um grau de complexidade e de equilíbrios notáveis”⁷.

A vegetação tem uma grande influência na paisagem, uma vez que se constitui como elemento diferenciador, dando uma coerência visual quer nas paisagens fortemente humanizadas quer nas menos alteradas, naquelas que resultam das condições e diferenças abióticas como o mosaico litológico, o relevo, a altimetria, etc.

Uma das imagens de marca de Paredes de Coura é a sua relativamente bem preservada floresta de carvalhos-roble, com destaque para a área afecta à Paisagem Protegida do Corno do Bico, onde se observam restos daquela que teria sido a floresta mais representativa do concelho e que cobriria a maior parte do território, pelo menos onde as condições o permitissem.

O clima atlântico com invernos chuvosos e verões amenos permitiram o desenvolvimento de bosques mistos de carvalho-alvarinho e outras espécies como o carvalho negral, vidoeiro, teixo, sobreiros e castanheiros (estes em cotas inferiores), para além dos azevinhos, existindo outras comunidades vegetais relevantes situados nas margens das linhas de água, como os amieiros, freixos e salgueiros, entre outros. No estrato arbustivo destes bosques húmidos associam-se fetos, gilbardeiras, troviscos, silvas, heras, madressilva, loureiro e alguns exemplares de escalheiro, sobretudo nas orlas. No estrato herbáceo são comuns várias gramíneas, páscoas, urtigas, hipericão-do-gerês, flor-das-viúvas, mas também dedaleiras e outras, e ainda uma vasta comunidade de briófitas colonizadoras como os musgos, para além diversos líquenes.

O mosaico policultural também muito característico deste concelho, é composto por lameiros localizados a media altitude em zona de vale, ocupando antigas áreas de carvalhais e onde para além da erva, feno ou pasto, coexistem bosquetes de carvalhos, castanheiros e outras espécies que muitas vezes delimitam as leiras, sendo de elevado valor botânico e ecológico, pois constituem reservas genéticas, permitem a manutenção da diversidade dos habitats e são refúgio para a grande número de aves e animais silvestres.

Como vimos, o concelho de Paredes de Coura concentra uma grande diversidade de elementos florísticos, que lhe confere uma elevada importância biofísica, no contexto nacional. Esta mais-valia natural constitui base para a classificação de uma parte do concelho como Paisagem Protegida, integrando a Paisagem Protegida do Corno de Bico, a Rede Nacional de Áreas Protegidas, com o objectivo específico de conservação e valorização do património natural dessa área do concelho. Esta área foi também *“seleccionada como Mata Modelo (...) pois é representativo, em termos de diversidade e gestão, de manchas florestais com elevado interesse*

⁷ Álvaro Domingues, “Paisagens rurais em Portugal: algumas razões da polémica”, revista da Faculdade de Letras - Geografia I série, vol. XIX, 2003, 115.

*do ponto de vista da diversidade florestal, conservação e protecção.*⁸ O Concelho de Paredes de Coura, encontra-se ainda incluído na Rede Natura 2000, localizando-se o Sítio de Interesse Comunitário do Corno do Bico (PTCON0040), a este e sudeste do concelho e ocupa uma área de 5139 hectares, destacando-se pela sua qualidade ecológica e paisagística.

O potencial edáfico natural, em Paredes de Coura, pelo predomínio de solos delgados, naturalmente pobres em bases e matéria orgânica, com reação ácida a muito ácida é baixo. Contudo, o baixo potencial edáfico foi contrariado, ao longo de muitos séculos pelas gentes da região, que foram fabricando o seu próprio solo (construção de socalcos, estrumações intensivas, condução das águas abundantes, etc.), conseguindo estender a cultura a zonas que, naturalmente, não tinham qualquer aptidão agrícola. Constituem exceção as pequenas manchas aluvionares, associadas aos leitos dos rios e ribeiras.

No que se refere à evolução da ocupação do solo, tal como aconteceu no resto do país, também em Paredes de Coura, a introdução de plantas de origem americana como o milho grosso, a batata, o feijão e a abóbora, no século XVII e XVIII, teve um enorme impacto na agricultura portuguesa e em particular nas áreas de regadio, alterando a orografia pela preparação do terreno e mesmo pela substituição de algumas culturas que foram apresentando problemas sanitários, como foi o caso do castanheiro, principal fonte de amido na Idade Média.

Em 1936, o Estado Novo, com a criação a Junta de Colonização Interna, investe no aproveitamento dos baldios através da realização de obras de colonização⁹. Será através da execução dos Planos de Fomento que em Paredes de Coura se implementam algumas intervenções relevantes no futuro do concelho. Em 1948 inicia-se o projeto da Colónia Agrícola da Boalhosa, instalando-se em 1957 os colonos em Vascões e a produção de batata de semente em Insalde e Porreiras. Esta produção será interrompida nos anos 90, como consequência das alterações climáticas: primaveras mais quentes originam condições favoráveis para o aumento do número de gerações de afídios por antecipação do período de início para a sua reprodução.

Este período de investimentos na agricultura foi, também, acompanhado por uma introdução muito lenta, de meios mecanizados para a realização dos granjeios. É também a partir dos anos 60 que começam a surgir os primeiros milhos híbridos resultantes do investimento do Estado na investigação agrária. Se em altitude se voltou a registar uma certa atividade cerealífera, produção de batata, pastoreio e floresta, nas cotas mais baixas expandia-se a cultura do milho

⁸ Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho - PROF AM, 2007.

⁹ Jaime Gralheiro, *Comentário à Nova Lei dos Baldios: Lei n.º 68/93, 4 de Setembro* (Coimbra: Almedina, 2002), 29-31.

rosso e da vinha, na meia encosta mantinham-se os lameiros laboriosamente limados com a abundante água que corre nas ribeiras.

Com a revolução de 25 de Abril de 1974 inicia-se um novo ciclo e em 1976 os Baldios voltam a passar para o domínio comunal¹⁰ e assiste-se a uma considerável desarborização, boa parte em consequência dos fogos florestais que vão assolando, cada vez mais a floresta courense.

A partir de 1986, com a entrada na Comunidade Económica Europeia (CEE) novas oportunidades são apresentadas aos proprietários e rendeiros com os apoios dos fundos comunitários: a mecanização sofre um forte incremento; o gado de trabalho passa a vacas aleitantes em regime de pastoreio livre subsidiado. EM 1990 é demarcada a bacia leiteira do Entre Douro e Minho e deixa de haver recolha de leite para pequenos produtores individuais e o gado de leite desaparece nas pequenas explorações. Neste período e durante cerca de 25 anos muitos foram os regadios tradicionais sujeito a beneficiação nas captações de água e na adução, melhorando a eficiência na utilização da água na rega e no limar dos lameiros, com financiamento dos fundos comunitários. Generaliza-se a utilização de milho híbrido e a produção de silagem, intensifica-se e especializa-se a produção agrícola nas áreas mais planas e nas cotas mais baixas. A mecanização vai destruindo muros e sebes, aparecem novas culturas, o eucalipto começa a conquistar espaço ao ponto de facilmente se poder afirmar que ocorreu uma “pinheirização” no Estado Novo e que está a acontecer uma “eucaliptização” na democracia, à semelhança do que acontece na generalidade do país.

Toda esta evolução que aqui se apresentou, teve como consequência a ocupação atual do solo que o concelho apresenta. A carta de ocupação do solo 2007 (COS'2007 - DGT) revelava um predomínio das áreas afectas a áreas florestais, sobretudo de produção, e meios naturais e seminaturais, totalizando cerca de 68% do território Courense, seguindo-se as áreas agrícolas heterogéneas e culturas temporárias com um peso de 26%, constituindo um mosaico agro-florestal, em que culturas forrageiras alternam com plantações florestais e ou pequenos bosquetes de caducifólias. Recentemente observa-se um conjunto de alterações espaciais, uma vez que o abandono agrícola tem permitido o avanço de áreas incultas e de matagais, ao mesmo tempo que alguns territórios artificializados têm avançado em área, e algumas áreas de pinhal teem sido reconvertidas para eucaliptais

¹⁰ Decreto-lei nº 39/76 e Decreto-lei nº 40/76, ambos de 19 de Janeiro.

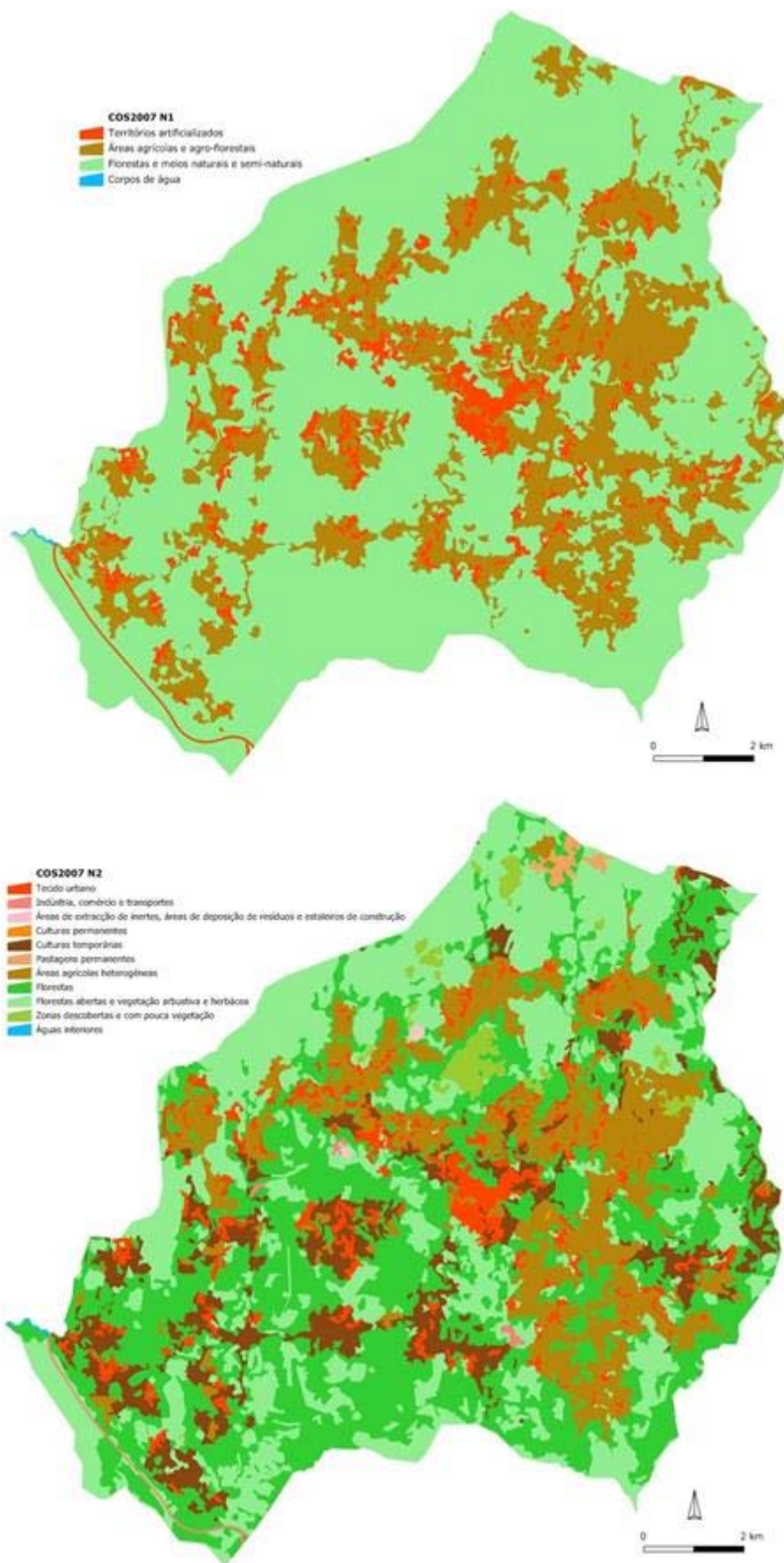


Fig. 10: COS2007 - Nível de desagregação 1 e 2

Num nível de análise mais detalhada, a desagregação permitiu selecionar os usos mais representativos no concelho, com áreas maiores que 50 hectares, destacando-se os matos densos, as florestas puras de folhosas e os sistemas culturais e parcelares complexos, como se pode verificar na figura seguinte.

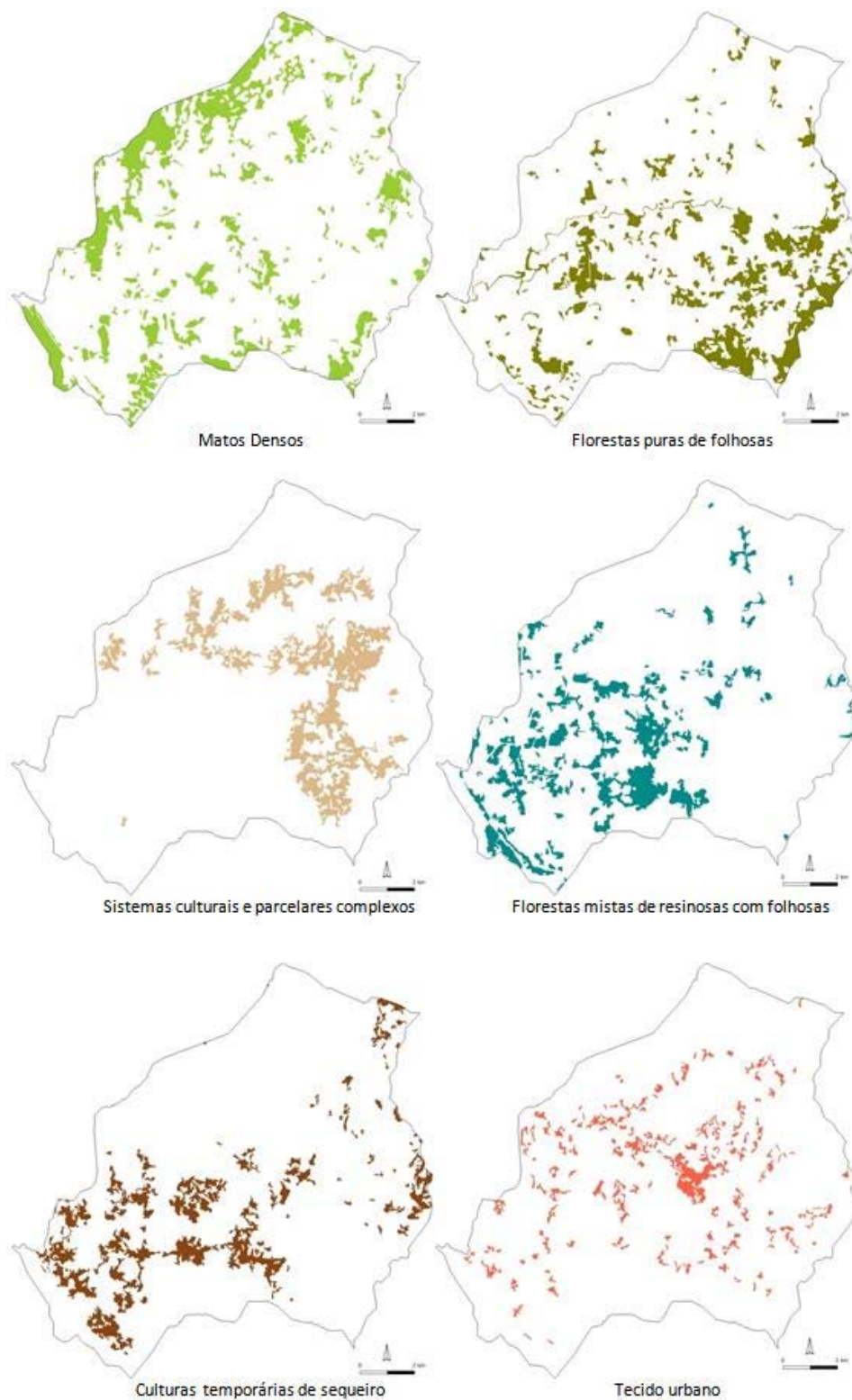


Fig. 11: Distribuição da Ocupação do Solo

A distribuição desta ocupação do solo, não é uniforme no concelho dependendo de várias variáveis abióticas. Analisando as imagens seguintes verifica-se que os matos densos dominam numa faixa noroeste do concelho, coincidido com cotas mais elevadas e solos pobres. As florestas puras de folhosas dominam na área do Corno do Bico, sobretudo com os seus carvalhais e outras folhosas, e apesar de serem muito comuns um pouco por todo o concelho, dominam sobretudo na metade sul deste, e numa longa faixa que acompanha o rio Coura. O denominado sistema cultural e parcelar complexo, ocupa uma área significativa dos antrossolos existentes em áreas de cotas intermédias a norte do rio Coura e a nascente. As áreas florestais mistas de resinosas com folhosas, localizam-se de forma mais significativa no centro/sudoeste do concelho, ocupando áreas mais elevadas em locais não agricultados/agricultáveis, coexistindo sobretudo carvalhos com pinheiros bravos. Estas últimas, muitas vezes intercalam com área afectas a culturas temporárias de sequeiro, existindo áreas significativas deste tipo de ocupação nas áreas de planalto do concelho, como por exemplo na Colónia Agrícola da Chã de Lamas em Vascões. O tecido urbano, com uma estrutura de ocupação equilibrada, encontra-se em cotas mais favoráveis, ainda que ocupando linhas de cumeada, de forma a libertar terrenos mais favoráveis à agricultura, quer em cotas superiores quer inferiores. Sendo muitos destes núcleos aglomerados rurais na sua génese, observou-se em décadas mais recentes uma disseminação da dispersão urbana ao longo das vias de comunicação.

Em Paredes de Coura no período que dista entre 1990 e 2007, assistiu-se sobretudo ao aumento de solos ocupados por florestas e áreas artificializadas, e à redução de área agrícolas, áreas naturais ou semi-naturais e ainda das áreas agro-florestais. A variação da categoria de ocupação florestal cifrou-se nos 8%, vendo aumentar o seu peso relativo no contexto concelhio, tendo as áreas artificializadas aumentado cerca de 42%. As áreas naturais ou semi-naturais perderam cerca de 5%, enquanto as áreas afectas à categoria de ocupação agro-florestal perderam 77% entre os dois períodos, apesar de ter um peso relativo baixo no contexto global.

Relativamente à evolução ocupação humana e da paisagem as mais longínquas marcas do passado no território concelhio encontram-se no Lugar de Mó, freguesia de Parada, e ainda Sigoeiros e Pedreira da Corredoura, ambos na freguesia de Ferreira. Estamos a referir-nos ao período mais antigo da Pré-história, o Paleolítico, que compreende vários milhares de anos e que é reconhecido pela utensilagem de pedra lascada, genericamente relacionada com a caça e pelas manifestações de arte rupestre. No concelho de Paredes de Coura, foram registados vários destes utensílios líticos (como bifaces, lascas e polidores).

As primeiras construções feitas pelo homem no vale do Coura poderão situar-se na fase em que se processa a domesticação da terra e dos animais, isto é o Neolítico. Contudo, na ausência de

dados cronológicos mais fiáveis, a maior parte destas construções terão sido efectuadas ao longo do terceiro milénio a.C. e nos meados do segundo milénio a.C., já no Calcolítico, havendo outras que se poderão enquadrar no período de transição para a Idade do Bronze. É nos planaltos que iremos encontrar grande parte destas ocupações, materializadas em monumentos *sub tumuli*, que popularmente são reconhecidos por mamoaas, que deverão corresponder a marcas de apropriação do espaço.

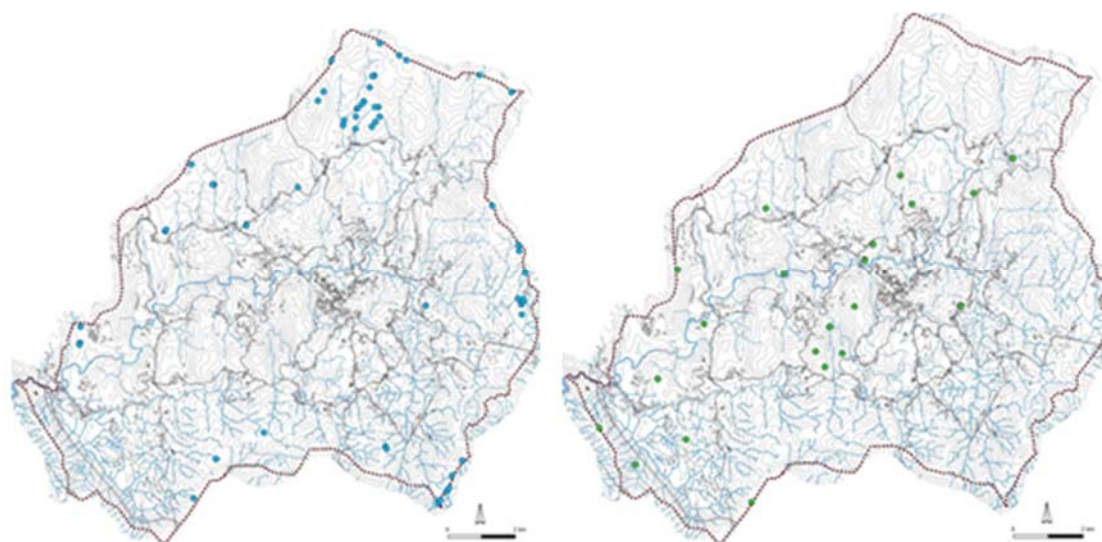


Fig. 12: Ocupação humana na Pré-História e na Proto-História

No concelho de Paredes de Coura estes monumentos ocupam, de uma forma geral, as zonas mais elevadas, com altitudes superiores a 500 m, como é o caso da Chã de Lamas, Corno do Bico, Boulhosa, Chã das Pipas e Chã dos Cubos. Dos sessenta e três monumentos *sub tumuli* que a bibliografia nos informa terem existido no concelho, contabilizando-se cerca de duas dezenas destruídos nas últimas décadas, apenas sete se situam a uma cota inferior aos 500 metros, onde se evidencia o núcleo de Antas (três mamoaas) que são as únicas que se localizam numa zona de vale¹¹.

Correspondendo a um novo quadro cultural, em que a metalurgia desempenha um papel preponderante, surge-nos no contexto concelhio, a partir do IIº milénio a.C., um possível novo modelo de povoamento que poderá ter sido determinado por uma florescente e estabilizada economia agro-pastoril que parece vincar uma crescente antropização da paisagem. Apesar de não existirem evidências seguras acerca de povoamento na Idade do Bronze Final no concelho existe a possibilidade do Alto da Coguluda, o povoado fortificado de Montuzelo, o monte do

¹¹ Maria de Fátima M. Silva e Carlos A. M. G. Silva, *Carta Arqueológica de Paredes de Coura* (Paredes de Coura: Câmara Municipal de Paredes de Coura, 2007), 35, 37, 109-155.

Castelo, o povoado do monte da Cumieira, o povoado do Monte da Assureira e o povoado dos Vales terem sido ocupados nesta época¹².

Tal como em grande parte do noroeste peninsular impõe-se, definitivamente, um povoamento em *habitats* geralmente fortificados, castros e citânias, implantados em relevos proeminentes com boas condições de defesa natural e de visibilidade, constituindo poderosas estruturas defensivas.

Os habitantes organizavam-se em grupos que se hierarquizavam desde a família às *gentilitas*, que se podem considerar idênticas ao *clan*. As *gentilitates*, dentro do mesmo *gens* formavam as tribos que praticavam a exploração agro-silvo-pastoril nas zonas de altitude e meia encosta das montanhas, deixando particamente intactos os vales, cobertos de pântanos e de densas florestas¹³.

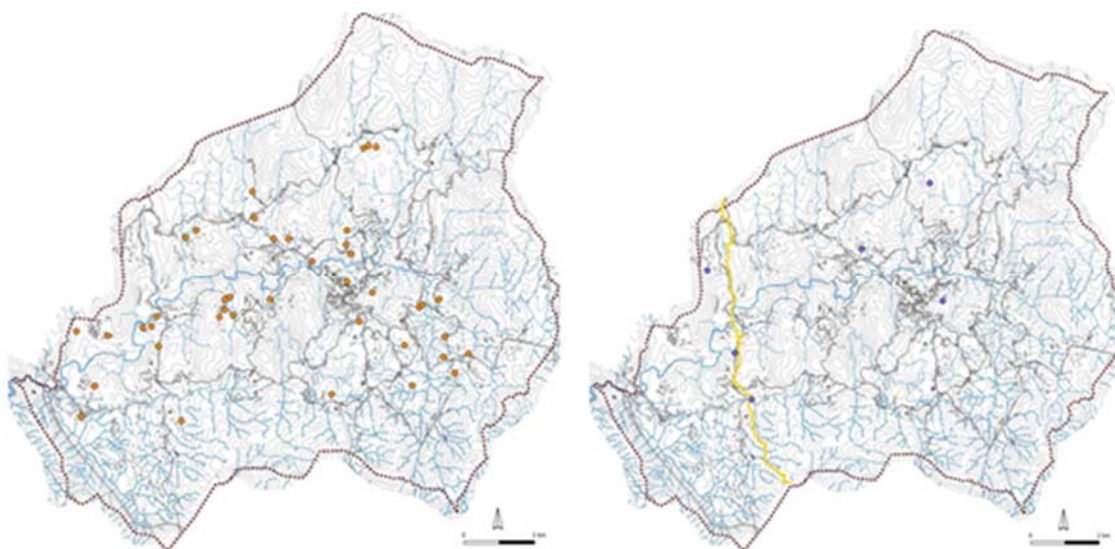


Fig. 13: Ocupação da época Romana e da Idade Média

Na área do concelho de Paredes de Coura foram identificados dezanove povoados com características e dimensões distintas que demonstram quatro formas de ocupação distintas, quer na sua ocupação, locais de implantação e sistema defensivo¹⁴.

Com o advento da ocupação romana, firmada pelas campanhas vitoriosas de Octávio César Augusto, entre 26 a.C. e 19 a.C., verificou-se, no noroeste peninsular uma alteração no quadro do povoamento desta região. Com a nova economia imposta pelos Romanos foram desbravadas as terras baixas dos vales, até então incultas e ocupadas por floresta natural, desenvolveu-se a

¹² Silva e Silva, *Carta*, 42.

¹³ Eugénio de Castro Caldas, *A Agricultura na História de Portugal* (Lisboa: E.P.N., Lda, 1998), 33.

¹⁴ Silva e Silva, *Carta*, 47.

produção artesanal de vasilhames e tecidos e deslocaram-se progressivamente as populações dos castros situados nos altos e de meia encosta para os vales até aqueles serem abandonados.

Uma nova cultura dotada de novas técnicas e novos utensílios agrícolas originou o desenvolvimento da economia agrícola que permitiu o crescimento da população. Apesar de estarmos num período de ocupação e exploração dos vales, a montanha continua a ter um papel preponderante na economia, sendo importante para obtenção de matérias-primas, especialmente madeira, para o pastoreio e na obtenção de mato para acomodar os animais e produção de estrume para a terra.

É no âmbito deste reordenamento territorial, ditado pela *pax romana* e aculturação das comunidades indígenas, que se estende uma ocupação periférica dos velhos castros. Na região foram inventariados cinquenta e sete sítios com ocupação romana que se inserem em diferentes formas de povoamento, como casais, *villae* e rede viária. Os indícios do povoamento romano disseminam-se por áreas com bons solos de aptidão agrícola, propícios à exploração florestal, que marginam o rio Coura e dos seus afluentes de maior caudal¹⁵.

A estratégia militar romana e a necessidade de exploração dos recursos naturais terá ditado a construção da referida via XIX do Itinerário de Antonino que atravessa o concelho a oeste, no sentido norte/sul. Segundo alguns autores, terá sido construída no ano 11 da nossa era, coincidente com a cronologia do miliário de Rubiães (11/12 d.C.), sofrendo várias obras de construção e reparação na governação dos imperadores que se seguiram, sendo a última na época do imperador Valentiano (364-375 d.C.), ao qual são dedicados dois miliários presentes no concelho¹⁶.

Na transição para a Idade Média assiste-se, de uma forma geral, ao aumento da importância da posse da propriedade agrícola, ao crescimento demográfico e ao incremento da cristandade, com a consequente construção e ampliação de edifícios religiosos. De facto, no concelho de Paredes, os indícios mais significativos deste período são a Igreja Românica de S. Pedro de Rubiães, edificada no século XIII, as pontes, os sarcófagos, as sepulturas antropomórficas, as estelas funerárias, alguns troços do caminho de Santiago de Compostela, que em grande parte da sua extensão terá reutilizado e decalcado o traçado da via XIX¹⁷.

Como refere Martins¹⁸, citando Dantas Pereira numa nota sobre alguns fragmentos da legislação e cultura de El-Rei D. Dinis, esboça o modo como, sob o ponto de vista da colonização, procediam

¹⁵ Silva e Silva, *Carta*, 82.

¹⁶ Silva e Silva, *Carta*, 74-76.

¹⁷ Silva e Silva, *Carta*, 83-84.

¹⁸ Oliveira Martins, *Fomento Rural e Emigração* (Lisboa: Guimarães Editores, 3ª Edição. 1994), 24-25.

os nossos Reis. “No Minho dividiam os terrenos em casais distribuídos a grupos de dez, vinte ou trinta povoadores, pagando de ordinário cada casal o seu foro em cereais, galinhas e dinheiro. A cada casal de lavoura correspondia uma porção de bravia para romper e outra para pastos e estrumes vegetais. Morrendo o colono, todos os terrenos lavrados entravam em partilha, sendo cada um dos herdeiros obrigado a pagar ao foreiro encabeçado, ou principal, o seu quinhão de foro. As terras incultas revertiam direto para o Senhor, a Coroa, o Concelho, ou outra.”

Os números de fogos registados nas memórias paroquiais de 1758, com cerca de dois mil fogos, indicam-nos um aumento significativo na ocupação deste território. Estes fogos estendiam-se no território de forma dispersa em pequenos aglomerados rurais ou isolados no meio de campos agrícolas, denotando-se ainda que não existe praticamente povoamento nas zonas de montanha¹⁹.

A evolução agroflorestal verificada no território teve papel importante na modelação da paisagem, como resultado da introdução de novas espécies agrícolas e florestais, que requeriam técnicas agrícolas específicas e que por sua vez se correlacionavam com o relevo local e com o tipo de povoamento. A nova economia agrícola permitiu o crescimento da população, mas a importância dos montes manteve-se. As serras continuaram a ser pastoreadas, roçados os matos para as camas dos animais que depois de curtidos serviam para adubar as terras e lenhas para as lareiras. Os rebanhos davam leite, carne, gordura e lã.

A partir do século XX poderemos afirmar que a agricultura, como produtora de bens privados e de bens públicos, nomeadamente ligados à manutenção da paisagem e preservação dos recursos naturais, influencia a ocupação do território e a manutenção do património genético, contribuindo ainda para o desenvolvimento da atividade turística e ocupação dos tempos livres.

O Concelho de Paredes de Coura tem globalmente uma estrutura de ocupação do território bastante equilibrada. Podemos dizer que esse facto se deve quer às características fisiográficas do território devido, como seja existência de vales bem irrigados e à abundância hídrica, quer ao modo de vida da população, na qual a atividade agrícola assume ainda grande importância. No entanto, o recente processo de urbanização e destruição da harmonia na implantação do território começa a observar-se nalgumas freguesias, provocando um crescimento urbano baseado na disseminação/dispersão dos lugares.

¹⁹ Oliveira, Fomento, 24-25.



Fig. 14: Distribuição atual do povoamento

Como vimos, o relevo acidentado do território serviu no passado, à instalação de povoados castrejos, devido às condições propícias ao abrigo e defesa das populações locais, a partir de onde se desenvolveu a agricultura e pastorícia das áreas de maior altitude, sendo estas das mais antigas marcas que a ocupação humana deixou na paisagem courense. Mais tarde, extensas áreas florestais foram arroteadas pelos romanos, bem como os pântanos drenados, procurando estes as áreas de menor altitude e com solos mais férteis.

As formas de ocupação do território decorrendo ao longo dos séculos das diferentes ocupações humanas e das suas atividades de sobrevivência, foi assumindo diversas formas de implantação, baseando-se contudo, nas seguintes combinações morfológicas: vila, lugares, quintas e casario disperso. Assim, verifica-se que os tipos de povoamento oscilando entre a aglomeração e a dispersão, refletem e ajudam, simultaneamente, a explicar a história da paisagem e do carácter que nela assume o que temos por natural”²⁰. Deste modo, o povoamento em Paredes de Coura apresenta algumas características de concentração, típico das zonas serranas, assim como

²⁰ J. Carlos Farinha et al., *Percursos. Paisagens & Habitats de Portugal* (Lisboa: ICNF/Edição Assírio & Alvim, 2000), 17.

alguns tipos de povoamento disperso ou disseminado, localizado, fundamentalmente, nos vales e na proximidade das vias de circulação.

As figuras seguintes refletem, quer os principais eixos de localização da população residente atual, quer a nucleação do povoamento e a sua dispersão. A oeste, no vale, a população vive ao longo de lugares de maiores dimensões localizados junto das principais estradas nacionais. A este, nas cotas mais elevadas, de montanha, predomina o povoamento de pequenos lugares, localizado na envolvente das estradas e caminhos municipais.

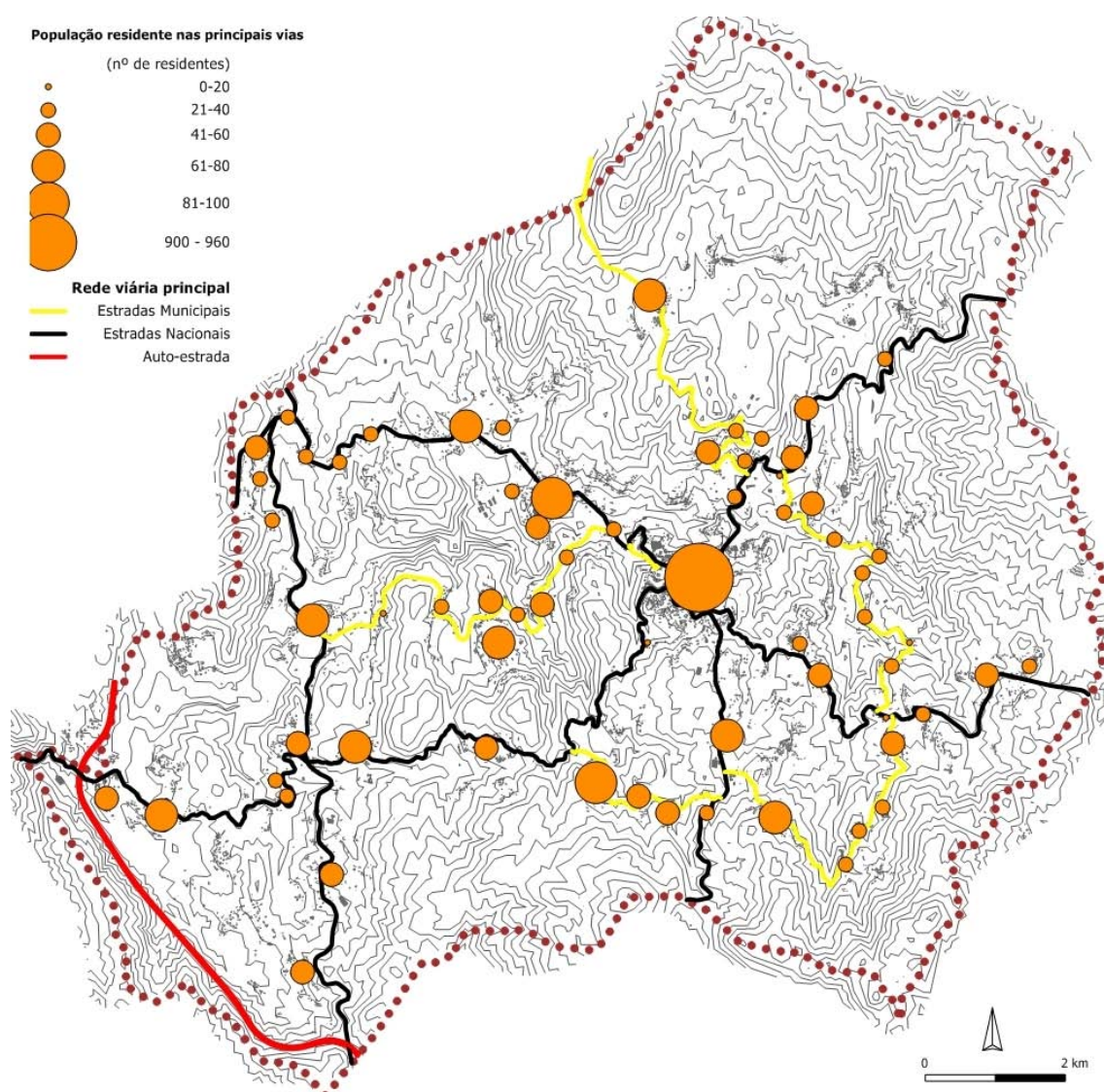


Fig. 15: População Residente nas principais vias

Por oposição, a população residente nos lugares mais afastados das principais vias, sendo em menor número, implanta-se, fundamentalmente, em pequenos lugares. Na figura que segue é também visível a predominância da implantação e da dimensão dos lugares situados na

envolvente da EN 201, ligação fundamental entre Ponte de Lima e Valença, até ao final dos anos 90, quando da abertura da A4.

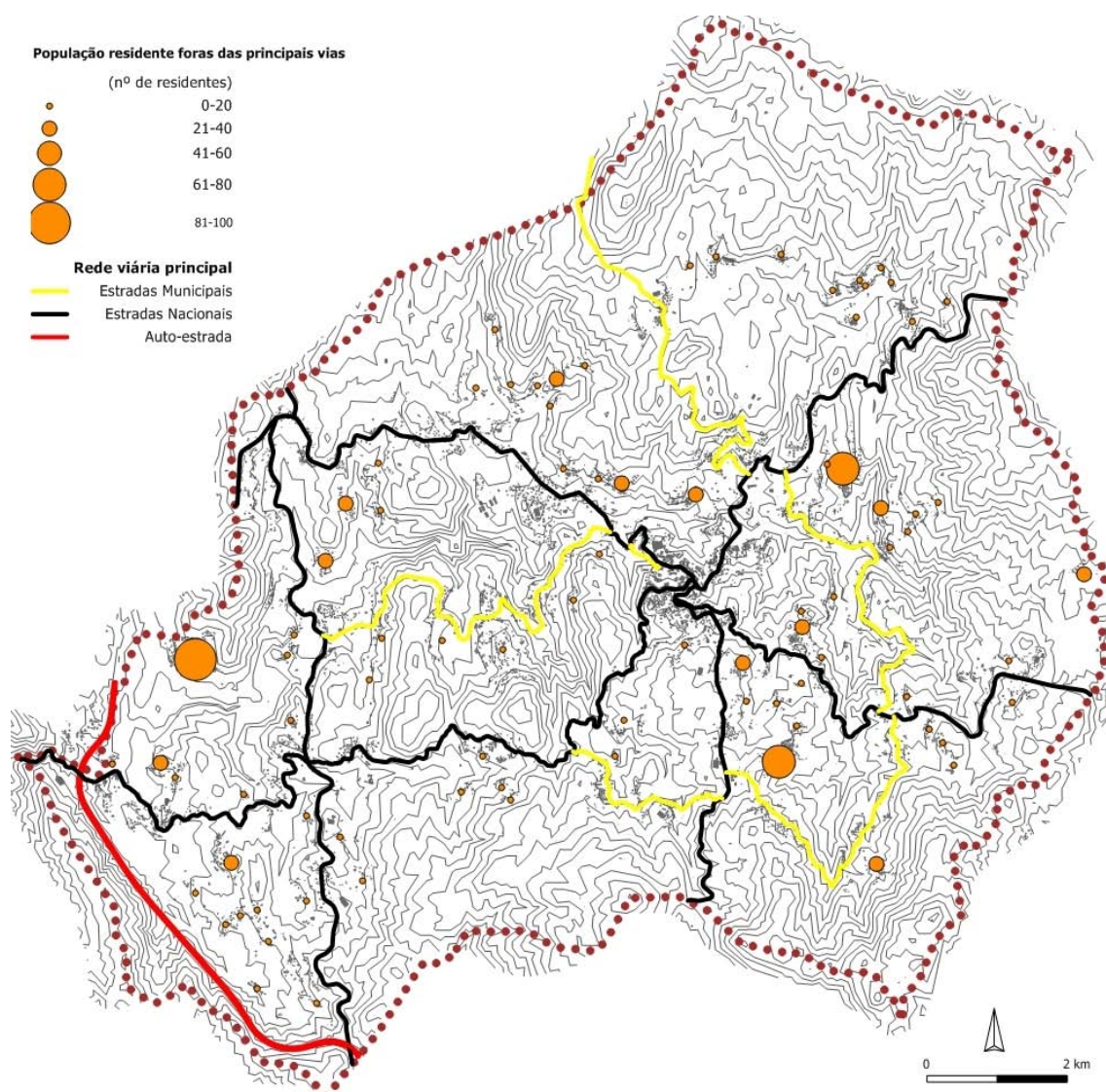


Fig. 16: População Residente fora das principais vias

Efetivamente, estes lugares, para além de serem predominantemente residenciais, apresentam um nível de atividades e serviços à população, à sua escala, muito superior ao verificado na zona serrana do concelho, onde a pulverização de pequenos lugares é maior.

A ocupação humana, quer a urbana, que diz respeito às formas de povoamento e respectivas infraestruturas, quer a rural, com as actividades agro-pecuárias, silvo-pastoris e florestais adaptou-se às características biofísicas do território, com policulturas intensiva de regadio nos vales frescos e férteis e pequenas bouças nas áreas com solos de baixa fertilidade e relevo ondulado. Nesta “concha” delimitada pela linha de cumeada da Bacia Hidrográfica do Rio Coura

que corresponde, parcialmente, ao início da bacia do rio Coura, também a ocupação rural, tem traços distintivos entre si, provocados essencialmente pelas suas características fisiográficas. Coexistem, assim, no território uma diversidade de práticas e culturas agrícolas e florestais que variam de acordo com a localização, os solos e as características edafo-climáticas. No território Courense marcado pela presença do rio Coura estão patentes três grandes tipos de ocupação rural, por um lado os vales com os campos agrícolas, as meias-encostas com os lameiros para a pecuária e áreas montanhosas ocupadas pela floresta de produção e de conservação.

4 - A PERCEPÇÃO E VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM

De acordo com a Convenção Europeia da Paisagem, a paisagem designa uma parte do território, tal como é apreendida ou percebida pelas populações. A paisagem compreende, assim, não só o espaço físico que resulta da ação e interação dos factores naturais e humanos, mas sobretudo refere-se à percepção da população sobre determinado território.

Deste modo, o conhecimento sobre a percepção da paisagem concretizou-se, nesta fase, através da análise visual da paisagem de Paredes de Coura que teve como objectivo cartografar as bacias visuais a partir de pontos de observação privilegiada e através da análise que realizámos a partir das respostas obtidas nos inquéritos realizados pela população.

Efetivamente, a imagem individual e colectiva que se concebe sobre uma paisagem depende, em grande medida, da capacidade que determinado território possui para ser percebido. De entre outras variáveis, a acessibilidade de uma dada paisagem e a frequência com que as populações a visitam assumem particular importância, podendo-se afirmar que quanto melhor for a acessibilidade, maior será a frequência da população a um determinado local, maior será o tempo de observação e conhecimento relativo a esse local, e maior será a probabilidade de assimilação e de percepção da paisagem. É importante referir neste contexto, que a percepção da paisagem depende principalmente do seu uso, e que esta está muito relacionada com a acessibilidade a essa paisagem.

Consequentemente sabemos que uma maior acessibilidade e frequência têm, potencialmente, uma relação muito forte com a construção de imagens e percepções colectivas e representativas dos lugares, sendo que lugares menos acessíveis e frequentados tendem a ser mais difíceis de serem percebidos de forma idêntica.

Não obstante a importância que a acessibilidade e a frequência assumem na construção de uma imagem, existem muitos outros factores que influenciam a percepção da paisagem, como sendo alguns atributos patrimoniais, materiais e imateriais, as características naturais e,

evidentemente, também a própria subjetividade associada ao indivíduo na forma de apreender e vivenciar a paisagem.

Por estas razões, este Plano de Paisagem das Terras do Coura, delimitou um plano de participação pública, o qual pretende auxiliar, nesta fase, a delimitação de uma percepção representativa das paisagens de Paredes de Coura, incluindo a emoção associada, o estado da paisagem e as atividades mais frequentes, e a importância atribuída a alguns impactes na qualidade da paisagem. Complementarmente ao Plano de Participação Pública, têm vindo a desenvolver-se várias ações de sensibilização e de divulgação e partilha do Plano de Paisagem de Terras do Coura.

Na fase anterior (2ª Fase), o Plano de Participação Pública, esteve focado na sensibilização e envolvimento, no Plano de Paisagem, dos atores representativos do município. Teve assim como objectivo principal, divulgar o processo, envolver, sensibilizar e contribuir para a reflexão individual dos agentes e da população em geral para o tema da paisagem e recolher informações de modo sistematizado sobre a percepção e interpretação existente da paisagem de Paredes de Coura. Foi intenção que o processo de participação passasse pelo envolvimento da população numa fase inicial do Plano, estimulando a vontade da população em acompanhar as restantes fases do Plano de Paisagem das Terras do Coura, criando oportunidades para o debate e reflexão sobre as paisagens.

As ações de participação englobaram seis sessões de participação pública, dedicadas a públicos-alvo distintos: Juntas de Freguesia, Agentes de Turismo, Funcionários da Câmara Municipal e População Escolar, num total de 162 participantes. As sessões públicas realizadas entre Novembro e Dezembro de 2016, foram lideradas pela equipa técnica, que apresentou os trabalhos em curso em sessão plenária, e introduziu os objectivos da sessão, reforçando o papel da participação da população neste processo.

Neste enquadramento, nesta fase de participação pública, os resultados permitem aferir uma percepção sobre as paisagens, a qual traduz a interpretação individual de cada participante, numa visão representativa da população, das suas utilizações e dos principais problemas.

5 - CONCLUSÕES

Como colorário das análises efectuadas, foi realizada na 2ª fase, a identificação das subunidades de paisagem das Terras de Coura. Na metodologia desenvolvida, a equipa recorreu à conjugação de dimensões que incluem identidade, coerência de usos, riqueza biológica, raridade dos

elementos e a sensação provocada no observador, definindo a nível nacional grupos de unidades de paisagem.

A delimitação das dez subunidades de Paisagem definidas na fase anterior do Plano e que serão apresentadas à população para efeitos de discussão pública relativamente aos seus limites, foram realizadas tendo por base a análise de diversos factores, elementos ou componentes da paisagem, apresentando uma evolução constante, no decorrer do projeto, e que continuará nessa dinâmica.

Efetivamente, para a sua delimitação tivemos por base os estudos abióticos, no que se refere fundamentalmente à fisiografia do território, tais como declives, exposições solares ou hipsometria. Para o efeito, tendo por base a cartografia referida, foram analisados ainda a litologia, os solos, a altitude, o relevo, a zona climática homogénea, a rede hidrográfica, a ocupação atual dos solos, a dimensão da unidade e os recursos ecológicos presentes. Estes elementos, de origem natural ou antrópica, contribuem em conjunto para um padrão que caracteriza uma subunidade de paisagem e a distingue das envolventes. Aos elementos analisados foi ainda adicionado um factor com três graus de valoração e que designámos como *determinante*, *importante* e *complementar*. Com estas graduações tornam-se objectivas as características intrínsecas identitárias de cada subunidade, diferenciando-as entre si.

Naturalmente que algumas das subunidades paisagísticas aqui definidas têm uma continuidade espacial para além dos limites municipais, mas que aqui não serão apresentadas.

Deste modo, as dez subunidades de paisagem identificadas, têm um padrão comum e traços distintivos entre si, incluindo, no entanto, pequenas áreas que podendo ser consideradas de transição, foram incluídas nas subunidades definidas. Na fase seguinte do plano serão desenvolvidos, do ponto de vista da caracterização, elementos que distinguem cada uma das subunidades, tais como os recursos culturais, os valores patrimoniais e etnográficos existentes, os recursos naturais da fauna e da flora, entre outros.

6 - BIBLIOGRAFIA

Associação dos Arquitectos Portugueses. *Arquitectura Popular em Portugal*, 1º Volume. Lisboa: AAP, 1988 (2ª edição)

Castro Caldas, Eugénio. *A Agricultura na História de Portugal*. Lisboa: E.P.N., Lda, 1998

Cunha, Narcizo C. A. *No Alto Minho: Paredes de Coura*. Paredes de Coura: Câmara Municipal de Paredes de Coura (1ª edição de 1909), 2010

Departamento de Territorio y SostenibiliDdad. *Catálogo de Paisaje de les Comarques Centrals - Memòria I*. Barcelona: Generalitat de Catalunya, 2015

- Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. *A Paisagem na Revisão dos PDM: Orientações para a Implementação da Convenção Europeia da Paisagem no Âmbito Municipal*. Lisboa: DGOTDU, 2011
- Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano. *Contributos para a Identificação e Caracterização da Paisagem em Portugal Continental*, Volume I e II. Lisboa: DGOTDU, Coleção Estudos 10, 2004
- Domingues, Álvaro. "Paisagens rurais em Portugal: algumas razões da polémica". Revista da Faculdade de Letras - Geografia I série, vol. XIX, 2003
- Fontelo, Eduarda. "Plano de Acção da Colónia Agrícola de Chã de Lamas - Estratégia para a Salvaguarda da Paisagem". Trabalho de Pós-graduação, Câmara Municipal de Paredes de Coura, 2007
- Gralheiro, Jaime. *Comentário à Nova Lei dos Baldios: Lei nº 68/93, 4 de Setembro*. Coimbra: Almedina, 2002
- Instituto de Conservação da Natureza e Florestas. *Plano Regional de Ordenamento Florestal do Alto Minho - PROFAM*, 2007
- Instituto de Estudos do Território. *Catálogo paisaxístico da comarca de Deza - Memoria*. Santiago de Compostela: Consellería do Medio Ambiente e Ordenación do Territorio, Xunta de Galicia, 2016
- J Farinha, Carlos (Coord.). *Percursos. Paisagens & Habitats de Portugal*. Lisboa: ICNF/Edição Assírio & Alvim, 2000
- Oliveira, Ernesto Veiga de, Galhano, Fernando e Pereira, Benjamim. *Tecnologia Tradicional Portuguesa - Sistemas de Moagem*. Lisboa: Ed. INIC - Instituto Nacional de Investigação Científica, 1983
- Oliveira Martins, J.P. *Fomento Rural e Emigração*. Lisboa: Guimarães Editores, 3ª Edição, 1994
- Ribeiro, Orlando. *Portugal, O Mediterrâneo e o Atlântico*. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 7ª Edição, 1998
- Rougerie, G. e N. Beroutchachvili. *Géosystèmes et Paysages. Bilan et Méthodes*. Paris: Ed. Armand Colin, 2001
- Santos, Carlota M. F. *Santiago de Romarigães, Comunidade Rural do Alto Minho: Sociedade e Demografia (1640-1872)*. Paredes de Coura: Instituto de Ciências Sociais - Universidade do Minho/Câmara Municipal de Paredes de Coura, 1999
- Serén, Maria do Carmo. *Deambulações no Tempo. Retórica de uma Memória de Paredes de Coura*. Paredes de Coura: Câmara Municipal de Paredes de Coura, 2010
- Silva, Maria de Fátima M. e Carlos A. M. G. Silva. *Carta Arqueológica de Paredes de Coura*. Paredes de Coura: Câmara Municipal de Paredes de Coura, 2007

LOS ESPACIOS LIBRES DE USO PÚBLICO EN EL TERRITORIO RURURBANO GALLEGO. EL CASO DE GONDOMAR, PONTEVEDRA

Jimela Varela

Resumen: En los últimos 60 años, Galicia vivió, sobre todo en el litoral atlántico, un intenso proceso de urbanización que convirtió sus parcelas agrícolas en solares edificables. El paisaje resultante, calificado como caótico y desordenado, se plantea ahora ordenar a partir de planes territoriales integrados de escala metropolitana. Sin negar esta necesidad, este artículo defiende también la pertinencia de la pequeña escala y plantea una clasificación y análisis de los espacios libres de uso público, a partir de los cuales construir la red que sirva para densificar y jerarquizar el territorio rururbano, dotándolo además de referencias y legibilidad para sus viejos y nuevos habitantes.

Palabras clave: Rururbano; Urbanización Difusa; Espacios Libres; Galicia; Planeamiento.

THE OPEN SPACES OF PUBLIC USE IN THE RURURBAN GALICIAN TERRITORY. THE CASE OF GONDOMAR, PONTEVEDRA.

Jimela Varela

Abstract: In the last 60 years, Galicia lived, especially in the Atlantic seaboard, an intense process of urbanisation that converted its agricultural parcels into buildable lots. The resultant landscape, described as chaotic and disordered, is posed to be planned through integrated territorial plans at a metropolitan level. Without denying this need, this article defends also the relevance of the small scale and poses a classification and analysis of the open spaces of public use, from which build a network to densify and establish a hierarchy in the rururban territory, endowing it with references and legibility for its old and new inhabitants.

Keywords: Rururban; Urban Sprawl; Open Spaces; Galicia; Planning.

LOS ESPACIOS LIBRES DE USO PÚBLICO EN EL TERRITORIO RURURBANO GALLEGO. EL CASO DE GONDOMAR, PONTEVEDRA

Jimela Varela

1 - INTRODUCCIÓN: EL PAISAJE *BANAL*

En la actualidad hay un consenso generalizado en las ciencias sociales acerca del papel creciente que las ciudades y sus áreas de influencia juegan en la economía mundial²¹. En el campo del urbanismo, esto se ve reflejado en la importancia creciente que está cobrando la escala metropolitana, tanto como ámbito de estudio académico como por un cierto interés institucional (que en Galicia es aún incipiente) por el desarrollo de planes territoriales de ordenación. Sin duda alguna, los mismos son imprescindibles y carece de sentido que solo existan instrumentos de planificación a nivel municipal en el mundo contemporáneo. Pero también es necesario bajar el zoom y estudiar la pequeña escala de realidades, también fruto de cambios acelerados, que difícilmente pueden ser abordadas solo a través de la escala metropolitana.

Galicia es hoy en día un país, cuando menos sociológicamente, urbano. Desde los años 1950 a 1970, comienza a registrar una serie de cambios en su estructura productiva que se tradujo en un proceso de urbanización clásico, pero individualizado por su carácter acelerado. Este crecimiento no se detuvo en los ayuntamientos que acogen las ciudades, sino que favoreció la conformación de áreas urbanas alrededor de ellas²².

Las relaciones campo-ciudad y el proceso de urbanización global es uno de los asuntos más controvertidos y complejos de la explicación geográfica²³. Según el geógrafo Xosé M. Souto²⁴, hay dos maneras de expandir los cascos urbanos: mediante el crecimiento suburbano y el periurbano. El primer tipo se correspondería con las grandes operaciones inmobiliarias, de lógica

21 Saschen, 1999; Ascher, 2004

22 Pino e Lois, 2015, p. 7

23 Souto, 1991, p. 20

24 Souto, 2015, p. 587

capitalista, propio de las ciudades y villas. En cambio el crecimiento periurbano se caracterizaría por las iniciativas individuales, permitiéndose la autoconstrucción.

Este trabajo se basará en el estudio de este último tipo de crecimiento, también llamado rururbano o difuso²⁵ y calificado normalmente como caótico, desordenado, o incluso feo. Este tipo de juicios superficiales, basados en una honda incompreensión, provocaron que hasta hace no mucho tiempo este territorio transgénico²⁶ estuviera olvidado por las instituciones y por la academia. Como prueba de esto podría citarse la edición de la *Guía de Buenas Prácticas para la intervención en núcleos rurales por la Consellería de Medioambiente, Territorio e Infraestructuras en el año 2014*, redactada por el Catedrático de Urbanística y Ordenación del Territorio de la Escuela Técnica Superior de Arquitectura de A Coruña, D. José González-Cebrián. Esta guía se dedica a orientar la intervención en los núcleos que *“todavía presentan unas características propias”*, los cuales no fueron afectados por los crecimientos que *“han distorsionado aquella lógica inicial, haciendo difícil su identificación como piezas significativas de un paisaje propio, e incorporándose al banal paisaje que caracteriza nuestros actuales territorios en transformación”*. Parece que, en el caso de los núcleos rurales, sobre todo, del interior de Lugo y Ourense, tenemos unos ciertos criterios de intervención prefijados (sin entrar en los debates específicos que afectan a este territorio: despoblación, musealización, turistificación...), pero ¿qué pasa con el territorio designado en esta Guía como *banal*? ¿Qué hacemos con los espacios rururbanos pobres en servicios urbanísticos e infraestructuras? ¿Qué *buenas prácticas* podríamos citar para el planeamiento de este territorio, cotidiano para miles de gallegos y gallegas? ¿Qué objetivos tiene que fijarse el Plan General de un ayuntamiento caracterizado por este tipo de crecimiento? ¿Cuáles son las herramientas urbanísticas idóneas para planificarlo?

Además de los criterios técnicos, es imposible obviar los condicionantes políticos que se presentan. Galicia es un país de pequeños propietarios rurales, lo que supone una dificultad estructural añadida²⁷ a la voluntad de desarrollar un urbanismo redistributivo y socialmente justo. La doble condición de votantes y propietarios de los vecinos de un municipio, nivel administrativo que posee las competencias de la planificación, da lugar a prácticas no demasiado transparentes con demasiada frecuencia, y con la confusión de la suma de intereses particulares con el interés general.

25 Dalda, 2005

26 Domingues, 2007, p. 58

27 Pérez Rúa, 2015

Para tocar estos temas desde una perspectiva eminentemente empírica y orientada a la acción, se tomará el ayuntamiento de Gondomar, municipio correspondiente a la región urbana de Vigo y que está en fase de redacción de su Plan General de Ordenación Municipal, como estudio de caso. Gondomar carece de planeamiento municipal desde el año 2005, lo que sumado a la alta variabilidad en el gradiente rural-urbano²⁸ que presentan sus parroquias, da como resultado una alta complejidad en su desarrollo urbanístico.

El análisis consistirá, en primer lugar, en estudiar su realidad geográfica y urbanística a nivel municipal, llegando al nivel parroquial cuando existan datos. Tras este paso y con un mayor conocimiento del territorio, se realizará un inventario y una clasificación propia de la condición actual de los espacios libres de uso público del municipio. Esta elección del tema concreto del estudio se basa en tres factores. El primero de ellos es la necesidad, por la naturaleza del presente trabajo, de acotar el ámbito de estudio. El segundo es el convencimiento de que el espacio y los servicios públicos deben ser abordados como sistema, como red, y como elementos principales y articuladores de la planificación urbanística, que dotan de identidad y legibilidad al territorio (aunque en la práctica sea exactamente al contrario y sea el desarrollo de suelo residencial el *leitmotiv* de los planes de ordenación). Por último, y no menos importante, el tercer motivo es la necesidad de analizar el concepto y las categorías de espacios libres en el territorio rururbano, ya que parece claro que las tipologías de clasificación clásicas no parecen muy adecuadas para abordar su estudio.

Una vez completado el inventario y clasificación como base de trabajo, se establecerán, a modo de conclusión, una serie de reflexiones orientadas a esbozar los principales objetivos que debería seguir la planificación de la ciudad difusa con el espacio de uso público como eje estratégico, así como las problemáticas y potencialidades que la misma presenta.

2 - GONDOMAR COMO ESTUDIO DE CASO: CONTEXTUALIZACIÓN

2.1 - Situación geográfica

Gondomar forma parte de la región urbana de Vigo, caracterizada por su carácter difuso y poco compacto²⁹. Con respecto al resto de municipios que integran la recién puesta en marcha Área Metropolitana de Vigo, Gondomar es el cuarto ayuntamiento de catorce con menos densidad

²⁸ Dalda, 2005, p. 49

²⁹ Dalda, 2005, p. 80

de población, y se sitúa, según la tipificación desarrollada por Dalda en *La Ciudad Difusa en Galicia*, en un nivel de urbanidad intermedio³⁰ (Fig. 1).

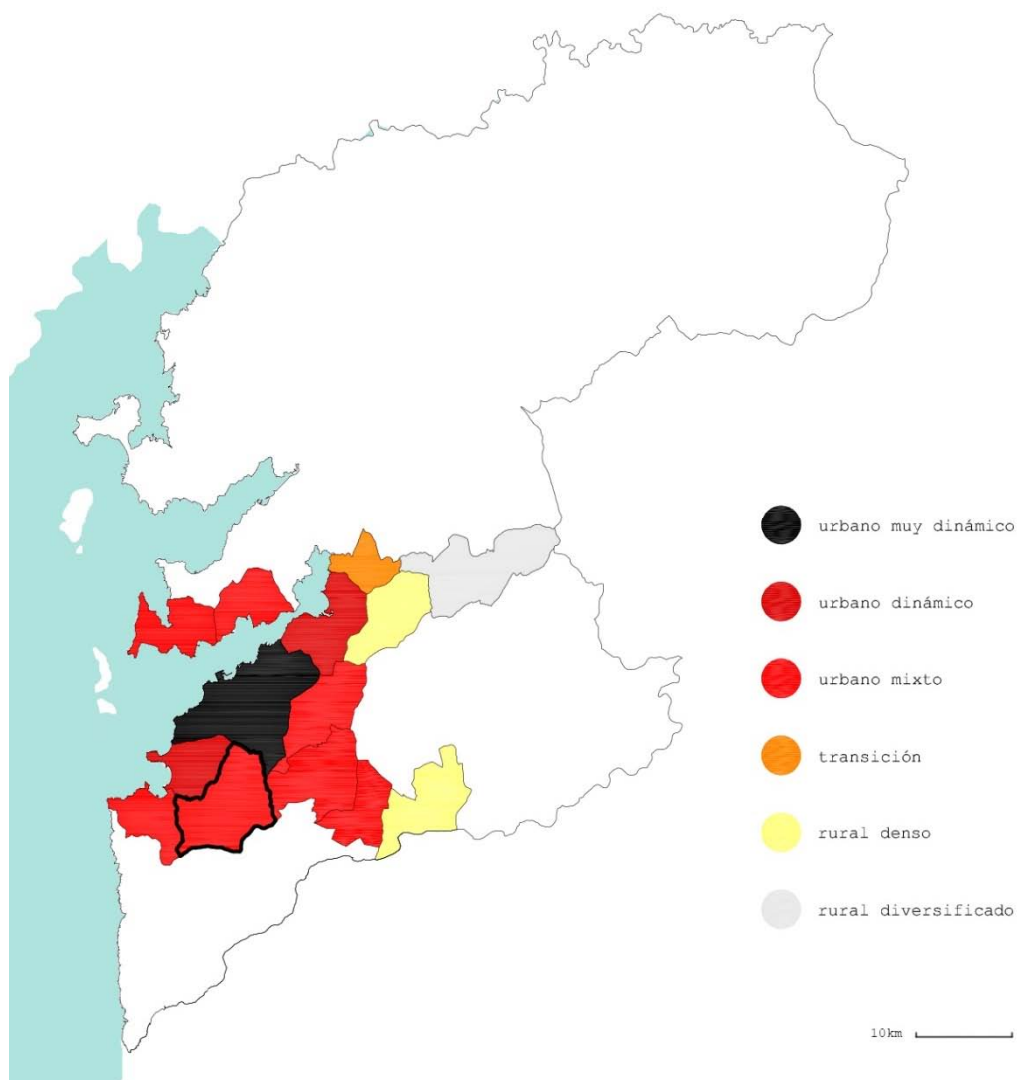


Fig. 1: Índice municipal de ruralidad-urbanidad del Área Metropolitana de Vigo

Fuente: La ciudad difusa en Galicia, J.L. Dalda

Histórica y geográficamente forma parte de la comarca del Val Miñor junto con Nigrán y Baiona. Esto le confiere una forma de anfiteatro al amparo de la Sierra del Gallinero, regado por una profusa red de ríos y riachuelos que confluyen en el río Miñor (Fig. 2).

30 Ibidem

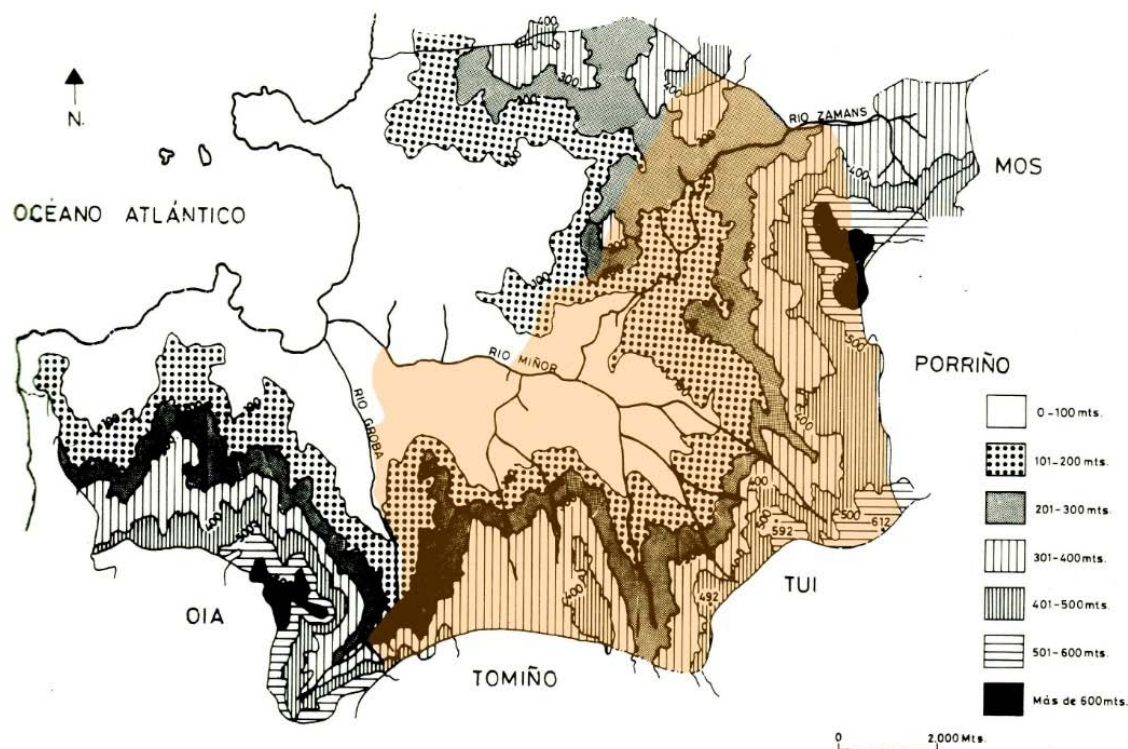


Fig. 2: Mapa hipsométrico del Val Miñor

Fuente: ValMiñor (Souto, 1991:17)

La elevada presencia de agua hace que aparezcan gran cantidad de asentamientos ligados en su origen a actividades agrarias aunque hoy, como dice Harvey³¹, "con la industrialización y la penetración del mercado se supera finalmente el antagonismo campo-ciudad". Estos asentamientos forman un continuo edificado en la zona de valle, la más baja del municipio, con algunos núcleos dispersos dispuestos en las zonas de ladera (Fig. 3). La población de Gondomar es de 14056 personas en el año 2015, distribuidas en 10 parroquias. 3588, un 25,5%, viven en el casco urbano, localizado en el centro geográfico del municipio y por donde pasan las principales vías de comunicación (Fig. 4).

31 Harvey, 1977, p.323

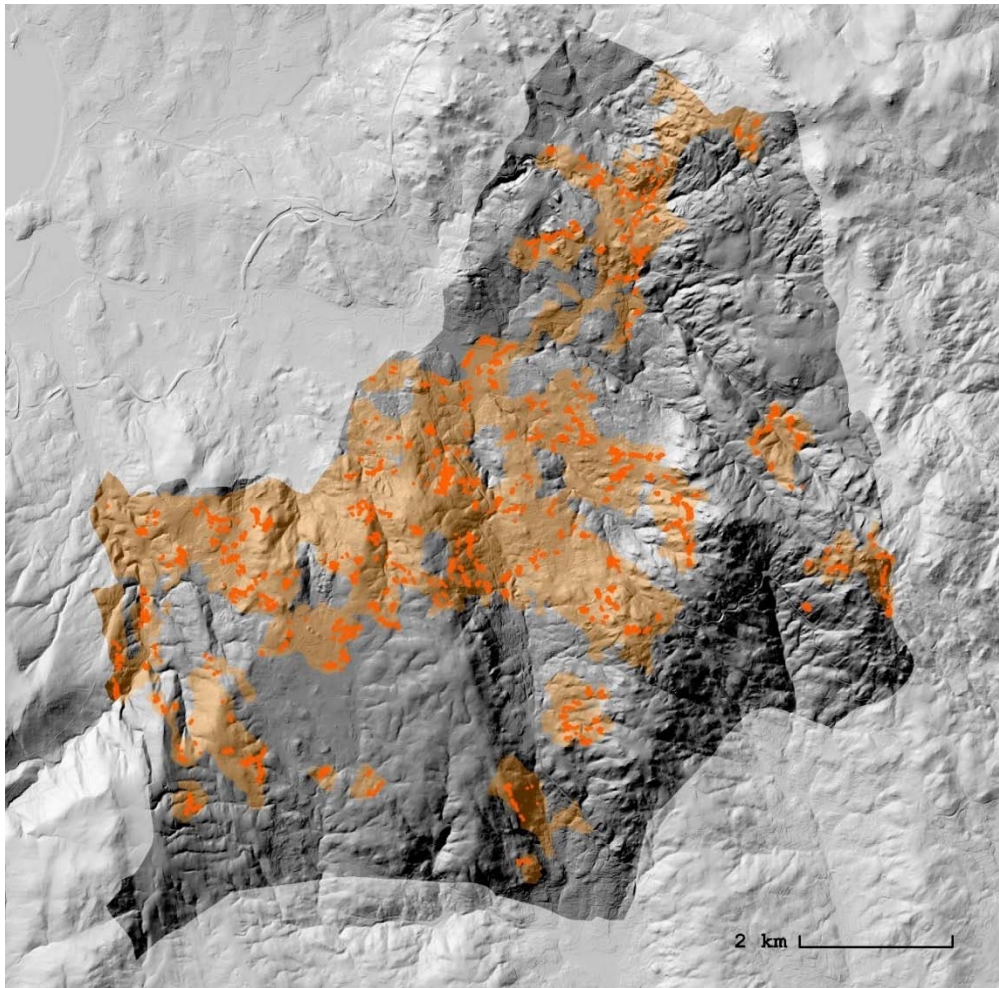


Fig. 3: Superposición de los asentamientos existentes en 1956 y el continuo edificado en 2014

Fuente: Elaboración propia

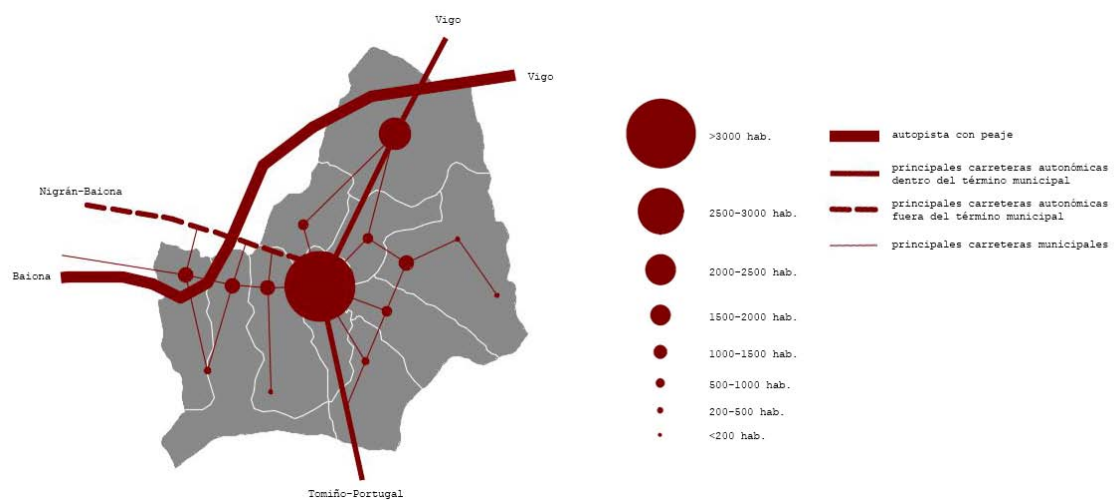


Fig. 4: Esquema de núcleos de población y movilidad del municipio de Gondomar

Fuente: Elaboración propia a partir de datos del Nomenclátor 2015 (Instituto Galego de Estadística)

2.2 - Situación socioeconómica

Gondomar presenta, en las últimas décadas, un proceso de crecimiento demográfico positivo, propio de las áreas periurbanas de las ciudades centrales. Si comparamos el crecimiento de Vigo en los años 2001-2005 con el de Gondomar, nos encontramos que en el caso del segundo el crecimiento es 10 veces mayor (20,85% frente a 2,37%). Este crecimiento se produce de forma sostenida desde los años 60, y acentuándose desde el año 2000. En los últimos 8 años, el crecimiento tiende a ser cercano a 0.

Analizando el crecimiento por parroquias (Fig. 5), vemos que Gondomar pasa de tener una densidad relativamente homogénea a presentar una gran concentración de población en el casco urbano, donde el crecimiento demográfico es espectacular, superando ampliamente el del resto de parroquias, como consecuencia de la reorganización administrativa del primer tercio del s. XIX³².

Chaín, Vilaza y Peitieiros, con una topografía relativamente suave y asentamientos cercanos a la parroquia central, presentan también un crecimiento destacable de alrededor del 25%, mientras que parroquias con asentamientos dispersos, a mayor altura y peor conectados como Morgadães y Couso presentan un saldo negativo de -0,5%, y un crecimiento débil de 4,52% respectivamente.

En cuanto a la densidad (Fig. 6), hay también una gran disparidad de valores a nivel parroquial. Lógicamente el valor mayor corresponde a la parroquia de Gondomar con 821,05 hab/km², seguida por Borreiros, con 320,26 hab/km². La parroquia de menor densidad es Couso, con 61,27 hab/km².

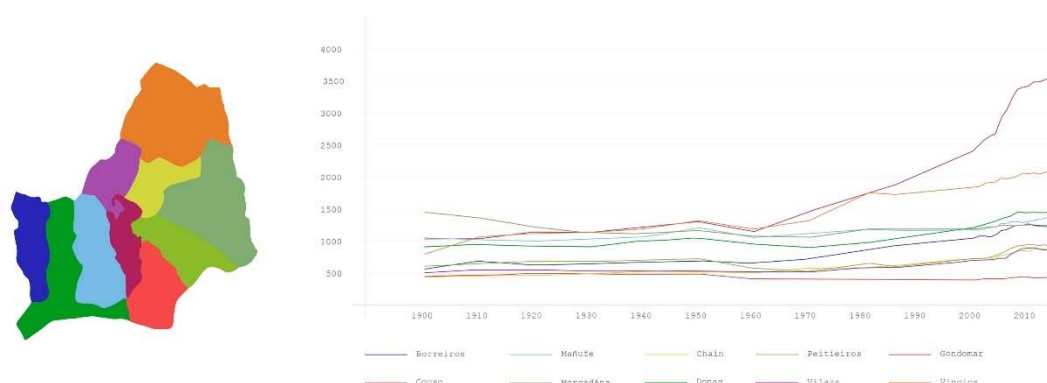


Fig. 5: Crecimiento poblacional de Gondomar por parroquias 1900-2010.

Fuente: Elaboración propia a partir de datos del Nomenclátor (Instituto Galego de Estadística)

32 Ferrás y Souto, p. 515-516

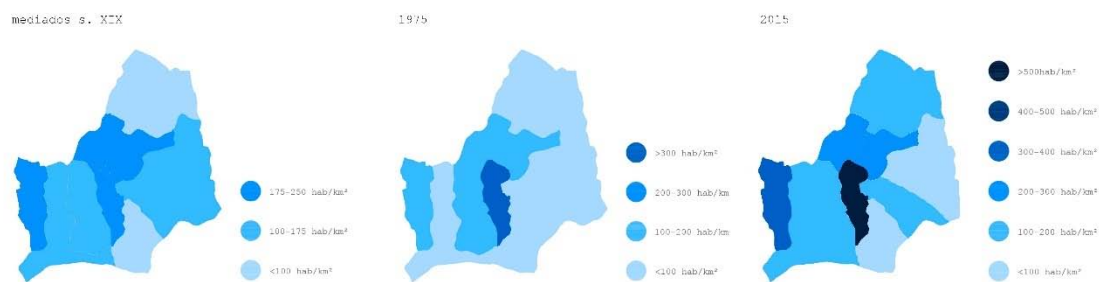


Fig. 6: Evolución de la densidad de Gondomar por parroquias.

Fuente: Elaboración propia a partir de datos del ValMiñor (Souto) y Nomenclátor (Instituto Galego de Estadística)

En cuanto al crecimiento del parque de viviendas, no se dispone de datos actualizados a nivel parroquial, datando los últimos datos del Censo de Población y Viviendas del año 2001.

Aunque obviar los datos desde dicho año puede no ser descriptivo de la situación actual, teniendo en cuenta el crecimiento poblacional y la fuerte actividad inmobiliaria previas al estallido de la crisis económico-financiera del 2008, puede ser indicativo comparar los datos de crecimiento demográfico y crecimiento de viviendas por épocas con los datos de los que disponemos.

Llaman especialmente la atención los datos relativos al último período estudiado, 1981-2001. En los anteriores períodos los porcentajes de crecimiento de viviendas y de población son más o menos parejos. En el último período, hay un enorme desfase entre ambos crecimientos analizados, dándose el mayor crecimiento de viviendas en la parroquia de Morgadães (124,21%), que tiene un crecimiento demográfico prácticamente nulo (1,68%).

Los datos del último Censo de Población y Viviendas, del año 2011, solamente nos brindan datos a nivel municipal. Estos indican que el crecimiento del parque de viviendas municipal fue de un 37,75% (de 4561 a 6283) en el período 2001-2011, mientras que el crecimiento de población en este mismo período fue del 20,13% (de 11631 a 13973).

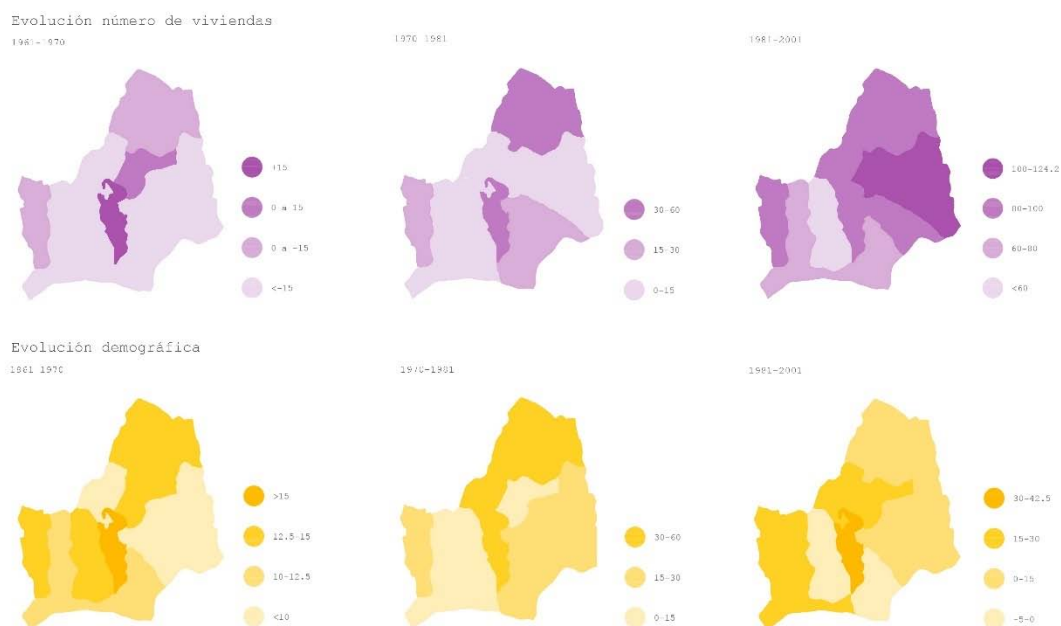


Fig. 7: Comparativa del crecimiento porcentual de viviendas y población de Gondomar por parroquias
 Fuente: Elaboración propia a partir de datos del ValMiñor (Souto) , Nomenclátor (Instituto Galego de Estadística) y Censo de población y viviendas

Según las estadísticas de transacciones inmobiliarias del Ministerio de Fomento (Tabla 1), desde el año 2004 hasta el año 2011 hubo 651 compraventas de viviendas nuevas. La falta de los datos de las transacciones desde el 2001 hasta el 2004 y toda vez que desde el año 2001 al año 2011 hubo un crecimiento de 1722 viviendas, podemos intuir que gran parte de las mismas fueron autopromociones de vivienda unifamiliar .

2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
183	106	101	88	75	33	54	9	5	8	4	3

Tabla 1: Transacciones inmobiliarias de obra nueva.

Fuente: elaboración propia a través de los datos de transacciones inmobiliarias de obra nueva por municipios de la Dirección General de Arquitectura, Vivienda y Suelo del Ministerio de Fomento.

2.3 - Situación urbanística

2.3.1 - Histórico del planeamiento municipal de Gondomar

El primer documento urbanístico de Gondomar se remonta al año 1900 (Plan de Expansión redactado por D. Ramiro Pascual, 25 de enero de 1900). Ahora bien, este Plan y el siguiente, redactado en 1975 por D. Xosé Luís Pereiro Alonso, únicamente establecían la ordenación

urbanística del núcleo urbano, por lo que hubo que esperar hasta la redacción de las Normas Subsidiarias reformadas para su adaptación a la Ley 11/85, que fueron de aplicación hasta el año 1997, cuando se aprobó el primer Plan General de Ordenación Municipal para regular las actuaciones en los núcleos rurales, en los que se asentaba la mayoría de la población municipal.

Actualmente, Gondomar es uno de los 42 municipios de Galicia, y el único del área Metropolitana de Vigo, que carece de planeamiento. Esto viene dado por la anulación del PGOM de 1997 mediante sentencia firme del TSXG de fechas 15/11/2001 y 10/1/2016.

En el caso de Gondomar, con motivo de diversas solicitudes de licencias y bajo amparo de la Ley 11/1985, de adaptación de la Ley del Suelo a Galicia, fueron delimitados numerosos núcleos rurales tradicionales en la década de los años 90, los que tras la anulación del Plan General y conforme a lo dispuesto en la legislación actual, son a día de hoy figuras legales de planeamiento. Un procedimiento de delimitaciones basado en las solicitudes presentadas individualmente, que junto a la incapacidad de medios que presentaba el ayuntamiento, deriva en la carencia de delimitaciones de numerosos núcleos de población tradicionales y preexistentes. En la actualidad, hay delimitados en Gondomar 98 núcleos de población de las 157 entidades existentes en el Nomenclátor.

En el año 2010 el ayuntamiento de Gondomar adjudica la redacción de un nuevo Plan General de Ordenación Municipal, que tras sucesivos cambios de gobiernos y de normativas, sigue pendiente de aprobación inicial.

2.3.2 - Gondomar en las Directrices de Ordenación do Territorio de Galicia

Las Directrices de Ordenación del Territorio (DOT), aprobadas definitivamente mediante el Decreto 19/2011, de 10 de febrero de 2011, son el instrumento que debe servir como marco de referencia para el establecimiento de una estrategia de desarrollo territorial en Galicia. Las DOT sitúan a Gondomar en la región urbana de Vigo, de la cual reconocen su carácter de crecimiento disperso que encarece los servicios de agua, saneamiento y recogida de basura y dificulta la movilidad sostenible.

Para ordenar la dotación y gestión de servicios las DOT proponen la puesta en marcha del Área Metropolitana de Vigo como ente de cooperación supramunicipal, que se encargará de la redacción de un Plan Territorial Integrado (PTI). Esta área urbana fue y sigue siendo objeto de conflicto político entre el ente autonómico y el Ayuntamiento de Vigo en materia de gobernanza y atribuciones competenciales, por lo que no termina arrancar de forma consensuada entre las partes integrantes.

Para esta región las DOT fijan la necesidad de articular los núcleos existentes a través del PTI, incorporándolos a la estrategia de integración del territorio de la Región urbana, y fortaleciendo sus señales de identidad y su oferta urbana como elementos clave de articulación territorial y de generación de áreas de centralidad que reduzcan las necesidades de desplazamiento (...). El resultado debe ser la progresiva generación de un espacio de gran atractivo ambiental y urbano, en el que desarrollar una oferta residencial de media densidad y alta calidad, junto a nuevas dotaciones y la posibilidad de acoger actividades económicas vinculadas al sector servicios, creando condiciones para una progresiva transformación de la segunda residencia en vivienda permanente.

Pese a no estar redactado este documento, las Directrices ya nos indican por dónde debe ir, que es, en definitiva, hacer del *continuum* edificado de la región algo más que un monocultivo residencial. Hay muchos factores que será necesario trabajar para acercarse a este objetivo, pero sin duda uno de ellos será potenciar y ampliar la red de espacios libres de uso público, como lugares de socialización, esparcimiento y juego, pero también como espacios de referencia, que dotan de identidad y carácter al territorio, y que pueden constituir las centralidades en torno a las cuales densificar y diversificar el suelo residencial de baja densidad que es actualmente.

3 - LOS ESPACIOS LIBRES DE USO PÚBLICO

3.1 - Clasificación

¿Qué es un espacio libre en el territorio rururbano? ¿Qué características tiene y cómo podemos analizarlo? Lo que parece claro es que las tipologías de clasificación clásicas no parecen muy adecuadas para abordar su estudio. Por ejemplo, la desarrollada por Lynch³³, que identifica los espacios abiertos como *parques, plazas, parques lineales, patios de recreo, espacios yermos y campos para el desarrollo de actividades deportivas*, puede ser adecuada para la ciudad consolidada, pero no es operativa para este ámbito de estudio. Difícilmente podríamos encuadrar en estas categorías el *campo da festa*, por ejemplo.

En cuanto a qué espacios tomar en cuenta, se considerará *espacio libre de uso público* aquellos que comparten la característica de ser de utilización libre por cualquier persona a cualquier hora y día del año. Por lo tanto, lo que define el espacio público es su uso y no su estatus jurídico³⁴.

³³ Lynch, 1981

³⁴ Borja, 2002, p.123

Esto significa que ciertos espacios, como los campos de fútbol y los espacios anexos a los equipamientos educativos, de uso exclusivo del club y de la comunidad educativa respectivamente, quedan excluidos de la definición. También se excluirá del análisis el núcleo urbano del municipio, entendido que éste presenta unas dinámicas y espacios similares tipológicamente, aunque a una escala reducida, de los existentes en la ciudad tradicional.

Ya que la definición del espacio público se basa en el uso, la clasificación tipológica es también basada en los usos (o no) del espacio en el momento del estudio. Así, tras realizar un inventario y mapeado de todos los espacios que encajan con la definición propuesta, se desarrollan las siguientes categorías de clasificación:

<i>categoría</i>	<i>subcategoría</i>	<i>ejemplos</i>
Espacio libre con vocación de uso público	Espacios de circulación	Caminos agrícolas y pistas forestales (Fig. 8)
		Camino rural con espacio compartido peatón-coche (Fig. 9)
	Espacios de estancia	Vías con espacio segregado para el peatón (Fig. 10)
		Espacios polivalentes (Fig.s 11, 12 y 13)
		Espacios anexos a equipamientos (Fig. 14)
Espacio libre de uso público potencial (indeciso o residual)	Espacios mixtos	Zonas verdes forestales o fluviales (Fig. 15)
		Pequeños espacios anexos a la red viaria (Fig. 16 y 17)
	Espacio remanente de la ordenación o de las infraestructuras	Dominio público de la red fluvial (5m) (Fig. 18)
		Dominio público de la autopista (8m)
		Cesión viviendas unifamiliares (4m) (Fig. 19)
		Viaductos (Fig. 20)
Espacio improductivo		Cruces de vías
		Rotondas
		Parcelas peq. tamaño, topografías pronunciadas (Fig.s 21 y 22)
		Edificaciones y parcelas abandonadas (Fig. 23)

Tabla 02: Clasificación tipológica de los espacios libres de uso público. *Fuente: elaboración propia.*

Espacio libre con vocación de uso público: Es el espacio que presenta uso(s) como espacio público en la actualidad, pudiendo estar cualificado para los mismos en distintos grados. Dentro de esta categoría principal se engloban tres subcategorías:

Espacios de circulación: Es la red viaria del municipio. Cuantitativamente es casi la misma que hace 60 años (prácticamente no se realizan nuevos trazados viarios, exceptuando la autopista),

pero presentando cambios en su ancho y jerarquía: algunas vías desaparecen o se transforman en caminos de menor importancia, mientras otras, en zonas más densamente pobladas, ven aumentadas su sección para adecuarse al paso del coche privado.

Solo cuentan con aceras las carreteras del casco urbano y las carreteras PO-340 Gondomar-Ramalloza y Gondomar-Couso a su salida del centro, así como la PO-331 a su paso por Vincios y la carretera Gondomar-Morgadães, esta última no de forma completa. El resto del viario no presenta ningún elemento que priorice o fomente la seguridad peatonal, lo que redunda en un uso prioritario del coche privado en detrimento del peatón.



Fig. 8: Camino agrícola (Donas). Fuente: Captura de Google Maps



Fig. 9: Camino rural con espacio compartido peatón-coche (Donas). Fuente: Captura de Google Maps



Fig. 10: Vía con espacio segregado para el peatón (Vincios). Fuente: Captura de Google Maps

Espacios de estancia: Es el espacio de uso público por excelencia: el espacio de juego, de reunión o de celebración. Una de las principales diferencias que presenta con respecto al que podemos encontrar en la ciudad consolidada es que generalmente su titularidad y gestión no están vinculadas a una administración pública: puede ser de la iglesia, de la comunidad de montes, o de la asociación de vecinos. En el territorio rururbano es posible encontrar los siguientes espacios estanciales:

Espacios polivalentes: Ante la escasez de suelo de uso público, una de las características fundamentales en el espacio rururbano es la multifuncionalidad de los espacios abiertos de los que dispone. Normalmente, las tres funciones principales son *torreiro* o *campo da festa*, aparcamiento y pista deportiva, que se alternan según el momento del año y las necesidades que se presentan. El grado de urbanización de estos espacios es muy variado, pudiendo tener o no algún tipo de acondicionamiento. Generalmente están vinculados o bien a la iglesia, o bien al centro cultural, equipamientos fundamentales, junto con el colegio, de la parroquia.



Fig. 11: Espacio polivalente: pista deportiva - campo da festa (Chain). Fuente: Captura de Google Maps



Fig. 12: Espacio polivalente: pista deportiva - aparcamiento (Morgadães). Fuente: Captura de Google Maps

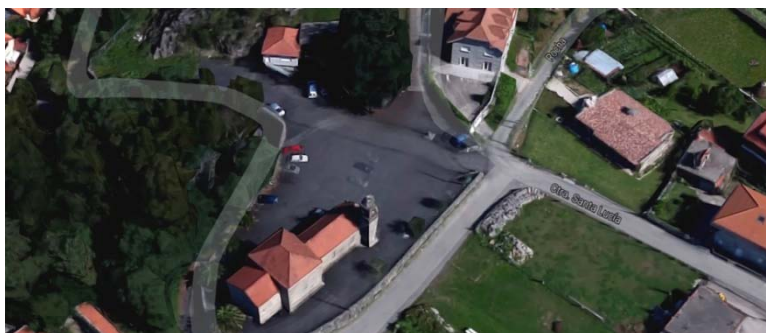


Fig. 13: Espacio polivalente: aparcamiento - campo da festa (Vincios). Fuente: Captura de Google Maps

Espacios anexos a equipamientos: Son las zonas verdes abiertas de las escuelas unitarias, atrios de iglesias, jardines de centros culturales... sin una función concreta como las enumeradas en el punto anterior, pero que sí funcionan como zona de esparcimiento del equipamiento en cuestión y del barrio en general. Algunos incluyen juegos infantiles.



Fig. 14: Espacio anexo a equipamiento (escuela unitaria de A Fraga, Vincios). Fuente: Captura de Google Maps

Zonas verdes forestales o fluviales: Son espacios de ocio habitualmente situados en terreno de las comunidades de montes o en zona de protección de cursos de agua. Algunos son escenario de romerías en verano y pueden ser miradores o contener elementos de interés arqueológico como petroglifos. Son zonas que trascienden la escala parroquial, atrayendo a visitantes de fuera del municipio.



Figura 15: Zona verde forestal (Vincios). Fuente: Captura de Google Maps

Espacios mixtos: Son pequeños espacios de servicio anexos a la red viaria, a mitad de camino entre lo estancial y lo circulatorio, como por ejemplo lavaderos, cruceiros y paradas de autobús.



Fig. 16: Marquesina - banco (Donas). Fuente: Captura de Google Maps



Fig. 17: Lavadero (As Rasas, Gondomar). Fuente: Captura de Google Maps

Espacio libre de uso público potencial (indeciso o residual): Según Gilles Clément³⁵, es todo aquel espacio en estado de abandono relativo, desprovisto de función, a los que resulta difícil darle nombre. Ignasi de Solà-Morales³⁶ les aplica el vocablo francés *terrain vague*, y frente a la lógica productiva de la ciudad, reivindica su valor de ruina, de improductividad como única forma de mantenerse ajeno a la lógica capitalista de la producción del espacio. Jordi Borja³⁷, sin embargo, les reconoce una enorme potencialidad como espacios de oportunidad, bien para la creación de espacios públicos permanentes o efímeros.

Para una mejor caracterización, se pueden nombrar dos subcategorías dentro de los espacios residuales:

³⁵ Gilles, 2007

³⁶ Solà Morales, 1995, p. 181-193

³⁷ Borja, 2005

Espacio remanente de la ordenación o de las infraestructuras: Es el residuo de toda actividad de ordenación urbanística, como la zona de protección de la red fluvial e infraestructuras, las cesiones por retranqueo en la construcción de viviendas unifamiliares, y los espacios vinculados a la red viaria como rotondas, viaductos y cruces.



Fig. 18: Dominio público de la red fluvial (Mañufe). Fuente: Captura de Google Maps



Fig. 19: Cesión viviendas unifamiliares (Donas). Fuente: Captura de Google Maps



Fig. 20: Viaducto bajo la autopista (Donas). Fuente: Captura de Google Maps

Espacio improductivo: Son aquellos espacios sin utilidad aparente por su topografía pronunciada, por el pequeño tamaño de la parcela o que están abandonados y/o en ruinas, tanto públicos como privados.



Fig. 21: Parcela residual (Chain). Fuente: Captura de Google Maps



Fig. 22: Talud entre carreteras (Morgadães). Fuente: Captura de Google Maps



Figura 23: Ruinas de vivienda (Couso). Fuente: Captura de Google Maps

3.2 - Distribución

Para estudiar la situación de la que se parte, y siguiendo la anterior clasificación, se estudiará la distribución del espacio libre de uso público estancial. Según la publicación *Sistema de*

*indicadores y condicionantes para ciudades grandes y medianas (más de 2000 habitantes)*³⁸ elaborado por el Gobierno de España, el espacio público de estancia es aquel que, por sus características morfológicas y funcionales, permite la interacción entre personas y/o entre éstas y un espacio de calidad. Son, además de los espacios ya clasificados, las aceras de más de 5 metros de ancho. Puede ser discutible si en las entidades de población que componen Gondomar es adecuada esta medida, pero lo cierto es que de las pocas aceras que hay fuera del casco urbano, ninguna puede considerarse espacio estancial al tener un ancho mínimo que ni siquiera cumple con la legislación actual (0,90 metros libres de obstáculos en áreas no desarrolladas mediante instrumentos de ordenación integral³⁹) en casos como la carretera Gondomar-Vincios, o al estar colonizada por los vehículos privados como es el caso de la vía Gondomar - A Ramallosa (Fig. 24).



Fig. 24: Acera y senda peatonal-ciclista en las carreteras Gondomar-Vincios y Gondomar-A Ramallosa

Fuente: Captura de Google Maps y elaboración propia (2016) respectivamente

El documento *Sistema de indicadores y condicionantes para ciudades grandes y medianas* marca una dotación mínima de espacios estanciales de 10m² de espacio de estancia/habitante. Sin embargo, tan o más relevante que la dotación de espacios estanciales es estudiar su distribución y accesibilidad. Para definirlos como espacios de proximidad, se toma una distancia de 300 metros, es decir, la distancia que se recorre en 5 minutos caminando.

Este análisis, combinando la dotación en superficie y la accesibilidad, da como resultado la siguiente tabla:

³⁸ Congreso Nacional de Medio Ambiente, 2010
³⁹ Decreto 35/2000

<i>parroquia</i>	<i>EE (m²)</i>		<i>% EE parroquia - ELUP total municipio</i>	<i>hab.</i>	<i>EE(m²)/hab.</i>	<i>viviendas</i>	<i>viviendas con EE <300m</i>
Gondomar	51672	19,96%	3650	14,16	652*	325*	49,85% *
Borreiros	16896	6,53%	1245	13,57	909	187	20,57%
Chaín	7693	2,97%	882	8,72	579	224	38,69%
Couso	9905	3,83%	401	24,7	312	188	60,26%
Donas	35941	13,88%	1480	24,28	1068	314	29,40%
Mañufe	26539	10,25%	1372	19,34	834	481	57,67%
Morgadáns	61354	23,70%	1219	50,33	807	414	51,30%
Peititeiros	12733	4,92%	957	13,31	659	244	37,03%
Vilaza	2747	1,06%	881	3,12	497	165	33,20%
Vincios	33438	12,91%	2105	15,89	1086	436	40,15%
Total	258918		14192	18,24	6751*	2653*	40,23% *

*parte de las mismas son viviendas colectivas

Tabla 3: Dotación de espacio estancial (EE) por parroquias. Fuente: elaboración propia a través de análisis mediante SIG y datos del Nomenclátor 2015 (Instituto Galego de Estadística)

Así, podemos establecer que al contrario de lo que podría suponerse a priori, la dotación numérica de espacios estanciales tan solo es inferior a la recomendada en dos parroquias, Chaín y Vilaza, mientras que las restantes superan los 10m² por habitante. Esto no quiere decir que toda la población tenga fácil acceso a los mismos: solamente el 40% de la población gondomareña tiene espacios de estancia a 5 minutos o menos de distancia a pie. Hay cierta relación entre el grado de dispersión y la accesibilidad de los espacios estanciales. Las parroquias que presentan un crecimiento más disperso, en la zona de valle, cuentan con los índices de proximidad más bajos, mientras aquellos núcleos en las zonas más elevadas, de crecimiento más concentrado debido a la topografía pronunciada que marca límites naturales, presentan un grado de accesibilidad a los espacios de uso público mayor.

3.2 - Los espacios libres en la legislación urbanística y en el Plan General en redacción

Para entender la situación descrita, es necesario conocer los mecanismos que la legislación urbanística (tanto la actual como la ya derogada, para entender la evolución histórica) prevé para la dotación de espacios libres de uso público en relación con el tipo de suelo que nos ocupa, así como analizar las actuaciones previstas en este sentido en el Plan General actualmente en redacción.

En primer lugar, es importante indicar que la Ley Orgánica 1/1981 del Estatuto de Autonomía de Galicia dota a la comunidad autónoma de la competencia exclusiva en materia de ordenación territorial y litoral, urbanismo y vivienda. La Ley del 22 agosto de 1985, de adaptación de la Ley del Suelo estatal a Galicia, introduce tímidamente la figura del núcleo rural, pero no es hasta la Ley 1/1997 del Suelo de Galicia que aparece el suelo de núcleo rural como categoría de suelo diferenciado del urbano, urbanizable y rústico, con la finalidad de recoger la singularidad del sistema de asentamiento poblacional gallego.

Dicha Ley introduce la necesidad de hacer un Análisis del Modelo de Asentamiento Poblacional en los Planes Generales de Ordenación Municipal, previendo que, en el caso de aparecer situaciones de complejidad urbanística, se desarrollarán una serie de indicadores que podrán determinar la necesidad y obligatoriedad de formular Planes Especiales de Mejora del Núcleo Rural. Estos planes tendrían como finalidad el establecimiento de una ordenación urbanística pormenorizada no solo en el caso de cumplir las condiciones definidas por medio de los indicadores, si no también en el caso de “actuaciones integrales sobre parte del núcleo rural”. Los Planes Especiales de Núcleo Rural (y por lo tanto el sistema de indicadores) son eliminados en la ley vigente (Ley 2/2016, de 10 de febrero, del suelo de Galicia) que justificándose en la simplificación jurídica atribuye a la figura del Plan Especial de Reforma Interior la potestad para ordenar los núcleos rurales, y por lo tanto perdiendo esta figura específica.

En el caso de Gondomar, el sistema de indicadores, que se estableció en el anulado PGOM de 1997⁴⁰ tampoco fue realmente efectivo, ya que no se garantizaba el seguimiento y cumplimiento

40 El PGOM de Gondomar del año 1997 establecía los siguientes indicadores para la formación de un Plan Especial de Mejora del Núcleo Rural: *Para establecer la necesidad de formación de un Plan Especial de Mejora del Núcleo Rural (PEMN), de acuerdo con el art. 27.1 de la LESGA, se fijan los indicadores que a continuación se relacionan con las situaciones umbral que se indican:*

1. *Número de habitantes en el núcleo mayor de 200 o número de viviendas en el núcleo mayor de 70.*
2. *Densidad de vivienda en el núcleo mayor de 8 viv./ha*
3. *Número de licencias concedidas y ejecutadas o en ejecución para edificación principal, desde la entrada en vigor del Plan mayor de ¼ del número de viviendas existentes en núcleo con la aprobación del Plan.*
4. *Detección de problemas sanitarios con riesgos de contaminación de aguas superficiales, manantiales, pozos o aguas subterráneas. Cuando cualquiera de los tres primeros indicadores relacionados consigan las situaciones umbral que se indican, será recomendable proceder a la formación de un Plan Especial de Mejora del Núcleo.*
La concurrencia simultánea de dos de los indicadores por arriba de la situación umbral o la simple detección de los problemas sanitarios descritos en el cuarto indicador determinan la necesidad de formación inmediata del dicho Plan, procediendo el Ayuntamiento a la adopción del acuerdo correspondiente y a la suspensión de las licencias de edificación.

de los mismos. La redacción de los Planes Especiales de Núcleo Rural quedaban a merced de la voluntad política municipal, reacia en la mayoría de los casos a plantear cualquier actuación que pueda suponer un aumento de las cargas urbanísticas. La realidad fue que en los años de vigencia del Plan, ningún Plan Especial de Mejora de Núcleo fue redactado por cumplir con las situaciones descritas en los indicadores, a pesar de alcanzarse en muchos de ellos. Los tres planes redactados y ejecutados fueron “actuaciones integrales”, o lo que es lo mismo, promociones de carácter privado de viviendas unifamiliares.

En el caso del Plan General de Ordenación Municipal en redacción, la memoria descriptiva del avance reconoce como principal problema territorial y urbanístico el crecimiento disperso, sobre todo en las zonas bajas del municipio, con los consecuentes déficits en servicios urbanísticos básicos incluyendo el sistema de espacios libres y zonas verdes que nos ocupa.

A pesar de este diagnóstico, el documento propone un crecimiento en más de 1500 viviendas mediante delimitaciones de suelo de núcleo rural con licencia directa, sin dotar de ningún nuevo espacio libre en las parroquias y concentrando todo el crecimiento del mismo en el núcleo urbano. La justificación es que, a pesar de concentrar tres cuartas partes de la población, las parroquias “carecen de una masa crítica de población necesaria para demandar dotaciones públicas de cierta entidad. Además los núcleos rurales se encuentran rodeados de espacio libre (suelo rústico) por lo que no existe una demanda real de este tipo de espacios.” Esta afirmación se realiza careciendo de un análisis de los espacios existentes y de cualquier proceso participativo que indique que no hay “demanda real”. La legislación urbanística no define el concepto de “espacio libre”, por lo que da lugar, además, a este tipo de confusiones identificando suelo sin urbanizar o suelo rústico con valores naturales a preservar con espacio libre y zonas verdes.

<i>parroquia</i>	<i>EE (m²) actuales</i>	<i>% EE con respecto al total municipio actuales</i>	<i>nuevas viviendas previstas PXOM</i>	<i>nuevos EE (m²) previstos PXOM</i>	<i>EE (m²) actuales+ PXOM</i>	<i>% EE con respecto al total municipio actuales+ PXOM</i>
Gondomar	51672	19,96%	1515	104561	156233	42,98%
resto de parroquias	207246	80,04%	1560	-	207246	57,02%
total	258918		3075	104561	363479	

Tabla 04: Dotación de espacio estancial (EE) por parroquias en el PXOM en redacción.

Analizando la tabla 04, constatamos que la parroquia central pasa de concentrar un quinto de los espacios libres a casi la mitad de los mismos, acentuándose la desigualdad territorial entre el núcleo de la villa y el espacio suburbano, en donde vive la mayoría de la población.

3.3 - Los espacios libres en la inversión municipal

Además de concentrarse la creación de espacios libres en el casco urbano del municipio, también concentra la mayor parte de la inversión. El *Servicio de mantenimiento y conservación de las zonas verdes, arbolado y jardines públicos municipales* se encuentra gestionado de forma indirecta por una empresa, siendo adjudicado este servicio en el año 2014. Analizando el pliego técnico del servicio, de las 50 zonas que entran en el mismo, solamente 5 no pertenecen al casco urbano, siendo 3 de ellas escuelas rurales en funcionamiento (de las que la administración local ostenta el mantenimiento) y 2, escuelas ya clausuradas (una de ellas albergando una asociación, y la otra en desuso). Todas ellas tienen una categoría de mantenimiento reducido (pudiendo ser reducido, ordinario o especial) y suman 3425,41 euros de los 79997,3 euros que se presupuestan al año para servicio de mantenimiento y conservación de todo el municipio. Es decir, en un 20% de las zonas libres de uso público del municipio se invierte más del 95% del presupuesto municipal destinado a tal fin.

Por otro lado, si estudiamos las inversiones en infraestructuras hechas por medio del *Plan provincial de cooperación a las obras y servicios de competencia municipal para el ejercicio 2016*⁴¹, podemos comprobar que de los 228.863,77 euros invertidos en esta línea, un 42,7%, es decir, 97.743,15 euros son dedicados a las parroquias gondomareñas que aglutinan el 75% de la población. Viendo en detalle esta inversión, nos encontramos con el siguiente desglose:

	concepto de la obra	presupuesto
	Suministro de asfalto en frío necesario en varias actuaciones de reparación de firmes en Gondomar	25310,38
parroquias	Mejora de pavimentación, drenaje y seguridad vial en camino de Carrasquedo de Abaixo, Vilaza (honorarios proyecto)	15001,84
	Pavimentación del camino público 239 en Hervillás, Vincios	34673,52
	Pavimentación del camino público 245 en Rocha, Vincios	22757,41
	<i>total</i>	<i>97743,15</i>

41 Más conocido como *Plan Concellos*, es el programa anual por el que las diputaciones, en este caso la de Pontevedra, financia infraestructuras, contratación, amortización de créditos y otras acciones de competencia municipal. Es la subvención más importante a la que tienen acceso ayuntamientos de menos de 20.000 habitantes.

núcleo urbano	Obras de conservación y mantenimiento de urbanización y ajardinamiento del entorno al pabellón municipal	49,681,38
	Obras de conservación y mantenimiento del material de cubrición en polideportivo municipal	60318,69
	Obras de conservación y mantenimiento de urbanización y ajardinamiento del entorno al pabellón municipal (honorarios proyecto)	3611,85
	Obras de conservación y mantenimiento del material de cubrición en polideportivo municipal (honorarios proyecto)	3611,85
	Urbanización del espacio exterior del edificio administrativo del CDL en obras de instalaciones complementarias, fase 1 (honorarios proyecto)	4840
	Acondicionamiento del Parque da Coelleira (honorarios proyecto)	5445
	Ajardinamiento de cuatro rotondas en el Concello de Gondomar (honorarios proyecto)	3611,85
	<i>total</i>	131120,62
total		228863,77

Tabla 05: Inversiones hechas en las parroquias gondomareñas en el marco del Plan provincial de cooperación a las obras y servicios de competencia municipal para el ejercicio 2016.
Fuente: Elaboración propia a través de datos proporcionados por el Ayuntamiento de Gondomar

Es decir, según los datos proporcionados, un 42,7% se destina a inversiones en las parroquias, pero la totalidad de las inversiones en las mismas son para pavimentación de caminos, es decir, para mejorar el transporte rodado. No hay inversiones en espacios de uso público, ni en equipamientos, o en mejorar el transporte peatonal y/o ciclista en las parroquias, mientras en el núcleo urbano vemos que las inversiones son de un espíritu bien distinto, destinándose gran parte de las mismas en acondicionamiento y mejora de los espacios públicos.

4 - CONCLUSIONES

En base a lo expuesto en el presente texto, es posible decir que hay una desigualdad territorial evidente en cuando al tratamiento por parte de la administración de los espacios libres de uso público en el núcleo urbano y las parroquias. Seguramente nos encontraríamos con la misma constatación analizando los equipamientos, o las dotaciones de servicios básicos como abastecimiento de agua o saneamiento. Esto significa, en primer lugar, que hay que cambiar la visión sobre este territorio, y en eso tiene mucho que ver la visión urbana que se destacaba en la introducción del artículo. Los núcleos rurales, en perfecta sintonía con un sistema agrícola de subsistencia, se han convertido en un continuo edificado de tejido residencial de baja densidad, que demanda también servicios y dotaciones propios de la vida urbana. Esto no quiere decir,

como se expondrá más adelante, que debamos renunciar a nuestra identidad, sino todo lo contrario.

Los objetivos a los que hacen referencia las Directrices de Ordenación del Territorio, de dotar de mayor complejidad y densidad el espacio rururbano, pasan necesariamente por jerarquizar el espacio y crear centralidades y referencias en él. La propuesta a partir de este análisis es que el territorio se cosa a través de los espacios libres, entendiendo los mismos también de forma jerárquica mediante cuatro categorías: espacios de uso público de escala regional, municipal, parroquial y de entidad. Según lo analizado en el presente trabajo (ver tabla 03), el mayor déficit se encuentra a menor escala, en los espacios de proximidad parroquiales y sobre todo en los del nivel de entidad de población. Para mejorar esta dotación disponemos de dos posibilidades no excluyentes:

- Convertir los espacios libres no públicos, fundamentalmente los colegios, en espacios abiertos a la comunidad en horario no lectivo, teniendo en cuenta que todas las parroquias disponen de centros escolares que son utilizados solamente por la mañana de lunes a viernes.
- Concebir a los espacios residuales como parte de la red de espacios de uso público, planteando actuaciones que hagan partícipes a los/as vecinos/as de la entidad de su transformación. Lo recomendable sería plantear actuaciones de bajo coste y mantenimiento, dada la situación financiera actual de los ayuntamientos. Deben buscarse fórmulas de colaboración mediante convenios, beneficios fiscales, con el tejido social como son las comunidades de montes y las asociaciones de vecinos, e incluso con otras administraciones y propietarios/as individuales cuando sea el caso.

Este planteamiento debe evitar ser un compendio de actuaciones aisladas y ser pensado en red, teniendo en cuenta en el mismo nivel de importancia la conexión entre los espacios, no solo por una cuestión funcional, sino también por dotar de una estructura y de una mayor legibilidad al territorio. Debe fomentarse la movilidad blanda, dotando de mayor seguridad (y por lo tanto de espacio) al ciclista y al peatón, lo que pasa por dotar de sentido único ciertos caminos y recuperar la profusa red de caminos de uso agrícola hoy en riesgo de recuperación.

Siguiendo esta línea, es necesario también evitar en el planeamiento municipal nuevos desarrollos urbanísticos que planteen exclusivamente un crecimiento del suelo residencial en el territorio rururbano, que además de agravar el problema, suponen una negación del principio de equidistribución de cargas y beneficios. El suelo debe desarrollarse a través de Planes Especiales que integren, además de los estándares cuantitativos en cuanto a dotación de

espacios libres, estándares de proximidad. Estos planes deben servir para llegar al nivel de detalle necesario a escala de entidad de población, y para dotar a las mismas de los servicios y dotaciones necesarias, no para realizar urbanizaciones, como se ha utilizado hasta ahora.

Para concluir, también hace falta preguntarse si la ciudad difusa presenta alguna ventaja, aunque sea de forma potencial, frente a la ciudad compacta. Como Michael Neuman⁴² defiende, la sostenibilidad es más una cuestión de procesos que de forma. Tenemos un entorno de alto valor ambiental, con una tradición en el cultivo de subsistencia y una estructura parcelaria minifundista que puede encontrar en la agricultura de proximidad y los circuitos cortos de comercialización una alternativa de futuro. Existe también una cultura de la gestión colectiva (montes, comisiones de fiestas...) que potenciar y expandir. A partir de ahí, se abren las posibilidades: se puede conseguir un mayor nivel de complejidad y diversidad de funciones en el rururbano, o un suelo exclusivamente residencial y a merced de la especulación. Podemos tener un territorio dependiente del coche privado (y por ende, que excluye socialmente a quien no lo tiene) o en el que cualquier persona pueda desplazarse mediante transporte público, con sistemas de transporte a demanda, o caminado o en bici de forma segura en trayectos cortos. Todo dependerá del modelo territorial y por lo tanto de sociedad, que queremos para nuestro futuro.

5 - BIBLIOGRAFÍA

- Ascher, F., *Los nuevos principios del urbanismo: el fin de las ciudades no está al orden del día* (Madrid, Alianza Editorial, 2004)
- Borja, J., "La ciudad actual. El desafío del espacio público", *El valor de la palabra* 5 (2005): 25-44
- Borja, J., *La ciudad conquistada* (Alianza, Madrid, 2002)
- Clément, G., *Manifiesto del tercer paisaje* (Barcelona, Gustavo Gili, 2007)
- Dalda, J. L., *Cidade difusa en Galicia* (Santiago de Compostela, Servizo Central da Xunta de Galicia, 2007)
- Domingues, A., Gallego, P., "A non cidade no NO da península: E-conversas en territorios transxénicos con Álvaro Domingues", *O-monografías. Revista de arte y arquitectura. v. ciudad* 5 (2007): 37-73, 2007
- Ferrás, C. y Souto, X. M., "Cidade atlántica e organización territorial en Galicia", *Grial* 155 (2002): 507-527.
- Harvey, D., *Urbanismo y desigualdad social* (Madrid, S. XXI Editores, 1977)

42 Neuman, M. (2005)

Lois, R.C. y Pino D., coords., *A Galicia Urbana* (Vigo, Xerais, 2015)

introducción a *A Galicia Urbana*, 5-12

Souto, X. M., "É posible construír un urbanismo democrático dende o planeamento?" en *A Galicia Urbana*, 565-601

Lynch, K., *A Theory of Good City Form* (Cambridge, MA, MIT Press, 1981)

Neuman, M. "The Compact City Fallacy", *Journal of Planning Education and Research* 25 (2005): 11-26 , consultado el 20 de agosto de 2016, DOI: 10.1177/0739456X04270466

Pérez, M., "Urbanismo e cambio social" en *A Galicia Urbana*, 429-448

Sassen, S., *La ciudad global* (Buenos Aires, Universidad de Buenos Aires, 1999)

Solà - Morales, I. de, *Territorios* (Barcelona, Gustavo Gili, 2002)

Souto, M.; Souto, X. M., *O Val Miñor. Entre as transformacións rurais e as innovacións urbanas* (Vigo, Cámara de Comercio, Industria e Navegación, 1991)

"Sistema de Indicadores y Condicionantes para ciudades grandes y medianas", aprobado en el Congreso Nacional de Medio Ambiente (Madrid, 2010)

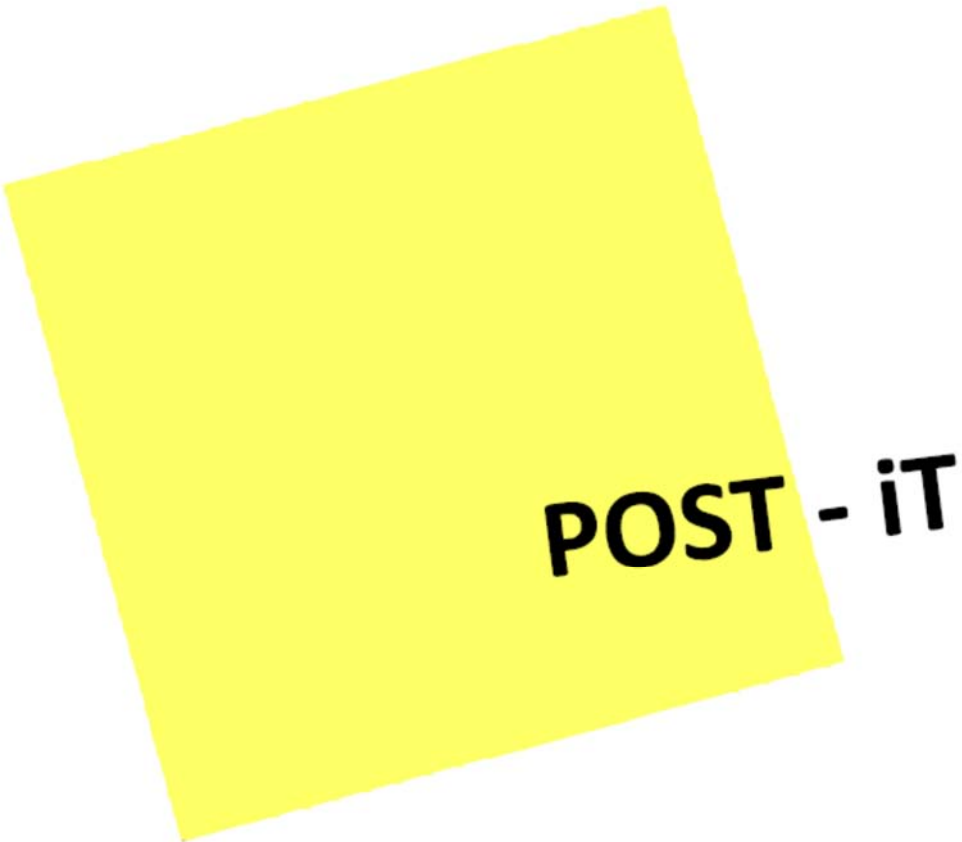
Ley Orgánica 1/1981, de 6 de abril, de Estatuto de Autonomía para Galicia. (BOE de 28 de abril de 1981)

Ley 11/1985, de 22 de agosto, de adaptación de la del suelo a Galicia. (BOE de 26 de octubre de 1985)

Ley 1/1997, de 24 de marzo, del Suelo de Galicia. (DOG de 26 de marzo de 1997)

Decreto 35/2000, del 28 de enero, por el que se aprueba el Reglamento de desarrollo y ejecución de la Ley de accesibilidad y supresión de barreras en la Comunidad Autónoma de Galicia. (DOG de 29 de febrero de 2000)

Decreto 19/2011, de 10 de febrero, por el que se aprueban definitivamente las directrices de ordenación del territorio. (DOG de 22 de febrero de 2011)



A PAISAGEM URBANA HISTÓRICA COMO VALOR DE PROJETO URBANO

Joana Capela de Campos

As consequências dos processos de patrimonialização sobre a cidade existente foram conseguidas em grande parte, pela influência que a Convenção do Património Mundial da UNESCO teve desde 1972. A urgência da abordagem para a conservação dos centros urbanos europeus, influenciada pela destruição causada durante as duas guerras mundiais, vai conduzir a anos de produção teórica e de pensamento sobre a conservação do património.

Os pedidos de inscrição de Centros Históricos na Lista do Património Mundial, a partir da década de 80 do século XX, foram altamente concorridos, tendo sido dos títulos mais desejados ao longo dos anos. Por tal facto, a partir de 2005, o Comité para o Património Mundial decide moderar o acesso à Lista, apesar de continuar a estimular e a promover as boas práticas de salvaguarda e proteção do património construído, nomeadamente, através de uma nova vertente que era preciso garantir na gestão do espaço urbano. A paisagem urbana histórica (Historic Urban Landscape - HUL) ganhava contornos teórico-práticos ao ser mais uma abordagem para uma gestão integrada e mais um critério de avaliação do espaço urbano, como forma de fomentar a sustentabilidade e o desenvolvimento das próprias cidades, ganhando o estatuto oficial de instrumento político de gestão patrimonial, pela UNESCO, em 2011.

Paisagem urbana é o resultado de várias intervenções num lugar, produto de transformações e ações sócio-político-culturais, ao longo do tempo. São somatórios de intervenções reveladoras dos esquemas mentais de cada época e período histórico. Uma paisagem é, neste sentido, um texto, como referiu James Corner, em 1991, aberto à interpretação e, consecutivamente, aberto à transformação. Contudo, deve ser assumida a importância da proteção e da salvaguarda da sua imagem material para garantir que a sua vertente intangível, continue a ser o lugar-refúgio de identidade e a partilha da memória das suas populações.

Deste modo, qualquer intervenção em contexto construído deveria, por isso, estabelecer um enquadramento de abordagem, refletindo orientações, parâmetros e guias flexíveis aos entendimentos e assimilações de perceção da paisagem urbana, enquanto valor patrimonial a salvaguardar e proteger. Ao nível do contributo para a imagem geral do espaço urbano, podem

ser apontadas questões básicas como escala, proporção, unidade, variedade, ritmo, repetição, alinhamentos, linhas de cumeeira, volumetrias, cérceas, aspectos construtivos, como os materiais de revestimento, e também, as vertentes territoriais, como as topografias, os perfis e o uso dos solos, enquanto protocolos de gestão do espaço urbano. Estes parâmetros, orientações e guias que foram sendo usados para construir a imagem, a identidade e a memória de qualquer cidade são, também por isso, dados incontornáveis para a equação do problema de intervenção em espaço urbano construído.

A abordagem da paisagem urbana histórica poderia facilitar o processo de projeto urbano, na intervenção na cidade, devido à sua capacidade operativa de integrar aspetos urbanos, culturais, históricos, sociais e ambientais, tendo em conta o planeamento e a gestão do desenvolvimento urbano.

Cabe-nos a nós, cidadãos, comunidades, gestores e técnicos do espaço público, garantir que esta possa ser mais uma oportunidade para se pensar a qualidade do espaço urbano das cidades que queremos para amanhã, com a expectativa de que será melhor do que aquela que existe hoje.



Paisagem urbana histórica de Coimbra. Fotografia: J.Capela de Campos, Dezembro de 2016

BUILDING OVER-ON-UNDER LANDSCAPE: AN [AESTH]ETICAL PROBLEM

Joel Gomes

Abstract: Recent conceptual approach of architectonic projects consider radical actions over the topography of landscapes, exacerbating the confrontation between 'filled or full' versus 'voided or empty', presence versus absence, changing the state of a given landscape, by addition or subtraction, by what was augmented or retrieved. This later form of acting under landscape has gained some ground and has been favoured despite the requirement of major earth movements and topographic reconstitution, blinded by the misconception of hiding the 'ugliness' by trusting the strategy of invisibility. The paper proposes to present national and international cases in which there is an intrinsic relation between buildings and landscapes, and where the quality of the architectonic objects 'per se' is not at issue but rather the operation underlying its construction. In any case, there is the eminent danger of an immediate success turning them into replicable 'recipes', producing ruptures and discontinuities that diminish the quality of landscapes. Aside the scale of the intervention, simplistically regarding the 'bigger as worse' and the 'smaller as better', the question remains as whether the explanation lies on binary categories of privately versus publicly commissioned, economically versus culturally driven, or even aesthetically versus ethically considered.

Keywords: Building; Landscape; Addition; Subtraction; [Aesth]Ethic.

CONSTRUINDO SOBRE-NA-SOB PAISAGEM: UM PROBLEMA [EST]ÉTICO

Joel Gomes

Resumo: A abordagem conceptual recente de projectos arquitectónicos considera acções radicais sobre a topografia das paisagens, exacerbando o confronto entre ‘preenchido ou cheio’ versus ‘esvaziado ou vazio’, presença versus ausência, mudando o estado de uma certa paisagem, por adição ou subtracção, pelo que foi aumentado ou retirado. Esta última forma de atuação sob a paisagem ganhou terreno e tem sido favorecida apesar da exigência de grandes movimentos de terra e reconstituição topográfica, enganada pelo equívoco de esconder a ‘fealdade’ ao confiar na estratégia da invisibilidade. O artigo propõe apresentar casos nacionais e internacionais nos quais há uma relação intrínseca entre edifícios e paisagens e onde a qualidade dos objetos arquitectónicos ‘per se’ não está em questão, mas sim a operação subjacente à sua construção. Em qualquer caso, existe o perigo eminente de um sucesso imediato que os pode transformar em ‘receitas’ replicáveis, produzindo rupturas e descontinuidades que diminuam a qualidade das paisagens. Aparte a escala da intervenção, que considera simplisticamente o maior como pior’ e o ‘menor como melhor’, a questão permanece quanto à possível explicação recair em categorias binárias de encomendas privadas versus públicas, promoção económica versus cultural, ou mesmo consideração estética versus ética.

Palavras Chave: Construção; Paisagem; Adição; Subtracção; [Est]Ética.

BUILDING OVER-ON-UNDER LANDSCAPE: AN [AESTH]ETICAL PROBLEM

Joel Gomes

<< 'Heavy' and 'light' can be most easily explained in the context of an examination of the meaning of 'above' and 'below'. For it is quite wrong to suppose that the universe is divided by nature into two opposite regions, one 'below', to which sink all bodies with weight, and one 'above', to which no body rises of its own accord. For since the universe is spherical all points at extreme distance from the centre are equidistant from it, and so all equally 'extremes'; [...] there is no sense in referring to any region of it as 'above' or 'below' [...]; for when two masses are lifted by the same force the resistance of the larger to the lifting force must be greater than that of the smaller; and the larger will be said to be 'heavy' and to tend 'downwards', the smaller to be 'light' and to tend 'upwards'. This is precisely what we ought to detect ourselves doing in our own region. When we stand on the earth and try to weigh earthly substances, or sometimes pure earth, we lift them into the alien air by force and against their natural tendency, as they cling to the matter kindred to them. So the smaller mass yields more readily than the larger to the force applied to it [...] and we call it 'light' and the region into which it is forced 'above', and use 'heavy' and 'below' in the opposite sense. [...] The general principle in all cases is that the tendency of any body to move towards its kindred aggregate makes it 'heavy', and that the region to which it moves is 'below', and vice versa. >>

Plato, *Timaeus and Critias*, 87-90.

Recent conceptual approach of architectonic projects consider radical actions over the topographical profiles of landscapes, exacerbating the hypothesis of extreme confrontation between 'filled or full' versus 'voided or empty', presence versus absence, submerging to disguise or emerging to clarify but, nonetheless, remaining evident the act of merging with the terrain, whether in more or less evidently established interventions that undoubtedly change the state of a given landscape, by addition or subtraction, which is the same as to say that new operations could be noticed by what was added or retrieved, a choice that balances between

the same polarities mentioned in the excerpt of Plato's *Timaeus and Critias*, in the epigraph above.

As it cannot be fully disregarded due to the architects' seduction and fascination over the conceptual possibilities, the focus on this issue reveals some inherent problems mainly concerning the way it affects landscapes, as it is clear there are consequences in both kinds of intervention: 'adding' require subtraction that must occur prior to anything else in order to establish the needed foundations and other infra-structures; 'subtracting' demand addition of extra space that elaborate living areas corresponding to the useful part of a building program in order to enlarge the strict basic establishment of infra-structure. If the first kind of action - 'addition' - cannot be considered anew, as all construction necessarily means the making or remaking of something in somewhere that had nothing before or needed to change what was already there, the second kind of action - 'subtraction' - used to be less common and seems, somehow, un-natural: to transform a place conveying a new layer of purpose by retrieving instead of providing, by reducing instead of introducing. Still, this later form of acting under the landscape has gained some ground and has been favoured despite its obvious demands of major earth movements and topographic modelling, especially when considered as a corrective or cosmetic strategy that trusts invisibility to hide problematic or ugly interventions, a blinded misconception that created some severe cases that are real mistakes in any kind of territory.

The paper proposed under the title of *Building Over-On-Under Landscapes: an [aesth]etical problem* considers, in general, the divergence of intervention in distinct territories charged with a landscape component and observe, in particular, national and international cases that bear a connection between building and landsite, exacerbating the relation between the constructive' kind and the location' nature, from the more 'tectonical' to the more 'estereotomical' types or from behaving to compression to working to traction, where the quality of the architectonic objects 'per se' is less questionable but its placement and establishment, denoting undeniable links towards the surrounding ambient to fulfil more than their programmatic objectives and gain an effective presence.

Four examples shall be at the core of the research: a 'perverse' case of a sudden necessity to involve an architect to operate as a corrective measurement to solve the problem of the excessive impact, meaning the visibility, of an hydroelectric station next to a dam in classified and protected landscape; a 'less-worse' case of combined factors to insert a football stadium on a quarry as a striking proposal of an architect to join the extraordinary scale of a new equipment

and a large are already considered as an 'open-wound' on the periphery of the city, avoiding the interference in a new place by selecting to 'heal' an unsolved site; a 'linear' but topographically adapted proposal of a municipal council to install a continuous elemental structure to confer access and cover a large extension of a territory, profiting from its natural landscape, and the consequence of its instantaneous success: resisting the temptation of expanding the initial proposal; and a 'punctual' but strategically distributed proposal of an architect's studio to establish a network of isolated and relatively contained programs to serve as a support and consolidate a national cultural route, benefiting from its natural landscape, and the consequence of its usage learning: remaining persuasive about the necessity to establish boundaries in what concerns spreading the intervention. If the first case might resemble an operation similar to a 'plastic surgery', the second is closer to a 'corrective surgery', and both third and fourth could be taken as 'acupuncture' as they become new settlements, stretched or spaced, hence, the importance to prevent excessive dazzle about the possibility for extension or proliferation.

In any case, there is the eminent danger of an immediate success, an illusion conveyed by the attribution of prizes or a sudden burst of public attention, and the consequent danger of turning them into 'replicable recipes', driven by less reasonable motifs, forgetting the specificity of contexts or the characteristics of places, producing breaks, ruptures and discontinuities in the territories, losing the respect towards the qualities of landscapes. Apart from the most obvious distinctive aspect of the problem that regards the scale of an intervention, in a simplistic way, the bigger as 'worse' and the smaller as 'better', the question remains as whether the explanation lies on binary categories of privately versus publicly commissioned, economically versus culturally driven, or even aesthetically versus ethically considered?

The methodological problem concerning the issue of landscape is related with heritage, two concepts that have often been treated together for what they correlate in the economical implications, determining the possibility to advance, cultivate, develop, expand or improve both landscape and heritage. The general feeling is that heritage appeared as a 'parasite' living from the potentiality of landscape as host, conditioning its direction at the ultimate level of administrative decisions, taken in offices far away and out of sight of those landscapes. When the cultural improvement is boosted by an economical interest, and some unfortunate inherent

lobby activities, then, it is no surprise the growth and dispersion of the attribution of the term landscape, having by now a wide range of application⁴³.

Natural but not 'virgin' or transformed but 'unbuilt' landscape has traditionally been in the centre of the discussion. The unstable and mutable character of landscape have produced an excessive polysemy that invented all sorts of intermediate states, making it difficult to classify; or, the contrary, the human necessity to classify everything in order to make it understandable, trusting in labels to interpret and signify, has generated the mis-representations of landscape. Whatever prevails, the amount of unclear terms strangely translate the mess that also occurs in built landscapes which, if seen correlatively, also contributes to increase further confusion towards building landscapes, accelerating the disfiguration or emphasizing the feeling of lost identity, gathered under the idea of "transgenic"⁴⁴.

The conceptual approach to architectonic projects carry the particular distinctive feature of the scenarios in which they are located, either by being rooted in or rather standing out: special landscapes. The strength of the surrounding landscape becomes the main theme to which several projects immediately attempt to establish a relationship. Its undeniable presence demands from the projects an extra level of commitment to conceive new 'species of spaces', according to the particularities of the surroundings in order to avoid the fall to banal solutions that would, a condition of "genericity"⁴⁵.

Therefore and again, either by 'accepting' or 'refusing' the landscape around, projects have been selecting to detach from the surface level lifting up or penetrating down, at several degrees. On one side, there are those cantilevered, suspended, hanging or lifted structures, all of which present a physical challenge: gravity. On the other side, there are those hidden, covered, sunken or buried bunkers, all of which present another physical challenge: pressure.

Let's start with the first instance: gravity.

⁴³ "[...] The notion that 'everything is heritage', around which an important sector of the economy based on cultural tourism has since been built, finds its equivalent in the 'omnlandscape' described by Swiss landscape specialist Michael Jakob." In Isabel Lopes Cardoso, *Paisagem e Património: Aproximações Pluridisciplinares* [Porto: Dafne Editora | CHAIA UE], 7.

⁴⁴ "[...] By excess of polysemy, 'landscape' has become a floating concept, vague, unstable, proper to be colonized by an enormous diversity of senses. [...] 'Transgenic Landscapes' was a term coined by the need to overcome biases, blockages and illusions of knowledge around landscape 'vague concepts' [...] trying to reduce the background noise and the existing cacophony to better understand what it is, in fact, more important in social malaise, malaise expressed in discourse and in representations about the landscape made public subject and good, an element of identity and distinction in the face of the accelerated processes of globalization-massification and the feeling of loss of identity. [...] The concept of 'Transgenic Landscape' addresses exactly this 'dispersive restlessness of forms'." In Álvaro Domingues, "Transgenic Landscapes", *Paisagem e Património: Aproximações Pluridisciplinares* [Porto: Dafne Editora | CHAIA UE], 223-245. [Translation by the Author.]

⁴⁵ "[...] Perec collected and designated what makes the oneness of every fact, person and thing. There is no one more immune than Perec to the worst plague of writing today: genericity." In Italo Calvino, *Seis Propostas para o Próximo Milénio (Lições Americanas)* [Lisbon: Editorial Teorema], 144. [Translation by the Author.]

In a general way, the success of lighter structures, built above ground, might be due to comprising lower costs, moneywise, and fast assemblage, constructively speaking. The global economical crisis, although not so recent anymore since it happened almost a decade ago, has had many effects among which the demand for creative solutions of less complex ways of building. Once there were new opportunities to invest in the construction sector, many proposals have presented what could be recognized as a shift of paradigm. Forced by the emergence to present viable alternatives, those solutions have focused on lighter solutions, reduced in scale and impact, but with renewed ambition and presence.

Two examples will serve as illustrative cases that have been recently realized, one in national and other in international contexts to cover the 'local' and 'global' settings.

First case, the 'Paiva Walkways' [*Passadiços do Paiva*] (Fig. 1) are an extensive set of pathways essentially built in wood and taking the shape of a continuous element strictly reduced to follow an efficient resolution to introduce accessibility over the geological accidents on the West slopes of the mountains alongside the Paiva River, an affluent of the Douro River, the major in the North of Portugal. The first phase was accomplished and opened to the public in June 2015, making available about 8,7km of geometrically meandering catwalks for naturalists, walkers or joggers to experience at their individual pace. Three months later some news already suggested the will to advance for the second planned phase of the project, increasing an extra 12km of paths, including a bridge, and adding a suspended bar and two museums, to be inaugurated by 2017.⁴⁶ The confidence of its triumphant achievement seemed to be precocious and evident of some usual rush to make things profitable as quickly as possible. About one year later the project won the 2016 World Travel Award as "the most innovative in Europe" in the category of Europe's Leading Tourism Project.⁴⁷ This recognition could be seen under two possibilities: underlining the fact that it is a good project precisely because it does not overload or overexploit, or, on the contrary, perverting the more reasonable previous consideration and propel even more the urgency of a quick expansion by effectively adding more construction. In the meanwhile, two unfortunate fires have affected several sections, already rebuilt, revealing the necessity of improvement and correction of 'weak spots' and proving the easiness of its replacement in terms of financial and temporal cost, which also has to be seen in both ways: confirming its initial bet and proving the easiness for further expansion.

⁴⁶ Fugas, Lusa / Público. "Passadiços do Paiva vão ter mais 12 km, um bar suspenso e dois museus."

⁴⁷ Lusa / Público. "Passadiços do Paiva vencem "Óscar do Turismo" como projecto mais inovador da Europa." Created



Fig. 1: Paiva Walkways, Arouca, Aveiro, Portugal. Constructor: DST - Domingos Silva Teixeira, S.A.

©Photography: Nelson Garrido

Second case, the 'Allmannajuvet Zinc Mine Museum' [*Museu das Minas de Zinco de Allmannajuvet*] (Fig. 2) is a specific program to house and promote the memory of a centennial activity that was quickly falling into oblivion, in the particular setting of the fjords landscape of Sauda, Ryfylke, Norway. Concurring to this main objective, the project departs from the traces of the mining during the last two decades of the nineteenth century and takes its remains, "the spot where the ore used to be washed and a miner's barracks once stood"⁴⁸, as pivotal to realign with the National Highway 520, part of the Norwegian touristic routes network with 1800km, in order to work as a cultural spot that supports an already established infra-structure that needed to be consolidated. Straight away, it is remarkable the joint of forces proposed by the selected project to accomplish both objectives without exploring a major construction over the landscape. On the contrary, it selects to unfold a single program into smaller units essentially built in wood to be discovered while traveling along the meandering valley and establishing signalling referential points, thus, "lending the original location renewed life"⁴⁹. This aspect of an 'architectural acupuncture' happens not only by the fact that small buildings dialogue among themselves, developing an interesting interplay of geographical discovery by their visitors as they truly 'find' the landscape, but specially because of the particular way each volume is sustained in mid-air, through very thin pillars that mostly resemble fine needles at a distance.

⁴⁸ Peter Zumthor, "Allmannajuvet Zinc Mine Museum, Sauda, Norway" [project's description]. *Peter Zumthor Buildings and Projects Volume 4* 2002-2007. 77.

⁴⁹ Zumthor, "Allmannajuvet Zinc Mine Museum, Sauda, Norway", 77.

Of the 'family of four structures', only three have been accomplished; yet to be realized, the last one could be seen as the 'bad seed' that, instead of concluding the initial project, could cause the desire to spread loose elements throughout the landscape?



Fig. 2: Allmannajuvet National Tourist Route Suda, Ryfylke, Norway. Architect: Atelier Peter Zumthor & Partner.

©Photography: Per Berntsen

The first example was a product of a municipality, Arouca, hence, being the invention of a collective determination; the second example was a creation of an architect, Peter Zumthor, and his studio team, being the artefact of an individual motivation. How much this fact could separate the procedures undertaken in each project, besides the different geographic locations, does not invalidate, nevertheless, that something could be said about the proximity of the overall goal in both strategies, besides the different programmatic definition: structures that leave a remarkable margin for the landscapes to play their natural role instead of succumbing to the excesses of heavier ordinary buildings.

Having elaborated this comparison, let's pass to the later instance: pressure.

In some particular contexts, the choice for lighter structures is simply not possible to be considered due to the programmatic complexity, technical requirements or the sites restrictions, either its topographical profile or the legislative classification, both, circumstantial. For those projects, the imposition of heavier structures immediately establishes the challenge

of 'vanishing'⁵⁰ its presence. Simultaneously, the assertiveness of that outcome acquires an importance almost proportional to the scale of the intervention, main reason of the scrutiny of heavier building processes and the critical aftermath that is consequence of some bad decisions.

Two different examples will act as demonstrative cases, one as the 'ideal' situation of a cultural equipment built prior to the economical crisis and other as 'non-ideal' situation of a technical equipment built after it, by the same Portuguese architect, Eduardo Souto de Moura.

First case, the paradigmatic Braga Municipal Stadium [*Estádio Municipal de Braga*] (Fig. 3) has been already acclaimed as a masterpiece of architecture, for which it was attributed the 2003 Secil Prize, highest national prize in architecture granted the year of its conclusion, and for what certainly represents in its author's curriculum and largely responsible that he has been given the 2011 Pritzker Prize, the highest international prize in architecture. The final image of this work of exception, already well recognizable for its uniqueness, not to say 'iconic', is the result of two major decisions. The first emerged at the particular moment when the architect visited the Monte Castro, Braga, Portugal, to find the precise place of implantation and found an old deactivated quarry, a site already transformed by men instead of choosing an untouched one.⁵¹ The second was when he perceived the stadium as big infrastructure that made it a functioning machine.⁵² The interplay between site condition and technical requirements became the inevitable discourse that oriented the project, having always been given the main word to the prior.⁵³ It is undeniable the landscape mark but not so clear the added value of such a work of effort that assumed, from the beginning, linking the "landscape preoccupation, denying the imposition of the construction over the landscape, but making the built mass contribute to the composition and qualification of the same landscape" and the introduction of "quality to the urban planning of a new urban area, benefiting the urbanism of the city and region".⁵⁴

⁵⁰ <<An Aesthetics of Disappearance>> In Paul Virilio in *Bunker Archeology* [New York: Princeton Architectural Press], 167.

⁵¹ "The Braga Municipal Stadium was implanted [...] on the northern slope of Monte Castro. Our implantation is the consequence of not having to make a "dam" to the line of water that naturally runs through the valley. The alternative was to move it to west, joining it to the hillside, like a Roman amphitheatre." In Eduardo Souto Moura, "Estádio de Braga" [project's description], *TC Cuadernos: Eduardo Souto Moura Obra Reciente* 12. 199.

⁵² "I understood that the program was very complex, a machine that had to work, full of infra-structures." In Isabel Salema. "Transformar uma geografia é a ambição de todos os arquitectos".

⁵³ "The own idea of the stadium's place 'is' in fact the gesture." + "And the possibility to intervene in a territory and transform a geography. Forget all the stories and false modesties - it is the ambition of all architects. It's almost 'land art'." In Salema, "Transformar uma geografia é a ambição de todos os arquitectos".

⁵⁴ "This seems to be the great challenge that the new Braga Municipal Stadium carries as "architectonic work": confirm the expectations, satisfy the interests and profit from them, surpass the expectations (turning them into positive reasons) [...]." In Filipe Fontes, "O novo estádio municipal de Braga".



Fig. 3: Braga Municipal Football Stadium, Braga, Portugal. Architect: Eduardo Souto Moura.

©Photography: Leonardo Finotti

Second case, the contested Hydroelectric Station of the Tua River Mouth [*Estação Hidroelétrica na Foz do Rio Tua*] (Fig. 4) largely motivated by the clear problem of enter an halfway process to act with corrective measurements instead of planning preventively. Not having had the opportunity to be commissioned at the beginning of all the procedures and, in fact, might never had the chance to participate in any phase, the architect entered just at the moment when there was few chances to accomplish the work. The request made by the electrical company and owner of the project was very clear: there was a bureaucratic issue [UNESCO's disapproval] to be solved with a technical solution [architectonic and engineering miracle]. The architect accepted the challenge, probably and again, believing in the good result of his own answer to improve the project, although, having to act clearly as a 'fire-fighter'. In the architect's words, the problem was that UNESCO determined the limit for the classified heritage, but EDP built the dam as close as possible to that drawn abstract line next to the mouth of the Tua river and "they forgot or maybe not, that an equipment set should be built upstream, therefore, putting several elements inside that area of protection"⁵⁵. Since the construction is still undergoing and the result is yet to be seen, few could be already determined about the assertiveness of an operation

⁵⁵ Eduardo Souto Moura, transcription from Centro Cultural de Belém / Garagem Sul. "Conferência: Eduardo Souto de Moura, Continuidade 12.09.2016".

that, it seems, the more it disguises aesthetically, in the covering of the buried structure and the reshaping of the cut of the slope, the less it reveals ethically.



Fig. 4: Hydroelectric Station at Tua River Mouth, Vila Real, Portugal. Architect: Eduardo Souto Moura.

©Photomontage: Atelier Eduardo Souto Moura

Summarizing, there was an attempt to polarize current approaches towards the problem of landscape intervention, whether public or private, ludic or technical, and the methodological framework, whether planning from the beginning or participating along the development, in what concerns the architectural project and all other intervening disciplines, that have undeniable repercussions to the broad sense of landscape.

Returns to memory the apprehension of Italo Calvino with the tendency for 'genericity'. The four examples can be certainly considered as exceptional works and thus all share some 'specificity'. The notion of 'site-specific', whilst instance of experiential distinction from landscape to landscape, seem to explain the recurrent application of some concepts. The immediate criticism is conveyed to the attitude that takes concepts as recipes, presenting solutions through repetition without reflection, because the critical observer is zooming into the built structure, ignoring the landscape across. Yet, criticism should also aim to the certainty or sureness that present the dangerous consequence of changing initial concepts to established formulas⁵⁶, since

⁵⁶ "<<If there is anything to be drawn from the general interest in philosophy, which has become an essential part of the postmodern architectural scene, architecture does not have clear which direction should take. No discipline that is sure of itself will complicate too much with philosophy.>>"

a good methodology tells that nothing must be discarded by deterministic ideas and everything should be questioned, tested and be given the benefit of doubt for the sake of new findings⁵⁷.

Scepticism prevails in the last idea. Regardless of the polarization, 'above' or 'under' is less an argument of choice, since both options can work according to the primary condition, as what is revealed in-between, analogous of the literary examples given by Italo Calvino: "[...] the means to attain the substance of the world, the ultimate, absolute substance; more than representing this substance, an unceasing pursuit of things, an approximation not of its substance but of its infinite variety, of its multiform and inexhaustible surface. As Hoffmansthal said: <<The depth is hidden. Where? At the surface.>> And Wittgenstein went even further than Hoffmansthal: <<What is hidden does not interest us.>>"⁵⁸. The suggestion is for an attentive observation and close search willing to extract possibilities from the first ground level⁵⁹ making it able to act within special milieus.

BIBLIOGRAPHY

BIBLIOGRAPHIC

Calvino, Italo. 2002. *Seis Propostas para o Próximo Milénio (Lições Americanas)*. Lisbon: Editorial Teorema. 175.

Cardoso, Isabel Lopes. 2013. *Paisagem e Património: Aproximações Pluridisciplinares*. Porto: Dafne Editora | CHAIA UE. 248.

Maza, Ricardo Merí de la (ed.). "Estadio de Braga". *TC Cuadernos: Eduardo Souto de Moura Obra Reciente* 12 (2004). 198-227

Durish, Thomas (ed.). "Almannajuvet Zinc Mine Museum, Sauda, Norway". *Peter Zumthor Buildings and Projects Volume 4 2002-2007* (2014). 73-89

Virilio, Paul. *Bunker Archeology*. New York: Princeton Architectural Press. 215.

Pallasmaa, Juhani. 2010. *Una arquitectura de la humildad*. Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos. 187.

Plato. 1977 (1965). *Timaeus and Critias*. London: Penguin Books. 176.

In Karsten Harries, <<Philosophy and Architectural Education>>, manuscript of one conference in the Technical University of Helsinki, closed in October 24, 1993, 1. Cited by Juhani Pallasmaa in *Una arquitectura de la humildad* [Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos], 113.

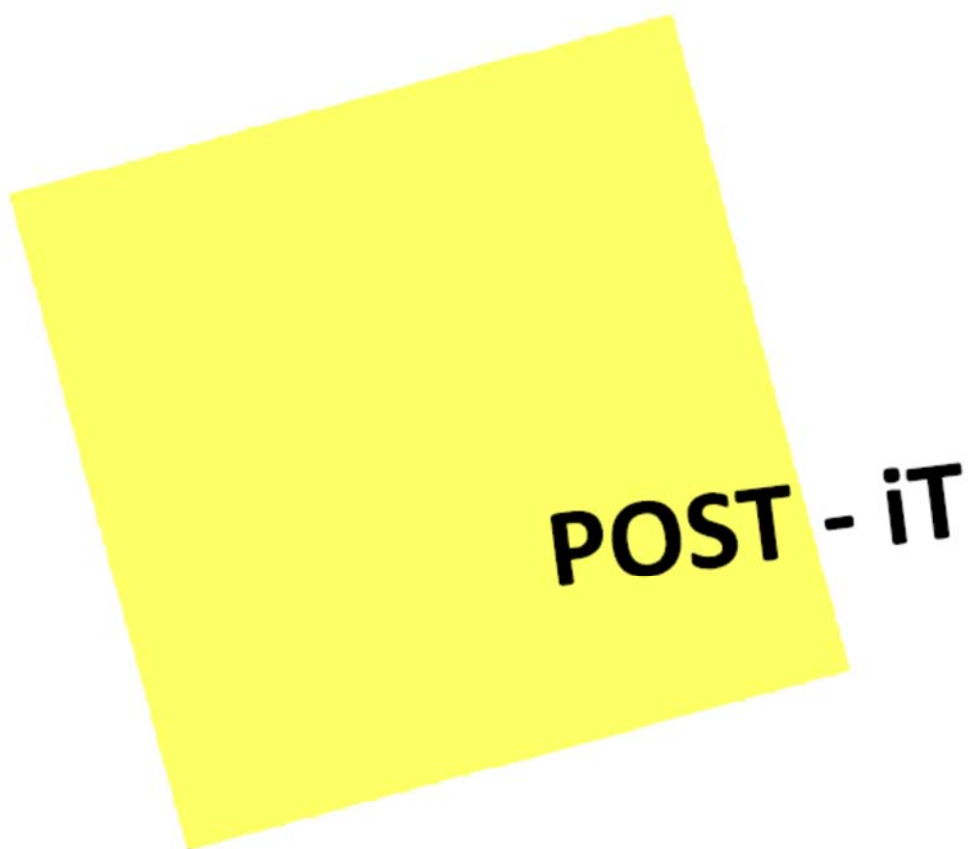
⁵⁷ "<<In fact, in the artistic field and, I believe, also in the scientist, own's experience and consequent skill are the worst enemies of the created>> Joseph Brodsky, "A Cat's Meow", *On Grief and Reason: Essays* [New York: Farrar, Straus and Giroux], 294 [504]. Cited by Juhani Pallasmaa in *Una arquitectura de la humildad* [Barcelona: Fundación Caja de Arquitectos], 115.

⁵⁸ Excerpt from Italo Calvino, *Seis Propostas para o Próximo Milénio (Lições Americanas)* [Lisbon: Editorial Teorema], 94.

⁵⁹ "I would not be so drastic: I think we are always on the hunt for something hidden or at least potential or hypothetical, that we follow the marks that appear on the surface of the ground." In Calvino, *Seis Propostas...*, 94.

DIGITAL

- Afasia Archzine. "Eduardo Souto Moura: Edifício do Aproveitamento Hidroelétrico, Foz Tua". Created November 8, 2014. Accessed November 27, 2016. <http://afasiaarchzine.com/2014/11/eduardo-souto-moura/>
- ArchiTeam. "Braga Municipal Stadium". Created January 2, 2013. Accessed November 27, 2016. <http://www.architravel.com/architravel/building/braga-municipal-stadium/>
- Centro Cultural de Belém / Garagem Sul. "Conferência: Eduardo Souto de Moura, Continuidade 12.09.2016". Created October 24, 2016. Accessed November 27, 2016. https://www.youtube.com/watch?v=w9_7vxxXA28
- Filipe Fontes. "O novo estádio municipal de Braga". Created September 13, 2011. Accessed November 27, 2017. <https://www.publico.pt/local-minho/jornal/o-novo-estadio-municipal-de-braga-205348>
- Fugas, Lusa / Público. "Passadiços do Paiva vão ter mais 12 km, um bar suspenso e dois museus." Created August 31, 2015. Accessed November 27, 2016. http://fugas.publico.pt/Noticias/352472_passadicos-do-paiva-vaio-ter-mais-12-km-um-bar-suspenso-e-dois-museus
- Isabel Salema. "Transformar uma geografia é a ambição de todos os arquitectos". Created March 28, 2011. Accessed November 27, 2016. <https://www.publico.pt/2011/03/28/culturaipilon/noticia/transformar-uma-geografia-e-a-ambicao-de-todos-os-arquitectos-280448>
- Lusa / Público. "Douro: EDP reformula projecto e promete "o melhor enquadramento ambiental" para barragem." Created December 7, 2011. Accessed November 27, 2016. <https://www.publico.pt/2011/12/07/sociedade/noticia/edp-reformula-projecto-e-promete-o-melhor-enquadramento-ambiental-para-barragem-do-tua-1524105>
- Lusa / Público. "UNESCO pede a Portugal para abrandar "significativamente" construção da barragem de Foz Tua." Created June 27, 2012. Accessed November 27, 2016. <https://www.publico.pt/2012/06/27/ciencia/noticia/unesco-pede-a-portugal-para-abrandar-significativamente-construcao-da-barragem-de-foz-tua-552277>
- Lusa / Público. "Passadiços do Paiva vencem "Óscar do Turismo" como projecto mais inovador da Europa." Created September 4, 2016. Accessed November 27, 2016. <https://www.publico.pt/2016/09/04/local/noticia/passadicos-do-paiva-vencem-oscar-do-turismo-como-projecto-mais-inovador-da-europa-1743197>
- Nasjonale Turistveger / National Tourist Routes in Norway. "Allmannajuvet, National Tourist Route Ryfylke." Created November 7, 2016. <http://foto.turistveg.no/turistveg/start/images/Ryfylke/Allmannajuvet?listview=overview&fc=browse&queryid=1&bsr=28&bsize=198&fileid=1>



PAISAGEM: O ESSENCIAL É VÍSEL AOS OLHOS...

Jorge Cancela

Paisagem é a informação que recebemos do entorno.

Esta recepção não é constante nem comum a todos os observadores. Varia em função das condições do entorno, das nossas enquanto observadores, e das da própria observação.

A percepção da paisagem é assim uma construção mental a partir de uma observação do entorno.

Esta construção é tanto mais completa quanto mais matéria de conhecimento temos para a sua leitura. Por exemplo, quanto melhor conhecermos a geologia, o clima, os solos, as formações vegetais naturais, a história humana, as condições económicas e sociais de uma determinada geografia, melhor poderemos decifrar e deleitar-nos com a paisagem apreendida da mesma.

E normalmente o que torna tão interessante, mas também tão difícil de se apreender numa paisagem, são as camadas temporais consecutivas plasmadas fragmentariamente num mesmo espaço, obrigando a uma descodificação temporal de vários tempos no mesmo local.

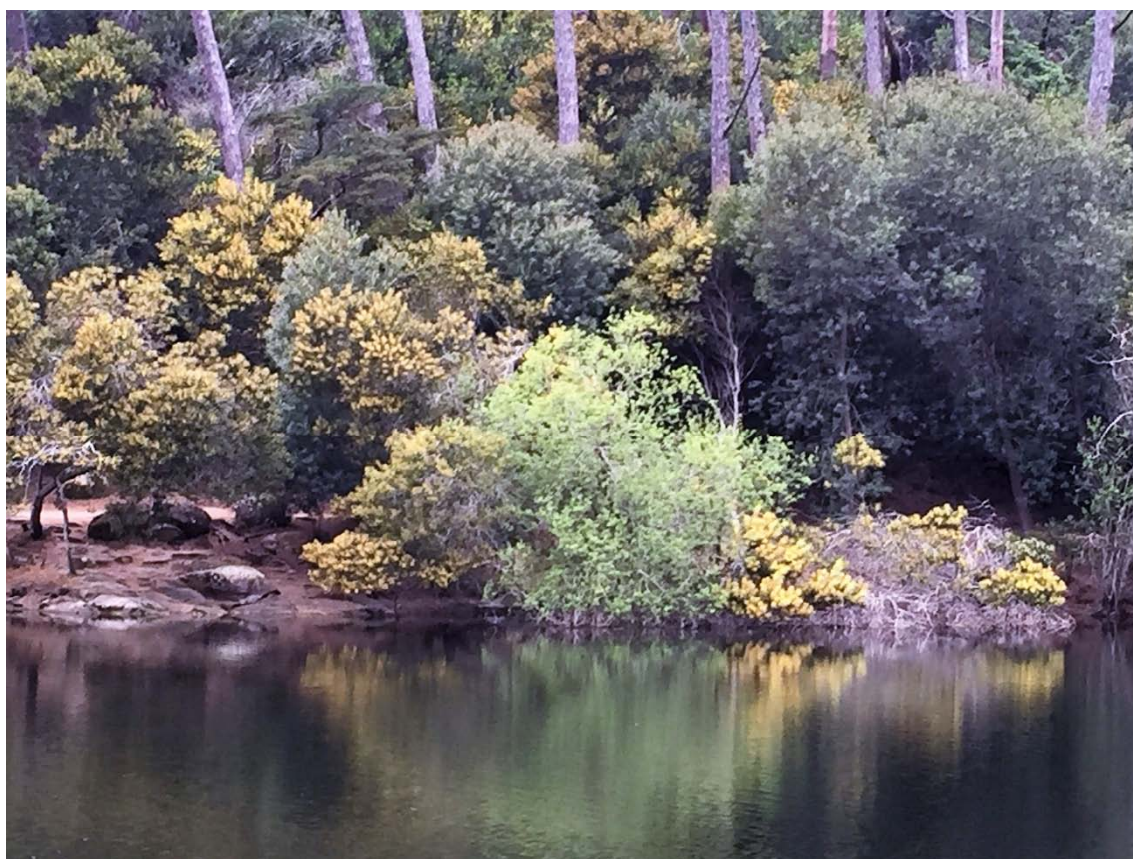
Assim, os factores emocionais de leitura de uma paisagem podem ser isolados do conhecimento sobre a mesma, ou pelo contrário serem completamente associados a uma percepção detalhada e holística de um determinado entorno: uma mesma paisagem, “bela” para uns, pode ser “horível” para outros, em função das capacidades de a apreender, ler e interpretar.

Um exemplo: um pinhal monoespecífico e equiínio repleto de exóticas infestantes em floração, numa luz coada de uma manhã de primavera. O que pode constituir um quadro de extrema riqueza plástica para um determinado observador, será certamente de extrema pobreza ecológica para outro, e como tal talvez incapaz de lhe encontrar qualquer interesse plástico.

Será assim a educação para a leitura da paisagem um imperativo para a adequação de usos adequadamente funcionais no território? Será a principal componente de um correcto ordenamento da paisagem a educação dos valores subjacente à sua apreensão e às suas características plásticas?

Muitos dos modelos territoriais desta cumplicidade entre utilidade e beleza, foram concebidos por quem conhecia muito bem um determinado local e o construía, mantinha e geria com cabeça, mas essencialmente com coração.

É este essencial de amor aos locais que nos levará a manter e fazer as paisagens de excepção; porque o essencial está afinal visível aos olhos e tudo o resto é técnica...



ETHOS, COGNIÇÃO E PAISAGEM

Jorge Croce Rivera

Resumo: O ensaio procura pensar as dificuldades colocadas pela cognição da paisagem, abordando-as de um modo indirecto: em primeiro lugar, interrogando o ethos das habitações, nele discernindo uma figura de totalidade implícita que conjuga uma *ambiência* e de uma *horizonte*. Em segundo lugar, determinando as figuras de totalidade subjacentes às noções históricas de paisagem enquanto experiência estética, da Antiguidade à Contemporaneidade, para, num terceiro momento, articulando os momentos anteriores, reconhecer algumas das instâncias, operações e princípios que são activadas pela cognição das paisagens.

Palavras Chave: Ethos; Arquitectura; Cognição.

ETHOS, COGNITION AND LANDSCAPE

Jorge Croce Rivera

Abstract: The essay tries to reflect upon the difficulties posed by the cognition of the landscape, approaching them in an indirect way: firstly, interrogating the ethos of the dwellings, in it discerning a figure of implicit totality that combines an ambience and a horizon. Second, by determining the figure of totality underlying the historical notions of landscape as an aesthetic experience, from Antiquity to Contemporaneity, in order to articulate the previous moments, to recognize in a third moment some of the instances, operations and principles that are activated by the cognition of landscapes.

Keywords: Ethos; Architecture; Cognition; Landscape.

ETHOS, COGNIÇÃO E PAISAGEM

Jorge Croce Rivera

I

Intrínsecas dificuldades emergem na reflexão sobre a cognição das paisagens: é possível reconhecer nas múltiplas disposições dos habitantes ou observantes as operações cognitivas que se dirigem ou reflectem a diversidade e multiplicidade de paisagens? Podemos colocar as dificuldades de outro modo: se tomarmos as paisagens como sujeitos particulares, se os seus mesmos habitantes ou observadores fazem desde logo parte delas, quais os modos de conhecer que são activados pelas paisagens? Se ao invés as considerarmos como objectos, que modos de verdade assistem ao seu conhecimento? Ponderadas as dificuldades, não prosseguimos a reflexão directamente, mas através da Arquitectura, num ensaio exploratório e limitado, preliminar a um estudo mais desenvolvido.

Existe uma essência das entidades arquitectónicas?⁶⁰ Estas perguntas estariam provavelmente na mente de Álvaro Siza Vieira quando afirma a dificuldade de construir uma casa⁶¹. Não é realmente o arquitecto que a constrói, mas os operários - pedreiros, carpinteiros, pintores, canalizadores - e, por fim,, os seus próprios habitantes; são eles que têm que lutar contra as condições naturais - a luz solar, a chuva, a humidade -, as pragas que invadem - fungos, formigas, ratos, pássaros -, e reparar os contínuos danos, manter as rotinas quotidianas ou os inesperados desastres domésticos. Uma casa nunca está terminada, exige constante manutenção e reparação perpétua, um controle sem fim, nunca perfeito, de muitos processos de transformação. Mas, de repente, num crepúsculo de Outono, o cheiro da madeira encerrada confunde-se com o traço das flores do jardim e "nós, visitantes irresponsáveis e desatentos aos

⁶⁰ O presente texto retoma em grande parte, mas avança em pontos essenciais, o nosso contributo, "Figures of Totality and the Ethos of Architecture", para a obra, editada por Adriana Veríssimo Serrão e Monika Reker, *Thinking and Walking in the Landscape to Build the City*. Leuven, no prelo.

⁶¹ O texto de Álvaro Siza Vieira, "Viver uma Casa", datado de Março de 1994, tem sido reproduzido frequentemente, veja-se MILANO, Maria (ed.), *Do Habitar*. Câmara Municipal de Matosinhos 2005. pp.104-5. Tradução francesa: *Des mots de rien du tout/Palavras sem importância*. Saint Étienne, Publications de l'Université de Saint-Étienne, 2002; Trad. Inglesa: Angelillo, A. (ed.), Álvaro Siza Vieira. *Architecture Writings*. Milan, Skira Editore: 1997.

momentos de felicidade, sentimo-nos felizes, esquecendo nossos problemas de bárbaros nômadas". Quando a luz do sol invade o interior, uma serenidade silenciosa emerge e dá sentido a todos os heróicos esforços e empenhos de todos os construtores.

Podemos alargar a reflexão de Siza Vieira a fim de integrar os elementos complexos e indeterminados que fazem a singularidade dessa moradia particular: aqueles que são adicionados e subtraídos, modificados ou destruídos, as mudanças de paredes e portas, o arranjo de peças e móveis, a modificação de decoração e o uso diário de objectos. Além de paredes e fachadas, a casa é a experiência indefinida de viver que os habitantes referem directa ou tacitamente, a complexidade de hábitos e normas, rituais e perigos, eventos esporádicos, alegrias e tristezas, memórias e expectativas. O tempo evolui, as crianças, as árvores e os arbustos crescem, uma pessoa perece, um cão late, as sombras movem-se, as luzes e as cores estão continuamente a mudar.

Nessa perspectiva, a autoria do desenho arquitectónico não é essencial, as identidades dos construtores, as características culturais dos habitantes, nem mesmo a qualidade estética da moradia. Há uma certa qualidade de anonimato que emerge numa casa e incorpora a experiência íntima da vida dos moradores, a densidade de materiais, a configuração intrincada de escalas, de tubos para chaminés. Na adega, a força dos pilares é impressionante, da vista distante, a casa desapareceu, velada pelas árvores, imersa na mancha da cidade.

Este anonimato não é, no entanto, específico de casas, mas dos edifícios em geral, pequenos ou grandes, qualquer que seja a função cumprida: lugares religiosos, escolas, museus, fábricas, escritórios, alojamentos, hospitais, prisões, teatros, mercados. Estas singularidades são indiferentes à arquitectura como disciplina, indiferentes à definição da arquitectura como arte ou técnica, ou à relevância da autoria do desenho.

Muitos actores intervêm nas habitações: seres humanos, animais, plantas, divinas ou entidades numinosas, seres mortos ou vivos; nelas, nada está mortificado, as máquinas ganham personalidade, as pinturas assumem pedaços de memórias, os instrumentos mantêm-se na expectativa de serem usados, as roupas nas gavetas, as fotos nas prateleiras, o martelo sobre a mesa, as bicicletas no alpendre, as pranchas de ski na parede à espera da estação.

Não se pode definir cada uma dessas singularidades, nem descrever completamente a convergência dos diferentes materiais, a complexidade de tantas dinâmicas em escalas tão diferentes. As singularidades das habitações desafiam a inteligibilidade usual das ciências

empíricas, a crítica das artes, a avaliação das tecnologias⁶². Se essas entidades são infinitamente densas e mutáveis, como alcançar a inteligibilidade dessas singularidades?⁶³

Podemos reconhecer três processos intrincados, cada um deles levando e dependendo de decisões: a configuração do espaço; a produção de materialidades; as vivências dos seus habitantes.

Esses processos e decisões não são, contudo, inteiramente evidentes, nem inteiramente detectáveis, nem inteiramente humanos. A implicação destes três níveis de decisões gera uma experiência de ambivalência e ambiguidade, surge uma entidade enigmática, difícil de compreender, impossível de definir, uma articulação estável mas móvel de processos e decisões, algumas tomadas por experiência, gosto ou escolha, por instinto ou hábito, outros emergindo da qualidade dos materiais ou, como um relâmpago, uma conjugação acidental de factores.

Alguns desses processos e decisões definem limites, a fronteira externa e as divisões internas do espaço, mas devemos estar cientes de que cada limitação simultaneamente separa e conecta não só o externo e o interno, mas o natural e o artificial, a natureza e a cultura. Cada habitação singular estrutura uma liminaridade viva, geradas pela temporalidade transversal que emerge dos três processos; a rigor, é a temporalidade transversal que cria a diferenciação espacial.⁶⁴

Tomada como "atmosférica" em um momento particular, como no crepúsculo outonal aludido por Siza, a singularidade de cada moradia implica, de alguma forma, um carácter unificador, um *ethos*, uma articulação particular das ontologias implícitas, múltiplas e espacialidades, Muitas decisões que estão envolvidas, algumas reais, outras potenciais e latentes.

Podemos conectar este sentido de *ethos* com suas significações do grego antigo: *ethos* significa no pensamento de Aristóteles a qualidade de uma personalidade humana ou discurso⁶⁵, mas

⁶² Partindo de uma perspectiva interna à Arquitectura, Jeremy Till reconhece a complexidade das entidades arquitectónicas "(...) Buildings as physical products function in a number of independent but interactive ways - they are structural entities, they act as environmental modifiers, they function socially, culturally and economically. Each of these types of function can be analysed separately but the built form itself unifies and brings them together in such a way that they interact." *What is architectural research? Architectural Research: Three Myths and One Model*, RIBA Memorandum, 2012.

⁶³ Assumimos a proposta de Till de distinguir e articular três aspectos da investigação em Arquitectura, processos, produtos e performances: "(...) The first stage, process, refers to research into processes involved in the design and dwelling of buildings, and thus might include for example issues of representation, theories of design, modelling of the environment, and so on. The second, product, refers to research into buildings as projected or completed objects and systems and might include for example issues of aesthetics, materials, dwellingal techniques and so on. The third stage, performance, refers to research into buildings once completed and might for example include issues of social occupation, environmental performance, cultural assimilation, and so on. The advantage of this model is that it avoids the science/art and qualitative/quantitative splits, and allows interdisciplinary research into any of three stages. The model thus breaks the hold of research method and allows instead thematic approaches to emerge. It is possible for scientist and historian, academic and practitioner, to contribute to the research into each of the three stages." *Ibidem*.

⁶⁴ Retomamos a lição de Eugenio Trias: a Arquitectura é "una arte fronteriza", uma arte de fronteiras, de limites; como a música, a arquitectura cria atmosferas, em contraste com a pintura, o teatro ou a literatura, "artes epifánicas". As entidades arquitectónicas estão situadas entre o exterior e o interior, o natural e o cultural, os materiais naturais e os artificiais; como a música, a arquitectura cria atmosfera, mas enraizadas no terreno, que constitui a matriz de toda a construção; TRIAS, Eugenio. *Lógica del Limite*. Barcelona: Ediciones Destino, 1991, pp. 41-48

⁶⁵ *Ethos* (ἦθος, ἔθος, no plural: *ethe* (ἦθη), *ethea* (ἡθεα)) tem como significado original "lugar habitual" (como em ἡθεα ὑπντων "os lugares em que os cavalos vivem", Homero., *Iliada* 6.511, 15.268). *Iliad* 6.511, *Odisseia* 14.411. Heródo, 7.125; Oppianus, *Haleutica* 1.93. Hesíodo, *Trabalhos e Dias*, "moradas de humanos" 167, 525; maneiras, 137; carácter, 67, 78. Heródoto, *moradas humanas* 1.15, 157, customs, 2.30, 35, 4.106. 7. Aristóteles, *Ética Nicomacheia*, 1139a1; *Historia Animalum*, 487a, 12.

Veja-se Havelock, E., *The Literate Revolution in Greece and its Cultural Consequences*. Princeton: Princeton University Press, 1982a. 1982, p. 267-268; Chamberlain, C. "From 'haunts' to 'character': the meaning of ethos and its relation to ethics," *Helios* 11 (1984) 97-108; Vernant, J.-P.,

no seu significado mais antigo, em Homero, indica as moradias animais, os lugares onde animais, cavalos, por exemplo, experimentam a espontaneidade de viver. Em Hesíodo, indica normas e coordenação, antes de assumir uma referência humana em Aristóteles.

O *ethos* é algo estabilizado e adaptável a certo grau. Permite o estabelecimento de hábitos, e supõe uma articulação consistente de operações que podem reagir a um novo estímulo. Conectando a apresentação e a representação, formas de viver e os modos como se degrada e cessa a vida, a moradia define uma entidade sem um *eidos*, mas com um *ethos*, baseado na conjunção equivocada de diferentes ontologias: materialidades, formas, sistemas biológicos, ambientes psicológicos e espirituais. A conjunção ajusta e mantém em alteridades e alterações de tensão: a estabilidade de paredes, pisos e tectos permite a fluidez das actividades dos moradores, a degradação simultânea do lugar pode ser concomitante com a acumulação de memórias. Pelo seu *ethos*, uma habitação diferencia e articula as qualidades da subjetividade: o que é público ou comum, o domínio da privacidade, as esferas da intimidade. O *ethos* conjuga a apresentação das coisas e a representação dos sujeitos, estabelecendo a correlação entre objectos e sujeitos, à subjetivação dos objectos e à objetivação dos sujeitos.

Do *ethos* da habitação surge também o sentido de um horizonte que delimita a representação da extensão do espaço até os limites das aptidões perceptivas, da expectativa de proteção e da urgência de vigilância e prospecção. Do abrigo ou da torre, as janelas abrem-se para o dia agradável ou a tempestade, para predadores ou presas, para vizinhos ou inimigos, inimigos e aliados, observando rotinas ou anomalias ⁶⁶. A experiência representacional da totalidade externa torna-se o horizonte de apresentação de experiências possíveis, como uma extensão da experiência viva do *ethos*. É o *ethos* que pode dar o sentido às qualidades do espaço maior, que são metáforas da proteção, prospecção, vigilância, preparação e organização.

Um sentido de unidade surge da estabilidade transitiva das formas, da vida dos materiais construtivos ou das coisas instaladas, e da densidade das vivências, uma vez que a habitação pode ser vivida em refúgio ou lugar de perspectiva, oratória segura ou lugar de tensões, mas é uma unidade plural ligando risco e cuidado, proteção e vigilância, uso recorrente de materiais e sua fragilidade.⁶⁷

O *ethos* de uma habitação gera assim uma sensação de totalidade e equilíbrio, que emerge da coordenação implícita de materiais e formas, funções e experiências, presente mesmo que os

"Tensions and Ambiguity in Greek Tragedy" in VERNANT, and VIDAL-NACQUET, *Myth and Tragedy in Ancient Greece*, trans. Janet Lloyd New York: Zone Books, 1990, pp 29-48.

⁶⁶ Appleton, Jay. *The Experience of Landscape*. London: John Wiley, 1975.

⁶⁷ Os valores da totalidade implícita presentes na habitação podem ser reconhecidos na axiologia arquitectónica de Vitruvius: na articulação e ajustamento de qualidades materiais como *firmitas*, na correspondência de formas e funções como *commoditas*, na qualidade de vivências como *venustas*.

elementos reais estejam uma desordem, incompletos ou arruinados. Lá podemos reconhecer uma totalidade tácita, implícita, qualidade que não é apreendida pela razão categórica, como implicação lógica da unidade e das partes, não depende da articulação das partes reais ou é garantida por uma apercepção fenomenológica, mas é baseada Sobre os ajustes e restrições de diferentes modos ontológicos, e para que não é estática, mas sempre pode ser melhorada, adornada, ou negligenciada, abandonada, deixe em ruína.

A totalidade de um *ethos* particular define uma economia específica, um sistema linguístico de signos e regras e um nicho ecológico. O *ethos* é para a habitação, ao mesmo tempo, unificador e diferenciador, o sentido de totalidade está ligado à consistência da fronteira externa da moradia, pela coordenação dos vários processos e ajustes, e a intensidade da experiências subjetivas, até mesmo virtuais. Um *ethos* não tem eidos, mas define genericamente as disposições dos moradores, as caracterizações do ser e as modalidades da verdade, tornando-se um lugar.

A moradia define para as obrigações e escolhas dos moradores, o *ethos* impõe compromissos, esforços e resiliência, mas também concede a possibilidade de selecção e eleição, a arbitrariedade e a liberdade.

O *ethos* é anterior a uma estrita disposição cognitiva dos moradores. A cognição tacitamente o supõe, mas ao tentar objectivá-lo, tematizando, transforma as qualidades do *ethos* - a conjunção ontológica, o anonimato, a revelação unificadora - na neutralidade do "contexto", num horizonte circunscrito no qual imperam coisas, arbítrios e acções ostensivas .

Este sentido de totalidade implícita também pode ser encontrado. na Grécia Antiga⁶⁸, referido como *kosmos* poderia caracterizar a qualidade da carpintaria, tecer, dançar ou construir um navio. *Kosmos* refere-se também aos adornos, a qualidade dos vestidos ou a composição de um rosto. O sentido implícito de totalidade significa a ordem e a harmonia, a perfeição da coordenação de desenhos e materiais, as habilidades de construção, mas também o treinamento reiterativo e a transformação de hábitos. O *ethos* da moradia pode possibilitar a melhoria e qualificação, mas também o estabelecimento da neutralidade e do anonimato, a instalação da banalidade, a ameaça da degradação, desarranjo e abandono.

⁶⁸ Sobre os significados antigos de *kosmos*, veja-se McEwen, Indra. *Socrates's Ancestor*. Ca.(Mass): The MIT Press, 1993, p. 79: "It has far been my argument that the theoretical event , so called, of the sixth-century Greece hinged upon an emergent awareness of order whose *genesis*, whose coming-to-be, was rooted in the early perception of craft as the revelation of *kosmos*. The work of the carpenter revealed it through cutting and assembly , the textile embodied it through the rhythms of a shuttle moving over a loom, the dancing floor was its appearing of the dance , and the boat, which sped through the waves like a bird through the air, made it manifest through both its building and its navigation. The first articulation of this order was Anaximander's , but its discovery was of Daedalus, and if Daedalus was the mythical first architect, it is through the Daedalus legend that the architectural beginnings of Western thinking are to be understood." Cf. SENSENEY, John R. *The Art of Building in the Classical World. Vision, Craftsmanship, and Linear Perspective in Greek and Roman Architecture*. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

II

Além da totalidade implícita no *ethos* de uma habitação, uma outra figura de totalidade emerge na experiência estética da paisagem, como o ensaio de George Simmel sobre "Philosophie der Landschaft"⁶⁹ torna evidente. Sendo a Natureza "a interconexão infinita dos objectos, a criação e a destruição ininterruptas das formas", a unidade fluída de um acontecimento, no qual se expressa a "continuidade da existência temporal e espacial"⁷⁰, não pode ser tomada parcialmente sem perturbar a unidade essencial. A noção de paisagem permite todavia que o observador experimente uma percepção, contida em si, de uma unidade auto-suficiente, que no entanto está entrelaçada com uma expansividade infinita e um fluxo contínuo. Essa percepção é limitada, mas os limites não se aplicam à totalidade da Natureza, que continuamente remodela e dissolve os limites impostos de uma determinada paisagem".⁷¹

Nessa percepção, o observador tem um sentimento geral sobre o observado, estabelece uma relação emocional, *Stimmung*, que pode desligar das características do que é observado a partir da unidade invisível da Natureza. A Natureza, que em seu sentido profundo e desconhece totalmente a individualidade, é transfigurada pelo olhar do homem, que distingue e dá formas unificadas à continuidade, atribuindo a cada uma "paisagem" individualizada.⁷²

A compreensão das exigências colocadas pela experiência da paisagem permitiu superar, através do lirismo e do romantismo a visão superficial de uma Natureza mecanizada, que só se desenvolveu nos Tempos Modernos, como sublinha Simmel. O surgimento da noção de paisagem teve um sentido ontológico e histórico, constitui um progresso, devido a uma "resolução interior" do sujeito moderno, uma decisão que permitiu superar o sentimento unitário da unidade da Natureza, que prevaleceu durante a Antiguidade e a Época Medieval.⁷³

Esta decisão tem um sentido ontológico, definindo uma correlação criativa entre a emoção da experiência do observador e a paisagem específica e a totalidade da Natureza, como emoção e as outras disposições espirituais da Alma.⁷⁴

A correlação criativa de uma disposição emocional do sujeito e da paisagem singular revela outra figura de totalidade implícita. Como esta articulação complexa de entidades externas e internas é importante para entender a função da paisagem na sociedade moderna, é a questão que

⁶⁹ Simmel, G., "Philosophie der Landschaft" in *Aufsätze und Abhandlungen 1909-1918*; Suhrkamp: Frankfurt, Germany, 2001; pp. 471-482. Tradução portuguesa de A.V. Serrão, in *Filosofia da Paisagem. Uma Antologia*. Lisboa: CFUL, 2011, pp. 42-51; cf. tb. Artur Morão, SIMMEL; G. *Filosofia da Paisagem*. Covilhã: Lusosophia/UBI, 2009; tradução inglesa de Josef Bleicher, "Philosophy of Landscape", *Theory, Culture & Society*, 2007 (SAGE, Los Angeles, London, New Delhi, and Singapore), Vol. 24(7-8): 20-29.

⁷⁰ Tradução portuguesa, A.V.Serrão, p.42.

⁷¹ *Ibidem*.

⁷² *Ibid*, p.42.

⁷³ *Ibid*, p. 43.

⁷⁴ *Ibid*, p. 46.

Joachim Ritter expôs na conferência "Landschaft: Zur Funktion des ästhetischen in der modernen Gesellschaft", no qual retoma e desenvolve as noções de Simmel.⁷⁵

Ritter distingue a compreensão teórica e científica da Natureza objetivada, da experiência estética que envolve emoções e sentimentos: "a paisagem é a natureza à medida que se torna esteticamente presente ao olhar sensível e sentimental de um contemplador".⁷⁶

A fruição da natureza como paisagem compensa a impossibilidade de uma experiência directa da totalidade teórica que é o objecto da ciência⁷⁷. Através do sentimento, a experiência da paisagem alcança um universal, não através de um conceito, mas através da arte e da poesia, que expressam emoções universalmente humanas.

Há, no entanto, uma contrapartida dessa experiência, isto é, a separação e a autonomização das actividades humanas da Natureza e o domínio da sociedade sobre a Natureza. A libertação do poder terrível da Natureza, que pode arrasar cegamente os homens desprotegidos, tem como contrapartida a liberdade que as sociedades urbanas podem proporcionar.⁷⁸ A experiência paisagística é uma experiência desinteressada, marcada pela liberdade dos deveres, que ocorre quando um habitante das cidades está distante das suas actividades urbanas quotidianas, afazeres comerciais ou industriais, tarefas políticas ou cívicas, aulas ou divertimentos.

Os escritos de Simmel e Ritter permitem reconhecer a totalidade implícita presente na experiência estética moderna da paisagem, que está relacionada com uma configuração teórica da totalidade, e também distinguir a experiência estética da paisagem da experiência representacional do horizonte.

As considerações de Simmel e Ritter revelam também as decisões internas que suportam a experiência da paisagem e que estão em última instância conectadas a uma outra totalidade implícita, denominada Alma ou Espírito, que não é desenvolvida nesses escritos.

Ritter enfatiza a continuidade da disposição teórica ao universal, desde a *epistémé* de Aristóteles até à Ciência Moderna, uma tradição teórica na qual inclui a Arte e a Literatura. A continuidade da tradição teórica é enfatizada pela relevância que Ritter confere a um episódio simultaneamente histórico e literário, a ascensão de Petrarca ao Monte Ventoux, no sul da França, perto dos Alpes, realizada em abril de 1326, acompanhada por seu irmão mais novo, e

⁷⁵ Ritter, "Landschaft: Zur Funktion des ästhetischen in der modernen Gesellschaft [1963]," in *Subjektivität: Sechs Aufsätze* (Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1989 [1979]), 141-190. Trad. Port.: "Paisagem: Sobre a função do estético na sociedade moderna", In Serrão, A.V. *Filosofia da Paisagem. Uma Antologia*. Lisboa: CFUL, 2013, pp. 95-122.

⁷⁶ *Ibid*, p. 105.

⁷⁷ *Ibid*, p. 111

⁷⁸ *Ibidem*, pp. 150-51.

descrito dez anos depois numa das suas *Epistolae familiares*⁷⁹. Para a subida ao cume da montanha alpina, Petrarca inspirou-se na leitura na *História* de Tito Lívio, da descrição da ascensão do rei Filipe V da Macedónia ao Monte Heamus na Tessália, que tinha sido motivada apenas pela curiosidade de descobrir se era possível ver simultaneamente o Adriático e do Mar Negro; Petrarca, ansioso por imitá-lo, decide ser o primeiro "entre os Modernos" a tentar a ascensão ao Monte Ventoux.

Que importa este episódio para a nossa reflexão?: a reflexão do *ethos* de uma habitação levou-nos a reconhecer a relevância das totalidades implícitas. O exemplo de totalidade que se correlaciona com a experiência estética da paisagem é equívoco, pois sob uma denominação idêntica, ou uma sua tradução, estão supostas diferentes caracterizações ontológicas e modalidades de verdade que determinam internamente a correlação de decisões internas e caracterizações externas. A experiência da paisagem não se baseia apenas numa configuração teórica, mas está também intrinsecamente ligada ao horizonte representacional, no qual o *ethos* é, ao mesmo tempo, confirmado e velado.

No relato da ascensão de Petrarca, dois momentos cruciais marcam a descrição: primeiro, o encontro nos estádios iniciais da subida dos dois irmãos com um velho pastor, que tenta persuadir os jovens a desistirem do seu projecto, alertando-os para a perigosidade da intenção e a sua futilidade.⁸⁰ O segundo momento ocorre, já alcançado o cume, enquanto experienciavam os limites da sua percepção, e significa o confronto⁸¹ entre a experiência perceptiva directa do horizonte - "Voltei meus olhos para a Itália, para onde meu coração estava mais inclinado. Os Alpes, acidentados e cobertos de neve, pareciam-se elevar por perto, embora estivessem realmente a uma grande distância" - e a figura da totalidade que Petrarca considera intelectualmente através da leitura de uma passagem das *Confissões* de Santo Agostinho, obra que tinha trazido consigo e que abre numa página ao acaso, e lê: "Deslocam-se os homens para

⁷⁹ *Epistolae familiares* (IV, 1), Trad. Port. Paula Oliveira e Silva: "Francisco PETRARCA, Carta do Monte Ventoso" in *Philosophica*, nº29, Abril de 2007, pp. 145-154; tradução Ingl: James Harvey Robinson, ed. and trans. *Petrarca: The First Modern Scholar and Man of Letters*. New York: G.P. Putnam, 1898, pp. 307-20. Blumenberg, H., *The Legitimacy of the Modern Age*, (tr. Robert M. Wallace). Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1983, pp.341-342. Cassirer, E. *The Renaissance Philosophy of Man*, tr. Hans Nachod, p.28: "The colorful description of this enterprise has startled many readers who have been amazed to see a man of his epoch venturing to climb a mountain for a view like a modern alpinist".

⁸⁰ "Na curva de um monte encontramos um pastor de idade avançada que, com muitas palavras, procurou dissuadir-nos da subida, dizendo que há cinquenta anos, levado pelo mesmo ímpeto juvenil que nos anima, tinha tentado subir ao cume do monte mas só tinha trazido consigo desilusão e fadiga, e o corpo e a roupa dilacerados pelas rochas e silvados; e que ele nunca tinha ouvido dizer que alguém, antes ou depois dele, tivesse ousado coisa semelhante. Enquanto ele vociferava, crescia em nós - como acontece com os jovens, que não acreditam nos conselhos que lhes dão - o desejo do fruto proibido. Então o velho, quando viu que ninguém o levava em consideração, avançando um pouco por entre as rochas, indicou-nos com o dedo um caminho estreito, dando-nos muitos conselhos e repetindo-os aos brados atrás de nós, mesmo quando já lhe tínhamos voltado as costas. Tendo deixado junto dele alguma roupa e outras coisas que poderiam ser um empecilho, dedicámo-nos unicamente à subida e lançámo-nos a ela com alegria." Trad. port. pp.148.

⁸¹ "E enquanto contemplava cada uma destas coisas - e ora saboreava as terrenas, ora, como tinha feito com o corpo, elevava o espírito mais para o alto -, ocorreu-me consultar as *Confissões* de Agostinho, dom da tua caridade, livro que guardo comigo e tenho sempre à mão, em memória quer do autor quer de quem mo deu. Um pequeno opúsculo, num volume exíguo, mas repleto de doçura. Abro, para ler o que apareça. E que há-de aparecer senão algo de piedoso e devoto? Ofereceu-se-me ao acaso o livro décimo daquela obra. O meu irmão, esperando ouvir da minha boca as palavras de Agostinho, aguçou o ouvido. Deus é minha testemunha, e aqueles que estavam comigo, que onde primeiro fixei o olhar estava escrito: "Deslocam-se os homens para admirar os altos montes e as estrondosas ondas do mar e os longos leitos dos rios e a extensão dos oceanos e o curso dos astros, mas não prestam atenção a si mesmos". Confesso que fiquei estupefacto. E pedindo ao meu irmão, ávido de escutar, que não me importunasse, fechei o livro, irritado comigo mesmo por ter estado a admirar coisas da terra, quando já há muito devia ter aprendido, até com os filósofos pagãos, que não há nada mais admirável do que a alma, à qual nada excede em grandeza." Trad.port.p. 152.

admirar os altos montes e as estrondosas ondas do mar e os longos leitos dos rios e a extensão dos oceanos e o curso dos astros, mas não prestam atenção a si mesmos"⁸²! A atracção e fruição do imenso horizonte parecia, após a leitura do texto de Agostinho, uma tentação secular, uma distração de sua vida espiritual interior.

Neste confronto, um duplo sentido de *mundus* pode ser reconhecido: em primeiro lugar, como a tradução de *kosmos*, a transposição cristã do entendimento neoplatónico da totalidade de seres e, em segundo lugar, como *mundi habitatori*, um termo que se refere a "aqueles que se deleitam no mundo, o ímpio, o carnal". Os justos não são chamados de mundo, uma vez que, embora o possam habitar no mundo em carne, no coração estão com Deus. Sem a noção e o valor da noção de paisagem, a experiência estética do grande horizonte causa a Petrarca um grande desconforto que ele não pôde suportar.⁸³

Na narrativa de Petrarca, diferentes outras instâncias podem ser apontadas. Em primeiro lugar, a atentamos na expressão da tensão entre o *ethos* e o horizonte de representação, reconhecida no contraste entre o ímpeto dos rapazes ignorantes da efectiva experiência do lugar e a cautela do pastor, adquirida pela efectiva experiência dos perigos; reparamos também na dupla acepção da exploração do topo da montanha, que vale por si mesmo ou se reveste de um propósito militar, eventualmente utilizável com um fito tático ou estratégico.

Em segundo lugar, a configuração teórica dos seres e a verdade como *mundus* como *ens creatum*, que é a totalidade implícita de que Petrarca se torna interior e intensamente consciente após a leitura da passagem de Agostinho. Como Ritter apontou, o pensamento neoplatónico assumiu a configuração aristotélica de *theoría tou kósmon*, apreensão que só pode ser alcançada por uma disposição intelectual interior. O *kosmos* aristotélico está em Petrarca como uma instância enraizada, mas ele não tem mais o sentido arcaico do termo que mencionamos antes, como uma qualificação das qualidades de diferentes actividades. Enquanto o uso de *kosmos* por Anaximandro significa uma expressão geral do arranjo, ajuste e entrelaçamento dos seres, no pensamento de Aristóteles, *kosmos* significa uma totalidade divina de seres, que só pode ser contemplada por *nous*, a actividade intelectual que introduz uma separação entre o conhecimento intelectual e a percepção da experiência.

A consideração do *kosmos* como uma entidade apreendida teoricamente e o sentido de *theoria* como uma disposição cognitiva separada foram decisivos para a adaptação das ideias filosóficas ao *mundus* cristão. Se Deus, na cosmologia aristotélica, é o Primeiro Motor e o limite que só

⁸² Conf., X, VIII, 15.

⁸³ Augustine, *Opera* (ed. Migne), Vol. IV, referido por Martin Heidegger em *Von Wesen des Grundes*. Tradução inglesa Terrence Malick. *The Essence of Reasons*. Evanston: Northwestern University Press, 1969, p.53-4.

pode ser pensado,⁸⁴ Deus é, na teologia do Neoplatonismo Cristão sobre o *mundus*, uma entidade sobrenatural. A noção tomista de Deus como o Grande Arquitecto assume a transformação dessas noções num quadro onto-teológico⁸⁵ que regula as relações entre o sobrenatural e o natural como *analogia entis*.⁸⁶

A transformação do *kosmos* é paralela à transformação do sentido do *ethos* que referimos, e também da *theoria*⁸⁷, termo que caracteriza a peregrinação ritual às festas e aos lugares sagrados e ao atendimento aos rituais míticos, antes de ter sido apropriado pela filosofia. No pensamento dialéctico de Platão, o uso metafórico de *theoria* ainda está presente nas referências a caminhos e estádios, conectando o caminho dialéctico ao acontecimento decisivo de ver, não mais os deuses tradicionais, mas do Bem Supremo⁸⁸.

No entanto, em Aristóteles, esse recurso metafórico foi refreado. O *theóros* filosófico contempla "a natureza da verdade e da realidade", perseguindo isso como um fim em si mesmo, sem fins utilitários. Como *theoria* é uma actividade completamente livre e ociosa⁸⁹, o teorema só preserva o seu significado original numa separação de todo o interesse prático.⁹⁰

Em terceiro lugar, há todavia a manutenção da tradição arcaica da teoria, na medida em que Petrarca toma a ascensão como uma peregrinação cujo momento decisivo ocorrerá no cume. Essa experiência de "paisagem" transpõe o sentido arcaico da *theoria*, a viagem ritual para assistir a festivais na Grécia Antiga, para a configuração *mundana* da totalidade, que transformou cada ser num sinal, no duplo sentido de *mundus*, como o símbolo da Criação e da Queda, *imago et dissimilitudo*. O carácter simbólico define os jardins como *hortus conclusus*, símbolos do Paradiso e atribui significações negativas aos desertos, lugares física e espiritualmente perigosos. O sentido medieval da "paisagem" é definido pelas peregrinações aos lugares santos, aos santuários e por uma rede de instituições eclesiais, capelas, igrejas, catedrais, mosteiros e eremidas, que envolve também os desertos e a ultimamente a Terra Santa.⁹¹

⁸⁴ Aristóteles, *Metaphysica*, 10 9, 1074b 17ss.

⁸⁵ Para uma perspectiva mais ampla, Heidegger, M. *The Onto-theo-logical Constitution of Metaphysics*, in *Identity and Difference*, trans. Joan Stambaugh, Chicago: University of Chicago Press, 1969, p.54.

⁸⁶ "Deus, que é o primeiro Princípio de todas as coisas, pode ser comparado com um criador de coisas tal como o é o arquitecto de coisas construídas (ut artifex ad artificata)." Tomás de Aquino, *Summa Theologica*, I, 27, 1.º o.3. Sobre a articulação entre o pensamento escolástico, que racionaliza o sentido da totalidade dos seres como "reino das criaturas", e a arquitectura gótica, veja-se: Panofsky, Erwin. *Gothic Architecture and Scholasticism*. Latrobe: The Archabbey Press, 1953.

⁸⁷ Rausch, E. *Theoria*. Munchen: Wilhelm Fink Verlag, 1982; veja-se também Ritter, J. *Die Lehre vom Ursprung und Sinn der Theorie bei Aristoteles*. Wiesbaden: Springer Fachmedien Wiesbaden, 1953.

⁸⁸ Nightingale, Andrea W. *Spectacles of truth in classical Greek philosophy. Theoria in its cultural context*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004. Nightingale, Andrea W. "The Philosopher at the Festival: Plato's Transformation of Traditional Theoria" in Jas' Elsner and Ian Rutherford, *Pilgrimage in Graeco-Roman & Early Christian Antiquity. Seeing the Gods*. Oxford: Oxford University Press, 2005.

⁸⁹ Aristóteles, *Protrepticus* in Nightingale, 2005, p.153.

⁹⁰ Aristóteles, *Metaphysics*, 1026 a 19-17.

⁹¹ Scheid, J. De Polignac, F.- "Qu'est-ce qu'un « paysage religieux » ? Représentations culturelles de l'espace dans les sociétés anciennes », *Revue d'histoire des religions*, 227-4/2010, pp. 237-434; Cole, S. G. *Landscape, Gender, and the Ritual Space. The Ancient Greek Experience*. Berkeley and Los Angeles: California University Press, 2005; Spencer, Diana. *Roman Landscape: Culture and Identity*. Cambridge and New York: Cambridge University Press, 2010. White, G. J. *The Medieval English Landscape, 1000-1540*. London: Bloomsbury, 2012.

E, finalmente, a intenção individualista de Petrarca de escalar a montanha apenas para ter a perspectiva que observará no cume, antecipa a experiência *moderna* da paisagem, na medida em que o indivíduo, dependendo apenas das próprias habilidades, cognição e autonomia, assume uma disposição íntima de liberdade e autonomia para ter uma experiência que ele toma por exemplo a disposição do rei e chefe militar, que procurando avaliar o território e reconhecer lugares estratégicos, observa o mundo tal como é, sem lhe atribuir qualidades simbólicas.

III

Ampliando a questão que Joachim Ritter coloca na sua conferência sobre a função da paisagem na sociedade moderna, articulamos a paisagem com as figuras de totalidade que fomos considerando.

Em primeiro lugar, introduzimos o *ethos* que emerge das habitações. Ele conecta sempre singularmente experiências vivenciais, materiais e formas. Ontologicamente, um *ethos* não está centrado na consciência dos indivíduos, nem nas coisas, paredes ou quartos, mas na relação de alteridade e alteração, nos modos como surgem, se transformam e se degradam essas articulações. A temporalidade do *ethos* é cíclica, estabelece rotinas e hábitos, regularidades, perturbações e rupturas. O que nele se define não é separável das articulações, as definições tornam-se performativas, conjugando diferentes registos temporais, memórias e expectativas. Embora o unificador dessas multiplicidades esteja sempre presente, ele aparece muitas vezes anónimo e neutro, velando-se como estrita disposição espacial, ou impondo-se, como na grandiloquência de uma sala de trono ou na contenção de um quarto de hospital, ele na verdade só se revela eventual e instantaneamente, como o sereno crepúsculo outonal a que alude Siza Vieira.

Enquanto habitação, *ethos* articula diferentes ontologias, humanas e não-humanas; se nas habitações se entrelaçam diversas *ethea* (dos fungos, das formigas, dos animais domésticos, dos pássaros que voam em torno da casa) e diversos estados ontológicos, actualidades e possibilidades, latências e virtualidades, o *ethos* emerge de uma convergência de temporalidades e de uma diferenciação de espaços; nele se convergem diferentes modos de subjectividades: intimidades, privacidades e as dimensões públicas dos indivíduos (a gata doméstica escondeu-se num armário para dar à luz, o cão ladra no alpendre ao inesperado visitante). A intensidade de vida dos moradores é assim assumida pelo *ethos*, que preserva o valor emocional das experiências, se associa a memórias, a perspectivas e a prospectivas.

Esta totalidade implícita não gera apenas uma *ambiência*, que define performativamente as coisas e os indivíduos, mas relaciona-se com um *horizonte* de implicitação da representação e a apresentação; este torna operatória a delimitação, faz gerar, não apenas o extremo distante da percepção externa, mas estabelece e faz surgir as fronteiras, paredes, janelas, passagens, caminhos, ponto de vista, linhas de fuga. É este horizonte que possibilita, mas não coincide com, a noção de paisagem.

A configuração ontológica de uma época histórica é também uma figura de totalidade, uma caracterização geral do ser e dos modos de verdade comumente aceites. A totalidade teórica regula as instituições de conhecimento e os processos de validação e transmissão do conhecimento. A totalidade teórica confere uma compreensão comum da realidade, presente nos processos, obras e realizações da vida religiosa, económica e política, expressa na educação alfabetizada, artística e científica. Cada figura histórica determina um conjunto complexo de disposições cognitivas e actividades práticas, e define uma espacialidade: complexos institucionais, lugares relevantes e deslocamentos.

Dependendo de decisões metafísicas e éticas, essa figura de totalidade pode ser definida e discutida filosoficamente, mas a sua autoridade é tacitamente aceita e determina uma norma ontológica. As totalidades teóricas mudam de um modo semelhante aos paradigmas científicos propostos por Thomas Kuhn⁹², através de modificações suaves e demoradas, que deixam um núcleo intacto, a que se sucedem crises catastróficas, abruptas transformações nucleares e inovações decisivas e, de novo, um lento processo interno de consolidação.

A terceira figura é a experiência da paisagem, na qual estão presentes as duas anteriores figuras de totalidade: o *ethos*, ligado ao horizonte de presentificação, e a experiência estética da totalidade teórica. Como no horizonte representacional está latente a vida velada do *ethos*, a totalidade teórica é representativamente apresentada como uma totalidade implícita, instância que pode assumir diferentes características.⁹³

Devido à historicidade das configurações ontológicas, não existe uma "Natureza" unívoca a que esteja orientada a experiência paisagística, mas as diversas configurações de totalidade de seres definem diferentes "Naturezas"; cada uma elege uma *topologia* própria que se expressa em lugares exemplares (o templo, a villae, o mosteiro, a cidade); pressupõe diferentes disposições

⁹² Kuhn, T. *The Structure of Scientific Revolutions*. Chicago: International Encyclopedia of Unified Science, 1962.

⁹³ Veja-se, para uma perspectiva contemporânea, a definição de paisagem como forma *a priori* que realiza a síntese entre um "meio", como função biológica e social, e um "território" em Assunto, Rosario, "Paessaggio, ambiente, territorio: un tentativo di precisazione concettuale", *Bollettino del Centro Internazionale di Studi di Architettura Andrea Palladio*, Vicenza, XVIII, 1976, pp. 45.48.

internas a eu correspondem experiências decisivas, de constrangimentos, de arbitrariedades e de revelação.⁹⁴

A experiência da paisagem é, pois, uma combinação ambivalente do horizonte representacional e da experiência estética das totalidades teóricas. Todavia, o observador não tem através da paisagem a experiência da totalidade teórica da mesma época em que se situa⁹⁵, ela escapa a uma apreensão estética através da paisagem. Embora os instrumentos que o observador utiliza sejam os seus contemporâneos, ele é intrinsecamente guiado pela totalidade teórica historicamente anterior e possa antecipar eventualmente, como Petrarca em sua ascensão ao Monte Ventoux, as disposições da configuração teórica posterior.

Na Idade Moderna, a totalidade dos seres é definida em termos da Ciência Moderna, das suas bases metafísicas e epistêmicas, mas a experiência da paisagem, como experiência estética, transpõe a estrutura intrínseca e as disposições da totalidade medieval como *mundus*. Apesar de ser um indivíduo moderno, educado, alfabetizado ou cientificamente treinado, o observador de uma paisagem reproduz a peregrinação medieval e a devoção à *sacra reliquia*, a busca de exemplares especiais e raros, como um novo tipo de maravilhas e atenta na sublimidade ou riqueza da "Natureza" à presença evasiva de um ente divino todo poderoso que a sustém.⁹⁶

A experiência estética da totalidade requer a atenção rigorosa dos seres empíricos e a busca da evidência da verdade, mas sem o embaraço dos constrangimentos metodológicos e das exigências científicas de verificação. Não é a racionalidade das controvérsias filosóficas sobre a compreensão e as experiências, os debates científicos sobre as leis do movimento ou da luz, ou as exposições tecnológicas das recentes inovações que o observador moderno transpõe para a Natureza, como símbolo da entidade transcendente. A experiência moderna da paisagem implica a presença sensível de um Deus criador e regulador, benevolente, porém aterrorizante em seu imenso poder e inteligência ordenadora. O observador tem de reconhecer através de uma experiência pessoal, sem os constrangimentos das normas religiosas e das restrições morais corporativas e estratificadas, as epifanias secularizadas como símbolos da presença na "Natureza" de um imenso poder, sublime articulação de uma ampla majestade e de um minucioso detalhe.

⁹⁴ Para uma consideração antropológica das "múltiplas naturezas", veja-se Descola, P. *Au-delà nature et culture*. Paris: Gallimard, 2005; *Beyond Nature and Culture*, trans. Janet Lloyd. Chicago: Chicago University Press, 2013.

⁹⁵ "O contemporâneo é, então, uma relação singular com o próprio tempo, que adere a ele e, ao mesmo tempo, mantém-se a uma distância dele. Mais precisamente, é essa relação com o tempo que adere a ele, através de uma disjunção e de um anacronismo. Aqueles que coincidem muito bem com a época, aqueles que estão perfeitamente ligados a ela em todos os aspectos, não são contemporâneos, precisamente porque não conseguem vê-lo; eles não são capazes de manter firmemente o olhar nele "[trad. nossa] in Agambem, G. - *Che cos'è il contemporaneo*? Roma: Nottetempo, 2008, trad. Inglesa "What is the contemporary?" in *What is an Apparatus? and Other Essays*, trans. David Kishik and Stefan Pedatella. Stanford: Stanford University Press, 2009, p.41.

⁹⁶ Daston, L.-Park, K. (Ed.). *Wonders and the Order of Nature, 1150-1750*. New York: Zone Books, 1998.

Estas experiências estéticas da paisagem não são apenas contemplativas ou representadas em pinturas, escultura ou peças musicais, mas também justificam o projecto e a produção de grandes jardins, parques e a preservação de territórios naturais. Elas estão também presentes na extensa transformação dos territórios europeus e americanos e a colonização de outras partes da Terra. Para fazer tais intervenções, garantidas pelo optimismo de um aperfeiçoamento generalizado inerente ao *universus* como figura de totalidade, o observador moderno utiliza o conhecimento e as capacidades tecnológicas da Modernidade, os saberes e as competências da hidráulica, da engenharia, da botânica, zoologia e antropologia, as capacidades mercantis e estratégicas das diferentes formas de imperialismo.

IV

Se considerarmos a sequência histórica das figuras da totalidade teórica dos seres: *kosmos*, *mundus* e *universus*, poderemos reconhecer que a figura da totalidade suposta na experiência estética de uma certa época não corresponde à figura teoricamente prevalecente nessa época, mas que ela é a da época anterior, uma figura que se difunde pela "cultura aprendida", das elites sociais às classes médias, e à população em geral, através da aprendizagem formal e da cultura educada. Numa outra perspectiva, uma figura teórica só se torna uma experiência estética num momento posterior à sua consolidação; é a experiência estética da paisagem que possibilita a assunção pelos indivíduos dessa totalidade teórica e a sua divulgação social.

Tendo em conta os tempos em que vivemos, ainda prevalece a figura do *universus*, como garantia teórica da articulação epistemológica das ontologias, como suporte dos projectos científicos e tecnológicos, como garantia dos empreendimentos económicos? Qual é a caracterização contemporânea dos seres como totalidade dos seres? O significado teórico contemporâneo assume a diversidade de conhecimentos e tecnologias, mas não pode mais ser caracterizado como *universus*, apoiado por uma uniformidade físico-matemática do espaço e do tempo que garante o progresso cumulativo do conhecimento.

Será longo e complexo descrever a transformação do *mundus* numa nova figura de totalidade, o surgimento de uma nova figura que ao mesmo tempo que a prolonga se distingue. Apenas apontamos algumas evidências dessa mudança histórico-ontológica, em diferentes níveis de ciências, acontecimentos históricos e possibilidades: as crises dos fundamentos epistemológicos das ciências que foram o suporte do *universus* - a Lógica, a Matemática e a Física; as aplicações catastróficas do conhecimento científico e tecnológico, em particular, a possibilidade de uma destruição atômica da vida no planeta; a consciência das dramáticas consequências ecológicas

do crescimento industrial e económico; o aumento demográfico da população humana e a extinção de múltiplas espécies; a consolidação de uma economia globalizada e de grandes movimentos migratórios de pessoas e coisas em todo o mundo; a ascensão de poderes económicos e políticos não-ocidentais, como a Índia, o Japão e a China; a proliferação de espiritualidades não ocidentais nas sociedades ocidentais; a revisão crítica dos processos de imperialismo e colonismo.

Esses elementos, cuja referência se tornou trivial, levam a uma apreciação geral da "Terra" como recurso limitado, entendida como uma entidade bio-sistemática modulada e ameaçada pelo impacto das actividades humanas.⁹⁷ A figura contemporânea da totalidade, mesmo difícil de definir, não pode mais ser considerada *universus*. Existem diferentes possibilidades para a sua denominação: sejam, além de Terra, Gaia ou simplesmente Mundo. Qualquer que seja a sua denominação, essa instância caracteriza-se pela sua absoluta imanência. Propomos o nome de Ambiente, assumindo como características a sua equivocidade e ambivalência; nele se inclui o sentido estético de "atmosfera" (Gernot Böhme⁹⁸), a relevância psicológica do "ambiente de exploração" (Winnicott⁹⁹), o sentido ecológico da *mediância* (Watsuji, Berque¹⁰⁰), e também o sentido de um "ambiente" tecnológico, sem se perder a sua relação com "clima".

Como difere o Ambiente de *universus*? Qual é a sua determinação ontológica, a qualidade geral do seu ser determinante, a sua onticidade? Quais são seus fundamentos epistemológicos, e as disciplinas científicas substituem as que foram determinantes no *universus*? Qual a função que nela assumem as paisagens?

Na totalidade moderna, os seres que surgem da homogeneidade do espaço e do tempo são, em última instância, definidos por suas determinações matemáticas e físicas, ainda que novas características ontológicas lhe sejam acrescentadas, a imensa complexidade dos modos de vida, de consciência, de proficiência. Esses seres estão intrinsecamente limitados na sua determinação original e capacidade de acção real, mas abertos à possibilidade de uma transformação no futuro, uma evolução, uma acumulação. As perdas no processo surgem assim compensadas pela qualificação dos remanescentes e dos seres mais novos.

Ao invés, na totalidade teórica contemporânea não existe um sentido aberto de futuro, mas um cálculo prospectivo, que projecta para o futuro as prováveis evoluções dos sistemas, a fim de determinar alterações cruciais, quantitativas ou qualitativas. A determinação das alterações

⁹⁷ Latour, B. *Face à Gaia. Huit conférences sur le Nouveau Régime Climatique*. Paris: Les Empêcheurs de penser en rond, La Découverte, 2015.

⁹⁸ Böhme, G. *Atmosphäre. Essays zur neuen Aesthetik*. Suhrkamp, 1995. Borch, C. Böhme, G. Eliasson, O. *Architectural Atmospheres: On the Experience and Politics of Architecture*. Birkhauser, 2014; ZUMTHOR, P. *Atmosphären*. Birkhauser, 2006.

⁹⁹ Winnicott, D.W. *The Child the Family and the Outside World*. London: Pelican Books, 1964.

¹⁰⁰ Watsuji, T. *Fûdo: Le milieu humain*, trans. A. Berque. Paris: CNRS, 2011 e Berque, A. *Thinking through Landscape*. London: Routledge, 2013. Tb. Berque, A. « Des fondements ontologiques de la crise, et de l'être qui pourrait la dépasser », *Vertigo*, Volume 10 Numéro 1, avril 2010.

dramáticas ou catastróficas induz a uma retroactividade inversa, dirigida desse futuro crítico para o presente, a fim de definir uma conjuntura de decisões, uma convergência interdisciplinar, uma coordenação de funcionalidades. O presente é determinado tanto pela sua transição de um passado, como pela retroacção do futuro para o presente. As consequências da singular temporalidade desta nova figura da totalidade reconhecem-se nas noções de "avaliação", "resiliência" e "sustentabilidade". Em particular, a sustentabilidade é pensada como a coordenação de dimensões sociais, económicas e ecológicas que implica uma tradução geral das culturas humanas para seus apoios ecológicos e vice-versa.

O núcleo epistemológico do Ambiente requer que o que é representado pelo conhecimento tenha uma conexão explícita com o que é apresentado através do conhecimento; a realidade estudada pelas disciplinas científicas e o efectivamente real interligam-se e condicionam-se mutuamente. A onticidade do ambiente não é mais determinada pela articulação da Lógica, da Matemática e da Física, mas pela integração da Biologia, da Economia e da Comunicação.

Contrastando com a totalidade moderna, estruturada pela distinção entre natureza e cultura e pela exemplaridade da configuração antropológica ocidental, a totalidade contemporânea exige ir além das oposições modernas, além do antropocentrismo, discutir as categorias da *Weltanschauung* ocidental explicitando todas as suposições que estavam ocultas nos processos modernos. A nova totalidade tende a ir "além da natureza e da cultura", atribuindo subjectividades, culturas e direitos a não-humanos, animais ou ecossistemas, fortalecendo uma perspectiva científica naturalista fundamentada nas neurociências.

A figura do Ambiente também determina o sentido da verdade. Apesar da relevância contemporânea da ciência e da tecnologia, não há fundamento metafísico unívoco, mas uma coordenação dinâmica do conhecimento, estabelecendo relações interdisciplinares, cruzadas por controvérsias. Não há, portanto, um momento fundacional, como uma contemporânea *Meditatio de Prima Philosophia* ou *Philosophia Naturalis Principia Mathematica*, nem uma instauração clarificadora como *Kritik der reinen Vernunft*, nem uma consideração projetiva como a *Phaenomenologie des Geist* propôs, mas uma estratégia geral de construção, desconstrução e reconstrução do conhecimento. Sem um apoio epistemológico inquestionável e garantido, uma *prima scientia* cuja fundação seja genericamente aceite, o conhecimento científico torna-se múltiplo e as suas ontologias são marcados por um sentido geral de limitação, próprio das categorias de cada disciplina, das estratégias metodológicas e das circunstâncias epistemológicas emergentes das linhas de pesquisa e dos debates entre especialistas e actores sociais.

Assumindo que não há configuração absoluta da verdade, mesmo religiosa, que a verdade é uma construção humana, a verdade surge contemporaneamente como uma perspectiva funcional, que exige contínua inovação. Estruturada pela implicação de sujeito e objectos, conteúdos e comunicação, factuais e ficções, as verdades tornam-se dependentes dos contextos, em suas múltiplas dimensões, e das retóricas enunciativas. Como função imanente, a verdade permite articular o indivíduo e os grupos, as disciplinas e o senso comum. A verdade depende do consenso real, é construída através da produtividade do conhecimento e da divulgação pública, como forma aberta e indeterminada, que exige nova coordenação de verdades funcionais. Só prevalece nas ciências o consensual e o comunicativo, o que é relevante social e economicamente.¹⁰¹

Esta transformação da verdade moderna fundamentada no cálculo implica que o sentido da teoria se transforma, não é mais a determinação dos princípios epistemológicos, mas os princípios funcionais dos modelos das estratégias epistemológicas. O ambiente, como totalidade teórica, implica uma reversão, a co-presença virtual de possibilidades, um senso de objectividade não mais estritamente representacional, mas também de apresentação, que supera a divisão entre artificial e natural, o sentido e a sua aparência retórica. A experiência teórica da liberdade não é mais a da liberdade matemática, a evidência auto-vinculante e auto-fundamentada que sustenta a consciência moderna da ciência, mas uma engenhosa combinação de perícia, escolha e oportunidade.¹⁰²

Numa perspectiva sociológica, como bem apontou Arjun Appadurai¹⁰³, a dimensão cultural da globalização assenta na transformação da imaginação num “campo organizado de práticas sociais”, que se estrutura e re-estrutura constantemente em ‘-scapes’, em configurações imaginárias gerais. Appadurai distinguiu cinco “global scapes”, que atravessam e permeiam as diferenças culturais e políticas: as “ethnoscapes”, a paisagem das pessoas que constituem o mundo mutável contemporâneo; as “technoscapes”, a configuração global das tecnologias, que se movem rapidamente através das fronteiras tornadas permeáveis; as “financescapes”, a rede global de especulação financeira e de transferência de capitais; as “mediascapes”, a distribuição

¹⁰¹ Gibbons, M. et alii. *New Production of Knowledge. The Dynamics of Science and Research in Contemporary Societies*. London: SAGE Publications, 1994.

¹⁰² A ciência contemporânea assume-se como uma actividade que alia uma dimensão económica e as virtudes expressivas próprias da arte à pesquisa tecno-científica especializada. Assumindo o exemplo da bioengenharia, Lorraine Daston e Peter Galison propõem reconhecer na personalidade do cientista contemporâneo: cf. Daston, L. - Galison, P. *Objectivity*. New York: Zone Books, 2007, pp 414.

¹⁰³ “Imagem, imaginado, imaginário: são tudo termos que nos orientam para algo de fundamental e de novo nos processos culturais globais: a *imaginação como prática social*. Já não é mera fantasia (ópio do povo cuja verdadeira função está alhures), já não é simples fuga (de um mundo definido principalmente por objectivos e estruturas mais concretos), já não é passatempo de elites (portanto, irrelevante para as vidas da gente comum), já não é mera contemplação (irrelevante para novas formas de desejo e de subjectividade), a imaginação tornou-se um campo organizado de práticas sociais, uma maneira de trabalhar (tanto no sentido do labor como no de prática culturalmente organizada) e uma forma de negociação entre sedes de acção (indivíduos) e campos de possibilidade globalmente definidos. Este desatar da imaginação liga o jogo do *pastiche* (em certos cenários) ao terror e à coerção dos Estados e dos seus competidores. A imaginação está agora no centro de todas as formas de acção, é em si um facto social e é componente-chave da nova ordem global.” Appadurai, A.- *Modernity at Large. Cultural Dimensions of Globalization*. London: Minneapolis: MUP, 1996, p. 6.

das capacidades de produção e de disseminação de informação e de um repertório de imagens e narrativas geradas por essas capacidades; as "ideoscapes," as ideologias dos Estados e contra-ideologias de movimentos sociais, em torno das quais os estados-nações organizam as suas culturas políticas.¹⁰⁴

Quais são as consequências para a experiência estética da paisagem do Ambiente como totalidade teórica? A noção contemporânea de totalidade já não é sustentada por uma confiança optimista na humanidade, orientada por um Deus benevolente, não mais assume a homogeneidade espacial e a abertura temporal do progresso. O tempo é prospectivo, mas implica um cálculo retrospectivo e uma validação real da proficiência e sustentabilidade de todos os processos e tecnologias. Não há mais um modelo antropológico único, nem a expectativa de uma transformação optimista das possibilidades humanas. Devido à globalização, não há mais "exotismo", mas sim uma recuperação das técnicas tradicionais e dos novos materiais e tecnologias.

Dependente do Ambiente como totalidade teórica, a experiência da paisagem contemporânea é estruturada internamente pela experiência estética da totalidade moderna dos seres, embora ciente de problemática ambiental e utilizando instrumentos contemporâneos.

A experiência estética contemporânea da paisagem amplia a abertura moderna, de modo a incluir, não apenas regiões e territórios excêntricos e distantes, o mar profundo ou mesmo os ambientes extraterrestres, mas também pretende explorar os suportes *topológicos* da modernidade, sejam as cidades tornadas *históricas*, as indústrias que a globalização e as tecnologias tornaram obsoletas, os bairros populares ou marginalizados ou os remanescentes rurais das técnicas agrícolas.

Operando a partir de uma totalidade implícita, as experiências da paisagem contemporânea transformam igualmente e simultaneamente seres humanos e não humanos, os rituais e as acções, as técnicas e os conhecimentos comuns em sujeitos e objectos que são observados. Estes processos objectivam e reificam as suposições das paisagens e levam à culturalização, não apenas de peças de arte, monumentos ou jardins, mas de regiões inteiras, bairros, cidades, instalações industriais inactivas, favelas e também, de aldeias rurais e domínios agrícolas tradicionais, todas elas transformadas em "paisagens culturais".

O senso de liberdade que está presente na experiência contemporânea da paisagem não é mais a conexão entre os indivíduos e um Deus poderoso, mas a liberdade epistemológica dos cientistas, exploradores, técnicos de laboratório ou especialistas, sem os constrangimentos

¹⁰⁴ Ibidem, p.23

institucionais do *ethos* científico. No turismo, por exemplo, podem ser encontrados os regulamentos formais das metodologias científicas, sem a exactidão e rigidez padronizada dos protocolos científicos de colecta ou experimentação.

Ampliando a dimensão emocional do observador moderno, o experimento contemporâneo conduz a uma estetização dos conteúdos das experiências, uma necessidade obsessiva de fixar e tornar públicos os momentos de cada experiência, por meios tecnológicos. Sociologicamente, não é mais uma experiência restrita de indivíduos intelectualmente e socialmente diferenciados, cientistas, aristocratas, militares de patente ou clérigos, mas foi ampliada a grupos alargados de aventureiros, viajantes ou turistas - "pessoas comuns". Integrado na dinâmica económica, a experiência estética da paisagem inclui uma diversidade de actividades, desde o passeio de pessoas urbanas ou suburbanas a praias ou montanhas próximas, viagens de lazer de longa distância, todas chamadas de "turismo", numa transformação extrema da *theoria* arcaica.

Explorando as topologias da totalidade teórica Moderna, a preocupação contemporânea com as paisagens urbanas e a experiência de caminhar pode ser vista como uma reacção a viagens distantes e à globalização do turismo. Enquanto suportes velados do *universus*, como apontou Ritter, as cidades contemporâneas tornadas *históricas* emergem como lugares caracterizados por uma obsolescência viva, suspensos da transformação e dos conflitos contemporâneos, como se estivessem à margem da dinâmica histórica, económica e tecnológica.

Os turistas contemporâneos parecem também estar a actualizar as alternativas fundadas nas epistemologias modernas, como pode reconhecer na relevância de andar. Caminhar é uma forma de experimentar o senso de evidência que caracteriza o sentido moderno do conhecimento, ser capaz de agir e julgar numa escala 'humana', reatando as qualidades naturais que o artificialismo da cultura urbana teria feito esquecer. Os observadores contemporâneos usam instrumentos actualizados, como câmaras digitais e sistemas de localização, mas apreciam a dimensão corpórea da "cultura", a experiência da incorporação, o esforço do corpo por si mesmo, seja em actividades de risco, seja em formas 'laicas' de peregrinação, como o trekking ou o ciclismo.

O reverso epistemológico da figura de totalidade moderna cumpre-se na contemporaneidade. O caminhante pode escolher ser, mesmo sem conhecer as características filosóficas dos pensadores modernos, um curioso *cartesiano*, procurando evidências, um *lockeano*, indagativo e tolerante, um *humeano*, irónico e céptico, ou um kantiano, seguro na sua razão, mas reiteradamente maravilhado com a simulação do Infinito.

V

Retomando as dificuldades iniciais sobre a cognição da paisagem, recuperamos de modo breve os estádios a que a reflexão nos conduziu: de uma consideração subjectivante e objectivante da paisagem passámos para a necessidade de pensarmos a cognição da paisagem desde o *ethos* da habitação. É desde as duas instâncias do *ethos*, a ambiência e o horizonte, que nos surgiram, tanto a dimensão emocional que Simmel aponta, como a experiência estética da totalidade teórica referida por Ritter.

Atendemos depois a que a paisagem cumpre uma função cognitiva transhistórica: dotada de uma intrínseca historicidade, ela faz emergir na experiência estética a concepção teórica que afecta a totalidade dos seres, mas não a da época em que o observador está inserido mas a do momento histórico-ontológico anterior. A experiência estética da paisagem apenas permite indirectamente a vivência do momento histórico-ontológico contemporâneo do observador, através do uso dos instrumentos técnicos da sua época, para experienciar, de modo liberto de constrangimentos, a totalidade teórica passada ou antecipar, de modo tácito e ingénuo, as disposições futuras.

Finalmente, a emergência da totalidade de ser como Ambiente mostrou que na época Contemporânea se tornam funcionais a subjectividade e a objectividade das paisagens: por um lado, verifica-se a proliferação de locais que se paisagificam, por outro, as formas gerais de correlação surgem como *-scapes*, como paisagens imaginadas.

Que aspectos o *ethos* da habitação nos esclarece e permite avançar sobre a cognição da paisagem? Avançamos com algumas linhas de reflexão, ainda exploratórias e algo abstractas. Antes de mais, podemos reconhecer que a emoção do observador e a qualidade do que se apresenta paisagisticamente não são um sem o outro. O *ethos* não depende da consciência dos homens, antes é o próprio *ethos* que requer a consciência; colocando-se em correlação com os outros *ethea* humanos e não-humanos, ele conduz à assunção no habitante do saber das articulações, das alteridades e das alterações, seja do que se cria, do que se transforma ou do que se deforma, perece ou destrói, seja do que apresenta como conhecido ou irreconhecível, amigável ou ameaçador

O conhecimento que emerge de um *ethos* está marcado pela ambiência, gerada pelas *definições* performativas de formas, matérias e vivências, e pelo horizonte, criado pelas *delimitações*, que constroem um espaço diferenciado de experimentação. Sempre singular, a ambiência não se

pode entificar com um objecto, antes ela significa o sentido de uma experiência psicológica densa de emoções, que se vai enriquecendo, apta a estabelecer analogias e contrastes e a projectar-se no horizonte em que se insere. Do horizonte não há propriamente conhecer, antes um saber directo da experiência dos limites, das situações de risco e dos modos de familiarização, a cujas características se é iniciado através de um confronto directo com a perigosidade que lhe é inerente.

A rigor, as duas instâncias do *ethos* projectam-se uma sobre a outra, o horizonte sobre a ambiência, a ambiência sobre o horizonte, fazendo surgir num espaço percebido os lugares e os momentos de segurança e de tensão, de permanência e de passagem, não apenas os dos humanos, amigáveis ou não, mas também os dos não-humanos, e em diversas escalas: do quarto familiar ou oficina de trabalho ao enquadramento geológico ou configuração climática. O conhecimento que emerge de um *ethos* cumpre-se na capacidade de captar as temporalidades específicas dos humanos e não-humanos, recuperando memórias e abrindo-se prospectivamente, e de detectar diferentes qualidades de espaço, reconhecendo os limites, os percursos e as passagens nos horizontes que se apresentam.

O que singulariza a cognição desde o *ethos*, em relação à cognição de um objecto ou à apreensão do sujeito cognoscente de si a si? Desde o *ethos*, a apresentação precede a representação, as capacidades físicas, performáticas, as características do que se apresenta, de modo regular ou imprevisto, primam as possibilidades representativas do que se possa mostrar ao sujeito cognoscente.

A subjectividade estabelece-se pelas relações de articulação, de alteração e de alteridade: o que se apresenta como outro (instrumento, animal, familiar ou inimigo), não surge como objecto, um outro do sujeito cognoscente, um *outro de si*, mas como um *outro para si*, reconhecido, familiar ou desconhecido. Conjugando modos e estados ontológicos diversos, articulando ambiências e horizontes, definições e delimitações, proximidades e distâncias, o *ethos* vive desde um *quadro* de negatividades, de latentes possibilidades negativas, de receios e perigos, de apropriações e recusas.

É este quadro que actualiza as relações entre os princípios a partir dos quais assume valor e significação tudo o que se apresenta no que contemporaneamente se diz Ambiente, mas que anteriormente foi *universus*, *mundus*, *cosmos*. Quais são esses princípios?: por um lado, os princípios que melhor se revelam na ambiência: os princípios *ontológicos*: o *ethos* que a cognição verifica a identidade e a consistência de ser do que se apresenta *um para outro* na ambiência delimitada; e os princípios *axiológicos*: no *ethos* se resolve a tensão cognitiva entre

os valores e a sua sempre latente negatividade. Por outro lado, é do horizonte que emergem os princípios *lógicos*, as articulações temporais e espaciais das significações, os 'discursos' encontram o seu 'contexto'; e, finalmente, é desde o horizonte que se consciencializa o *deontológico*: surge o expectado ou o imprevisto, o que se revela harmonioso ou desconforme.

Pelo *ethos* este quadro principal dobra-se e desdobra-se: projectando-se ambiência e horizonte um sobre o outro, sobrepõem-se os princípios ontológico e axiológico, lógico e deontológico, ou, noutro sentido, lógico e ontológico, axiológico e deontológico: assim, se revela a eficiência funcional de um instrumento, o valor simbólico de uma montanha, as acções se ritualizam, as coisas se tornam inúteis ou lixo.

BIBLIOGRAFIA

Appaduray, A. Modernity at Large. The Cultural Dimensions of Globalization. Minneapolis: MUP, 1996

Applleton, J., The Experience of Landscape. John Wiley & Sons Inc, 1975

Bollnow, O. F, Mensch und Raum. Kohlhammer, 2010

Gil, F. Traité de l'évidence. Paris. Millon, 1993

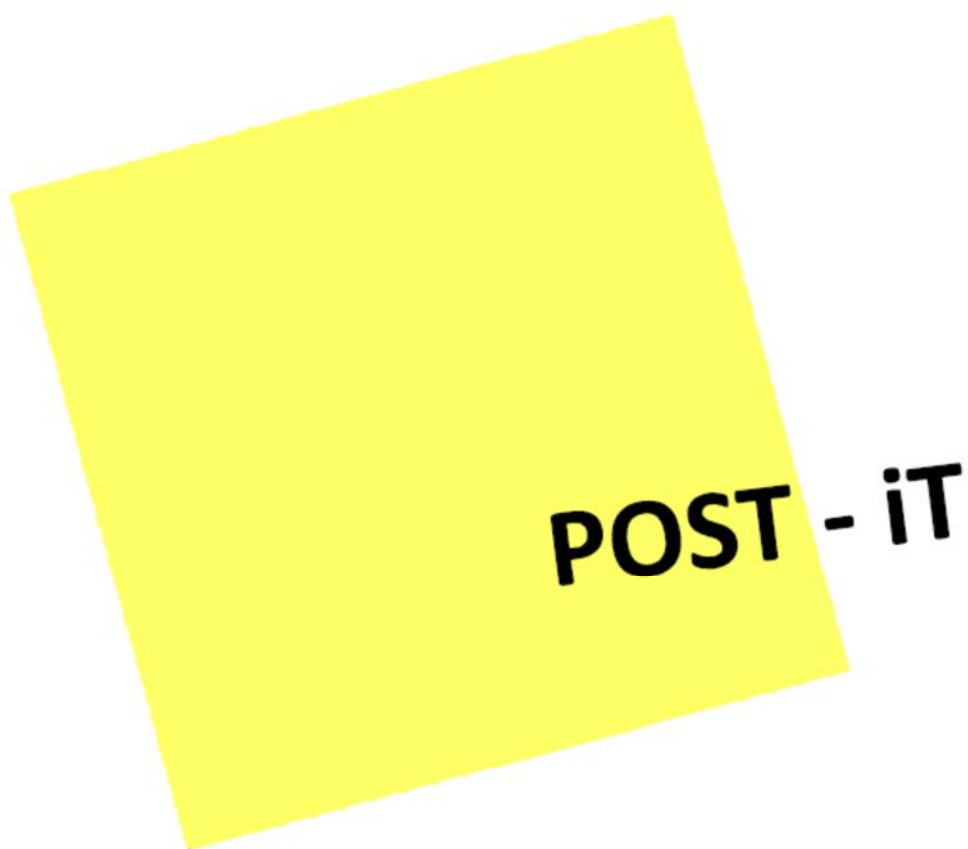
Mallgrave, F.H. Architecture and Embodiment. Routledge, 2013

Robinson, S. Pallasmaa, J, The Mind in Architecture. MIT Press, 2015

Winnicott, D. Winnicott, D. W. (1967). Mirror-role of the mother and family in child development. In P.

Lomas (Ed.), The Predicament of the Family: A Psycho-Analytical Symposium (pp. 26-33)

London:Hogarth, 1967



IDENTIDAD Y PAISAJE

José Fariña Tojo

Dice Maurice Halbwachs: *"Por lo tanto, no es totalmente cierto que para recordar haya que transportarse con el pensamiento fuera del espacio, ya que, al contrario, es sólo la imagen del espacio la que, por su estabilidad, nos ofrece la ilusión de no cambiar en absoluto a lo largo del tiempo y encontrar el pasado en el presente; pero así es como podemos definir la memoria, y el espacio es el único que resulta lo suficientemente estable para poder durar sin envejecer ni perder ninguna de sus partes"*. Es ese sentido del lugar, el *locus*, lo que crea identidad, tanto colectiva como individual. Lo que otorga al individuo y al grupo el hecho diferencial que le convierte en algo propio y que da lugar a la aparición del otro. Pero para que esto suceda deben de formalizarse vivencias comunes en ese espacio para que den soporte a las imágenes y al recuerdo. Surge así el paisaje como territorio donde ocurren cosas, como lugar creador de identidad. Este es un aspecto del paisaje frecuentemente olvidado.

Se puede entender el paisaje desde muchos puntos de vista: como recurso, como belleza, como ecología, como soporte. Pero, en últimos tiempos, el paisaje se entiende básicamente como objeto de consumo. Ni siquiera tiene que ser estrictamente bello o portador de valores ecológicos. Es suficiente con que sea conocido y objeto de deseo. Cientos de miles de personas visitan Iguazú, la torre de Belem en Lisboa, el casco histórico de la ciudad de Cáceres o el bosque de Irati, y eso crea riqueza para algunos. Pero, poco a poco, esos lugares se van convirtiendo estrictamente en mera tramoya teatral de una sociedad que se ha definido como "La sociedad del espectáculo", perdiendo otros valores importantes como es el de crear identidad. Y es así como algunos lugares se transforman en otra cosa, adaptándose a los requisitos que esperan encontrar aquellos que los visitan y perdiendo los elementos que eran referencia para los grupos que, precisamente, los habían ido creando y manteniendo.

Estamos, por tanto, en un momento delicado, en el que sería interesante que se produjera un cierto equilibrio entre los distintos objetivos que deberían de proponerse a la hora de mantener determinados paisajes. El problema es que casi el único objetivo es conseguir paisajes cuyas

formas sean del agrado del mayor número de personas, justamente de aquellas que los visitan, no de aquellas que los viven. Esto trae consigo implicaciones importantes como son el fortalecimiento de lenguajes formales comunes digeribles por la mayoría de la gente frente a los lenguajes locales, con una pérdida evidente de diversidad. También la consideración de los valores económicos por encima de cualquier otro relativo a la vida de las personas.



Los sistemas masivos de difusión de imágenes están contribuyendo a la creación de patrones formales comunes en detrimento de 'genius loci' (fondo de escritorio Windows XP)

Ante esta imposición mayoritaria y casi tiránica del paisaje como "sitio donde hacerme un *selfie*", deberíamos reivindicar que el paisaje es también aquel lugar indisolublemente unido a la creación de la identidad individual o colectiva. No exterminar el *genius loci* debería ser el primer mandamiento de todos los que, de una forma u otra, intervenimos en el paisaje. Para lo cual, claro, primero hay que encontrarlo. Cosa, por lo que se ve, bastante complicada cuando en la mayoría de los casos ni tan siquiera se considera a la gente directamente relacionada con el mismo. Y mucho menos cuando esta relación no es la actualmente existente sino la que se ha producido a lo largo de años, siglos o milenios. Y es que este geniecillo del lugar muchas veces queda convertido en delicioso manjar que es devorado con fruición (y hasta su completa desaparición) por una masa de turistas ávidos de consumirlo. Eso sí, previamente cocinado al vapor por expertos chefs paisajistas.

PAISAJES ALGARVÍOS DEL ARQUITECTO MANUEL GOMES DA COSTA

José Joaquín Parra Bañón

Resumen: El texto contiene información sobre algunas obras del arquitecto portugués Manuel Gomes da Costa (Vila Real de Santo Antonio 2011-Faro 2016) construidas en el Algarve en la segunda mitad del siglo XX. También expone un análisis de su arquitectura, estudiada como conjunto disperso y como paisaje. La continuidad y la discontinuidad del paisaje se investiga de acuerdo a la teoría del poeta Fernando Pessoa y del novelista José Saramago.

Palabras Clave: Gomes da Costa; Pessoa; Saramago; Algarve; Faro.

ALGARVE LANDSCAPES OF THE ARCHITECT MANUEL GOMES DA COSTA

José Joaquín Parra Bañón

Abstract: The text contains information about some works of the Portuguese architect Manuel Gomes da Costa (Vila Real de Santo Antonio 2011-Faro 2016) built in the Algarve in the second half of the 20th century. It also presents an analysis of its architecture, studied as a dispersed whole and as a landscape. The continuity and discontinuity of the landscape is investigated according to the theory of the poet Fernando Pessoa and the novelist José Saramago.

Kerwords: Gomes da Costa; Pessoa; Saramago; Algarve; Faro.

PAISAJES ALGARVÍOS DEL ARQUITECTO MANUEL GOMES DA COSTA

José Joaquín Parra Bañón

«Paisajes son repeticiones... Más cierto sería decir que un estado del alma es un paisaje; habría en la frase la ventaja de no contener la mentira de una teoría, sino tan solo la verdad de una metáfora».

Fernando Pessoa, *Livro do desassossego*

Manuel Gomes da Costa fue un longevo y prolífico arquitecto portugués cuya obra excepcional se encuentra diseminada de un extremo a otro del Algarve. Nació en 1921 Vila Real de Santo António y murió hace unos meses, en julio de 2016, en Faro, la ciudad terminal en la que establecería su residencia a mediados del siglo XX y en la que levantaría uno de los más elocuentes e innovadores repertorios ibéricos de arquitectura residencial heredera del Movimiento Moderno. Su singular obra edificada se extiende la fronteriza Vila Real de Santo António hasta, ya en la Costa Vicentina, Aljezur, pasando, tierra adentro, por Vila Nova de Cacela, Santa Catarina da Fonte do Bispo, São Bras de Alportel y Alcantarilha, y, por el borde del Atlántico, en Monte Gordo, Tavira, Santa Luzia, Olhão, Portimão y Faro.

La obra prácticamente inédita del casi ignoto Manuel Gomes da Costa [MGdC], la de este intérprete e instaurador de la mejor arquitectura de moderna en el sur de Portugal, de este arquitecto discreto y exquisito que supo conjugar lo vernáculo con el llamado "Estilo internacional", y hermanar el "Racionalismo italiano" con las formas y los usos de la tradición al tiempo que versionaba las más recientes propuestas de los maestros brasileños y centroeuropeos, construyó, sin haber sido específicamente programado, un singular paisaje de

arquitecturas esenciales¹⁰⁵. Sus obras, extraviadas en la geografía algaravía, pueden ser leídas, en términos de paisaje arquitectónico, no como una serie de hitos sino como una sucesión de estampas, como un texto manuscrito esparcido sobre la cartografía de una región periférica, cual es la suya, pues en no pocas ocasiones la comprensión de ciertos paisajes significativos exige una labor de costura, el trabajo de ayuntar, de componer lo disperso sobre un mismo plano hasta formar un atlas unitario, aparentemente homogéneo.

PAISAJES DE AUTOR. ATLAS GOMESDACOSTANO DEL PAISAJE

El atlas gomesdacostano del paisaje consta de tres volúmenes interrelacionados. En el primero se propone la lectura individualizada de su producción, obra por obra, como una serie de unidades entre las que el lector consecuente puede establecer vínculos en múltiples direcciones. El segundo propicia la investigación de su obra por conjuntos, por agrupaciones en función de su proximidad y de las relaciones que mantienen con el entorno inmediato, como paisajes urbanos: es decir, por ciudades, barrios, manzanas o calles en las que acumuló, a veces hasta la saturación, su siempre humana y cartesiana arquitectura residencial. El tercero sugiere un análisis territorial de su obra como totalidad, como serie extendida en el tiempo (la segunda mitad del siglo XX) y en el espacio (la zona oriental del Algarve), sobre la geografía y la cultura en la que se integra al tiempo que define una nueva estructura paisajística superpuesta a otras preexistentes. Es decir, y atiendo provisionalmente al paisaje como imagen, el atlas tendría una sección inicial dedicada a las instantáneas; otra intermedia a las panorámicas y una final a las secuencias de fotogramas (a la cinematografía).

En el primer volumen se propone, por tanto, la interpretación de su arquitectura como una entidad enraizada en la tierra sobre la que se levanta, de una arquitectura que emerge en un sitio y en otro, casi espontánea, sin escándalo, casi como si fuera una forma nativa del paisaje. Hay en ese primer volumen de los paisajes gomesdacostanos¹⁰⁶ obras autónomas, edificadas como componentes añadidos a un paisaje previo construido sin proyecto, artificial y antropizado, que procura armonizar lo vernáculo y lo contemporáneo; un paisaje en el que procuran integrarse sin estridencia, o en el que las arquitecturas no son percibidas como

¹⁰⁵ Algunas de las publicaciones más recientes sobre MGdC son: PARRA, José Joaquín. "Principios arquitectónicos de Manuel Gomes da Costa". En AA.VV. *ACCA 015*, pp. 97-124. Sevilla: RU Books-dEGA, 2016; PARRA, José Joaquín. "Manuel Gomes da Costa. Cuatro casas de sección trapezoidal". En AA.VV. *ACCA 015*, pp. 125-151. Sevilla: RU Books-dEGA, 2016. Algunas de sus obras se analizan en Agarez, Ricardo. *Algarve Building. Modernism, Regionalism ad Architecture in the South of Portugal, 1925-1965*. Abingdon: Routledge, 2016; Lousame, Miriam. "Manuel Gomes da Costa, un universo en bocetos". En AA.VV., *El arquitecto, de la tradición al siglo XXI*, pp. 1033-1041. Madrid: XVI Congreso EGA, 2016.

¹⁰⁶ MGdC no fue un paisajista: fue un arquitecto en cuyo multitudinario catálogo de obras construidas no figura ningún proyecto específico de paisaje. No es ni Burle Marx ni Gonçalo Ribeiro Telles, cuyas obras con toda probabilidad conoció, pues de ellas hay huellas en algunos de los jardines que proyectó vinculados a sus edificios públicos, como es el caso del *Creche da Misericórdia* de Aljezur o de la *Casa de retiros e colónia de férias* en São Lourenço do Palmeiral. En las perspectivas aéreas que dibujaba como presentación de sus proyectos puede percibirse su inquietud proyectiva por los espacios al descubierto que circundan o que se adosan a sus edificios, y observarse el repertorio de formas que recuerdan los tapices vegetales y los pavimentos del brasileño o las de composiciones del jardín lisboeta de la Fundación Calouste Gulbenkian.

accidentes. Arquitecturas que son, en definitiva, asumidas con naturalidad por el paisaje y por la mirada y que, leídas enlazadas, definen un paisaje independiente.

El segundo volumen de este hipotético atlas es el dedicado a la ciudad: al políptico del paisaje urbano. El paisaje minuciosamente proyectado por Gomes da Costa, pervive de forma más clara en el flujo de la ciudad que en la discontinuidad de las obras celtas o en la dispersión de las poblaciones: en los sectores a los que caracteriza por la acumulación de sus edificios, y a los que por ello dota de personalidad, o en las calles en las que integra sus obras, unas veces agrupadas conformando rítmicas fachadas de alzados ahombrados y otras veces repartidas por el vecindario. De todas las ciudades algaravías en las que hay una mayor densidad de edificios suyos destaca, en cuanto al paisaje particular que dibujan, Faro: en ella es difícil encontrar una calle extramuros, una manzana en la que no se levante, firme y elocuente, uno de sus edificios, uno de sus signos, una de las palabras de una de las más hermosas letanías arquitectónicas de la contemporaneidad. Una buena parte de la ciudad expandida en la segunda mitad del siglo XX está positivamente contaminada con su obra, determinada por su arquitectura de orfebre.

Así como el Loulé contemporáneo es una invención del arquitecto Manuel Laginha, su colega contemporáneo, Faro lo es en gran medida de Gomes da Costa. No hay muchas ciudades medias en Europa en las que la obra de un buen arquitecto determine tanto su paisaje urbano moderno, no por medio de hitos que las fagocitan sino por la pausada sucesión en el tiempo y en el espacio de ellas: por la continuidad de un trabajo profesional bien hecho y aceptado con naturalidad por la historia y por el parcelario.

En el último volumen sus obras se presentan a vista de pájaro, como nodos de una red de correspondencias que tiene la capacidad de imponer una estructura singular a un ámbito geográfico al que se superpone: una estructura sutil, cultural, icónica, entreverada con otras estructuras físicas más evidentes y enredada con otros tejidos de relaciones (económicas, políticas, funcionales, etc). Es decir, sus obras como definidoras de un paisaje fraccionado cuyos fragmentos se encuentran, por ejemplo, en distinta cantidad y dimensión en el polígono definido por Vila Real de Santo António, Monte Gordo, Vila Nova de Cacela, Santa Catarina da Fonte do Bispo, Tavira y Santa Luzia¹⁰⁷, y que entre todos ellos, porque son genéticamente afines, porque todos son con facilidad reconocibles como obras de Manuel Gomes da Costa, constituyen un paisaje propio¹⁰⁸. En el volumen final de este atlas tripartito de paisajes simultáneos se presenta,

¹⁰⁷ Y por Manta Rota, donde por impedimentos urbanísticos MGdC no llegó a construirse una casa de vacaciones, y por Castro Marim, donde recientemente se ha localizado un edificio que bien podría ser suyo.

¹⁰⁸ La mayor parte de las obras de MGdCse concentra en la parte oriental del Algarve, en el tramo que discurre entre la fluvial Vila Real de Santo António y la capital de la región: Faro. Más hacia el oeste escasean, aunque tal vez, además de las de Portimão o Aljezur, cuando se profundice en la investigación de su obra, se descubran por aquellos lares occidentales, en Loulé o en Lagos, algunas no identificadas, o todavía no documentadas.

por tanto, la totalidad de su obra como rizoma, como ecosistema arquitectónico (cabría decir que como arquitectosistema paisajístico), como trama que aúna lo disperso en el territorio, determinando con su red de afinidades un paisaje discontinuo específico. El fotógrafo de arquitectura y de paisajes Jesús Granada documentó en escala de grises el medioambiente de uno de estos nodos en noviembre de 2014, durante su participación en curso “Patrimonio contemporáneo y vanguardia. Análisis y propuesta de intervención en la arquitectura del silo de la Cooperativa agrícola de Santa Catarina da Fonte do Bispo para su adecuación a espacio de creación artística” dirigido por José Joaquín Parra¹⁰⁹ (Fig.s 1 a 5).



Fig. 1: Fot. Jesús Granada, *Cooperativa agrícola de Santa Catarina da Fonte do Bispo*, 29.11.2014



Fig. 2: Fot. Jesús Granada, *Cooperativa agrícola de Santa Catarina da Fonte do Bispo*, 29.11.2014



Fig. 3: Fot. Jesús Granada, *Cooperativa agrícola de Santa Catarina da Fonte do Bispo*, 29.11.2014

¹⁰⁹ <http://www.proyectosilos.com/post/110162338049/bajo-la-direccion-de-jose-joaquin-parra-banon> (24.1.16).



Fig. 4: Fot. Jesús Granada, *Cooperativa agrícola de Santa Catarina da Fonte do Bispo*, 29.11.2014



Fig. 5: Fot. Jesús Granada, *Cooperativa agrícola de Santa Catarina da Fonte do Bispo*, 29.11.2014

MGdC no es autor de una teoría propia sobre el paisaje. En las memorias justificativas o explicativas de sus proyectos, que son el lugar donde se encuentra casi todo lo que dejó por escrito, hay una permanente preocupación por las condiciones medioambientales de la arquitectura, una precursora atención a las cuestiones del soleamiento, la orientación y la ventilación de los edificios, así como un esfuerzo evidente por conseguir la integración de la vegetación en la arquitectura. También queda constancia de su inquietud por adecuarse a las exigencias del entorno, por hacer dialogar sus obras con las preexistencias; por la construcción, podríamos decir hoy en día, sostenible de la ciudad, en la que la contemporaneidad ha de enhebrarse sin sometimientos en la historia, o en la que la vanguardia, como él pretendía, converse de igual a igual con la tradición, del mismo modo que lo internacional ha de conjugarse con lo local. Están sus hechos, más que sus palabras, para demostrar su participación diligente en la construcción colectiva del, hasta ayer, nuevo paisaje.

No hay teoría pero sí hay praxis: hay, en su sentido etimológico, poesía. Faltan los axiomas y las conceptualizaciones verbales de MGdC sobre el paisaje. No hay postulados pero sí posicionamientos y actitudes. Y queda una sólida obra que puede soportar sobre sus hombros el riesgo de hacer hipótesis a partir de ella. Tras su análisis desde esta premisa hay argumentos suficientes para postular que, por ejemplo, sus nociones de paisaje estarían situadas en el

camino de ida y vuelta que va de Pessoa a Saramago: de estos dos escritores portugueses que, por cada extremo del siglo, escribieron con frecuencia la palabra paisaje en sus poemas o en sus novelas, en sus libros desasosegados y en sus libros para desasosegar.

Ni Fernando Pessoa (1888-1935) ni José Saramago (1922-2010) son autores de una teoría propia y autónoma sobre el paisaje: quien husmee o investigue en sus obras hallará continuas referencias a él y a sus circunstancias, frecuentes reflexiones sobre su naturaleza o su contingencia, hermosas y precisas descripciones y, de cuando en cuando, negaciones sobre su necesidad o acerca de su existencia¹¹⁰. No es la teoría lo que es relevante en su obra: es su actitud frente el paisaje, su sensibilidad ante el paisaje.

FERNANDO PESSOA. PAISAJES SON REPETICIONES

Fernando Pessoa pertenece a la extensa familia de creadores solitarios que prefieren no viajar, no moverse de su sitio (en su caso, definido por unas cuantas calles de Lisboa). Él forma parte de la nómina de escritores, o de los personajes engendrados por ellos, que se niegan a desplazarse a la búsqueda o al encuentro de paisajes alternativos. Se viaja, vienen a decir, para satisfacer la necesidad, o el deseo, de otros paisajes, de más paisaje, de dosis suficientes de paisaje narcótico. Las personas viajan, proponen estos escritores sedentarios, acuciadas por la insatisfacción que les produce el disfrutar de un solo paisaje: por la libido de paisaje.

El paisajista portugués Fernando Pessoa, o Bernardo Soares, que es el heterónimo que redacta el *Livro do desassossego*¹¹¹, fundamenta su negativa a viajar en una dolencia crónica (acaso en una patología genética): «tengo de la vida una náusea vaga, y el movimiento me la acentúa», afirma en 1931 en una anotación titulada *La idea de viajar me provoca náuseas*, en la que apostilla: «para el movimiento me falta algo que hay entre el alma y el cuerpo; se me niegan, no los movimientos, sino el deseo de tenerlos». Esta resistencia física e intelectual al viaje, tanto al acto como a la idea de viajar, la argumenta con dos razones de índole paisajística: la primera se basa en que, según él, todos los paisajes son, si no idénticos, sí en exceso similares: «Paisajes son repeticiones» afirma, sin artículo y sin rodeos, después de haber denunciado en el párrafo anterior: «El tedio de lo constantemente nuevo, el tedio de descubrir, bajo la diferencia transitoria de las cosas y las ideas, la perenne identidad de todo, el parecido absoluto entre la mezquita, el templo y la iglesia». Las diferencias transitorias en el paisaje, o el parecido absoluto

¹¹⁰ Miguel Torga es otro de los paisajistas portugueses que, junto a Vergílio Ferreira, podrían incorporarse con sus impresiones sobre el paisaje a Pessoa y a Saramago.

¹¹¹ Salvo indicación contraria, las citas siguientes están tomadas de la versión/traducción de Antonio Sáez de la recopilación de escritos sueltos de Pessoa titulada y publicada póstumamente como *Livro do desassossego*, realizada por la editorial Pretextos en Valencia en 2014. PESSOA, Fernando. *Libro del desasosiego*, trad. de Antonio Sáez. Valencia: Pretextos, 2014, pp.397-398.

entre ellos, entre la mezquita, el templo y la iglesia, incitan a Pessoa a la permanencia y a la inmovilidad: lo desaniman, como demuestra con su biografía, a viajar.

Asumir el postulado pessoano del paisaje como repetición supone aceptar que un elemento significativo, o una familia de elementos significativos, que se repita en una y otra calle, en una y otra ciudad, aunque tenga variantes, es capaz de definir, en cuanto a sumatorio, un paisaje: un paisaje discontinuo que la memoria se encargará de componer de acuerdo a un cierto orden, a un criterio personal que es, a menudo, cambiante. Así, por ejemplo, cosidas por el recuerdo, las galerías de MGdC en Faro, propuestas para construir y poder contemplar el paisaje de la ciudad, que emergen en voladizo con celosías y con montantes, con barandas que tienen incrustados maceteros prismáticos, determinarían un cierto paisaje aéreo que discurre flotante a partir de tres metros del suelo (Fig. 6). También definen otro paisaje geométrico, ahora a nivel del transeúnte, los paños de teselas polícromas, los lienzos tramados con pequeños azulejos cuadrados o trapeciales (Fig.s 7 y 8).



Fif. 6: Fot. José Joaquín Parra, *Edificio en Rua Camilo Castelo Branco de VRSA*, 2014. MGdC, proyecto 1961

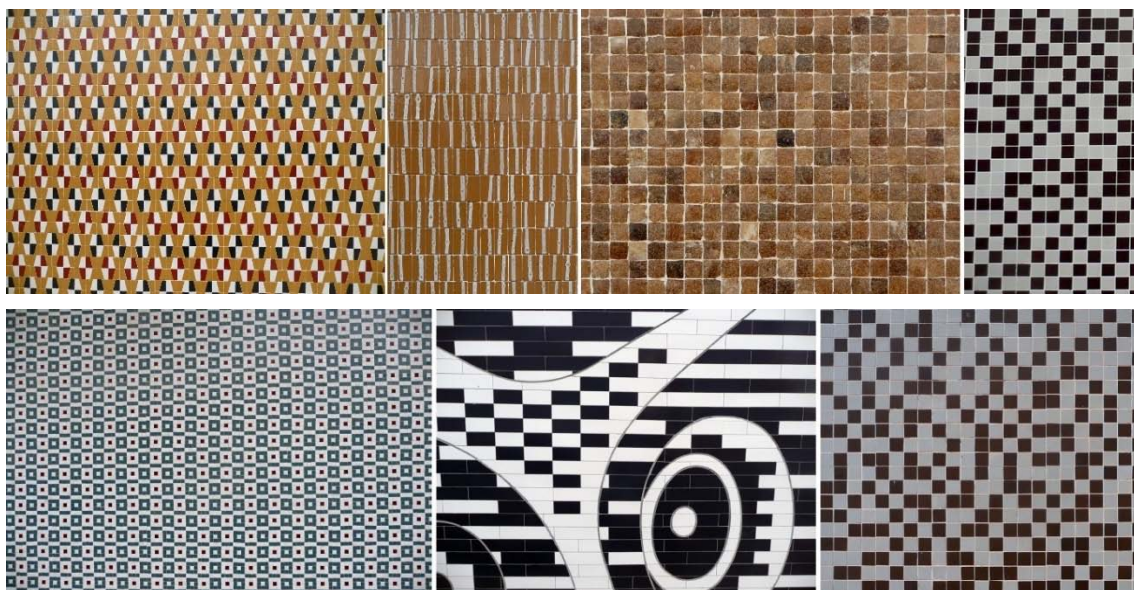


Fig.8: Fot. José Joaquín Parra, *Paños de azulejos MGdC en VRSA*, 2010-16

«Lisboa com suas casas / de várias cores» repitió tres veces el heterónimo taviense Álvaro de Campos en el poema cuya primera estrofa concluye con estos dos versos: «A costa de diferente, esto es monótono. / Como a costa de sentir, quedo solamente pensando». Esta «Lisboa con sus casas de varios colores» está presente en la paleta policroma de Manuel Gomes da Costa. Presente en los varios colores de sus obras en Tavira: en las casas albinas que hay en la Rua de Libertade y en la Rua Primero de Maio, y en las también blanquecinas de Borda d'Água y de Rua dos Mouros; en la parcialmente verde del 40 de la Travessa Doctor Parreira y en la verdosa del número 1 de la Travessa de Lisboa (aún pendiente de certificar su autoría) y en las dos levantadas en la Rua Miguel Bombarda, especialmente en la multicolor del 118-120¹¹².

En la ensimismada y unitaria teoría pessoana el paisaje es continuo y persistente, inagotable e incognoscible, proyectivo y personal. Bastaría, propone el lisboeta, con afanarse en conocer uno de ellos (que equivaldría a decir en imaginar uno de ellos) para no tener que hacerlo con los demás. Hay un único paisaje, incompleto, inacabado e infinito: con diferencias apenas perceptibles de uno a otro de sus extremos. El paisaje no es un hecho sino un estar sucediendo: no una obra sino un proceso. Cuando Saramago escriba como inicio de *Levantado do chão* que «Lo que más hay en la tierra es paisaje» en vez de escribir, recurriendo al plural, lo que más hay en la tierra son paisajes, estará muy próximo a la teoría paisajística de su paisano sobre la unicidad y homogeneidad del horizonte: teoría inconclusa que podría resumirse en el colofón del párrafo 371 del *Libro del desasosiego*, que dice: «Lo que vemos no es lo que vemos, sino lo que somos». Es decir: que somos paisaje.

JOSÉ SARAMAGO: LO QUE MÁS HAY EN LA TIERRA ES PAISAJE

El paisaje, viene a proponer Pessoa a través de Bernardo Soares, es fractal. Solo hay que alejarse lo suficiente para poder percibir su estructura reiterativa, su envolvente armonía fecunda en simetrías. En *Levantado do chão*, la novela publicada en 1980 por José Saramago cuya acción transcurre en el Alentejo, el paisaje, por reiterativo, también es fractal: el paisaje monocorde tiene por todos lados para el espectador el mismo aspecto, un semblante mimético, similar en lo próximo y en lo lejano¹¹³.

¹¹² En las fachadas de sus obras en Tavira predomina el color blanco, pues el resto de los colores, los rojos y los ocres, los verdes y los azules, se concentran, cuando los hay, en los paños de telas con los que reviste algunos planos de la planta baja. También es blanca la Iglesia de Santa Luzia, proyectada por MGdC en 1956-58 y el conjunto bloques en U de cinco plantas de 1980 que conforman la cabecera de la manzana formada por la Rua Dr. Mateus Teixeira de Azevedo esquina a Rua Zacarias Guerreiro en Tavira. En las de Vila Real y en las de Faro la paleta de colores es más amplia, e incluye grises y rosas además de amarillos pastel.

¹¹³ Las citas están tomadas de SARAMAGO, José. *Alzado del suelo* (trad. Basilio Losada). Barcelona: Seix Barral, 1994. En versiones posteriores el título se ha traducido como *Levantado del suelo*, quizás para poner el énfasis en la idea de “levantamiento” (del pueblo) antes que en la de “alzamiento” (parcialmente contaminada por lo militar).

Levantado del suelo comienza diciendo: «Lo que más hay en la tierra es paisaje. Por mucho que falte lo demás, paisaje ha sobrado siempre, abundancia que sólo se explica por milagro infatigable, porque el paisaje es sin duda anterior al hombre y, pese a todo, y con tanto existir no se ha acabado aún». Quien se lamenta del exceso de paisaje en el primer capítulo de este levantamiento físico es un narrador omnisciente, el portavoz de un campesino por cuenta ajena que a duras penas extrae del suelo que cultiva sustento para él y para su familia. Este agricultor, con su sabiduría elemental, con una cultura aprendida por ósmosis de la tierra que lo fatiga, sabe que hay paisaje, que existe algo llamado «paisaje», algo a lo que otros llaman en sus ensayos "Paisaje". Él, aunque le dé otro nombre, es capaz de identificarlo cuando levanta la cabeza y mira hacia delante o hacia los lados, cuando mira a lo lejos y observa lo que hay más allá, en la distancia. Reconoce como paisaje el paisaje erróneamente llamado natural (pues el paisaje natural no es otro, como dirá Saramago más adelante, que el que es anterior al hombre: el que no ha sido aún intervenido por él): reconoce el paisaje artificial construido a lo largo de los siglos por la actividad agrícola y las inclemencias, el horizonte de lomas florecidas de espigas, pobladas por alcornoques esporádicos, acaso sembradas con vides alineadas. Al paisaje que lo envuelve, en el que se encuentra inevitablemente inmerso, lo identifica como "su paisaje", no porque sea de su propiedad (ya que lo es del latifundio que lo explota) sino porque es el resultado de su trabajo y del trabajo de sus antepasados: porque es, en cierta medida, su propia obra; una consecuencia de su esfuerzo.

Pero para él hay demasiado paisaje, un exceso de homogéneo paisaje: todo es paisaje. En cualquier dirección en la que mira hay paisaje, cualquier panorama, de un extremo a otro, por delante y por detrás, es un único paisaje, una sucesión ininterrumpida de paisajes afines y análogos en los que las pequeñas diferencias, como defendió Pessoa, no impiden reconocer su unidad. Para percibir el paisaje en su integridad, alienta Saramago, hay que alzarse del suelo, que levantar la mirada. Y en esta historia reivindicativa propone que se puede atender al paisaje como una forma de rebelión, de alzamiento, de asunción de la realidad circundante y de reacción contra lo que esta tiene de insatisfactorio. Saramago, después de informar sobre su abundancia (de hacer que denuncie su exceso quien sobrevive inmerso en él), procederá a su descripción: a registrar algunas de sus características físicas esenciales, sin demorarse en prolijas pormenorizaciones. «No le falta color a este paisaje», dice al comienzo del segundo párrafo de la novela, en el que trata del olor y de la temperatura y del contenido de esa tierra «bien servida de paisajes». El paisaje aquí no es teórico, no es un estado del alma: es la humilde tierra circundante. La tierra es el fondo y la figura del paisaje, el soporte que garantiza su continuidad, su persistencia. La tierra que «como la palma de la mano está cubierta de líneas», de líneas

cultivadas, trazadas por el arado, por la cerca, por la barda o por el caminar insistente de los hombres por una misma vereda en ese «latifundio que se prolonga en corcovas arriba y llano abajo hasta donde los ojos llegan». «Tanto paisaje», insiste el escritor en este capítulo inaugural en el que se aboceta el escenario, en el que a lápiz se encaja el trecho de paisaje humano donde están sumergidos los actores, ellos también paisaje, componentes móviles del paisaje, pertenencias efímeras de la tierra. Un paisaje humano posterior, podría decirse, al auténtico paisaje, que es aquel que prescinde de los epítetos: al original y primario del «inicio del mundo, cuando todo era paisaje».

El paisaje se presenta, en consecuencia, como el resultado provisional de un proceso de construcción comunitaria, generacional; como el estado transitorio de un trabajo colectivo, no siempre voluntario: como la transformación humana, suscitada por la necesidad, de un remoto paisaje prístino cuyo origen nadie puede recordar. Este “paisaje cultivado” está por todas partes: es ubicuo y perpetuo. El paisaje es continuo, como continua es la línea genética que hilvana las generaciones que le van dando forma y continua es la tierra que lo soporta. La toma de conciencia del estado del paisaje por parte de sus artífices conduce a la toma de conciencia de otros estados, de otras situaciones y otras circunstancias adversas. Un análisis activa otros análisis: la crítica del paisaje desencadena otros movimientos de reacción. Posicionarse contra el paisaje incita a los personajes de Saramago a posicionarse contra otras realidades opresivas que también son susceptibles de ser transformadas.

Para Saramago en *Levantado do Chão* el paisaje elemental es el no antropizado, el mítico y prehistórico, que por retórico es irrelevante: el significativo es el intervenido por el hombre, el transformado para satisfacer sus necesidades básicas. Para Saramago el paisaje es una substancia, una realidad objetiva exterior: una obra artesanal y colectiva frente a la cual los usuarios/artífices no pueden tener experiencias estéticas. Sus personajes (rurales o urbanos) están sitiados por el paisaje: padecen un acoso paisajístico del que no se pueden liberar más que cegándose.

Si para Pessoa no hay paisaje, para Saramago todo es paisaje¹¹⁴. Para Pessoa el paisaje es una imaginación/ensoñación del artista. El paisaje es una experiencia individual: una abstracción. Pessoa es pasivo, contemplativo, negativo y resignado respecto al paisaje: Saramago, sin embargo, es activo, promueve la transformación. Pessoa es el contemplador solitario: el paseante neurópata que, incluso en su cuarto, escribe de pie. Pessoa atiende al paisaje urbano desde la percepción peripatética del paseante; Saramago interroga al paisaje rural con la mirada

¹¹⁴ Otras ideas de Saramago sobre el paisaje pueden encontrarse en su *Viaje a Portugal*. SARAMAGO, José. *Viaje a Portugal* (trad. Basilio Losada). Madrid: Alfaguara, 2001.

desconfiada del caminante. Cuando Saramago atiende a la ciudad como paisaje (a Lisboa desde la altura), lo hace, al igual que Pessoa, enmarcado por la ventana a la que se asoma, por el rectángulo que delimita el fragmento de tejados que pueden verse desde la habitación que ocupa el soltero, como sucede con Raimundo Silva en *Historia del cerco de Lisboa* y con Ricardo Reis en *El año de la muerte de Ricardo Reis*. Para MGdC el paisaje es un collage en formación. Él es el constructor de atalayas, de terrazas, de galerías, de verandas domésticas, de miradores en los que permanecer contemplando el espectáculo del mundo antes de intervenir en él, desde los que observar el paisaje de la ciudad al tiempo que se forma parte de él.

MANUEL GOMES DA COSTA EN LAS CIUDADES. VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO

Los paisajes de Gomes da Costa son, como los de Pessoa, discontinuos y abstractos: más cercanos a los de Theo van Doesburg y a Piet Mondrian que a los de Giorgio de Chirico o Giorgio Morandi. Como el de Saramago, su paisaje es terrenal y objetivo, útil y receptivo. Inversamente cernudiano, sus paisajes están situados entre el uno y el otro, entre el deseo (la imaginación, el proyecto) y la realidad (la construcción, la materia). No son paisajes deslumbrantes ni condescendientes. Sus paisajes imaginarios son gráficos: están dibujados en los proyectos que redactó y que, o bien no construyó, o bien se construyeron con una apariencia distinta a la que él les atribuyó. Los fragmentos de este paisaje compuesto con alzados, plantas de cubierta y perspectivas cónicas, una vez clausurado su archivo profesional, hay que ir a consultarlos en los archivos históricos de las cámaras municipales en las que solicitó licencia de obra. Sus paisajes concretos, permeables y habitables, como se argumentaba al principio de esta introducción al paisaje gomesdacostano al proponer una división académica en tres tipos, están desperdigados por el Algarve menos afectado por la invasión turística, aunque también hay algún que otro ejemplar extraviado en el Algarve occidental¹¹⁵.

El paisaje más denso y de mayor variedad es el de Faro, donde proyectó y levantó alrededor de tres centenares de edificios de muy dispar configuración: desde viviendas unifamiliares aisladas en el interior de una parcela hasta bloques de catorce plantas, como es el caso del *Edifício Tridente*, que hacia la mitad de la Avenida 5 de Outubro, en el número 19, define el “skyline” de la ciudad, o el denominado *Quarteirão Branco*, situado en la confluencia de esta misma avenida con la Rua da Alameda, de diez plantas su bloque más alto, con espaciosas viviendas de amplias

¹¹⁵ Sus edificios de uso público, no destinados a usos habitacionales, suelen estar aislados y, con frecuencia, inicialmente ubicados en una posición periférica. Así el *Lagar* en São Brás de Alportel, proyectado en 1952, y el *Creche da Misericórdia* de Aljezur, proyectado en 1957, se construyeron en las afueras de las respectivas ciudades, aunque con importantes transformaciones. La *Iglesia de Santa Luzia* (1956-58) se levantó en sustitución de una ermita previa y, como el *lagar* y el *creche*, han sido después rodeadas por el caserío. La *Casa de retiros e colónia de férias* en São Lourenço do Palmeiral (en Alcantarilha, proyectado en 1957 y concluido en 1962) y los edificios de la *Cooperativa Agrícola de Santa Catarina da Fonte do Bispo* (las oficinas y almacén proyectados en 1955 y el silo y harinera en 1957) continúan aislados, uno en el campo y otro en el borde de la población. La ampliación del *Colégio de Nossa Senhora do Alto* (Faro, 1960-65) mantiene su independencia del Palacete Fialho, enhiesto en la cumbre de la colina.

terrazas con blancos pretilos curvados. Aunque de MGdC hay en Faro bloques de gran altura con bajos comerciales y manzanas casi completas¹¹⁶, en su mayoría se trata bloques de pisos de entre dos y cuatro plantas, que unas veces se presentan como conjuntos aislados¹¹⁷ y otras como edificios entre medianeras, no pocos de ellos en esquina¹¹⁸. También hay viviendas pareadas en hilera, como las que definen los alzados de la Rua José Joaquim de Moura. Todos ellos están situados extramuros, fuera del núcleo histórico, y contribuyeron de una forma intencionada a la construcción de la imagen urbana moderna de la ciudad¹¹⁹.

Aunque en el sector circular definido por la sucesión de las calles Aboim Ascenção-Cândido Guerreiro y la de las avenidas Calouste Gulbenkian-Doctor Julio F. de Almeida, que circunda por el exterior el primer anillo que abraza al núcleo fortificado, son pocas las calles en las que no hay un ejemplar Gomes da Costa. Hay algunas zonas en las que la agrupación es más compacta: sucede, por ejemplo, en el ámbito rectangular delimitado por la Rua Ataíde de Oliveira, Reitor Teixeira Guedes, Doctor Julio F. de Almeida y São Luís. Y hay calles especialmente pródigas en consecutivas obras suyas: además de la Avenida 5 de Outubro y su prolongación en la Rua Santo António (lugar en el se alzan diez edificios que suman más de dos centenares de viviendas, oficinas y locales comerciales), y de la Rua Ataíde de Oliveira, con sus seis ejemplares, o los ocho que flanquean las dos aceras de Reitor Teixeira Guedes, habría que destacar la mitad norte la Rua Berlim debido a su acompasada secuencia de viviendas unifamiliares dispuestas radialmente.

El paisaje arquitectónico de la ciudad no está definido, en el caso de Gomes da Costa, solo por los alzados (por el volumen de sus fachadas, que nunca son planas: siempre dotadas de entrantes y de salientes, de oquedades y de protuberancias que las dotan no del espesor de una de piel sino del grosor de una corteza): por las cubiertas de sus edificios¹²⁰. El cuidado que puso en la composición de sus cubiertas planas y visitables, de esa quinta fachada de la que hablaron algunos maestros de la modernidad, es otra de las singularidades de este arquitecto experimental: sus edificios son reconocibles en las ortofotografías por la silueta de sus áticos retranqueados y por el perfil de la cubrición de los castilletes de las escaleras, con sus formas

¹¹⁶ A los anteriores habría que añadirle el de doce plantas de Aboim Ascenção 97 y los tres de siete plantas que consecutivos construyó en la Rua Ataíde de Oliveira y Largo Dr. Francisco Sá Carneiro en el cambio de siglo.

¹¹⁷ Como los tres localizados en los números 118, 120 y 124 de la citada Rua Ataíde de Oliveira, una de las calles en pendiente de Faro en la que se acumulan sus obras.

¹¹⁸ Entre muchos otros, en la Rua Almeida Garret esquina Mouzinho de Albuquerque; o en tres de las esquinas de la Rua Baptista Lopes: con De Lethes, con Sol Posto y con Do Alportel; o en otras tres esquinas de la Rua Reitor Teixeira Guedes: con Almeida Garret, con João de Deus y con Mouzinho.

¹¹⁹ Todas las obras de MGdC son de nueva planta: no hay en su catálogo ningún caso de restauración o rehabilitación del patrimonio arquitectónico. Ni siquiera la Iglesia de Santa Luzia, que se levantó sobre el solar expedito de una ermita anterior, de la que guarda memoria a través de la recreación de su cúpula.

¹²⁰ El paisaje urbano gomesdacostiano no es solo el definido por sus obras: en él es necesario incluir, como complementos de este paisaje de autor, algunas obras de sus imitadores o de sus muchos y voluntariosos copistas, de aquellos que tomaron componentes y composiciones de su repertorio y los replicaron por toda la ciudad.

alabeadas y mixtilíneas, que recuerdan a las alas expandidas de algunos insectos convencionales.

Este signo de identidad útil para los ángeles y para “google maps” unido al conjunto de términos y de reglas sintácticas que permiten aventurar la existencia de un dialecto gomesdacostano, o al menos certificar la realidad de un vocabulario propio que lo distingue de otros autores, está presente en Faro y en Olhão, en Tavira y en VRSA: en cuatro de los municipios en los que con más frecuencia y en mayor cantidad levantó sus obras durante sus más de cincuenta años de meritorio ejercicio profesional.

Así, y para profundizar en uno de los casos, en Vila Real de Santo António, tanto en la trama regular de la zona pombalina, hoy protegida, como en los bordes que replican esta histórica estructura urbana de cuarenta y una manzanas rectangulares, se han localizado hasta la fecha dieciocho proyectos de Gomes da costa: no todos ellos construidos y algunos de los edificados ya demolidos. En el *Arquivo histórico municipal António Rosa Mendes* se han localizado y analizado hasta el presente quince de ellos. Estos no son todos: hay algunos situados en la periferia, en el Sitio das Hortas y en la Rua Do Lusitano, y otros (una media docena) cuya atribución continua aún en estudio. Y están, además, todos aquellos que perteneciendo al mismo “concelho” están situados en otras “freguesías”, como en Monte Gordo, donde se levantaron al menos seis edificios, y en Vila Nova de Cacela, donde compuso una pequeña casa que marcaría un hito en la consolidación de la arquitectura moderna en el Algarve de entonces.

El paisaje dodecafónico del caserío gomesdacostano en Vila Real comienza a proyectarse en 1956 y llega hasta 1998, cuando el arquitecto proyecta su última casa, que no obtendría su definitiva licencia de ocupación hasta 2005¹²¹ (Fig. 9). Esta casa vacacional en esquina, situada frente a la desembocadura del Guadiana, contiene un paisaje acuático: uno de los tantos que el arquitecto, ya dibujados en azulejos o compuestos con teselas vidriadas, proyectó para muchas de sus casas aisladas (Fig. 10). El primer edificio que construyó en esta ciudad iluminista ocupa la esquina que hoy forman la Rua Ayamonte con Eça de Queiroz; tiene de dos plantas de altura, ocupadas con cuatro viviendas y con locales comerciales, y fue promovido por Hilderico dos Nascimento Pires. Todos los proyectados ese año estarían casualmente situados en una parcela en esquina: fueron, en orden cronológico, promovidos por Emiliano Feliciano Pereira (Rua Conselheiro Federico Ramires esquina Castelo Branco); por Antonio Domingues Guerreiro y Flaminio José Gil (Rua Conselheiro esquina Oliveira Martins), y por el doctor Raul Folque (Rua

¹²¹ El primer proyecto para su casa en la Avd. da República esquina Rua Francisco Rodrigues Tenório, fue registrado en la *Câmara municipal* en 1998; a partir de entonces, en un proceso de gestión inexplicablemente complicado, se suceden los modificados de proyecto, el último de 3.6.2005.

Pinheiro Chagas esquina Artilharia I), que es de estos cuatro edificios residenciales pioneros el único que ha sido demolido y, quizás, el mejor de todos ellos¹²².

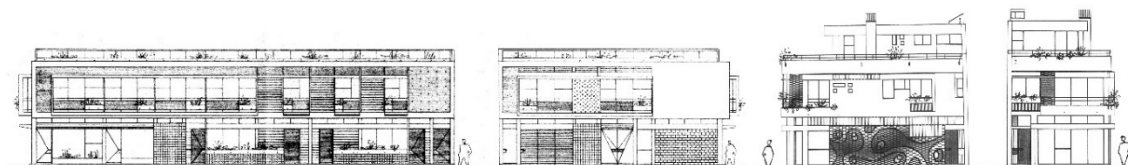


Fig. 9: Alzados de proyectos de MGdC en VRSA: Rua Ayamonte, 1956 y Avdenida da República, 1998

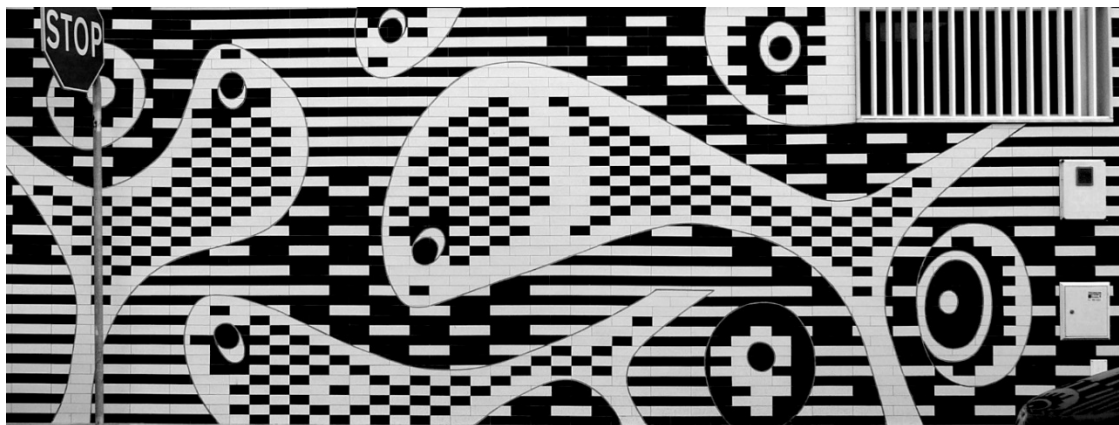


Fig. 10: Fot. José Joaquín Parra, *Paisaje en la Casa MGdC en VRSA*, 2015. MGdC, proyecto 1998

Los promotores cumplen aquí el papel de los mecenas: el de los donantes que se ven arrodillados en primer plano, en las esquinas de las tablas votivas del Renacimiento. Ellos fueron los que con sus encargos forzaron la construcción del paisaje pictórico en sus albores, tanto el de los exteriores flamencos e italianos como el de los rigurosos y clásicos interiores dibujados con perspectivas cónicas de un solo punto de fuga. Hilderico dos Nascimento Pires no es el Federico de Montefeltro de Piero della Francesca (ni el de la *Pala di Brera* ni el del *Díptico de Urbino*), a pesar de que entre 1966 y 1968 le encomendó a MGdC otros tres edificios: uno en la actual Rua José Barão número 53 y dos en la Rua Ayamonte, aunque solo dos fueron construidos. El más pródigo de los promotores/ constructores fue José Justo Martins, que le hizo a MGdC al menos seis encargos: el primero fue en 1959 para la Rua Conselheiro Federico Ramires (cuatro viviendas en un edificio entre medianeras de dos plantas) y el último del que se tiene constancia, de 1979 para la esquina de la Rua Ministro Duarte Pacheco con Combatentes da Grande Guerra (un bloque de cuatro plantas que, como los dos que los flanquean en cada calle, nada le añaden en calidad al catálogo del arquitecto). Entre los dos citados, uno de 1962 en la Rua Camilo Castello

¹²² Raul Folque do Brito, solicita el 18.4.1957 licencia de obras para una "moradia", proyectada por MGdC en 1956. Este edificio fue demolido en 1990 para edificar en su lugar un anodino bloque de viviendas.

Branco; otro de 1965 en la Rua Jacinto José de Andrade; de 1977, ahora en la Rua Ministro Duarte Pacheco, con entrepaños listados en blanco y azul y, de 1979, uno final en la Rua Combatentes da Grande Guerra¹²³ (Fig. 11).

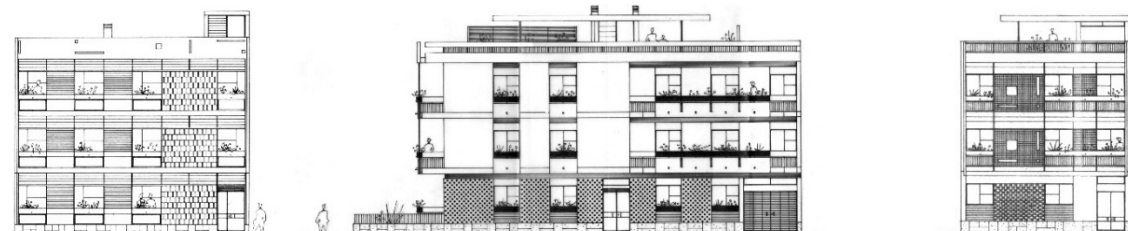


Fig. 11: Alzados de proyectos de MGdC en VRSA: Rua Camilo Castello Branco, 1961;
Rua Angola 1964; Rua Jacinto José de Andrade, 1965

Se repiten los nombres de los promotores y los de las calles. La asiduidad y la proximidad unidas a la similitud de las composiciones es lo que le da continuidad a este paisaje urbano dispuesto sobre una retícula ortogonal. En la manzana delimitada por las calles Do Conseheiro Federico-Camilo Castelo-Dr. Oliveira hay cuatro edificios de Gomes da Costa: tres de ellos ocupan por completo el frente que asoma a la Rua do Conseheiro Federico. Manuel Francisco de Horta promovió en 1964 otro edificio plurifamiliar en esquina, en la que forman la Rua Angola con la Rua dos Centenários, porque la buena respuesta a las esquinas urbanas fue una especialidad de MGdCen Vila Real: bastaría para evidenciarlo admirar el mimo con el que compuso los pretilos (fig.s 12 e 13). En la muy céntrica esquina de la Rua Catalina Eufemia con la Dr. Teófilo Braga se levanta otro bloque de cuatro plantas y áticos, con bajos comerciales y viviendas.

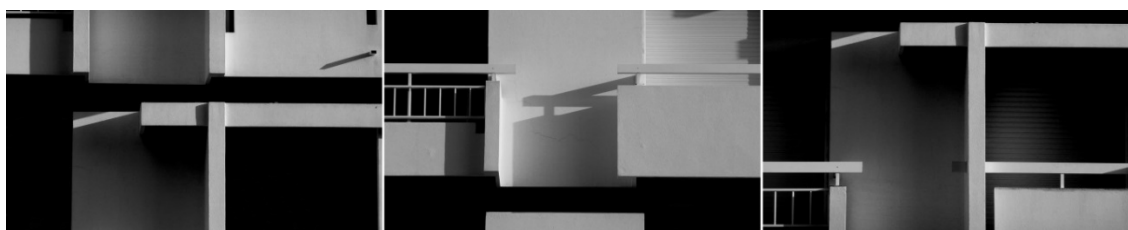


Fig. 12: Fot. José Joaquín Parra, *Pretilos y barandas en Avd. Catalunha de Monte Gordo*, 2014. MGdC, proyecto 1993

¹²³ En la comercial y hoy peatonal Rua Dr. Teófilo Braga hay otras obras de Gomes da Costa: el local comercial del número 31 y el edificio del número 50. Otro en la Rua 25 de Abril 38.

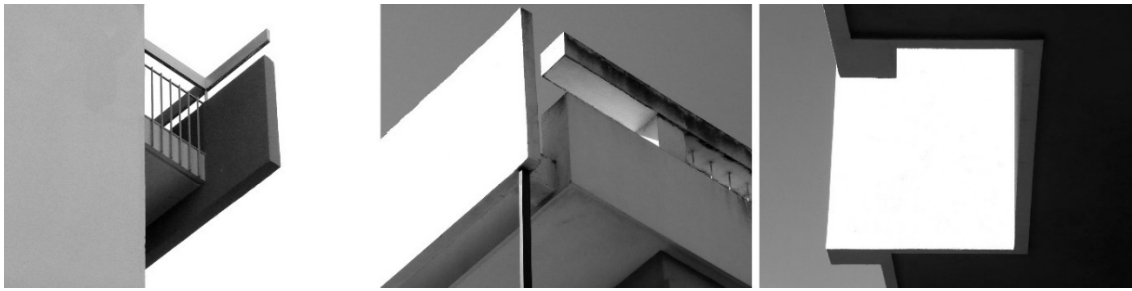


Fig. 13: Fot. José Joaquín Parra, *Pretiles y barandas MGdC en Monte Gordo y VRSA*, 2014

En Monte Gordo, el asentamiento turístico que habría de servir de motor económico de aquel territorio tras la decadencia de la industria pesquera y conservera, entre casas y bloques de apartamentos, MGdC redactó seis proyectos. El primero fue uno de los primeros de su carrera profesional: una casa sutil para José Mateus Horta, originariamente situada en Rua Infante D. Henrique esquina con Rua Fernando Pó, ya demolida y sustituida por arquitecturas hoteleras, especulativas y sin interés. De 1958 es el proyecto para la casa José Gago Sequeira, también demolida por estar, como la anterior, en primera línea de playa. En 1965 redacta el proyecto para un bloque de cuatro plantas en la confluencia de las calles Rua Tristão Vaz Teixeira y Gil Eanes, promovido por José Justo Martins y Fernando Martins Lázaro, quizás el mejor de los edificios de MGdC que quedan allí en pie. Ambos le harían otros encargos: para Fernando Martins, lejos del mar, proyectaría en 1966 una casa de una planta en la que experimentaría con dormitorios pentagonales, que ya ha sido desfigurada al transformarla en hotel. José Justo Martins, por medio de la empresa Construções J. Martins, L.da., le encargó dos promociones en la Avdenida da Catalunha: en 1993 un bloque de cuatro plantas en esquina y, en 1998, uno entre medianeras con siete plantas y un semisótano para garaje en el que es difícil reconocer las maneras compositivas del arquitecto.

El panorama urbano de Tavira y de Ohão es muy similar: los paisajes de MGdC tienen allí características muy parecidas. Sus similitudes no son solo formales, pues el paisaje arquitectónico no es exclusivamente imagen. En su construcción influye tanto la economía como la política: intervine tanto la cultura, la historia o el medioambiente, como la sensibilidad de quien lo proyecta. En Faro acontece el mismo fenómeno, aunque allí se exacerban los rasgos: la frecuencia de la arquitectura de MGdC determina con una intensidad mayor su paisaje urbano más contemporáneo. La secuencia de sus obras, ordenadas en el segundo volumen del atlas que al inicio se proponía, define un paisaje singular en Faro, diferenciable del conjunto de construcciones heterogéneas de la ciudad, aunque hilvanado con fluidez en él, entreverado sin estridencias en su trama civil. El valor patrimonial de los paisajes de MGdC no es el de sus obras en sí mismas, consideradas una a una, sino en la serie, en la secuencia que hermana el conjunto,

disperso en la ciudad o esparcido en el territorio. Lo relevante son los vínculos, las relaciones establecidas entre sus obras, la red de correspondencias neuronales que entreveran en el Algarve.

Un capítulo independiente en el atlas de los paisajes gomedacostianos podría dedicarse al estudio pormenorizado de sus jardines, tanto el que imaginó para sus patios interiores como el que dibujó para sus casas aisladas (Fig. 14). Ocuparse del análisis del paisaje vegetal que proyectó para protegerlas: de los delicados jardines que dispone en derredor compuestos con parterres, arriates, alcorques, pérgolas, caminos, escaleras, rampas, celosías y plantas de toda índole, desde árboles frutales a flores acuáticas. De todas ellas destaca su casa-estudio en Faro, en los números 42 y 44 de la Rua Reitor Teixeira Gomes, proyectada inicialmente en 1966, con su jardín oriental, incrustado entre lo doméstico y lo laboral, y sus palmeras equilibrando la horizontalidad miesiana del edificio residencial (Fig.s 15 a 17). También la única y pionera casa que construyó en Vila Nova de Cacela, casi centrada en una parcela que apenas se independiza de la calle mediante una delicada cerca que delimita el jardín que abraza a la vivienda promovida por María Isabel Pato Nunes y António Rosa Mendes, proyectada en 1958 y terminada en 1960.

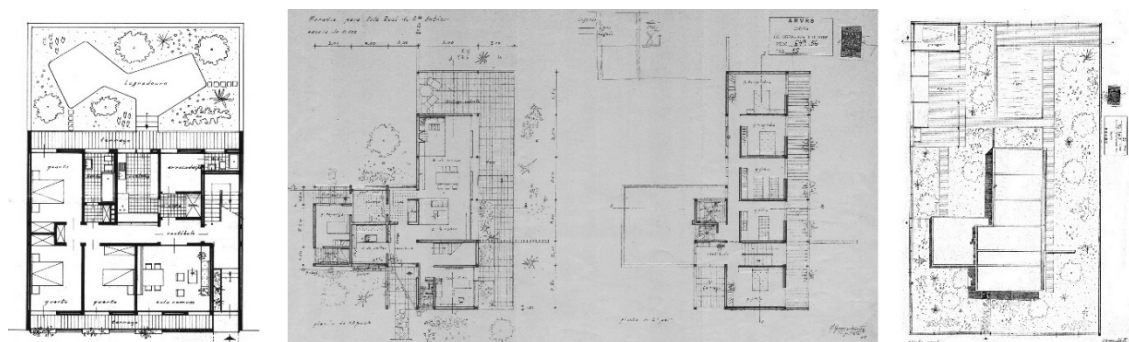


Fig. 14: MGdC: proyectos de edificio en Rua Camilo Castello Branco de VRSA, 1961 y *Casa Folque* en Rua Pinheiro Chagas, 1965 (demolida)



Fig. 15: Fot. José Joaquín Parra, *Casa y estudio MGdC en Faro*, 2010-16. MGdC, proyecto 1966-68



Fig. 16: Fot. José Joaquín Parra, *Casa y estudio MGdC en Faro*, 2010-16. MGdC, proyecto 1966-68



Fig. 17: Fot. José Joaquín Parra, *Casa y estudio MGdC en Faro*, 2010-16. MGdC, proyecto 1966-68

Similar empeño pone en el proyecto de los espacios abiertos adyacentes a sus edificios de uso público, que siempre son tratados como lugares de estancia. De estos lugares al descubierto, además del Monumento al poeta Bernardo Rodrigues de Passos en la plaza São Sebastião de São Brás de Alportel (Fig. 18), apenas queda en pie alguno que se le pueda atribuir: solo en los dibujos originales del *Creche da Misericórdia* de Aljezur o de la *Casa de retiros e colônia de férias* en São Lourenço do Palmeiral es posible apreciarlos (Fig. 19). Al atlas, además, habría que añadirle un apéndice final documentando sus paisajes en ruinas: un álbum funerario con sus edificios poseídos por la vegetación y por otros agentes de la destrucción de la arquitectura que actúan tras el abandono y la desidia de las instituciones competentes en la conservación del patrimonio, como hoy sucede con el *Creche da Misericórdia* en Aljezur (Fig. 20).

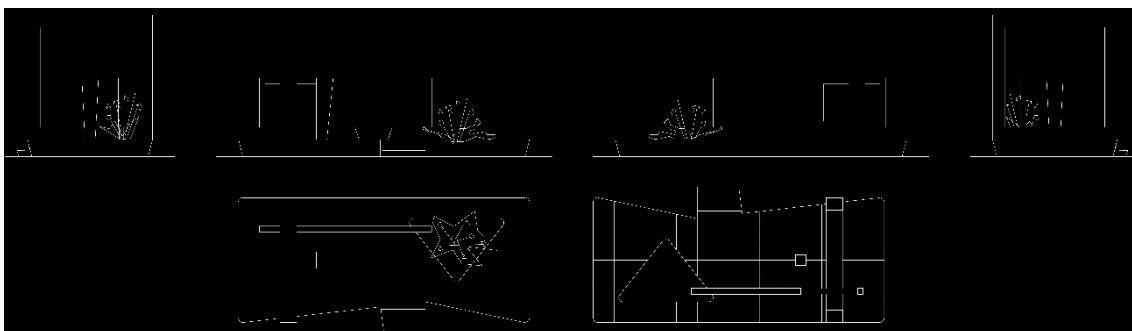


Fig. 18: José Joaquín Parra, *Levantamiento del monumento a Bernardo Rodrigues de Passos*, São Brás de Alportel. MGdC, proyecto 1957

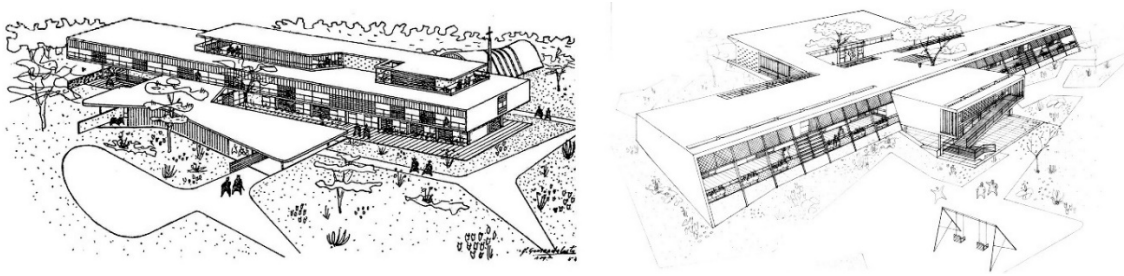


Fig. 19: MGdC: Projectos de *Casa de retiros e colónia de férias* em São Lourenço do Palmeiral, Alcantarilha, 1957 y *Creche da Misericórdia* de Aljezur, 1957



Fig. 20: Fot. José Joaquín Parra, *Ruinas del Creche da Misericórdia de Aljezur*, 2012

En Santa Catarina da Fonte do Bispo, por concluir con un caso situado conceptualmente en el otro extremo, sucede lo contrario: la soberbia *Cooperativa Agrícola* que Manuel Gomes da Costa proyectó en 1957 es, como la *Torre Eiffel* respecto a París o el *Convento de Mafra* respecto a Mafra, la imagen icónica de esa ciudad. El conjunto de edificios que componen la *Cooperativa* determinan el paisaje de la población y la fijan, como un obelisco, en el horizonte entre las colinas. El perfil de Santa Catarina da Fonte do Bispo lo establecen, al otro lado del núcleo de la población, el bloque lineal de oficinas de la *Cooperativa* que discurre paralelo a la N270 amparando detrás las instalaciones fabriles y la maquinaria agrícola, auxiliado por la vanguardista harinera traslúcida que aguarda a ser transformada en *Museo de Arte Digital del Algarve (Museu_0)* y, sobre todo, por los diez silos cilíndricos, erizados como los de ciertos morgadios lusitanos y como los diez depósitos en formación militar de Água de Peixe, en Alvito, y por la racionalista y muy italiana escalera de acceso a la cubierta de estos silos audaces que termina, no casualmente en un sorprendente mirador: en una galería suspendida a veintiséis metros sobre el suelo desde la que contemplar el paisaje algaravío que la ciñe, demostrando que Manuel Gomes da Costa no solo proyectó y construyó paisajes, sino que además los incorporó a su arquitectura y que propició con sus obras, con la multiplicidad de lugares que hay en ellas desde los que mirar hacia afuera y desde los que mostrarse como componentes del paisaje arquitectónico que los ampara, que los ciudadanos se apropiaran de todos y cada uno de los paisajes en los que habitan (Fig.s 21 e 22).

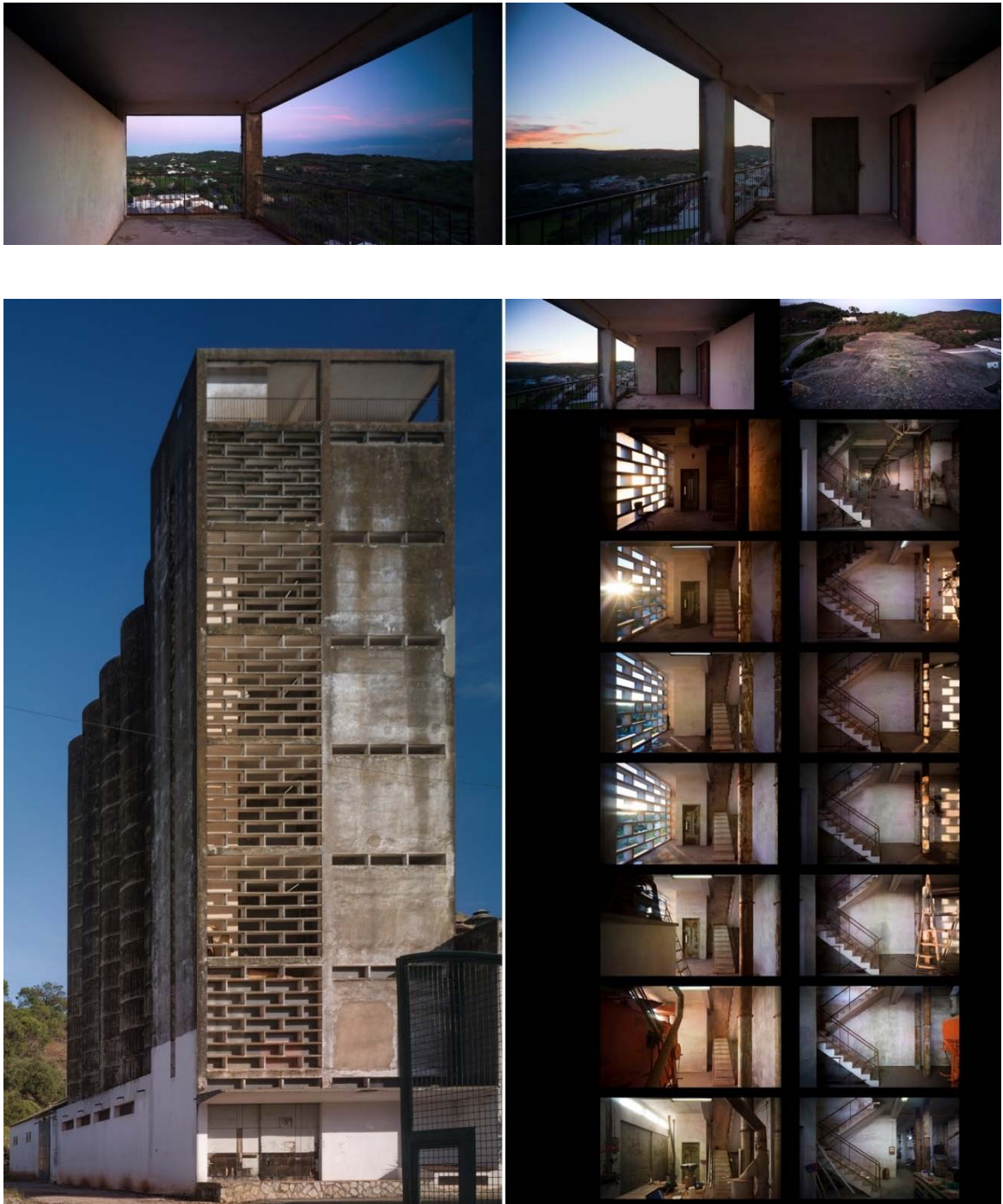


Fig.s 21 e 22: Jesús Granada, *Cooperativa agrícola de Santa Catarina da Fonte do Bispo*, 29.11.2014

PARA ALÉM DE UM CONCEITO: PAISAGEM COMO PENSAMENTO TRANSDISCIPLINAR INTEGRADOR E AS CONTRIBUIÇÕES DA ABORDAGEM PATRIMONIAL PARA AS REFLEXÕES TERRITORIAIS

Josélia Godoy Portugal

Resumo: O entendimento conceitual de Paisagem no início do século XXI se destaca como uma dimensão da experiência vivencial humana, bem como sua identificação como um bem social, um recurso patrimonial e um objeto político de escala territorial. A transdisciplinaridade conceitual está no fato de poder ser abordada desde várias perspectivas o que a pode caracterizar como uma ciência convergente. As mais recentes contribuições compreendem a paisagem para além da natureza e da cultura, e inserem a evolução da percepção humana dessa relação. O objetivo deste artigo é discutir a paisagem como fenômeno cultural, e nesse sentido, como um documento para o conhecimento, interpretação e planejamento de um território. Metodologicamente consiste em uma revisão de literatura sobre o termo paisagem, a partir da concepção histórica no mundo ocidental, além de abordar a questão territorial como uma das mais recentes conquistas patrimoniais através da apropriação da paisagem como categoria patrimonial. Como exemplo, apresentamos a questão na Espanha, enfatizando Galícia, para concluirmos que a paisagem em sua abordagem cultural e territorial permite entender que as transformações conscientes do entorno é sempre uma conjugação das questões políticas de determinado contexto e do grau de intervenção do poder econômico.

Palavras Chave: Patrimônio Cultural; Paisagem; Território Histórico; Ordenação Territorial; Transdisciplinaridade.

BEYOND A CONCEPT: LANDSCAPE AS AN INTEGRATING TRANSDISCIPLINARY THOUGHT AND THE CONTRIBUTIONS OF THE PATRIMONIAL APPROACH TO TERRITORIAL REFLECTIONS

Josélia Godoy Portugal

Abstract: The conceptual knowledge about Landscape at the beginning of the 21st century stands out as a dimension of human experiential experience, as well as its identification as a social asset, an asset resource and a political object on a territorial scale. The conceptual transdisciplinarity consists of being approached from several perspectives what can characterize it as a convergent science. The latest contributions include the landscape beyond nature and culture, and insert the evolution of human perception of this relationship. The aim of paper is to discuss the landscape as a cultural phenomenon, and in this sense, as a document for the knowledge, interpretation and planning of a territory. Methodologically it consists of a review of the literature about landscape, from the historical conception in the western world, besides addressing the territorial question as one of the most recent heritage achievements through the appropriation of the landscape as patrimonial category. We present the question in Spain, in Galicia, for to conclude that the landscape in its cultural and territorial approach allows us to understand that the conscious transformations of the environment is always a combination of the political issues of a given context and the degree of intervention of economic power.

Keywords: Cultural Heritage; Landscape; Historical Territory; Territorial Planning; Transdisciplinarity.

PARA ALÉM DE UM CONCEITO: PAISAGEM COMO PENSAMENTO TRANSDISCIPLINAR INTEGRADOR E AS CONTRIBUIÇÕES DA ABORDAGEM PATRIMONIAL PARA AS REFLEXÕES TERRITORIAIS

Josélia Godoy Portugal

1 - INTRODUÇÃO

O entendimento conceitual de Paisagem, no início do século XXI, se consolidou não só como útil ou categoria de análise (ou seja, como meio e objeto de investigação), mas também como âmbito de uma experiência vivencial, como bem social e como objeto político (no centro da gestão territorial e de seus conflitos e negociações) (Criado-Boado e Barreiro 2016, 13).

Essa nova tendência aglutina conceitos que estão intimamente ligados com a ideia de paisagem como terreno, meio ambiente, espaço físico e território. Assim, podemos afirmar que paisagem é um conceito multidisciplinar, porque é objeto de várias disciplinas, e transdisciplinar, porque pode ser abordado desde várias perspectivas, caracterizando-se como uma ciência convergente, a ciência da paisagem.

A ampliação conceitual para o âmbito cultural e social, tanto nas escalas nacional quanto internacional, se vê refletida nas normativas e recomendações relativas à paisagem, onde, de acordo com Gonzáles-Varas (2015), destacam-se duas linhas muito claras: 1 - representada pela Unesco com a Convenção do Patrimônio Mundial de 1972¹²⁴, onde a concepção patrimonial da paisagem se materializou com o conceito de Paisagem Cultural¹²⁵ como uma das categorias do patrimônio; 2 - com a representada pelo Conselho de Europa através da Convenção Europeia da Paisagem de 2000¹²⁶, que entende a paisagem como qualquer parte do território segundo a percepção da população cujo caráter seja o resultado da ação e da interação de fatores naturais ou humanos.

¹²⁴ O documento da Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, de 1972, pode ser acessado em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>. Acesso em: 10/01/17.

¹²⁵ Oficialmente o conceito *Paisagem Cultural* como categoria foi incorporado nas Diretrizes Práticas para aplicação da Convenção do Patrimônio Mundial, na 16ª Sessão do Comitê do Patrimônio Mundial, realizada em Santa Fe, México. Pode-se consultar em: <http://whc.unesco.org/archive/opguide08-es.pdf>. Acesso em: 20/01/17.

¹²⁶ O documento da Convenção Europeia da Paisagem, de 2000, pode ser acessado em: <http://www.coe.int/en/web/conventions/full-list/-/conventions/rms/0900001680080621>. Acesso em: 10/01/17.

Essa última linha avança em relação à Unesco, e considera redundante o adjetivo cultural para o termo paisagem, já que esse é inerente à própria constituição do termo. Além disso, amplia para uma abordagem mais holística, aberta e dinâmica, englobando cada vez mais os valores associativos do contexto imaterial. Com base nessa constatação, Claval (2007, 85) afirma que a “paisagem é um importante meio a partir do qual se interroga a construção da identidade e a politização do espaço físico”, o que justifica a importância contemporânea da ampliação dos estudos sobre a paisagem.

O que se torna imperativo, desde a última década do século XX, são os esforços para compreender e materializar em ações concretas a concepção de paisagem que una as dimensões do natural e cultural, superando a tradição patrimonial da Unesco que concebia separadamente os valores naturais e culturais de um território (Pérez e Echániz 2009). Assim, “a paisagem é algo mais que a natureza ou a cultura, é a fusão de ambas e é, de fato, o resultado da co-evolução de ambas juntamente com a forma em que os seres humanos percebem essa interdependência e o seu resultado” (Criado-Boado e Barreiro 2016, 14).

Como contribuição para esse colóquio, propomos discutir a paisagem sob a perspectiva patrimonial, configurando-se como documento para a interpretação de um território, o que tende a abrir novas possibilidades para as ações de ordenação e planejamento. Metodologicamente apresentamos uma breve revisão de literatura do termo paisagem em seu âmbito conceitual e disciplinar, reforçando seu entendimento histórico no mundo ocidental. Em seguida abordamos a questão territorial como uma das mais recentes conquistas patrimoniais através da apropriação da paisagem como categoria patrimonial (inclusive nos âmbitos locais), especificamente em sua dimensão cultural, para discutir as potencialidades e limitações em relação às ações territoriais. Para evidenciar as potencialidades metodológicas dessa abordagem realizamos uma breve análise da questão da paisagem na Espanha, especialmente em Galícia.

De acordo com as últimas tendências, também no campo da Ordenação do Território, a paisagem pode e deve ser a abordagem integradora que as sociedades contemporâneas anseiam para uma eficaz gestão de seus territórios como defendem Pérez e Echániz (2009). Essa mesma abordagem integradora, Olmo (2010) a vislumbra quando da aproximação ao campo do patrimônio, evidenciando a ideia de território-patrimônio, dado que “a paisagem se converteu nos últimos tempos em um tipo particular de patrimônio, em sua referência provavelmente mais aberta como expressão morfológica, funcional, e simbólica do território, ou de determinados territórios” (Olmo 2010, 31). Essa aproximação ao campo do patrimônio, dialogando com toda sua tradição de trabalho, em sua vertente mais contemporânea, significa o enquadramento da Paisagem no rol dos Direitos Humanos, como sendo ela mesma um direito do cidadão.

2 - PAISAGEM COMO FENÔMENO CULTURAL E DOCUMENTO PARA A INTERPRETAÇÃO DE UM TERRITÓRIO

Para Beltrán-Beltrán (2012), as novas tendências de discussão territorial se encaminharam no sentido do significado cultural das regiões, onde patrimônio cultural e espaço geográfico, incidem diretamente no planejamento e na ordenação do território, que deve levar em consideração a proteção e gestão dos recursos naturais e culturais. E, segundo Feria (2012), a complexidade do patrimônio que se consegue abarcar a partir dessa compreensão, pode ser entendido como patrimônio territorial, e consequentemente, instrumento de desenvolvimento sustentável.

Essa consideração aproxima o entendimento de patrimônio com o de paisagem preconizado na Convenção Europeia da Paisagem, que pode ser entendida como o culminar das discussões europeístas que esperavam por um conceito mais amplo de paisagem, que fosse capaz de proporcionar a geração de instrumentos de preservação e gestão em distintas escalas territoriais.

Olmo (2010) ressalta que a aproximação entre paisagem e patrimônio, bem como a cumplicidade de suas políticas, gera inúmeros problemas, tanto de ordem conceitual e de natureza empírica e aplicada. Isso têm acontecido porque “compartem também nos tempos recentes um processo de extensão semântica, que amplia seus respectivos horizontes de significados, de métodos e de ação pública” (Olmo 2010, 33). A abertura e ampliação do campo patrimonial, avançando para escalas cada vez maiores, ou seja, territoriais, fatalmente culmina “com a integração do patrimônio natural e cultural, por uma parte, e com a consideração das paisagens culturais como expressão material e simbólica do território-patrimônio” (Olmo 2010, 34).

Há potencialidades presentes nos recursos territoriais, em sua aproximação com as discussões de sustentabilidade, uma vez que, o “patrimônio não é a soma de características únicas, mas um sistema territorial em que cada recurso é produto histórico das relações entre o natural e a ação humana” (Feria 2012, 7). Assim, podemos considerar que a paisagem é o maior recurso de um território.

2.1 - O âmbito histórico conceitual do termo paisagem

Para Claval (2007, 90), “ com a crescente importância do documento escrito no lugar da forma de memória oral, todas as paisagens, passadas ou presentes, são transformadas em formas potenciais de patrimônio”. Por isso, vemos cada vez mais ações de preservação e salvaguarda de parte das paisagens.

Porém, como ressalta Berque (2009), as pessoas não pensam nas mesmas coisas quando se referem ao termo paisagem. Na cosmovisão oriental da paisagem, que se estabelece a partir da China, no século V d.C. “a palavra paisagem apareceu pela primeira vez na história da humanidade” (Berque 2009, 24). *Shanshui*, que nem sempre significou paisagem, tinha uma referência mais antiga a elementos da geografia física, como montanhas e rios. Tempos depois a palavra adquiriu uma apreciação estética no contexto oriental, o que se deu muito antes desse sentido ser incorporado no mundo ocidental, a partir do Renascimento Europeu¹²⁷.

Na cosmovisão ocidental o entendimento da paisagem se deu a partir de duas perspectivas distintas presente nas línguas européias, como destaca Franceschi (1997) em esclarecedora contribuição sobre a formação etimológica da palavra sob a influência latina e sob a influência das línguas nórdicas. Nas línguas românicas, de base latina, a antiga unidade territorial romana *Pagus*¹²⁸ foi traduzida por aldeia, vila, cidade, país. *Pagus* foi o termo que originou *paysage* (francês), *paesaggio* (italiano), *paisaje* (espanhol) e paisagem (português)¹²⁹. Remete à compreensão de um país ou região, e se associa ao olhar que se coloca sobre o território a fim de compreender seu significado. No entanto, Besse (2010) deixa claro que esse entendimento traz consigo a apreensão da imaterialidade que envolve os territórios.

De tradição nórdica, anglo saxã e germânica, tem-se *Landschap* (holandês), *Landschaft* (alemão) e *landscape* (inglês), *landskab* (dinamarquês). Quando traduzidas para o latim, essas palavras se referiam à ideia de pátria, terra, região e território, porém na perspectiva das suas complexidades morfológicas e da configuração política do território, não se limitando ao que se apreende com o olhar (Besse, 2010).

¹²⁷ Sobre a paisagem como um gênero pictórico a partir do Renascimento Europeu, principalmente com os italianos (século XVI), os flamengos (século XVII) e os ingleses (século XVIII), e sua importância na História da Arte, ver a obra: Gombrich, Ernst. *História da arte*. Trad. Álvaro Cabral. 16 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012.

¹²⁸ *Pagus* designa uma unidade territorial da Roma Antiga, significando as divisões existentes em uma cidade ou região, além de formar parte da organização cadastral do solo. Fisicamente não se identificava como uma cidade ou país, mas apenas como parte deste.(cf. Benevolo, Leonardo. *História da cidade*. Trad. Silvia Mazza. 5 ed. São Paulo: Perspectiva, 2011).

¹²⁹ Observa-se que *pays*, compreendido de forma simplificada como região de ocupação humana que apresenta relativa homogeneidade física e registra as mesmas referências históricas, permanece com seu radical ‘pai’ na formulação da palavra paisagem nas línguas românicas. (Franceschi 1997).

Ressalta Berque (2009), ao refletir sobre a realidade linguística inglesa e alemã, que, para esses, primeiro existe a realidade material do território e depois sua representação, destacando que nas línguas românicas o processo foi inverso. Essas distinções marcam hoje o tema paisagem na literatura inglesa e francesa, por exemplo, onde temos na perspectiva inglesa a tendência a naturalizar a paisagem, como se fosse o território mesmo e, na literatura francesa se insiste na relatividade cultural da paisagem¹³⁰. Também Corboz (2004) chama atenção para essa distinção, onde na Inglaterra do século XIX se permitiu a exploração tecnológica e econômica dos recursos naturais e a França considerava a natureza como um grande pedagogo, possuindo uma dimensão sacra.

A historicidade da palavra paisagem é um problema real que só começou a ser debatido a partir do anos 1970, onde se compreendeu que o nascimento da paisagem foi diferente da invenção do seu conceito. Assim, como materialidade a paisagem sempre existiu, porém como representação pictórica ela tem uma história¹³¹, e essa concepção no campo da estética e da representação se tornou única no mundo ocidental até o final do século XIX quando se inicia o retorno ao uso geográfico do termo¹³².

Besse (2010) nos lembra que desde a perspectiva filosófica se evidencia que há algo além da representação, há uma realidade objetiva e materializável. Como aclaramos, na etimologia da palavra há uma dimensão material e outra imaterial da relação do homem com o entorno, configurando o caráter integrador da paisagem (O'Keeffe 2007). Justamente nesse ponto se encontra hoje os maiores desafios para trabalharmos com a paisagem, já que, com a modernidade muito desse seu sentido mais profundo foi perdido (Berque, 2009).

Berque (2009) afirmar que a paisagem pode ser um conceito cultural, o que nos leva a entender que há culturas paisagísticas (cosmovisão oriental) e culturas não paisagísticas (cosmovisão ocidental)¹³³. A definição dessas culturas está na maneira como se relacionam com o seu meio e entorno, proporcionando distintos graus de respeito em relação ao meio¹³⁴. E tudo isso tem muito sentido no nosso presente quando pensamos nos efeitos negativos da rápida

¹³⁰ Na língua inglesa *landscape* tem um sentido objetivo e *environment* tem um sentido subjetivo. Na língua francesa *paysage* assume toda a subjetividade e *environnement* assume a objetividade. (Berque 2009).

¹³¹ Para o entendimento da paisagem a partir da filosofia, ou seja, da estética, há uma longa tradição em não compreendê-la como sendo o próprio território, mas sim, uma construção do pensamento humano que interpreta o que se percebe. Nesse sentido, ver: Maderuelo, Javier. *El paisaje: génesis de un concepto*. Madrid: Abada, 2005.

¹³² Esse se deve à contribuição dos historiadores e geógrafos do século XIX, juntamente com filósofos e sociólogos franceses. A partir de 1920 a grande contribuição conceitual vem da Geografia Cultural, conhecida como Escola de Berkeley. A paisagem era compreendida como cultura, e entendida como a união das pessoas com o meio natural. Carl Sauer foi seu principal expoente, e junto com a Escola de Berkeley, transformaram a paisagem em um conceito científico, valorizando sua abordagem a partir de seus aspectos materiais. A influência no planejamento regional, vem com Parsons Brinckerhoff, que ampliou a discussão de Sauer. (Ribeiro 2007).

¹³³ Para aprofundar mais essa questão da paisagem como pensamento, ver outra obra do mesmo autor: BERQUE, Augustin. *El pensamiento paisajero*. Trad. Maysi Veuthey. Madrid: Biblioteca Nueva, 2009.

¹³⁴ Sobre o respeito como uma atitude ética que nos vincula diretamente com as coisas e com o mundo, a partir da análise das sociedades tecnocientíficas, ver a obra: ESQUIROL, Josep M. *El respeto o la mirada atenta. Una ética para la era de la ciencia y la tecnología*. Barcelona: Gedisa, 2006.

transformação do território e as poucas e, muitas vezes, ineficazes ações contra os muitos processos de degradação do meio físico e seu impacto ambiental.

Tendo por base essas considerações observamos um crescente interesse pela conservação da paisagem muito próxima às ações de conservação do patrimônio histórico e artístico, de larga tradição no ocidente¹³⁵ (Gonzáles-Varas, 2015). Porém, um dos desafios dessa aproximação é evitar transformar as paisagens em um objeto ou situação de consumo, pois, “o patrimônio histórico, a paisagem ou as obras de arte são vistas como objeto de negócios, também por instituições públicas especializadas e pelos próprios cidadãos que refletem esse estado de opinião dominante” (Pérez e Echániz 2009, 72-73). Isso significaria avançarmos, enquanto sociedade, para sairmos da dimensão meramente econômica e contemplar a realidade de outros valores existentes na paisagem, como por exemplo, seu valor como testemunho de processos históricos e naturais (Pérez e Echániz 2009).

Outro desafio contemporâneo, que não podemos nos furtar, se encontra no fato de que não há disciplina acadêmica que tenha a paisagem como objeto central, embora seu caráter transdisciplinar permite que ela seja abordada desde outros objetos de estudos e a partir de várias perspectivas. No entanto, Pérez e Echániz (2009), devido à apropriação do termo paisagem por várias disciplinas acadêmicas, insistem em destacar que na atualidade há duas possibilidades com base epistemológicas muito diferentes quando nos referimos à paisagem: 1 - centrada na natureza, com base na estética da paisagem; e, 2 - centrada no território, com base na paisagem como objeto material.

A problemática conceitual pode ser compreendida porque, atualmente, o conceito de paisagem é em essência polissêmico e móvel, e essa situação teórica é, em parte, derivada da fragmentação profissional e acadêmica das diferentes ‘disciplinas’ que fizeram da paisagem seu campo de estudo (Besse 2010, 146).

Assim, temos que as distintas disciplinas não pensam nas mesmas coisas e muito menos articulam as mesmas referências intelectuais. Portanto, para Besse (2010, 146), trabalhar hoje desde um ponto de vista teórico a questão da paisagem, supõe “que se aceite abordar, pelo menos provisoriamente a justaposição e a superposição mal ordenada dos diferentes discursos e pontos de vista sobre a paisagem” (Tabela 1).

¹³⁵ Sobre as históricas transformações no âmbito do patrimônio histórico e o imperativo do âmbito da economia cultural, ver a clássica obra: Choay, Françoise. *Alegoria del patrimonio*. Trad. Maria Bertrand Suazo. Barcelona: Gustavo Gili, 2007.

Áreas disciplinares - Abordagem contemporânea da Paisagem		
Disciplinas	Paisagem	Abordagem de trabalho
Geologia	manifestação formal dos processo da superfície terrestre	análise direta do entorno
Geografia	realidade material do território juntamente com a percepção e a representação	dimensão espacial dos processos naturais e culturais
Ecologia	grupo de ecossistemas diversos considerados em seu conjunto	abstração do espaço por justaposição dos habitats formando um conjunto heterogêneo
Educação Ambiental	aproximação à interpretação e desfrute do entorno para a transmissão de conhecimentos	motivação da percepção
História	espaço e experiência temporal	relação do ser humano com seu entorno, evolução do aproveitamento do meio, etc.
Arqueologia	realidade espacial das comunidades do passado	território: espaço e tempo em visão diacrônica (arqueologia da paisagem)
História da Arte	relação intelectual e sentimental com o meio	aproximações aos aspectos culturais do território
Antropologia	economia derivada da interação entre tecnologia e meio material	visão clássica: interpretação humana do entorno e do território
Psicologia	percepção humana do entorno	individual a partir de referências culturais e sociais
Arquitetura	arte e técnica de projeto, planejamento, gestão e preservação dos espaços livres	perspectiva ativa, criativa e projetual, porém respeitosa e atenta ao meio
Filosofia	experiência humana	categoria do pensamento

Tabela 1: A paisagem a partir de diversas disciplinas. Fonte: elaboração a partir de Pérez e Echániz (2009)

Esse breve levantamento disciplinar deixa claro o desafio e as inúmeras possibilidades ao entendermos que “a paisagem é um recurso cultural inevitavelmente complexo que exige uma atitude reflexiva sobre o território” (Pérez e Echániz 2009, 79).

2.2 - Modificações recentes no campo patrimonial: a paisagem

Enquanto sociedade, chegamos ao início do séc. XXI apresentando situações precárias de igualdade e desenvolvimento que se estendem a vários países do mundo. Desde a abordagem

da geografia, Claval (2007) relaciona essas condições com a crise dos valores modernos, ou seja, a perda de fé no progresso, a descrença da ciência e o colapso do conhecimento científico puro¹³⁶.

A crise das ideologias modernas “é o maior problema para o mundo contemporâneo, e mais especificamente, para a sociedade ocidental, porque nela a transformação das culturas vernáculas tem sido mais profundas e onde as identidades nacionais têm desempenhado o papel mais importante” (Claval 2007, 87). Em consequência, as novas estratégias empreendidas visam preservar a memória e a criar identidades como partes de ações que necessitam contemplar as consequências locais das transformações modernizadoras. Para isso, “é necessário trabalhar sobre eixos temáticos a partir dos quais as sociedades possam se sentir identificadas e possam gerar sentimentos de pertencimento ao lugar” (Beltrán-Beltrán 2012, 6).

Com o objetivo de se evitar o abuso no uso dos recursos que nos rodeiam, são fundamentais as transformações recentes ocorridas no âmbito patrimonial dadas suas profundas implicações espaciais (Claval 2007). Para Olmo (2010, 39), “o desafio do patrimônio está hoje no território e em suas representações - o futuro do patrimônio está no território”, o que significa passar a usar prudentemente os recursos naturais e culturais. Recuperar a ideia do patrimônio como herança de outras gerações nos aponta caminhos e fortalece seu papel no debate da sustentabilidade.

Nesse sentido, para Larsen (2015), é imperativo a compreensão de que natureza e cultura são âmbitos complementares e inseparáveis, a partir dos quais se forjam identidades culturais, que não estão restritas aos contextos dos reconhecidos, portanto excepcionais, patrimônios mundiais. A diversidade cultural e natural necessita de uma proteção eficaz e equitativa, o que força o rompimento da dicotomia natureza/cultura. Evidenciando as atuais ações no campo patrimonial, Larsen (2015) sintetiza em 5 pontos as tendências no cenário internacional:

- 1 - Estabelecer conexões entre várias disciplinas no campo patrimonial, como forma de questionar o predomínio dos modelos modernistas sobre o patrimônio;
- 2 - A Convenção Europeia da Paisagem vem sendo usada por países de fora do contexto europeu, o que tem forçado a discussão sobre os limites e as possibilidades dessa;
- 3 - Entender o patrimônio como algo dinâmico, inter-relacionado e complexo, é uma conquista para os contextos onde essa realidade compõe valores definidores de certas paisagens;

¹³⁶ Uma análise ampliada e crítica desse contexto pode ser encontrada em obras como: Harvey, David. *Condição pós-moderna. Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. Trans. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. ed.25. São Paulo: Loyola, 2014.

- 4 - Ir além do campo disciplinar acadêmico e valorizar a sabedoria dos grupos e indivíduos que estabelecem relações vitais com esses espaços;
- 5 - Reconhecer que foram desenvolvidos metodologias e instrumentos muitas vezes isolados e desarticulados entre si, no campo do patrimônio.

Essas tendências podem subsidiar a superação de que, “na prática, a maioria dos órgãos de gestões nacionais, se dividem entre cultural e natural” (Larsen 2015, 9), ou seja, é importante que as reflexões incidam nos processos de governança dos territórios e dos Estados, como deixa que claro a Convenção Europeia da Paisagem.

Para que possamos discutir alternativas para os governos e as políticas públicas com o objetivo de incorporarmos essas novas tendências, julgamos importante entendermos melhor a dimensão natural e cultural da paisagem. Com a entrada do meio ambiente como uma questão importante para as políticas públicas na década de 1970¹³⁷, a paisagem passa a ser ressaltada como um elemento ou um componente do meio ambiente. O’Keeffe (2007) nos recorda que antes a paisagem era concebida com um enfoque meramente nas questões naturais, não necessitando do fator humano, pois a paisagem “não é um espaço socialmente produzido” (O’Keeffe 2007, 4). Isso caracterizaria a visão cultural da natureza, típica até essa década.

Também nesses mesmos anos, precisamente em 1972 com a Convenção do Patrimônio Mundial Cultural e Natural da Unesco, houve a sistematização do entendimento patrimonial dos bens naturais e culturais. A novidade foi reunir em um marco normativo o conceito de conservação da natureza e de preservação dos bens culturais, proporcionando pensar o patrimônio e o território.

Para O’Keeffe (2007), foi a partir desse momento que se passou às discussões dos aspectos culturais da paisagem, sempre sob a perspectiva patrimonial que descrevia os aspectos naturais. Fortemente embasada em visão marxista, a “paisagem foi identificada como inerentemente sócio-cultural na sua produção, sua reprodução cartográfica, e no seu uso, e sua força foi identificada no seu sistema operativo” (O’Keeffe 2007, 4). Essas considerações podem nos ajudar a entender a relação da paisagem com as questões ideológicas dos distintos grupos sócio-culturais que a determina ou com ela se relaciona, positiva ou negativamente, estabelecendo relações muitas vezes conflituosas.

¹³⁷ O histórico das ações de proteção dos espaços naturais começam efetivamente nos Estados Unidos com o primeiro parque nacional do mundo, o Parque de Yellowstone (1872). Em 1923 se tem o I Congresso Internacional para a Proteção da Natureza, que foi o marco institucional internacional do movimento conservacionista. Em 1947 se cria, com apoio da ONU, a União Internacional para a Proteção da Natureza, que em 1956 se converte na União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN). Nas décadas de 1960 e 1970 se teve a consolidação dessas iniciativas. (González-Varas 2015).

Todas essas questões tendem a se intensificarem quando se estabelece a Convenção Europeia da Paisagem no ano 2000, propondo uma nova compreensão para o termo. O documento da convenção não faz distinção entre o natural e o cultural, apenas utiliza o termo paisagem, afirmando que é um patrimônio comum e um recurso partilhado, a definindo como “qualquer parte do território tal como o percebe a população, cujo caráter seja o resultado da ação e interação entre os fatores naturais e/ou humano” (artigo 1º). Com isso, segundo Olmo (2010) se promove a ideia de que uma paisagem em sua globalidade pode apresentar interesses, ressaltando que o interesse agora para às ações de caracterização das paisagens.

A nova postura europeia é em favor da conservação integrada, “abordando o território com estratégias patrimoniais de âmbito nacional ou regional” (Olmo 2010, 41). Assim, esses se configuram como os novos caminhos para os estudos europeus, cuja meta é a gestão do patrimônio somada ao desenvolvimento sustentável. Assim que, “o certo é que no âmbito do conhecimento e também no da política territorial da União Europeia se reforça a necessidade de convergência das atuações de conservação e posta em valor do patrimônio cultural e natural” (Olmo 2010, 42)¹³⁸.

Como esclarece Gonzáles-Varas (2015), entre outras obrigações, os Estados que assinaram o convênio, precisam reconhecer juridicamente as paisagens como elemento fundamental do entorno humano, expressão da diversidade do seu patrimônio comum cultural e natural, e como fundamento da sua identidade. Além de inventariar suas paisagens e desenvolver políticas específicas, e em especial, integrar a paisagem nas políticas de ordenação territorial, assim como quaisquer outras políticas que possam ter impacto sobre a paisagem. Isso significaria afirmar segundo Olmo (2010) que o desenvolvimento local é o resultado da valorização dos recursos e a sua gestão adequada.

2.3 - Paisagem e Patrimônio na sustentabilidade territorial

Nas mais recentes discussões sobre a gestão dos territórios, segundo Feria (2012), a grande tendência é unir as dimensões naturais e culturais dos lugares. Essas mesmas dimensões que foram historicamente compreendidas como campo de ação separados, podem também serem entendidas como produtos conjugados do natural, social e histórico.

¹³⁸ Essas questões são mais detalhadas na A Estratégia Territorial Europeia, foi acordada em 1999, oferecendo diretrizes para o planejamento futuro do território europeu. A partir do ano 2000 foram realizadas revisões e atualizações no documento e divulgou-se a Agenda Territorial Europeia, aprovada em 2007. Disponível em: <http://www.magrama.gob.es/es/desarrollo-rural/temas/desarrollo-territorial/el-desarrollo-territorial-en-el-ambito-europeo/union-europea/>. Acesso em: 01/06/16.

A modificação no entendimento dessas dimensões gerou dois eixos de trabalho que diz respeito à relação entre paisagem e território, são eles segundo Feria (2012): 1 - visão integradora dos valores da paisagem, e; 2 - ênfase na proteção e valorização do território. Ambos tendem a um objetivo comum que é conseguir alcançar o desenvolvimento sustentável do território, compreendido como um conceito que integra o econômico, social, cultural, ambiental. Essa é a concepção europeia sistematizada no documento *Perspectivas Europeias de Desenvolvimento Espacial*¹³⁹, reforçando o “equilíbrio entre preservação dos recursos naturais e culturais e seus processos” (Feria 2012, 4).

Para Corboz (2004, 32), “o que é válido na paisagem é o valor que se atribui à sua configuração”, e este é um valor cultural do território. O autor destaca que, a partir dessa compreensão, é possível abandonar uma larga e secular tradição de ordenação territorial como abstrações em favor de uma prática que o considera “como o resultado de uma larga e lenta estratificação que é importante conhecer para poder intervir” (Corboz 2004, 34). Muito próximo ao conceito de palimpsesto, o território retoma sua dimensão a longo prazo, ainda que seja numa versão retrospectiva, para se colocar como sendo o fundamento do processos de ordenação territorial. Portanto o que se espera é potencializar a criação de instrumentos de gestão que sejam capazes de promover a proteção integrada da dimensão territorial da paisagem.

É importante lembrar, já que avançamos nossa reflexão rumo à dimensão patrimonial da paisagem, que, por muitas décadas tem-se compreendido Patrimônio como um recurso para as sociedades se desenvolverem (Feria 2012). Assim, mesmo não sendo um conceito novo, é preciso reforçar que a concepção do patrimônio de um determinado lugar é uma construção social, portanto formada por consensos e dissensos. Isso significa que, colocar valor sobre algo carrega uma dimensão conflitiva em sua base, pois é uma eleição *a priori*.

Nos últimos anos houve uma expansão e difusão das discussões sobre patrimônio cultural e, como afirma Gonzáles-Varas (2015, 11), “assistimos a um incremento notável da patrimonialização”. Esse conceito tem a ver com os valores que atribuímos aos bens, e a ampliação do universo patrimonial, todavia como ressalta Olmo (2010, 44) “certamente não é patrimônio somente aquilo que as leis protegem e não pode reduzir seu conceito a enunciados meramente normativos”, mas certamente deve haver critérios para diferenciar o que é e o que não é patrimônio. Para esse mesmo autor um dos critérios de patrimonialização do patrimônio é o significado para os cidadãos, e isso o aproxima muito da ideia de paisagem da Convenção Européia. Assim, “patrimônio e patrimonialização implicam um exercício de seleção do

¹³⁹ Encontramos mais sobre esse programa a partir do ESPON 2020 Programme da União Européia em: http://www.espon.eu/main/Menu_Programme/. Acessado em 20/12/16.

significativo ou relevante dentro do amplo universo dos bens patrimonializáveis” (Olmo 2010, 44). Essa inserção da percepção cidadã como forma de valorar um bem, é algo extremamente novo e não contemplado nas normas de conservação tanto da natureza quanto do patrimônio.

Dessa forma, temo que o patrimônio cultural “se coloca muitas vezes como um elemento crucial de identificação social e coletiva, um elemento de estruturação e coesão simbólica da sociedade” (Gonzáles-Varas 2015, 13). E a paisagem chega a “ser considerada como um recurso coletivo de primeira ordem e parte essencial do patrimônio de todos” (Pérez e Echániz 2009, 37).

Como nos lembra Gonzáles-Varas (2015), a ascensão das paisagens nas políticas territoriais européias faz parte dos processos de patrimonialização da natureza e da cultura que ocorreram ao longo do séc. XX. Isso porque em muitos lugares já é possível perceber as mudanças nas paisagens de forma bem mais rápida, o que tem afetado a construção do sentido coletivo e identitário dos grupos sociais.

2.4 - Paisagem no atual contexto espanhol: um pouco de Galícia

A Convenção Europeia da Paisagem teve a adesão do Governo da Espanha, através dos Ministérios de Meio Ambiente e Cultura, das Comunidades Autônomas, das Instituições e dos expertos, através da ratificação do convênio em 2007 e sua entrada em vigor em 2008¹⁴⁰. Uma das primeiras ações foi a elaboração em 2010 do *Plano Nacional de Paisagens Culturais*¹⁴¹, aprovado em 2012.

O plano marca uma mudança de enfoque para as ações espanholas sobre o patrimônio, pois tem que sair do quesito proteção e “enfrentar o trabalho que parte da análise, catalogação e estudo das paisagens e estar orientado a colocar valor nessas para chegar à atuação através da ordenação territorial” (Gonzáles-Varas 2015, 198). O objetivo é integrar esses levantamentos nas distintas políticas setoriais, enfrentando a problemática da inserção do conceito de paisagens culturais, que implica diversos campos temáticos e distintos âmbitos da administração e legislações entrecruzadas, como as urbanísticas, a ambiental, a de montes, infra-estruturas, patrimônio cultural, ordenação do território, entre outras.

¹⁴⁰ A ratificação do governo espanhol da Convenção Europeia está no BOE, n.31, 2008, disponível em: <http://www.boe.es/buscar/doc.php?id=BOE-A-2008-1899>. Acesso em 28/12/16.

¹⁴¹ Conforme consta na Introdução do plano, houve também a necessidade de incorporá-lo aos Planos Nacionais de Patrimônio Cultural. Essas ações ficaram sob responsabilidade do Instituto do Patrimônio Cultural da Espanha (IPCE) que, para atender à Convenção Europeia, tem trabalhado para a conservação e gestão das paisagens de interesse cultural. Disponível em: <http://ipce.mcu.es/conservacion/planesnacionales/paisajes.html>. Acesso em 28/12/16.

De acordo com Scheid (2010), as comunidades autónomas têm desenvolvido suas políticas de paisagem em uma estreita relação com as ações de ordenação do território, como preconiza a Convenção Europeia da Paisagem. Assim, por serem as instâncias responsáveis pela concretização das políticas sobre paisagem, as ações das comunidades autónomas têm uma implicação direta nas políticas de ordenação do território¹⁴².

A Espanha, além da incorporação legal do conceito de paisagem, que vem acontecendo aos poucos, o Estado e também as comunidades autónomas estão elaborando catálogos, cartas, planos e mapas de paisagem¹⁴³, bem como criando entidades específicas para apoiar as novas ações, como por exemplo, os Observatórios da Paisagem de Catalunha e das Canárias, ou o Centro de Estudos da Paisagem e do Território de Andaluzia.

Publicado pelo Ministério do Meio Ambiente espanhol em 2003, o *Atlas de los paisajes de España*¹⁴⁴, segundo Gonzáles-Varas (2015), tem estimulado iniciativas regionais de elaboração de catálogos de paisagens, que funcionam como uma forma de inventário, expressos em mapas e fotografias, que é uma das ações básicas para a incorporação desses valores nas políticas públicas¹⁴⁵. Nesses têm-se combinado valores ambientais, culturais e estéticos, juntamente com as dinâmicas que se estabelece entre um território e seus habitantes.

A Comunidade Autónoma da Galícia possui Legislação específica sobre paisagem, que é a lei 7/2008, de 07 de julho, sobre a *Proteção das Paisagens de Galícia*, a qual reconhece juridicamente a paisagem como elemento importante do entorno e do bem-estar humano, e a evidenciar como indicador de qualidade de vida das pessoas e como componente fundamental do patrimônio natural e cultural da Galícia, e também como expressão da identidade galega.

Como afirmam Cerreda e Iglesias (2010), os poderes públicos têm se tornando cada vez mais conscientes da importância da paisagem como um recurso econômico e como elemento integrantes da própria cultura galega. Os autores chamam atenção para o fato de que o próprio Estatuto de Galícia reconhece como competência autonômica o critério “paisagem”, mas ressaltam que este está ligado ao meio ambiente e que não aparece na Constituição. Destaca-se então que o Estatuto galego é um texto pioneiro na tutela da paisagem, mas, como afirma Scheid (2010), em Galícia as questões sobre paisagem estão vinculadas ao meio ambiente e à

¹⁴² Itália e Alemanha são os outros países da U.E. que inserem o planejamento da paisagem juntamente com as políticas de ordenação do território (Scheid 2010).

¹⁴³ Metodologicamente, Espanha tem se pautado em trabalhos pioneiros como o Landscape Character Assessment. Guidance for England and Scotland (2002), de autoria da Countryside Agency-Scottish Heritage. Esse é um manual que visa sistematizar as técnicas necessárias à identificação do que define como *caráter* da paisagem, apresentando uma visão holística. Disponível em: <http://www.snh.org.uk/www/sharinggoodpractice/CCI/cci/guidance/Main/Content.htm>. 10/06/15.

¹⁴⁴ O catálogo e os metadados estão disponíveis em: <http://www.magrama.gob.es/ide/metadatos/index.html?srv=metadata.show&uuid=a01cb8d6-2a8c-4041-bd92-5b8f0db67a66>. Acesso em: 20/12/16.

¹⁴⁵ Muitos países da União Europeia também investiram na elaboração de seus catálogos de paisagem como Portugal, Inglaterra, Noruega, Finlândia, França, entre outros. (Ribeiro, 2007).

ordenação do território, sob a mesma Consellería. Sua inserção na legislação patrimonial logrou um grande avanço com a aprovação da nova lei de Patrimônio Cultural de Galicia, a Ley 5/2016, de 4 de mayo¹⁴⁶, onde tem o capítulo IV dedicado aos instrumentos específicos de proteção das paisagens culturais e dos territórios históricos.

Tanto as legislações ambientais quanto as patrimoniais têm por objetivo o reconhecimento jurídico, a proteção, a gestão e a ordenação da paisagem em Galicia. No texto inicial da página web da Consellería do Medio Ambiente, Territorio e Infraestruturas (CMATI), a riqueza da paisagem para o contexto da Galicia, é identificada como sendo um elemento chave para seu desenvolvimento. As competências em matéria de paisagem da Xunta, são conduzidos pelo Instituto de Estudos do Territorio (IET)¹⁴⁷, que abriga o Observatorio Galego da Paisaxe¹⁴⁸ e mais recentemente tem a participação da Secretaría Xeral de Cultura, responsável pelos assuntos vinculados ao patrimônio, porém pertencente à Consellería de Cultura, Educación e Ordenación Universitaria.

O Estado é ciente da situação atual desses contextos, como forma de adaptação a novos costumes, devido ao desenvolvimento sócio-econômico tardio por que passou o território galego, o que vem gerando a degradação de muitas paisagens, pelas novas formas de se relacionar com o território. Dinâmicas demográficas, mudanças no uso do solo, abandono e transformação de muitas áreas rurais e a presença de atividades econômicas que não têm respeitado as condições e características dos lugares, para citar algumas. Isso tem gerado a perda de muitos valores naturais e também culturais.

A Xunta de Galicia tem desenvolvido medidas integradas para trabalhar a paisagem, com o fim de proteger e preservar os elementos mais significativos e característicos da comunidade autonômica, porém ainda é notório a ênfase ambiental. Uma de suas ações é a *Estratégia da Paisagem de Galicia*, aprovada em 2011, que contém as diretrizes para o desenvolvimento dos instrumentos próprios previstos na lei de proteção da paisagem (07/2008), e que tenta se aproximar das diretrizes da Convenção Européia. Revisado em 2014, foi atualizado para orientar as ações no período de 2014/2016¹⁴⁹, com enfoque maior na proteção e recuperação da

¹⁴⁶ A nova lei pode ser consultado em: <https://www.boe.es/buscar/pdf/2016/BOE-A-2016-5942-consolidado.pdf>. Acesso em 15/11/16.

¹⁴⁷ Criado em 2012, como forma de sintetizar várias ações paralelas da Xunta, o IET tem por função realizar trabalhos de investigação e difusão sobre urbanismo e ordenação do território, além de prestar assessoramento e assistência aos municípios. Também é responsável pela produção oficial de cartografias e disponibiliza uma plataforma web de descarga aberta de informação cartográfica de Galicia em: <http://visorgis.cmati.xunta.es/cdix/mapa.html>.

¹⁴⁸ O Observatorio tem como meio de ação e comunicação fundamental sua página web (<http://www.observatoriogalegoterritorio.org/nuestra-web/>). Somado a essas ações produzem a *Revista Kardo*, com estudos e ensaios sobre aspectos relacionados ao urbanismo, ao território e à paisagem. Também possui uma plataforma de estímulo à participação cidadã.

¹⁴⁹ A primeira providência que se tomou foi a ação de identificação das paisagens, cujo resultado se expressa no *Mapa das Grandes Áreas Paisagísticas de Galicia*, onde se delimitou 12 grandes áreas e se identificou 50 comarcas paisagística.

paisagem, através de uma política transversal a todos os departamentos envolvidos. Sua mais recente contribuição foi lograr a aprovação do *Catálogo das Paisagens de Galicia* em 2016¹⁵⁰.

Para se cumprir a integração da paisagem nas políticas territoriais, os produtos gerados precisam estar subsidiados pelas *Directrices de Ordenación do Territorio* (DOT) e o *Plan de Ordenación do Litoral* (POL). Na primeira versão, sob essa perspectiva, o resultado foi positivo e criou-se a linha editorial *Paisagem Galega*, que se tornou o alicerce de confiabilidade das ações, inclusive como uma segurança em prestação de contas e esclarecimentos para os cidadãos e os agentes sócio-econômicos.

Dessa forma, fica claro o esforço para a incorporação das diretrizes da Convenção Europeia da Paisagem, como afirma Scheid (2010), que no caso da Espanha não tem sido homogêneo em inseri-la no aspecto ambiental e no cultural. Em Galicia não está sendo diferente, embora percebe-se um esforço para aproximar as questões ambientais e culturais em termos de ações de planejamento, como orientação da Convenção Européia. Mesmo que a categoria Paisagem seja uma das bases para a compreensão do território galego, como afirma seu Estatuto, em Galicia é preciso avançar em sua dimensão cultural para que se potencialize seus recursos em função do desenvolvimento sustentável. Isso permitirá aumentar a resiliência frente às consequências das mudanças globais, dado a otimização da diversidade e o alto valor das paisagens.

3 - CONCLUSÃO

Como discutimos, a paisagem pode ser entendida como uma forma de integrar os recursos patrimoniais a um território, reforçando a relação entre os elementos do universo natural e cultural, que combinados podem conferir identidade aos lugares e seus habitantes. É preciso destacar as recentes contribuições dos avanços nos estudos sobre a paisagem como contribuição para o conhecimento dos territórios, assim como subsídio para as ações de proteção e uso dos recursos patrimoniais. Isso tem possibilitado a discussão sobre os instrumentos e ações territoriais, sua capacidade e abrangência para lidar com as particularidades e especificidades de cada lugar.

Por essas razões, nos últimos anos, a extensão da ideia patrimonial à escala ampliada do território, tem propiciado um novo horizonte de reflexão a respeito da constituição histórica de um determinado lugar, bem como a sua inserção/adaptação a contextos contemporâneos. A

¹⁵⁰ Decreto de aprovação: http://www.xunta.gal/dog/Publicados/2016/20160825/AnuncioG0422-170816-0001_pt.html. Acesso em 27/12/16.

paisagem em sua abordagem cultural permite entender que as transformações conscientes do entorno é a conjugação de questões políticas de determinado contexto e o grau de intervenção do poder econômico. Nesse sentido, a paisagem pode ser entendida, como um testemunho humano sobre o território, capaz de expressar as distintas relações do homem com o seu meio.

Diante dessas constatações é importante ressaltar que a preservação das paisagens é suportada também pelas práticas sociais, os conhecimentos técnicos e as maneiras de entender e relacionar-se com a natureza, como têm estimulado as diretrizes internacionais. Muitas vezes se esquece a referência aos fatores de coesão social, que por fim, sustentam esses sistemas. Nesse sentido poderíamos dizer que a salvaguarda de um bem tem a capacidade de explicitar o entendimento das funcionalidades das estruturas das paisagens de dada sociedade.

Enfim, dado que a paisagem e o território estão em contínuas modificações, para uma boa gestão do território parece que será preciso contradizer as atuais dinâmicas dominantes que privilegiam somente os benefícios econômicos imediatos, e investir na inserção das comunidades locais nos processos políticos e econômicos de seu próprio território. É importante esclarecer que essa atitude não nega de nenhuma maneira as aportações positivas que o turismo pode trazer para a dinamização de um território. A questão é ter um planejamento eficaz para as condições locais dentro desse contexto.

Enquanto sociedade, cada vez mais demandamos novas formas de organização social como adaptação às novas condições, e a diversidade e a tolerância fazem parte desse contexto. As sociedades precisam sentir-se identificadas, gerando sentimentos de pertencimento aos lugares. Por esses motivos, reconhecer no território um significado cultural que integre espaços naturais e culturais pode ser a base a partir da qual se criem condições de equilíbrio. E assim, se retoma a discussão das paisagens como recurso para o desenvolvimento de um território.

5 - BIBLIOGRAFIA

Beltrán-Beltrán, Lina Constanza. "El significado cultural de las regiones, articulación del patrimonio cultural material e inmaterial como impulso para el desarrollo humano." *Apuntes* 25 (2012): s/p

Berque, Augustin. "A paisaxe como institución da realidade". In *Olladas críticas sobre a paisaxe*, edited by Francisco Días-Fierros Viqueira, Federico López Silvestre, 21-42. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega, 2009

Besse, Jean-Marc. *La sombra de las cosas: Sobre paisaje y geografía*. Madrid: Biblioteca Nueva, 2010

Cerreda, Marcos Almeida; Iglesias, Diana Santiago. "La disciplina de la protección del paisaje en la Comunidad Autónoma de Galicia". *Revista Catalana de DRET Ambiental* 1 (2010): 1-30

- Claval, Paul. "Changing Conceptions of Heritage and Landscape". In *Heritage, memory and the politics of identity: new perspectives on the cultural landscape*, edited by Niamh Moore, Yvonne Whelan, 85-93. London: Ashgate, 2007
- Corboz, André. "El territorio como palimpsesto". In *Lo urbano en 20 autores contemporáneos*, edited by Ángel Martín Ramos, 25-34. Barcelona: Ediciones UPC, 2004
- Criado-Boado and Felipe; Barreiro, David. "Preámbulo". In *Atlas arqueolóxico da paisaxe galega*, edited by Elena Cabrejas et al, 9-18. Vigo: Edicións Xerais de Galicia, 2016
- Féria, José María. "Territorial Heritage and Development - Conceptual basis and methodological issues". In *Territorial Heritage and Development*, edited by José María Féria, 3-11. London: Taylor&Francis Group, 2012
- Franceschi, Catherine. "Du mot paysage et de ses équivalents dans cinq langues européennes.". In *Les enjeux du paysage*, edited by Michel Collot, 75-111. Bruxelles: Ousia, 1997
- González-Varas, Ignacio. *Patrimonio Cultural: Conceptos, Debates y Problemas*. Madrid: Cátedra, 2015
- Larsen, Peter Bille. "Interrelaciones entre naturaleza y cultura en el patrimonio mundial. Últimas tendencias". *Revista do Patrimonio Mundial* 75 (2015): 5-15
- Olmo, Rafael Mata. "La dimensión patrimonial del paisaje. Una mirada desde los espacios rurales". In *Paisaje y Patrimonio*, edited by Javier Maderuelo, 31-73. Madrid: Abada, 2010
- O'Keeffe, Tadhg. "Landscape and Memory: Historiography, Theory, Methodology". In *Heritage, memory and the politics of identity*, edited by Niamh Moore, Yvonne Whelan, 3-18. London: Ashgate, 2007
- Pérez, Linarejos Cruz and Echániz, Ignacio Español. *El paisaje: De la percepción a la gestión*. Madrid: Ediciones LITEAM, 2009
- Ribeiro, Rafael Winter. *Paisagem cultural e patrimônio*. Rio de Janeiro: IPHAN/COPEDOC, 2007
- Scheid, Andreas Hildenbrand. "Balance del impacto del Convenio Europeo del Paisaje en las Políticas de Ordenación del territorio de las Comunidades Autónomas de España". In *Retos y Perspectivas de la gestión del Paisaje de Canarias*, edited by Moisés Simancas Cruz and Alberto Cortina Ramos, 121-143. Canarias: Observatorio de Paisajes, 2010

PRACTICAS PARA UN URBANISMO ALTERNATIVO EN CIUDADES SIN IDENTIDAD

Juan Frontera Peña

1 - LOS DESAFÍOS DEL NUEVO SIGLO

Desde la revolución industrial hemos constituido un modelo de sociedad centrado en controlar y explotar las fuentes de energía, en su gran mayoría fósiles, con el fin de mantener un crecimiento continuo y permanente, apoyado en la producción y el consumo masivos. Durante el siglo XIX y XX, este modelo, que ha ido adaptándose al devenir político, ha funcionado en la práctica gracias a que la escala de su aplicación se circunscribía a los países occidentales y la intensidad de aprovechamiento y utilización de los recursos era soportable, pero a medida que la globalización avanza, la población crece y el modelo se expande, la escala global lo vuelve inviable, debido a la finitud de los recursos del planeta. Esto se encuentra agravado por el triunfo de las tesis neoliberales en los años 80, reduciendo todavía más la acción interventora del Estado y su capacidad, por tanto, para corregir los desequilibrios del sistema. Es por ello que actualmente, cada vez más voces cuestionan que este modelo pueda asumir los desafíos del presente siglo, que ya comienza a evidenciar síntomas de agotamiento: El pesimismo generalizado de la población, la polarización de la sociedad, el profundo desencanto con el sistema, y en consecuencia, el protagonismo cada vez mayor de fuerzas políticas rupturistas antiestablishment, algunas de ellas canalizando esta frustración de la sociedad hacia planteamientos xenófobos.

Los desafíos a los que nos enfrentamos a nivel global y que ponen en crisis el modelo actual, tienen que ver, como se ha mencionado, con el agotamiento de recursos y la huella ecológica, es decir, el impacto ambiental generado por la demanda humana en el planeta. Según la Global

Footprint Network ¹⁵¹, hoy la humanidad utiliza el equivalente de 1.6 planetas cada año. Esto significa que ahora la Tierra tarda un año y seis meses en regenerar los recursos ecológicos que utilizamos en un año, haciendo imposible pues, que la Tierra pueda absorber la demanda y los residuos humanos, mientras estos continúen en aumento.

Aunque ya pocos parecen atreverse a negar la existencia de la huella ecológica ante la avalancha de datos científicos que demuestran su realidad, esta situación de emergencia ecológica apenas parece tener impacto en la opinión pública más allá de hechos puntuales en forma de catástrofes naturales. No hay que olvidar que el discurso dominante, pese a la creciente desafección y pérdida de credibilidad del sistema, continúa siendo favorable a mantener el modelo de sociedad industrial dando como valor positivo cualquier tipo de crecimiento. Esto se pone de manifiesto actualmente, con el discurso triunfalista de recuperación de la crisis económica, que parece olvidar que la crisis social que se abrió paso tras el desastre financiero de 2008 y su posterior gestión, continúa afectando a una gran parte de la población que sigue padeciendo sus consecuencias en forma de exclusión, precariedad, desigualdad, desempleo, etc. asistiendo a su vez a una retirada de políticas sociales y redistributivas y recortes en servicios públicos que no hacen más que agravar la situación y profundizar en la brecha de la desigualdad entre ricos cada vez más ricos y pobres cada vez más pobres. Una realidad social que se contrapone a los datos macroeconómicos de recuperación.

A la crisis ecológica y social, habría que añadir otros muchos desafíos, como la crisis migratoria agravada por el drama de los refugiados o la crisis demográfica de progresivo envejecimiento y decaimiento de la natalidad en los países occidentales. La manera en la que afrontemos todos estos retos del nuevo siglo, determinará el nuevo escenario global. De nosotros depende transformar la sociedad cambiando el paradigma actual o extrapolar un modelo pasado entendible únicamente en un contexto de recursos ilimitados.

2 - UN CAMBIO EN EL PARADIGMA URBANÍSTICO

La cuestión a tratar ahora, es ver cómo responden las ciudades a estos desafíos. Según un informe de la ONU¹⁵² fechado en 2014, la población que reside en las ciudades podría pasar del 54% actual al 66% en 2050 debido fundamentalmente al crecimiento de la población y a la continuada preferencia de la misma de residir en las áreas urbanas antes que en las rurales. Esto hace que las ciudades se constituyan cada vez más como el principal marco de convivencia

¹⁵¹ Global Footprint Network, es una ONG fundada en 2003, con una red de socios de más de 70 organizaciones de todo el mundo comprometida con la sostenibilidad ecológica del planeta. <http://www.footprintnetwork.org/our-work/ecological-footprint/>

¹⁵² <http://www.un.org/es/development/desa/news/population/world-urbanization-prospects-2014.html>

colectiva en un contexto global de mayor dificultad. Por tanto, es fundamental la forma de organizar la estructura social de la ciudad, y analizar así, si el modelo urbanístico actual cuenta con los mecanismos adecuados para ello y para dar solución a los desafíos antes mencionados.

Al igual que el modelo de la sociedad industrial comienza a perder credibilidad, el urbanismo de la modernidad, que ha definido la forma de hacer ciudad a lo largo del siglo XX, se encuentra ampliamente cuestionado. Esto es así, en la medida en que se entiende que los axiomas sobre los que se asienta la práctica urbanística de la modernidad ya no resuelven los problemas ni satisfacen las necesidades de la sociedad. Según comenta el profesor Fernando Gaja en su libro “Futurópolis”¹⁵³, estos axiomas o valores fundacionales, que no son realmente específicos de la disciplina urbanística, son: La racionalidad en el diseño urbano, que invistiéndose de una lógica indiscutible legitima sus decisiones atendiendo únicamente a razonamientos cuantitativos, sin considerar los aspectos cualitativos del urbanismo y las variables sociales que introduce debido a su carácter multidisciplinar; el desarrollismo que progresivamente expande la ciudad urbanizando suelo rústico sin tener en cuenta la huella ecológica; y la sustitución del reformismo por el clientelismo, eliminando el control público, necesario para corregir las desigualdades y desequilibrios del modelo racionalista, poniendo a trabajar el urbanismo en beneficio de los intereses del mercado. La falta de sentido, aceptación o viabilidad en el contexto actual de estos axiomas, pone en crisis al paradigma entero.



Fig. 1: Barrio de Sociópolis, Valencia. Fuente: Diario Las Provincias

¹⁵³ Fernando Gaja, *Futurópolis: Entre la tecnoutopía y la distopía, o viceversa* (España: Díaz & Pons, 2016), 61-73.

En este contexto de crisis del paradigma de la modernidad, son muchas las voces que apuestan por no seguir manteniendo un modelo agotado, sino pensar en un urbanismo alternativo, más táctico, que actúe a una escala menor, más humana y adecuada a las necesidades reales de los ciudadanos, dándoles voz y mayor protagonismo en la toma de decisiones sobre la ciudad, recuperando así la vocación social del urbanismo como servicio público dejando de ser meramente una herramienta de negocio. Un urbanismo que transforme la ciudad construida en contraposición al expansionismo urbanizador, dejando de perseguir el crecimiento como un fin en sí mismo, buscando para ello soluciones urbanísticas que apuesten por la proximidad y el localismo frente a la globalización. Tal y como indica el profesor José Fariña en el artículo del número 57 de la revista *Papers*, "Ciudad global versus ciudad local"¹⁵⁴: "Resulta imprescindible una vuelta a lo local que invierta la tendencia de buscar y llevar todo cada vez más lejos. Es ya imprescindible acudir a los materiales del sitio, la agricultura de proximidad, aprovechar los servicios de los ecosistemas, ser autosuficientes en agua y energía. Hay que empezar a desterrar todo el planeamiento estratégico basado en unir nuestra ciudad con decenas de flechas en el mapa con Shanghai, New York, Lima, Estocolmo o Barcelona."

El urbanismo alternativo reconoce además, que el espacio es multidimensional y que este cuenta con un carácter subjetivo, que tiene que ver con la manera de vivir el espacio y la diferente capacidad que tenemos los individuos de percibir nuestro entorno. Esta visión más cualitativa del urbanismo, nos permite identificar valores dentro de la ciudad vinculados a la huella que dejan en la memoria colectiva, lugares que poseen un significado subjetivo que ayudan a crear un sentimiento de identidad respecto al entorno vivido. Esto es fundamental para que los vecinos sientan el espacio público como suyo, y que pueda darse la construcción de un tejido social que propicie que sean los propios vecinos los que aporten iniciativas y sean los protagonistas de la transformación urbana de su lugar de residencia. El modelo urbanístico de la modernidad, por tanto, falla al olvidarse de estos factores cualitativos al solo tener en cuenta aspectos cuantitativos a la hora de hacer ciudad, eso supone, no reconocer los valores sociales, culturales y simbólicos del lugar, que constituyen los auténticos significantes que lo diferencian y definen la identidad propia. En palabras de Josep Vicent Boira¹⁵⁵: "Estudiar el imaginario urbano de la población de una ciudad o de una porción de la misma es imprescindible para captar en su totalidad la experiencia urbana y, en consecuencia, es forzoso para actuar en ella sea a la hora de planificar su crecimiento, diseñar su imagen o mejorar su entorno."

¹⁵⁴ José Fariña, "Ciudad global versus ciudad local", *Papers* 57: *Discursos emergentes para un nuevo urbanismo*, 2014, 107, <http://www.raco.cat/index.php/Papers/ERMB/article/view/276012/363944>

¹⁵⁵ Josep Vicent Boira, "La imagen de la ciudad en la planificación y la política urbana", *Iztapalapa, Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, 2008, 234-235, <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39348722011>

2 - LA DESTRUCCIÓN, LA SUSTITUCIÓN O LA FALTA DE IDENTIDAD EN LA CIUDAD

La consideración de la dimensión subjetiva del espacio se encuentra, como mencionábamos, ligada al reconocimiento del importante papel que juegan los tejidos sociales dentro de la ciudad. Estos se descubren como un factor imprescindible de resiliencia, la capacidad de resistir a las adversidades. Tal y como revela el estudio "Barrios y Crisis" de la Universitat Autònoma de Barcelona¹⁵⁶, los barrios con mayor tejido asociativo, resisten mejor a los impactos de la crisis. Por tanto, ante el panorama de crisis social y ecológica, cuyas consecuencias padecen amplios sectores de la sociedad, las redes vecinales y familiares dentro de un barrio se descubren a veces como el único dique de contención que pueden compensar las carencias a las que se ven sometidos.

Muchas veces esta falta de servicios, políticas e inversiones que provocan un sentimiento de abandono en el barrio, vienen dadas por un proceso de degradación inducida, que por intereses especulativos buscan reducir al máximo el valor de compra de suelo para sacar el mayor beneficio en su valor de venta potencial posterior. Esta estigmatización que tiene como objetivo desplazar a la población residente por nuevos habitantes de un poder adquisitivo mayor, es lo que se conoce como gentrificación. Este, es un proceso que se encuentra estrechamente relacionado con el desarrollismo y el clientelismo del modelo vigente, que hace que la administración en muchos casos no solo permita, sino que contribuya a la estigmatización de estos barrios, retirando servicios básicos como la recogida de basuras, negando u obstruyendo licencias de obra y rehabilitación, legislando para favorecer la declaración de ruina de un inmueble, proyectando grandes avenidas a través de esos barrios en el plan general, o premiando el derribo con un aumento de la edificabilidad del suelo. Así pues, el abandono institucional y estigmatización del barrio, unido a un contexto de crisis social, favorece que nuevos pobladores provenientes de sectores marginados por la sociedad, que no son aceptados en otros lugares se concentren en el barrio. Esto va contribuyendo al aislacionismo del barrio del resto de la ciudad, a su identificación como lugar estigmatizado por donde ya nadie quiere pasar, provocando así, la huida de las clases medias profesionales, que con sus negocios,

¹⁵⁶ Helena Lopez, "El impacto urbano de la crisis: Más guetos que nunca", *El Periódico de Catalunya*, 25 Febrero, 2014, <http://www.elperiodico.com/es/noticias/sociedad/mas-guetos-que-nunca-3133307>

comercios y servicios, aportan los recursos necesarios para soportar la organización social que sostiene la red comunitaria en el barrio. La pérdida de estos recursos, hace que aparezcan nuevas actividades ilegales relacionadas con drogas o prostitución, creando un caldo de cultivo para la violencia y la inseguridad, provocando que las calles y los espacios públicos se vacíen progresivamente eliminando así la interacción social colectiva. Las redes vecinales se producen en la medida que existe una apropiación del espacio público por parte de los ciudadanos.

En la medida que los procesos de gentrificación se propagan por diferentes áreas de la ciudad y las redes vecinales preexistentes se rompen al verse desplazados los habitantes originales, se produce una pérdida progresiva de la identidad de los barrios. Se produce una resignificación de la identidad original al llegar los nuevos pobladores de mayor poder adquisitivo, una vez se comienza a rehabilitar e invertir de nuevo en el barrio como parte del proceso de elevar el precio de venta de las viviendas compradas al más bajo precio a los hogares desplazados. Cuando culmina el proceso, nos queda un barrio genérico con una imagen impostada, pues la identidad va asociada a la gente, a su forma particular de vivir el espacio heredada de una tradición de interactuar con el entorno de forma especial y que ha evolucionado de manera natural a la vez que lo hacen los hábitos de la sociedad, enriqueciéndose con la diversidad.

La gentrificación, no obstante, es solo un ejemplo de los abusos del sistema. La destrucción o sustitución de la identidad preexistente por una imagen impostada, al romper las redes de la vida comunitaria, se produce de muchas formas, siempre en connivencia con el modelo de hacer ciudad que hace del urbanismo una herramienta para la especulación y el interés financiero. Cuando los pobladores mayoritarios de un barrio son personas que difícilmente pueden desarrollar un sentimiento de arraigo con su entorno, como son los estudiantes, trabajadores no residentes, o turistas, la creación de lazos vecinales y una estructura social organizativa dentro del barrio es muy complicada. Así, la tematización de ciertas áreas de la ciudad, en estrecha relación con la tendencia de las ciudades a globalizarse y homogeneizar sus espacios, hace que se creen barrios monofuncionales de oficinas, de estudiantes, comerciales o de dedicación exclusiva al turismo. Se contribuye por tanto, a diluir la identidad de los barrios, borrando la huella de su memoria e impidiendo el desarrollo de la vida vecinal y apropiación colectiva del espacio. En este sentido, con respecto al turismo de masas en las ciudades Josep María Montaner en el libro *"Arquitectura y Política"*¹⁵⁷ acertadamente escribe: "Estamos construyendo identidades falsas, sin capacidad de acumular, inventando cada año

¹⁵⁷ Josep Maria Montaner y Zaida Muxi, *Arquitectura y política: Ensayos para mundos alternativos* (Barcelona: Gustavo Gili, 2011), 154-155.

acontecimientos que se repiten de ciudad en ciudad, incapaces de crear su propia tradición contemporánea, de prever, debatir y promover la participación, sobreexcitadas de acontecimientos, pobres en herencias profundas.”



Fig 2: Las Ramblas de Barcelona. Fuente: Diario El Español

También, hay casos en los que puede darse un déficit de identidad desde un primer momento en ciertos barrios. En España, la mayor parte del tejido urbano de las ciudades, lo conforman este tipo de barrios con escasa identidad propia, nacidos en la segunda mitad del siglo XX, como un producto del modelo urbanístico expansionista y racionalista en muchos casos con fines especulativos. Estos barrios proliferan por la periferia de todas las ciudades españolas, compartiendo rasgos similares que les hacen padecer los mismos problemas urbanísticos y sociales: Una mala comunicación con respecto al resto de la ciudad; baja calidad y obsolescencia de las edificaciones; un espacio público mal adecuado para la movilidad, el uso y disfrute de los peatones; escasa heterogeneidad de usos; falta de tejido económico y social propio; población envejecida; y falta de integración con los nuevos pobladores, en su mayoría procedentes de sectores estigmatizados de la sociedad, como los inmigrantes. Esto, hace que nos encontremos en la ciudad, lugares (o “no lugares” como diría Marc Augé¹⁵⁸) genéricos, repetitivos, desvinculados del entorno y sin espacios urbanos que puedan dar pie a encuentros y relaciones entre vecinos, haciendo más complicada la capacidad de estos para organizarse y por tanto

¹⁵⁸ María Toro, “Un paseo por los no lugares de Marc Augé”, *La ciudad viva Blog*, 22 de abril, 2014, <http://www.laciudadviva.org/blogs/?p=22966>

hacer a estos barrios más susceptibles de sufrir los efectos de la crisis, el abandono institucional y el olvido por parte del resto de la ciudad.

La identidad constituye por tanto, un factor clave para la construcción de tejido social, y el tejido social, esa su vez, un elemento fundamental para la defensa de los intereses de los ciudadanos a su derecho de vivir en un entorno en el que puedan sentirse a gusto y ver satisfechas sus necesidades. En ese sentido, es necesario fomentar, crear o fortalecer los lazos de los habitantes con su lugar de residencia, forjando así, un sentimiento de identidad colectivo. Para ello, habrá que dotar o recuperar para los barrios sin identidad, la condición de paisaje urbano, un lugar donde la forma de vivir el espacio, le otorgue a este una carga simbólica, que le permita ser percibido de una manera especial dentro de la ciudad. Tomamos en este sentido la definición de paisaje que realiza Galit Navarro¹⁵⁹: "Paisaje como aquel espacio que, gracias a su significado y valor simbólico, se transmuta en lugar, y en el que además se puede leer la historia y la relación dialéctica de los habitantes con él".

El carácter sociocultural de un barrio es algo indisociable de la identidad del lugar, y eso hace que la dimensión subjetiva del espacio tome una relevancia importante, confiriendo al paisaje urbano un carácter propio que le permite ser percibido como algo único por estar estrechamente ligado al medio y a la gente que lo habita. La identificación con el lugar de residencia, el sentirse a gusto donde uno vive, hace surgir un sentimiento de propiedad del espacio público que contribuye a construir cohesión social dentro de un barrio, una cohesión que es fundamental para combatir los abusos del sistema. Como se menciona en el libro "La Ciudad Construida"¹⁶⁰: "Los instrumentos de construcción urbana tienen que nacer de las relaciones consistentes de fidelidad entre economía y territorio en las que la identidad y la identificación son claves. Si sentirnos a gusto en el lugar donde vivimos ha sido un elemento clave de resiliencia, ese sentimiento es un ingrediente fundamental para la ciudad del mañana. Estas relaciones simbióticas tienen mucho que ver con lo que entendemos por sentido de comunidad. (...)Trasladándolo al espacio físico, el sentimiento de confianza, la sensación de pertenencia, la relación de fidelidad entre una persona y el lugar que habita, tienen mucho que ver con la existencia de espacios de encuentro donde pasan determinadas cosas en clave colectiva."

¹⁵⁹ Galit Navarro, "Una aproximación al paisaje como patrimonio cultural, identidad y constructo mental de una sociedad", *Revista electrónica DU&P: Diseño urbano y paisaje* 1, 2004, 13, <http://www.ucentral.cl/du%26p/pdf/n1pdf/6.pdf>

¹⁶⁰ David Estal, Ramón Marrades y Chema Segovia, *La ciudad construida: Del plan urbanístico al proceso ciudadano* (Barcelona: Fundació Nexa, 2014), 24-25.



Fig. 3: Paellas colectivas, apropiación de la calle en el barrio San José, Valencia. Fuente propia

3 - CIUDADANOS PROPIETARIOS DE LA CIUDAD

¿Cómo fomentar por tanto que los ciudadanos se sientan propietarios de su entorno urbano para la creación de tejido social? Una transformación urbana para tal fin, debe ir acompañada de una transformación sociocultural del barrio, que nazca desde lo local a iniciativa de los propios vecinos. La peatonalización, la accesibilidad de los espacios sin exclusión de edad, género o condición de cualquier tipo, la economía de proximidad, la movilidad limpia y sostenible y la creación de espacios más amables en términos de mobiliario, luz, pavimento y zonas verdes, no podrán cumplir enteramente su propósito de hacer comunidad si no existe una implicación de los vecinos. Los vecinos deben sentir que forman parte de la transformación de su barrio, tomando así mayor consciencia de su entorno, desarrollando un sentimiento de propiedad de lo público que permitirá su mayor disfrute y cuidado. Los procesos participativos se descubren como la herramienta predilecta para lograr esta implicación vecinal.

Aunque en los últimos años se haya generado un razonable consenso alrededor de la idea de que la participación es fundamental para el proyecto urbano, no existe un método predeterminado establecido para llevarla a cabo, ya que las realidades socioculturales, necesidades y experiencias urbanas de los habitantes, son diferentes para cada barrio, es decir, la identidad propia del lugar y el tejido social preexistente, condiciona el hecho de que no puedan estandarizarse los procesos participativos. A ello contribuye el carácter subjetivo de aquello que se valora en un proceso participativo, como hemos mencionado anteriormente, es necesario un urbanismo que reconozca la dimensión subjetiva del espacio para poder llevar a cabo una participación real de los vecinos. Para que el proceso participativo funcione, la implicación vecinal debe ser absolutamente transparente y democrática, es decir, que abarque a toda la vecindad, y que el proceso sea diverso e integrador, no excluyente, para contar con la presencia representativa de toda la gente que vive en el barrio, sea cual sea su condición social, cultural, profesional, edad o género, sin que ningún grupo social o ninguna asociación pueda monopolizar el proceso. Esto se relaciona con la idea de identidad como proceso vivo y en evolución, la identidad no puede ser excluyente ni ajena a la diversidad, en palabras de Marc Augé¹⁶¹: "La identidad se construye en el nivel individual a través de las experiencias y relaciones con el otro. Eso también es muy cierto a nivel colectivo. Un grupo que se repliega sobre sí mismo y se cierra es un grupo moribundo". Se define así la identidad, como algo no estático, que depende de los contactos con los demás, no basta con la autoafirmación individual o grupal, la identidad depende de la alteridad, la condición de ponerse en el lugar del otro.

La implicación como paso previo a la participación, la gestación de una ciudadanía activa, sucederá también, en la medida que esta se vea con capacidad real de decisión, eso es, que la participación no se ciña a la mera consulta, sino que exista un carácter vinculante de lo decidido y una relación de tú a tú con la administración. España, es un ejemplo de país con poca tradición en lo que se refiere a participación en política urbana, por tanto, se tiende desde la administración a enfocar la participación como un proceso jerárquico de arriba abajo, "top-down". Para que la ciudadanía sienta como suyos los cambios, las decisiones deben impulsarse desde la base vecinal, de abajo arriba, un sistema "bottom-up". No obstante, para que el sistema

¹⁶¹ Patricio Arana, "Entrevista a Marc Augé: Reflexiones del teórico de los no lugares", *La Nación*, 22 Junio, 2005, <http://www.lanacion.com.ar/714868-marc-augé-hay-que-amar-la-tecnología-y-saber-controlarla>

“bottom up” funcione, la cohesión social e implicación vecinal es imprescindible, y para ello la administración y los técnicos, deben seguir teniendo un papel proactivo y llegar a donde esté la gente, la demanda real, procurando dar voz y mecanismos a la ciudadanía para un empoderamiento progresivo, olvidando la actitud paternalista. En ese sentido, un sentimiento de identificación con el lugar como nexo común entre vecinos, que promueva el compromiso y preocupación por el espacio vivido, sumado a una capacidad real de decidir sobre las transformaciones urbanas, puede animar a esa implicación vecinal necesaria para una participación que funcione.

Los procesos participativos, tienen también mucho que ver con la escala, no es lo mismo decidir sobre cuestiones de ámbito comarcal o metropolitano como la desviación del cauce de un río, que puede afectar a varias poblaciones, que decidir sobre la remodelación de una pequeña plaza. Las decisiones tomadas a escala de barrio tienen un carácter más directo y acotado que permite a los vecinos implicarse de forma más inmediata, una escala más humana y más próxima a los problemas reales, constituyendo un instrumento más eficaz a la hora de hacer que la ciudadanía pueda reconocerse en las transformaciones de la ciudad. Los barrios, se descubren en ese sentido, como los auténticos marcos de convivencia colectiva que abarcan la realidad inmediata y cotidiana de cada habitante, donde realmente puede tener lugar el desarrollo de identidades colectivas gracias a la interacción social. Estos, en la medida que desarrollen una identidad propia, pueden constituirse en los verdaderos paisajes urbanos de la ciudad, siendo sujetos perceptibles, acotables físicamente y diferenciables dentro del medio urbano.

La clave se encuentra por tanto, en hacer barrio, en construir paisaje urbano, dar significado al lugar a través del empoderamiento vecinal y viceversa, y que a su vez, pueda producirse una retroalimentación entre la identidad y el tejido social que perdure en el tiempo. Como menciona José Juan Barba en el artículo “Ciudad genérica y ciudad queer”¹⁶²: “Son los individuos los que le dan identidad y existencia al lugar. Esta relación estrecha permite recuperar la noción de arraigo y supone una dimensión temporal. El lugar se inscribe en la duración; es memoria y por tanto tiempo. El lugar así considerado es más que un punto, un nombre o una localización: tiene significación, tiene una identidad. Por tanto, el lugar nos aparece como el producto de una relación social; un espacio se hace lugar cuando en él o con él se mantienen vínculos entre los individuos.”

¹⁶² José Juan Barba, “Ciudad Genérica y ciudad queer”, *El blog de José Fariña: Desmontando la ciudad genérica*, 30 de Marzo, 2012, <https://elblogdefarina.blogspot.com.es/2012/03/desmontando-la-ciudad-generica.html>

Un barrio que vive un proceso de degradación y ve como su identidad se ve amenazada, ya sea por un proceso de gentrificación o el turismo de masas, puede recuperarse y fortalecerse, construyendo comunidad apoyándose en los factores y significantes que hacen únicos al barrio. En otro sentido, cuando no existe a priori una identidad marcada en el barrio, la creación de tejido social en base a la reivindicación del derecho a la ciudad, puede ser el comienzo de la construcción de una identidad propia. La identidad crea lazos vecinales y viceversa. En ambos casos el urbanismo puede actuar promoviendo el acercamiento entre vecinos con la creación de espacios de encuentro y relación donde surjan conflictos positivos, con el objetivo de despertar un sentimiento de propiedad del espacio público que haga que los vecinos tomen consciencia de su entorno, se responsabilicen del mismo, y que de ellos partan las iniciativas para hacer barrio.

Presentamos ahora dos ejemplos de barrios donde la construcción o defensa de la identidad colectiva y tejido social asociado a la creación de lazos con el lugar, ha sido fundamental para que los vecinos luchen por su derecho a vivir en un espacio de calidad y poder mejorar sus condiciones de vida.

4 - BARRIO VIRGEN DE LA BEGOÑA, MADRID

El barrio Virgen de la Begoña, es un barrio periférico de Madrid, nacido en los años 60 como consecuencia del aumento de la inmigración del campo a la ciudad. Constituye un ejemplo paradigmático de este tipo de barrios de nueva planta con tipología de edificación de bloque abierto, producto del modelo urbanístico racionalista. Este tipo de barrios, presentan una serie de problemas comunes que ya hemos mencionado, que se acrecientan en un contexto de crisis y hacen por tanto imprescindible el tejido social como factor de resiliencia y punto de partida para su regeneración urbana.

Respecto al tema de la construcción de identidad para desarrollar una implicación vecinal necesaria para la participación y regeneración del barrio, se parte de una situación en la que la arquitectura y los espacios urbanos no mantienen una sintonía con las relaciones de la comunidad, el lugar tampoco cuenta con una huella cultural muy arraigada o una tradición en cuanto a la relación humana con el medio habitado, y se produce una falta de integración de la población joven e inmigrante con la población pionera envejecida. Esto, hace que el sentimiento

de identificación con el lugar a priori pueda ser bastante bajo en este tipo de barrios. Se quiere impulsar por tanto, a través del fortalecimiento de un tejido social reivindicativo, que los vecinos sientan el barrio como suyo y así, se impliquen en las transformaciones urbanas y pueda llevarse a cabo un proceso “bottom-up” real y efectivo. Este es por tanto un caso en el que el tejido social puede crear identidad.

Desde 2010, el colectivo Paisaje Transversal, lleva trabajando con los vecinos de Virgen de la Begoña para la regeneración del barrio. Para ello se puso como objetivo, la redacción de un Plan Integral de Estrategias de Regeneración PIER¹⁶³, un instrumento municipal para la regeneración urbana de barrios vulnerables, con carácter de plan director. En plan se redactó finalmente en 2016 y actualmente se está se está ejecutando el primer proyecto sobre el espacio público incluido en el. Para la redacción del plan, se tuvo que desarrollar una metodología de trabajo en base a un proceso de participación “bottom-up”, buscando a través de la motivación para la implicación vecinal, que las propuestas saliesen de los propios vecinos del barrio Virgen de la Begoña.

Según cuenta Paisaje Transversal en su blog¹⁶⁴, las vulnerabilidades presentes en el barrio, ya habían activado la movilización de los vecinos a través de su asociación, efectuando una serie de reclamaciones a la Junta de Distrito concernientes a problemas de movilidad, accesibilidad y contaminación acústica, que tienen que ver también con la falta de inversiones y abandono desde la administración. Esto, fue un factor clave en el que poder apoyarse para iniciar la dinamización del barrio y sus vecinos, con la puesta en marcha en el periodo 2010-2012 de “VdB, proyecto para la regeneración urbana participativa integral”. Este, es un proceso “bottom-up”, mediante el cual se pretende fortalecer el tejido social del barrio, con la realización intermitente de una serie de actividades vinculadas a tres canales de actuación (Difusión, Ciudadanía y Proyecto participativo), que fomenten la implicación vecinal para llevar a cabo el proceso participativo. Se ofrece por tanto con este proyecto, un marco de referencia para recabar propuestas sobre actuaciones coordinadas y coherentes que quedarán recogidas en un Plan de Barrio diseñado por los propios vecinos, y esto será fundamental para el posterior desarrollo del PIER.

¹⁶³ <https://drive.google.com/file/d/0B4AvUYUy-ZsZcG92MmdfR3NQSmS/view>

¹⁶⁴ <http://www.paisajetransversal.org/search/label/Virgen%20de%20Bego%C3%B1a>



Fig. 4: “Fiestación” en el barrio Virgen de la Begoña. Fuente: Paisaje Transversal

Por tanto, gracias a actividades tales como charlas, exposiciones, talleres, fiestas populares para fomentar una apropiación lúdica del espacio, mapeos colaborativos, instalaciones colaborativas como murales, acciones de reciclaje o huertos urbanos, reuniones con las direcciones generales, etc., se llevan a cabo unas propuestas concretas enmarcadas en unas líneas de actuación estratégicas para la regeneración del barrio. Algunas, en relación con la construcción de un sentimiento de identidad colectivo para el barrio, son: Actividades participativas apoyadas desde los colegios y el centro de mayores para la recopilación y publicación en periódicos o fanzines de barrio de fotos, imágenes y textos sobre el pasado y el presente del barrio, para su puesta en valor y despertar un interés cultural por el mismo; detectar actividades culturales más demandadas en el barrio y promocionar una agenda cultural para generar una oferta propia dirigida sobre todo a niños y jóvenes, así como la creación de un banco del tiempo; puesta en marcha de una actividad de carácter sociocultural o socioeconómico en el barrio a escala de distrito, que tenga que ver con la riqueza potencial del barrio, para su puesta en valor y darle visibilidad dentro de la ciudad; desplazamiento de cursos y actividades de centros culturales cercanos y bibliotecas del distrito al barrio de Begoña; crear una red de préstamo con los centros y bibliotecas del distrito para poder acceder a recursos culturales, humanos y técnicos, para la

puesta en marcha de actividades; promoción de actividades deportivas para niños y familias en espacios existentes, adecuándolos con mobiliario deportivo, el cual, si no está disponible, se construye entre los vecinos, siguiendo la máxima de si yo lo construyo, yo lo disfruto y yo lo cuido.

5 - EL BARRIO DEL CABANYAL, VALENCIA

El barrio del Cabanyal, ubicado en el frente marítimo de Valencia, parte de una situación diferente al de casos como el del barrio Virgen de la Begoña, esto es así, por la enorme herencia cultural con la que cuenta el Cabanyal, que le hace ser uno de los paisajes urbanos más reconocibles dentro de la ciudad. El carácter diferenciado del Cabanyal, viene desde su formación como un núcleo poblacional separado de la ciudad, del cual hay indicios desde el siglo XV. El Cabanyal siempre ha mantenido una relación de independencia mayor o menor hacia Valencia, llegando incluso a ser un municipio independiente en la segunda mitad del siglo XIX con el nombre de Poble Nou de la Mar. Con una arquitectura popular de influencia modernista y una trama urbana con una notable dependencia geográfica de su entorno, la playa, el mar, y el oficio del pescador, en el Cabanyal se ha desarrollado una forma propia y particular de vivir el espacio que ha contribuido a su diferenciación, a esto hay que añadirle el retrato que desde la cultura se ha hecho del Cabanyal, contribuyendo a que su identidad y su imagen forme parte del imaginario colectivo. Encontramos en el barrio así, un vínculo muy elaborado entre la historia, la cultura, la arquitectura, el entorno y su gente, que hace que las raíces de la identidad sean muy profundas.

La vinculación de Valencia con el mar, y por tanto, con el barrio del Cabanyal ha sido un tema de debate histórico en la ciudad, en cuanto a si la permeabilidad que ofrece el barrio es suficiente o si sería necesario abrir una nueva conexión directa al mar. En esta cuestión se encuentra el germen de la degradación inducida, la lucha y el proceso gentrificador que vive el barrio desde principios de los años 90 del siglo pasado. A pesar de declarar el Cabanyal como conjunto BIC en el año 1993, al cambiar el gobierno se recupera la idea de proyectar una avenida a través del barrio con el objetivo de derribar 1651 viviendas. Ante la rotura de los lazos vecinales que provocaría la partición del barrio en dos, y el irreparable daño cultural y social de un paisaje urbano con siglos de tradición, esto se encuentra con la oposición frontal de los vecinos y se inicia así un proceso de enfrentamiento con la administración que durará más de 20 años.



Fig. 5: Protesta contra los derribos en el Cabanyal, Valencia. Fuente: Eva Mañez

Se pone en marcha así, una paralización de la inversión pública, suspensión de licencias de obra, y retirada de servicios básicos que provoca una rotura del tejido socioeconómico preexistente, aumentando las desigualdades dentro del barrio y obligando a muchos vecinos a abandonar su barrio de toda la vida, vendiendo su casa por un precio a veces inferior al del valor de mercado. Esta degradación viene acompañada con la venida de nuevos pobladores de sectores estigmatizados de la sociedad y la aparición de actividades ilegales vinculadas a la droga, haciendo el barrio más inseguro, y así, que la gente cambie la forma de vivir la calle y proyectando una imagen conflictiva y estigmatizada del barrio hacia el exterior, que hace que se pueda legitimar el proyecto de abrir la avenida a la opinión pública, como una solución a los males que padece el barrio.

No obstante, a través del conflicto se crean nuevos lazos sociales, el fuerte sentimiento de arraigo presente en el Cabanyal, y una tradición activista ligada a su particular status dentro de la ciudad, permitió a los vecinos organizarse para luchar en un frente común, creando varias agrupaciones vecinales entre las cuales destaca la Plataforma Salvem el Cabanyal. Esta plataforma, trasciende a la asociación de vecinos en la medida que incluye otros agentes externos al barrio interesados en la regeneración del barrio, de hecho, su mayor acierto fue entender precisamente que para luchar contra la degradación inducida, debían visibilizar, sensibilizar y movilizar sobre el conflicto, y para ello llevar a cabo iniciativas participativas que

implicasen a toda la ciudadanía, no solo a los vecinos. Entre las que se pusieron en marcha, destaca “Cabanyal Portes Obertes”.



Fig. 6: Apropiación cultural del espacio en el Cabanyal, Valencia. Fuente: Valencia Plaza

Cabanyal Portes Obertes (en castellano, puertas abiertas), es un evento de carácter anual que consiste literalmente en abrir las puertas de las casas del barrio a los visitantes interesados. Esto supone el ejercicio de acercamiento más directo a la realidad social e íntima de la cotidianidad del barrio, utilizando la identidad del lugar, formada por su patrimonio tangible e intangible, para concienciar sobre la situación del barrio y reactivar su tejido social. Una característica fundamental de la iniciativa, es que es completamente “bottom-up”, realizada desde abajo, al margen de las instituciones, nacido desde lo local y en defensa de lo local, eso hace que cobre un mayor valor para los vecinos y participantes que sienten suyo el proceso. La base de este evento y proceso participativo es por tanto la apropiación del espacio público y privado haciendo un uso intenso del barrio; las calles, las plazas y las viviendas constituyen un reclamo propio, el continente de la obra es la obra en sí misma. Otras actividades de carácter lúdico-festivo ayudan a que se produzca esta apropiación colectiva del espacio y dar mayor visibilidad al resto de la ciudad, siempre con una función pedagógica, haciendo de la cultura y el arte un vehículo para la creación de experiencias urbanas y percepciones subjetivas que darán lugar a propuestas para seguir combatiendo la degradación inducida del barrio. Se hace participación a la vez que se hace barrio poniendo en valor la identidad del mismo.

En el año 2015, tras más de 20 años de lucha, vuelve a cambiar el gobierno y se cancela el proyecto de abrir la avenida. Se comienza así, un nuevo proceso con la puesta en marcha de diversos talleres y procesos participativos esta vez con el Ayuntamiento como actor promotor, que culminará con la redacción de una EDUSI, Estrategia de desarrollo urbano e integrado del barrio¹⁶⁵, para su rehabilitación y regeneración social y urbana. Actualmente, el ambiente en el barrio se encuentra enrarecido, porque aunque no se duda de la buena voluntad del nuevo Ayuntamiento y los técnicos, el fantasma de la gentrificación parece no abandonar del todo al barrio, existiendo el temor de que la rehabilitación y la inversión privada, eleve el nivel adquisitivo del barrio y nuevos pobladores y turistas acaben desplazando a los vecinos. A esto hay que añadirle, que al verse disuelto el frente común, la cohesión social queda diluida, la falta de entendimiento entre vecinos viene de un clima de tensión que ha viciado la vida del barrio. Actualmente conviven formas muy diferentes de entender la urbanidad dentro del barrio, que hace que los vecinos pioneros identifiquen muchas veces como agente degradador a los vecinos inmigrantes de etnia gitana, muchos de ellos, asentados en el barrio desde hace bastantes años y que parece que tampoco tengan demasiado interés por integrarse en el nuevo proceso participativo. Otro grupo que rechaza este proceso, es la gente del movimiento okupa y otros vecinos, que entienden que su propósito no es tanto el pedir mejoras al barrio sino luchar contra un modelo económico y político que marca una forma injusta de hacer ciudad. Es por tanto, una asignatura pendiente del nuevo tiempo para el barrio, encontrar un equilibrio de convivencia y reconstruir la cohesión social para afrontar los retos futuros del barrio de forma conjunta.



Fig. 7: El Cabanyal en la actualidad. Fuente: Diario ABC

¹⁶⁵ <http://vacabanyal.org/wp-content/uploads/2016/01/edusivalencia11enero.pdf>

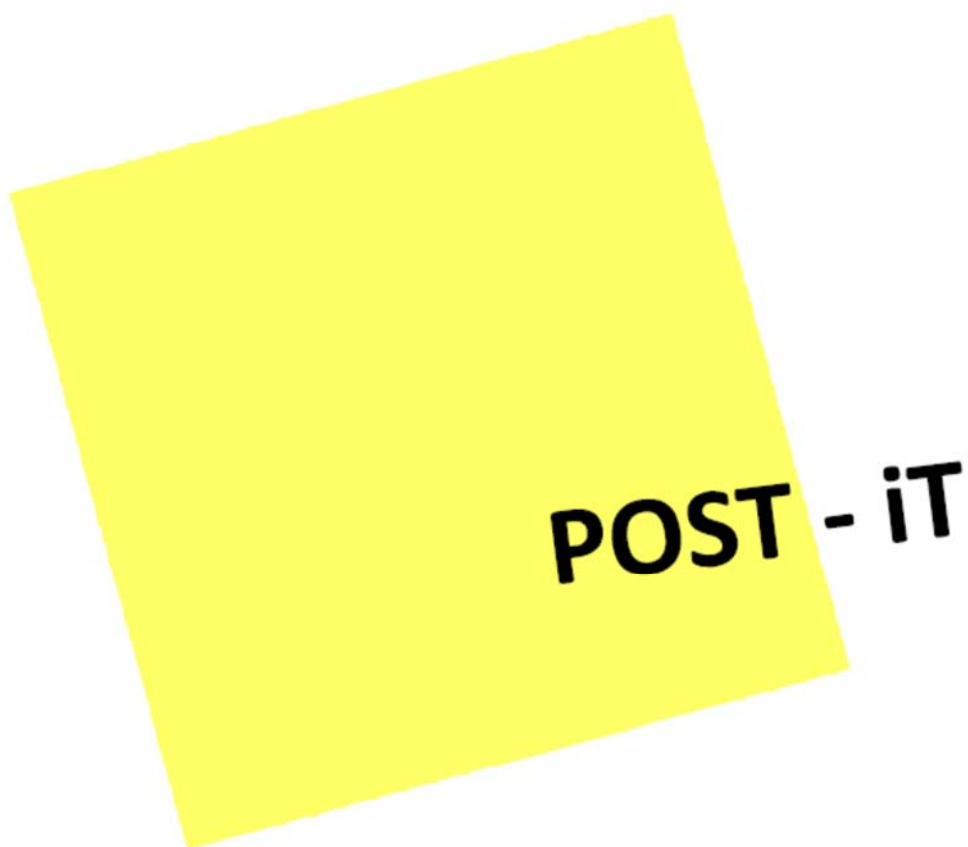
6 - CONCLUSIÓN: LA IMPORTANCIA DE LA IDENTIDAD EN LA CONSTRUCCIÓN DE LA CIUDAD

Tras el análisis de estos dos casos de barrios muy diferentes, se ve como el sentimiento de pertenencia que le da a sus habitantes la puesta en valor de la identidad de un lugar, beneficia la lucha contra los excesos del sistema, tome la forma que tome, y a su vez, la reacción social que suscitan esos abusos, también contribuye a la formación y fortalecimiento de una identidad colectiva propia. En la medida que el modelo urbanístico continúe promoviendo el expansionismo, el crecimiento como un fin en sí mismo y sea un instrumento en manos de los mercados, la identidad será un factor fundamental para la cohesión social de los habitantes de la ciudad y la visibilización de sus conflictos. El urbanismo táctico, tiene oportunidad de fortalecer los lazos entre habitantes y su entorno vivido, identificando aquellos elementos que hacen únicos al barrio y utilizando la cultura como vehículo para la apropiación lúdica del espacio construyendo tejido social. Se trata de reforzar lo diferente, lo local desde lo local, frente a la ciudad homogénea y globalizada, donde el entorno pueda entenderse en clave subjetiva y tenerse en cuenta así, las diferentes experiencias urbanas para la construcción de la ciudad desde la participación. El barrio como sujeto urbano con capacidad de ser percibido como un paisaje urbano diferenciado dentro de la ciudad, será el marco idóneo para que pueda florecer el sentimiento de identidad colectivo que pueda suponer un punto en común transversal que integre a todos los vecinos sin importar su condición, haciendo de la diversidad un factor indispensable para la evolución de la identidad. El objetivo pues, de un urbanismo que haga de la diferencia un valor, es conseguir una ciudadanía activa, implicada, unida y diversa que a través de la participación haga suya la ciudad y se pueda llevar a cabo una gestión sostenible de la misma, que responda únicamente a las necesidades y bienestar de sus habitantes.

7 - BIBLIOGRAFIA

- Bernardo Secchi, *La ciudad de los ricos y la ciudad de los pobres* (Madrid: Los libros de la Catarata, 2015)
- Colectivo Paisaje Transversal, *Plan integral de Estrategias de Regeneración del barrio: Virgen de la Begoña* (22 de Abril, 2015) <https://drive.google.com/file/d/0B4AvUYUy-ZsZcG92MmdfR3NQsMs/view>
- Daniel Soriano y Álvaro Ardura, *First we take Manhattan: La destrucción creativa de las ciudades* (Madrid: Los libros de la Catarata, 2016)
- David Estal, Ramón Marrades y Chema Segovia, *La ciudad construida: Del plan urbanístico al proceso ciudadano* (Barcelona: Fundació Nexè, 2014)
- Ester Gimenez, "La ciudad subjetiva en la Valencia contemporánea" (PhD diss., Universidad Politécnica de Barcelona, 2015)

- Fernando Gaja, *Futurópolis: Entre la tecnoutopía y la distopía, o viceversa* (España: Díaz & Pons, 2016).
- Galit Navarro, "Una aproximación al paisaje como patrimonio cultural, identidad y constructo mental de una sociedad", *Revista electrónica DU&P: Diseño urbano y paisaje* 1, 2004, 13, <http://www.ucentral.cl/du%26p/pdf/n1pdf/6.pdf>
- Javier Rivera, "Hacia una nueva identidad del paisaje" (PhD diss., Universidad Politécnica de Valencia, 2015)
- José Fariña, "Ciudad global versus ciudad local", *Papers 57: Discursos emergentes para un nuevo urbanismo*, 2014, 107, <http://www.raco.cat/index.php/PapersIERMB/article/view/276012/363944>
- José Juan Barba, "Ciudad genérica y ciudad queer", *El blog de José Fariña: Desmontando la ciudad genérica*, 30 de Marzo, 2012, <https://elblogdefarina.blogspot.com.es/2012/03/desmontando-la-ciudad-generica.html>
- Josep Maria Montaner y Zaida Muxí, *Arquitectura y política: Ensayos para mundos alternativos* (Barcelona: Gustavo Gili, 2011)
- Josep Vicent Boira, "La imagen de la ciudad en la planificación y la política urbana", *Iztapalapa, Revista de Ciencias Sociales y Humanidades*, 2008, 234-235, <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=39348722011>
- María Toro, "Un paseo por los no lugares de Marc Augé", *La ciudad viva blog*, 22 de abril, 2014, <http://www.laciudadviva.org/blogs/?p=22966>
- Patricio Arana, "Entrevista a Marc Augé: Reflexiones del teórico de los no lugares", *La Nación*, 22 Junio, 2005, <http://www.lanacion.com.ar/714868-marc-augé-hay-que-amar-la-tecnología-y-saber-controlarla>
- Serge Latouche, *Pequeño tratado del decrecimiento sereno* (Barcelona: Icaria editorial, 2009)



LA CIUDAD COMO LIENZO

Lucila Urda

La exposición de obras artísticas en el espacio público de las ciudades forma parte de su historia y formaliza una parte importante de su paisaje urbano.

Ese paisaje urbano ha evolucionado a causa de la transformación del espacio público y de su adaptación a nuevos usos desde el origen de las ciudades hasta la ciudad contemporánea del siglo XXI. Del mismo modo que el uso del espacio público ha evolucionado también se han desarrollado las distintas formas de expresión del arte público. En la primera década del siglo XXI el arte en la ciudad ha adquirido mayor potencia como elemento efímero y cambiante. El arte efímero como expresión de la sociedad contemporánea se ha visto reflejado en numerosos ejemplos de arte público temporal y de arte urbano.

El interés que despiertan tanto las obras como los autores se debe, por un lado, a su valor estético pero también a su situación en lugares que son accesibles para todos los ciudadanos dentro de las ciudades.

El experimento fenomenológico de “Obey” (el artista urbano Shepard Fairey)¹⁶⁶ tenía la intención de despertar la fascinación de los viandantes hacia su entorno. La inserción de sus obras de forma repetitiva en distintos contextos urbanos a finales de los años 90 provocó discusiones y opiniones sobre el origen y la intención de sus intervenciones. Sus pegatinas y carteles fueron evolucionando desde un simbolismo estético hacia temáticas políticas y de denuncia, destacando entre ellas su conocida representación del Subcomandante Marcos,¹⁶⁷ que se convirtió en la insignia de todo un movimiento internacional que cuestionaba las políticas opresoras contra los pueblos indígenas.

¹⁶⁶ Artista urbano norteamericano cuya obra ha trascendido sus propios objetivos. Su utilización de la filosofía social y su crítica del sistema han tenido consecuencias tanto en las campañas electorales estadounidenses como en los foros de opinión ciudadanos.

¹⁶⁷ Ideólogo del Ejército Zapatista de Liberación Nacional. Grupo armado que reivindicaba la democracia, tierra, pan y justicia para los indígenas mexicanos en 1994.

La trayectoria de "Obey" y la larga vida de sus obras representan en cierto modo la evolución de una nueva iconografía artística que utiliza el espacio urbano para manifestarse y comunicarse. Este tipo de expresión del arte en la ciudad busca nuevos modos de representación como crítica a la propaganda mercantilista que invade la estética de nuestras ciudades.

Desde el comienzo del siglo XXI el arte público temporal y el arte urbano han desencadenado procesos autónomos que comienzan a afectar al desarrollo de ciertas transformaciones urbanas con consecuencias a nivel local o global. Por este motivo las manifestaciones artísticas efímeras empiezan a considerarse como herramientas nuevas de expresión y visibilización con fines muy diversos.



Obra de Obey en Los Angeles. Sacado de internet. Autor no identificado

ARTE EFÍMERO COMO HERRAMIENTA DE REGENERACIÓN

DEL PAISAJE URBANO: EL CASO DE MADRID

Lucila Urda Peña

Resumen: En los comienzos del siglo XXI aparece en las ciudades una nueva expresión de arte que invade poco a poco su espacio público. En sus primeras manifestaciones las intervenciones surgen de la iniciativa de artistas profesionales o en formación que buscan en la ciudad la posibilidad de trabajar en gran formato y dar a conocer su obra.

Poco a poco el fenómeno se va extendiendo a numerosas ciudades en todo el mundo y se comienza a utilizar esta forma de comunicación con los ciudadanos para expresar ideas o imágenes.

Las instituciones municipales, a partir del conocimiento de este tipo de manifestaciones artísticas efímeras, comienzan también a aprovechar su potencial para transformar áreas estratégicas de barrios en regeneración. Además surgen los eventos urbanos alrededor del arte efímero que potencia ciertas iniciativas culturales urbanas.

En este momento, después de casi veinte años de manifestaciones de arte efímero cada vez más incorporadas a la vida urbana cabe cuestionarse si es realmente un acontecimiento aceptado por los ciudadanos y si está transformando el paisaje urbano de nuestras ciudades de forma adecuada.

Palabras clave: Arte Urbano; Paisaje Urbano; Regeneración Urbana.

ARTE EFÍMERO COMO HERRAMIENTA DE REGENERACIÓN

DEL PAISAJE URBANO: EL CASO DE MADRID

Lucila Urda Peña

Abstract: In the beginnings of 21st century it appears in the cities a new expression of art that invades little by little its public space. In his first manifestations the interventions arise from the initiative of professional artists who find in the city the possibility of working in large format and make their work known.

The phenomenon gradually is extended to numerous cities anywhere in the world and urban art is beginning to be use as a way of communication with the citizens to express ideas or images. The municipal institutions also begin to take advantage of the potential of ephemeral artistic manifestations to transform strategic areas of districts in regeneration. Certain urban cultural initiatives arise in addition to the ephemeral urban art expressions.

At this moment, after almost twenty years of manifestations of ephemeral art already incorporated to the urban life. The issue now is to know if this kind of events are accepted by the citizens and if it is transforming the urban landscape of our cities in a suitable form.

Palabras Clave: Urban Art; Urban Landscape; Urban Regeneration.

ARTE EFÍMERO COMO HERRAMIENTA DE REGENERACIÓN

DEL PAISAJE URBANO: EL CASO DE MADRID

Lucila Urda Peña

Desde las manifestaciones letristas (y situacionistas)¹⁶⁸ casi todas las experiencias exploratorias de ciudad han venido desde el mundo del arte. Artistas y colectivos artísticos han tratado de buscar la “experiencia urbana” de una forma directa y evidente a través de la exploración de su espacio público (a menudo camuflado, oculto o lateral) que utilizan como marco exploratorio. Esa práctica sensible, la “geografía poética” definida por Michael de Certeau¹⁶⁹ es una experiencia artística urbana.

Las ciudades poseen un marco perfecto para el desarrollo de experiencias colectivas y, por tanto, para la construcción de una memoria colectiva, como señalaba Christine Boyer¹⁷⁰, que alertó sobre una pérdida progresiva de memoria colectiva en nuestras ciudades contemporáneas. C. Boyer destaca que la memoria urbana colectiva se asienta en referencias físicas, en espacios comunes que se convierten en lugares simbólicos para los ciudadanos y define el espacio público como el lugar de la manifestación de la memoria colectiva que une el espacio físico con las personas para transmitir valores y tradiciones.

La recuperación del sentido del espacio público como símbolo de identidad comunitaria es posible desde una postura activa de los ciudadanos para una construcción colectiva de ciudad, donde sus habitantes adopten un rol principal.

El primer paso para recuperar el verdadero valor del espacio público es el fortalecimiento del vínculo entre los ciudadanos y sus ciudades. Esta relación puede establecerse desde la

¹⁶⁸ Sadler, Simon (1998) *The situationist city*. MIT Press. Cambridge

¹⁶⁹ De Certeau, Michel. (2000) *La invención de lo cotidiano. Artes de hacer*. Ed. Cultura libre. Mexico D.F. pg. 117

¹⁷⁰ Boyer, M.Christine (1996) *The City of Collective Memory, its Historical Imagery an Architectural Entertainments*. Ed. The MIT Press. Cambridge

exploración y la experiencia personal de ciudad, el imaginario desde el que partir para la elaboración de proyectos colectivos.

La participación ciudadana debe tener manifestaciones más constructivas que aquellas que nacen solamente desde reivindicaciones o protestas. Tal y como los situacionistas proponían en los años 60, la acción urbana puede estar vinculada a una aproximación espontánea hacia la ciudad a través de experiencias únicas y emotivas.¹⁷¹

El arte aporta una visión de la ciudad y su espacio público alejada de las rígidas consideraciones urbanísticas y arquitectónicas propias de un análisis urbano académico. Los artistas no sólo perciben

“la metáfora privilegiada de la experiencia en el mundo que es la ciudad”,

según Bartolomeo Pietromarchi,¹⁷² sino que además actúan, intervienen en ella para transformarla sutilmente con fines estéticos, reivindicativos o sociales.

La evolución de la práctica artística desde mediados del siglo XX hacia “un campo expandido”¹⁷³, lejos de museos y galerías de arte ha posibilitado la “conquista artística” del espacio urbano. Desde los pioneros artistas conceptuales que disocian la obra de arte del objeto artístico a los artistas relacionales del siglo XXI, la ciudad ha sido uno de los hilos conductores del discurso del arte contemporáneo.

El arte adopta formas nuevas para desempeñar su función pública¹⁷⁴ y adecuarse a las circunstancias físicas, sociales y económicas de nuestras ciudades.

La aparición del arte efímero como elemento de manifestación contemporánea de arte consolida un formato novedoso de comunicación urbana. La cualidad de lo breve y lo instantáneo transforma las obras artísticas efímeras en manifestaciones profundamente actuales. La asunción de lo fugaz en el lenguaje colectivo revela la oportunidad del arte efímero en las ciudades contemporáneas.

El arte público temporal y el arte urbano empiezan a tener un papel relevante tanto en el espacio físico de las ciudades como en la generación de proyectos colectivos o foros de opinión ciudadanos.

¹⁷¹ Careri, Francesco (2002) *Walkscapes*. Ed Gustavo Gili. Barcelona

¹⁷² Pietromarchi, Bartolomeo (2005) *The (un)common place. Art, public space and urban aesthetics in Europe*. Ed. Actar. Barcelona

¹⁷³ Krauss, Rosalind. *La escultura en el campo expandido*. Accedido en <http://visuales4.files.wordpress.com/2011/08/rosalind-krauss-la-escultura-en-el-campo-extendido.pdf>

Accedido Agosto 2014

¹⁷⁴ Muñoz, María Jesús. Arte y función pública (Diciembre 2011) Revista *Arquitectura*. Revista arbitrada de la Facultad de Arquitectura y Diseño de la Universidad del Zulia. Año 12, vol.2, no. 24, Julio - Diciembre 2011

Comienzan a surgir eventos alrededor del arte urbano que desencadenan efectos locales pero también tienen una importante repercusión a nivel nacional e internacional.

El movimiento del arte efímero se dirige hacia un público cada vez más amplio que se familiariza con las manifestaciones y la estética del arte urbano que ha pasado de ser considerado vandalismo a ser considerado arte.



Fig. 1: Obra de Banksy realizada en una fachada de una vivienda privada en Southampton en 2010 ¹⁷⁵

Por otro lado, un numeroso grupo de artistas ve en la ciudad la oportunidad de desarrollar vínculos con una audiencia potencial interesada en sus obras. El comienzo de un diálogo activo entre artistas y su público interesa no solamente a los interlocutores sino también a instituciones públicas que ven en el arte una herramienta que acerca la ciudad a los ciudadanos.

Las ciudades buscan consolidar su novedosa actividad cultural a través de festivales de arte urbano o de encuentros de carácter artístico y al mismo tiempo surgen acciones, proyectos e intervenciones espontáneas que tienen un modo diferente de colonización del espacio público. Ambos tipos de manifestaciones comienzan a tener cierta relevancia en el panorama urbano contemporáneo. La valoración de su trascendencia en los procesos de transformación urbana es el objeto principal de esta tesis.

¹⁷⁵ Imagen obtenida en <http://lamonomagazine.com/robert-del-naja-de-massive-attack-el-verdadero-banksy/> Accedido Abril 2017

Lo efímero, lo temporal, está cada vez más asumido como forma de afrontar los procesos personales, profesionales y vitales, en todos los ámbitos de la vida cotidiana, especialmente en la vida urbana.

Si volvemos a la definición de modernidad que nos daba Baudelaire¹⁷⁶ en “El pintor de la vida moderna”, en 1868, observamos que el concepto de “lo moderno” está estrechamente relacionado con el concepto de lo fugaz.

“Ha buscado por todas partes la belleza pasajera, fugaz, de la vida presente, el carácter de lo que el lector nos ha permitido llamar *la modernidad*”.

El valor de lo efímero como un hecho representativo de la sociedad del comienzo del siglo XXI (claro reflejo de la sociedad de consumo que ya denunciaba Débord¹⁷⁷) ya se percibía como una característica propia de la sociedad del momento a finales del siglo XIX.

Esta reflexión tiene además relación con la riqueza de lo urbano, donde C. Baudelaire¹⁷⁸ encuentra que esa modernidad tiene su expresión más pura. La levedad que se identifica con “lo urbano” tiene una imagen muy precisa en el “flâneur”, ese transeúnte sensible que vive estimulado con todo lo que acontece en la ciudad. Dice Baudelaire:

“Para el perfecto flâneur, para el observador apasionado, constituye un gozo inmenso elegir morada en el número, en lo ondulante, en el movimiento, en lo fugitivo y lo infinito”.

Lo urbano está ligado ineludiblemente con la condición de lo cambiante, el espacio urbano es el reflejo de la sociedad contemporánea y es en la ciudad donde las instituciones quieren transmitir su capacidad de control a través de transformaciones tanto en su espacio público como en sus estructuras organizativas.

Tal y como apunta Luis Moya en su artículo “La velocidad y la lentitud en la construcción de las ciudades”¹⁷⁹:

¹⁷⁶ Baudelaire, Charles (2000): *El pintor de la vida moderna*. Ed Colegio Oficial de Aparejadores y Arquitectos Técnicos. Murcia. Primera edición 1868.

¹⁷⁷ Débord, Guy (2009): *La sociedad del espectáculo*. S.L.U DOBLE J. Madrid

¹⁷⁸ Baudelaire, Charles (2000): *El pintor de la vida moderna*. Ed Colegio Oficial de Aparejadores y Arquitectos Técnicos. Murcia

¹⁷⁹ Moya, Luis: La velocidad y la lentitud en la construcción de ciudades FARINI, Elena. *Time and cities*. Ed. Universidad Francisco de Vitoria. Madrid pg. 89-92

“La velocidad de movimiento en la ciudad guarda relación con la velocidad para ser construida”.

El ajuste de la construcción de grandes sectores de ciudad a los tiempos de mandato político se ha traducido en espacios residenciales simplificados, con una distribución de usos sectorizada y, por tanto, como fragmentos de ciudad “no urbanos”. Ante esta situación aparece espontáneamente otro tipo de ciudad que se construye a través de acciones efímeras que tratan de encontrar “la urbanidad” desde la construcción de estructuras sociales sólidas.

Esa preocupación social se canaliza desde la definición de espacios de convivencia a través de eventos o proyectos, que con presupuestos mínimos logran generar vínculos entre ciudadanos. Son formas de intervención no planificadas desde las instituciones, que surgen desde las iniciativas ciudadanas apoyadas por diversos agentes independientes. Este tipo de intervención urbana apoyada en acciones puntuales es una práctica que comienza a arraigarse en numerosas ciudades.

La presencia de agentes urbanos independientes de los organismos institucionales en los procesos urbanos es cada vez mayor en las ciudades más azotadas por la crisis económica.

Como comenta Patricia Van Ulzen¹⁸⁰ en su libro “Imagine a Metropolis”:

“Es importante darse cuenta que la política cultural municipal es sólo una de las fuerzas en el trabajo del clima urbano. Las iniciativas individuales son, como mínimo, igual de importantes. En general, los planes de los políticos municipales nacen a partir de una reacción frente a desarrollos puestos en marcha por individuos”.

El trabajo de agentes independientes o de ciudadanos con iniciativa en la ciudad es, en general, un trabajo “desde abajo” donde el contacto con las necesidades y problemáticas ciudadanas es mucho más directo que desde las instituciones municipales. Disponen de menos recursos y no tienen capacidad decisoria para producir transformaciones estables pero responden a demandas reales.

La falta de iniciativas municipales ligada a la escasez de recursos en el periodo político vigente deja un margen importante a las propuestas ciudadanas que no tenían cabida en los años de “los grandes proyectos urbanos”.

¹⁸⁰ Van Ulzen, Patricia (2007) *Imagine a metropolis: Rotterdam's creative class 1970-2000*. Ed 010 Publishers. Rotterdam pg. 38

Así, siguiendo la estela de otras ciudades europeas, en la ciudad de Madrid han aparecido numerosas propuestas, de carácter temporal, que han sido aceptadas por las instituciones como pequeños proyectos de índole cultural o social. De esta forma fueron apareciendo los nuevos espacios culturales espontáneos de Madrid que, desarrollados en el distrito Centro, han tenido trascendencia a nivel local, nacional o incluso internacional.

Paralelamente a estos lugares, que funcionan como polarizadores de “ciudadanos activos” (la mayoría miembros de la llamada “clase creativa”¹⁸¹), surgen numerosas propuestas que ofrecen espacios de reflexión y encuentro temporales.¹⁸²

La falta de propuestas colaborativas con iniciativas institucionales en la ciudad de Madrid durante las legislaturas conservadoras ha favorecido la proliferación de colectivos compuestos en su mayoría por arquitectos. La viabilidad de los proyectos con este tipo de planteamientos es una consecuencia directa de la inexistencia de procesos participativos profundos en la ciudad en la primera década del siglo XXI.

Tres factores fundamentales posibilitan la presencia de proyectos con raíces en lo social pero con una visibilización estética temporal: la falta de presupuesto institucional para otro tipo de proyectos, la abundancia de ideas y la integración de una estética de lo temporal como imagen corporativa de los nuevos colectivos.

En ciertos ámbitos culturales se ha comenzado a percibir una imagen de la ciudad de Madrid como el espacio de posibilidades para las propuestas ciudadanas, muy lejos de la imagen de marca que ha insistido en vender el Ayuntamiento de Madrid durante el periodo conservador sin ningún éxito.¹⁸³

La labor de la incipiente clase creativa madrileña comienza a crear una imagen de la ciudad de Madrid diferente de la del Madrid de los años 90 o del Madrid-espectáculo de la primera década del siglo XXI.

¹⁸¹ Florida, Richard (2010) *La clase creativa: la transformación de la cultura, del trabajo y del ocio en el siglo XXI*. Ed. Paidós ibérica.

¹⁸² León, Pablo. Artículo Tu ciudad te necesita *El País* (enero 2014) http://ccaa.elpais.com/ccaa/2014/01/30/madrid/1391116626_919146.html
Accedido Septiembre 2014

¹⁸³ La ciudad de Madrid se ha postulado como candidata para albergar los Juegos Olímpicos en tres ocasiones, en ninguna de ellas resultó elegida pese a todos los esfuerzos del Ayuntamiento por conseguirlo.



Fig. 2: El Campo de la Cebada fue finalista de los Premios Europeos de Espacio Público 2012 ¹⁸⁴

Es posible la generación de una imagen de ciudad distinta a la que pretenden proyectar los organismos institucionales a través de acciones intermitentes, variadas y muy publicitadas por sus autores.

Si nos referimos a otras experiencias previas de transformación urbana iniciada desde colectivos independientes resulta ejemplar el caso de la ciudad de Róterdam ilustrado por Patricia Van Ulzen.¹⁸⁵ En su libro "Imagine a Metropolis" Patricia Van Ulzen¹⁸⁶ cuenta como cambió el ambiente cultural y urbano de la ciudad de Róterdam entre los años 1970 y 2000. Ese cambio fue impulsado por la visión metropolitana de un grupo de artistas y gestores culturales que formaban parte de lo que llamamos ahora "la clase creativa". La capacidad reactiva e impulsora de este grupo de creadores tuvo como reflejo, al cabo de los años, en una transformación de su imagen urbana. Esa percepción intangible de ciudad que existe en el imaginario colectivo se resume en la frase de Robert Ezra Park que escoge Patricia Van Ulzen: ¹⁸⁷

"La ciudad es, sobre todo, un estado de alma" (Robert, Ezra Park, 1925).

La cita de Van Ulzen a Robert Ezra Park muestra claramente el espíritu que una ciudad destila, que, en ocasiones, no está controlado por los objetivos fijados por las instituciones. Ese "estado

¹⁸⁴ Imagen obtenida en <http://elcampodecebada.org/el-campo-de-cebada-finalista-en-el-premio-europeo-de-espacio-publico-urbano/> Accedido Septiembre 2014

¹⁸⁵ Van Ulzen, Patricia (2007) *Imagine a metropolis: Rotterdam's creative class 1970-2000*. Ed 010 Publishers. Rotterdam pg. 38

¹⁸⁶ Ibid.

¹⁸⁷ Van Ulzen, Patricia (2007) *Imagine a metropolis: Rotterdam's creative class 1970-2000*. Ed 010 Publishers. Rotterdam, pg. 33

del alma" se genera a través de un clima de reflexión, propositivo y reivindicativo, que se produce por simpatía entre los agentes y los "ciudadanos activos". La ciudad de Madrid condensa, desde principios del siglo XXI una serie de iniciativas culturales espontáneas que contribuyen a la transformación de su imagen urbana.

Los proyectos ciudadanos son tan numerosos que han surgido iniciativas que elaboran un inventariado de todas aquellas propuestas más relevantes en la ciudad, mapeando aquellos lugares que tienen un peso importante como polarizadores de experiencias urbanas. El trabajo que desarrolla el colectivo "VIC"¹⁸⁸ (Vivero de iniciativas ciudadanas) consiste, entre otros asuntos, en la documentación y visibilización de iniciativas ciudadanas.

Las propuestas, clasificadas en un amplio número de categorías tienen distinta naturaleza y objetivos pero tienen en común su trabajo acerca de temas sociales y urbanos. En una relación innumerable de colectivos agrupados en más de sesenta categorías se difunden acciones de microurbanismo, empoderamiento y participación, creación de jardines, huertos urbanos, solares vacíos, espacios vacíos, muros, ocupación de calles y cubiertas, paseos y paisajes urbanos, playgrounds, mobiliario y acciones creativas, cohousing, movilidad, etc.

Muchas de estas propuestas parecen estar basadas en la recuperación de la memoria colectiva y en el concepto de identidad a través de eventos temporales. La importancia de lo efímero parece fundamentar esa idea de la adquisición de la memoria a través de la experiencia. Según Francisco Rodríguez Valls:

"La idea borgiana de la eternidad de lo efímero es el intento de hallar lo común de las experiencias humanas"¹⁸⁹.

Y, según dice Borges, lo eterno nace de las experiencias comunes volviendo a la idea de la memoria colectiva. La búsqueda de esa eternidad a través de acciones conjuntas es un escenario ideal para la vida urbana. Esa búsqueda subyace en muchos de los ejemplos anteriores donde se ha desvelado la cualidad de lo efímero como un elemento constructor de lo común y un motor dinamizador de la ciudad.

Lo efímero siempre que esté fundado en la experiencia adquirirá la cualidad de eterno.

¹⁸⁸ <http://viveroiniciativasciudadanas.net/wiki/iniciativas-ciudadanas/> Accedido Septiembre 2014

¹⁸⁹ Rodríguez Valls, Francisco. La efímera eternidad de lo efímero. *Thémata Revista de filosofía* 2002. Nº 28.

Es posible, al fin al cabo, que, a través de las pequeñas experiencias urbanas, una ciudad genere un “estado del alma” abierto y propositivo.

A lo largo de los primeros años del siglo XXI un conjunto de artistas residentes en Madrid en pleno proceso de evolución creativa comenzó a explorar lugares concretos de la ciudad a través de sus obras.

Su modo de trabajar se apoyaba en el establecimiento de una relación entre el artista y su contexto urbano en la que el artista busca en el espacio público no solamente un soporte, sino también una inspiración. El espacio público empezó a percibirse como un campo de trabajo complejo donde las obras artísticas tienen un sentido específico como herramienta de análisis y comprensión de la ciudad.

Este tipo de intervenciones comenzaron como un ensayo personal y estético que poco a poco evolucionó hacia un modo de hacer novedoso que cambia la manera de ver la ciudad tanto para los artistas como para los ciudadanos. Es un modo de intervenir diferente de las expresiones habituales del graffiti madrileño desarrollado en los años 80 y 90 que se relacionaba con el vandalismo callejero.¹⁹⁰

A partir del año 2000 en Madrid empezó a forjarse una “nueva corriente” de arte urbano que da protagonismo a su marco físico (su lienzo) y cuyas obras, debido a su sutileza, discreción y elegancia pasaban prácticamente desapercibidas.

Poco a poco gran parte del centro de la ciudad de Madrid comenzó a verse invadida por acciones artísticas abstractas o figurativas que parecían querer comunicar algo a través de un código secreto y misterioso.

Eran intervenciones tan peculiares que despertaban la curiosidad de vecinos y paseantes. Así comenzó un juego entre espectadores y autores en el que las intervenciones añadían un estímulo más a los paseos por los rincones de los barrios intervenidos.

¹⁹⁰ El graffiti habitualmente se relaciona con la definición de graffiti que utiliza Javier Abarca en su tesis: “Marcas gráficas y/o textuales ejecutadas de manera sistemática e ilegalmente sobre superficies públicas, que utilizan un código concreto y se dirigen, por tanto, a una audiencia concreta, de forma que sirven como sistema de comunicación interno de una escena subcultural cerrada”
Abarca, Javier. *El postgraffiti, su escenario y sus raíces: graffiti, punk, skate y contrapublicidad*. Dirigida por Agustín Martín Francés. Universidad Complutense. Facultad de bellas Artes, 2010. pg. 239



Fig. 3: Obra de Nuria Mora y "Eltono" en el año 2000 ¹⁹¹

Este tipo de intervenciones pueden incluirse en el tipo de acción en la ciudad que se denomina "arte urbano". El arte urbano que se analiza en esta tesis es aquel que surge del diálogo entre el artista y la ciudad, con planteamientos y objetivos diferentes.

Pese a que existen taxonomías diversas para clasificar los nuevos tipos de graffiti surgidos a finales de los años 90 y principios de los años 2000, en esta tesis y en el caso concreto de Madrid se establecen unas categorías propias según las motivaciones y expresiones de las obras.

¹⁹¹ Imagen cedida por Nuria Mora



Fig. 4: Obra de Nuria Mora y "Eltono" en el año 2000 ¹⁹²

Para hablar de arte urbano madrileño de principios del siglo XXI es imprescindible conocer el trabajo de "Eltono", ¹⁹³ artista francés que vivió en Madrid en aquella época y que tanto en solitario como junto a la artista madrileña Nuria Mora, introdujo una nueva manera de intervenir en la ciudad a través del simbolismo icónico. ¹⁹⁴

El trabajo de "Eltono" y Nuria Mora surge simultáneamente al de los primeros artistas urbanos europeos más reconocidos como "Banksy" ¹⁹⁵ en Londres o "Blek le Rat" ¹⁹⁶ en París. Con una forma de representación abstracta diferente a la de los artistas europeos, comparten con ellos una sensibilidad a la hora de escoger el lugar y el soporte preciso para sus obras. Esa decisión es uno de los aspectos fundamentales que diferencia el estilo de estos dos artistas de las imágenes previas del graffiti madrileño. Además de su estilo propio sencillo, armónico y equilibrado, la elección del lugar concreto de actuación, cuidadosamente escogido, es un factor esencial.

¹⁹² Imagen cedida por Nuria Mora

¹⁹³ [http://www."Eltono".com/es/](http://www.). Accedido Septiembre 2014.

¹⁹⁴ ABARCA, Javier. *El postgraffiti, su escenario y sus raíces: graffiti, punk, skate y contrapublicidad*. Dirigida por Agustín Martín Francés. Universidad Complutense. Facultad de bellas Artes, 2010.

¹⁹⁵ Artista urbano inglés. <http://banksy.co.uk/out.asp>. Accedido Octubre 2014.

¹⁹⁶ Artista urbano francés. <http://bleklerat.free.fr/> Accedido Septiembre 2014.

Este tipo de acciones se encuadran en la categoría de “postgraffiti icónico” tal y como los define Javier Abarca en su tesis.¹⁹⁷

“El postgraffiti es un juego distinto al graffiti: en él, el viandante está invitado a participar. Los artistas del postgraffiti también juegan a “dejarse ver” propagando muestras de su trabajo por la ciudad, pero de una forma que todos podemos entender. El postgraffiti es casi siempre gráfico y rara vez textual: lo que se repite no es un nombre ilegible sino un motivo o estilo gráfico reconocible, con el que cualquier viandante se puede identificar”.

Su modo de actuar es muy parecido al de la publicidad, que trata de llegar al espectador a partir de la repetición de un mismo mensaje en numerosos lugares de la ciudad, el objetivo es llegar al público a base de insistir sobre una idea o un producto a través de sistemas de reproducción de elementos similares o iguales en apariencia.

Pero la diferencia entre este tipo de arte y la publicidad es fundamental para entender el objetivo de este tipo de postgraffiti; si la publicidad busca para ubicar su cartelería los lugares más visibles y transitados, este tipo de arte urbano lo que persigue no es ser visto por un importante número de personas. El objetivo principal del postgraffiti es la regeneración del paisaje urbano y para ello, muy al contrario que la publicidad, es frecuente que la ubicación de sus intervenciones se produzca en espacios abandonados o degradados.¹⁹⁸

Con el nacimiento del arte urbano comienza una nueva manera de enfrentarse al contexto urbano enormemente novedosa, ya que surge a través del análisis del soporte físico de la escena urbana de un modo sensible y cuidadoso sobre el que intervenir después.

Ese postgraffiti tiene expresión al mismo tiempo en otras ciudades europeas con una estética cuidada y expresada con formas de representación muy variadas que se acercan más a la obra de arte que a la “escritura” del graffiti de los años 80.

La trascendencia de este tipo de intervenciones se explica por diferentes motivos:

- La transformación en la ciudad es evidente. Tanto por la alteración de su espacio físico como por la significación de ciertos lugares a través de sus obras.

¹⁹⁷ Abarca, Javier. *El postgraffiti, su escenario y sus raíces: graffiti, punk, skate y contrapublicidad*. Dirigida por Agustín Martín Francés. Universidad Complutense. Facultad de bellas Artes, 2010.

¹⁹⁸ Hay trabajos muy interesantes en los que se proponen obras efímeras generadas a base de reflejos y sombras jugando con la luz de las farolas de la calle. El efecto es mágico y sorprendente. El dibujo consiste en unas sencillas líneas geométricas.
<http://www.nuriamora.com/nuria/public-space/light3/> Accedido Agosto 2014

- Se altera de algún modo el uso del espacio público, algunos vecinos buscan las intervenciones, se anotan mentalmente sus ubicaciones e indagan sobre los cambios o permanencias en las mismas.¹⁹⁹
- Los autores son profesionales y producen obras de calidad.
- Se generan grupos de interés a raíz de las primeras acciones. Muchas personas que no viven en el barrio acuden a conocerlas con detalle y personajes que luego llegarían a ser expertos en arte urbano comienzan a acercarse desde la mera observación y documentación de las obras. En ocasiones ese interés que nace como una curiosidad termina por desarrollar un serio trabajo documental.²⁰⁰
- Unos barrios destacan frente a otros por poseer una mayor densidad de intervenciones. Esto es debido, entre otros factores, a que las obras de artistas destacados atraen a los artistas más noveles y se acumulan unas junto a otras.

Los barrios escogidos para las intervenciones artísticas ya han empezado a cambiar y, en algunos casos, a asimilar las consecuencias de ser el objeto de actuación de ciertos artistas urbanos. El caso del edificio del barrio del Bronx de Nueva York intervenido por “Banksy” es un ejemplo de la influencia que puede llegar a tener un artista urbano en los procesos de regeneración de barrios.²⁰¹ El edificio intervenido tuvo tal número de visitantes que su dueño se planteó la remodelación del inmueble para incorporar apartamentos de lujo. Pese a que el propietario niega que la obra “Banksy” sea la causa de su decisión, los vecinos sí relacionan la intervención del autor inglés con lo que llaman el comienzo de un proceso de “gentrificación” en el barrio.

Es un caso que parece confirmar la hipótesis del arte efímero como motor de procesos de transformación urbana.

En el caso concreto de la ciudad de Madrid los barrios de Lavapiés y Malasaña (Embajadores y Universidad según su denominación oficial) fueron los primeros en conocer este nuevo tipo de intervenciones de un modo intenso y los dos, con distinta intensidad, son barrios en proceso de transformación.

Muchas veces el comienzo de la intervención artística en ciertos barrios se produce casi por azar. En los inicios del arte urbano, el lugar de residencia y trabajo de los artistas fue una variable fundamental para entender el porqué de la ubicación de muchas de estas intervenciones. Al

¹⁹⁹ Es curioso observar la facilidad con que se integra la obra en sus lugares de ubicación, las acciones permanecen en locales que cambian de uso y de dueño, o se respetan en el proceso de rehabilitación de las fachadas del inmueble. La obra, lejos de verse como una agresión se asume como una mejora. (ver entrevista a Nuria Mora en anexos)

²⁰⁰ Guillermo de la Madrid, experto en arte urbano contemporáneo comienza documentando las obras de Nuria Mora y “Eltono” en un álbum. Más tarde inaugura su blog “Escrito en la pared” completísimo documento sobre las novedades de arte urbano en Madrid. El único que relaciona cada acción con el lugar donde se produce.

²⁰¹ Slattery, Denis. Artículo Bronx building tagged by “Banksy” to be converted into apartments. *New York Daily News* (noviembre 2014) <http://www.nydailynews.com/new-york/bronx/bronx-building-tagged-banksy-rental-units-article-1.2010475> Accedido Diciembre 2014

principio los artistas trabajaban en aquellos lugares donde les resultaba más cómodo, junto a sus lugares de residencia y trabajo, después se van consolidando ciertas áreas como zonas de prestigio, lugares de atracción para artistas debido a la existencia previa de obras de artistas consolidados.²⁰²

Pero cada vez se disocia más la residencia de los artistas de los lugares donde intervienen, algunos lugares se convierten en espacios de referencia para los autores que acuden desde distintas ciudades del mundo para desarrollar sus trabajos.

Este tipo de artista cosmopolita y con formación académica es el perfil de artista urbano que comenzó a definirse en la primera década del siglo XXI, un personaje muy distinto a los adolescentes graffiteros de los años 80, que decide actuar en las calles como complemento a su trabajo profesional.²⁰³

El arte urbano había evolucionado, como también sus autores que son, en su mayoría, estudiantes universitarios de Bellas Artes o profesionales del mundo del arte.

En ese periodo surgen nuevos artistas y pequeños grupos organizados interesados en intervenir en la calle, se comienza a utilizar el soporte físico urbano como un espacio al que revalorizar a través de sus obras ("El equipo plástico"²⁰⁴, "Noviciado 9"²⁰⁵).

Es un momento en el que un modo de acercamiento distinto hacia el espacio urbano por parte de los artistas sucede de forma simultánea en ciudades europeas como Londres, París, Barcelona o Roma, entre otras muchas. Artistas de la talla de "Blu"²⁰⁶, "Blek le Rat", y después "Banksy" comienzan a intervenir y las obras de calidad empiezan a aparecer revolucionando lugares y ciertos barrios. En el centro de Madrid, el empleo de intervenciones artísticas efímeras para poner en valor espacios olvidados, deteriorados o anodinos comienza a ser una práctica cada vez más habitual.

Este movimiento genera una serie de grupos de interés en distintos ámbitos sociales y culturales madrileños. Las intervenciones se empiezan a seguir y a documentar y se abre la discusión sobre la capacidad de transformación urbana de las acciones de arte efímero.²⁰⁷

²⁰² El artista "Dosjotas" confirma la existencia de "entornos de prestigio" donde los artistas actúan para ser reconocidos y tener más público. El distrito centro de Madrid es uno de ellos.

²⁰³ Javier Abarca imparte "talleres de arte urbano" que tienen su expresión final en las calles y sobre el terreno real de la ciudad, algunos de los ejemplos que nos encontramos en Madrid son fruto del trabajo en talleres. Imparte además desde 2006 una asignatura llamada "Nuevos medios en las artes plásticas" en la Universidad Complutense de Bellas Artes de Madrid, Aranjuez. Los proyectos de los alumnos tienen su expresión en la calle. (Ver fichas E3-2009, AG-2009, D5-2009, entre otras) <http://microtalleres.blogspot.com.es/2012/04/microtaller-de-arte-urbano-por-javier.html> Accedido Agosto 2014.

²⁰⁴ www.elequipoplastico.com Accedido Julio 2014.

²⁰⁵ Artista urbano francés. <http://bleklerat.free.fr/> Accedido Septiembre 2014.

²⁰⁶ Artista urbano italiano. <http://www.BluBlu.org/sito/drawings/001/001.html>. Accedido Diciembre 2014.

²⁰⁷ Lo que comienza siendo un interés personal se transforma en una iniciativa profesional como ocurre con "Madrid Street Art Project", propuesta liderada por Guillermo de la Madrid, bloguero de "Escrito en la Pared". Tal y como ellos se describen: "Madrid Street Art Project es una asociación que pretende apoyar, poner en valor y propiciar el arte urbano a través de la organización de distintas actividades, como los safaris urbanos o los talleres con artistas; la mediación para la intervención artística en espacios públicos y otras iniciativas de interés, partiendo de la escena de Madrid

Desde el inicio de esas experiencias comienza a consolidarse una “escuela de arte urbano” que se afianza a través de su alumnado. Aparece una discusión académica sobre este tipo de arte y la asunción del personaje “artista urbano” empieza a ser una realidad.²⁰⁸



Fig. 5: Obra de “Dosjotas” ejecutada durante el curso de la asignatura “Nuevos medios en las artes plásticas” dirigido por Javier Abarca en 2009 ²⁰⁹

Poco a poco, el número de artistas urbanos ha ido aumentando en la ciudad de Madrid y numerosos autores van decidiendo que el contexto urbano es el marco perfecto para expresar sus reflexiones y experiencias estéticas.

El trabajo desde la universidad resulta clave para mantener el interés tanto desde la perspectiva de los autores como desde la de los espectadores pero además, paralelamente al trabajo en la universidad, surgen otras propuestas de investigación colectiva con formatos distintos.

y con el objetivo de contribuir a la reflexión, animar a los ciudadanos a disfrutar del arte urbano y respaldar a sus creadores.” En <http://madridstreetartproject.com/> Accedido Noviembre 2014.

²⁰⁸ “Dosjotas” imparte un taller en la Universidad Europea de Madrid en abril de 2014. Algunos alumnos expresan su deseo de llegar a ser “artistas urbanos” <http://universidadeuropea.es/search?utf8=%E2%9C%93&q=dos+jotas> Accedido Julio 2014.

²⁰⁹ Fotografía de Guillermo de la Madrid.

Colectivos privados y asociaciones o empresas con soporte público comienzan a organizar proyectos didácticos en los que las propuestas artísticas en la ciudad son su objeto central de reflexión. Se desarrollan talleres organizados por galerías de arte o por artistas urbanos de manera individual de forma que el número de intervenciones se multiplica y nace un intercambio de experiencias entre artistas y grupos de interés.

Aparecen además festivales oficiales o clandestinos que tienen como objetivo concentrar esfuerzos en proyectos conjuntos. Los festivales de arte urbano han proliferado en multitud de ciudades en las que sus instituciones o asociaciones quieren dar una respuesta a un interés general sobre este fenómeno. Algunas asociaciones buscan la mejora de sus barrios a través del arte aunque el formato más común es el de los festivales promovidos por organizaciones municipales.

A raíz de los encuentros, talleres y festivales de arte efímero se genera una difusión que no sucede solamente en el entorno artístico. En el caso de Madrid, en pleno boom digital surgen plataformas en internet que se hacen eco de lo que está sucediendo. "Escrito en la pared"²¹⁰, "Urbanario"²¹¹, "Urban art Core"²¹², "Arte-en-la-calle"²¹³, "Vandal voyeur"²¹⁴, "Madrid Street Art"²¹⁵ son blogs que muestran el arte urbano madrileño con un importante número de seguidores.

Un movimiento artístico que había nacido de forma espontánea comienza a organizarse y a difundirse en todas las redes sociales. Este es uno de los motivos por el que el interés en el arte urbano madrileño se multiplica de forma exponencial. A través de las redes se está al día de lo que sucede, se exhiben, sobre todo, obras concretas aunque en la mayoría de los casos no se indica el lugar donde se han producido.

La divulgación a través de Internet es un punto de inflexión en el conocimiento acerca de dónde y cuándo se producen obras y sobre quienes las producen. La información comienza a llegar a grupos cada vez más amplios y la comunicación acerca de artistas, obras y estilos comienza a ser de dominio público.

Esa difusión comienza a tener una respuesta entre los vecinos e interesados que tienen algo que decir al respecto de las acciones artísticas urbanas que les afectan directa o indirectamente. El

²¹⁰ <http://www.escritoenlapared.com/> Accedido Agosto 2014.

²¹¹ <http://urbanario.es/> Accedido Agosto 2014.

²¹² <http://www.urbanartcore.eu/topic/street-artworks/> Accedido Agosto 2014.

²¹³ <http://www.arte-en-la-calle.com/> Accedido Agosto 2014.

²¹⁴ <http://vandalvoyeur.wordpress.com/> Accedido Agosto 2014.

²¹⁵ <http://www.madridstreetart.com/> Accedido Agosto 2014.

pretendido diálogo con la ciudad que caracteriza a este primer grupo de artistas urbanos comienza a dar sus frutos porque la ciudad y los ciudadanos comienzan a responder.

El experimento artístico en la ciudad atrae también a periodistas, políticos, historiadores del arte, urbanistas o literatos.²¹⁶ La repercusión sobre un incipiente movimiento artístico llega hasta las instituciones y grupos políticos del gobierno municipal y el movimiento espontáneo de artistas comienza a acompañarse de iniciativas con apoyo institucional que comienzan a descubrir la potencialidad del uso del espacio público como soporte de propuestas artísticas.

Si repasamos el panorama político e institucional de la época en la que situamos el origen del “arte urbano sensible” en Madrid conviene destacar que en ese momento la ciudad, de tradición conservadora, sufre una serie de cambios políticos que propician nuevas propuestas de intervención urbana más experimentales e innovadoras.

La alcaldía de Madrid, ocupada durante 12 años por José María Álvarez del Manzano²¹⁷ se caracterizó por su talante conservador y sus propuestas culturales de bajo nivel completamente alejadas de la vanguardia artística madrileña. Ante este panorama poco propicio para la innovación cultural cualquier acción artística novedosa en la ciudad se organizaba de modo extraoficial o clandestino en circuitos paralelos.

Con el cambio de Alcalde de Madrid el poder pasa de Álvarez del Manzano a Alberto Ruiz Gallardón²¹⁸ que, acompañado por un grupo de asesores culturales bien informados,²¹⁹ decide cambiar completamente de estrategia y se comienza a gestar el plan cultural más ambicioso de todos los tiempos en la ciudad de Madrid.

Su política cultural ataca varios frentes: ampliaciones de museos, nuevos edificios culturales o exposiciones internacionales de arte. Además se convocan concursos internacionales de arte efímero y se llevan a cabo acciones festivas en el espacio público entre muchas otras propuestas.

Surgen organizaciones como “Madrid Abierto” o “La Noche en Blanco” donde, por primera vez, se plantean acciones artísticas de importante envergadura en la ciudad y se propicia que el diálogo entre creadores, público y su entorno urbano genere propuestas vanguardistas.

²¹⁶ El País encarga en 2012 a un grupo de artistas urbanos que personalicen su pabellón en la exposición ARCO en el Pabellón de Ifema. SOCÍAS, Jordi. Conoce a los jóvenes artistas del stand de El País. (Febrero 2012) Artículo de *El País* http://cultura.elpais.com/cultura/2012/02/10/album/1328889084_224967.html#1328889084_224967_1328890627 Accedido en Agosto 2014.

²¹⁷ José María Álvarez del Manzano estuvo al frente de la alcaldía de Madrid desde 1991 hasta 2003.

²¹⁸ Alberto Ruiz Gallardón gobernó la ciudad de Madrid entre 2003 y 2011.

²¹⁹ Alicia Moreno y Carlos Baztán apoyaron la iniciativa de Madrid Abierto desde la Comunidad de Madrid y, después desde el Ayuntamiento.



Fig. 6: Obra de Luciano Matus para la casa de América. Intervención seleccionada para la primera edición de Madrid Abierto en 2004

Con este tipo de proyectos se comienza a forjar un interés general sobre las posibilidades de la ciudad vinculadas al arte y se valora la condición de lo efímero como un elemento dinamizador del contexto urbano.

Las iniciativas en Madrid se apoyan en otros modelos desarrollados en otras ciudades europeas como "La Nuit Blanche", de París o en las exposiciones de arte público temporal de ciudades con una potente tradición cultural como Kassel o Basilea.

A partir de esta nueva política cultural se abre una nueva puerta a la participación lúdica del ciudadano en su ciudad. El espacio público se revaloriza a través del arte y la gente sale a la calle para disfrutar del espectáculo. Las celebraciones urbanas se convirtieron en un símbolo de la ciudad creativa y en una imagen espectacular de la vanguardia contemporánea.

La sensibilización sobre el arte y la ciudad en todos los ámbitos en aquella época (2006²²⁰) contrasta enormemente con las rígidas políticas municipales contra el graffiti que se aplicaban de forma simultánea.

Pese a que en algunos países el postgraffiti comienza a verse como un valor y a determinados autores se les otorga un cierto prestigio, en España y, concretamente en Madrid, no sucede lo mismo.

²²⁰ La primera edición de la Noche en Blanco de Madrid tiene lugar en 2006.

El artista “Bansky”²²¹, autor inglés que se mantenía en el anonimato, ha conseguido que sus obras de arte urbano alcancen un enorme reconocimiento público y, como consecuencia, su valoración con un altísimo precio en el mercado del arte. Por el momento, en España es difícil que se desarrollen este tipo de situaciones, sin embargo, la trayectoria profesional de muchos artistas urbanos que actúan en la calle es cada vez más relevante y las obras urbanas son un escaparate de sus procesos artísticos.

Desde los primeros años 2000, los artistas urbanos de mayor relevancia realizan circuitos de ciudad en ciudad por todo el mundo respondiendo a invitaciones de instituciones y organizaciones. Las experiencias artísticas que comenzaron como una práctica muy local tienen ahora una expresión global y muy dinámica, como ha ocurrido con los tejidos comerciales urbanos. El arte urbano, al igual que otro tipo de elementos urbanos está en proceso de internacionalización.

El modo de actuar de los artistas urbanos tiene, en este momento, dos posibles escenarios diferentes:

1. El artista urbano con soporte institucional que trabaja bajo unas rígidas condiciones de partida tanto respecto al lugar donde va a intervenir como sobre los materiales a emplear y su formalización final.²²²
2. El artista urbano clandestino cuyas obras se adaptan a condiciones sólo elegidas por su autor, teniendo en cuenta diversos factores en cuanto a su discreción, posibilidad de permanencia, adaptación al soporte, tipo de mensaje y materialización.

Los festivales o concursos de arte urbano son quizá los formatos más flexibles en la formalización de encargos de obras artísticas, donde los autores se expresan de forma libre aunque sobre un soporte muy limitado.

La evolución del Arte Urbano desde principios del siglo XXI y su utilización como herramienta de regeneración urbana ha tenido su expresión en la ciudad de Madrid, al mismo tiempo que en otras ciudades europeas como Lisboa.

El caso de Madrid es sólo uno más de una serie de ejemplos en los que las intervenciones en la ciudad desde el arte tienen una voluntad transformadora que, en ocasiones, se traduce en cambios socioeconómicos en los barrios intervenidos. Pero en definitiva, podríamos preguntarnos ¿qué aporta realmente la intervención artística en la ciudad? Podríamos hablar de

²²¹ “BANSKY” (2006) *“Bansky”: wall and piece*. Ed. Century. London

²²² Las intervenciones desarrolladas por Madrid Abierto en sus distintas ediciones tuvieron que ser aprobadas por los servicios municipales, tanto en cuanto a su formalización como en la autorización de la instalación en la ubicación solicitada. Algunas obras se quedaron sin instalar en los barrios previstos al no ser autorizadas por el Ayuntamiento.

transformaciones del paisaje urbano que, a menudo, evolucionan hacia transformaciones estructurales en las ciudades desde un punto de vista económico y social. Muchas instituciones municipales en distintas ciudades han optado por intervenciones a través de arte efímero en barrios estratégicamente escogidos, sin embargo, en muchos casos, desconocemos con qué objetivo se está utilizando el arte urbano en las ciudades. Podríamos preguntarnos si, en algunos casos, el arte efímero se emplea como primer paso de estrategias regeneradoras más sólidas que pueden derivar en procesos de “gentrificación”²²³ no deseados por la población residente.

El arte urbano como expresión contemporánea de arte en las ciudades no es un fenómeno aceptado por la mayoría de los ciudadanos y, por tanto, se vive muchas veces desde los vecinos como una imposición por parte de instituciones o artistas.

Ya bastante avanzado el siglo XXI una de las cuestiones fundamentales referentes al arte urbano es si las intervenciones suponen una mejora real para los vecinos y si la identidad de los residentes se cuestiona a causa de las intervenciones impuestas. Por otro lado la aceptación de las intervenciones en muchos casos se consigue cuando las obras alcanzan un nivel de calidad y de belleza objetivos.

Pero es legítimo preguntarse además: ¿la belleza es objetiva? Quizá la respuesta la dio hace años Stendhal cuando afirmó: “la belleza es la promesa de la felicidad”²²⁴

²²³ El concepto de gentrificación abordado a través de ejemplos se trata en el libro *“First we take Manhattan. Se vende ciudad”* (2016) Ed. Catarata. Madrid

²²⁴ “Del amor” (1822) Stendhal

AS RESTRIÇÕES DO TERRITÓRIO COMO ELEMENTOS INSPIRADORES DO PROJECTO DE ARQUITECTURA PAISAGISTA: PROJECTOS DE PARQUES URBANOS DESENVOLVIDOS POR TOPIARIS

Luís Ribeiro

Resumo: O presente artigo tem por objetivo abordar a importância das "restrições do território" como elementos base do planeamento e projeto de arquitectura paisagista. Restrições do território são, juntamente com outros fatores, determinantes do carácter de uma paisagem. Deste modo surgem como fundamentais para fundamentar e inspirar um desenho criativo e sustentável desta e, em particular de parques urbanos. A identificação de restrições permite entender o estado de degradação de algumas zonas do território e encontrar estratégias para promover a sua recuperação a partir de componentes que realmente existem, ao invés de propor novos elementos de projeto considerados mais sustentáveis. Envolvendo completamente "as restrições" no projeto, pode contribuir e fortalecer a resiliência da paisagem uma vez que se considera que os aspetos negativos (restrições) poderão ter a capacidade de evoluir para paisagem harmoniosa, portanto, contribuir para uma melhor prática de projeto. Esta questão é aqui abordada através da análise da abordagem de projeto e a identificação dos resultados em três estudos de caso nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Funchal, os quais existem em contextos paisagísticos muito diversificados.

Palavras Chave: Condicionantes; Território; Paisagem; Arquitectura Paisagista; Parques Urbanos.

THE RESTRICTIONS OF THE TERRITORY AS INSPIRING ELEMENTS OF PROJECT OF LANDSCAPE ARCHITECTURE: PROJECTS OF URBAN PARKS DEVELOPED BY TOPIARIS

Luís Ribeiro

Abstract: This article aims to address the relevance of “landscape constrains” as landscape planning and design drivers. Constrains are, together with other factors, determinant of landscape character, being crucial to its assessment, hence for a creative and sustainable design of parks. Identifying constrains enables to understand land degradation and, therefore, searching strategies for land improvement starting from the components that actually exist, instead of trying to induce new features considered to be more sustainable. Involving thoroughly “constrains” into design can contribute and strengthen landscape resilience since it accepts that negative assets have the capacity to evolve towards good landscape, therefore contribute to better design. This is to be explained through the analysis of the landscape design approach and the identification of the results of three different case studies of urban parks in Portuguese Metropolitan Area of Lisbon and Funchal, within a much diversified landscape contexts.

Keywords: Conditioning; Territory; Landscape; Landscape Architecture; Urban Parks.

AS RESTRIÇÕES DO TERRITÓRIO COMO ELEMENTOS INSPIRADORES DO PROJECTO DE ARQUITECTURA PAISAGISTA: PROJECTOS DE PARQUES URBANOS DESENVOLVIDOS POR TOPIARIS

Luís Ribeiro

1 - INTRODUÇÃO

A abordagem durante o século XX ao planeamento e projeto da paisagem foi largamente suportada pela análise e diagnóstico das qualidades e valores presentes no território (Lyle, 1985) e pelo desenvolvimento de propostas de projeto que usam essas propriedades as quais integram a abordagem conceitual que visa o bem comum e o bem público (Ribeiro e Borges, 2006).

Os aspetos negativos da paisagem - restrições, condicionalismos, etc. - têm sido foram considerados sob uma perspetiva de correção e de recuperação que, em muitos casos, têm conduzido a bons resultados de mitigação. No entanto, coloca-se aqui em discussão a hipótese de que as restrições em si mesmo também podem ser abordadas sob uma perspetiva proactiva, promovendo a sua inclusão no processo de projeto e, deste modo diminuir os custos inerentes a abordagens mais baseadas na remediação, remoção e construção de novas paisagens projetadas. Os aspetos restritivos da paisagem podem constituir fontes de inspiração do projeto e assim contribuir para a evolução da teoria de paisagem. Como Swafield refere (2002), a teoria da paisagem teoria tem por objectivo: a) Explicar a paisagem (avaliação e perceções); b) Fundamentar e apoiar as decisões de planeamento e projeto (soluções com vista à resolução de problemas); c) Identificação de uma estrutura teórica com base em questões e abordagens comuns ao planeamento e projeto de arquitectura paisagista, nomeadamente entre profissionais.

Diversas abordagens ao projeto, nomeadamente as que se baseiam em ecologia urbana, defendem que os ecossistemas devem ser melhorados e recuperados no sentido de produzir os melhores eco-serviços (Brueste et. Al, 2013), o que revela uma atitude baseada em recurso e valores e não defendendo propostas baseados em restrições, condicionantes ou outros aspetos negativos da paisagem. Embora seja suportar as propostas de projetos nas qualidades do território, considera-se que as restrições podem ser inspiradoras, contribuindo assim para conceitos de projeto enriquecidos e inovadores. Ao lidar com as restrições de forma positiva, os projetistas admitem que os aspetos negativos da paisagem podem evoluir para boas soluções de projeto sem ser necessário proceder à sua exclusão. Na prática, esta atitude conduz a soluções menos onerosas e muitas vezes permite obter uma melhor comunicação e participação das comunidades locais no projeto de parques urbanos. Neste sentido, a paisagem é considerada com capacidade de recuperar, suportada pelas suas características próprias quer sejam valores/recursos ou restrições/condicionantes, aceitando portanto, sua capacidade de resiliência: a capacidade que tem os sistemas para se reorganizar e recuperar relativamente a alterações e perturbações (Ahern, 2011).

A avaliação do valor da paisagem tem sido orientado por conceitos que envolvem qualidades, raramente incluindo restrições e outros aspetos negativos. Esta questão pode ser ilustrada através da evolução dos movimentos de conservação da natureza e de proteção do património e sua relação com o projeto, planeamento e gestão da paisagem. A inclusão de paisagens na lista de Património Mundial, no âmbito da UNESCO, constitui provavelmente um dos exemplos mais significativo. A qualidade e valor da paisagem são deste modo justificados pela presença de recursos, aptidões, equilíbrio de ecossistemas, entre outros atributos. No entanto, diversidade da paisagem contemporânea é determinada pela existência de territórios abandonados, poluídos, infestados, frequentemente considerados sem viabilidade económica.

A diversidade da paisagem tornou-se reconhecida como um valor em si mesmo de acordo com a Convenção Europeia da Paisagem (Conselho da Europa, 2004). A Convenção afirma que não são somente as paisagens de exceção que devem ser objeto de estratégias de proteção. O vasto mosaico de paisagens europeias diferentes constitui um valor em si, com grandes vantagens para o desenvolvimento e gestão do território. As aptidões, recursos e valores não são, neste sentido, os únicos fatores que fundamentam projetos com qualidade na paisagem, nomeadamente parques urbanos. Na verdade, juntamente com estas qualidades, as

componentes e atributos que tornam cada paisagem única, indiferentemente de avaliados como "bons" ou "maus", estão indiscutivelmente na base do seu carácter. Podem contribuir para abordagens criativas e sustentáveis de projeto paisagístico que fortalecem a singularidade do projeto de arquitectura paisagista. Neste sentido, "restrições" podem ser o ponto de partida e apoio a capacidade dos territórios para evoluírem e superar situações de degradação da paisagem.

2 - ABORDAGEM À ANÁLISE DOS TRÊS PARQUES URBANOS

O objetivo desta apresentação é mostrar que uma restrição pode ser tão importante como uma qualidade no projeto de arquitectura paisagista. Mais especificamente pretende-se demonstrar que territórios abandonados com evidências e testemunhos de atividades anteriores que deixaram de ser viáveis podem evoluir para paisagens atrativas para as comunidades locais e público em geral. É possível proporcionarem lugares para lazer, aumento da qualidade ambiental e estética, através de processos menos onerosos. Estas metas e objetivos são aqui discutidos através da análise e reflexão sobre três projetos de arquitectura paisagista desenvolvidos pelo *atelier* TOPIARIS.

A importância das "restrições" e condicionalismos para melhor entender a capacidade de resiliência da paisagem e como fatores de inspiração projetual, são discutidos no âmbito do presente artigo através da análise da abordagem ao projeto e a identificação dos resultados relativamente aos três parques urbanos em contextos diferentes de paisagens metropolitanas portuguesas. A abordagem pretende analisar as restrições de cada situação, a sua permanência na conceção dos parques apresentados, seguida por uma reflexão qualitativa na sua contribuição para o sucesso de cada projeto, portanto, na resiliência das paisagens sobre as quais se implementaram os projetos.

Cada projeto será analisado em termos dos seguintes aspetos: 1) Objetivos do projeto; 2) Análise da paisagem, identificando restrições e a relação destas com o carácter da paisagem existente e usos atuais; 3) Utilização das restrições identificadas no processo de projeto e discussão sobre a sua permanência e função nos parques estudados.

A discussão é orientada para o entendimento de como uma restrição determinou o projeto do parque e como a forma resultante é agora utilizada pelo público. A discussão questiona também se restrições e condicionalismos podem na realidade contribuir para a capacidade das paisagens se reorganizar e recuperar de alterações e perturbações que levaram a perda de qualidade e valor.

3 - RESULTADOS E DISCUSSÃO

A ideia subjacente a este artigo: - podem as restrições da paisagem contribuir para uma melhor abordagem ao projeto e para fortalecer a resiliência da paisagem? – pretende ser discutida através da análise de três estudos de caso, em contextos profundamente diferentes relativamente ao carácter das paisagens onde ocorrem, mas que levaram à aceitação pela comunidade e com resultados duradouros: a) Jardins de Santa Luzia no centro do Funchal (Madeira); b) Parque Público da Flamengo na área metropolitana de Lisboa (AML); c) Parque Linear Ribeirinho do Estuário do Tejo (Tagus Linear Park), um corredor verde ao longo de três freguesias na zona norte da AML.

JARDINS DE SANTA LUZIA, FUNCHAL, MADEIRA

Os Jardins de Santa Luzia (Topiariis, 2003) com uma área de 1,7 ha, ocupa uma zona central da cidade do Funchal (Madeira). Apesar de muito turística a cidade tem não uma oferta consistente de espaço público de recreio que cubra cidade na sua generalidade.

O conceito do projeto - celebração da paisagem natural e cultural da Madeira - visava a criação de um parque que usasse os arquétipos da Madeira (vegetação autóctone/indígena, rede de canais de água/levadas, terraços agrícolas, quintas de recreio, entre outros) na composição paisagística de forma contemporânea. A antiga área industrial que deu origem a paisagem abandonada foi vista pelas autoridades como restrição que deveria ser removida como a única forma de criar um novo jardim que pudesse atrair residentes e turistas.

A abordagem ao projeto, em alternativa, propôs que as características consideradas como restrições – muros de suporte, chaminé de tijolo, maquinaria do engenho de açúcar, entre outros – pudesse funcionar como elementos de inspiração ao projeto. Acresce que, a sua

conservação, permitiria poupar os custos de demolição e construção, usando a singularidade do sítio e conciliando com uma proposta de projeto que celebraria a paisagem da Madeira. Os muros de suporte tornaram-se quedas de água, as plataformas de terreno sobrelevadas passaram a constituir pontos de vista sobre o jardim, terraços permitiram a interpretação da paisagem agrícola, e a maquinaria e a chaminé do antigo engenho tornaram-se elementos diferenciadores (Fig. 1). Jardins de Santa Luzia, construídos em 2004, são atualmente um dos principais jardins públicos do Funchal, sendo reconhecidos pela comunidade profissional com o Prémio Nacional de Arquitectura Paisagista em 2005.

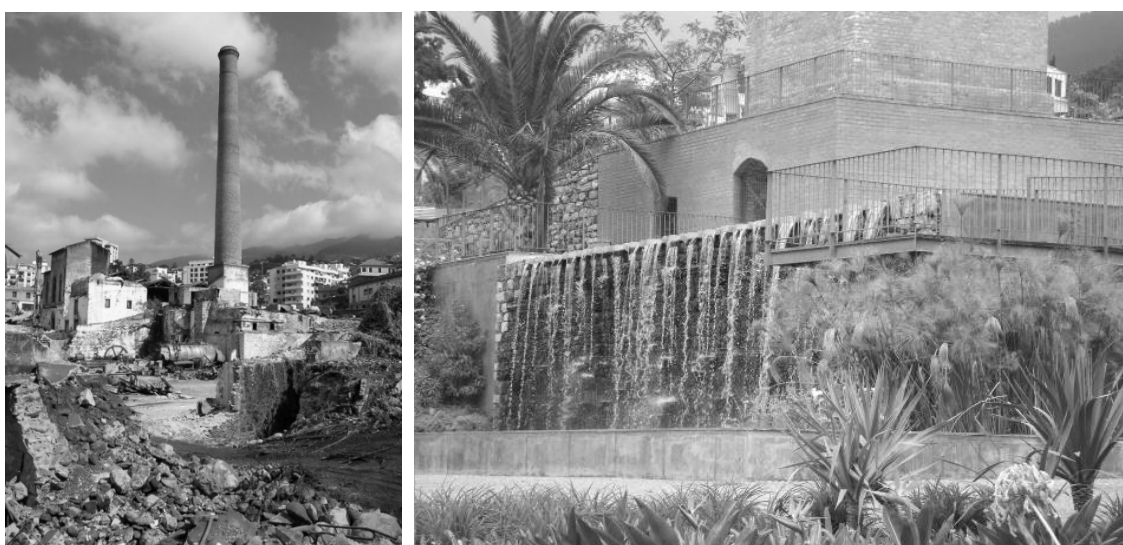


Fig. 1: Jardins de Santa Luzia; antes (esquerda) e depois da construção (direita)

PARQUE PUBLICO DA FLAMENGA, VILA FRANCA DE XIRA (AML, Norte)

O Parque público da Flamengo (TOPIARIS, 2008) ocupa uma área central de 5 ha deixada livre no meio de uma grande e recente zona residencial (Figura 2). A área possuía ainda testemunhos de uma propriedade de quinta de recreio do séc. XVIII da paisagem dos arredores de Lisboa. A aplicação de uma estratégia de restauro dos componentes patrimoniais em conjunto com a extensão do Parque acabou por constituir uma restrição devido à sua inviabilidade económica.

Deste modo, o projeto evitou uma abordagem convencional de restauro histórico. Em vez disso, a distribuição espacial dos antigos testemunhos de organização do território (terraços, muros de suporte, sistemas de recolha de água para irrigação, e vegetação remanescente) permitiram avaliar a capacidade de carga ecológica das várias zonas deste território e auxiliando também a

definição de fases sequenciais de construção permitindo o seu ajuste ao orçamento público disponível.

Os componentes patrimoniais, assim como os padrões ainda existentes nesta propriedade constituíram também elementos determinantes no desenho de um projeto de um parque com baixos custos de construção e manutenção. A identificação e avaliação dos componentes de património e do seu padrão de distribuição espacial fundamentaram a criação de uma paisagem viável que, através de um desenho contemporâneo permitiu uma adequada adaptação aos usos e atividades atuais (Fig. 2).

As fases entretanto já construídas são profundamente utilizadas pela comunidade residente. Esta receptividade da população visível através do uso do parque tem sido crucial na motivação política e pressão social para avançar com as seguintes fases de construção. A última fase (4ª fase) encontra-se atualmente em estado de conclusão.



Fig. 2: Parque Público da Flamenga; antes (esquerda) e depois da construção (direita)

PARQUE LINEAR RIBEIRINHO DO ESTUÁRIO DO TEJO (TAGUS LINEAR PARK), VILA FRANCA DE XIRA, AML

O Parque Linear Ribeirinho do Estuário do Tejo (TOPIARIS 2012), constitui um corredor verde à beira-rio e ao longo da margem norte do Estuário do Tejo, (15 ha), foi recentemente inaugurado, resultando do 1º lugar no concurso internacional lançado pela Câmara Municipal de Vila Franca de Xira (Fig. 3).

O carácter do sítio é determinado por um complexo uso misto que integra áreas industriais abandonadas, expansão urbana, aeroporto militar, corredor ferroviário e de outras infraestruturas, resultando em terrenos degradados, ao longo duma paisagem de exceção do

vale do Rio Tejo. Durante décadas, as comunidades locais foram privadas de aceder e fruir deste lugar sendo poucos os habitantes que insistem no uso dos caminhos de terra, e margens abandonadas do rio para *jogging* e pesca.

A abordagem do projeto baseou-se nos princípios da arquitetura paisagista, nomeadamente a distribuição linear de recursos, as potencialidades oferecidas pelo território e o respeito pelas atividades existentes, nomeadamente as dos pescadores. O projeto considerou e integrou o carácter da paisagem da área metropolitana em que se insere, e o respeito pelos usos existentes humildes e mínimos para recreio.

As restrições existentes tornaram-se oportunidades para a criação de uma nova paisagem que se funde com a envolvente. O projeto aproveita e respeita em pleno os recursos naturais e testemunhos culturais e usos existentes no território, incluindo a proteção e a recuperação de ecossistemas de sapal, a utilização de infraestruturas de transportes fluviais antigos, as vistas em direção às áreas agrícolas e respetivas infraestruturas de drenagem, a proximidade com a paisagem do Tejo, bem como a presença dos “pescadores” que mantiveram o uso humano do sítio.

O projeto promoveu ainda o uso de materiais reciclados e integrando processos de produção de energia com base em módulos fotovoltaicos. A forma linear do Parque permite a ligação entre significativas zonas residenciais na AML. Ao longo de cerca de 5 km de trilhos para os utentes, permite o recreio, contato com a natureza e a aceitação do carácter contemporâneo e diversificado paisagem metropolitana. O projeto foi premiado internacionalmente pela ARCHMARATHON 2015, vencendo a categoria de paisagem e espaços públicos (Finessi, S., 2015; www.archmarathon.com/2015/category/landscape-and-public-spaces-winner), pelo WANWARD 2016, e pelo American Architecture Prize, category of landscape, 2016.



Fig. 3: Parque Linear Ribeirinho do Estuário do Tejo (Tagus Linear Park);
antes (esquerda) e depois da construção (direita)

CONCLUSÕES

As conclusões que podem ser obtidas neste estudo incidem essencialmente sobre cada parque em particular e sobre a importância global que as “restrições da paisagem” no projeto de arquitectura paisagista.

Os Jardins de Santa Luzia na zona central da cidade do Funchal (Ilha da Madeira), foram projetados e construídos num quarteirão abandonado do engenho de açúcar do Hinton. As estruturas industriais obsoletas e degradadas foram usadas como meios para criar um jardim contemporâneo capaz de atrair as comunidades locais e visitantes de turismo, através de um projeto de parque urbano que celebra a paisagem da Madeira, inspirando-se mas não recriando, os seus arquétipos.

O Parque Público da Flamengo na área metropolitana de Lisboa, foi projetado e construído em fases, num território anteriormente ocupado por uma propriedade do séc. XVIII e profundamente transformado pela expansão urbana. A propriedade degradada incorporada no tecido de expansão urbana constituiu uma oportunidade para criar um parque para uso pública e recreio, tirando vantagem da presença de componentes antigos na criação de uma paisagem sustentável, que se adapta e integra os usos públicos da sociedade metropolitana contemporâneos.

O Parque Linear Ribeirinho do Estuário do Tejo constitui um extenso corredor verde de uso público num território metropolitano sob processos de transformação inesperados. O mosaico complexo e imprevisível da recente AML constituiu uma oportunidade para criar um território mais democrático para a população em geral. O projeto deste corredor verde revelou também que o despertar de raízes antigas e fortes memórias podem orientar a visão para o futuro possível das cidades (Soromenho-Marques, 2014).

A reflexão que fez sobre os três parques mostrou que as restrições, condicionantes e aspectos considerados negativos existentes na paisagem podem contribuir para o aumento da qualidade de uma paisagem e suportar uma atitude de projeto criativa e sustentável reconhecido pela população, pelas entidades públicas e pela comunidade profissional. Igualmente evidenciou a importância das restrições da paisagem no seu uso em diferentes contextos culturais e naturais, e na sua aplicabilidade em diferentes abordagens de projeto de parques públicos contemporâneos em paisagens metropolitanas.

Agradecimentos

À Arquitecta Paisagista Teresa Barão e à Arquitecta Paisagista Catarina Viana que, com o autor, coordenaram e colaboraram nos três projetos de parques urbanos analisados, assim como à equipa projetista do *atelier* Topiaris.

BIBLIOGRAFIA

- Ahern, J., 2011; From fail-safe to safe-to-fail: sustainability and resilience in the new urban world. University of Massachusetts - Amherst; ScholarWorks@UMass Amherst, Landscape Architecture & Regional Planning Graduate Research and Creative Activity
- Breuste, J; Quresgi, S.; and Li J., 2013. Applied urban ecology for sustainable urban environment. *Urban Ecosyst*, 675-680
- Council of Europe, 2004. *Landscape Convention*
- Finessi, S., 2015; *ARCHMARATHON AWARDS - Arab and Mediterranean Countries, Beirut*, 2015, PUBLICOMM SRL, pp 78-81
- Lyle, J., 1985. *Design for Human Ecosystems*. Van Nostrand Reynolds Company, New York
- Ribeiro, L., Barão T., 2006; Greenways and maintenance for landscape quality: five case studies in Portugal, *Landscape and Urban Planning* 76, pp 79-97
- Soromenho-Marques, Viriato, 2015. Four-Dimensional Landscape Architecture - Tagus Linear Park. *TOPOS 89 Creating Places*: 68-75
- Swaffield, S., 2002. Conclusion: The Theoretical Terrain of Landscape Architecture. In Swaffield (Ed.), 2002. *Theory in Landscape Architecture*. University of Pennsylvania Press
- Topiaris, 2003. *Santa Luzia Public Garden*, Funchal; Client: Regional Department for Social Facilities, and Transportation of Madeira; (Landscape Architecture Nacional Award, 2005); Execution project 2003
- Topiaris, 2008. *Flamenga Public Park*, Lisbon Metropolitan Area; Client: Vila-Franca-de-Xira Municipality; Sketch design/Execution Project 2008
- Topiaris, 2012. *Tagus Linear Park*, Client: Vila Franca de Xira; 1st Prize International Competition; Archmarathon Award 2015, category of public spaces and landscape), Execution Project; 2012. Construction 2013

EL PAISAJE DE LAS PERIFERIAS URBANAS.

LA BARRIADA DE LORETO EN SAN JUAN DE AZNALFARACHE

Luisa Alarcón Gonzales

Resumen: La barriada de Loreto es un interesante ejemplo de la arquitectura racionalista sevillana a nivel paisajístico desde dos puntos de vista que se complementan. Por un lado, su posición, heredera de una larga historia de ocupaciones con una fuerte vinculación territorial con la ciudad de Sevilla, a la que se incorpora en el siglo XX como una periferia discontinua. Su condición geográfica de elevación frente al valle, la hace convertirse en mirador y fondo de perspectiva urbana.

Por otro lado, la planificación del barrio responde a unos principios racionalistas evolucionados que se aproximan en sus planteamientos a las propuestas que años más tardes enunciaría el Team X y la segunda generación del Movimiento Moderno. Esta construcción de ciudad menuda, multifuncional, de espacios públicos concatenados que potencian el espacio del peatón y la vida pública debe ser hoy una aspiración para los barrios de nuestras ciudades. Este debe ser su paisaje interior, un lugar lleno de vida.

Palabras Clave: Paisaje; Barriadas; Periferias urbanas; Valle del Guadalquivir; Sevilla.

THE LANDSCAPE OF SUBURBAN AREAS.

LORETO NEIGHBOURHOOD IN SAN JUAN DE AZNALFARACHE

Luisa Alarcón Gonzales

Abstract: From two points of view, the Loreto neighborhood is an interesting example of Seville's rationalist architecture at landscape-level. On the one hand, its position, inherited from a long history of occupations with a strong territorial connection with the city of Seville, which is incorporated in the twentieth century as a discontinuous periphery. Its geographic condition of elevation in front of the valley, makes it become a viewpoint and background of urban perspective.

On the other hand, the planning of the neighborhood responds to evolved rationalist principles which were approached to the proposals that later years would be articulated by Team X and the second generation of the Modern Movement. This small and multifunctional city, with concatenated public spaces that enhance the pedestrian place and public life must just be an aspiration for the neighborhoods of our cities. This must be their inner landscape, a place full of life.

Keywords: Landscape; Neighbourhood; Suburban Areas; Valley of the Guadalquivir; Seville.

THE LANDSCAPE OF SUBURBAN AREAS.

LORETO NEIGHBOURHOOD IN SAN JUAN DE AZNALFARACHE

Luisa Alarcón Gonzales

La primera vez que subes a la barriada de Loreto, también conocida como del Monumento en el municipio sevillano de San Juan de Aznalfarache reconoces que el lugar es un impresionante mirador de Sevilla y de todo el valle del Bajo Guadalquivir. Sevilla es una ciudad abstracta fundamentalmente porque su horizonte es arquitectónico, sin un referente geográfico que la identifique con el territorio en el que se ubica. Es una ciudad ensimismada en la que solo el río establece un vacío que le permite reconocerse desde su propio interior, quizás por ello son ciertas arquitecturas singulares las que determinan un definido horizonte construido. Frente a Sevilla, el cerro de Chavoya se convierte en un altozano que ofrece uno de los mejores miradores de la ciudad pero también de todo su territorio circundante, de la vega del Guadalquivir, del resto de la cornisa del Aljarafe tanto al Norte como al Sur, e incluso del interior del propio Aljarafe respecto del cual también se eleva. Este cerro se caracteriza por dos coordenadas fundamentales: la altura y la perspectiva sobre el cauce del río Guadalquivir en el eje norte-sur.

La geología y la geografía de un lugar condicionan su poblamiento, una lectura detallada de un paisaje, por muy transformado que esté nos suele devolver claves del inicio de esa transformación. El vado de un río, un cerro o una ensenada pudieron ser los elementos naturales que diferenciaron un punto en el territorio, inicialmente virgen, de otros próximos e hicieron que algún grupo pequeño de hombres se asentara allí. Si el lugar elegido era óptimo el poblamiento se convertiría en permanente, por décadas, siglos o milenios.

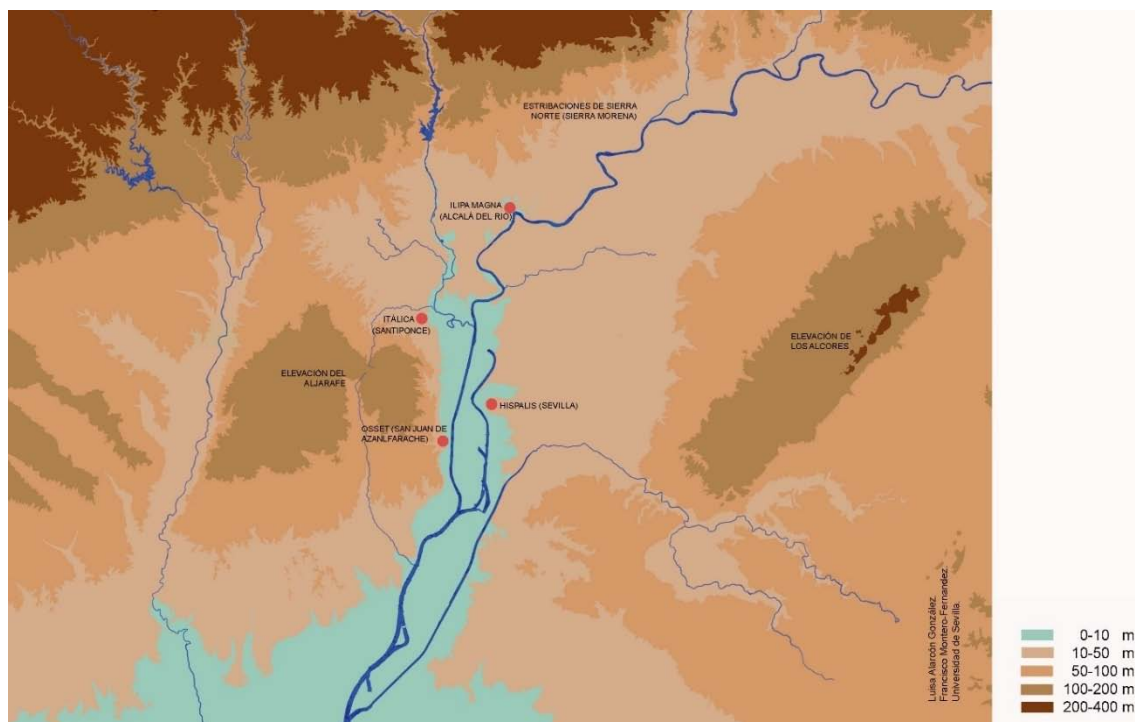


Fig. 1: Configuración geográfica del valle del Guadalquivir a su paso por Sevilla

No es difícil imaginar cuáles son las claves que llevaron a construir la barriada de Loreto. El río Guadalquivir a su paso por Sevilla posee una importante singularidad geográfica, la ciudad no se sitúa en ese lugar de manera casual, sino que ocupa un lugar especialmente privilegiado en los comienzos del tiempo histórico, en los que el cauce bajo del río, en proceso de formación, ofrecía una amplia zona lacustre desde Sevilla hasta su desembocadura en el océano Atlántico y una inestable marisma río arriba, desde Sevilla hasta Alcalá del Río. Ante esta condición territorial las pequeñas elevaciones situadas en sus márgenes ofrecían un indudable lugar de cobijo para la población, como muestran los restos de los asentamientos neolíticos y protohistóricos encontrados²²⁵. También los primeros asentamientos históricos buscaron el resguardo de las alturas que les ayudaron a controlar un valle desprotegido, sólo la ciudad de Sevilla se situó en su ribera como puerto para el intercambio de mercancías, desafiando a las recurrentes inundaciones del río.

Esta situación natural hace que desde sus inicios fundacionales existieran puntos de control visual del río, previos al acceso a Sevilla, mostrándonos cómo la ciudad a pesar de su pequeña dimensión extiende su influencia hacia el territorio próximo, definiendo un paisaje que va más allá de sus murallas. El término *polis* griego, que muchas veces se considera sinónimo de ciudad se refería no sólo al recinto amurallado que constituía su centro político, sino también a los

²²⁵ Blanco Freijeiro, Antonio: *Historia de Sevilla, La ciudad antigua (De la prehistoria a los visigodos)* (Sevilla: Universidad de Sevilla, 1989), 48.

territorios y aldeas que estaban bajo su gobierno,²²⁶ formando parte de su estructura, y que fundamentalmente eran terrenos agrícolas (*nomos*²²⁷), que suministraban alimento a la población.

Históricamente, el control visual del cauce del Guadalquivir a su paso por Sevilla se ha realizado desde el cerro de Chavoya, elevación muy próxima a uno de los meandros que el río traza nada más salir de la ciudad. Este alto avanza de la línea de cornisa de la meseta del Aljarafe, introduciéndose en el valle, para ofrecer una visión completa. Los restos arqueológicos encontrados muestran elementos turdetanos y fenicios que nos hablan de la ocupación que hicieron del territorio como espacio de encuentro e intercambio. Igualmente lo entendieron así los romanos, fundando a sus pies un puerto comercial desde el que exportaban aceite y vino a Roma, pero también vieron en él otras posibilidades de control del territorio debido a su posición estratégica, estableciendo en la cota superior del cerro Norte, uno de los dos iniciales que componían la actual masa elevada, un recinto amurallado de mayor envergadura y durabilidad, ya que por los restos encontrados estaba construido a base de sillares. Algunas de sus piedras hoy forman parte de la catedral de Sevilla, en ese juego de desplazamientos, hoy en desuso, de reutilizar los materiales desmontando unos edificios para construir otros. Las laderas del cerro, posiblemente aterrazadas, estaban ocupadas por villas romanas junto a las infraestructuras portuarias y defensivas, disfrutando de las condiciones geográficas: altura sobre la vega, dilatadas vistas y climatología más benigna. La Osset o Julia Constancia romana desapareció al igual que el imperio del que formó parte, pero su posición de control visual del río hicieron de este lugar un espacio ocupado como castillo defensivo, primero por visigodos y posteriormente por musulmanes, estableciéndose estos últimos con tal contundencia que la muralla almohade del castillo de Hisn-Al-Faray aún perdura en muchos tramos de la ciudad, permaneciendo en su topónimo derivado de Al-faray (Eznalfarax, Alfarnache, Aznalfarache). La potente muralla que hoy vemos conformar parte de este cerro fue construida en 1196 por el almohade Abu Yacub Al-Mansur, aunque su fama la debe al rey Al-Mutamid que construyó en su interior un palacio de altas torres al que se retiraba para contemplar el Guadalquivir, disfrutar de su posición privilegiada y al que recordaba en sus poesías de destierro. Este castillo almohade era la pieza opuesta del existente junto al puente de barcas en Triana en el control de entrada a la ciudad, estableciéndose entre los dos una relación territorial que trascendía lo puramente visual. La importancia de la zona en estos siglos es visible en la literatura de la época, como

²²⁶ "La polis es una ciudad-Estado, sus habitantes, pertenecen a la ciudad pero están en gran parte dispersos por el campo. La trabazón con el territorio es fortísima". Rossi, Aldo: *La arquitectura de la ciudad* (Barcelona: Gustavo Gili, 1982), 231.

²²⁷ *Nomos* es una palabra griega que significa "tierra de pastoreo" y "nómada" el que va de una tierra de pastoreo a otra. Chatwin, Bruce: *Los trazos de la canción* (Barcelona: Península, 2007), 24.

vemos en la descripción que hace de esta ribera del Guadalquivir Al-Saundi en *Elogio del Islam Español*: "de quintas y de jardines, de viñedos y de álamos, que se suceden sin interrupción, con una continuidad que no se encuentra en ningún otro río"²²⁸.

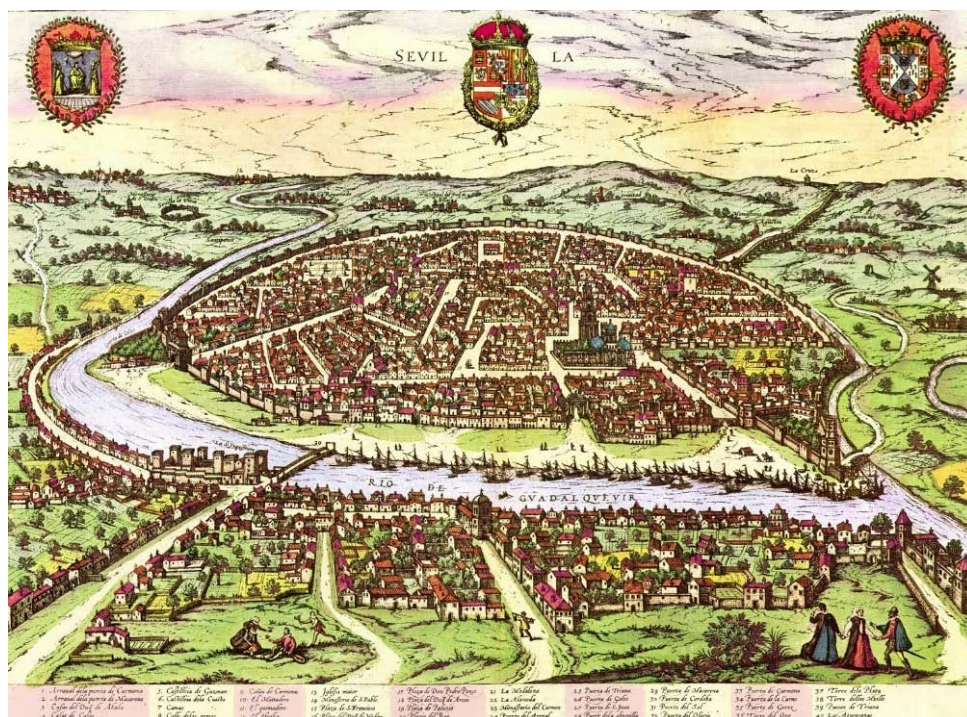


Fig. 2: Vista de Sevilla desde el cerro de Chavoya en 1588



Fig. 3: Grabado de San Juan de Aznalfarache desde Sevilla en el siglo XVII

²²⁸ Abu-l-Walid, Isma'il Ibn Muhammad: *Elogio del Islam español*, trans. Emilio Garcia Gómez (Lleida: Estudi General de Lleida, Facultat de Filosofia i Lletres, 1934), 95-99.

Tras la pacificación que supone el fin de las luchas por conquistar el territorio a los musulmanes, el castillo como defensa militar es abandonado, pasando a la orden militar de San Juan de Jerusalén, que cede parte de su nombre para formar la otra mitad del topónimo al municipio (San Juan). Desde ese momento hasta hoy el lugar permanece ocupado por diferentes órdenes religiosas que fueron transformando las edificaciones que allí había. En el siglo XVII con el recinto amurallado en ruinas y la población situada en la zona baja y expandiéndose hacia el Sur por el borde del camino de Gelves (la actual calle Real del municipio de San Juan de Aznalfarache), se establece un convento franciscano del que permanece la iglesia, hoy muy transformada dentro del conjunto de construcciones religiosas que ocupan la parte central del frente del barrio a Sevilla. Estas construcciones religiosas exentas y compactas permanecen hasta las primeras décadas del siglo XX como única construcción elevada y habitada del cerro.



Fig. 4: Vista de la muralla almohade y la Iglesia franciscana en 1929

La historia se vuelve olvidadiza con el lugar hasta que a mediados del siglo XX se decide, prácticamente de forma simultánea, la construcción de los dos conjuntos arquitectónicos que colmatan el cerro en la actualidad. La ciudad de Sevilla se encuentra en pleno proceso de expansión urbana, un crecimiento que es fácil hacia el Este y difícil hacia el Oeste, donde el río conforma una frontera física. Esta situación de terrenos inundables e inaccesibles produce una amplia franja de vacíos urbanos que la ciudad elude en su expansión, vinculándose directamente con la otra margen del río que por su posición elevada queda a salvo de las inundaciones, pero

que a su vez permite mantener una relación visual, un contacto directo que las aproxima por encima de la continuidad física real. En los planos de finales del siglo XIX e inicios del XX se observa como el perímetro de San Juan excluía este cerro y señala solo, como un lugar periférico de la población el convento, los restos de la muralla y un camino de acceso rotulado como "camino del cementerio". La reocupación del cerro se realiza mediante la implantación de dos actuaciones opuestas. Por un lado, en 1945 se comienza la construcción de un gran monumento dedicado al Sagrado Corazón de Jesús, junto al antiguo convento y el antiguo cementerio municipal de San Juan Proyecto, el proyecto fue realizado por el arquitecto sevillano Aurelio Gómez Millán y la escultura superior que corona el conjunto por José Lafita Díaz. El Cardenal Pedro Segura, arzobispo de Sevilla, decidió construir un monumento al Sagrado Corazón de Jesús en lo alto de la colina y otro en la base dedicado al Corazón de María que sirve de acceso al complejo, que consta de un gran patio semicircular porticado rodeado por el convento de la Visitación de Salesas, la Capilla del Perdón, la escuela salesiana (hoy colegio de Teresianas) y una Casa de Ejercicios en el denominado Jardín de Betania.

Esta estructura monumental se vincula directamente a la ciudad de Sevilla, con la que establece importantes relaciones visuales, mientras que se muestra excluyente con los demás terrenos del cerro y de la meseta del Aljarafe, a la que vuelve la espalda con una estructura cerrada. El conjunto rematado con una torre de 41 metros de altura se convierte en una figura prominente en el ámbito metropolitano de Sevilla, alineándose con la Avenida de Republica Argentina, eje principal del barrio de Los Remedios, el ensanche más importante de Sevilla en los años 50-60, que a su vez prolonga la actual avenida de la Constitución, la apertura histórica que penetra en la ciudad hasta su centro fundacional, sirviendo de remate de este importante eje urbano. La gran torre se pone también en relación con la Giralda ya que la diferencia de cota entre el cerro y el valle eleva el monumento hasta unos 91 aproximadamente respecto a la ciudad, convirtiéndose en hitos significativos de la misma altura en un paisaje fundamentalmente llano.

Junto a la construcción del monumento al Sagrado Corazón también se inicia la de la barriada de Loreto, un elemento de menor impronta territorial pero de mayor envergadura. En el año 1939, recién finalizada la Guerra Civil española el Jefe de la Maestranza Aérea de Sevilla propone al Ministerio del Aire la necesidad de realizar una barriada que dé respuesta a la demanda residencial del personal militar vinculado al cercano aeródromo de Tablada, situado en una amplia dehesa al suroeste de la ciudad de Sevilla. El proyecto es aprobado y en 1944 se comienza a construir la barriada de "Nuestra Señora de Loreto" en honor a la patrona de la Aviación.



Fig. 5: Relación territorial entre la barriada de Loreto y la dehesa de Tablada

Como hemos visto, la elección del lugar para su construcción no es casual, ya que decide ocupar el cerro donde se encontraba el convento franciscano muy próximo a los terrenos de Tablada, situados en la orilla opuesta del Guadalquivir, posibilitando así que las instalaciones militares fueran visibles desde las residencias. La relación de la barriada con la base aérea no se produce a través de una continuidad física, sino mediante la conexión visual que establece la cornisa del Aljarafe con el valle del Guadalquivir, reconociendo de esta forma la geografía del lugar y la naturaleza del paisaje donde se inserta.

El conjunto del barrio fue proyectado por el ingeniero José María Rodríguez Gabás y los arquitectos Felipe y Rodrigo Medina Benjumea²²⁹, dos de los fundadores de uno de los estudios de Arquitectura más relevantes del siglo XX de Sevilla. En los años que van desde finales de los 40 y 50 en los que casi toda la actividad arquitectónica se resuelve en clave regionalista, un equipo de cuatro arquitectos (Alfonso Toro, Luis Gómez Stern y los hermanos Rodrigo y Felipe Medina) fundan OTAISA (Oficinas Técnicas de Arquitectura e Ingeniería) ensayando en Sevilla la experiencia de una oficina técnica en equipo. Desde OTAISA realizan algunas de las obras más singulares de la arquitectura racionalista sevillana, como la estación de autobuses y viviendas

²²⁹ Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico. Consejería de Cultura. Junta de Andalucía. "Base de Datos Patrimonio Inmueble de Andalucía", Accessed Junio 20, 2016, <http://www.iaph.es/patrimonio-inmueble-andalucia/resumen.do?id=i21889>

del Prado de San Sebastián o la Universidad Laboral, proyecto con el que se inicia la relación profesional de los cuatro fundadores de esta empresa de arquitectura, y que nos muestran una arquitectura inédita en Sevilla hasta entonces, “una arquitectura experimental y avanzada que encontraba en el argumento racional la mejor excusa para ofrecer propuestas frescas e innovadoras que permitieron a Sevilla soñar con ser moderna, en el mejor sentido del término”²³⁰.



Fig. 6: Construcción de la barriada de Loreto

La barriada se ejecuta de forma unitaria en el tiempo, a lo largo de unos seis años (1944-50), yuxtaponiendo distintas tipologías edificatorias de vivienda que corresponden a los distintos grados militares, apareciendo viviendas de tropa, oficiales y mandos, con dependencias auxiliares y equipamientos de barrio como son: locales para pequeño comercio, oficinas, talleres y almacenes militares, una residencia de solteros, un casino, 2 colegios, un teatro/cine, un consultorio médico y un campo de deportes; todo ello con una planificación urbana basada, como en la mayor parte de la obra de los hermanos Medina, en los modelos europeos de principios del Movimiento Moderno, adaptados a las condiciones que en ese momento se vivían en España.

²³⁰ Montero-Fernández, Francisco: “Conversaciones sobre OTAISA (I), de los sesenta a los setenta” (Concurso para la provisión de la plaza de catedrático de universidad. Área: proyectos arquitectónicos. Universidad de Sevilla, 2004), 16.



Fig. 8: Construcción de la barriada de Loreto. Al fondo se puede ver la dehesa de Tablada y el río Guadalquivir

El modelo propuesto atiende a varios conceptos que hoy permanecen vigentes, incluso de manera más activa, como son, por un lado, la incorporación de elementos patrimoniales de gran potencia a través de la reutilización de los restos del recinto amurallado almohade como muro de contención de la nueva ciudad. Esta operación de reutilización le permite una supervivencia activa que añade el valor del uso al de la antigüedad²³¹, transformándolo de ruina en un elemento constructivo que se incorpora a la nueva realidad urbana proyectada. No se trata simplemente de un lugar indeterminado en el que se han ido trazando calles y construyendo edificios, sino que existe la preexistencia de una arquitectura, el castillo de San Juan de Aznalfarache, y dentro de ella se ha ido construyendo una realidad nueva mediante procesos de superposición o adición. Inicialmente existía un convento y un recinto amurallado, dentro del cual se disponen las dos grandes obras que colmatan en los años cuarenta del siglo XX todo el cerro: El Monumento al Sagrado Corazón y la Barriada de Loreto. Esta situación nos puede recordar al argumento del libro de George Perec titulado *El Gabinete de un aficionado*²³², donde narra la historia de un cuadro y que nos remite a la situación de *Las Meninas* de Velázquez, donde vemos un cuadro dentro de otro cuadro, y los reflejos nos pueden permitir una sucesión

²³¹ Riegl, Alois: *El culto moderno a los monumentos* (Madrid: Visor, 1999), 51.

²³² Perec, George: *El Gabinete de un aficionado: historia de un cuadro* (Barcelona: Anagrama, 1989).

casi infinita de confinamientos, como podría observarse en la construcción interiorizada del barrio.

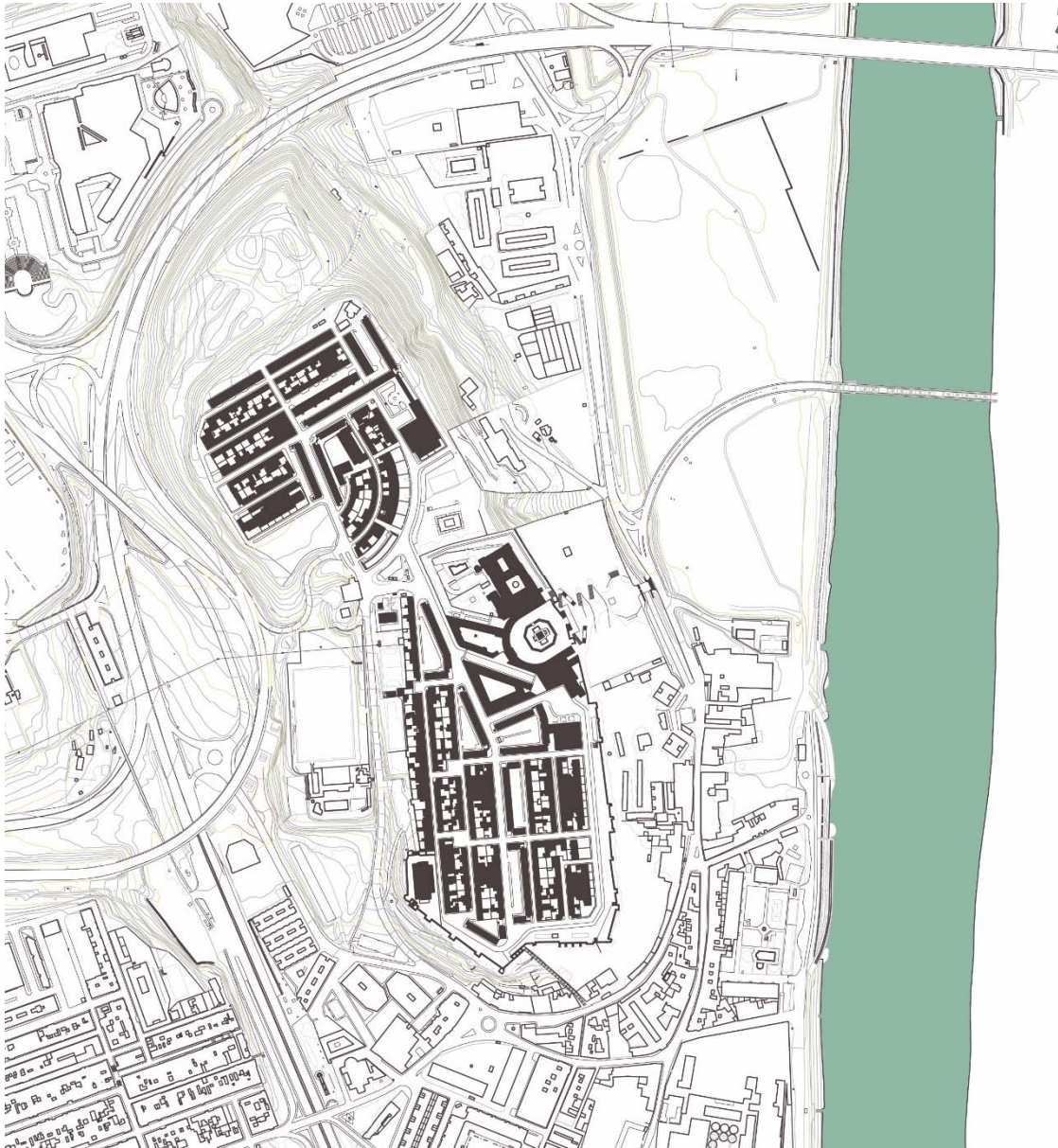


Fig. 8: Planta de la barriada de Loreto

Por otro lado, el interior de este espacio urbano se ordena mediante calles y plazas de diferentes cualidades, alternándose las vías de tráfico rodado con otras de uso peatonal, se proyectan soportales que sirven de acceso a pequeños comercios, buscando facilitar las relaciones sociales y la vida en la calle a través de la diversidad en su trazado; las pequeñas plazas que se generan entre los edificios también contribuyen a esta estrategia ambiental de proximidad con el habitante, buscando lugares de descanso y juego. Esta estructura aleja al barrio de operaciones estrictamente racionalistas, con trazados de retícula homogénea y uso exclusivo de viviendas y lo convierte en un lugar más adecuado para el desarrollo de la vida cotidiana. Estos supuestos

urbanos de vida en las calles y de heterogeneidad de usos son algunas de las principales reivindicaciones del Team X frente a los CIAM y los principios postulados en la Carta de Atenas. Los miembros del Team X reivindican que la auténtica solución urbana consiste en la asociación humana en oposición a la segregación de la Carta de Atenas, frente a su zonificación por usos (vivienda, transporte, industria y recreo) proponen interconexiones funcionales entre las cuatro escalas de la habitación (vivienda, calles, distrito y ciudad). Estos conceptos son introducidos por Alison y Peter Smithson tras su encuentro y colaboración profesional a principios de los años cincuenta con el fotógrafo Nigel Henderson y su mujer Judith, una socióloga que se traslada al número 46 de Chisenhale Road, una calle del distrito londinenses de Bethnal Green con el objetivo de estudiar desde su propio entorno, para no alterar sus acciones y actitudes, a la familia Samuels que vivía en el nº31 de la misma calle. Allí Henderson empieza a fotografiar las calles y su gente en el transcurso de su sencilla vida callejera, sin alteraciones ni preparaciones previas, esta vitalidad urbana, de niños jugando y calles habitadas, les lleva a reflexionar sobre la necesidad de acercar la ciudad al habitante, que la implantación de los principios más rígidos del movimiento moderno estaba eliminando. La segregación de funciones y la prioridad de la movilidad mediante transporte rodado en ciudades cada vez más grandes estaban produciendo ciudades-dormitorio periféricas, donde sólo se dormía, y centros de trabajo a los que se llegaba en coche, por lo que las calles y plazas de las ciudades se estaban quedando vacías, ya que nadie podía o necesitaba transitarlas.

La reivindicación de estos principios también la vemos en las páginas del catálogo de la exposición *This is Tomorrow* que presentan como grupo 6: Patio&Pavillion. La fotografía elegida por el grupo para el cartel individual de la exposición muestra a los cuatro autores (Peter & Alison Smithson, Nigel Henderson y Eduardo Paolozzi) sentados en mitad de la calle frente al domicilio de los Smithson en el número 46 de la calle Limerston (Chelsea). La elección no es casual, busca mostrar uno de los principales pensamientos que comparten, la importancia de la calle en la vida urbana, y no como espacio de circulación y movilidad, sino como lugar social, de relación e intercambios. Las sillas, de escala doméstica, colocadas en la parte central de la calzada, en la que los cuatro miembros aparecen sentados acentuando así una actitud estática, contrastan con la supuesta movilidad que debe soportar la vía. La escena descontextualiza el escenario para dotarlo de capacidad de reflexión y proposición. *"Colocar así las sillas, como si la calle fuera un cuarto de estar, era un modo de expresar: "la calle debe ser vivida"*²³³

El Team X propone la asunción de nuevos valores para la construcción de la ciudad más flexibles y cotidianos como pueden ser la invención, la coreografía urbana, la flexibilidad territorial o una

²³³ Fernández Villalobos, Nieves: *Utopías domésticas. La casa del Futuro de Alison y Peter Smithson* (Barcelona: Fundación Arquia, 2012), 83-84.

sociabilidad improvisada. Los juegos de niños se convierten en uno de los mejores ejemplos para representar las necesarias relaciones sociales, vitales en los seres humanos. Este modo de pensar responde a un contexto de postguerra donde se hace necesario rescatar un optimismo que los nuevos barrios periféricos contruidos según los principios del Movimiento Moderno no estaban proporcionando, ya que no contemplaban la necesidad de un escenario adecuado para que se desarrollara un suficiente entramado de relaciones humanas y la calle estaba dejando de funcionar como agente social, una realidad que Jane Jacobs refleja magníficamente en su obra *Muerte y Vida de las grandes ciudades*²³⁴, o Aldo Van Eyck expresa con esta frase: *"Una ciudad no es una ciudad a menos que sea también una casa inmensa. Una casa es una casa solo si es también una pequeña ciudad."*²³⁵

Por último, la incorporación del paisaje a través de la creación de algunos miradores que aprovechan la privilegiada situación topográfica en la que se encuentra, desde la que es posible contemplar una gran extensión del río Guadalquivir y la ciudad de Sevilla, también dota este proyecto urbano moderno de uno de los valores más buscados en la actualidad, como es la disolución del límite entre lo urbano y lo natural. El paisaje se introduce en el barrio a través de estas plazas-ventanas, que sirven de expansión visual rompiendo las hipotéticas fronteras de la ciudad, haciendo indiferenciado el límite y provocando una continuidad territorial que es el principio básico de la ciudad contemporánea. La ciudad actual se ha vuelto extensa, ya no se enfrenta al entorno, al territorio, a la naturaleza, como algo opuesto a ella, sino que ella misma se ha convertido en territorio, por lo que necesita de nuevas maneras de entenderla:

*"Quien haya estado en Tokio, en Sao Paulo o en Sanghai, sabe que ya no tiene ningún sentido hablar de ciudad. Se trata de territorios y habitamos territorios cuya métrica ya no tiene ningún sentido espacial, sino, sólo en el mejor de los casos, temporal"*²³⁶.

Ciudad y territorio en este caso son dos elementos que se identifican, constituyendo una única realidad, hemos perdido los límites de lo urbano por lo que todo es ciudad y a la vez todo es territorio, mezclándose ambas sustancias que ahora participan de similares significados y condiciones, como nos describe acertadamente Walter Benjamin en este párrafo:

"No lograr orientarse en una ciudad aún no es gran cosa. Mas para perderse en una ciudad, al modo de aquel que se pierde en el bosque, hay que ejercitarse. Los nombres de las calles tienen que ir hablando al extraviado al igual que el crujido de

²³⁴ Jacobs, Jane: *Muerte y vida de las grandes ciudades* (Madrid: Capitán Swing Libros, S.L., 2011).

²³⁵ Van Eyck, Aldo. "Diagrama hoja-árbol" en *Aldo van Eyck. Works*. Compilado por Ligtelijn, Vincent. (Basel: Birkhäuser publishers, 1999).

²³⁶ Cacciari, Massimo: *La ciudad* (Barcelona: Gustavo Gili, 2010), 56.

las ramas secas, de la misma forma que las callejas del centro han de reflejarle las horas del día con tanta limpieza como un claro en el monte"²³⁷



Fig. 9: Plaza mirador de la barriada de Loreto

Otra de las singularidades que presenta la estructura interna de este barrio es su definición mediante una red de comunicación peatonal en diversos niveles que permite enlazar las viviendas con los distintos espacios públicos ajardinados, viales de comunicación, zonas comerciales y culturales, llegando a definir una ciudad superpuesta²³⁸ vinculada de manera anticipada con los *mat-building* que posteriormente definiría Alison Smithson y que luego adoptaría Le Corbusier en su propuesta para el Hospital de Venecia. Se trata de una ciudad pensada en diferentes planos superpuestos, de trama menuda y una secuencia de espacios públicos diversos que aportan una enorme habitabilidad.

Las propuestas de ciudades superpuestas están vigentes en el Movimiento Moderno desde sus inicios. La introducción del tráfico rodado produce una reflexión sobre el espacio compartido por coches y peatones, como se refleja en las propuestas urbanas de Le Corbusier o Hilberseimer y su traslado al conocimiento del público general se produce en exposiciones internacionales

²³⁷ Benjamin, Walter: "Infancia en Berlín hacia el mil novecientos", en *Obras, libro IV/vol.1* (Madrid: Abadía editores, 2010), 179.

²³⁸ Por superposición urbana entendemos esa característica de la ciudad por la que asume "una nueva componente en crecimiento y es su espesor no sólo su extensión ni su altura, por lo que es posible pensar en la superposición como posibilidad de crecimiento, como alternativa especulativa de los nuevos proyectos y que viene siendo utilizada desde la antigüedad como es el caso de los criptopórticos romanos". Montero-Fernández, Francisco: "Superposiciones. Proyecto docente 3°C, curso 2011-2012" en *Proyectos III* (Sevilla: Universidad de Sevilla, 2012).

como la Futurama de General Motors en Nueva York en 1939, en las que el público puede comprobar en una gran maqueta urbana una ciudad con diferentes estratos superpuestos.

Alison Smithson escribe que *"el mat-building personifica el anónimo colectivo; donde las funciones vienen a enriquecer lo construido y el individuo adquiere nuevas libertades de actuación gracias a un nuevo y cambiante orden, basado en la interconexión, los tupidos patrones de asociación y las posibilidades de crecimiento, disminución y cambio"*²³⁹. El edificio construido que se asocia más directamente con estas características es la universidad libre de Berlín de Candilis, Josic y Woods un organismo capaz de crecer, transformarse y respirar a través de patios, su principal rasgo era la valoración del vacío, de los poros. Un sistema continuo de jardines a distintos niveles se superpone a la estructura del edificio en distintos planos, trabándose para construir una retícula de compleja densidad.

Esta realidad de una ciudad con diferentes niveles también es objeto de reflexión para Alison y Peter Smithson, que lo exploran en su propuesta del concurso para la reconstrucción del centro de Berlín de 1958, destruido años antes por la guerra, que obtuvo el tercer premio. Una de las intenciones del concurso era conseguir la unión de los sectores ocupados por las fuerzas soviéticas y la zona ocupada por los aliados. Lo interesante de la propuesta de los Smithson es la presencia convergente de elementos como la movilidad y las infraestructuras; de factores físicos y sociales derivados de las nuevas formas de vida emergentes en la Europa de aquellos años. Los dibujos presentados mostraban un modelo de ciudad que partía de la definición de nuevas estructuras de comunicación. El elemento más característico era una gran plataforma peatonal que se elevaba sobre la ciudad barroca, separando la movilidad motorizada de la peatonal, que se establecía como una gran red superpuesta con diferentes anchos y conexiones con la cota inferior preexistente a través de edificios torres y escaleras mecánicas.

La estrategia principal es la superposición de una nueva geometría respetando lo preexistente, un juego de geometrías opuestas que diferenciaban claramente las dos movilidades que sitúan esta propuesta muy alejada de la ciudad construida en la actualidad. La dimensión de crecimiento de la ciudad contemporánea es el espesor, frente a la imposibilidad de extenderse de manera infinita, la ciudad actual se nos muestra como una entidad gruesa que no se limita a una fina capa superpuesta al territorio. En base a este principio la ciudad solo puede ser conocida a través de la sección, a través de los recorridos que ella realicemos. La ciudad se observa, se aprende, se reconoce en movimiento. El paseante siempre tiene una actitud creativa ya que establece una sección de la ciudad en la que emergen protagonistas de una secuencia que es

²³⁹ Smithson, Alison "How to recognise and read mat-building" *Architectural Design* 9 (1974) traducción y reedición en *Matbuilding* DPA 27/28, (2011): 1.

capaz de contarnos un lugar, una ciudad en un tiempo y en un espacio. El único recurso posible para conocer un territorio es desarrollar una sección, un paseo.

Algo similar podemos observar en este barrio, donde pasos elevados conectando los distintos bloques de vivienda generan una continuidad urbana de recorridos peatonales alternativos a los de la cota del suelo y mediante la disposición de los bloques se estructuran plazas semicerradas que actúan como poros, como los vacíos por los que respira la ciudad.



Fig. 10: Galería conectando dos bloques lineales

Como hemos visto, los valores arquitectónicos del conjunto son significativos. Posiblemente el mejor ejemplo lo encontramos en una serie de bloques de vivienda proyectados en 1944 por los hermanos Felipe y Rodrigo Medina Benjumea en los que desarrollan una tipología de bloque lineal con dúplex superpuestos en galería que por su dimensión y disposición se convierte en una calle elevada de carácter público. Un concepto que podemos considerar heredero directo de la propuesta que hace Le Corbusier para los Inmuebles Villa o las viviendas construidas entre 1919 y 1921 por Michiel Brinkman en Rotterdam, ya que el Spangen Quartier es quizás el primer proyecto en el que es materializado el concepto de "Calles en el aire"²⁴⁰ que en los años cincuenta teorizarán Alison y Peter Smithson en el concurso de Golden Lane (1952) y la propuesta para el CIAM IX de Aix en Provence, y luego ensayarán parcialmente en el conjunto

²⁴⁰ Díaz-Recasens Montero de Espinosa, Gonzalo: "Golden Lane. Sobre la cualidad vacía del espacio público en la obra de los Smithson." *Proyecto, Progreso y Arquitectura* 5 (2011): 62.

residencial de Robin Hood Garden. En todos estos proyectos las galerías de distribución se alejan de la concepción de pasillo colectivo y buscan aproximarse a un espacio público flexible, a una calle peatonal que recupere la capacidad de relación que estas tenían antes de la aparición del automóvil. Sin tener asignado un uso determinado, su tamaño, hasta tres veces superior al necesario para una función exclusiva de tránsito, y su disposición, ligada tanto al espacio público como al acceso a las viviendas, deben permitir a los vecinos el intercambio de relaciones y la posibilidad de realizar diferentes acciones, realmente son un desarrollo complejo del espacio “calle” tradicional que facilita una estructura continua de pequeños espacios públicos, recuperando la escala rural que la ciudad contemporánea estaba perdiendo y que las propuestas urbanísticas de los CIAM no contemplaban. Frente al indeterminado espacio público verde y continuo, punteado por edificios de escala monumental que Le Corbusier plantea en sus propuestas urbanas de *La ciudad de tres millones de habitantes* o *La Ville Radieuse*, la propuesta urbana que subyace de Golden Lane (la Cluster City) busca la introducción de una secuencia continua de espacios urbanos de diferentes escalas, que lleguen hasta pequeños vacíos de escala mínima para configurar los accesos a las viviendas, que se aproximen al ciudadano, a los habitantes de esos nuevos espacios construidos. Realmente es una inversión del concepto, el edificio deja de ser un objeto que se posa en un territorio vacío e indeterminado para construir el mismo, a través de una red continua, ese nuevo territorio que va a ser la ciudad contemporánea.

Los bloques proyectados por los hermanos Medina son de tres y cuatro plantas y se componen de comercio en planta baja y viviendas en dúplex o de dos franjas de viviendas en dúplex apiladas, en este caso, a las viviendas inferiores se accede directamente desde la calle. A las viviendas superiores se accede siempre desde una galería descubierta, que discurre apoyada en los soportales en las de tres plantas, y en vuelo en las de cuatro. La singularidad frente a la galería tradicional es que a este elemento de distribución se llega directamente desde la calle, mediante una escalera exterior, haciendo que el acceso sea público lo que supone una vinculación directa de la calle con el acceso a cada vivienda, sin la intermediación de filtros que puedan introducir un grado de privacidad en las galerías, que así concebidas se convierten en una extrapolación real en altura del plano público de suelo urbano.

Este barrio reúne muchos de los conceptos desarrollados pocos años más tarde por el Team X, por lo que puede suponerse como una acertada reflexión de los hermanos Medina respecto a los principios del Movimiento Moderno. Su escala menuda y su complejidad espacial encajan perfectamente en los presupuestos desarrollados por la segunda generación:

*"En la continuidad del Movimiento Moderno que asume el Team X, hay una voluntaria discontinuidad de vital importancia, que se refleja en la arquitectura y en las reuniones de los miembros: la consideración del hombre concreto frente al hombre universal [...] para los Smithson y los miembros del Team X, la arquitectura ha de dirigirse al hombre concreto, al hombre popular: al hombre de la calle que aparece en las fotografías de Nigel Henderson o Henry Cartier Bresson. Frente a la universalidad del Estilo Internacional, cobran importancia el sentido de identidad, la diversidad cultural, la tradición, las preexistencias ambientales, el lenguaje comunicativo y la arquitectura no elocuente"*²⁴¹

La barriada de Loreto establece unas importantes relaciones con el paisaje circundante, su trama menuda y su disposición urbana contribuyen a integrarlo en un territorio dominado por la singularidad geográfica del lugar, se trata de un paisaje dentro de un paisaje. Originalmente el castillo de Hisn-Al-Faray controlaba el acceso a la ciudad de Sevilla desde el sur estableciendo una relación con el territorio circundante a través de un elemento antitético como era el posteriormente llamado castillo de San Jorge, situado a la altura de punto más alto navegable del río, junto al puente de barcas de Sevilla. Los restos del castillo de Hisn-Al-Faray, tras la ocupación del cerro por la barriada militar, establecían una vinculación similar con las instalaciones de la aviación situadas en la isla de Tablada, una relación que usaba el ahora cauce recto del río tras la ejecución de la corta de Tablada como eje de un territorio controlado visualmente entre estos dos focos. La periferia de la ciudad se construye en este caso mediante la reocupación y la discontinuidad, apoyándose en las claves fundacionales del territorio y las preexistencias ambientales, una situación de la que podemos aprender para nuevas actuaciones de expansión u ocupación territorial.

BIBLIOGRAFÍA

Abu-I-Walid, Isma'il Ibn Muhammad: Elogio del Islam español, translate by Emilio García Gómez. Lleida: Estudi General de Lleida, Facultat de Filosofia i Lletres, 1934

Blanco Freijeiro, Antonio: *Historia de Sevilla, La ciudad antigua (De la prehistoria a los visigodos)*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 1989

Benjamin, Walter: "Infancia en Berlín hacia el mil novecientos", en *Obras, libro IV/vol. 1*. Madrid: Abadía editores, 2010

Cacciari, Massimo: *La ciudad*. Barcelona: Gustavo Gili, 2010

Chatwin, Bruce: *Los trazos de la canción*. Barcelona: Península, 2007

²⁴¹ Fernández Villalobos, Nieves: *Utopías domésticas. La casa del Futuro de Alison y Peter Smithson*. (Barcelona: Fundación Arquia, 2012),

- Fernández Villalobos, Nieves: *Utopías domésticas. La casa del Futuro de Alison y Peter Smithson*. Barcelona: Fundación Arquia, 2012
- Díaz-Recasens Montero de Espinosa, Gonzalo: "Golden Lane. Sobre la cualidad vacía del espacio público en la obra de los Smithson." *Proyecto, Progreso y Arquitectura* 5 (2011): 60-71
- Instituto Andaluz del Patrimonio Histórico. Consejería de Cultura. Junta de Andalucía. "Base de Datos Patrimonio Inmueble de Andalucía", Accessed Junio 20, 2016, <http://www.iaph.es/patrimonio-inmueble-andalucia/resumen.do?id=i21889>
- Jacobs, Jane: *Muerte y vida de las grandes ciudades*. Madrid: Capitán Swing Libros, S.L., 2011
- Montero-Fernández, Francisco: "Conversaciones sobre OTAISA (I), de los sesenta a los setenta". Concurso para la provisión de la plaza de catedrático de universidad. Área: proyectos arquitectónicos. Universidad de Sevilla, 2004
- Montero-Fernández, Francisco: "Superposiciones. Proyecto docente 3ºC, curso 2011-2012" en *Proyectos III*. Sevilla: Universidad de Sevilla, 2012
- Perec, George: *El Gabinete de un aficionado: historia de un cuadro*. Barcelona: Anagrama, 1989
- Riegl, Alois: *El culto moderno a los monumentos*. Madrid: Visor, 1999
- Rossi, Aldo: *La arquitectura de la ciudad*. Barcelona: Gustavo Gili, 1982
- Smithson, Alison "How to recognise and read mat-building" *Architectural Design* 9 (1974) traducción y reedición en *Matbuilding* DPA 27/28, (2011): 1-18
- Van Eyck, Aldo. "Diagrama hoja-árbol" en *Aldo van Eyck. Works*. Compilado por Ligtelijn, Vincent. Basel: Birkhäuser publishers, 1999

PAISAGEM CULTURAL MARÍTIMA DE SINTRA: UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICA

Marco Oliveira Borges

Resumo: Neste estudo será analisada a paisagem cultural marítima de Sintra, mais concretamente da área costeira que vai do Espigão das Ruivas até à praia das Maças. Estamos perante um espaço geográfico atlântico caracterizado por ser bastante recortado, por apresentar diversos perigos para a navegação, por ter estado dotado de ancoradouros, de portos e de ter diversos topónimos ligados à vida marítima. Neste seguimento, e estando na rota de importantes circuitos comerciais milenares, a acção humana acabou por ter influência destacada na composição paisagística desta costa ao longo dos séculos, conhecendo-se edificações que ganharam forma entre a Antiguidade e a Época Contemporânea.

Palavras-chave: Sintra; Paisagem cultural marítima; Território; Interdisciplinaridade.

THE MARITIME CULTURAL LANDSCAPE OF SINTRA: A HISTORICAL-ARCHAEOLOGICAL APPROACH

Marco Oliveira Borges

Abstract: In this study, we shall analyse Sintra's Maritime Cultural Landscape, more specifically the coastal area that spreads from Espigão das Ruivas to Praia das Maças. We are before an Atlantic geographical space notorious for being quite rugged, for presenting several dangers to navigation, for having been endowed with anchorages and ports and for having several sea life-related toponyms. In this context, set in the route of millenia-old commercial circuits, human action ended up having a significant influence in shaping the coast throughout the centuries, being currently known some constructions erected between Antiquity and Modern Age.

Keywords: Sintra; Maritime Cultural Landscape; Territory; Interdisciplinarity.

PAISAGEM CULTURAL MARÍTIMA DE SINTRA: UMA ABORDAGEM HISTÓRICO-ARQUEOLÓGICA

Marco Oliveira Borges

A paisagem é um ponto de partida, mas não um fim.

Resulta do complexo geográfico [...]”.

Pierre Monbeig²⁴²

1 - INTRODUÇÃO

Embora a noção de “paisagem cultural marítima” tenha surgido em finais da década de 1970, associada à arqueologia marítima nórdica e resultando da necessidade de designar cientificamente os vestígios de cultura marítima, tanto em terra como no mar²⁴³, somente no início da década de 1990 começou a ganhar visibilidade internacional²⁴⁴. Na verdade, inicialmente os vestígios subaquáticos eram o único alvo de atenção dos arqueólogos, mas, aos poucos, esta perspectiva analítica foi incorporando as antigas edificações construídas ao longo das áreas costeiras²⁴⁵. Assim, num contexto geral, a paisagem cultural marítima abarca os vestígios arqueológicos subaquáticos, os portos ao longo das rotas marítimas e as suas construções, ancoradouros, pontes, fortificações, faróis, postos de vigia, cruzeiros, bem como outras estruturas junto das áreas costeiras relacionadas com a actividade humana.

No entanto, uma parte importante da paisagem cultural marítima é imaterial, cognitiva ou indicativa²⁴⁶. A sua componente principal incide nas percepções mentais que os mareantes têm da paisagem, traduzindo-se em palavras que representam uma realidade que, à primeira vista, está codificada, sendo que a análise da toponímia acaba por ser fundamental neste tipo de abordagem. Neste sentido, esta noção pode ser explorada de diferentes modos dentro de

²⁴² Pierre Monbeig, “Papel e valor do ensino da Geografia e de sua pesquisa”, in *Novos estudos de Geografia Humana brasileira* (São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1957), 11.

²⁴³ Christer Westerdahl, “The maritime cultural landscape”, *The International Journal of Nautical Archaeology*, 21: 1 (1992), 5-6.

²⁴⁴ Ben Ford, introduction to *The archaeology of maritime landscapes*, ed. Ben Ford (New York: Springer, 2011), 4-5.

²⁴⁵ Westerdahl, “The maritime”, 5.

²⁴⁶ *Ibid.*, 6.

diversos contextos teóricos, espaciais, históricos e ambientais. A diversidade de abordagens, porém, é unificada pelo facto de os seres humanos interagirem com a água e pela maneira como essas interações moldam a cultura e a paisagem²⁴⁷.

Outro aspecto a ter em conta é que a paisagem cultural marítima deve ser vista como a representação concreta de um “complexo geográfico”. Este último conceito ganhou forma com Pierre Monbeig²⁴⁸, geógrafo francês fortemente influenciado por Paul Vidal de La Blache²⁴⁹. O complexo geográfico é algo que se localiza espacialmente e que implica relações recíprocas mutáveis entre o homem e o meio. “A variedade dos componentes do complexo geográfico é tanto maior quanto mais elevado é o grau de civilização técnica atingido pelo grupo humano, existente há séculos, se não milénios, e muito numeroso”²⁵⁰. Como a paisagem não exterioriza todos os elementos constituintes de um complexo geográfico e nem sempre nela se encontrarão expressos com a devida clareza os modos de pensar, o investigador não pode recorrer somente à descrição daquilo que consegue observar. Por conseguinte, tem de procurar explicações na análise de processos e almejar compreender as consequências, relações, acções e as interações que unem todos os elementos constitutivos de um complexo geográfico²⁵¹. Daí que Pierre Monbeig tenha dito: “a paisagem é um ponto de partida, mas não um fim. Resulta do complexo geográfico [...]”²⁵².

Seguindo este enquadramento, e continuando investigações mais alargadas que estão em curso, tendo sempre presente o exemplo do que está a ser desenvolvido em Cascais²⁵³, que engloba o complexo geográfico do qual Sintra faz parte, pretendemos analisar a paisagem cultural marítima sintrense, contribuindo ainda mais para a sua valorização científica e patrimonial. A área costeira em observação vai do Espigão das Ruivas até à praia das Maças, tratando-se de um espaço geográfico atlântico caracterizado por ser bastante recortado, por apresentar diversos perigos para a navegação e que se materializaram em diversos naufrágios, por ter estado dotado de ancoradouros, de portos e de ter diversos topónimos relacionados com a vida marítima.

²⁴⁷ Ford, introduction, 7.

²⁴⁸ Cf., por exemplo, Monbeig, “Papel e valor do ensino da Geografia”, 5-25. Parece evidente que o geógrafo influenciou Vitorino Magalhães Godinho na nomeação do conceito operativo “complexo histórico-geográfico”, embora este, apesar de ter convivido com o francês aquando da sua presença em São Paulo, não tenha feito qualquer menção a Monbeig (cf. Vitorino Magalhães Godinho, “Complexo histórico-geográfico”, in *Dicionário de História de Portugal*, dir. Joel Serrão, I (Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963), 644-649; idem, “Noções operatórias na abordagem global das sociedades”, in *In Memoriam António Jorge Dias*, I (Lisboa: Instituto de Alta Cultura/Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974) 159-174; idem, “A evolução dos complexos histórico-geográficos”, in *Ensaio*, 2.ª ed., correcta e ampliada, II (Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978), 19-28.

²⁴⁹ Vidal de La Blache, *Princípios de Geografia Humana* (Lisboa: Edições Cosmos, 1946).

²⁵⁰ Monbeig, “Papel e valor do ensino da Geografia”, 9.

²⁵¹ *Ibid.*, 9-11.

²⁵² *Ibid.*, 11.

²⁵³ Entre os vários estudos, cf. Marco Oliveira Borges, “O porto de Cascais durante a Expansão Quatrocentista. Apoio à navegação e defesa costeira” (Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, 2012); Jorge Freire, “A vista da costa: a paisagem cultural marítima de Cascais” (Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2012); Jorge Freire e António Fialho, “A paisagem cultural marítima de Cascais: o modelo de investigação e de gestão do litoral”, in *Arqueologia em Portugal - 150 anos*, coords. José Morais Arnaud, et al. (Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013), 1213-1220; Marco Oliveira Borges, “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante a Época Islâmica. II - Em torno do porto de Cascais”, in *Paisagens e Poderes no Medievo Ibérico. Actas do I Encontro Ibérico de Jovens Investigadores em História Medieval. Arqueologia, História e Património*, coords. Ana Cunha, et al. (Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», Universidade do Minho, 2014), 430-435.

Neste seguimento, e estando na rota de importantes circuitos comerciais milenares, a acção humana acabou por ter influência destacada na composição paisagística desta costa ao longo dos séculos, conhecendo-se edificações que ganharam forma entre a Antiguidade e a Época Contemporânea, estando fortemente ligadas ao mar e à passagem de navios.

A perspectiva de estudo em longa duração aqui adoptada, atendendo à análise de diferentes contextos históricos e a aspectos conjunturais ou estruturais, visa compreender continuidades e mudanças na apropriação e organização deste território. Como a tentativa de reconstituição das paisagens antigas é complexa, levanta diversos problemas e é sempre incompleta, torna-se imprescindível enfatizar a necessidade de se operar através de uma metodologia de trabalho interdisciplinar, nomeadamente através do diálogo entre a história, a geografia e a arqueologia, disciplinas com fortes associações metodológicas e teóricas²⁵⁴.

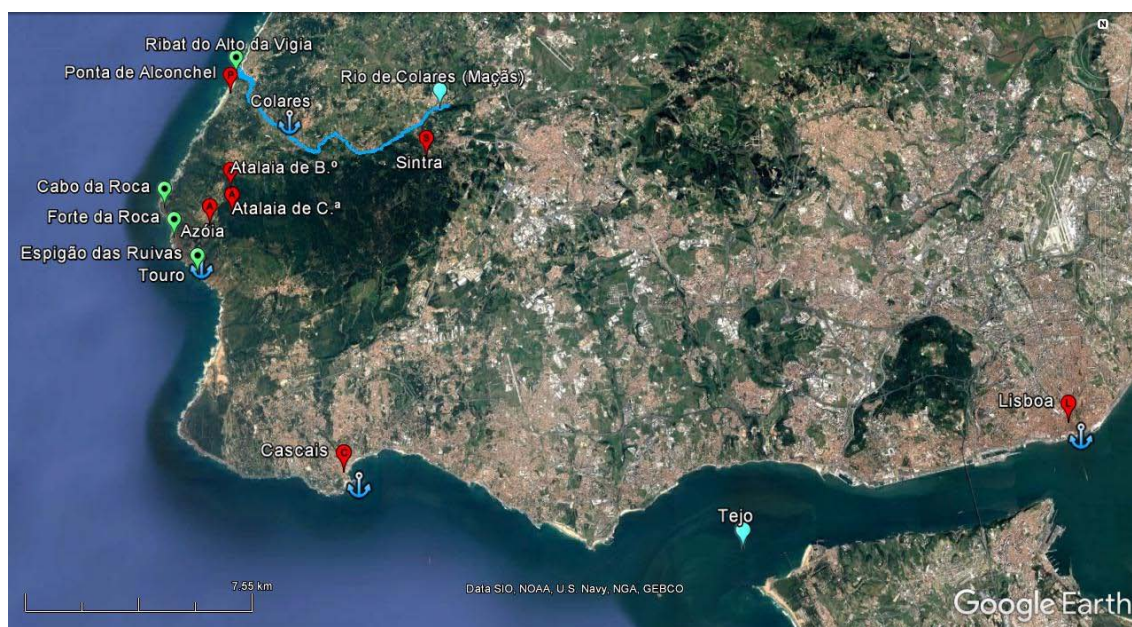


Fig. 1: Localização dos principais sítios em análise e enquadramento regional

2 - O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO ESPIGÃO DAS RUIVAS

O Espigão das Ruivas situa-se exactamente na fronteira marítima entre o território de Sintra e Cascais, um pouco a Sudeste do cabo da Roca, mas já do lado sintrense. No entanto, desde a década de 1880 até aos nossos dias tem vindo a ser referido como pertencendo ao concelho de

²⁵⁴ Ford, introduction, 1.

Cascais²⁵⁵. Trata-se de um rochedo alto, sobranceiro ao mar, de acesso extremamente difícil, perigoso e em que foram detectados, ainda no século XIX, vestígios de uma estrutura pétrea e fragmentos de cerâmica²⁵⁶. Igualmente nesta área de fronteira marítima entre os dois territórios, mas já no espaço de Cascais²⁵⁷, o porto do Touro, ladeado imediatamente a poente pelo Espigão das Ruivas, foi usado até muito recentemente como local de apoio à pesca²⁵⁸.



Fig. 2: Vista aérea do porto do Touro e do Espigão das Ruivas (indicado com a seta)

O sítio arqueológico acima referido foi identificado na década de 1880 por Francisco de Paula e Oliveira²⁵⁹. Naquele rochedo, o investigador referiu que havia detectado alicerces de edifícios, fragmentos de telhas e de cerâmicas, indícios que mostravam que o local havia sido habitado. Não tendo estudado aquelas ruínas, tornou-se difícil a Paula e Oliveira avançar com a sua possível funcionalidade e idade, ainda que o próprio não tenha tido dúvida quanto a uma antiguidade remota que recuava pelo menos até ao Período Romano²⁶⁰. Aliás, o investigador chegou a interrogar-se sobre a possibilidade desse arqueossítio ser o local onde havia sido erguido o templo (ou santuário) romano dedicado ao Sol e à Lua que se sabia ter existido no

²⁵⁵ Francisco de Paula e Oliveira, "Antiquités Préhistoriques et Romaines des Environs de Cascaes", extrait des *Communicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos*, II: I (1888-1892), 10-11.

²⁵⁶ Oliveira, "Antiquités Préhistoriques", 10-11.

²⁵⁷ "E damos lhe por seu termo como se começa pollo porto do touro e desy per cima [Norte] da debaruas de Rey[...]" (carta régia de 8 de Abril de 1370, ANTT, *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1, fól. 56).

²⁵⁸ Sobre estes locais, cf. Marco Oliveira Borges, "A importância do porto do Touro e do sítio arqueológico do Espigão das Ruivas (Cascais) entre a Idade do Ferro e a Idade Moderna", *História. Revista da FLUP*, IV: 6 (2016), 161-182.

²⁵⁹ Oliveira, "Antiquités Préhistoriques", 10-11.

²⁶⁰ *Ibid.*, 11.

litoral de Sintra. Muito embora alguns dados epigráficos indicassem a existência do santuário junto à foz do rio de Colares²⁶¹ e, de forma mais específica, o esboço de Francisco de Holanda²⁶² remetesse para o Alto da Vigia, a hipótese de Paula e Oliveira viria a ser retomada e mantida até recentemente.

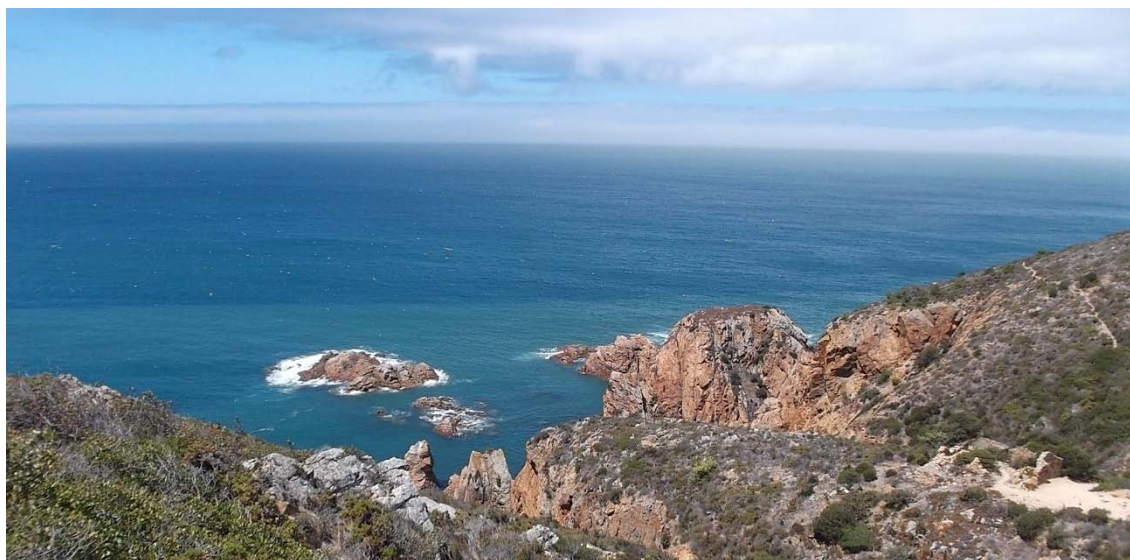


Fig. 3: Vista para o porto do Touro e Espigão das Ruivas

Mobilizados pela sedutora hipótese do antropólogo, durante muito tempo os investigadores posteriores a Paula e Oliveira não conseguiram localizar o Espigão das Ruivas, até porque o autor não apresentou nenhum mapa com a localização do sítio. Somente em 1991, por intermédio de Guilherme Cardoso, é que este local veio a ser (re)descoberto, vindo a sofrer uma intervenção arqueológica parcial nesse mesmo ano. A partir de então, passou a ser divulgado que o dito rochedo ficava ladeado do porto do Touro²⁶³.

Os trabalhos arqueológicos realizados revelaram a existência de uma estrutura pétrea rectangular de pequenas dimensões, com porta a Nordeste e já bastante danificada, situação

²⁶¹ José Cardim Ribeiro, "Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de *L. Iulius Maelo Caudicus*", *Sintria*, III: I (1982-1983), 166; idem, "Felicitas Iulia Olisipo. Algumas considerações em torno do catálogo *Lisboa Subterrânea*", sep. de *Al-Madan*, II: 3 (1994), 86-87; idem, "*Soli aeterno Lvnae*. Cultos astrais em época pré-romana e romana na área de influência da serra de Sintra: um caso complexo de sincretismo?", *Sintria*, III-IV (1995-2007), 596, 599-608 e 614-616; idem, "*Soli aeterno Lvnae*: o santuário", in *Religiões da Lusitânia. Loquuntur Saxa* (Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 2000), 235-239; idem, "*Ad Antiquitates Vestigandas*. Destinos e itinerários antiquaristas nos campos olisiponenses ocidentais desde inícios a meados do século XVI", in *Peregrinationes ad inscriptiones colligendas. Estudos sobre epigrafia de tradição manuscrita*, coord. Gerard González Germain (Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona, 2016), 140; Jorge de Alarcão, *O domínio romano em Portugal*, 4.ª ed. ([Lisboa]: Publicações Europa-América, 2002), 80.

²⁶² Francisco D'Holanda, *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa*, introd., notas e coment. de José da Felicidade Alves ([Lisboa]: Livros Horizonte, 1984), 90-92 e fl. 24v e 25.

²⁶³ Guilherme Cardoso, *Carta arqueológica do concelho de Cascais* (Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1991), 20.

que não permitiu aos arqueólogos determinar a sua utilidade. Para além disso, e dado o remeximento que toda a superfície do rochedo foi sofrendo ao longo do tempo, não foi possível destrinçar níveis estratigráficos²⁶⁴. Ainda que as evidências detectadas não tenham correspondido às expectativas geradas pelas averiguações de Paula e Oliveira e à possibilidade de ali poder ter existido o dito templo, foi dada a conhecer a descoberta de importantes materiais arqueológicos datáveis da Idade do Ferro que consistem em cerâmica de pasta fina de cor cinzenta e castanha, correspondendo a fragmentos de pequenas taças e de ânforas²⁶⁵. Relativamente ao Período Romano, ficou referida a recolha de dois fragmentos de uma pequena taça em *terra sigillata* sudgálica (forma Drag. 24/25), da segunda metade do século I d.C., um cossoiro, fragmentos de telhas grossas (*imbrices*), um anel (?) em fita de cobre, etc.²⁶⁶. Refira-se, igualmente, que ficou em aberto a possibilidade de este sítio arqueológico ainda ter estado em actividade durante a Idade Média.

Embora não se tenha conseguido compreender a utilidade da estrutura pétrea em causa, Guilherme Cardoso, trazendo o topónimo “Touro” à questão e a ligação com o mar, colocou a hipótese de ali ter existido “um antigo templo com imagem de um touro²⁶⁷, animal que simbolizava o desenvolvimento da violência sem contenção e que se encontrava associado ao culto de Poseidon, deus grego do mar a que os Romanos chamaram Neptuno”²⁶⁸. Outra hipótese, segundo o mesmo investigador, era “sugerida pela existência do culto lunar na Serra de Sintra e em toda a região desde a Pré-História”, permitindo assim “ligar o touro à Lua, símbolo da luz que, na noite escura, servia de guia aos navegantes”²⁶⁹.

Inicialmente interpretado como um possível local de culto, posteriormente surgiu uma hipótese divergente e que coloca as ruínas da estrutura detectada naquele rochedo como sendo o que restou de um antigo farol usado já no tempo dos fenícios e com continuação pelo Período Romano²⁷⁰. No entanto, esta interpretação não deixa de levantar algumas dúvidas²⁷¹, sendo necessários mais olhares sobre o assunto. Uma outra hipótese sugere que as ruínas da estrutura

²⁶⁴ Guilherme Cardoso e José D'Encarnação, “Sondagem no Espigão das Ruivas (Alcabideche, Cascais)”, *Al-Madan*, II: 2 (1993), 150.

²⁶⁵ Cf. Cardoso, *Carta arqueológica*, 31.

²⁶⁶ *Ibid.*; Cardoso e D'Encarnação, “Sondagem no Espigão das Ruivas”, 150.

²⁶⁷ Embora sendo apenas uma hipótese, uma imprecisão levou a que fosse dito que na estrutura pétrea havia sido detectada “uma gravura representando um touro” (cf. Ricardo Soares, “Tartessos, um povo do mar. Gênese da navegação, técnicas de construção e embarcações mediterrâneas e pré-romanas” (2008), (disponível em <http://light-cyclops.blogspot.pt/2010/10/farol-de-pharos.html> - consultada em 1/05/2015).

²⁶⁸ Cardoso, *Carta arqueológica*, 20.

²⁶⁹ *Ibid.*

²⁷⁰ Ana Margarida Arruda, “Fenícios e Mundo Indígena no Centro e Sul de Portugal (séculos VIII-VI a.C.)” (Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa, 2000), 3-17 e 3-18; idem, *Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.)* (Barcelona: Universidad Pompeu Fabra de Barcelona, 2002), 29; idem e Raquel Vilaça, “O Mar Grego-Romano antes de Gregos e Romanos: perspectivas a partir do Ocidente Peninsular”, in *Mar Greco-Latino*, coords. Francisco de Oliveira, Pascal Thierry e Raquel Vilaça (Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006), 44; Carlos Fabião, “A dimensão atlântica da Lusitânia: periferia ou charneira no Império Romano?”, in *Lusitânia Romana. Entre o Mito e a Realidade. Actas da VI Mesa Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana* (Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2009), 66.

²⁷¹ Cf. Borges, “A importância do porto do Touro”, 167-169.

existente no Espigão das Ruivas são o que restou de “uma pequena casa”²⁷². Por outro lado, parece-nos que a pequena estrutura pétrea e as telhas do Período Romano e do Período Islâmico ali detectadas sugerem que se estava perante um edifício que deverá ter funcionado como casa-abrigo, decerto com funções ligadas à navegação. Poderá ter funcionado como vigia e local de sinalização do porto do Touro aos navegantes, espaço marítimo que terá sido usado para desvio, descaminho e contrabando de mercadorias desde tempos recuados.

Uma recente interpretação dos materiais arqueológicos ali exumados permitiu enquadrar alguns fragmentos de telha no Período Islâmico²⁷³, sendo ainda apontada a presença visigótica no local²⁷⁴. No entanto, falta que se faça o estudo desenvolvido da estrutura pétrea, dos materiais arqueológicos ali detectados e a sua publicação integral. Sabemos que, neste momento, os materiais da Antiguidade Tardia ali exumados, tendo sido apresentados num congresso no Verão de 2016, estão em fase de estudo mais aprofundado para publicação, pelo que em breve teremos novidades sobre o assunto²⁷⁵. O mesmo virá a ocorrer, futuramente, com os materiais da Idade do Ferro²⁷⁶. Espera-se que se possa vir a compreender de forma mais detalhada a cronologia de ocupação inicial do sítio, a integração dos materiais nos circuitos comerciais antigos e estabelecer possíveis paralelos com outros sítios arqueológicos da região.

Não havendo um consenso sobre a funcionalidade da estrutura detectada no Espigão das Ruivas, existem outros aspectos que precisam de ser aduzidos à discussão: será que a dita estrutura teve a mesma funcionalidade entre a Idade do Ferro e o Período Islâmico? Será que não sofreu modificações ao longo do tempo? Já vimos que as sucessivas fases de ocupação do sítio foram afectando os níveis arqueológicos anteriores, sendo que a isso podemos acrescentar uma presença humana em tempos mais recentes. Nas ocasiões que visitámos o Espigão das Ruivas constatámos que existem barrotes de madeira no interior das ruínas da estrutura pétrea visível à superfície e que a mesma apresenta, hoje em dia, um formato circular (fig. 4), situações que mostram que o local foi frequentado até muito recentemente e que sofreu novas alterações de ordem antrópica após as escavações de 1991.

²⁷² Guilherme Cardoso, Jorge Miranda e Carlos A. Teixeira, *Registo fotográfico de Alcabideche e alguns apontamentos historico-administrativos* (Alcabideche: Junta de Freguesia de Alcabideche, 2009), 393.

²⁷³ Cardoso, Miranda e Teixeira, *Registo fotográfico*, 35.

²⁷⁴ *Ibid.*, 38.

²⁷⁵ Guilherme Cardoso e Luísa Batalha, “As cerâmicas alto medievais das *villae* do *ager* ocidental de *Olisipo* - Lusitânia” (comunicação apresentada no *Congresso Internacional de Cerâmicas altomedievales en Hispania y su entorno (entre los siglos V-VIII d.C.)*, Zamora, 2 de Junho, 2016).

²⁷⁶ Agradecemos a informação fornecida por Luísa Batalha.



Fig. 4: Vestígios arqueológicos do Espigão das Ruivas na actualidade

Se as telhas do Período Romano e Islâmico ali detectadas sugerem que se estava perante um pequeno edifício que deverá ter funcionado como casa-abrigo, os fragmentos de ânforas e de *terra sigillata* exumados poderiam estar associados a acções de desvio e descaminho de mercadorias vindas de *Olisipo*. Note-se que o porto do Touro e toda aquela costa também estavam na rota de uma linha comercial à escala regional que unia as *villae* do Ocidente do *Municipium Olisiponense* e *Olisipo*, sendo que alguns esteiros de mar outrora navegáveis serviam de ligação entre os dois pólos. É o caso do rio Lizandro (Mafra) e do rio de Colares (Sintra) - que no passado beneficiavam da entrada de um braço de mar para o interior dos seus territórios -, por onde teriam fluído navios e mercadorias envolvidas numa rede de ligações comerciais com *Olisipo* que teria estado activa sobretudo entre os séculos I-II e V d.C., havendo ainda elementos arqueológicos que permitem pensar numa maior antiguidade desses contactos

navais²⁷⁷. Pensa-se mesmo que o esteiro de Colares já tivesse alguma importância durante a Idade do Ferro²⁷⁸ e até no contexto do comércio regional do Bronze Final²⁷⁹.

Um dos aspectos que desperta a atenção quando se visita o porto do Touro reside no facto de haver uma porção territorial útil mais alargada para o interior imediato e mais abrigada do que o exíguo sítio arqueológico escavado, sendo que entre a praia daquele porto e esse interior existem ruínas de edifícios e outros diversos vestígios de presença humana. É muito provável que tenha havido uma ocupação humana espacialmente mais alargada daquela área durante a Antiguidade e a Idade Média, sobretudo onde actualmente ainda se encontram ruínas de barracas e de algumas habitações geralmente referidas como tendo sido construídas por pescadores em tempos mais recentes, marcando a paisagem cultural marítima local. Talvez tenham existido ali grupos de pessoas que prestavam apoio à navegação, fazendo a ligação entre terra e o mar através de pequenas embarcações quando fosse necessário, e que já se dedicavam a usar o local como porto de apoio à pesca, algo que se deverá ter mantido ao longo de vários séculos. Essas pessoas, se seguirmos estas hipóteses, estariam igualmente associadas à funcionalidade da estrutura detectada no Espigão das Ruivas, que também poderá ter operado como vigia e local de sinalização do porto do Touro aos navegantes.

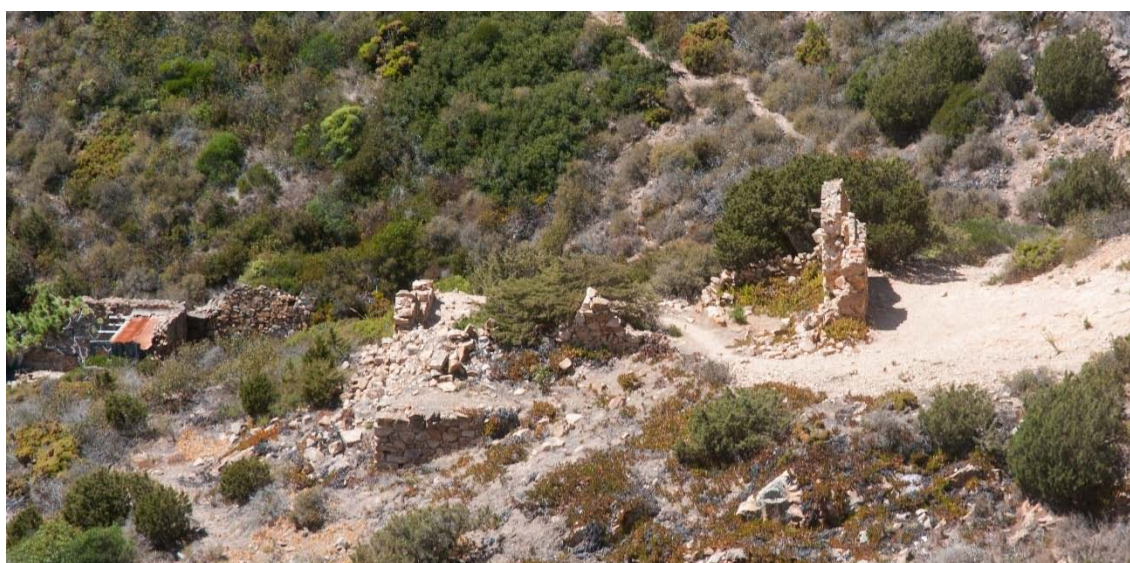


Fig. 5: Ruínas de edifícios no território adjacente ao porto do Touro

Contudo, quando falamos do porto do Touro, local que era visível do povoado romano/visigótico de Casais Velhos, estamos a indicar um espaço exíguo, com uma praia pequena, de seixos, sem

²⁷⁷ Marco Oliveira Borges, "Portos e ancoradouros do litoral de Sintra-Cascais. Da Antiguidade à Idade Moderna (I)", in *Actas das Jornadas do Mar 2014. Mar: Uma onda de Progresso* (Almada: Escola Naval, 2015), 152, 156-157 e 164; idem, "Navegação comercial fluvio-marítima e povoamento no Ocidente do *Municipium Olisiponense*: em torno dos rios Lizandro (Mafra) e Colares (Sintra)", in *Estudos em História da Antiguidade Clássica* (Coimbra: no prelo).

²⁷⁸ Cf. José de Oliveira Boléo, *Sintra e seu termo (Estudo Geográfico)* (Lisboa: Minerva, 1940), 40.

²⁷⁹ Cf. João Luís Cardoso e Maria João Sousa, "O Bronze Final na serra de Sintra", *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 21 (2014), 366.

areia e bastante rochosa, que não é acessível a navios de médias e grandes dimensões. Os navios que quisessem largar ferro naquela área tinham de ficar um pouco adiante da pequena praia para evitar o contacto com os rochedos, sendo aquelas imediações extremamente perigosas. A ligação com terra era feita através de pequenas embarcações que podiam varar, mas talvez apenas em períodos de preia-mar.

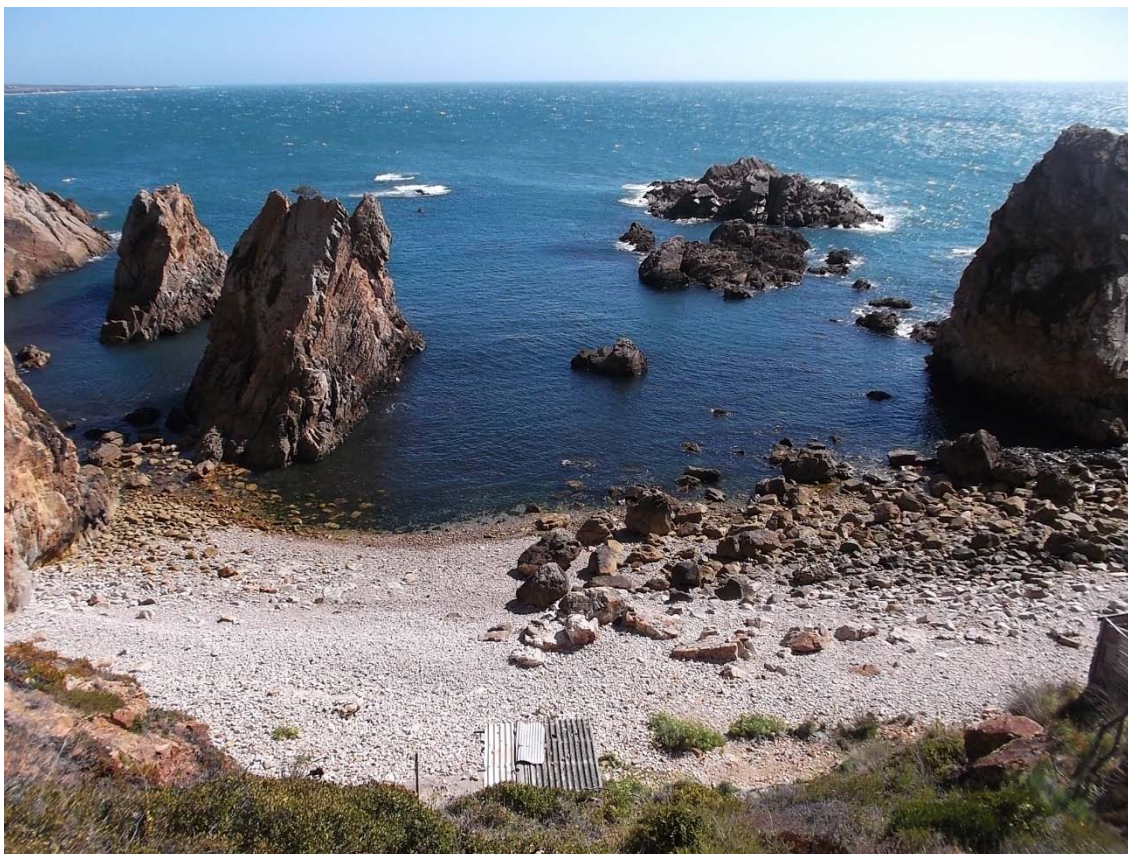


Fig. 6: Praia do porto do Touro

Durante a Idade Média o sítio arqueológico do Espigão das Ruivas ainda esteve em actividade, sendo que, de momento, é possível remontar a presença humana naquele local ao Período Visigótico e ao Período Islâmico²⁸⁰. É muito provável que, à semelhança de outros locais da costa de Sintra-Cascais que têm vindo a ser estudados, o porto do Touro tenha sido algo importante para a navegação muçulmana. Posteriormente, o local terá mantido ocupação ou, pelo menos, servido de apoio marítimo. Datam de 1253 (“portu Tauri”²⁸¹) e 1370 documentos que aludem ao porto do Touro, indiciando assim a sua contínua utilização, ainda que os mesmos estejam inseridos no âmbito de delimitações territoriais, não referindo qualquer actividade portuária no local. Note-se, porém, que anteriormente a 1370 este sítio estava integrado no território de

²⁸⁰ Cardoso, Miranda e Teixeira, *Registo fotográfico*, 35 e 38.

²⁸¹ Pub. por Francisco Costa, *Estudos Sintrenses*, I (Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 2000), 97.

Sintra, sendo bastante curioso que o termo de Cascais, uma vez traçado, tivesse início precisamente nesse local.

Existem referências cartográficas (séculos XVII-XIX) a um porto situado na fronteira entre a costa de Sintra e Cascais e que correspondem ao porto do Touro. O primeiro exemplar cartográfico conhecido, da autoria de Pedro Teixeira (1634), alude claramente ao “Porto do Guincho” (fig. 7), naquilo que será uma alusão ao porto do Touro, até porque o local, ainda hoje, é igualmente conhecido por Guincho Velho. Posteriormente, temos mapas dos arredores de Lisboa com alusões ao “porto do Guinel”, evidente corruptela de Guincho, e ainda outros, mais tardios, grafados com o topónimo “porto do Sinchel”, correspondendo todos ao porto do Touro.

Tendo a área confinante ao dito porto um elevado potencial do ponto de vista arqueológico, era importante desenvolver trabalhos de prospecção nas imediações e possíveis escavações que pudessem trazer novidades e compreender melhor qual o tipo de ocupação humana desde tempos antigos. Do mesmo modo, e havendo a possibilidade de que outras enseadas das proximidades também tenham tido algum tipo de actividade, é essencial que se proceda à prospecção geofísica daquela área costeira. De uma forma geral, futuros trabalhos arqueológicos (em terra e mar) poderão levar a descobertas que permitam perceber melhor a ligação de todo aquele espaço com a actividade naval em épocas recuadas.



Fig. 7: Pormenor de uma carta do atlas da Península Ibérica de Pedro Teixeira (1634).

Destaque para a alusão ao porto do Guincho, ou seja, o porto do Touro

3 - O CABO DA ROCA, A ENSEADA DE ASSENTIZ E SUAS IMEDIAÇÕES

Designado na Antiguidade por promontório de Ofiússa²⁸², *Promontorium Lunae* e *Promontorium Magno*²⁸³, o cabo da Roca desde sempre foi um importante acidente geográfico para a navegação, servindo aos mareantes “de firme demarcação para buscarem a barra de Lisboa”²⁸⁴. Situado na área mais ocidental do mundo conhecido, caracterizada pelo forte vento e agitação marítima, este cabo sempre foi o grande ponto de referência da costa de Sintra, conhecida pela sua perigosidade e pelos diversos naufrágios que proporcionou ao longo dos séculos, sendo que a primeira referência documental que se conhece sobre acidentes marítimos no litoral sintrense remete para 1147²⁸⁵.



Fig. 8: Vista aérea do cabo da Roca, ponto mais ocidental da Europa. O actual farol foi erguido em 1896.

²⁸² Avieno, *Orla Marítima* (Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1992) 22 e 47, n. 33.

²⁸³ Vasco Gil Mantas, “A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga”, I (Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 1996), 882; idem, “O porto romano de Lisboa”, in *Puertos fluviales antiguos: ciudad, desarrollo e infraestructuras*, coords. G. P. Berlanga e J. P. Ballester (Valencia: Universidad de Valencia, 2003), 15.

²⁸⁴ Fr. Joseph Pereira de Santa Anna, *Chronica dos Carmelitas da Antiga, e Regular Observancia Nestes Reynos de Portugal, Algarves e seus Dominios*, t. II (Lisboa: Officina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, 1751), 115.

²⁸⁵ Altura em que as forças cruzadas vieram auxiliar D. Afonso Henriques na tomada de Lisboa aos mouros (cf. Marco Oliveira Borges, “Em torno da preparação do cerco de Lisboa (1147) e de uma possível estratégia marítima pensada por D. Afonso Henriques”, *História. Revista da FLUP*, IV: 3 (2013), 126-129).

Junto ao cabo da Roca, onde entrou em funcionamento um farol em 1772²⁸⁶, surge o topónimo Vigia da Roca e Cruzeiro do Facho, indicadores não apenas de um local de vigilância mas também de apoio à navegação nocturna. É muito provável que o cabo da Roca e imediações já tivessem estruturas de apoio à navegação e de vigilância durante a Antiguidade, mas sobretudo um farol²⁸⁷, até porque o local surge nas fontes clássicas como uma referência geográfica de elevada importância para a navegação²⁸⁸. Todavia, é para o Período Islâmico que estamos melhor informados.

Estando Sintra dotada de uma linha costeira que permitia observar o movimento marítimo ao seu largo, que possibilitava o abrigo inimigo em pequenas enseadas e desembarques que facilitavam o acesso ao território, é natural que os ocupantes muçulmanos tenham aproveitado esses factores para a implantação de diversas estruturas de vigilância²⁸⁹. Por isso mesmo, a toponímia do concelho de Sintra fornece diversos étimos associados a contextos militares e relacionáveis com antigos postos defensivos e de observação oceânica.

A cerca de 1,5 km do cabo da Roca, numa posição ainda mais elevada, temos a localidade da Azóia. Este topónimo deriva de *az-zawiya*, devendo ter surgido do desígnio de um edifício religioso existente naquela área serrana, provavelmente uma pequena ermida, mas que acumularia igualmente a função de posto de vigilância²⁹⁰, dando o alerta perante a aproximação inimiga. Nestas estruturas, situadas normalmente junto da costa e de vias de comunicação, também se deveria dar apoio aos desvalidos e a viajantes²⁹¹. É de salientar que toda esta área da serra de Sintra era propícia à edificação de estruturas. Ainda hoje, ligeiramente a Norte da Azóia, existe uma localidade denominada Atalaia e que na toponímia se subdivide em Atalaia de Baixo e Atalaia de Cima. A posição elevada e estratégica destes locais indicia a existência de antigos postos de vigilância costeira que poderão remontar aos séculos IX-X²⁹².

²⁸⁶ Se bem que o actual, bem como todo o complexo edificado que o envolve, seja uma estrutura de 1896 (cf. Joaquim Boiça, *Farol Museu de Santa Marta* (Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2008), 76 e 101).

²⁸⁷ Carlos Fabião refere que este cabo, face à sua importância, era um “acidente geográfico merecedor de sinalização” (cf. Fabião, “A dimensão atlântica”, 66).

²⁸⁸ Cf. os dados indicados por Maria Teresa Caetano, “Cavalos do vento e ginetes do acaso: do paraíso à partenogénese do Monte da Lua”, *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 19 (2016), 178-179.

²⁸⁹ Marco Oliveira Borges, “A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante o *Garb al-Andalus*. I - Em torno do porto de Colares”, *História. Revista da FLUP*, IV: 2 (2012), 111-113.

²⁹⁰ Christophe Picard, *Le Portugal musulman (VIII^e - XIII^e siècle). L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique* (Paris: Maisonneuve et Larose, 2000), 62, n. 47.

²⁹¹ Helena Catarino, “Breve sinopse sobre topónimos Arrábida na costa portuguesa”, in *La Rábida en el Islam. Estudios Interdisciplinarios. Congresos Internacionales de Sant Carles de la Ràpita (1989, 1997)*, ed. Francisco Franco Sánchez (Sant Carles de la Ràpita/Alacant: Ajuntament de Sant Carles de la Ràpita/Universitat d'Alacant, 2004), 263.

²⁹² Christophe Picard, *L'océan Atlantique musulman. De la conquête arabe à l'époque almohade. Navigation et mise en valeur des côtes d'al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal-Espagne-Maroc)* (Paris: Maisonneuve et Larose, 1997), 92; Borges, “A defesa costeira do litoral”, 110-112.

Séculos depois, já durante a Idade Moderna, o cabo da Roca viria a ser um dos dois grandes pontos geográficos de aproximação à costa portuguesa para os navios vindos da Índia e dos restantes territórios ultramarinos lusos. Não admira, pois, que existissem balizas sinalizadoras que “se governavam por montes e picos da serra de Sintra e outros sinais remotos”²⁹³, visando a orientação dos navios pela costa. Porém, com nevoeiro - imagem de marca de Sintra - ou tempo chuvoso estas balizas não se viam, daí que, em alternativa, fosse referido que se podiam colocar marcos altos nas praias “pelos quais em todo o tempo se pudesse guiar”²⁹⁴.

Junto ao cabo da Roca, a Sul e voltada para Oeste, a enseada de Assentiz terá sido aproveitada como pequeno ancoradouro de abrigo desde épocas recuadas e servido para corsários e piratas fazerem emboscadas²⁹⁵, sendo este um local a ter em conta em futuras investigações e que precisa de ser explorado com recurso à arqueologia subaquática²⁹⁶. O caso mais célebre de um ataque ocorrido nesta área é aquele que envolveu a naveta *Nossa Senhora da Conceição*, que vinha carregada da Índia com especiarias e outras mercadorias. Capitaneada por João da Costa, esta naveta foi emboscada junto àquele cabo por 4 navios argelinos, a 17 de Dezembro de 1637. É muito provável que a emboscada tenha ocorrido na enseada de Assentiz²⁹⁷, uma vez que os inimigos aguardavam junto à parte de terra, no cabo da Roca²⁹⁸. Aquela enseada era o local mais adequado naquela área que permitia aos inimigos fazerem uma espera, e ataque surpresa aos navios vindos de Norte, uma vez que a Roca tapa a visão a quem vem a navegar para Sul. Portanto, os navios que se tivessem a deslocar para Sul só saberiam da presença inimiga muito em cima dos acontecimentos.

Ao avistarem a *Conceição*, os argelinos prontamente seguiram no seu encalço. Por essa altura, o vento soprava de Sudoeste, pelo que aos portugueses apenas restava fugir para Norte, no intuito de se tentar alcançar algum porto. No entanto, os navios argelinos foram mais rápidos, alcançando a naveta portuguesa em frente à praia das Maças. Seguiu-se um combate de artilharia, curto e violento, que deixou a *Conceição* imobilizada e bastante destruída. Na iminência do navio ser abordado pelos inimigos, o capitão ordenou que se pegasse fogo à *Conceição* e escapou para terra num batel com alguns dos seus homens²⁹⁹.

²⁹³ Livio da Costa Guedes, ed., *Aspectos do Reino de Portugal nos séculos XVI e XVII. A «Descrição» de Alexandre Massali (1621) - II Tratado*, sep. do *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 58 (1989), 188.

²⁹⁴ *Ibid.*

²⁹⁵ Borges, “A defesa costeira do litoral”, 112, n. 18; idem, “Portos e ancoradouros”, 162-164.

²⁹⁶ Jorge Freire, “A arqueologia costeira e a sua percepção no estudo da embocadura do rio Tejo”, in *Actas das Jornadas do Mar 2014*, 148; Borges, “Portos e ancoradouros”, 162-164.

²⁹⁷ *Ibid.*, 162.

²⁹⁸ José António Rodrigues Pereira, *Grandes batalhas navais portuguesas. Os combates que marcaram a História de Portugal* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009), 193-195; idem, *Grandes naufrágios portugueses, 1194-1991. Acidentes marítimos que marcaram a História de Portugal* (Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013), 204-205.

²⁹⁹ Pereira, *Grandes batalhas*, 193-195; idem, *Grandes naufrágios*, 204-205.



Fig. 9: Cabo da Roca com vista parcial para a enseada de Assentiz e imediações. Perspectiva para Sul.



Fig. 10: Vista para o cabo da Roca, enseada de Assentiz e imediações. Perspectiva para Norte

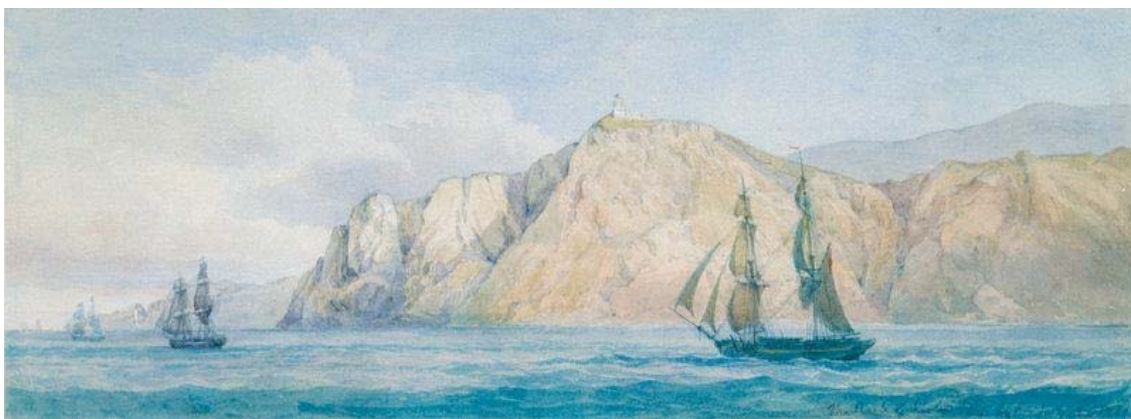


Fig. 11: Cabo da Roca, também designado como *The Rock of Lisbon*. John Christian Schetky, 1861 (© National Maritime Museum, Greenwich)

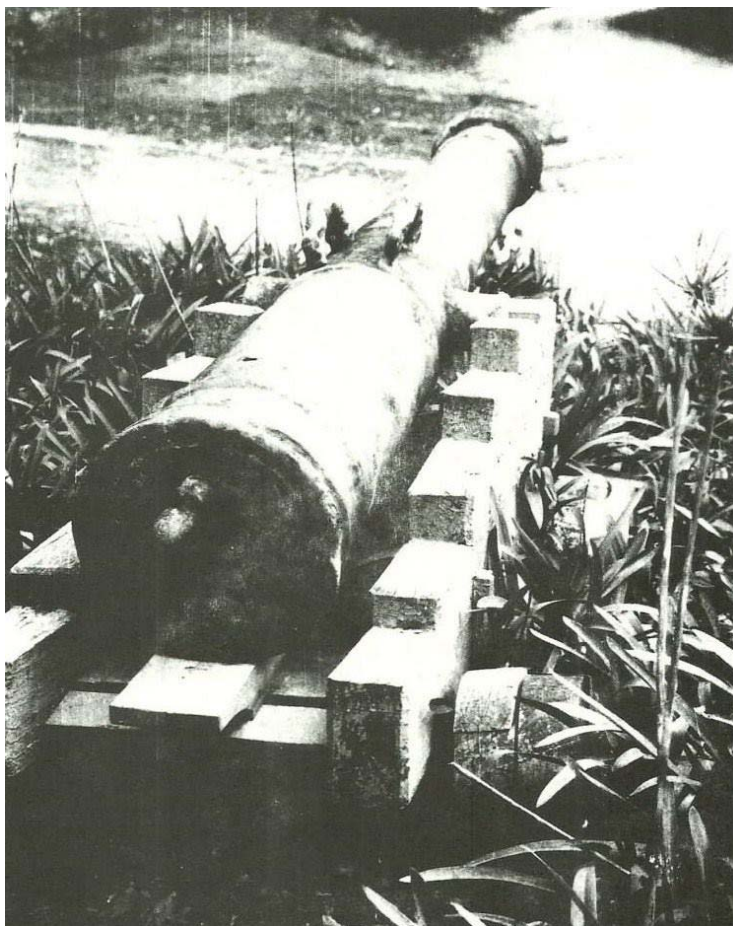


Fig. 12: Canhão ibérico de bronze recuperado no cabo da Roca (1966). De origem portuguesa ou espanhola, e sendo datável do último quartel do século XVI, o exemplar tem um comprimento de 2,87 m e pesa cerca de 1.600 kg³⁰⁰

³⁰⁰ Adaptado de Rainer Daehnhardt, "Um canhão no Cabo da Roca", in *Páginas Secretas da História de Portugal*, II (Lisboa: Edições Nova Acrópole, 1994), [169].

Foi nas proximidades da enseada de Assentiz que, provavelmente algures após a Restauração, foi edificado o forte de Nossa Senhora da Roca (ou forte do Espinhaço)³⁰¹. Implantado numa área de penhascos e de altura considerável em relação ao mar, hoje em dia já só subsistem escassos vestígios das suas ruínas.

De acordo com Carlos Callixto, um inspector anónimo havia visitado o local em Abril de 1751, altura em que o forte já se encontrava bastante arruinado, ficando estimado que a sua reconstrução total orçaria pelos 1.300\$00 réis³⁰². À primeira vista, a possível importância para proteger os navios que por ali passavam, bem como a própria presença de corsários naquelas imediações e a necessidade de evitar que pairassem por ali, seriam argumentos mais que válidos para se erguer um forte naquela área. Segundo o dito inspector, o forte estava “num dos sítios mais importantes daquela marinha pelo muito que ampara dos inimigos as embarcações pequenas que fazem viagem para o Norte”³⁰³. Não se sabe por quantas peças de artilharia estava dotado naquela altura. Porém, anos mais tarde, entre 1763 e 1764, sabe-se que estava artilhado com 4 peças de ferro: 2 de calibre 9 e 2 de calibre 6³⁰⁴. No entanto, os relatórios levados a cabo nas décadas seguintes viriam a tirar a importância estratégica e a utilidade defensiva deste forte, até que o local foi abandonado já durante o século XIX.

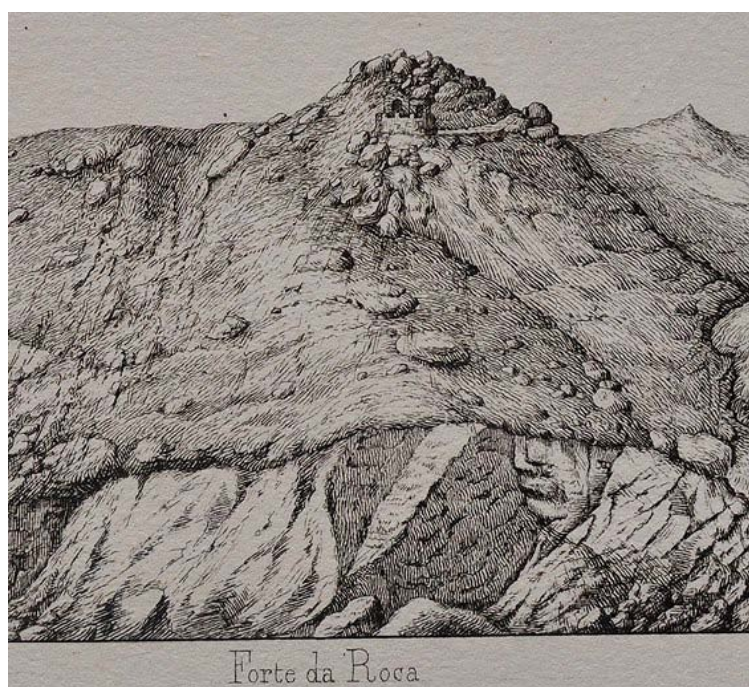


Fig. 13: Forte de Nossa Senhora da Roca numa gravura do século XIX

³⁰¹ Carlos Pereira Callixto, *Fortificações da praça de Cascais a Ocidente da vila* (Lisboa: [s.n.], 1980), 4-5; Joaquim Boiça e Maria Rombouts de Barros, “As fortificações marítimas a Ocidente de Cascais”, in *As fortificações marítimas da costa de Cascais*, ed. Joaquim Boiça, Maria Rombouts de Barros e Margarida de Magalhães Ramalho (Cascais: Quetzal, 2001), 212.

³⁰² Callixto, *Fortificações da praça*, 5.

³⁰³ Boiça e Barros, “As fortificações”, 212.

³⁰⁴ Callixto, *Fortificações da praça*, 5-6.

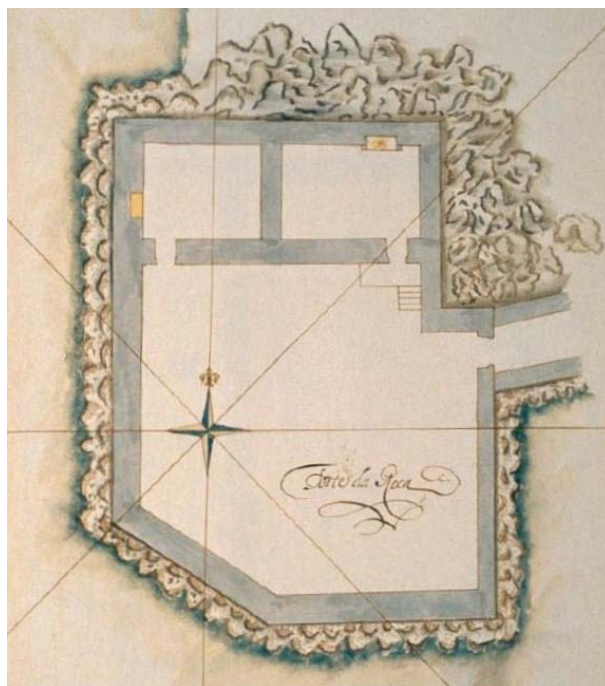


Fig. 14: Planta do forte de Nossa Senhora da Roca (© ANTT)



Fig. 15: Ruínas do Forte de Nossa Senhora da Roca com vista para o Cabo da Roca, enseada de Assentiz e imediações (foto: André Manique)

Se a geografia costeira de Sintra proporcionava abrigos a corsários e a piratas estrangeiros que preparavam emboscadas, o conhecimento da costa e das particularidades da navegação nesta área também eram bastante úteis a embarcações portuguesas que fugiam destes salteadores de mares. A Baixa do Broeiro (também conhecida por Pedra da Arca), ou talvez outro rochedo

das imediações do cabo da Roca, foi usada como espaço de protecção para navios de menor porte que fugiam a piratas mouros³⁰⁵. Este rochedo situa-se c. 900 m a Noroeste do cabo da Roca e, estando submerso mas à flor da água³⁰⁶, constitui enorme perigo para a navegação, uma verdadeira armadilha³⁰⁷. Seguindo as informações de Manoel Pimentel, os navios de menor porte juntavam-se mais a uma baixa das imediações do cabo da Roca do que ao próprio cabo, sabendo que os de maior porte não ousariam chegar àquele local, ou se chegassem e não soubessem que ali estava um rochedo à flor da água teriam uma má surpresa e que poderia ser fatal. O embate contra o rochedo levaria a um naufrágio quase certo. Na Baixa do Broeiro existem 8 canhões submersos e um navio afundado³⁰⁸.

4 - O SÍTIO ARQUEOLÓGICO DO ALTO DA VIGIA

O Alto da Vigia é um pequeno outeiro que fica situado junto à praia das Maças, na margem esquerda da desembocadura do rio de Colares, curso de água que nasce a c. 14 km da sua foz, estando actualmente reduzido à condição de ribeira. Em épocas passadas, um esteiro de mar invadia esta área permitindo a navegabilidade do vale de Colares, o acesso naval ao interior do território e ao porto local³⁰⁹.



Fig. 16: Vista aérea da praia das Maças, Alto da Vigia e praia Pequena (ou da Vigia)

³⁰⁵ Manoel Pimentel, *Arte de Navegar, em que se ensinam as regras praticas, e os modos de cartear, e de graduar a balestilha por via de Numeros e muitos problemas úteis à navegação* (Lisboa: Officina de Francisco da Silva, 1762), 526.

³⁰⁶ Estes rochedos, normalmente designados por "baixos", tanto podem estar debaixo como à flor da água (cf. Maurício da Costa Campos, "Baixos", in *Vocabulário marujo ou conhecimento de todos os cabos necessários ao navio [...]* (Rio de Janeiro: Na Officina de Silva Porto, e Companhia, 1823), 19).

³⁰⁷ Paulo Alexandre Monteiro, "Canhões na Roca. Análise preliminar de um conjunto submerso de peças de artilharia", *Al-Madan*, II: 15 (2007), 158.

³⁰⁸ *Ibid.*, 158-160. Numa palestra recente, Alexandre Monteiro, "O património cultural subaquático da costa de Sintra" (Sintra, 2 de Agosto de 2014), referiu que se tratava de um navio do século XIX, tendo inclusive citado a fonte que relata o embate com a pedra e o consequente naufrágio.

³⁰⁹ Borges, "A defesa costeira do litoral", 116-128; idem, "Portos e ancoradouros", 152-160; idem, "Navegação comercial".

Em 2008, durante intervenções arqueológicas realizadas no Alto da Vigia que visavam averiguar a existência do santuário romano consagrado ao Sol, à Lua e ao Oceano que se sabia ter existido no litoral de Sintra, foram detectados importantes vestígios de diferentes cronologias, inicialmente associados a uma vigia³¹⁰, porquanto parte da sua estrutura ainda estava visível à superfície³¹¹. O decorrer dos trabalhos tem permitido confirmar que foi neste local que os romanos tiveram o dito santuário. No entanto, a grande surpresa arqueológica esteve na detecção parcial das estruturas de um *ribat*, ou seja, uma edificação muçulmana.

Os trabalhos arqueológicos ainda decorrem. Até ao momento, comprova-se a presença romana nesse sítio desde o século I d.C., altura em que terá sido fundado o famoso santuário consagrado ao Sol Eterno, à Lua e ao Oceano. A julgar pelos testemunhos epigráficos recolhidos nos últimos anos, terá sido muito provavelmente ainda na primeira metade do século I d.C., talvez durante o imperialato de Tibério³¹². Este espaço de culto, a dada altura, foi “integrado no âmbito do Culto Imperial, sendo os votos expressos - designadamente pela saúde do Imperador e eternidade do Império - colocados apenas por governadores da Lusitânia e legados imperiais, e não por devotos particulares, ou mesmo pelo senado de *Olisipo*, município em cujo território se localizava o santuário”³¹³.

A alegada representação do santuário, que vinha indicado em epígrafes votivas³¹⁴ e que chegou a ser referido como podendo integrar um *vicus* local³¹⁵, viria a ser desenhada e descrita em texto corrido numa obra da autoria de Francisco de Holanda, publicada em 1571³¹⁶, se bem que a sua visita ao local tenha sido por volta de 1540³¹⁷ ou 1541³¹⁸. Aquilo que Holanda apresenta no seu esboço não é propriamente um edifício, mas sim um alinhamento circular composto por 16 aras ou plintos, ainda que suscitando dúvidas³¹⁹ quanto à real configuração e até à sua existência. Quando Valentim Fernandes visitou o Alto da Vigia, em Agosto de 1505, no âmbito da recente descoberta de elementos arquitectónicos romanos, não referiu nenhum edifício naquele

³¹⁰ Até recentemente, foi interpretada pelos arqueólogos como sendo a torre de um facho (cf. Patrícia Jordão, Pedro Mendes e Alexandre Gonçalves, *Alto da Vigia (Colares, Sintra). Relatório dos Trabalhos Arqueológicos [de 2008]* (2009), 3-4 e 17 [policopiado]; Alexandre Marques Gonçalves, *Alto da Vigia (Colares, Sintra). Relatório dos trabalhos arqueológicos de 2013* (2014), 11-12 [policopiado]).

³¹¹ Idem, *Escavação arqueológica do Alto da Vigia (Colares-Sintra): relatório da intervenção realizada em 2015* (2016), 17 [policopiado].

³¹² *Ibid.*, 7 e 70. Anteriormente, a cronologia de fundação do santuário era apontada para o século II d.C. (cf. Ribeiro, “*Soli aeterno Lvnæ*”, 607 e 609; idem, “*Soli aeterno Lvnæ*: o santuário”, 236-237).

³¹³ Gonçalves, *Escavação arqueológica*, 7.

³¹⁴ Ribeiro, “Estudos histórico-epigráficos”, 166.

³¹⁵ Alarcão, *O domínio romano*, 80; Inês Nadal de Sousa Byrne, “A rede viária da zona Oeste do Município Olisiponense (Mafra e Sintra)”, sep. de *Al-Madan*, II: 2 (1993), 46.

³¹⁶ “Outra memória de basas digna de lembrar e de imitar dos fiéis, faziam os antigos e infiéis, como eu vi, quando me o Infante Dom Luís, vosso tio que Deus tem, levou a mostrar a Serra de Sintra, mandando-me para isso chamar a Lisboa, quando vim de Itália. E vimos em a foz do rio de Colares, prezado em outro tempo dos Romanos, sobre um pequeno outeiro junto do mar Oceano, um círculo ao redor cheio de cipos e memórias dos imperadores de Roma que vieram àquele lugar; e cada um punha um cipo com seu leitreiro a Sol Eterno e à Lua, a quem aquele promontório foi dos gentios dedicado. O que nós, espiritualmente mudando, podemos converter em cipos os embasamentos dos pés das Cruzes que digo, em louvor e memória do verdadeiro Sol de justiça, Jesus Cristo, e da verdadeira e sempre cheia de graça Santa Maria Nossa Senhora, como se pode considerar deste desenho” (cf. D’Holanda, fl. 24v e 25r).

³¹⁷ Ribeiro, “*Ad Antiquitates Vestigandas*”, 142, n. 7, e 158.

³¹⁸ Gonçalves, *Escavação arqueológica*, 5-6.

³¹⁹ Jorge de Alarcão, “Colares”, in *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*, coords. Jorge de Alarcão e Mário Barroca (Porto: Figueirinhas, 2012), 118.

formato, somente a descoberta de três aras soterradas. Eis o que o humanista indicou ter sido encontrado nesse local:

“No ano do nascimento de Cristo de 1505, no dia 9 de Agosto, reinando D. Manuel, excelentíssimo rei de Portugal, quási no décimo ano do seu reinado, nas terras extremas dos confins da Espanha, para o lado do ocidente, na extremidade do promontório da Lua (Serra de Sintra) a que o vulgo chama *Roca de Sintra* [*Cabo da Roca*] à beira da praia do oceano, inesperadamente foram encontradas, debaixo de terra, três colunas de pedra, de forma quadrada, tendo gravados, desde tempos antigos, alguns caracteres romanos apenas em uma das faces, cuja base, mudada a ordem natural, se elevava como capitel e cujo capitel vimos fixado propositadamente, ao que parecia, como se 252osse a base. Arrancadas a ferro e com cuidado, dentre os tijolos e pedras duras com que se fixavam por baixo as admiráveis colunas cima referidas, então notámos perfeitamente em uma delas, já voltada directamente, estas figuras seguintes, não nos sendo possível decifrar com clareza as letras das outras porque, com a antiguidade do tempo e o desgaste do mar e das chuvas, estavam quási apagadas”³²⁰.

Valentim Fernandes prossegue a sua descrição fornecendo a respectiva inscrição latina de uma das aras, se bem que dizendo que a leitura fora realizada pelo supremo secretário do rei, que, na presença do próprio D. Manuel I, fez o melhor que conseguiu para decifrá-la³²¹.

Em que área exacta do Alto da Vigia foram descobertos os elementos arquitectónicos romanos referidos por Valentim Fernandes? As três aras epigrafadas ali descobertas, que vieram a ser reaproveitadas na construção do *ribat*³²², terão sido detectadas num espaço um pouco mais a Sul daquele que é indicado no esboço de Holanda. Ou seja, no sítio que desde 2008 está a ser alvo de intervenções arqueológicas, tendo a descoberta de 1505 coincidido com as obras de construção da vigia³²³ acima referida ou apenas com trabalhos de reparação/reformulação após uma possível destruição causada pelos sismos que terão ocorrido em 1504-1505. Estes sismos terão provocado estragos na torre defensiva que D. João II mandou construir em Cascais, por volta de 1494, e nas muralhas medievais da vila, pelo que poderá muito bem ter acontecido o mesmo em edificações da área costeira de Sintra³²⁴. Terá sido neste sentido que o monarca ordenou que se reunissem meios monetários para que essas estruturas cascalenses entrassem em reparação, coincidindo assim com a altura das informações escritas por Valentim Fernandes, sendo que o documento que o comprova é de 12 de Agosto de 1505³²⁵, três dias depois do achado no Alto da Vigia. Outros sismos ocorridos em anos posteriores, 1512, 1527, 1528 e

³²⁰ A. Fontoura da Costa, ed., *Cartas das ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes (1506-1508)* (Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1939), 87-88.

³²¹ *Ibid.*, 88.

³²² Gonçalves, *Escavação arqueológica*, 5.

³²³ *Ibid.*, 10; Ribeiro, “*Ad Antiquitates Vestigandas*”, 140.

³²⁴ Borges, “Navegação comercial”.

³²⁵ Cf. Jaime D'Oliveira Lobo e Silva, *Anais da vila da Ericeira. Registo cronológico de acontecimentos referentes à mesma vila, desde 1229 até 1943*, 3.^a ed. (Mafra: Câmara Municipal de Mafra, 2002), 24; Marco Oliveira Borges, “A torre defensiva que D. João II mandou construir em Cascais: novos elementos para o seu estudo”, *História. Revista da FLUP*, IV: 5 (2015), 106-108.

1531³²⁶, poderão ter levado a estragos na estrutura do Alto da Vigia e a consequentes reparos que tenham implicado reformulações e alterações.

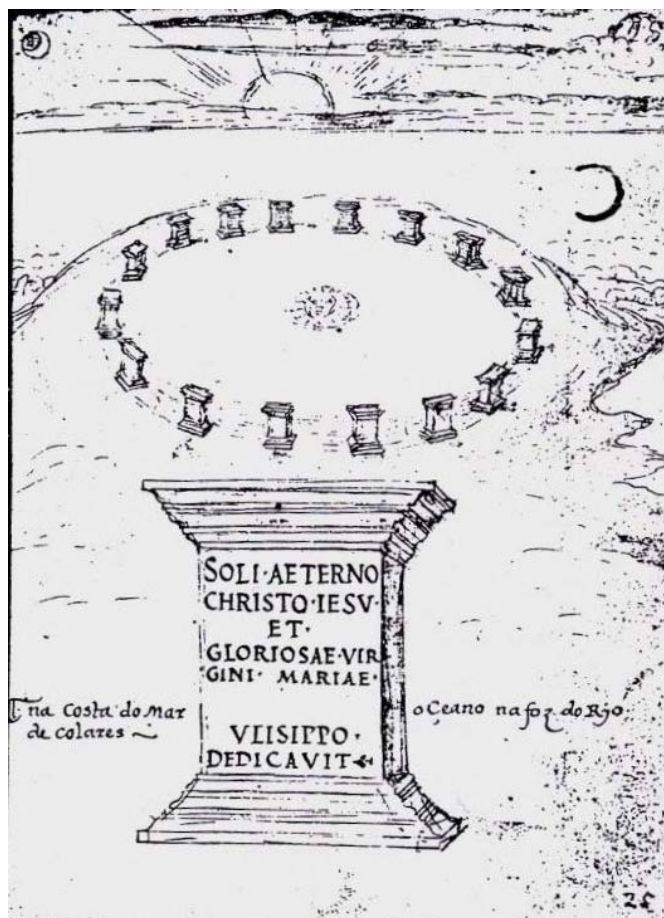


Fig. 17: Esboço circular de Francisco de Holanda

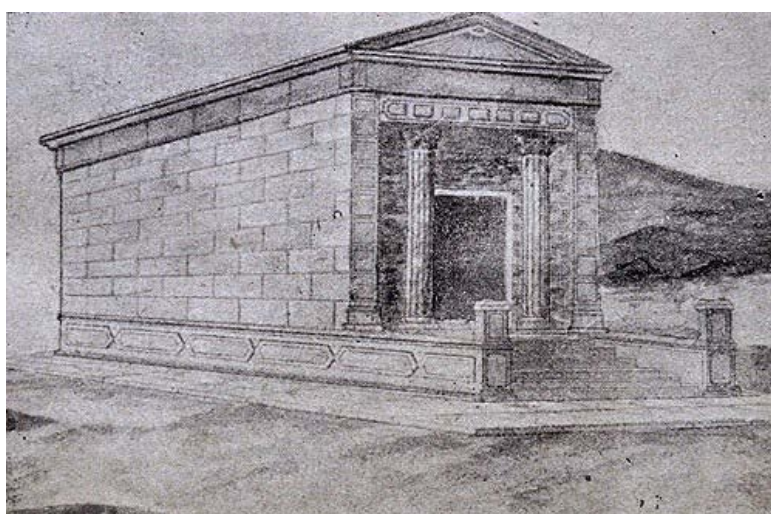


Fig. 18: Reconstituição conjectural do santuário romano. Desenho de João Moreira (1905)

³²⁶ *Ibid.*, 108.

Está ainda por demonstrar arqueologicamente se o esboço de Francisco de Holanda era fidedigno e se, assim sendo, não teria resultado de uma elaboração circular quinhentista posterior à visita de Valentim Fernandes ao Alto da Vigia, inserindo-se no âmbito dos humanistas tentarem recuperar o passado clássico, podendo a alegada representação do santuário ter ganho forma através de outros exemplos construtivos da Romanidade, se bem que com alguns elementos pétreos desse tempo³²⁷. Por outro lado, um santuário nem sempre pressuponha a existência de uma construção, podendo tratar-se apenas de um local sacralizado. Em todo o caso, estando-se perante um “marcador natural” utilizado para fins cultuais, este podia anteceder a construção de um templo³²⁸. Mas um santuário também podia ser entendido como um espaço delimitado³²⁹ no qual se integrava um conjunto de edifícios³³⁰, o que poderá ter sido o caso do Alto da Vigia.

Para o caso específico deste sítio, a arqueologia tem vindo a comprovar a existência de estruturas romanas e de uma presença em larga diacronia com várias fases de ocupação, ainda que subsistindo diversas dúvidas sobre a sua caracterização. Evidências relacionadas com a fase alto-imperial romana estão documentadas através de um conjunto de estruturas negativas, algumas ulteriormente usadas na edificação de uma *aedicula* durante a segunda metade do século IV d.C.³³¹. A dita *aedicula*, que se encontra em mau estado de preservação devido à remoção de elementos pétreos para a construção do *ribat*³³², é um edifício que funcionava como pequeno templo³³³. Junto a esta estrutura, associada a materiais dos séculos III-IV e inícios do V d.C., foram recolhidas várias moedas e fragmentos de lucerna, ainda que em diferentes níveis estratigráficos e afectados por acções antrópicas³³⁴. Alguns elementos lapidares reutilizados na edificação da *aedicula* demonstram “que a continuidade em funcionamento do santuário em época tardia implicou a reformulação do espaço e das estruturas que o constituíam”³³⁵. Contudo, somente a continuidade dos trabalhos e a identificação e escavação de outros contextos romanos poderão ajudar a caracterizar a complexa dinâmica de ocupação romana deste local³³⁶.

³²⁷ José Cardim Ribeiro, crendo que tenha existido a representação circular referida por Holanda e apoiado em Sylvie Deswarte-Rosa, embora admitindo que o humanista português deva ter procedido à multiplicação de elementos para conferir maior monumentalidade ao sítio, refere que poderá ter havido inspiração a partir de um exemplo bracarense que se vê numa gravura de 1594. Com efeito, o modelo seguido no Alto da Vigia teria tido inspiração na representação circular dos doze marcos miliários romanos dispostos em torno da ermida de Santa Ana, embora um deles surja tombado, tendo a disposição desses elementos sido executada por ordens de D. Diogo de Sousa em 1506 (cf. Sylvie Deswarte-Rosa, “Le voyage épigraphique de Mariangelo Accursio au Portugal, printemps 1527”, in *Portuguese Humanism and the Republic of Letters*, eds. Maria Barbara e Karl A. E. Enenkel (Leiden-Boston: Brill, 2012), 78; Ribeiro, “*Ad Antiquitates Vestigandas*”, 143, n. 8).

³²⁸ Pedro Albuquerque, “Tartessos: a construção de identidades através do registo escrito e da documentação arqueológica. Um estudo comparativo”, vol. I (Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa, 2014), 154.

³²⁹ A partir de elementos naturais como, por exemplo, uma montanha, uma fonte, uma árvore, um bosque, um cabo, etc. (*ibid.*).

³³⁰ *Ibid.*

³³¹ Gonçalves, *Escavação arqueológica*, 66-67.

³³² *Ibid.*, 68-70.

³³³ “*Edicula*”, in *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*, 141.

³³⁴ Gonçalves, *Escavação arqueológica*, 69-70.

³³⁵ *Ibid.*, 70.

³³⁶ *Ibid.*

De qualquer forma, é muito provável que a área do Alto da Vigia e imediações, com larga extensão, tenham tido igualmente outras funcionalidades para além daquelas associadas ao santuário. Em tempos recuados, poderá mesmo ter havido uma extensão habitável. Essa situação seria facilitada por condições meteorológicas e oceanográficas mais aprazíveis à fixação costeira do que na actualidade, sendo na altura caracterizadas, nomeadamente, pela menor intensidade de vento e de agitação marítima. Isso deveu-se à fraca presença de *upwelling* no Ocidente ibérico³³⁷, traduzindo-se esse factor, efectivamente, na parca intensidade da nortada e menor altura das ondas em relação ao que no presente se verifica³³⁸, se bem que não se possa falar numa total ausência de vento³³⁹. Por outro lado, é possível que possa ter havido algum tipo de exploração económica romana nessa área, fosse ligada à terra ou ao mar. O mesmo se pode pensar nalgum tipo de edifício de apoio à navegação, talvez até um posto de controlo romano do acesso naval ao interior de Sintra. Recorde-se que em pleno século I d.C., altura em que os romanos terão construído o dito santuário, o esteiro de Colares era navegável, constituindo-se assim como um canal privilegiado de comunicação e ligação naval com o interior do território.

Alguns séculos depois, já durante o Período Islâmico, a paisagem do Alto da Vigia viria a sofrer significativas modificações. Ali foi edificado um *ribat* (pl. *rubut*), termo que, para além de arquitectonicamente designar uma estrutura fortificada (ou não), contém um significado ligado ao exercer da espiritualidade própria da guerra religiosa³⁴⁰. Assim, este termo pode ser aplicado a um assentamento militar em que se faz o *ribat* espiritual, em que existe uma actividade bélica importante e com população variada³⁴¹. Em todo o caso, não é consensual a discussão em torno das funções dos *rubut*, havendo investigadores que diminuem a importância militar e defensiva que costuma ser atribuída a estes edifícios, favorecendo mais os aspectos religiosos, estando os ocupantes destas estruturas mais ligados a práticas ascéticas embora não descurando as tarefas de vigilância e de sinalização do perigo inimigo. Numa outra perspectiva, em certas áreas, os *rubut* também estiveram ligados a actividades comerciais marítimas³⁴², pelo que poderá ter sido igualmente o caso do *ribat* de Colares.

Partindo da ideia de que nem todas estas estruturas terão sido erguidas exactamente com a mesma tipologia construtiva e o mesmo propósito específico, embora tenham acumulado

³³⁷ J. M. Alveirinho Dias, "A história da evolução do litoral português nos últimos vinte milénios", in *Evolução geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos. Geologia, História, Arqueologia e Climatologia. Actas do Colóquio. Lisboa, 3 e 4 de Junho de 2004*, eds. António Augusto Tavares, Maria José Ferro Tavares e João Luís Cardoso (Lisboa: Universidade Aberta, 2004) 165 e 167; António M. Monge Soares, "Identificação e caracterização de eventos climáticos na costa portuguesa, entre o final do Plistocénico e os tempos históricos - o papel do radiocarbono", in *Evolução geohistórica*, 194.

³³⁸ Arruda e Vilaça, "O Mar Greco-Romano", 35.

³³⁹ Cf. Avieno, 22 e 47, n. 34.

³⁴⁰ Cf. Mikel de Epalza, "La Rápita Islámica: Historia Institucional", in *La Rápita en el Islam*, 6-7 e 27.

³⁴¹ *Ibid.*, 27.

³⁴² R. Azuar, "El ribát en al-Andalus: espacio y función", *Il. Revista de Ciencias de las Religiones. Anejos*, X (2004) 28-29; idem, "O contributo da Arqueologia para o estudo dos *ribat*-s do Al-Andalus", in *Ribat da Arrifana. Cultura material e espiritualidade* (Aljezur: Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur, 2007), 32.

funções associadas à prática de *ribat* e, ao longo da sua existência, até possam ter ganho outras utilidades diferentes das que inicialmente teriam presidido à sua edificação - isto mediante uma adaptação a diferentes conjunturas históricas -, a exploração da realidade geográfica e do contexto histórico em que se inseriam é fundamental para se tentar compreender o seu antigo funcionamento e as razões da sua implantação em determinado local.

Num contexto militar e estrutural, o *ribat* costuma ser designado como sendo um convento, um convento-fortificado ou mosteiro-fortaleza associado à protecção dos espaços de fronteira terrestre e marítima, estando igualmente ligado às lides da defesa costeira. Era um dos edifícios onde os monges guerreiros, outros combatentes e voluntários preparavam a *jihad* contra os cristãos, contra os *vikings* e até mesmo contra os inimigos internos. No caso da Península Ibérica, a primeira descoberta de um *ribat* ocorreu nas dunas de Guardamar (Alicante), junto à desembocadura do antigo delta do rio Segura (1984), sendo que os dados arqueológicos obtidos apontam para uma cronologia de ocupação do local desde finais do século IX³⁴³. A segunda detecção viria a ser feita na Arrifana (Aljezur), mais concretamente numa pequena península denominada Ponta da Atalaia (2001), sendo que o *ribat* em questão tem sido associado a ordens de construção de Ibn Qasi, por volta de 1130³⁴⁴. Por fim, a terceira descoberta deu-se no Alto da Vigia, não parecendo haver outro registo positivo até ao presente.

As escavações no Alto da Vigia ainda estão numa fase embrionária³⁴⁵. Até à campanha arqueológica de 2015 conheciam-se três salas que integravam o *ribat*, uma delas com um *mihrab* virtualmente orientado para Meca, e outros vestígios contemporâneos da ocupação islâmica, nomeadamente pisos de terra batida, silos e sepulturas³⁴⁶. A nível da planta e das técnicas de construção, o *ribat* do Alto da Vigia apresenta características semelhantes aos que foram identificados em Guardamar e na Arrifana, enquadrando-se numa possível tipologia construtiva presente no al-Ândalus³⁴⁷. Portanto, não tem o aspecto de um verdadeiro recinto fortificado como se pode ver nos *rubut* do Norte de África, caso de Tunes. De qualquer forma, a dimensão do edifício ocupará uma área mais alargada do que aquela que está a ser alvo de escavações, estando ainda por perceber a sua real extensão, pelo que outras estruturas e salas com *mihrab* estarão ainda por desvendar.

³⁴³ Idem, "El ribât en al-Andalus", 27-28; idem, "O contributo da Arqueologia", 30-32.

³⁴⁴ Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes, "O *Ribat* da Arrifana (Aljezur, Algarve): resultados da campanha de escavações arqueológicas de 2002", *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7: 1 (2004), 483 e 560.

³⁴⁵ Gonçalves, *Escavação arqueológica*, 9.

³⁴⁶ *Ibid.*, 14-15, 37, 46-48, 62 e 70.

³⁴⁷ Azuar, "El ribât en al-Andalus", 23; idem, "O contributo da Arqueologia", 29 e 35-36; Rosa Varela Gomes e Mário Varela Gomes, "Ambiente natural e complexo edificado", in *Ribat da Arrifana*, 63-64; Gonçalves, *Escavação arqueológica*, 9.

Um dos aspectos mais importantes a destacar no caso do Alto da Vigia tem a ver com as várias fases de ocupação islâmica que têm vindo a ser detectadas e que vieram sucessivamente a alterar o sítio³⁴⁸. Outro pormenor que interessa salientar é que as campanhas de escavação têm mostrado que a edificação das estruturas islâmicas foi feita com múltiplos elementos arquitectónicos e epigráficos do templo romano precedente³⁴⁹. Para além disso, refira-se que as estruturas do *ribat* detectadas encontram-se bastante destruídas, sendo que isso também se deverá à remoção e reutilização das suas pedras na edificação da vigia ali identificada, a qual tem sido associada ao reinado de D. Manuel I³⁵⁰.

Ainda que as estruturas do *ribat* que tem vindo a ser escavado em Sintra não apresentem a tipologia arquitectónica de outros *rubut* já identificados fora do al-Ândalus, não se pode deixar de associar este *ribat* à defesa costeira. Assim, contrariamente a interpretações que ligam a edificação desta estrutura essencialmente a questões espirituais e religiosas, a existência de um *ribat* ou de estruturas com função de *ribat* naquele outeiro junto à foz do rio de Colares, sítio por onde entrava um braço de mar, revela claramente uma necessidade estratégica de ter um local abrigado em que se pudessem agrupar homens capazes de proteger um espaço que era comum à navegação e que, no fundo, permitia o acesso naval ao interior do território³⁵¹ e ao porto local (c. 4 km a montante).



Fig. 19: Sítio arqueológico do Alto da Vigia (Abril de 2015)

³⁴⁸ *Ibid.*, 70-75.

³⁴⁹ *Ibid.*, 7, 21, 67-70 e 89.

³⁵⁰ *Ibid.*, 10, 35-36 e 91; Ribeiro, "Ad Antiquitates Vestigandas", 140.

³⁵¹ Borges, "A defesa costeira do litoral", 119-120; idem, "Portos e ancoradouros", 158; idem, "Navegação comercial".

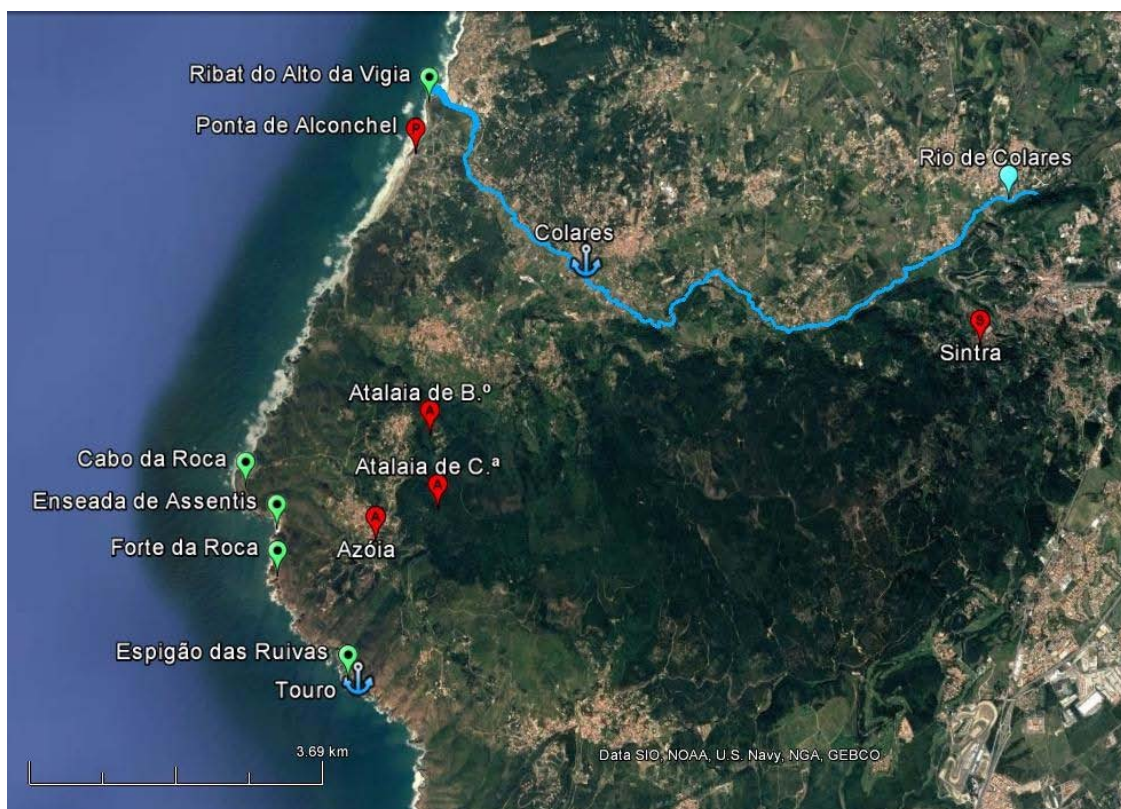


Fig. 20: Pormenor da área costeira de Colares com alguns dos sítios em análise

No que respeita à cronologia de fundação deste *ribat*, ainda não existem dados esclarecedores, embora se saiba que o local foi ocupado durante várias fases do Período Islâmico³⁵², tendo sido recolhidos diversos fragmentos cerâmicos que começam a permitir pensar nos períodos de ocupação do sítio. Com efeito, as cerâmicas exumadas até ao momento, e que permitem estabelecer alguns paralelos com materiais recolhidos em Lisboa, no *ribat* da Arrifana e no Algarve, dizem respeito a peças de cozinha, estando os exemplares enquadrados em cronologias que se estendem entre o período emiral e o século XII³⁵³. Conquanto ainda se esteja numa fase embrionária de análise, é possível que este *ribat* tenha sido edificado no âmbito do reforço do sistema defensivo do litoral atlântico e mediterrânico face aos primeiros ataques nórdicos, podendo remontar a um período muito próximo de 844, de modo a impedir o acesso *viking* ao interior de Sintra³⁵⁴.

³⁵² Gonçalves, *Escavação arqueológica*, 70-75.

³⁵³ *Ibid.*, 77-85.

³⁵⁴ Borges, "A defesa costeira do litoral", 119-120 e 125, n. 89.



Fig. 21: Pormenor de uma das salas do *ribat* do Alto da Vigia. Destaque para o *mihrab*, virtualmente orientado no sentido de Meca (Foto: Raul Losada/Portugal Romano)



Fig. 22: Uma das salas do *ribat* vista para Sul (Setembro de 2016)

Um topónimo relevante, e que tem sido associado ao referido *ribat*, é Alconchel ou Ponta de Alconchel. No entanto, o referido topónimo encontra-se situado mais a Sul do local onde têm sido exumados os vestígios da antiga estrutura islâmica, dando nome à extremidade rochosa que faz fronteira entre a praia Pequena³⁵⁵, a Norte, e a praia Grande, a Sul (fig. 23). Este topónimo, de origem moçárabe e igualmente existente, por exemplo, em Évora e em Espanha, derivará de *al-conciliu*³⁵⁶, estando possivelmente ligado a um local de reunião humana, pelo que os arqueólogos que desenvolvem as escavações no Alto da Vigia crêem que o mesmo estará associado ao *ribat*.



Fig. 23: Pormenor de uma carta corográfica dos terrenos em volta de Lisboa, 1856-1866 (BNP)

Dois dados bastante curiosos surgem numa carta da barra do Tejo e arredores de 1756: um forte edificado no outeiro que corresponderá à Ponta de Alconchel, bem como uma área de ancoradouro adjacente e que abarca o recorte costeiro alusivo à praia Pequena (fig. 24). Se a representação for verdadeira, e estando-se perante uma área estratégica, não admira que na Ponta de Alconchel também tenham existido construções mais antigas que tenham precedido a fortificação que surge na carta. De facto, faz muito sentido que o território entre o Alto da Vigia e a Ponta de Alconchel, dominando espaços de ancoradouro, de desembarque e de acesso ao interior do território, tenha funcionado como um todo defensivo e sido ocupado em larga diacronia. Neste encadeamento de ideias, e crendo na possibilidade de que a presença humana

³⁵⁵ Também referida como praia da Vigia na cartografia antiga (fig. 23).

³⁵⁶ Cf. María Dolores Gordón Peral, "De Toponimia Hispalense", *Philologia Hispalensis*, II: 1 (1987), 149; José Antonio González Salgado, "Orígenes y clasificación de la toponimia mayor extremeña", in *Actas del VI Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española*, vol. 2, coord. José Luis Girón Alconchel e José Jesús de Bustos Tovar (Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2006), 1449.

se estendeu para Sul com a existência de estruturas³⁵⁷, a interpretação que sugere que o topónimo Alconchel aponta para um local de reunião é bastante plausível. Porém, a área da Ponta de Alconchel foi fortemente modificada pela acção do homem em tempos recentes, contrariamente ao espaço do Alto da Vigia que está a ser intervencionado, construindo-se edifícios que se sobrepuseram a possíveis estruturas anteriores. Resta, no entanto, pouco mais do que uma área com vegetação nessas imediações que não foi alvo de construções e que poderá um dia vir a revelar a existência de estruturas pétreas.

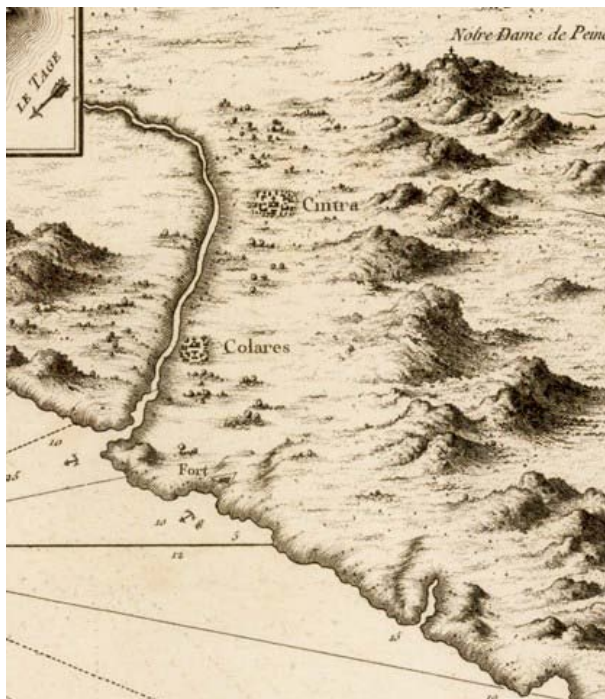


Fig. 24: Pormenor da área costeira de Colares.

Plan du port de Lisbonne et des costes voisines, 1756 (BNP)

No início da Idade Moderna terá sido construída a tal vigia no sítio arqueológico que está a ser analisado, daí também ter subsistido o topónimo Alto da Vigia até aos nossos dias, indicando a utilização do local justamente como ponto de vigia ou de atalaia para alertar sobre a possível aproximação de navios inimigos e de eventuais desembarque naquela área³⁵⁸. Os alicerces da vigia assentam directamente sobre os vestígios das ocupações mais antigas, mormente sobre os derrubes e edifícios islâmicos, tendo sido usados elementos pétreos do *ribat* e até mesmo romanos na edificação da estrutura, estes últimos intencionalmente fracturados³⁵⁹.

³⁵⁷ Marco Oliveira Borges, "A defesa costeira no distrito de Lisboa durante o período islâmico. I - A área a ocidente da cidade de Lisboa", in *Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes. Textos seleccionados do III Colóquio Internacional «A Nova Lisboa Medieval»* (Lisboa, FCSHNOVA, 20-22 de Novembro de 2013), coords. Catarina Tente et al. (Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, no prelo).

³⁵⁸ Gonçalves, *Escavação arqueológica*, 9-10.

³⁵⁹ *Ibid.*, 18-21 e 37.

Ainda que a construção da vigia tenha ocorrido numa altura em que o esteiro de Colares já não era navegável, isso não significa que se tenha perdido a ligação naval daquela área com o mar. Uma carta de quitação 1443, na qual é referido o que recebeu e despendeu o tesoureiro das coisas de Ceuta entre 1 de Janeiro de 1440 e 1 de Janeiro de 1442, menciona que, tal como Lisboa e Cascais, Sintra era um dos locais que fornecia peixe para o abastecimento de Ceuta³⁶⁰. Neste sentido, é possível que tenha subsistido na praia das Maças algum tipo de actividade piscatória mesmo depois de o mar ter deixado de entrar pelo vale de Colares³⁶¹.

Acresce que durante os séculos XVII-XVIII surgem mais testemunhos históricos e cartográficos - embora com elevados exageros quanto ao recorte geomorfológico local e à profundidade da foz do rio e imediações - que revelam que a enseada da praia das Maças funcionou como ancoradouro, local de abrigo e de desembarque³⁶², chegando mesmo a envolver actividades de contrabando, inclusive de escravos que vinham nos navios ultramarinos. Assim, a acostagem junto à praia era possível, apenas não era praticável a navegação para o interior de Colares.

Está área oferecia um outro elemento extra que atraía os mareantes que passavam ao largo e que levava a aproximarem-se de terra, fossem inimigos ou não. Pelo rio de Colares eram levados, em direcção ao oceano Atlântico, os frutos e as flores do interior do território colarense, até mesmo a largos quilómetros da costa³⁶³. Esses frutos e flores, associados à percepção do território relacionada com a vida no mar, eram sinais de terra que se inserem na parte imaterial, cognitiva ou indicativa da noção de paisagem cultural marítima. Neste caso específico, podiam levar a que os mareantes percebessem que estavam próximos da costa³⁶⁴ e de Sintra, sendo esse reconhecimento importante em vários aspectos. Ao mesmo tempo que esses sinais podiam ser um alerta perante a iminência de se estar a chegar a uma área com vários perigos para a navegação e potenciais causadores de naufrágios, bem como de remeter para a existência de abrigos para resguardo dos ventos, podiam favorecer aproximações costeiras para se recolher fruta e até mesmo para se fazer aguada na ribeira local. Do mesmo modo, e para épocas mais recuadas, ao constatar-se que havia um braço de mar que penetrava no interior do território e

³⁶⁰ João Martins da Silva Marques, ed., *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História*, sup. vol. I (Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988), 523, doc. 951.

³⁶¹ Borges, "Portos e ancoradouros", 160.

³⁶² Maria Teresa Caetano, *Colares* (Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 2016), 17-19.

³⁶³ Ainda que num tom fantasiado, importa ter em atenção as indicações de João de Barros para uma melhor compreensão da ligação deste território com a vida marítima: "[...] navegando Clarimundo com toda sua frota, em espaço de doze dias com prosperidade de tempo virão terra, e antes que chegassem a ella, obra de seis legoas, começarão a achar muitas maças, peras, flores, e outros sinais do vicio da terra. E quanto mais se chegavão a ella, tanto mais abastança daquellas cousas achavão. Fanimor, como vio estes sinaes onde elle desejava, mandou governar pelo meio das agoas, dizendo que ellas os meterião em porto seguro [...]" (cf. João de Barros, *Chronica do Emperador Clarimundo, Donde os Reis de Portugal Descendem*, Quinta Impressão, t. III (Lisboa: Na Officina de João António da Silva, 1791), 18-20).

³⁶⁴ Isto para aqueles que estivessem a navegar fora da vista de terra.

por onde vinham esses frutos e flores, isso deverá ter sido um atractivo para se subir o esteiro de Colares e procurar abrigo ou levar a cabo ataques a Sintra, tal como aconteceu no Período Islâmico³⁶⁵. Uma vez mais, percebe-se a importância estratégica do local em longa duração e o porquê da existência de uma vigia nas proximidades já durante a Idade Moderna.

As escavações arqueológicas associadas aos vestígios dessa vigia permitiram “reconhecer distintas fases de ocupação daquela construção, com sucessivas remodelações do seu espaço interior, materializadas através da edificação de estruturas pouco sólidas que assentam directamente sobre as terras e os níveis arqueológicos mais antigos que se prolongam sob as mesmas”³⁶⁶. Quanto à cronologia de ocupação, ainda que tendo ocorrido de formas distintas, sabe-se que a vigia ainda estava em actividade na segunda metade do século XVIII, tendo sido encontrada no seu interior uma moeda de 1754, mas a sua ocupação ter-se-á prolongado até ao século XX³⁶⁷.

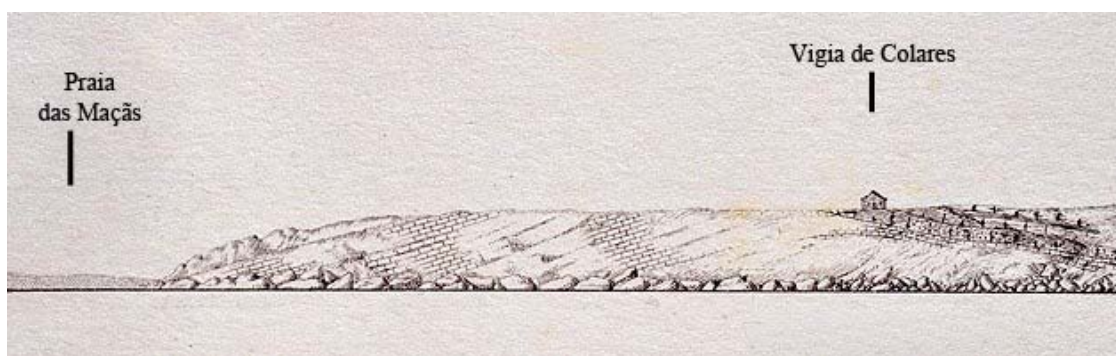


Fig. 25: Praia das Mações e Alto da Vigia, com a respectiva vigia, numa gravura de finais do século XIX

Em 1831, face ao receio do desembarque de forças inimigas nas praias de Sintra que abarcam a área geográfica em análise, foram feitos reconhecimentos do território que visavam compreender as fragilidades daquela costa e proceder à edificação de fortificações. Sabe-se mesmo da elaboração de projectos de uma bateria para a margem Sul da ribeira de Colares, mas cuja construção poderá ter sido abandonada quando já estava em execução, ou talvez nem sequer tenha tido início. Nesta área existem edifícios recentes em ruínas, um deles um miradouro e outro um restaurante que estava activo na segunda metade do século XX, sendo que os mesmos

³⁶⁵ Referimo-nos ao ataque de Sigurd (cf. Borges, “A defesa costeira do litoral”, 124-125; idem, “Portos e ancoradouros”, 160; Caetano, *Colares*, 50).

³⁶⁶ Gonçalves, *Escavação arqueológica*, 37.

³⁶⁷ *Ibid.*, 29-30 e 86.

podem ter sido construídos sob plataformas sustentadas - pelo menos em parte - por muros que podem estar relacionados com a construção daquela estrutura militar. Distinguem-se relativamente bem das estruturas mais recentes que se encontram por cima, pelo que poderão corresponder ao início da obra que, entretanto, terá sido parada³⁶⁸.

Outra hipótese é a de que parte da estrutura do restaurante e as ruínas do miradouro estejam assentes sob os muros de delimitação de zona agrícola que chegaram a passar por cima do sítio arqueológico que actualmente está a ser intervencionado, devendo ao mesmo tempo ter sido movidos elementos pétreos dos muros para ajudar na construção do restaurante. Os ditos muros terão tido uma extensão bastante longa, prolongando-se para Este e para Sul, sendo visíveis em fotografias de inícios do século XX (figs. 26, 27 e 28). Essas fotografias mostram o Alto da Vigia a funcionar como local de plantação de vinhas, pelo que as actividades que ali se foram desenvolvendo também foram afectando o sítio arqueológico.



Fig. 26: Praia das Maças e Alto da Vigia em inícios do século XX. Observa-se o muro de delimitação e protecção da área de plantação de vinhas

³⁶⁸ Agradecemos a indicação desta hipótese a Alexandre Gonçalves.



Fig. 27: Ruínas do restaurante com a praia das Mações como pano de fundo



Fig. 28: Parte da área do restaurante. Note-se o tijolo a assentar por cima de uma estrutura em alvenaria mais antiga

5 - CONCLUSÃO

Estamos perante uma área geográfica de enorme potencial, quer a nível histórico-arqueológico como do ponto de vista da exploração toponímica. No entanto, subsistem diversas dúvidas e

dados fragmentários, pelo que o trabalho que tem vindo a ser feito baseia-se muito em hipóteses explicativas apoiadas na realidade geográfica local.

Diferentes edifícios e estruturas vieram a alterar e a enriquecer a paisagem cultural marítima de Sintra ao longo dos séculos, trazendo novas dinâmicas e paradigmas mentais próprios de distintos contextos históricos, ora associados aos cultos astrais e ao Oceano, ora às lides militares, de apoio à navegação e até mesmo à agricultura e ao comércio.

Se para o caso do Alto da Vigia está bem documentada a reutilização do sítio e de materiais pétreos entre o Período Romano e a Idade Moderna, o mesmo deverá ter acontecido no Espigão das Ruivas, pelo menos entre a Idade do Ferro e o Período Islâmico. Ainda no que respeita ao Alto da Vigia, e por agora, está confirmado que o local funcionou como espaço de santuário para os romanos, que teve um edifício islâmico que tem vindo a ser referido como sendo um *ribat*, bem como que teve uma vigia. Acresce a isto, já no século XIX, a vontade de se construir uma bateria nas imediações. Embora não se saiba se chegou a ser construída, o anseio para tal edificação mostra bem a sensibilidade do sítio perante a vinda de inimigos e a sua importância estratégica muito tempo depois de o braço de mar que invadia o vale de Colares ter deixado de estar activo. O local serviu ainda para plantação de vinhas e, já em meados do século XX, para a construção de um restaurante e de um miradouro, revelando assim as múltiplas apropriações do sítio para diferentes fins.

Alterações de ordem geomorfológica seculares também trouxeram novos desafios à navegação e aos ocupantes da área costeira em observação. Após o esteiro de Colares ter deixado de ser navegável, algo que deverá ter ocorrido algures nos séculos XII-XIII³⁶⁹, a área da praia das Maças passou a funcionar como local de abrigo, de ancoradouro e desembarcadouro, chegando a ser usada para actividades de contrabando. Um pouco mais a Sul, na área da praia Pequena, outro ancoradouro ganhava forma, daí que se perceba a necessidade de erguer uma fortificação naquele sítio.

Quanto ao cabo da Roca, é muito provável que esta área já contasse com uma estrutura de sinalização marítima na Antiguidade, podendo ter sido utilizada em longa duração e sofrido modificações ou reparações ao longo do tempo. Se a toponímia evidencia a existência de estruturas de vigilância e de alerta para o Período Islâmico, o local terá continuado a desempenhar essas funções em tempos posteriores, crescendo, já para a Idade Moderna, a comprovação documental da disposição de estruturas ao longo da serra de Sintra e das praias

³⁶⁹ Provavelmente ainda no século XII (cf. Borges, "Portos e ancoradouros", 160). É possível que, enquanto o esteiro de Colares foi navegável, a enseada da praia das Maças e imediações tenham chegado a funcionar como ancoradouro, até mesmo em períodos de baixa-mar e em que possivelmente não se poderia penetrar no interior do território, mas essa área só terá sido um ancoradouro com maior importância quando o mar deixou de invadir o vale colarense.

locais para auxiliar a navegação e evitar possíveis naufrágios. No entanto, somente para 1772 temos a confirmação da existência de uma estrutura de vulto, ou seja, o farol, se bem que o actual tenha sido edificado em 1896.

Finalizando o périplo dos locais em observação, o Espigão das Ruivas foi ocupado desde a Idade do Ferro, mantendo-se assim pelo menos até ao Período Islâmico, o que evidencia a utilização do porto do Touro desde essa altura, ou até mesmo desde o Bronze Final. Até muito recentemente esse local foi usado como porto de apoio à pesca, subsistindo na sua área adjacente estruturas pétreas que, apesar de estarem ligadas a actividades piscatórias, não deixam de intrigar os investigadores, devendo naquela área ter existido um *habitat* antigo e que estaria relacionado com a estrutura pétrea do Espigão das Ruivas.

Apenas o continuar da exploração geográfica do território, do trabalho de sistematização e problematização dos dados arqueológicos da região, bem como de eventuais novas escavações e o cruzamento de dados com a documentação histórica posterior e a toponímia, poderão ajudar a ir mais além no campo das interpretações. A todo este conjunto de actividades que se complementam, acrescente-se a necessidade do recurso a estudos paleoambientais, paleoclimáticos e paleogeográficos, tal como à arqueologia subaquática, nomeadamente através da prospecção geofísica em pequenas enseadas de abrigo e de apoio à navegação. Ainda que este último seja um trabalho difícil de efectuar de forma sistemática, devido às condições do mar de Sintra, não é impossível de levar a cabo, sendo de pensar na elaboração de um projecto de investigação para esta área geográfica, que, aliás, esteve na rota de importantes circuitos comerciais internacionais e foi marcada por diversos naufrágios e ataques de corsários ao longo dos séculos.

6 - FONTES

ANTT. *Chancelaria de D. Fernando*, liv. 1

Avieno. *Orla Marítima*. Coimbra: Instituto Nacional de Investigação Científica/Centro de Estudos Clássicos e Humanísticos da Universidade de Coimbra, 1992

Barros, João de. *Chronica do Emperador Clarimundo, Donde os Reis de Portugal Descendem*, Quinta Impressão, t. III. Lisboa: Na Officina de João António da Silva, 1791

Costa, A. Fontoura da., ed. *Cartas das ilhas de Cabo Verde de Valentim Fernandes (1506-1508)*. Lisboa: Agência Geral das Colónias, 1939

Guedes, Lívio da Costa, ed. *Aspectos do Reino de Portugal nos séculos XVI e XVII. A «Descrição» de Alexandre Massaii (1621) - II Tratado*. Sep. do *Boletim do Arquivo Histórico Militar*, 58 (1989)

Marques, João Martins da Silva, ed. *Descobrimientos Portugueses. Documentos para a sua História*, sup. vol. I. Lisboa: Instituto Nacional de Investigação Científica, 1988

Pimentel, Manoel. *Arte de Navegar, em que se ensinam as regras praticas, e os modos de cartear, e de graduar a balestilha por via de Numeros e muitos problemas úteis à navegação*. Lisboa: Officina de Francisco da Silva, 1762

Santa Anna, Fr. Joseph Pereira de. *Chronica dos Carmelitas da Antiga, e Regular Observancia Nestes Reynos de Portugal, Algarves e seus Domínios*, t. II. Lisboa: Officina dos Herdeiros de Antonio Pedrozo Galram, 1751

7- BIBLIOGRAFIA

Alarcão, Jorge de. "Colares". In *Dicionário de Arqueologia Portuguesa*, coordenado por Jorge de Alarcão e Mário Barroca, 118. Porto: Figueirinhas, 2012

O domínio romano em Portugal, 4.^a ed. [Lisboa]: Publicações Europa-América, 2002

Albuquerque, Pedro. "Tartessos: a construção de identidades através do registo escrito e da documentação arqueológica. Um estudo comparativo", vol. I. Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa, 2014

Arruda, Ana Margarida. "Fenícios e Mundo Indígena no Centro e Sul de Portugal (séculos VIII-VI a.C.)". Dissertação de Doutoramento, Universidade de Lisboa, 2000

Los Fenicios en Portugal. Fenicios y mundo indígena en el centro y sur de Portugal (siglos VIII-VI a.C.). Barcelona: Universidad Pompeu Fabra de Barcelona, 2002

Arruda, Ana Margarida e Vilaça, Raquel. "O Mar Grego-Romano antes de Gregos e Romanos: perspectivas a partir do Ocidente Peninsular". In *Mar Greco-Latino*, coordenado por Francisco de Oliveira, Pascal Thiery e Raquel Vilaça, 31-58. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2006

Azuar, R. "El ribât en al-Andalus: espacio y función". *Ilu. Revista de Ciencias de las Religiones. Anejos*, X (2004): 23-38

"O contributo da Arqueologia para o estudo dos *ribat*-s do Al-Andalus". In *Ribat da Arrifana. Cultura material e espiritualidade*, 29-36. Aljezur: Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur, 2007

Boiça, Joaquim. *Farol Museu de Santa Marta*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2008

Boiça, Joaquim e Barros, Maria Rombouts de. "As fortificações marítimas a Ocidente de Cascais". In *As fortificações marítimas da costa de Cascais*, edição de Joaquim Boiça, Maria Rombouts de Barros e Margarida de Magalhães Ramalho. Cascais: Quetzal, 2001

Boléo, José de Oliveira. *Sintra e seu termo (Estudo Geográfico)*. Lisboa: Minerva, 1940

- Borges, Marco Oliveira. "A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante a Época Islâmica. II - Em torno do porto de Cascais». In *Paisagens e Poderes no Medievo Ibérico. Actas do I Encontro Ibérico de Jovens Investigadores em História Medieval. Arqueologia, História e Património*, coordenado por Ana Cunha, Olímpia Pinto e Raquel de Oliveira Martins, 430-435. Braga: Centro de Investigação Transdisciplinar «Cultura, Espaço e Memória», Universidade do Minho, 2014
- "A defesa costeira do litoral de Sintra-Cascais durante o Garb al-Ândalus. I - Em torno do porto de Colares". *História. Revista da FLUP*, IV: 2 (2012): 109-128
- "A defesa costeira no distrito de Lisboa durante o período islâmico. I - A área a ocidente da cidade de Lisboa". In *Lisboa Medieval: Gentes, Espaços e Poderes. Textos seleccionados do III Colóquio Internacional «A Nova Lisboa Medieval» (Lisboa, FCSHNOVA, 20-22 de Novembro de 2013)*, coordenado por Catarina Tente, João Luís Fontes, Luís Filipe Oliveira, Mário Farelo e Miguel Martins. Lisboa: Instituto de Estudos Medievais, no prelo
- "A importância do porto do Touro e do sítio arqueológico do Espigão das Ruivas (Cascais) entre a Idade do Ferro e a Idade Moderna". *História. Revista da FLUP*, IV: 6 (2016): 161-182
- "A torre defensiva que D. João II mandou construir em Cascais: novos elementos para o seu estudo". *História. Revista da FLUP*, IV: 5 (2015): 93-117
- "Em torno da preparação do cerco de Lisboa (1147) e de uma possível estratégia marítima pensada por D. Afonso Henriques". *História. Revista da FLUP*, IV: 3 (2013): 123-144
- "Portos e ancoradouros do litoral de Sintra-Cascais. Da Antiguidade à Idade Moderna (I)". In *Actas das Jornadas do Mar 2014. Mar: Uma onda de Progresso*, 152-164. Almada: Escola Naval, 2015
- "Navegação comercial fluvio-marítima e povoamento no Ocidente do *Municipium Olisiponense*: em torno dos rios Lizandro (Mafra) e Colares (Sintra)". In *Estudos em História da Antiguidade Clássica*. Coimbra: no prelo
- "O porto de Cascais durante a Expansão Quatrocentista. Apoio à navegação e defesa costeira". Dissertação de Mestrado, Universidade de Lisboa, 2012
- Byrne, Inês Nadal de Sousa. "A rede viária da zona Oeste do Município Olisiponense (Mafra e Sintra)". Sep. de *Al-Madan*, II: 2 (1993): 41-47
- Caetano, Maria Teresa. "Cavalos do vento e ginetes do acaso: do paradeisos à partenogénese do Monte da Lua". *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 19 (2016): 175-194
- Colares*, 2.^a ed. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 2016
- Callixto, Carlos Pereira. *Fortificações da praça de Cascais a Ocidente da vila*. Lisboa: [s.n.], 1980
- Campos, Maurício da Costa. "Baixos". In *Vocabulário marujo ou conhecimento de todos os cabos necessários ao navio [...]*, 19. Rio de Janeiro: Na Officina de Silva Porto, e Companhia, 1823
- Cardoso, Guilherme. *Carta arqueológica do concelho de Cascais*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 1991
- Cardoso, Guilherm e D'Encarnação, José. "Sondagem no Espigão das Ruivas (Alcabideche, Cascais)". *Al-Madan*, II: 2 (1993): 150

- Cardoso, Guilherme, Miranda, Jorge e Teixeira, Carlos A. *Registo fotográfico de Alcabideche e alguns apontamentos historico-administrativos*. Alcabideche: Junta de Freguesia de Alcabideche, 2009
- Cardoso, João Luís e Sousa, Maria João. "O Bronze Final na serra de Sintra". *Estudos Arqueológicos de Oeiras*, 21 (2014): 361-374
- Catarino, Helena. "Breve sinopse sobre topónimos Arrábida na costa portuguesa". In *La Ràbita en el Islam. Estudios Interdisciplinares. Congressos Internacionals de Sant Carles de la Ràpita (1989, 1997)*, edição de Francisco Franco Sánchez, 263-274. Sant Carles de la Ràpita/Alacant: Ajuntament de Sant Carles de la Ràpita/Universitat d'Alacant, 2004
- Costa, Francisco. *Estudos Sintrenses*, I. Sintra: Câmara Municipal de Sintra, 2000
- Daehnhardt, Rainer. "Um canhão no Cabo da Roca". In *Páginas Secretas da História de Portugal*, II, 157-174. Lisboa: Edições Nova Acrópole, 1994
- Deswarte-Rosa, Sylvie. "Le voyage épigraphique de Mariangelo Accursio au Portugal, printemps 1527". In *Portuguese Humanism and the Republic of Letters*, edição de Maria Berbara e Karl A. E. Enenkel, 19-111. Leiden-Boston: Brill, 2012
- Dias, J. M. Alveirinho. "A história da evolução do litoral português nos últimos vinte milénios". In *Evolução geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos. Geologia, História, Arqueologia e Climatologia. Actas do Colóquio. Lisboa, 3 e 4 de Junho de 2004*, edição de António Augusto Tavares, Maria José Ferro Tavares e João Luís Cardoso, 157-170. Lisboa: Universidade Aberta, 2004
- D'Holanda, Francisco. *Da fábrica que falece à cidade de Lisboa*, introdução, notas e comentários de José da Felicidade Alves. [Lisboa]: Livros Horizonte, 1984
- Epalza, Mikel de. "La Ràpita Islàmica: Historia Institucional". In *La Ràbita en el Islam. Estudios Interdisciplinares. Congressos Internacionals de Sant Carles de la Ràpita (1989, 1997)*, edição de Francisco Franco Sánchez, 5-28. Sant Carles de la Ràpita/Alacant: Ajuntament de Sant Carles de la Ràpita/Universitat d'Alacant, 2004
- Fabião, Carlos. "A dimensão atlântica da Lusitânia: periferia ou charneira no Império Romano?". In *Lusitânia Romana. Entre o Mito e a Realidade. Actas da VI Mesa Redonda Internacional sobre a Lusitânia Romana*. Cascais: Câmara Municipal de Cascais, 2009
- Ford, Ben. Introduction to *The archaeology of maritime landscapes*, edição de Ben Ford, 1-9. New York: Springer, 2011
- Freire, Jorge. "A arqueologia costeira e a sua percepção no estudo da embocadura do rio Tejo". In *Actas das Jornadas do Mar 2014. Mar: Uma onda de Progresso*, 142-150. Almada: Escola Naval, 2015
- "À vista da costa: a paisagem cultural marítima de Cascais". Dissertação de Mestrado, Universidade Nova de Lisboa, 2012
- Freire, Jorge e Fialho, António. "A paisagem cultural marítima de Cascais: o modelo de investigação e de gestão do litoral". In *Arqueologia em Portugal - 150 anos*, coordenado por José Morais Arnaud, Andrea Martins e César Neves, 1213-1220. Lisboa: Associação dos Arqueólogos Portugueses, 2013

- Godinho, Vitorino Magalhães. "A evolução dos complexos histórico-geográficos". In *Ensaio*, 2.^a ed., correcta e ampliada, II, 19-28. Lisboa: Livraria Sá da Costa, 1978
- "Complexo histórico-geográfico". In *Dicionário de História de Portugal*, direcção de Joel Serrão, vol. I, 644-649. Lisboa: Iniciativas Editoriais, 1963
- "Noções operatórias na abordagem global das sociedades". In *In Memoriam António Jorge Dias*, vol. I, 159-174. Lisboa: Instituto de Alta Cultura/Junta de Investigações Científicas do Ultramar, 1974
- Gomes, Rosa Varela e Gomes, Mário Varela. "Ambiente natural e complexo edificado". In *Ribat da Arrifana. Cultura material e espiritualidade*, 51-64. Aljezur: Associação de Defesa do Património Histórico e Arqueológico de Aljezur, 2007
- "O Ribat da Arrifana (Aljezur, Algarve): resultados da campanha de escavações arqueológicas de 2002". *Revista Portuguesa de Arqueologia*, 7: 1 (2004): 483-573
- Gonçalves, Alexandre Marques. *Alto da Vigia (Colares, Sintra). Relatório dos trabalhos arqueológicos de 2013*. 2014 [policopiado]
- Escavação arqueológica do Alto da Vigia (Colares-Sintra): relatório da intervenção realizada em 2015*. 2016 [policopiado]
- González Salgado, José Antonio. "Orígenes y clasificación de la toponimia mayor extremeña". In *Actas del VI Congreso Internacional de Historia de la Lengua Española*, vol. 2, coordenado por José Luís Girón Alconchel e José Jesús de Bustos Tovar, 1443-1454. Madrid: Universidad Complutense de Madrid, 2006
- Gordón Peral, María Dolores. "De Toponimia Hispalense". *Philologia Hispalensis*, II: 1 (1987): 141-151
- Jordão, Patrícia, Mendes, Pedro e Gonçalves, Alexandre. *Alto da Vigia (Colares, Sintra). Relatório dos Trabalhos Arqueológicos [de 2008]*. 2009 [policopiado]
- La Blache, Vidal de. *Princípios de Geografia Humana*. Lisboa: Edições Cosmos, 1946
- Mantas, Vasco Gil. "A rede viária romana da faixa atlântica entre Lisboa e Braga", I. Tese de Doutoramento, Universidade de Coimbra, 1996
- "O porto romano de Lisboa". In *Puertos fluviales antiguos: ciudad, desarrollo e infraestructuras*, coordenado por G. P. Berlanga e J. P. Ballester, 13-29. Valencia: Universidad de Valencia, 2003
- Monbeig, Pierre. "Papel e valor do ensino da Geografia e de sua pesquisa". In *Novos estudos de Geografia Humana brasileira*, 5-25. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1957
- Monteiro, Paulo Alexandre. "Canhões na Roca. Análise preliminar de um conjunto submerso de peças de artilharia". *Al-Madan*, II: 15 (2007): 158-160
- Oliveira, Francisco de Paula e. "Antiquités Préhistoriques et Romaines des Environs de Cascaes". Extrait des *Communicações da Comissão dos Trabalhos Geológicos*, II: I, 1-27 (1888-1892): 1-27
- Pereira, José António Rodrigues. *Grandes batalhas navais portuguesas. Os combates que marcaram a História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009
- Grandes naufrágios portugueses, 1194-1991. Acidentes marítimos que marcaram a História de Portugal*. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2013

- Picard, Christophe. *Le Portugal musulman (VIII^e - XIII^e siècle). L'Occident d'al-Andalus sous domination islamique*. Paris: Maisonneuve et Larose, 2000
- L'océan Atlantique musulman. De la conquête arabe à l'époque almohade. Navigation et mise en valeur des côtes d'al-Andalus et du Maghreb occidental (Portugal-Espagne-Maroc)*. Paris: Maisonneuve et Larose, 1997
- Ribeiro, José Cardim. "Ad Antiquitates Vestigandas. Destinos e itinerários antiquaristas nos campos olisiponenses ocidentais desde inícios a meados do século XVI". In *Peregrinationes ad inscriptiones colligendas. Estudos sobre epigrafia de tradición manuscrita*, coordenado por Gerard González Germain, 135-249. Bellaterra: Universitat Autònoma de Barcelona, 2016
- "Estudos histórico-epigráficos em torno da figura de *L. Iulius Maelo Caudicus*". *Sintria*, III: I (1982-1983): 151-476
- "Felicitas Iulia Olisipo. Algumas considerações em torno do catálogo *Lisboa Subterrânea*". Sep. de *Al-Madan*, II: 3 (1994): 75-95
- "*Soli aeterno Lvnæ*. Cultos astrais em época pré-romana e romana na área de influência da serra de Sintra: ¿um caso complexo de sincretismo?". *Sintria*, III-IV (1995-2007): 595-624
- "*Soli aeterno Lvnæ*: o santuário". In *Religiões da Lvsitânia. Loquuntur Saxã*, 235-239. Lisboa: Museu Nacional de Arqueologia, 2000
- Silva, Jaime D'Oliveira Lobo e. *Anais da vila da Ericeira. Registo cronológico de acontecimentos referentes à mesma vila, desde 1229 até 1943*, 3.^a ed. Mafra: Câmara Municipal de Mafra, 2002
- Soares, António M. Monge. "Identificação e caracterização de eventos climáticos na costa portuguesa, entre o final do Plistocénico e os tempos históricos - o papel do radiocarbono". In *Evolução geohistórica do litoral português e fenómenos correlativos. Geologia, História, Arqueologia e Climatologia. Actas do Colóquio. Lisboa, 3 e 4 de Junho de 2004*, edição de António Augusto Tavares, Maria José Ferro Tavares e João Luís Cardoso, 171-199. Lisboa: Universidade Aberta, 2004
- Westerdahl, Christer. "The maritime cultural landscape". *The International Journal of Nautical Archaeology*, 21: 1 (1992): 5-14



POST - iT

Paisagens Culturais no Brasil e a virtualidade dos lugares

Margareth Afeche Pimenta

São tantas e tão variadas as paisagens brasileiras! Neste vasto território, a imensa pluralidade regional e local foi historicamente constituída pela tensão permanente entre grandes interesses econômicos e pequenas práticas de manejo e transformação do ambiente. Essa diversidade paisagística, construída por saberes tradicionais, representa justamente o objeto de elaboração do conceito de *paisagens culturais*, que a Unesco vem desenvolvendo desde 1972, visando preservar, conjuntamente, lugares, ambiente e práticas tradicionais. Mas, por aqui, são muitas vezes preteridas pela associação entre interesses corporativos e políticas públicas.

Selecionar o que deveria ser considerado *paisagem cultural* nem sempre obedece a critérios históricos ou sociais, quando o peso dos grandes empreendedores se faz sentir de forma cada vez mais renovadora e homogeneizante. As opções governamentais vem pesando, seletivamente, no sentido de privilegiar interesses turístico-imobiliários que, nesse caso, confrontam-se diretamente, pelo embate do território, com pequenas comunidades empobrecidas.

As inquietações passam a aflorar, quando a promissora expectativa de novas construções sociais, implicadas no conceito de *paisagens culturais*, é confrontada com a banalidade visual de nossas cidades. Num simples lance de olhar, percebe-se a fraca proteção patrimonial. Subsistem, apenas, pequenos fragmentos históricos, no permeio de uma intensiva ocupação verticalizada. São processos sem retornos possíveis. O tempo conspira, também, contra a permanência dessas pequenas comunidades em lugares privilegiados, com atrativos paisagísticos que despertam múltiplas cobiças. Políticas públicas associadas a tendências concentradoras vêm promovendo o esvanecimento de paisagens singulares, suprimindo consigo traços culturais compositivos da heterogeneidade social.

São as características dos sítios, lapidados pela apropriação peculiar dos grupos que ali vivem, que elaboram a diversidade paisagística. Estabelece-se, portanto, um elo insubstituível entre grupo social e lugar, ali onde um cotidiano é compartilhado entre as mais diversas tipicidades, e se realiza a vida em comum. Existem sistemas complexos e solidários que, sem ser limitados a um organismo político determinado, são localizáveis no tempo e no espaço, atribuindo especificidade aos lugares. São eles que, se valorizados, podem constituir outras formas de vida e novas proposições sociais. As *paisagens* trazem em si essa potencialidade, de elaboração conjunta de projetos ambientais e societários; de, em se preservando a vida no lugar, passarem a fazer coincidir especificidade imagética e evocação sensível. Sem elas, esvanece-se a evocação ao passado e a história que podem contar sobre os lugares, suas formas de vida e suas representações.



Florianópolis, villa marinera. Foto da autora

AVALIAR PAISAGENS E SUA IDENTIDADE

OBSERVATÓRIO(S) COMO RESPOSTA METODOLÓGICA?

Maria da Graça Saraiva, Isabel Loupa-Ramos e Fátima Bernardo

Resumo: A Convenção Europeia da Paisagem (CEP), estabelecida no âmbito do Conselho da Europa em 2000, trouxe um novo paradigma para o seu estudo - todas as paisagens importam, sejam banais ou excepcionais, e todos somos observadores e atores, com envolvimento na sua proteção e gestão -. Na sua implementação foram estabelecidos vários objectivos e metas, entre os quais a recomendação para a criação de redes ou fóruns tendo em vista a recolha e dinamização de informação sobre a paisagem, no sentido de promover a participação das comunidades envolvidas.

Surge assim o conceito de observatório da paisagem, cuja concretização, em vários países, tem vindo a possibilitar a construção de adequadas plataformas para o debate democrático de políticas participativas para o planeamento da paisagem. Analisam-se algumas experiências e tipologias, de modo a retirar ensinamentos para novas experiências neste domínio. Ressalta assim que a observação e estudo de um dado território e das comunidades que lhe estão ligadas constitui um objectivo essencial dos observatórios de paisagem.

A temática da identidade da paisagem torna-se assim uma questão chave a ser investigada na procura de elos que liguem as comunidades, o território e as paisagens percebidas e vividas. Reflete-se sobre o conceito de identidade, seu significado e relações com a paisagem. Abordam-se estudos onde esta temática foi investigada, permitindo concluir que o carácter identitário da própria paisagem marca e é marcado pela comunidade que a experiencia num processo dinâmico. Refere-se a concretização em curso de um Observatório de Paisagem (OP) num território desfavorecido e de baixa densidade, no concelho da Chamusca - o Observatório da Charneca-, inserido na unidade de paisagem 'Charneca Ribatejana'. Descreve-se o contexto da paisagem onde se insere e os problemas e potencialidades que caracterizam o seu território. Explicitam-se os objectivos para a sua implementação e as redes e parcerias que irão potenciar as suas atividades. Nomeadamente, pretende-se desenvolver um estudo sobre identidade da paisagem abrangendo as comunidades desse território, com o pressuposto de que um melhor entendimento da relação com a paisagem pode constituir um valioso instrumento na avaliação do sentido das suas transformações e na formulação de visões evolutivas desejáveis para as populações envolvidas.

Apresenta-se seguidamente a abordagem exploratória da metodologia a desenvolver com essa finalidade. Com o desenvolvimento desse processo pretende-se conhecer o nível de consciência da população para a sua paisagem e para as ações que nela induzem transformações. Para desenvolver este tipo de estudos torna-se necessário conhecer e envolver os atores do tecido sócio-económico que se inscreve nessa paisagem. Residentes, agricultores, comerciantes, empresários, decisores, visitantes, entre outros, serão parceiros nesse processo, mas também associações, escolas, coletividades e autarquias. O OP da Charneca poderá constituir uma plataforma para questionar o tema da identidade desta região e paisagem, cruzando olhares, percepções, preferências e representações de '*insiders*' e '*outsiders*', para a compreensão dos seus significados e traços, mutáveis e permanentes, das evoluções e transformações no espaço e no tempo.

Palavras Chave: paisagem, observatório da paisagem, identidade, dinâmicas, comunidades.

EVALUATING LANDSCAPES AND ITS IDENTITY

OBSERVATORY(S) AS A METHODOLOGICAL RESPONSE?

Maria da Graça Saraiva, Isabel Loupa-Ramos e Fátima Bernardo

Abstract: The European Landscape Convention (ELC), launched by the European Council, raised a new paradigm - every landscape matters, being common or outstanding, and we all are observers and actors, involved in its protection and management. Several aims and targets have been established for ELC implementation, namely the recommendation to create networks or forums for collecting and managing landscape knowledge, in order to promote community participation and involvement.

This led to the concept of Landscape Observatory (LO), developed in several countries, allowing to build the framework for democratic debates on participatory policies for landscape planning and management. Some experiences and typologies are described, aiming to obtain useful knowhow for the implementation of new initiatives. The main essential objective of a LO is the observation and research over a specific territory and its living communities.

Therefore, landscape identity is a crucial issue when exploring the links connecting communities, land and landscapes. The concept of landscape identity is reviewed, based on on-going research and its applicability discussed. Landscape dynamics is an important process related with perceived identity by communities.

The implementation of a local LO in Portugal, in a less favoured and low-density territory in Portugal is described - the Charneca LO -, in the municipality of Chamusca, Portugal, located in a landscape unit called 'Charneca Ribatejana'. A description of its biophysical context, strengths, weakness and opportunities is discussed, as well as the aims and network partners to develop its activities. The intention of developing a landscape identity survey, involving local communities is foreseen. The methodological approach for this survey is presented and discussed. To develop this approach it is firstly the actors that use and shape that landscape should be identified. There are partnerships to be fostered with resident population, farmers, foresters, managers, decision makers, schools, associations, administration, interest groups and also visitors. The Charneca LO aims to act as a platform for collecting views, perceptions, preferences and representations of insiders and outsiders, in order to raise the discussion about regional and local landscape identity.

Keywords: Landscape; Landscape Observatory; Identity; Dynamics; cCommunities.

AVALIAR PAISAGENS E SUA IDENTIDADE

OBSERVATÓRIO(S) COMO RESPOSTA METODOLÓGICA?

Maria da Graça Saraiva, Isabel Loupa-Ramos e Fátima Bernardo

1 - INTRODUÇÃO

A Convenção Europeia da Paisagem (CEP), estabelecida no âmbito do Conselho da Europa em 2000, trouxe um novo paradigma para o seu estudo - todas as paisagens importam, sejam banais ou excepcionais, e todos somos (delas) observadores e atores, com envolvimento na sua proteção e gestão. Designando 'paisagem' como uma parte do território, tal como é apreendida pelas populações, cujo carácter resulta da ação e da interação de factores naturais e humanos, estabelece como objectivos a promoção da sua proteção, ordenamento e gestão.

Esta amplitude de conceitos e objectivos coloca questões de diversos âmbitos, desde o enfoque territorial, os processos de percepção e apreensão do meio envolvente, as dimensões sociais, biofísicas e suas interações, e os domínios de intervenção institucional, económica e estratégica das comunidades, através dos seus níveis de decisão. Reveste-se assim de grande complexidade, pelo que interessará discutir os problemas metodológicos associados a esta temática.

O Conselho da Europa, nas linhas de ação para a implementação da CEP, refere, entre outras, a recomendação para a criação de redes, centros ou fóruns tendo em vista a recolha e dinamização de informação, no sentido de promover a participação das comunidades envolvidas. Surge assim o conceito de "observatório da paisagem", como centro de troca de informação sobre a paisagem, de modo a apoiar as políticas e atuações no sentido da gestão e valorização da paisagem, com amplos objectivos, como sejam (Guittet e Le Dû-Blayo, 2015):

- caracterizar e monitorizar as dinâmicas de transformação das paisagens;
- apoiar a formação dos especialistas e do público e geral sobre as temáticas da paisagem;
- sensibilizar as populações e comunidades para os valores da paisagem.

2 - OS OBSERVATÓRIOS DE PAISAGEM (OP) COMO INSTRUMENTO PARA O CONHECIMENTO E VALORIZAÇÃO DA PAISAGEM

A fim de dar seguimento aos objectivos atrás referidos, o Comité de Ministros do Conselho da Europa assinou em 2015 a Carta de Turim, 'Promoção e disseminação de Observatórios da Paisagem na Europa', no sentido de desenvolver esforços para o seu estabelecimento, constituindo plataformas apropriadas para o debate democrático de políticas participativas para o planeamento da paisagem.

Podem considerar-se diversas tipologias de Observatórios da Paisagem (OP), baseadas no tipo de iniciativa e entidade promotora, e na relação com o território/paisagem e comunidades envolvidas (Calvo, 2013). Por um lado, estruturas de tipo *top-down*, promovidas por instituições centralizadas a nível nacional ou regional, com objectivos de recolha de informação e monitorização relacionada com a paisagem em vários domínios, atuando como repositório de materiais de diversa índole (cartográfica, iconográfica, textos, etc.) e ponto de encontro de especialistas, decisores e populações (Larcher e Cassatella, 2015). Por outro lado, de iniciativa *bottom-up*, muitas vezes com carácter espontâneo ou voluntário, com objetivos de índole sócio-cultural e de valorização de um dado território específico, de estrutura mais aberta e informal, em que o envolvimento das comunidades e associações locais é factor essencial para uma atuação dinâmica e para o alcance dos objectivos estabelecidos. Comum aos vários tipos é o contexto territorial da sua implantação, enraizado na paisagem-alvo e suas comunidades, e a partilha e divulgação do conhecimento sobre as paisagens.

Diversas experiências têm sido levadas a cabo em distintos países e regiões. Refere-se, como exemplo, o Observatório da Paisagem da Catalunha, Espanha, que tem desempenhado um trabalho de grande valia na tomada de consciência do valor da paisagem a nível regional, nacional e até internacional.

Este Observatório constitui uma entidade de aconselhamento da administração da região da Catalunha, e tem por objectivos o incremento do conhecimento sobre as suas paisagens e o apoio à implementação da CEP. Estrutura-se como um centro de estudo e de seguimento da

evolução das paisagens da região e dos atores que condicionam o seu dinamismo. Desenvolve atividades diversificadas, desde a educação, publicações, encontros, bases de dados, inventários, indicadores de referência, entre outras (<http://www.catpaisatge.net/esp/observatori.php>). Pelas suas características, atuando como um consórcio de apoio a estruturas governativas regionais, é um exemplo de um OP de tipo '*top-down*'.

Os OP de tipo '*bottom-up*', surgem geralmente de iniciativas descentralizadas, envolvendo autoridades locais, associações, voluntariado, podendo ter parcerias com instituições académicas e profissionais e com ênfase num território específico, valorizando os seus recursos e património. Existem vários exemplos, sobretudo em Itália, nomeadamente a rede de Observatórios do Piemonte (Devecchi, 2015). Nalguns casos, evoluíram a partir do conceito de 'eco-museu', muito em voga nos anos 80/90, com base nos princípios divulgados por George-Henri Rivière e Hugues de Varine (Pessoa, 2001), que procuravam reunir os temas de património e ambiente, ligados ao contexto e cultura das comunidades, num novo conceito museológico, vivo e interativo. A emergência da ideia de sustentabilidade, associada ao conhecimento de um território específico e do seu contexto sócio-cultural, levou à evolução dessas iniciativas para OP locais, envolvendo parceiros interessados na ecologia e paisagem (Perella *et al.*, 2007).

Para um melhor conhecimento e partilha destas experiências, a Universidade de Turim desenvolveu o projeto LOD (Landscape Observatory Documentation)³⁷⁰ onde é possível conhecer a distribuição, estrutura e conteúdos das várias iniciativas em curso a nível europeu e internacional.

Em Portugal são ainda escassas as iniciativas deste tipo. A CEP foi ratificada em 2004³⁷¹ e nesse ano foi concretizada uma importante etapa dos seus objectivos, através do estudo realizado para a identificação e caracterização das paisagens de Portugal Continental, resultando na delimitação de unidades de paisagem para o território do Continente (Cancela d'Abreu *et al.*, 2004).

Em 2015 foi aprovada a Política Nacional de Arquitetura e Paisagem (PNAP)³⁷² que, contemplando os objectivos da CEP e outros documentos afins e explicitando princípios e objectivos abrangentes, não refere explicitamente estas estruturas, o que pensamos ser uma lacuna, dado que podem ser um importante e inovador instrumento para a prossecução dos objectivos subjacentes à implementação desta política.

³⁷⁰ <http://areeweb.polito.it/LOD/project.htm>

³⁷¹ Decreto nº4/2005 de 14 de Fevereiro

³⁷² Resolução do Conselho de Ministros nº 45/2015, Diário da República, 1ª série, N° 130, de 7 de julho de 2015

Refere-se a experiência em curso para a instalação de um Observatório da do Tejo, baseada na iniciativa para a designação pela UNESCO da Paisagem Cultural do Tejo (Oliveira *et al.* 2015), atualmente numa fase exploratória. Através de pesquisa na *net* encontrou-se referência ao Observatório da Paisagem da Madeira (OPM), em preparação, associado ao OP das Canárias. Outras iniciativas semelhantes estarão em fase inicial de funcionamento, como a que se irá apresentar seguidamente, que se pretende levar a cabo associada à paisagem da Charneca Ribatejana, cuja implementação está em curso (Saraiva *et al.*, 2016), desenvolvendo-se aqui alguns aspectos metodológicos para o estudo dos fatores identitários dos residentes locais.

Dos aspetos referidos, ressalta que a observação e estudo de um dado território e das comunidades que lhe estão ligadas é um objectivo essencial dos observatórios de paisagem. A temática da identidade da paisagem torna-se assim uma questão chave a ser investigada na procura de elos que liguem as comunidades, o território e as paisagens percebidas e vividas.

3 - PAISAGEM E IDENTIDADE

O conceito de identidade de paisagem é recente e apesar de usado em diferentes áreas científicas com significados nem sempre coincidentes, tem mostrado uma grande produção de investigação. Num esforço de integração do conceito, Stobbelaar & Pedrolí (2011) definem identidade de paisagem como '*the perceived uniqueness of a place*', com ênfase nas dimensões espaciais e humanas. Abordagens mais recentes exploram a ação e interação entre as pessoas e o meio (Loupa-Ramos *et al.*, 2016a), em que os lugares são afetados pela interação humana e pelas suas práticas, e também as pessoas se moldam às características do espaço. É esta interação dinâmica e mútua que forma a identidade de paisagem.

As identidades constroem-se a partir da ligação dos sujeitos com elementos significativos e de preferência positivos do meio social e físico que os rodeiam. Nesse processo de construção, as características do meio onde se inscreve não podem ser ignoradas. Se, por um lado, os elementos e características da paisagem constituem um dos recursos que sustentam a identidade dos indivíduos e da comunidade, por outro, a própria comunidade constrói e transforma a paisagem, enquanto forma de ajustamento, através das suas atividades e práticas culturais.

A identidade, como forma de pertença é fundamental para as pessoas e comunidades, na medida em que define quem são e de quem se distinguem. Neste processo incluem-se características individuais dos sujeitos, características dos grupos a que pertencem, mas também características dos lugares com os quais se identificam. Quando um sujeito para se

definir recorre ao local onde nasceu ou vive (e.g. sou ribatejano) está a dar um conjunto de informação que inclui características das comunidades mas também qualidades do ambiente.

A identidade tem como princípio motivacional a valorização de si próprio e do que é seu. Nesse sentido busca identificar-se com características percebidas socialmente como positivas, por exemplo valorizando o facto de viver numa área classificada, para atingir uma auto-estima positiva. Isto significa que todas as intervenções que são percebidas como valorizando o espaço podem ser contributos importantes para a identidade, mas em contrapartida as que são percebidas como negativas podem ter um efeito contrário.

Mas a identidade de paisagem, na medida em que é o resultado da interação entre o ambiente e as comunidades que o habitam, é um processo dinâmico. Nesse processo dinâmico, o carácter da paisagem muda pela ação da sociedade, por outro lado também as pessoas mudam as suas percepções em função das alterações da paisagem (Van Eetvelde *et al.*, 2016).

Estudos recentes têm procurado identificar como mudanças significativas na paisagem têm impacto alterando a identidade de paisagem de um determinado lugar. Essas alterações podem ser de natureza diversa: podem ser alterações da paisagem causadas pela intervenções significativas no espaço (e.g., a construção de uma barragem) ou alterações na percepção da paisagem (e.g., mudança na percepção de um espaço associado a novas utilizações). Mas pode também ser uma alteração do lado da sociedade, por exemplo mudanças sociais podem afetar a percepção e as aspirações que as pessoas têm em relação ao ambiente. Ou, por outro lado, ações da sociedade podem alterar a percepção que os sujeitos têm do ambiente. Por exemplo, alteração da percepção na sequência da definição de uma área protegida, que afecta o valor do espaço, ou pela alteração da população (e.g., densidade e composição) (Fig. 1) (Van Eetvelde *et al.*, 2016).



Fig. 1: Exemplos de alterações que podem afetar a identidade de paisagem

(Fonte: Van Eetvelde *et al.*, 2016)

Tendo em conta este dinamismo da identidade de paisagem, a questão que é importante colocar é em que medida as alterações na paisagem não poem em causa o equilíbrio da identidade de paisagem e permitem uma adaptação do sistema, ou pelo contrário levam a uma rutura (Loupa Ramos *et al.*, 2016). Para responder a esta questão é necessário a monitorização da alteração da identidade de paisagem, mediante o registo a situação de referência, e da forma como se erode, reestrutura, ou recompõe ao longo do tempo. Um melhor entendimento da relação com a paisagem e os elementos chave que reforçam a comunidade é, em última instância, um instrumento valioso na avaliação das transformações. Num estudo recente ainda em desenvolvimento (Loupa-Ramos *et al.*, 2016b) foram estudados os conteúdos da identidade das freguesias que compõem o concelho de Palmela. Os resultados revelaram a riqueza de conteúdos da identidade da paisagem deste concelho que incluem tanto dimensões físicas dos espaços, como sociais e práticas culturais. O estudo mostrou também os conteúdos que permitem a definição de uma identidade de paisagem do concelho (conteúdos comuns entre freguesias) e os conteúdos que ajudam a perceber as diferenças e as identidades próprias de cada freguesia. Finalmente, o estudo permitiu identificar as dimensões, que na ótica dos residentes, são mais valorizadas e cuja perda ou alteração significativa podem conduzir a uma rutura importante da identidade.

4 - OBSERVATÓRIO DE PAISAGEM DA CHARNECA RIBATEJANA: UMA EXPERIÊNCIA EM DESENVOLVIMENTO

Está em preparação a concretização de um observatório de paisagem num território desfavorecido e de baixa densidade, no concelho da Chamusca - o Observatório da Charneca - baseado no montado tradicional e nos usos e atividades que com ele se relacionam, com vista ao melhor conhecimento desta paisagem pouco conhecida e habitada, sujeita a transformações de cariz social, económico e ecológico.

Este território insere-se na unidade de paisagem 'Charneca Ribatejana', delimitada no estudo já referido de identificação e caracterização das paisagens de Portugal Continental (Cancela d'Abreu *et al.*, 2004), (Fig. 2) que a descreve como uma paisagem de carácter tranquilo, com relevo ondulado suave, a que está associado o montado de sobreiro e a baixa densidade populacional, reconhecendo-lhe identidade paisagística. Abrange concelhos como Chamusca, Coruche, Ponte de Sor, Abrantes, entre outros. Um dos aspectos diferenciadores desta paisagem está ligado ao tipo de solos de formação sedimentar detrítica do Pliocénico e Miocénico, associados a comunidades vegetais dominadas por sobreirais (Neto *et al.*, 2007) .

Unidades e Grupos de Unidades de Paisagem

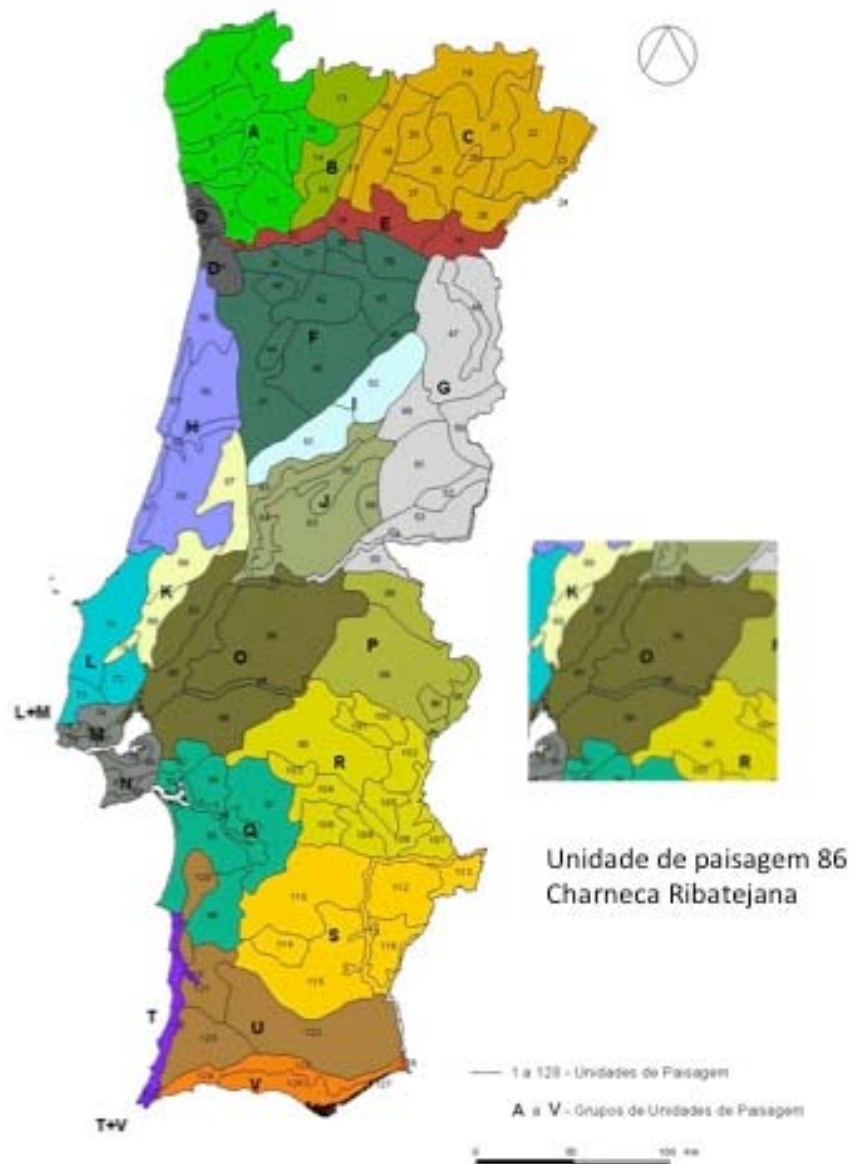


Fig. 2: Mapa de Unidades e Grupos de Unidades de Paisagem e Unidade da Charneca Ribatejana

(Fonte: Cancela d'Abreu, *et al.*, 2004).

Sendo uma região bastante extensa, pouco povoada e de baixa acessibilidade, corresponde a uma zona menos conhecida e visitada, referida por Jorge Gaspar (1993), como “*um Portugal profundo, tão próximo de Lisboa*”. De facto, abrange algumas zonas desfavorecidas e em decréscimo demográfico, com densidade populacional inferior à média nacional, com elevada taxa de envelhecimento, sobretudo nos concelhos de Chamusca e Coruche (densidades

populacionais de 13,6 e 17,9 hab/km², respetivamente) e com problemas de desemprego e abandono escolar (APPRCR, 2015).

Pretende-se dinamizar este projeto de OP numa exploração agro-florestal localizada no concelho da Chamusca, freguesia de Parreira/Chouto, no lugar do Gaviãozinho. Na referida freguesia verifica-se uma muito baixa densidade populacional (4,4 hab/km²). Essa exploração baseia-se no montado de sobro e na criação de ovinos em regime extensivo, associados a outras atividades agrícolas de sequeiro e regadio, constituindo um mosaico agro-silvo-pastoril, característico da paisagem tradicional da região. Esta oportunidade inspirou-se também na recente candidatura do Montado a Paisagem Cultural da UNESCO, que irá requerer um aprofundamento das dimensões estéticas, sociais e culturais da paisagem de Montado.



Fig. 3: Imagem de Montado na Charneca Ribatejana, Casal do Gavião



Fig. 4: Casal do Gavião, Rob Miller, aguarela, 2014

No assento rural da exploração, o 'Casal do Gavião', está em curso a recuperação de edificações rurais existentes para a instalação do OP, tendo em vista a realização dos encontros e eventos que se integram nos objectivos a alcançar, que, de uma forma global, visam o melhor conhecimento desta região e sua paisagem e a divulgação dos seus valores.

Deste modo, prevê-se a realização de atividades como as seguintes:

- Encontros técnicos e científicos sobre a paisagem, o montado, os recursos endógenos;
- Workshops ligados aos produtos locais (cogumelos, mel, lã, cortiça, artesanato, plantas aromáticas, etc.);
- Residências artísticas e exposições de artes visuais, incluindo workshops de desenho e 'rural sketching';
- Integração em percursos e rotas equestres, cicláveis, e pedonais que percorram o território da charneca e zonas envolventes;
- Visitas de estudo dos vários níveis escolares, desde o ensino pré-primário ao universitário;
- Encontros sobre história, literatura e outros temas culturais relacionados com a paisagem da Charneca e do montado;
- Associar tradição e inovação, com recurso às novas tecnologias e plataformas interativas.

A existência de instalações adequadas irá potenciar as atividades previstas, embora algumas já têm vindo a ser concretizadas. Assim, desde 2010 realizaram-se Workshops de artes visuais sobre o tema 'A Charneca Ribatejana como inspiração artística', com grupos muito motivados, que deram origem a diversas obras e a registos em notícias da imprensa e artigos de divulgação. Também se realizaram várias visitas de estudo académicas, nomeadamente com o Departamento de Geografia da Universidade de Ghent, Bélgica, no sentido de efetuar trabalho de campo para recolha de informação sobre parâmetros biofísicos do local.



Fig. 5: Trabalho de campo, visita de estudo do Departamento de Geografia, Universidade de Ghent, Bélgica.

Está em curso o estabelecimento de parcerias com entidades de investigação, escolas, autarquias e associações locais para reforçar a rede de atividades e alargar o âmbito dos estudos e perspectivas.

Pretende-se também desenvolver, no âmbito deste Observatório, um estudo sobre identidade da paisagem abrangendo as comunidades desse território, com o pressuposto de que um melhor entendimento da relação com a paisagem pode constituir um valioso instrumento na avaliação do sentido das suas transformações e na formulação de visões evolutivas desejáveis para as populações envolvidas. Apresenta-se, seguidamente, a abordagem exploratória da metodologia a desenvolver com essa finalidade.

5 - ENQUADRAMENTO METODOLÓGICO PARA O ESTUDO DA IDENTIDADE DA PAISAGEM NA CHARNECA RIBATEJANA

Os conteúdos da identidade referem-se às características da paisagem sobre qual assenta a construção da identidade da população. Esses conteúdos podem-se referir a aspectos naturais dessa paisagem, com por exemplo a luz, mas referem-se também a aspectos culturais, tangíveis e intangíveis, construções ou práticas.

Conforme referido anteriormente, importa captar esses conteúdos para poder monitorizar as alterações da paisagem transformadoras da identidade das populações e do carácter da paisagem.

Vários países têm operacionalizado programas de monitorização da paisagem, destacando-se pela sua persistência ao longo de décadas o *Countryside Survey* no Reino Unido e o Programa 3 Q na Noruega (Ramos e Teixeira, 2007). Estes programas, que também podem ser designados de observatórios, têm-se centrado nas características biofísicas da paisagem, sobretudo rural, fazendo levantamentos cíclicos de um conjunto de indicadores associados à composição e à estrutura da paisagem.

Aspectos associados à percepção da população têm sido deixados de fora. Não que pareçam desnecessários, mas porque eventualmente não são de operacionalização imediata nos esquemas já definidos e em curso. Dramsdtad *et al.* (2006) chegaram a discutir uma metodologia de captação de preferências associada ao programa 3Q.

O Observatório da Catalunha integra algumas das funções deste tipo de monitorização com base em indicadores, mas também proporciona a integração da população, nomeadamente através de um processo de consulta pública recorrendo a instrumentos *on-line*, onde associado aos mapas de unidades de paisagem, são, por exemplo, questionados quais os valores mais importantes dessa paisagem a partir de uma lista pré-definida, qual o estado de conservação ou como pode ser melhorada. Na publicação *Observatori del Paisatge*, (2010) é referida a importância dos elementos identitários da paisagem. Atualmente na elaboração dos CATPAISATGE2020 existe uma linha de trabalho designada "*Paisatge i món local*" que pretende abordar, sobretudo em paisagens de valor especial, aspectos relacionados com a auto-estima, a identidade e a qualidade de vida, não sendo contudo explicitada a metodologia utilizada.

Em França os OPP (*Observatoires Photographique du Paysage*) são uma plataforma *on-line* que existe há mais de 20 anos (Le Du-Blayo, 2014) onde se pretende que a população por iniciativa própria partilhe imagens das transformações que observam diretamente na paisagem, sendo que só são partilhadas observações que lhe são relevantes em termos transformações das suas paisagens quotidianas, e assim também identitários. Comparativamente ao Observatório da Catalunha, esta plataforma distingue-se por ser menos estruturada, ou seja, não ocorre em momentos específicos de participação, mas em contínuo.

Enquanto que OP anteriores resultam de decisões à escala nacional/regional, os locais ou da linha 'eco-museu' estão situados nas próprias paisagens. Ou seja, aqui a captação da dimensão

identitária requer ser equacionada diretamente com a população local e os visitantes, passando sobremaneira pela experiência da (na) paisagem.

Será importante envolver a população na criação do OP, entendido como repositório da suas memórias e vivências. Considera-se que essa mobilização pode ser iniciada pela recolha dos conteúdos de identidade, captando a leitura que essa população faz da paisagem, das características e dos elementos que são revelantes para a sua identidade, recorrendo a métodos de discussão em pequenos grupos centrados num conjunto de questões:

- o que torna únicos e distintos de outros?
- Qual a imagem que gostariam de transmitir da sua paisagem?
- o que não gostariam de perder?

Tipicamente na primeira questão obtêm-se conteúdos relacionáveis tanto diretamente com a paisagem como com outras dimensões da relação das população com a paisagem. Estes conteúdos são cristalizados através da criação de *clusters* de conteúdos. Na segunda questão recorre-se à pergunta “qual a fotografia que gostaria de enviar a alguém no estrangeiro” no sentido de perceber o que mais valorizam na comunicação com os outros (Carvalho-Ribeiro *et al.*, 2013), isto é, que imagem querem transmitir para fora do seu grupo e que faça uma caracterização positiva da identidade da área. Por último, a questão - o que não gostariam de perder -, isto é, que elementos da paisagem são fundamentais para a sua identidade e cuja perda possa desestruturar a estrutura identitária da paisagem que habitam.

No contexto de um OP local, como o da Charneca, fará sentido recolher as imagens desses conteúdos, expô-las no observatório, e gerar uma nova discussão em torno de cada elemento da paisagem em particular, procurando explorar o seu significado para o colectivo, através de captação de testemunhos e de memórias. Essa exposição permanente terá dois objectivos principais: por um lado, será o ponto de partida para a exploração dos visitantes da paisagem; e por outro, permite construir indicadores dessa paisagem, cuja transformação é acompanhada em contínuo, com a cíclica recolha de imagens para tornar visíveis transformações muito lentas, que tendem a passar despercebidas.

Com este processo pretende-se aumentar o nível de consciência da população para a sua paisagem e para as ações que a alteram, podendo assim reforçar a sua identidade positiva. É importante sublinhar que a mudança não é negativa sem si, e é inevitável, na medida em que estamos a tratar de processos dinâmicos de interação entre as pessoas e o espaço que habitam. O que é importante assegurar é que essa mudança seja acompanhada pela população, não pondo em causa o seu sentimento de identificação aos espaços. Estudos anteriores têm

mostrado que alterações radicais na paisagem podem ter um efeito de rutura com a identidade anterior, não só pondo em causa a relação identitária das populações com os locais, como conduzindo a uma desestruturação da comunidade, com abandono e deterioração ambiental e social (e.g. Twigger-Ross & Uzzell, 1996; Dixon & Durrheim, 2004; Bernardo & Palma-Oliveira, 2005).

Assim, o observatório precisa de captar com regularidade não só as transformações físicas da paisagem, mas também as transformações sociais que nela ocorrem. Caso contrário, incorre no risco de se tornar num museu e perder atualidade.

Como a paisagem se transforma também de forma intencional, através de planos e projetos, a captação dos limites aceitáveis de transformação (*limits of acceptable change*) são essenciais para informar os responsáveis pela transformação ao nível territorial.

6 - CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consideramos, assim, neste trabalho, o conceito de 'observatório da paisagem' como uma oportunidade para analisar e pôr em prática metodologias de estudo, de compreensão e de atuação no âmbito da paisagem, nomeadamente as que visam conhecer melhor as relações entre territórios e comunidades que neles têm referências identitárias.

Para desenvolver estudos de identidade de paisagem como atrás se referem, torna-se necessário conhecer e envolver os atores do tecido socio-económico que se inscreve nessa paisagem. Residentes, agricultores, comerciantes, empresários, decisores, entre outros, serão parceiros nesse processo, mas também associações, escolas, coletividades e autarquias. Também os visitantes são importantes, trazendo visões exteriores que complementam ou divergem das visões das comunidades locais, a ter em conta quando se pretende a revitalização dos territórios rurais com novas valências e procuras.

O OP da Charneca poderá constituir uma plataforma para questionar o tema da identidade desta região e paisagem, cruzando olhares, percepções, preferências e representações de '*insiders*' e '*outsiders*', para a compreensão dos seus significados e traços, mutáveis e permanentes, das evoluções e transformações no espaço e no tempo.

Para essa finalidade trabalha-se no estabelecimento de parcerias, a diversos níveis, entre atores e entidades locais e regionais, mas também com universidades e centros de investigação, com *expertise* nas temáticas em causa. O lançamento de uma linha de pesquisa sobre o tema da identidade da paisagem está atualmente em construção, baseada nas reflexões expostas neste

trabalho, a fim de estabelecer uma proposta metodológica que desenvolva essas premissas, contribuindo para um aprofundamento dos objetivos da CEP e para uma relação mais simbiótica entre a sociedade, o território e a paisagem.

7 - BIBLIOGRAFIA

- APPRCR. 2015. *Estratégia de Desenvolvimento Local 2014-2020*. Associação para a Promoção Rural da Charneca Ribatejana
- Bernardo, F., & Palma-Oliveira, J. M. 2005. "Place change and identity processes". *Medio Ambiente y Comportamiento humano*, 6:71-87
- Dixon, J. & Durrheim, K. 2004. "Dislocating identity: Desegregation and the transformation of place". *Journal of Environmental Psychology* 24:455-473
- Calvo, L. 2013. Guidelines for the Establishment of Local Landscape Observatories". *I Quaderni di Careggi* 05:30-32.
- Carvalho-Ribeiro, S.; Ramos, I.L.; Madeira, L.; Barroso, F.; Menezes, H.; Pinto-Correia, T. 2013. Is land cover an important asset for addressing the subjective landscape dimensions? *Land Use Policy* 35:50-60. DOI: 10.1016/j.landusepol.2013.04.015
- Cancela d'Abreu, A.; Pinto Correia, T. & Oliveira, R. 2004. *Contributos para a Identificação e Caracterização das Paisagens de Portugal Continental*. Universidade de Évora, Direção-Geral de Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
- Devecchi, M. 2015. "Landscape Observatories in Italy: the state of the art." *UNISCAPE En-Route*, a.l, n.l:10-13.
- Dramstad, W.E.; Tveit, M.S.; Fjellstad, W.J. & Fry, G.L.A. 2016. "Relationships between visual landscape preferences and map-based indicators of landscape structure. *Landscape and Urban Planning*, 78:465-474.
- Gaspar, Jorge. 1993. *As Regiões Portuguesas*. MPAT; Lisboa
- Guittet, C. & Le Dü-Blayo, L. 2015. "Vers une meilleure intégration des Observatoires Photographiques du Paysage (OPP) dans la gouvernance territoriale: de l'OPP des experts à l'OPP des habitants?". *Belgeo*
- Larccher, F. & Cassatella, C. 2015. "Landscape Observatories in Europe: the Action Plan." *UNISCAPE En-Route*, a.l, n.l:118-119
- Le Du-Blayo, L. 2014. Plateforme régionale d'Observatoires Photographiques du Paysage : un projet pilote en Bretagne . [Rapport de recherche] UMR 6590 : ESO. 2012. <hal-01076660>
- Loupa Ramos, I., Bernardo, F., Carvalho Ribeiro, S., Van Eetvelde, V. 2016. "Landscape Identity: Implications for Policy Making", *Land Use Policy* 53:36-43
- Neto, C.; Costa, J.C.; Capelo, J.; Gaspar, N & Monteiro-Henriques, T. 2007. "Os sobreirais da bacia ceno-antropozóica do Tejo (provincia Lusitano-Andaluza litoral), Portugal". *Acta Botanica Malacitana* 32: 201-210
- Observatori del Paisatge, 2010. *Landscape and public participation: the Experience of the Landscape. Catalogues of Calatonia*. Generalitat de Catalunya

- Oliveira, R.; Laghai, S.; Vasconcelos, L. & Saldanha, J.B. 2015. "The Tagus River Cultural Landscape. Building up a Landscape Observatory". *UNISCAPE En-Route*, a.l, n.l :14-20
- Perella, G.; galli, A. & Marcheggiani, E. 2010. "The Potential of Ecomuseums in Strategies for Local Sustainable Development in Rural Areas." *Landscape Research* 35, 4 : 431-447 DOI:10.1080/01426397.2010.486854
- Pessoa F.S. 2001. *Reflexões sobre Ecomuseologia*. Edições Afrontamento, Porto
- Ramos, I.L. & Teixeira, T. 2007. "Aspectos de um sistema de monitorização da paisagem: aplicação ao concelho de Castelo de Vide", *Agronomia Lusitana* Vol. 51(4):347-370
- Saraiva, M.G.; Loupa-Ramos, I.; Lavrador, A. & Van Eetvelde, V. "Towards a local centre to explore Montado landscapes: a meeting point of science, art and humanities. Abstract Book of the World Congress Silvo-Pastoral Systems, Silvo-pastoral Systems in a changing world: functions, management and people, Évora (2016): 291
- Stobbelaar, D.J. & Pedrolí, B. 2011. "Perspectives on landscape identity: a conceptual challenge." *Landscape Research* 36:321-333
- Twigger-Ross, C., & Uzzell, D.L. 1996. Place and Identity Processes. *Journal of Environmental Psychology*, 16, 205-220
- Van Eetvelde, V. Loupa Ramos, I.L. & Bernardo, F. 2016. Valuing landscape identity of local inhabitants through a tourism discourse. *Landscape Values: Place and Praxis*. Tim Collins, Gesche Kindermann, Conor Newman & Nessa Cronin (Eds.) Center for Landscape Studies-NUI Galway:375-381.
<http://www.uniscape.eu/allegati/Landscape%20Values%20Place%20and%20Praxis%20proceedings.pdf>
- Loupa-Ramos, I.; Bianchi, P.; Bernardo, F. & Van Eetvelde, V. 2016b. Do changes really matter? Exploring contents of landscape identity on a local scale in a highly dynamic landscape. Bender, O.; Baumgartner, J.; Heinrich, K.; Humer-Gruber, H.; Scott, B. & Töpfer, T. (Eds) IGF-Forschungsberichte, Volume 7: Mountains, uplands, lowlands. European landscapes from an altitudinal perspective. PECSRL 2016. 27th session of the Permanent European Conference for the Study of the Rural Landscape. 5-11 September 2016 in Innsbruck and Seefeld, Austria:121-122. http://www.pecsrl2016.com/images/PECSRL_2016_Abstractbook_s.pdf

PAISAGENS RUPESTRES DO VALE DO TEJO.

REFLEXÕES SOBRE UM MODELO DE INTERVENÇÃO

Mario Benjamim

Resumo: Desembarcar no Porto da Telhada e subir o caminho secular da Barreira da Barca até ao planalto do Canto do Ferreiro em Perais, no concelho de Vila Velha de Ródão, constitui uma experiência de vivência única, um retorno a uma identidade de uma região que se apreende à medida que se percorre a sinuosa e íngreme subida. Experiência que assume diferentes sentidos que nos vão preenchendo e surpreendendo, na beleza da paisagem, que se enaltece e se prolonga no horizonte através do elemento que a molda e que a determina – o Tejo –, e no olhar mais atento, pelos inúmeros pormenores de engenho e de adaptabilidade que sabiamente integraram e moldaram esta porção de espaço.

Este lugar, referência neste trecho de paisagem, proporciona, através de uma leitura diacrónica analogias para além da vivência e das sensações transmitidas, que apesar da sua serenidade, não corresponde à realidade que se reflete na área de estudo. É perante esta realidade, factual e inevitável, que nos propomos encontrar um modelo de intervenção, que dirigido ao Vale do Médio Tejo, e tirando partido da sua herança cultural, mas também dos impactos das barragens construídas desde a Década de 70, procura identificar e resolver as problemáticas que emergem da transformação abrupta da paisagem.

Palavras Chave: Paisagem; Vale do Tejo; Arte Rupestre; Modelo de Intervenção.

ROCK ART LANDSCAPE OF THE TAGUS VALLEY. REFLECTIONS ON AN INTERVENTION MODEL

Mario Benjamim

Abstract: Landing at the Telhada Port and climbing the secular road from Barreira da Barca to the plateau of Canto do Ferreiro in Perais, in the municipality of Vila Velha de Ródão, it is a unique experience of living, a return to the identity of a region which is retained through the winding and steep climb. An experience that assumes different senses in the beauty of the landscape that fill us and surprise us, which exalts and extends on the horizon through the element that shapes it and determines it - the Tagus, in a closer look, by the innumerable details of wit and adaptability that wisely integrated and shaped this portion of space.

As a reference in this stretch of landscape, this place provides through a diachronic reading analogies beyond the given experience and sensations, which despite its serenity, does not correspond to the reality that is reflected in the study area. It is against this factual and unavoidable reality that we intend to find an intervention model, directed to the Middle Tagus Valley, and taking advantage not only of its cultural heritage, but also of the impacts of dams built since the 1970s, tries to solve the problems emerged from the abrupt transformation of the landscape.

Keywords: Landscape; Tagus Valley; Rock Art; Intervention Model.

PAISAGENS RUPESTRES DO VALE DO TEJO.

REFLEXÕES SOBRE UM MODELO DE INTERVENÇÃO

Mario Benjamim

1 - ENQUADRAMENTO TEMÁTICO

A paisagem resulta da interação entre as comunidades humanas com os sistemas naturais, numa relação íntima de construção, transformação e aproveitamento de recursos, de acordo com as necessidades biológicas e culturais ao longo de demorados períodos de tempo.

Esta relação, que gerou equilíbrios entre os espaços que as comunidades utilizavam e o todo envolvente definindo os lugares de habitação e os caminhos de circulação, manteve-se predominantemente estável durante milénios até um passado bastante recente. Situação que se agravou nomeadamente nas zonas rurais, pelos constantes movimentos de despovoamento e abandono do mundo rural relacionados com os tempos de transição que vivemos nas últimas décadas, e pelo processo de construção de barragens.

A estratégia de construção de barragens e o aproveitamento do potencial hídrico iniciado no século passado, e que se mantém na atualidade, submeteu o território nacional a transformações profundas, por vezes abruptas e sem o adequado reconhecimento do seu valor arqueológico, antropológico, arquitetónico, paisagístico e ecológico. Perante uma realidade que se repete nos cursos de água mais significativos propomo-nos encontrar um modelo de intervenção, que tenha como base estrutural a singular herança cultural que, no caso do Vale do Médio Tejo pelas diversas circunstâncias dentro das problemáticas levantadas, se constitui como um objeto de estudo de excelência.

Sobre a matéria vasta que as duas temáticas envolvem, interessa-nos salientar alguns temas em concreto: numa primeira análise a definição de uma metodologia de intervenção arquitetónica em sítios arqueológicos, com especificidade ao património rupestre em condições acrescidas desta complexidade, e em segundo a relação do homem com a paisagem alterada por uma albufeira e as possibilidades de gestão cultural e patrimonial.

Inserido num território no contexto de estudo descrito, o complexo rupestre do Vale do Tejo³⁷³, evidencia-se pelas suas características e pela forte relação com o lugar e com a paisagem, relação que se exponenciou contrária e curiosamente ao previsto, e que deriva da valorização patrimonial e científica do complexo após a sua quase total submersão. Este fenómeno é fundamentado pelos consecutivos processos de inventariação, investigação, divulgação e promoção que tem sido levada a cabo por académicos, investigadores, promotores, comunidade e sociedade civil desde a sua descoberta, valorizando-se neste sentido o complexo e a gravura rupestre do Vale do Tejo não apenas pela sua imagem objetiva, mas pelo contexto onde esta insere, pelo seu significado e pela sua subjetividade.

A elaboração de um modelo de intervenção num território com estas características, constitui um desafio arquitetónico, que se espera que contribua também para o processo de consciencialização dos diversos atores e que, simultaneamente, consiga provocar um novo olhar para este lugar. Só se poderá intervir neste universo complexo, se entendermos as transformações recentes e valorizarmos a sua verdadeira matriz cultural e natural.

É neste contexto, que pretendemos introduzir o olhar e a ação do arquiteto, consolidando os diversos processos narrativos através da investigação, do entendimento e da leitura das diversas relações comunicantes existentes na paisagem, procurando definir deste modo e conscientemente soluções de projeto.

O termo de paisagem rupestre utilizado no título da comunicação, remete-nos para o significado de paisagem geracional presente no Vale do Tejo, que apesar de fortemente antropizada ainda expressa através das diversas visibilidades, a relação longa e íntima dos povos que a habitaram e que se moldaram no seu ambiente natural. Uma paisagem *fóssil* que se mantém ativa, enquadrada ainda no modo de vida tradicional, que tende a desaparecer, e no processo profundamente transformativo a que foi sujeita.

³⁷³ O complexo de arte rupestre do vale do Tejo, submerso quase na sua totalidade pelo enchimento da albufeira do Fratel em Abril de 1974, é um dos mais importantes testemunhos da arte holocénica, pós-glacial, da Península Ibérica, pela quantidade e qualidade das suas gravuras que se estendem em ambas as margens do médio Tejo, entre as duas barragens hidroelétricas do Fratel e Cedilho (Espanha).

Compreendendo a irreversibilidade desta transformação no processo evolutivo da paisagem e da sociedade, encaramos o momento com a consciência do seu passado, perspectivando-o através da reafirmação da sua identidade. Constitui este princípio dicotómico, a primeira convicção para o desenvolvimento desta reflexão, considerando-se o processo de transformação como preponderante, enquanto redefinição de um novo paradigma de interpretação e de desenvolvimento.

A utilização dos recursos naturais

Os recursos naturais foram desde cedo explorados pelo Homem no Vale do Tejo, utilizados inicialmente para satisfazer as suas necessidades primárias, vitais à sua sobrevivência, depressa se estenderam à prospeção e exploração intensa desde os tempos da pré-história.

Utilização que transcreve as características específicas do lugar e que se vincula por uma forte matriz geológica, expressa nas formas de relevo e nos processos de construção secular da paisagem.

Dos conjuntos geológicos referenciados na caracterização geológica e geomorfológica de Vila Velha de Ródão (CARVALHO, et al. 2006), merece destaque, pela sua relevância o sinclinal denominado por Serra das Talhadas, e os enchimentos terciários que prevaleceram durante um longo período de deposição. Esta constituição geológica conjuntamente com o rio e sua complexa rede hidrográfica caracterizam a utilização dos recursos naturais na área de estudo, que apesar de restrita apresenta uma variedade de registos, que testemunham o uso e a ocupação do território.

O Tejo, marca indelével da paisagem, constitui suporte de vida, fonte de alimento e de matéria prima, utilizado na produção de energia, nos setores primários e secundários, como via de comunicação, mas também como recreio e lazer, práticas hoje condicionadas ou extintas, resultantes da segmentação excessiva a que o rio foi submetido nas últimas décadas, e dos problemas de poluição, que em parte lhe advém, e que se tem verificado³⁷⁴, comprometendo as dinâmicas dos ecossistemas e que se reflete também na qualidade hídrica do seu curso. As várias segmentações introduzidas no rio Tejo, que se iniciaram com entrada em funcionamento do aproveitamento hidroelétrico de Belver em 1951, e que se sucedem até aos dias de hoje, impuseram e submeteram o território a impactos sociais, culturais e económicos muito longe do desenvolvimento económico prometido e sem evidências a nível local.

³⁷⁴ Referenciamos os casos mais recentes do açude de Abrantes (2004) e açude de Mouriscas (2015), que somando-se às retenções já existentes (Cedilho, Fratel e Belver) totalizam, cinco compartimentações num percurso de apenas 70 Km.

Prática transversal à maior parte dos grandes cursos fluviais, que dependentes de uma dinâmica exógena e estratégias de implementação de infraestruturas, restringe os seus usos e destrói as suas marcas ancestrais.

Este fenómeno de aparente irreversibilidade e de consequências não previsíveis, num cenário de intrínseca interdependência entre energia e água, tem-se demonstrado devastador para a arte rupestre ao ar livre e para o património imaterial e material nas vastas áreas submersas pelas albufeiras das barragens, ocultando-se desta forma e passivamente um legado de inquestionável e imensurável valor. Prática ainda não demovida no panorama energético nacional³⁷⁵, e que continua a ser implementada sem que estejam acautelados os interesses públicos ou uma adequada análise de alternativas, evitando dessa forma impactes ecológicos profundos, destruição de habitats naturais e paisagens de rara beleza.

A arte rupestre ao ar livre

A indivisibilidade que este tipo de manifestação artística mantém com o lugar, com a paisagem onde se insere e com as suas comunidades, demonstra que o homem primitivo encarava a arte como parte integral e essencial do seu modo de vida, leitura que na sociedade contemporânea, é obviamente desfocada e impercetível, mas ainda se reflete no consciente coletivo, através das diversas temáticas e tipologias utilizadas na natureza de associações, cenas reconstitutivas e figurativas ou nos diversos estilos abstratos representados, permitindo descodificar e compreender os significados, nas gravuras e pinturas encontradas em grutas, abrigos e afloramentos rochosos.

Se analisarmos a localização dos vários sítios arqueológicos no Vale do Tejo, verifica-se a correlação direta com o suporte geológico, e com o rio e seus afluentes. Esta ligação à água e à corrente dos rios é umbilical, sendo legítimo assumir os vales e os rios como os primeiros lugares selecionados na escolha de habitats e acampamentos de grupos de nómadas e de caçadores-recolectores, o rio ecossistema rico, diverso, de fácil acesso, e a singularidade de alguns lugares seriam elementos de atração e de fixação destas comunidades, permitiram também formulações cosmológicas, consolidando-se novas paisagens e elementos paisagísticos com significações de carácter sagrado nos grupos que as habitavam³⁷⁶.

³⁷⁵ Aprovado pelo Governo Português em 2007 o Programa Nacional de Barragens com Elevado Potencial Hidroeléctrico (PNBEPH: INAG/DGEG/REN, 2007), prevê a construção de 10 aproveitamentos em diferentes regiões do país.

³⁷⁶ Significação bem vinculada na relação céu-montanha-água nas Portas de Ródão em Vila Velha de Ródão, onde os três elementos cosmogónicos se unem e ligam o homem com o mundo dos Deuses e com os seus antepassados, cenário privilegiado para o desenvolvimento ao longo dos tempos de atividade sacro-religiosas. (Gomes, 2012, pag.111)

De uma forma sucinta, e atendendo à orientação da investigação, interessa-nos enquadrar o sentido de representação da arte rupestre como marcação física da paisagem, em que as gravuras dispersas ao longo das margens do rio se assumem como uma marca cultural indissociável do lugar onde foram gravadas. Por vezes confundindo-se com a paisagem, pelo que só seriam conhecidos mediante a aprendizagem não só do seu significado, mas dos trajetos que a elas conduzem, uma aprendizagem feita pela experiência do percurso, e que deriva das condições naturais existentes.

Área de estudo

A área de estudo situa-se na Beira Interior Sul no centro-interior de Portugal, e insere-se no concelho de Vila Velha de Rodão, distrito de Castelo Branco. A divisão administrativa, neste trecho do rio abrange dois países, três distritos, três concelhos e nove freguesias, numa extensão de pouco mais de 40 km. O curso do Médio Tejo em igual trecho, é também gerido por três albufeiras e por um complexo sistema de controlos de caudais, que mantém entre si o equilíbrio de funcionamento e de produção de energia elétrica.

Com uma utilização quase exclusivamente direcionada para o aproveitamento dos recursos energéticos, toda a área apresenta-se como uma *"manta de muitos retalhos"* (Mattoso, et al, 2010, 406) fragmentada e monopolizada que dificilmente se coordenará em conjunto, perante o elemento singular que os une, o rio que no passado desempenhou um papel catalisador de povos e de culturas, hoje é sinónimo de fronteira e de elemento divisível. Antítese do papel de união e de encontro, que apesar das suas margens abruptas e da intensidade de corrente em alguns troços, foi lugar de encontro e meio privilegiado de circulação de bens e ideias³⁷⁷, influenciando modos de vida e condicionando aspetos de ordem económica, social e religiosa.

Em termos de características demográficas, a área de estudo, transcreve os mesmos fenómenos de desertificação à semelhança de outras áreas do interior de Portugal em zonas de raia e em limites fronteiriços. O concelho de Vila Velha de Rodão mantém, no entanto, um cariz de desenvolvimento industrial significativo, alicerçado na instalação de uma unidade de fabricação de pasta celulósica na década de 70, contraria os censos económicos e demográficos para um território com estas características, mas que contrasta com o cenário natural e patrimonial que

³⁷⁷ "Território que foi palco de dois importantes movimentos de circulação de pessoas e bens. A circulação norte - sul e a circulação centro peninsular-periferia. No primeiro caso, consubstanciado pelos pastores transumantes e respetivos rebanhos das terras altas e frias, para as pastagens das terras baixas; pelos trabalhadores "ratinhos" que se deslocavam para a ceifa para o Alentejo e Andaluzia; pelas manobras militares frequentes nesta zona transfronteiriça e pelas vias de comunicação ancestrais que ainda estruturam o território. O segundo movimento, centro peninsular - periferia e periferia - centro peninsular, foi consubstanciado por pessoas e bens que se deslocavam rio abaixo e rio acima. Esta circulação de pessoas e mercadorias não era fácil, pelas características do próprio rio e do seu leito, ainda que tivesse sido um velho sonho dos reis de Portugal e Espanha." (CANINAS e HENRIQUES s.d., 4).

o Vale do Tejo apresenta, comprometendo o desenvolvimento e o aproveitamento sustentado dos seus amplos recursos.

As restantes áreas envolventes são marcadas predominantemente por uma feição rural pouco explícita, refletida por pequenas explorações agrícolas de uso familiar e por olivais sustentados por muros de pedra solta nas encostas íngremes³⁷⁸, cultura arbórea que caiu no esquecimento e que lentamente é substituída por novas reflorestações e matos bravios. Um cenário preocupante que põe em risco não só a manutenção da autenticidade dos valores da paisagem característica do Vale do Tejo, como a sua própria sustentabilidade, pelo qual urge encontrar mecanismos e caminhos que possibilitem corrigir, ou pelo menos tentar alterar trajetórias e recuperar alguma da sua identidade e o do seu valor patrimonial.

2 - METODOLOGIAS E CONCEITOS

Numa primeira abordagem sintetizaremos e enumeraremos as diversas transformações submetidas na paisagem, organizando as transformações caracterizadoras segundo uma ordem espacial e cronológica. Será sobre esta disposição que exemplificaremos os valores culturais e ambientais, procurando através de uma visão conjunta ancorar e compreender as dinâmicas subjacentes ao lugar e à sua identidade.

Definir uma metodologia de intervenção e interpretação baseada na leitura ecológica e cultural da paisagem e agentes dinâmicos de transformação, permite-nos percecionarmos as lógicas de desenvolvimento implícitas na sua construção, reconhecendo-se progressivamente o lugar e reformulando-se os respetivos objetivos, *procedimento in progressu* (Scazzosi, 2006: p267-302) permitindo respetivas atualizações e a incorporação permanente de informação útil no processo de interpretação e intervenção no objeto de estudo.

Na inexistência de um método único reconhecido para estudar, identificar e descrever a paisagem ou para intervencionar sobre a sua complexa e dinâmica realidade, optaremos por interpretar a leitura do lugar, pela análise do seu suporte físico onde se realiza a transformação e onde se desenvolve a ação, que se vincula e descreve pelas suas componentes naturais e culturais.

Neste sentido, o estudo da morfologia da paisagem requer a análise do conjunto dos fatores biofísicos como a geologia e geomorfologia, o relevo, a hidrografia, o uso dos solos, a vegetação e o clima, como também, a identificação e análise dos elementos antrópicos que caracterizam

³⁷⁸ Imagem característica desta paisagem e do seu clima mediterrânico que “Vistas de longe, são como um ponteadado geométrico e denso que sublinha todas as ondulações do relevo” (RIBEIRO, 1951, pag. 107).

o processo de construção da paisagem como o parcelamento, as construções vernaculares, os usos agrícolas introduzidos e renegados, os assentamentos humanos, a rede de estradas e caminhos e a reutilização dos recursos hídricos. Esta leitura permitirá evidenciar os diversos registos espaciais que caracterizam o lugar, as formas de estruturação e a organização construtiva do território, clarificando-se a sua matriz genealógica e espacial, bem como a utilização e exploração dos seus recursos naturais e culturais.

A investigação através do projeto de arquitetura, remete-nos para o conceito *Research by Design* ou *Architectural Research*, conceito no qual este artigo se inscreve no âmbito da dissertação de doutoramento em arquitetura que se encontra em curso na Universidade de Évora, conceito que confirmará a natureza transdisciplinar das diversas abordagens, legitimando-se dessa forma a sua ampla gama de opções. Caberá, através da capacidade de síntese, explorar e reconhecer o alcance e a diversidade dos métodos utilizados, expandindo-se desta forma a relação entre a investigação teórica com os resultados práticos obtidos.

Conceito de Paisagem

Será sobre este mosaico paisagístico de enorme complexidade e permanente dinamismo que interpretamos a paisagem, adaptando à sua leitura as necessidades e estratégias de uma sociedade atual, através da referenciação das diversas estruturas, espaços e elementos de origem natural ou antrópica, que devem ser preservados e que podem ainda ser explorados e utilizados pelas suas comunidades. É através da compreensão profunda desse mosaico, que distinguimos os diferentes valores naturais e culturais, cuja preservação é obrigatória e os valores complementares, não fundamentais, que permitem um vasto conjunto de interpretações e utilizações. (Magalhães, 2007, 25-31)

A preservação da paisagem tem de ser encarada como um objetivo primordial, por representar um património insubstituível que garante a identidade coletiva. Qualquer transformação tem de ser orientada, segundo as suas diversas estruturas, de forma a assegurar as suas respetivas funções, quer sejam sociais, económicas ou ecológicas e na qual a memória natural e cultural do lugar assume grande relevância. (Batista, 2012:72-77)

Neste sentido, ao estabelecer-se uma nova organização espacial e funcional ao território, deve-se considerar o espaço natural e construído como parte do património cultural herdado, indissociável na leitura da paisagem no seu todo, sem o qual não será possível o seu entendimento, uma vez que se trata de preservar a matriz ecológica cultural da paisagem. O que significa que paisagem deve ser compreendida como um recurso fundamental para o

desenvolvimento local e regional, o que implica estratificar os diversos componentes em conformidade com os seus diferentes usos.

Esta abordagem, baseada na conciliação entre interesses económicos, ecológicos e patrimoniais, exige uma visão interativa entre as novas necessidades da sociedade atual e o respeito pelo património e identidade da paisagem, sendo nesta que se fundamenta e se sintetiza a sua própria alternativa de transformação. (Sabaté, 2006, 329-342). Processo de transformação que Morin também designa por metamorfose, ou seja, a ideia de transformação enquanto recomeço e definição de um novo rumo para o desenvolvimento a longo prazo tanto da Natureza, como da sociedade (Morin, 2010, 35).

Neste contexto de análise interessa-nos relacionar o termo paisagem, pelo seu lado substantivo e cognitivo. Substantivo pelas qualidades intrínsecas da sua transmutação e mudanças permanentes e cognitivo pela análise interpretativa e explícita dos seus possíveis conteúdos, transcrevendo-se no carácter polissémico do termo paisagem (Rougerie e Beroutchachvili 1991).

Conceito operativo

A reinscrição progressiva de um sistema que se sustenta nas suas regras, e se valoriza e altera perante as transformações submetidas, parece-nos um ponto de partida para uma leitura da paisagem enquanto conjunto de sistemas. A base estruturalista definida por Piaget, parece-nos metodologicamente aplicável no caso de estudo. Piaget define *"que uma estrutura é um sistema de transformações e que comporta leis enquanto sistema"* (Piaget, 1979, 7) que se enriquece e evolui pelo próprio jogo das suas transformações, considerando também que a noção totalitária da estrutura resultará assim, das diversas relações e composições do próprio sistema e das regras pelo qual o próprio sistema se define.

Este conceito segundo Manuela Raposo Magalhães (Magalhães, 2001) pode ser transposto na paisagem por uma Estrutura Ecológica, na qual os elementos naturais são considerados como suporte da vida biológica e por uma Estrutura Cultural, construída secularmente pelo homem, constituindo ambas as estruturas a estrutura global da paisagem. Segundo esta perspetiva será fundamental a compreensão global da paisagem, que deverá ser efetuada pelo conhecimento dos diversos fatores que a constituem, quer sejam de ordem biofísica, cultural, económica ou política. Esta caracterização deverá também ser direcionada, de acordo com as distintas morfologias que constituem a paisagem, e que se definem pelas formas da Natureza, e pelas

formas que resultaram da apropriação e transformação do Homem ao longo do tempo, e que se traduzem pela Estrutura Ecológica e Cultural da Paisagem.

A abordagem morfológica tem como objetivo de estratificar os diferentes níveis dos sistemas bem como as suas relações, com o intuito de encontrar pontos de ligação e instrumentos de passagem, entre os diferentes níveis. Aos pontos de ligação e aos espaços intersticiais entre níveis poderão ser submetidas novas subestruturas, elementos tipológicos ou padronizados, valorizando-se e enriquecendo a estrutura global.

A ampliação da estrutura inicial, por subestruturas que respeitem os seus critérios, assegurará a sua sustentabilidade, sem roturas ou alterações impositivas. Este procedimento introduzirá uma maior complexidade ao sistema, originando o que se designa por Morfologia Complexa (Magalhães 2001), permitindo mais oportunidades de utilização e de usufruição da estrutura inicial. A estrutura global da Paisagem, segundo esta perspetiva, pode ser entendida como um sistema constituído por vários subsistemas, que correspondem às duas componentes referidas anteriormente: Estrutura Ecológica e Estrutura Cultural.

Neste conceito aplicável à leitura da paisagem e do lugar, incluímos um terceiro componente, baseado no processo de aquisição do conhecimento e da perceção das estruturas já estabelecidas, a qual designamos por Estrutura Afetiva, que corresponderá à leitura fenomenológica do lugar.

Assume-se desta forma, que a interação do sujeito, é essencial no processo de reaprendizagem, do lugar onde se desenvolve a ação, e que permite desencadear a perceção do indivíduo, através do processo cognitivo, promovendo o entendimento e compreensão dos seus conteúdos e respetivos significados, este processo assimilativo permitirá inserir novos conteúdos e construir novos significados e formas de conhecer e entender o lugar.

3 - A CONSTRUÇÃO DA PAISAGEM

Uma das estratégias de potenciação e divulgação do património identitário de um lugar, tem sido a intervenção efetuada em sítios arqueológicos, valorizando-se em maior parte das intervenções a musealização *in situ*, contextualizando desta forma, o achado arqueológico com a sua envolvente e com a paisagem onde esta está inserida.

Intervenção que é efetuada por equipas multidisciplinares e que tem como principal objetivo promover e salvaguardar o lugar histórico, na qual a disciplina da arquitetura se reconhece, cada

vez mais, como uma majoração no projeto de conceção, no diálogo e na mediação de todo o processo.

Seguindo este pressuposto, pode-se considerar o projeto de intervenção em sítios arqueológicos como um ambicioso exercício prático e teórico de arquitetura, pela sua extrema complexidade: leitura de condicionantes e variantes do lugar, sistematização do programa definido, aplicação de soluções construtivas compatíveis, apazibilização da solução, consolidação temporal da proposta e manutenção da memória do local.

Um conhecimento do lugar, que pela natureza da sua organização e pelas relações que mantém comunicam noções de domínio, de utilização, de circulações, de hierarquia e de ordem, muito além das funções visuais, constituindo significados denotativos de forma e espaço, que devem ser descritos pelo processo de investigação e inseridos no processo de conceção.

É através do diálogo entre as duas realidades que a arquitetura se pode integrar, como instrumento operativo do projeto, potenciando um novo olhar, um novo enfoque, que não se tornando restritivo, proporcionará um novo entendimento sobre a complexidade, globalidade, e reciprocidade do sítio arqueológico enquanto referência formal, comportamental e metodológica.

Como exemplos práticos referenciamos duas recentes intervenções a montante das Portas de Ródão, a *Valorização do Caminho e Calçada da Telhada* e a *Valorização e Musealização da Estação arqueológica da Foz de Enxarrique*³⁷⁹, exemplos que apesar de terem características, objetivos e programas diferenciados, constituem-se como processos de reconstrução da identidade do Vale do Tejo. A valorização e consequente musealização destes sítios arqueológicos, possibilitou a sua abertura e permitiu a divulgação e respetivo reconhecimento a um público mais alargado.

Esta estratégia de revitalização de lugares de elevado reconhecimento patrimonial, pode (ou devia) ser encarada como um princípio de ordenamento da paisagem, que se manifesta através do abundante património arqueológico que se estende ao longo das margens do Tejo, projetando desta forma uma rede interativa de sítios visitáveis, um verdadeiro museu ao ar livre, dinâmico e intimamente ligado à história do lugar.

O sítio arqueológico pode ser assim encarado como um reservatório histórico, um espaço de leitura de um passado, que no caso específico do Vale do Tejo, pelas relações que este ainda mantém com paisagem, faculta a compreensão total da sua existência, um *ethos* que se explicita

³⁷⁹ Entre quase centena e meia de candidaturas de doze países, o projeto de Museologia e Educação no sítio arqueológico da Foz do Enxarrique, constituiu a única Menção Honrosa portuguesa no VI Prémio Ibero-Americano de Educação e Museus, tendo também sido o único da categoria 1 (projetos em execução). (Archport 2016)

através do *locus* - espaço existencial onde se constroem possibilidades e se formam novas narrativas.

Estação Paleolítica da Foz de Enxarrique³⁸⁰

A estação Paleolítica localiza-se na margem esquerda da foz do ribeiro do Enxarrique, em zona urbana a sul de Vila Velha de Ródão, designada como uma área verde equipada de recreio e lazer. O local encontra-se bem delimitado pela ribeira do Enxarrique, pela albufeira do Fratel e por um corte de encosta resultante de escavações mecânicas anteriores (efetuadas com o intuito de facultar o acesso ao nível arqueológico), e que configura o talude hoje existente.

O local apresenta uma plataforma de superfície irregular, com cerca de 700,00 m² de área e formalmente retangular, a qual terá resultado da realização de trabalhos de escavação arqueológica ali desenvolvidos entre os anos de 1982 e 2001 (Raposo 2013). Destaca-se a posição estratégica do sítio que garante o fácil acesso ao rio, e que outrora permitiria o controlo de um vasto território de caça, com cerca de 4 km de visão em linha reta, em ambos os sentidos do seu curso.

Mas o lugar sublima-se essencialmente, na privilegiada percepção cénica que detém com a paisagem e pela perspetiva central com o acidente geológico das Portas de Ródão. A composição natural entre o elemento rio, a rutura acutilante das Portas de Ródão, a imponência da serra das Talhadas e o plano transcendental do Céu, faz com este lugar mantenha ainda hoje uma forte atratividade, e que se tentou evidenciar no projeto de intervenção.

Do ponto de vista patrimonial e científico, o sítio arqueológico constitui, um dos mais importantes locais da sua tipologia (acampamento de ar livre) e datação (Paleolítico Médio Final, cerca de 30 mil anos) conhecidos em Portugal e até em toda a Península Ibérica.

O programa de intervenção, "*Bases para um projeto de valorização patrimonial e educativa do sítio arqueológico da Foz Do Enxarrique*", da autoria de Luís Raposo responsável científico pelos trabalhos no local, definia uma base programática bastante clara, organizando as diversas áreas de intervenção segundo uma perspetiva patrimonial e educativa. As características específicas do *habitat* e a proximidade da albufeira foram condicionantes da intervenção, excluindo da proposta da arquitetura estruturas excessivas e perenes, que de algum modo comprometessem o sítio arqueológico, mas que desde logo o identifiquem na envolvente e na aproximação ao local, agora acessível após a construção da ponte sobre a ribeira de Enxarrique.

³⁸⁰ Classificado como imóvel de Interesse Público (Decreto n.º 29/90, DR, I Série, n.º 163, de 17-07-1990)

Estas constituíam algumas das premissas do programa inicial, que parte da intenção da disciplina da arqueologia em proteger, salvaguardar e divulgar o sítio arqueológico, a arquitetura neste contexto é convocada para desenvolver uma estrutura de proteção que *"impeça a ação direta da chuva sobre o mesmo, assim como as escorrências a partir da plataforma superior."* (Raposo, 2013, 191), num sector onde se pretende efetuar uma nova prospeção arqueológica, no âmbito de implementação de uma *Escavação-Escola*, a área escavada permanecerá visível, formalizando-se um processo de musealização *in situ* que permitirá ao visitante visualizar a micro-estratigrafia e os sucessivos leitos de formações, equacionando-se a hipótese de introduzir no horizonte arqueológico algumas réplicas das peças líticas e ósseas mais representativas.

É neste princípio, previamente estabelecido, que se foca a resposta concetual da arquitetura, que corresponde numa primeira instância ao programa definido, mas encara a estrutura de proteção como uma oportunidade para expandir o campo percetivo do visitante, direcionando-o para a temática para qual foi introduzida e simultaneamente para a relação primordial que o sítio estabelece com a paisagem.



Fig. 1: Vista sobre as Portas de Ródão, fotografia sobre a plataforma da estrutura de proteção da futura zona de musealização *in situ*. Estação paleolítica da Foz do Enxarrique. (MB)

A proposta de inclusão de uma peça em forma de anfiteatro que se projeta no seguimento do talude, cumpre a função de proteger a área a escavar como a futura musealização *in situ*, interligando a base e o topo do talude, onde se encontra uma plataforma de observação, através de um percurso percorrível, o anfiteatro introduz um momento de pausa no movimento do percurso, direcionando a leitura do visitante para a encenação cénica que o enquadramento natural nos proporciona. Uma leitura direcionada e intencional, que se expressa de modo imediato no sítio arqueológico como parte visível de um todo articulado e interativo, mas que se assume e evidencia pela relação intrínseca que mantém com o lugar, e como elemento chave no processo de interpretação e construção da paisagem.

A Calçada da Telhada³⁸¹

O Porto da Telhada e o caminho da Barreira da Barca, que referenciamos no prólogo, constitui um oportuno exemplo a inserir neste contexto, e que reflete em si, também, o fenómeno de *desaparecimento* físico e simbólico da paisagem ancestral, resultante dos constantes movimentos de despovoamento e abandono do mundo rural.

A particularidade deste lugar transporta-nos para uma realidade, para a qual, tecemos um conjunto de breves questões, que ao se direcionarem com a linha de investigação traçada, constituem e inserem possibilidades, incertezas e orientações que procuraremos corresponder.

Uma das primeiras questões a colocar, pretende-se com a reinterpretação do lugar na sua lógica atual, que apesar de desvinculada dos usos de um passado recente teima a persistir. Questão que origina duas outras novas questões: que leitura pode ser infligida a um lugar com estas características? E qual o limite da intervenção? E por último, neste processo de intervenção, o que poderá a disciplina da arquitetura acrescentar a uma nova consciencialização, e que instrumentos poderão ser utilizados no processo de valorização da sua singularidade?

O desafio que nos propomos alcançar concentra-se por um lado, em compreender e sistematizar as diversas identidades que caracterizam o lugar, e por outro lado, através de uma investigação teórica e simultaneamente prática encontrar convergências e pontos de interceção entre as suas diferentes identidades.

É na longa e íntima relação expressa no ambiente natural pelas diferentes comunidades que focamos a investigação, sintetizada pelo exemplo da Calçada da Telhada, mas que se estende

³⁸¹ A Calçada da Telhada, também conhecida como *Estrada Romana da Telhada*, entre o povo da aldeia de Perais, é uma antiga via de acesso a uma barca de travessia do rio Tejo, que deu passagem a pessoas e animais entre a Beira e o Alentejo. (Henriques, et al. 2013, 4). Adquiriu um estatuto de proteção mais efetivo ao ser incluída, em 1991, na Carta de Património Cultural Construído e Arqueológico do PDM de Vila Velha de Ródão.

por todo o território numa extensão considerável ao longo do percurso do Médio Tejo, e que testemunham ocupações desde os tempos da pré história, referenciamos as milhares de gravuras de arte rupestre descoberta nos anos 70, mas também os registos de habitat paleolítico junto às Portas de Rodão com mais de 30.000 anos e todo o registo megalítico que se estende em ambas as margens do Tejo e seus afluentes, a intensa mineração aurífera a céu aberto na época romana, ou o papel que o rio manteve na época moderna.

No processo de fundação e defesa do território Nacional e como via de comunicação primordial, (com previsão de ligação a Toledo durante o domínio Filipino), as transformações submetidas na época pré-industrial pelo caminho de ferro, o recente aproveitamento hidroelétrico, e a forte presença de *indústrias predadoras*, nomeadamente na área de Ródão.



Fig. 2: Calçada da Telhada, trecho construtivo e vista do rio Tejo para jusante. (MB)

No decorrer dos trabalhos de registo e inventariação arqueológica da Calçada da Telhada, foi identificado um conjunto de gravações nas pedras junto ao Porto da Telhada, "*no qual se destacam embarcações típicas do Tejo, uma das quais com uma tripulação muito peculiar.*" (Henriques, et al. 2013, 46) e que segundo a análise dos arqueólogos pela indumentária representada pode corresponder a "*couraceiros de uma unidade de cavalaria*" (Henriques, et al.

2013, 46), que atravessaram o Tejo, como refere uma das hipóteses mencionadas, durante a Primeira Invasão Francesa em 1807.



Fig. 3: Gravura rupestre representando um *picareto com tripulação* (MM), fotografia de autor.

A esta gravura peculiar que descreve um episódio específico na história deste lugar, atribuímos uma marca referencial numa imaginária linha temporal - um espectro na construção da paisagem, que pode-se definir por um primeiro longo período de estabilização, e que estende até aos vestígios do paleolítico durante mais de trezentos séculos, e um segundo momento relacionando-se com uma época moderna e industrializada, resultante do aproveitamento extensivo dos vários recursos do Vale do Tejo, e que em apenas dois séculos e mediante um processo de transformação acelerado, condicionou e alterou a relação secular que as anteriores comunidades mantiveram com este lugar.

Assumindo esta posição como ponto de partida para esta investigação, procuramos refletir sobre uma cultura de território ainda perceptível, através dos testemunhos deixados pelo o homem até à pré-história, pretensão que nos leva olhar para a paisagem em toda a sua dimensão no contexto arqueológico, natural, vernacular e antropológico.

É sobre este contentor cultural, este reservatório histórico que nos debruçamos, conscientes do seu valor intrínseco e da sua história ecológica, introduzimos o projeto como *laboratório* de

experimentação, considerando o lugar (sítio arqueológico) como sujeito e não objeto com uma clara vertente de fruição e reconstrução, interpeladora identitária do território.

Retomando ao exemplo do projeto de *Valorização do Caminho e Calçada da Telhada*, salientamos um dos pormenores utilizados na reparação dos muros de alvenaria de pedra seca: a documentação da intervenção através da delimitação dos trechos reconstruídos com escassilhos de mármore. Esta opção propositada, de deixar a marca do limite intervencionado, que se repete ao longo do percurso da Barreira da Barca, integra-se num dos seguintes critérios: reversibilidade da solução executada, minimização do impacto negativo através do uso de técnicas idênticas, ser contrastante de forma a ser facilmente identificável a área alvo de intervenção, e ter um custo viável que permita a execução da sua reconstrução.



Fig. 4: Pormenor de reconstrução de muro na Barreira da Barca, delimitada por escassilhos de mármore. (MB)

Crítérios de atuação que se verificam também, em intervenções recentes na área de estudo: nomeadamente na estação paleolítica da Foz de Enxarrique, na reconstrução parcial da anta do Cabeço d'Ante ou na valorização da área envolvente ao Castelo de Rodão e Capela da Senhora do Castelo, o que nos leva a constatar uma possível padronização de um modelo de intervenção em sítios arqueológicos no Vale do Tejo, modelo que poderá ser reinterpretado em novas intervenções.

Tema que não iremos desenvolver nesta reflexão, interessa-nos neste contexto e preconizado na metáfora do escassilho, referenciar a utilização de vários elementos de pequenas dimensões para circunscrever, demarcar e evidenciar uma área reconstruída.

O conceito de *reinterpretação do lugar* que se pretende no âmbito desta investigação, pode ser transcrito neste pequeno exemplo. O escassilho de mármore ao ser estrategicamente posicionado corresponderá a uma intenção mais extensa, transformando-se num elemento de coesão entre as pré-existências e a homogeneidade atual, que se afirma pela sua individualidade no *todo* do qual se integra e do qual passou a fazer parte, tornando-se assim indissociável da sua leitura de conjunto.

4 - BIBLIOGRAFIA

Archport. 19 de Maio de 2016. [Archport] *Menção Honrosa para projeto na Foz do Enxarrique*. <http://ml.ci.uc.pt/mhonarchive/archport/msg20845.html>

Batista, Desidério, e M.R. Costa. (2012). "The process of landscape (trans)formation: a methodology for sustainable intervention in contemporary landscape." *International Journal of Energy and Environment* (North Atlantic University Union) 6

Batista, Desidério, e Rute Matos. 2013. *A dimensão patrimonial e identitária da paisagem: a história do lugar como fundamento da intervenção urbana e territorial contemporânea*. Universidade Federal de Santa Catarina

Beroutchachvili, N., e G. Rougerie. 1991. *Geosystemes et Paysages. Bilan et méthodes*. Paris: Armand Colin

Caninas, João Carlos, e Francisco Henriques. s.d. "O Rio Tejo Via de Comunicação e Comércio." no prelo

Caninas, João. 2015. "Nota Técnica Proposta de reconstrução parcial da anta do Cabeço d'Ante (Vila Velha de Ródão) e respetiva mamoa."

Carapinha, Aurora. Novembro-Maio de 2010-2011. "País enquanto Paisagem." *Revista da Associação Portuguesa dos Arquitectos Paisagistas*: 21-25

Carvalho, Nuno, Pedro P. Cunha, António A. Martins, e Alexandre Tavares. 2006. "Caracterização geológica e geomorfológica de Vila Velha de Ródão. Contribuição para o ordenamento e sustentabilidade municipal." *AÇAFA*

Gomes, Mário Varela. 2010. *Arte rupestre do Vale do Tejo. Um ciclo artístico-cultural pré e proto-histórico*. Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa

Henriques, Francisco, et al. 2013. *A Calçada e a Barca da Telhada (Perais, Vila Velha de Ródão)*. Associação de Estudos do Alto Tejo (AEAT)

Magalhães, Manuela Raposo. 2001. *A arquitetura Paisagista. Morfologia e complexidade*. Editorial Estampa.

Magalhães, Manuela Raposo, (coord.). 2007. *Estrutura Ecológica da Paisagem. Conceitos e delimitação*. Lisboa: Universidade Técnica de Lisboa, ISA Press

- Martín, Marcelo. 2001. "Sobre el necesario vínculo entre el patrimonio y la sociedade Reflexiones críticas sobre la Interpretación del Patrimonio." *Estudos/Património*: 25-37
- Mattoso, José, Suzanne Daveau, e Duarte Belo. 2010. *Portugal, O Sabor da Terra - Um retrato histórico e geográfico por regiões*. Circulo de Leitores e Temas e Debates
- Morin, Edgar. Enero 2010 "Elogio de la metamorfosi." *El País*
- Pereira, Paulo. 2001. "Lugares de passagem" e o resgate do tempo." *Estudos/Património*: 6-16
- Pereira, Pedro Miguel Sampaio. 2013. "Arquitetura do Território. Mapear Paisagens do Baixo Mondego." *dissertação de Mestrado Integrado em Arquitectura Departamento de Arquitectura da FCTUC*
- Piaget, Jean. 1979. *O Estruturalismo*. São Paulo - Rio de Janeiro: DIFEL
- Raposo, Luis. 2013. "Bases para um projeto de Valorização Patrimonial e Educativa do Sítio Arqueológico da Foz do Enxarrique." *I Congresso da Associação dos Arqueólogos Portugueses*. Lisboa
- Ribeiro, Orlando. 1951. *Portugal o Mediterrânico e o Atlântico. Estudo Geográfico*. Coimbra: Editora Limitada
- Sabaté. 2006. "Paisajes culturales en Cataluña: el eje patrimonial del río Llobregat" em Mata, R. e Tarroja, A. (coord.), *El paisaje y la gestión del territorio*, Barcelona, Diputació Barcelona
- Scazzosi, L., "«Valorar» los paisajes" em Mata, R.; Tarroja, A., (coord.), *El paisaje y la gestión del territorio*, Barcelona, Diputació de Barcelona, 2006, pp.267-302. 2
- Turri, Eugenio. 2006 *Il paesaggio como teatro. Dal territorio vissuto al territorio rappresentato*. 5ª. Venezia: Marsilio Editori

LA CONSTRUCCIÓN DE UN PAISAJE NACIONAL

EL ROL DE LA CARTOGRAFÍA EN LA PERCEPCIÓN DEL PAISAJE DE LA PAMPA BONAERENSE DURANTE EL SIGLO XIX

Melisa Pesoa

Resumen: La pampa argentina, habitada originalmente por indígenas, fue un paisaje desatendido, considerado “bárbaro e inculto” hasta mediados del siglo XIX. Son los progresos técnicos (cartografía, ferrocarril, telégrafo, molino de viento, entre otros) los que permiten la colonización y ayudan a la incorporación de este territorio al sistema productivo. De esta forma, el paisaje comienza a ser apreciado y, en pocos años, pasa de ser un paisaje denostado y generador de “barbarie” (frente a la “civilización” representada por la vida urbana), a ser el paisaje productivo por excelencia de la Argentina que se estaba construyendo. Este estudio pretende, mediante el análisis de algunos mapas representativos del siglo XIX, relacionar la realización de la cartografía del territorio de la pampa bonaerense con la idea de paisaje que se formó de él. Gracias a la representación cartográfica se genera una visión de la pampa como un territorio homogéneo, sin grandes particularidades, a modo de tierra promisoría que puede y debe ser ocupada. Pero una vez lograda la colonización se convierte en la fuente de la producción agrícola del país, llegando a ser el símbolo de la prosperidad argentina: el “paisaje nacional”.

Palabras Clave: Pampa; Buenos Aires; Paisaje nacional; Cartografía.

THE CONSTRUCTION OF A NATIONAL LANDSCAPE THE ROLE OF CARTOGRAPHY IN THE PERCEPTION OF THE LANDSCAPE OF THE PAMPA BONAERENSE DURING THE NINETEENTH CENTURY

Melisa Pesoa

Abstract: The Argentinean *pampa*, originally inhabited by aborigine tribes, was an unattended landscape, considered "barbaric and uncultured" until mid-nineteenth century. Technical progress (cartography, railroad, telegraph, windmill, among others) allowed colonization and helped the incorporation of this territory into the productive system. In this sense, landscape begins to be appreciated and, in a few years, it is transformed from a reviled landscape and "barbarism" generator (in opposition to the "civilization" represented by urban life), into the productive landscape of the Argentina that was being built. This study aims, through the analysis of some representative maps of the nineteenth century, to relate mapping of the territory of the pampas to the idea of landscape that was constructed about it. Thanks to the cartographic representation, a vision of the pampa was generated: a homogeneous territory, without particular features, as a promising land that can and should be occupied. However, once the colonization was achieved, it changed into the source of agricultural production of the country, becoming the symbol of Argentine prosperity: the "national landscape."

Keywords: Pampa; Buenos Aires; National Landscape; Cartography.

LA CONSTRUCCIÓN DE UN PAISAJE NACIONAL

EL ROL DE LA CARTOGRAFÍA EN LA PERCEPCIÓN DEL PAISAJE DE LA PAMPA BONAERENSE DURANTE EL SIGLO XIX

Melisa Pesoa

1 - INTRODUCCIÓN

Entre finales del siglo XIX y principios del XX la pampa argentina alcanza un alto nivel productividad agropecuaria, lo que permite colocar al país entre los principales productores a nivel mundial. Sin embargo, tan sólo un siglo antes, esta enorme llanura de unos 500.000 km² (de los cuales la región bonaerense ocupa unos 300.000 km²) era un paisaje muy poco conocido, casi vacío de representaciones. La inmensa llanura sin árboles, donde el único hito en el paisaje era una hierba enorme (el ombú), provocaba la desilusión de los viajeros, como Alcide D'Orbigny o el mismo Charles Darwin, que esperaban encontrar los voluptuosos paisajes de otros sitios de América. Las apreciaciones son recurrentes: el paisaje desnudo inspira tristeza, desconcierto, se compara constantemente con el mar y se percibe como un gran vacío.

En el presente artículo nos preguntamos cómo, en el transcurso de menos de un siglo, la pampa pasa de ser un paisaje denostado a convertirse en el paisaje nacional. Entendemos que, dentro del panorama de representaciones de la pampa a lo largo del siglo XIX, la cartografía constituye un soporte mediante el cual se construye un imaginario sobre este paisaje. Con el fin de estudiar la forma en que se comprendió este espacio, realizaremos un recorrido por las imágenes cartográficas de la pampa bonaerense, sin pretender hacer un análisis exhaustivo de los mapas producidos en el siglo XIX. La percepción de esta región será elemental para la definición de actuaciones públicas y privadas, un tipo de división de la tierra, fundación de ciudades y establecimiento de infraestructuras.

2 - EL PAISAJE PAMPEANO Y SUS REPRESENTACIONES

A mediados del siglo XVIII, la pampa era una región poco explorada, ocupada por pueblos aborígenes y con una población española sólo consolidada en los alrededores de Buenos Aires. Buenos Aires y su estrecho hinterland, constituían un territorio bastante marginado del Imperio español hasta que en el siglo XVIII la región rioplatense se va posicionando como eje comercial y empiezan a aparecer potencias extranjeras en escena. Estos hechos desencadenan la creación del Virreinato del Río de La Plata en 1776, que establece su capital en Buenos Aires como puerto para la entrada y salida de productos desde y hacia Europa. Es por tanto, a partir del último cuarto del siglo XVIII que la región comienza a despertar un cierto interés.

Los relatos de viaje y expediciones constituyen las primeras manifestaciones sobre este territorio. Se trata de viajeros extranjeros, técnicos, grandes estancieros y la élite gobernante. Los relatos nos hablan de un paisaje poco interesante, sin grandes rasgos destacables más allá de la inmensidad. Por su falta de exuberancia, en comparación con otros territorios americanos, la pampa no abisma y por tanto no entra en los cánones románticos del momento. Seguramente esto sea la causa del vacío de representaciones gráficas o “analfabetismo visual” (Silvestri, 2011) que la región tiene hasta mediados del siglo XIX.

La literatura se encuentra dominada por la idea de una pampa bárbara e inculta, cuya inmensidad es el principal mal que aqueja a la Argentina, siguiendo las ideas del Facundo de Sarmiento (1845). Para las primeras obras pictóricas hay que esperar hasta entrado el siglo XIX. Dado que la pampa no interesa en sí misma como sujeto de representación porque no entra en la categoría de lo sublime, se transforma en mero escenario de las imágenes costumbristas, tal como sucede en la obra de Emeric Essex Vidal o en la de Carlos Morel, con la notable excepción de alguna de las imágenes atribuidas al italiano Fernando Brambilla, uno de los pintores de la expedición de Malaspina, que pintó la pampa incendiada a comienzos del siglo XIX. No hay una percepción de la inmensidad sino una escena acotada con una mirada cercana. La pampa es aún difícil de aprehender y por tanto de representar³⁸².

³⁸² Diversos estudios analizan las representaciones de la pampa en la literatura (Anderman 2000 y Villanueva 2001, entre otros) y en la pintura (Rodríguez Otero y Sarti 1991, Amigo 2013, Malosetti Costa 2007, entre otros), principales manifestaciones artísticas del momento.



Fig. 1: Izquierda: Escenas cotidianas, de E. E. Vidal. Fuente: Vidal, E. *Buenos Aires y Montevideo*, 1820 / Derecha: Cacique pampa y su mujer, de Carlos Morel, s/f. Fuente: Museo Nacional de Bellas Artes (MNBA)

Los adelantos técnicos que aparecen con gran rapidez desde mediados del siglo XIX, permiten acelerar el proceso de colonización de este vasto espacio. El alambrado, el ferrocarril, el telégrafo, el molino de viento, el fusil Remington (utilizado en la lucha contra el indígena), los avances en la industria y la introducción de nuevas especies de ganado, entre otras innovaciones, y junto con la llegada masiva de inmigrantes extranjeros, contribuyen a “civilizar” ese espacio antes considerado “desierto”, habitado por tribus indígenas para entonces desplazadas o incluso aniquiladas.

Cuando el proyecto liberal triunfa a partir de 1880, la pampa ya se encuentra domesticada. Ya no es el escenario de la barbarie sino el paisaje productivo del país, su paisaje nacional. Siguiendo la interpretación de Ortega Cantero (2009), éste sería:

“... un paisaje al que se atribuye especialmente, por la razón que sea, la cualidad de condensar, expresar y simbolizar las claves de la correspondiente identidad nacional. El paisaje así percibido y valorado adquiere la categoría de imagen simbólica —y colectivamente reconocida— de la nación. Podrían traerse a colación numerosos ejemplos de esta manera de proceder, entre los que se cuentan el paisaje del Oeste de los Estados Unidos, el paisaje alpino suizo o el paisaje rural francés, todos ellos elevados a la categoría de representación simbólica de la identidad nacional.”

La pampa es entonces representada como paisaje por diversos artistas entre los que podríamos destacar a Eduardo Sívori. En la literatura, quizá el mayor cambio podemos verlo en las dos visiones por antonomasia del gaucho (el poblador de la pampa): la transformación del gaucho malo del *Martín Fierro* de José Hernández en el peón de campo de *Don Segundo Sombra*, de Ricardo Güiraldes. Ahora la pampa es un lugar seguro y fértil, donde invertir y vivir.



Fig. 2: Eduardo Sívori (1847-1918). Pampa o chacra La Porteña, Moreno (1899). Fuente: MNBA

3 - REPRESENTACIONES CARTOGRÁFICAS DE LA PAMPA

La cartografía producida durante el siglo XIX, e incluso desde finales del siglo XVIII a partir del establecimiento del Virreinato del Río de La Plata, es una parte esencial en el proceso de construcción del Estado Nacional y de su proyecto sobre el territorio. Se trata de las únicas representaciones gráficas donde el sujeto es la pampa. El paisaje se representa y se entiende desde el aire, con una mirada totalizadora y geométrica, que muchas veces expresa más el orden deseado que la realidad misma.

En una región donde la cartografía (y las representaciones en general) era muy básica y escasa, es necesario comprender el gran desafío que supone mapear una enorme extensión de territorio y más aún ocuparla. A diferencia de los territorios europeos, la realidad es que aquí es necesario construir toda la información desde cero y salir a conocer el lugar para poder representarlo.

Tradicionalmente se ha visto al mapa como una representación fiel de la realidad. Sin embargo, la relación entre el mapa y el objeto que representa plantea un problema básico: la cartografía no es una imagen neutra, aséptica. Por un lado, todo mapa se produce en un determinado contexto cultural, por ciertos personajes, con técnicas y objetivos específicos. Por otro lado, la relación entre el objeto representado y la representación misma no garantiza nunca una mimesis: es imposible representar el mundo tal cual lo vemos, simplemente porque cada sujeto lo ve de una manera diferente y también porque representar no es efectuar una mimesis - ya lo dice Borges en *El Hacedor* (1960) al referirse al mapa del imperio que coincidía puntualmente

con el imperio -. No obstante estas consideraciones, el mapa nos propone una visión del espacio que es imposible tener con nuestros propios ojos: esa “mirada de Dios” (Aliata y Silvestri 1994) que lo abarca todo de un golpe de vista, de un objeto ausente.

Siendo evidente que el mapa no puede representar nunca la realidad, se transforma así en *una* de las muchas imágenes que podemos tener sobre ésta. Por tanto, como si de un texto literario, una pintura o un manuscrito se tratara, es más que prudente (e interesante) adoptar una postura crítica frente a ellos:

“... si hay algo que seduce de la idea de pensar el mapa como texto es la posibilidad de que el mapa sea objeto de lecturas, de interpretaciones y de juicios por parte de quien observa. Ubica el mapa dentro de un conjunto de objetos culturales y debilita su (sobrevalorado) perfil técnico” (Lois 2014, 61)

Es justamente este perfil técnico el que nos da la ilusión de que el mapa es más fiel o más creíble, que una pintura o una obra literaria. Y con esta apariencia “científica” los mapas han ido imponiendo de a poco formas de ver la realidad aparentemente más neutras que otras representaciones.

No obstante, este hecho no los hace inútiles, sino todo lo contrario. Las representaciones cartográficas son un elemento en el cual podemos leer una interpretación del mundo según factores culturales, políticos, económicos, etc., que nos pueden ayudar a entender una forma de imaginar y aprehender un espacio. Y, como tantos autores han señalado (Harley 2005; Lois 2014; Zweifel 2014, entre otros) conviene analizarlo como un texto, como un medio de comunicación social, y no tan sólo como una representación.

Para Harley (2005, 205) la clave del poder interno del mapa está justamente en este proceso de transformación de la información en imagen:

“Con esto me refiero a cómo están compilados los mapas y a cómo se eligen las categorías de información; la manera en que se generalizan, el conjunto de normas para la abstracción del paisaje; cómo los elementos del paisaje se forman en jerarquías, y cómo los diferentes estilos retóricos, que a su vez reproducen el poder, son empleados para representar el paisaje. Clasificar el mundo es apropiarse de él, de tal manera que todos estos procesos técnicos representan actos de control sobre su imagen...”

A partir de aquí analizaremos, para el contexto específicamente bonaerense, los mapas que nos permitan observar formas de entender el territorio que influyen en la forma en que éste se piensa.

4 - DIBUJAR EL “DESIERTO”

Las cartografías del siglo XVIII nos descubren una pampa donde lo importante a representar es la ciudad de Buenos Aires, el Río de La Plata con los detalles sobre su navegación y el camino hacia el Norte (Alto Perú, lugar de la actividad minera). Mapas como los de Moll (1736), Bowen (1747) o el conocido mapa de De la Cruz Cano y Olmedilla (1775) muestran ya una característica que dominará la imagen del territorio hasta por lo menos mediados del siglo XIX: la división del territorio en tres elementos o ambientes fundamentales (cordillera, pampa y mar) que son homogéneos en sí mismos.

Hasta finales del siglo XVIII, los mapas muestran una representación muy básica de lo que hoy es la pampa bonaerense, debido al poco conocimiento que se tenía sobre estas latitudes. La ciudad de Buenos Aires y su hinterland, aparecen separados de un territorio llamado “Patagonia” por la línea del Río Salado, tradicional frontera entre el mundo colonial y el indígena. La costa presenta una forma muy alejada de la “real”, en tanto que el blanco domina el territorio más allá del mencionado Río Salado. Es acusada la ausencia de otros ríos, de datos sobre la orografía, de poblaciones, en tanto que aparecen dos textos muy claros: “pampas” en referencia al pueblo que la habita y más al sur “costa deserta”. La palabra *desierto* acompañará gran parte de los trabajos de la época sobre este territorio, aunque como sabemos, la pampa no era ni estaba desierta.



Fig. 3: “A map of Chili, Patagonia, La Plata and the south part of Brasil”, 1736 (detalle). Realizado por: H. Moll, geógrafo. Aparece en: *Atlas minor*, Publicado en Londres por T. Bowles y J. Bowles. Fuente: David Rumsey Historical Map Collection (DRHMC)

El público de esta cartografía, seguramente muy limitado, podía hacerse una imagen (tanto en Madrid, Londres o Buenos Aires) de vastas extensiones “en blanco” surcadas tan sólo por ríos y lagunas, ocupadas por tribus desconocidas y posiblemente peligrosas. La cordillera de los Andes frente a una región mayormente llana, de la cual es imposible hacerse una idea cabal de su escala, será quizá la imagen que los viajeros esperen encontrar en estas latitudes. Esta disociación entre lo que se espera encontrar y lo que se ve en realidad, está relacionada con los relatos de viajes y expediciones como medio para el conocimiento del territorio, sobre todo a partir de los escritos de Alexander von Humboldt.

Nos preguntamos entonces quiénes y cómo miraban este paisaje, destacando dos tipos de aproximaciones. La primera tiene que ver con la de los funcionarios que envió la Corona a América a finales del XVIII para resolver la cuestión de límites con el Imperio Portugués, tales como Félix de Azara, Pedro Cerviño o Juan de Alsina. Estos personajes y sus prácticas tuvieron una enorme influencia en el establecimiento de la enseñanza científica en la región rioplatense y su influencia en la creación del Departamento Topográfico. Lo que nos interesa remarcar aquí es el germen de lo que Penhos (2005) denomina “la mirada mensuradora” en la construcción de un imaginario sobre el territorio, que tiene que ver con el conocimiento científico del mismo a través del instrumental y la medición, la catalogación de los elementos naturales y el registro de todo lo que aparece ante la mirada del profesional. La mirada objetiva y el registro sistemático permiten ofrecer una información fidedigna frente a los relatos más antiguos, dominados por la imaginación, que personalidades como Félix de Azara tildan de extravagantes e inexactos.

Se trata de un grupo de profesionales formados en el ámbito técnico y militar, muchos de ellos pilotos marinos que miden la pampa de la misma forma que se mide el mar y con los mismos instrumentos. Fruto de esta práctica, será por ejemplo la denominación “a rumbo lleno” o “a medio rumbo” que observaremos repetidamente en las mensuras del siglo XIX y en la dirección del trazado de ciudades y de divisiones parcelarias. Pero sobre todo observamos una concepción de un espacio terrestre con características de mar: plano y homogéneo; sin embargo las apreciaciones de los demarcadores no son subjetivas: la llanura es un espacio como cualquier otro, del cual se podrá sacar o no un provecho.

La segunda cuestión tiene que ver con el relato de viaje. Si por parte de los demarcadores aparece la mirada científica, por parte de los naturalistas y viajeros emerge también el componente subjetivo, que será una gran transformación del siglo XIX: el paso gradual de una mirada científica a una más subjetiva. Ambas miradas se encuentran enmarcadas dentro del auge de los libros de viaje que se desarrolla entre finales del siglo XVIII y mediados del siglo XIX,

relacionado a la expansión de los Estados europeos en ultramar y al desarrollo del conocimiento científico.

Humboldt es sin duda un personaje de gran relevancia en este aspecto. El relato de su viaje por algunas regiones americanas (1799-1804) sirve para explicar mediante texto y dibujos al público europeo lugares que no pueden ver con sus propios ojos: introduce la mirada paisajística en el conocimiento del territorio. Su mirada busca involucrar al observador/lector en el paisaje y provocar en él la sensación de grandeza, misterio y admiración de la naturaleza que llevan a la experiencia sublime. El paisaje andino, las regiones selváticas, las culturas autóctonas, los grandes cursos de agua invitan a crear imágenes abrumadoras de una naturaleza enrome y poderosa.

Frente a ese ideal de paisaje, la llanura pampeana tiene poco que ofrecer. Es "...el escenario más distante de aquello que se entendía como un *paisaje pintoresco*. El viajero inglés John Miers, que la recorrió en 1826, la describe como 'una ilimitada llanura vacía de paisaje'" (Malosetti Costa 2007). No ofrece las vistas sobrecogedoras de las grandes montañas, es imposible contemplarla desde la altura, sus cursos de agua no son abrumadoramente caudalosos, la flora no es exuberante... "La pampa no interesa por sí misma - nada hay allí para ver, decían las relaciones del 1600 cuando describían las costas pampeanas - sino que se caracteriza a través de la *istoria* que en ella transcurre" (Silvestri 2011, 69). Por tanto, la producción característica de la región será la de la narración de viaje, pero no con el objetivo de contar el escenario, sino lo que sucede en él. En la pampa el territorio no será el sujeto sino el espacio soporte de los acontecimientos, tal como sucede en las obras ya mencionadas de Essex Vidal o Carlos Morel.

A esta visión de la pampa seguramente contribuyen las imágenes cartográficas:

"Hay que destacar la desilusión de Darwin, que nota los accidentes en la llanura que se esperaba plana, atribuyendo las expectativas a las lecturas previas de textos de viajeros. Esto también es producto de los planos sudamericanos de la familia Arrowsmith donde los Andes se representan como una única cadena que se pierde hacia el sur, en contraste con el absoluto vacío de las pampas" (Silvestri 2005, 233).

El mapa de 1834 realizado por John Arrowsmith con los datos recogidos por Woodbine Parish constituye un hito en la cartografía nacional. Parish es el cónsul inglés en Buenos Aires y combina su trabajo con su afición por la geología y paleontología. Cuando regresa a Inglaterra luego de su estancia en el Río de la Plata (1825-32) publica en Londres *Buenos Ayres and the Provinces of the Rio de la Plata* (1839), que será el primer compendio sobre la geografía del país.



Fig. 4: United Provinces of La Plata, Banda Oriental y Chile, 1834 (detalle).

Realizado por Woodbine Parish y John Arrowsmith. Fuente: DRHMC.

Este mapa muestra el salto que se ha realizado sobre el Río Salado con el establecimiento de poblaciones y estancias al sur, más allá del tradicional territorio seguro de Buenos Aires³⁸³. Estos poblados son los que marcan las relaciones en este ancho espacio, donde aparecen tres líneas fuerza que parten desde Buenos Aires: la primera hacia las Salinas (Oeste), la segunda hacia Bahía Blanca (Sud-Oeste) y la tercera hacia Dolores que también se dirige a Bahía Blanca (Sur).

La ocupación del sur de la provincia y el avance de la frontera se construye en base a los pactos con los "indios amigos", no exentos de retrocesos constantes. El avance posibilita avanzar en la cartografía del Sur, pero siempre por caminos seguros, donde la representación de los sistemas serranos y los cursos de agua, denota un mayor conocimiento de estas tierras que, sin embargo, no están colonizadas aun.

Ya hemos mencionado que más allá de su aparente neutralidad científica el mapa muchas veces muestra - y esconde - elementos de forma arbitraria. La cartografía que estamos analizando ilustra la problemática que suponía el vacío de las tierras inexploradas y en manos indígenas en la representación. Aparecen los silencios intencionales y no intencionales de los que habla Harley (2005): aquellos que determinan deliberadamente no incluir cierta información y aquellos otros que no la incluyen por imprecisiones técnicas o desconocimiento.

³⁸³ Los fuertes de 25 de Mayo, Tandil (Fuerte Independencia), Olavarría (Fuerte Laguna Blanca) y Bahía Blanca (Fortaleza Protectora Argentina). El fuerte de Carmen de Patagones, en el extremo Sur no está relacionado al sistema por tierra sino que se llega a él por mar.

Podemos apreciar también un cierto silenciamiento de los nombres indígenas que son progresivamente reemplazados por nombres en lengua española asociados a personajes, a las características físicas del sitio o a determinados acontecimientos. Pero sobre todo persisten los grandes espacios en blanco, imposibles de llenar con información, con relieve, con paisaje. Espacios tímidamente ocupados con textos grandes, con leyendas para suplir la ausencia de datos topográficos, o de cualquier índole. Estos “blancos” nos pueden llevar a dos interpretaciones. Por un lado, a los ojos de un lejano observador el espacio en blanco está vacante, expectante, más allá de quiénes lo habiten o las condiciones (legales, físicas) de ese territorio. Por otro lado, el espacio en blanco, aunque vacío, sitúa ese lugar en el mapa y lo incorpora a un territorio nacional. En otras palabras, se lo apropia (por desconocimiento o intencionadamente, repetimos) aunque no se muestre en detalle qué es exactamente lo que hay allí³⁸⁴.

En el caso del mapa de Parish, los territorios indígenas aparecen en el noroeste, ocupados por los indios Ranqueles y al suroeste los Puelches. Mucho más allá del límite provincial actual aparece el rótulo “Inhabited by wondering tribes of indians”, para designar las tierras aún inexploradas pero susceptibles de ser ocupadas, por la condición nómada de sus habitantes. En este sentido, Lois (2006) destaca el rol de la publicación de Parish como “manual para inversores” dado que se reseñan las características físicas del territorio y sus potencialidades económicas.

La construcción de este mapa, basado en datos de mapas catastrales levantados por técnicos locales y su utilización posterior como referencia para realizar nuevos mapas, expone uno de los procesos de construcción de la cartografía característicos de la época: la cartografía de gabinete. El impulso principal viene de la Francia de Colbert, cuando se ordena armar el inventario de recursos de cada provincia. Esta cartografía se procesa mediante técnicas de “cartografía de gabinete”, la práctica habitual de la época, que consiste en reunir toda la información disponible, evaluarla críticamente y crear una nueva cartografía. Es necesario tener en cuenta que la cartografía basada en el estudio directo, utilizada por los holandeses desde el siglo XVII, requería más recursos técnicos y financieros (Guàrdia 2010).

³⁸⁴ “Desde la invención del cronómetro (por John Harrison en 1761) que hizo posible el cálculo preciso de longitudes, toda la superficie curva del planeta había estado sometida a una red geométrica que cuadrículaba mares vacíos y regiones inexploradas, en recuadros medidos. La tarea, por decirlo así, de “llenar” estos recuadros, sería realizada por exploradores, agrimensores y fuerzas militares”. (Anderson 1983)

Por tanto, los mapas no se construyen sólo con la experiencia, sino que se basan en cartografías, relatos y exploraciones anteriores. Zweifel (2014) destaca el rol de la compilación en la producción de cartas: éstas “no son el resultado únicamente del relevamiento sino el producto de la crítica parcial que se produce en la compilación de la forma final”. La autora destaca cómo el geógrafo trabaja desde su gabinete teniendo frente a él todo tipo de información sobre un mismo terreno, siendo prácticamente imposible que levante planos de escalas tan grandes en base sólo a observaciones propias. Estamos entonces frente al mapa como producto colectivo y acumulativo y sobre todo como construcción fragmentaria que alguien debe transformar en unidad.

En 1855, el presidente Justo José de Urquiza contrata al médico francés Jean Antoine Victor Martin de Moussy (1810-1869), miembro de la Academia de Ciencias de París, para realizar una obra descriptiva del país de cara a mostrar una imagen civilizada en Europa que pudiera atraer tanto a inversores como inmigrantes. En esta línea, el gobierno encarga más tarde al mismo De Moussy la representación argentina en la Exposición Universal en París de 1867 que debe mostrar un país con un futuro promisorio.

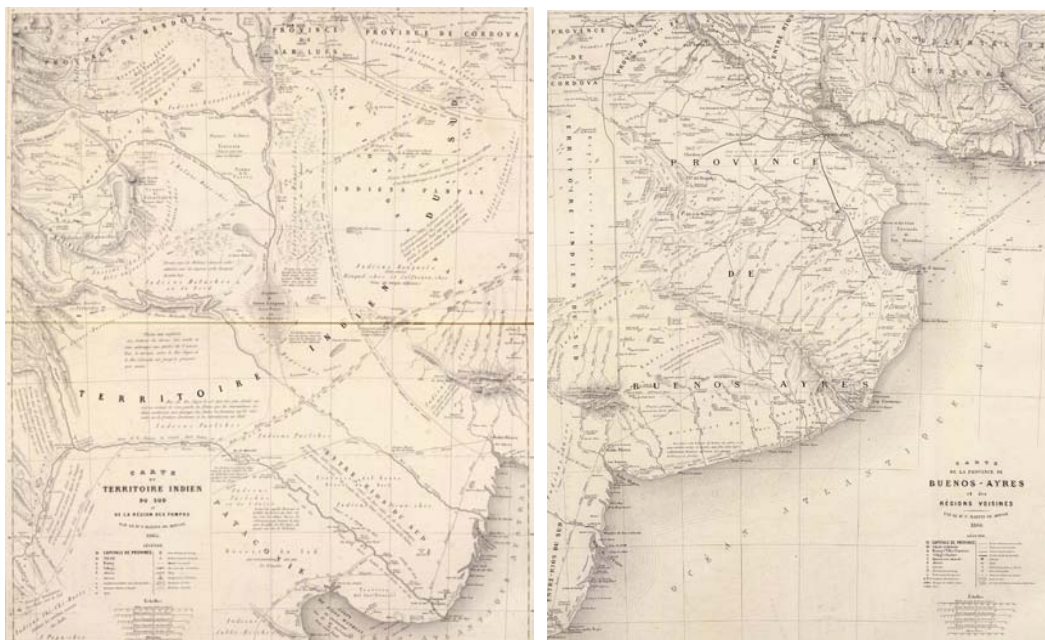


Fig. 5: “Carte de la Province de Buenos-Ayres et des regions voisines”, 1866, dos hojas.

Realizada por V. Martin de Moussy. Fuente: DRHMC

Lois (2006) señala la importancia de una cartografía nacional dibujada por extranjeros hasta 1880, debido a la participación de éstos en diferentes esferas de la administración pública y a la falta de especialistas y profesionales argentinos en este campo. En el caso de De Moussy, el gobierno trata además con su obra - de cuño más científico -, de desplazar los estudios más

ligados a la literatura de viajes realizados anteriormente por Parish, que habían sido muy difundidos en Europa. Este hecho destaca que las obras sobre la geografía argentina, realizadas por extranjeros, están ligadas siempre a la proyección del país en Europa.

El mapa de De Moussy aparece en la *Description géographique et statistique de la Confederation Argentine* publicado en francés en tres tomos entre 1860 y 1864 que se complementa con un atlas en 1869, que se convertirá en obra de referencia hasta entrado el siglo XX. De Moussy viaja por todo el país (con excepción de la Patagonia) recopilando datos, y durante esos viajes tiene contacto con Aimé Bonpland - que había viajado cinco años junto a Humboldt - y con Alcides d'Orbigny, quien había realizado viajes exploratorios por la región.

La escala de este mapa nos permite apreciar la cuidadosa representación de las características físicas del territorio. Aparecen las lagunas, y una mayor cantidad de ríos y arroyos. Los sistemas serranos de Tandilia y Ventania, por el tipo de representación aparecen como un límite y se leen como una cadena montañosa continua que genera una barrera muy marcada. Comienza a apreciarse la existencia de una serie de lagunas interconectadas (el sistema de las encadenadas) y se indican las áreas inundables o anegadizas. Además, se especifica la formación dunar (médanos) en la costa sur.

En el mapa de De Moussy aparecen además dos elementos claros: la idea de jerarquía y la de límite. La jerarquía aparece en los caminos a simple o doble línea, en los tendidos ferroviarios existentes y planificados y en la diferenciación entre ciudades, pueblos y fortines. Por otra parte, comienza a aparecer una idea de límite administrativo de la Provincia de Buenos Aires hacia el Oeste, apoyado sobre una línea recta que corre por el meridiano 63 (aunque no será el definitivo). Esta línea separa el territorio argentino del "Territorio de los Indios del Sur" o "Región de los pampas" (ocupado por numerosas tribus indígenas, según la nota aclaratoria) que "suelen saquear la frontera de la provincia de Buenos Aires".

Tanto el mapa de De Moussy como el de Parish y los anteriores, reconocen y representan en el mapa la presencia indígena en la región, e incluso individualizan las tribus que la habitan³⁸⁵ pero no indican que estas tierras pertenezcan o no a Argentina. Esto le valdrá cierta desacreditación ideológica a la obra de De Moussy años más tarde cuando se emprenda la ocupación de los territorios indígenas y se quiera mostrar el territorio como perteneciente al Estado Argentino.

³⁸⁵ "...para mediados del siglo XIX era perfectamente sostenible la idea de que la Patagonia constituía un territorio no sometido a la soberanía de ningún Estado, y por lo tanto limitrofe con la Argentina y con Chile, sin que le perteneciera efectivamente a ninguno de los dos." (Navarro Floria 1999)



Fig. 6: Mapa original de la República Argentina y de los estados adyacentes, 1875 (detalle), realizado por Auguste Petermann. Fuente: Bibliotheksverbund Bayern

La carta de 1785 compilada por Auguste Petermann nos muestra una provincia de Buenos Aires con un área menor que la de De Moussy, dada por la línea de frontera (curva, en color rosa) que delimita un área más reducida. Este hecho es un claro exponente de lo endeble y móvil que era la frontera con los indígenas, que durante todo el siglo sufrirá avances y retrocesos hasta consolidarse definitivamente con la campaña militar del Gral. Roca.

Es altamente destacable el hecho de que comience a aparecer una red de ciudades en lugar de la estructura tentacular lineal que mencionamos anteriormente. En consecuencia emergen núcleos que parecen funcionar como nodos de circulación al concentrar diversos caminos (como es el caso de Tapalquén, Dolores, Tandil y Cruz de Guerra). La red establecida entre estos poblados contrasta con el vacío cartográfico que perdura en la costa Sur de la provincia y en la zona habitada por indígenas al Oeste, donde aparecen las tribus de Coliqueo, Ranqueles, Aucas y tribus mapuches en la zona Sur, señaladas con texto. En este mapa el relieve no se representa como una barrera entre dos zonas y no tiene tanta fuerza gráfica, y así el espacio se ve más unificado.

Los núcleos se jerarquizan en función de la cantidad de habitantes, lo cual nos habla de una clasificación con bases científicas en lugar de subjetivas. Además, aparecen otros hitos como los fuertes, faros, minas y pasos sobre los cursos de agua. Una visión más completa del territorio y su infraestructura.

Los caminos que salen del “área segura” reproducen todavía rutas expedicionarias de principios de siglo como la de las salinas o la de Darwin de 1833 que va de Bahía Blanca a Carmen de Patagones. Por esta razón, ponemos en duda una real consolidación de estos caminos a pesar

de su representación en el mapa. Las infraestructuras van cobrando cada vez más protagonismo: se muestran los caminos generales y los provinciales, así como el tendido ferroviario y el telégrafo, en color verde, que va siguiendo el tendido el trazado férreo e incluso cruza el Río de La Plata hacia Uruguay.

5 - LA PAMPA DOMESTICADA: "EL CAMPO ARGENTINO"

Hacia finales del siglo XIX se da un hecho que termina de consolidar la colonización de las tierras indígenas, y es la estocada final de la mal llamada Conquista del Desierto, la campaña militar liderada por el Gral. Julio A. Roca para someter al pueblo indígena y ampliar definitivamente las fronteras sur y oeste. El coronel y topógrafo Manuel J. Olascoaga, que acompaña Roca en la Campaña, levanta el Plano del territorio de la Pampa y Río Negro³⁸⁶. Éste es un mapa militar y por tanto muestra un territorio de conflicto, que en su mayor parte está siendo reconocido por vez primera durante esta campaña, y pasará a formar parte del país en poco tiempo. La provincia de Buenos Aires tiene un rol secundario en esta operación, pero es desde aquí donde se despliegan varios de los frentes atacantes en forma de columnas que buscan encerrar al indígena para desplazarlo hacia el Sur o eliminarlo.

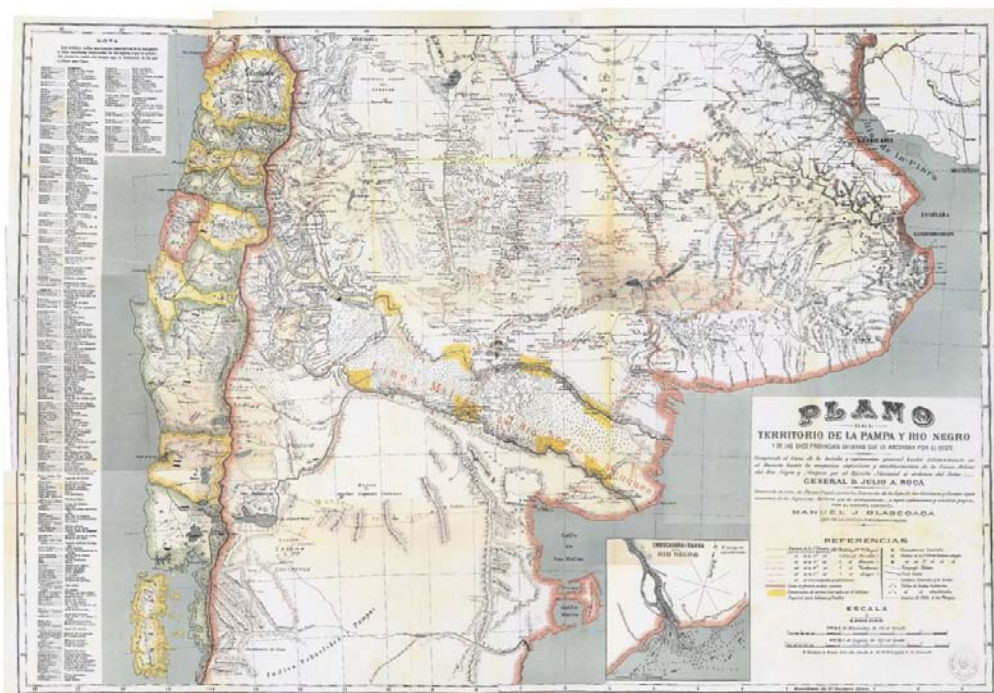


Fig. 7: Plano del territorio de la Pampa y Río Negro y las once provincias chilenas que lo avencindan por el oeste, 1880. Fuente de la reproducción: Lois 2006. Se ha consultado el original en el libro de Olascoaga

³⁸⁶ Cuando acaba la campaña, realiza una memoria militar en una obra de dos volúmenes titulada *Estudio topográfico de la Pampa y Río Negro*, publicada en 1880.

Ya se van dibujando los límites actuales de la provincia: en color amarillo aparece el límite oeste que sigue la línea del Meridiano V (medido al Oeste de Buenos Aires). Asimismo, aparece representada en rosa la línea de frontera propuesta por Alsina y la zanja, que Olascoaga creía poco efectiva para contener a los indios. Tenemos así los límites reales y los imaginados. Los “reales” se apoyan en poblaciones y fortines, y también en la zanja parcialmente construida, mientras que los “imaginados” o “deseados” siguen las líneas invisibles de paralelos y meridianos.

Los exploradores, viajeros, agrimensores y demás personas que fueron recorriendo las zonas más alejadas de la pampa siempre necesitaron la ayuda del indígena para efectuar recorridos seguros y comenzar a conocer el lugar. Esto contribuye en gran parte al mantenimiento de ciertos nombres nativos. Sin embargo esto se quiebra con la Campaña de Roca (aunque algunos topónimos se han recuperado durante el siglo XX) y por eso vemos en el mapa de Olascoaga una gran lista en la margen izquierda de nombres indígenas traducidos al español.

Al referirse al caso norteamericano, Harley (2005) destaca cómo cambia la percepción del paisaje de la cultura aborigen a la inglesa al cambiar el nombre de un lugar³⁸⁷, de manera que los ingleses adoptan nombres muchas veces arbitrarios para los sitios, que evocan su tierra natal o colocan nombres de personas, como en el caso bonaerense, mientras que los indígenas utilizan nombres que hacen referencia a las condiciones ecológicas del lugar. Olascoaga reconoce el valor ecológico de las denominaciones indígenas pero desde el punto de vista de la utilidad que puede representar en cuanto a peligros o recursos.

El proyecto nacional ya está presente en este mapa de reconocimiento: las zonas amarillas sobre los ríos Negro y Colorado están destinadas a futuras colonias y pueblos. El mapa va produciendo una imagen donde el mundo indígena se reduce a unas tolderías habitadas o deshabitadas y el Estado establece líneas limítrofes y pueblos imaginarios sobre un terreno que apenas ha acabado de reconocer. Este mundo ordenado y geométrico se opone a la imagen bárbara de la pampa indígena que durante años había dominado el imaginario rioplatense, sobre todo en la literatura, por ejemplo en los textos de Esteban Echeverría, pero también en la pintura, en cuadros como *La vuelta del malón*, de Della Valle, donde los indígenas saquean un asentamiento blanco y se llevan a una cautiva.

En el mapa provincial del *Atlas Geográfico* de 1888 parece que por fin ha llegado el *orden* tan buscado: la provincia está delimitada administrativamente y subdividida en partidos

³⁸⁷ “Los nombres de los lugares siempre han estado implícitos en la identidad cultural de la gente que ocupa la tierra. Dar un nuevo nombre a un lugar es un acto de posesión política ampliamente documentado en la historia de las colonizaciones. De igual manera, quitar el nombre de un lugar es un acto de despojo” (Harley 2005, 219).

(departamentos). Sin embargo aparecen vastas zonas aún en blanco, partidos con sólo una o dos poblaciones, sobre todo los del Sur y el Oeste. Esto nos lleva a plantearnos el interrogante de si sólo por representar una parte de un terreno en un mapa éste se encuentra incorporado formalmente al Estado. Parece ser que la imagen, otra vez, expresa más un deseo que una realidad.



Fig. 8: "Provincia de Buenos Aires", 1888. Realizado por: Mariano Felipe Paz Soldán. Aparece en: Atlas geográfico de la República Argentina. Buenos Aires: Felix Lajouane Editor, 1888. Fuente: DRHMC

Mediante la representación rigurosa y ordenada, la pampa (al menos la más recientemente incorporada) pasa de ser ese territorio peligroso y bárbaro, susceptible de sufrir inesperadas incursiones indígenas, pillajes y saqueos, a una pampa domesticada y tranquila. Un paisaje productivo y civilizado.

Las líneas de ferrocarril se han multiplicado y cobran un protagonismo notorio desde el punto de vista gráfico que nos devuelve a la estructura tentacular de De Moussy, en oposición a la de Petermann. La imagen nos lleva a entender el territorio en forma de líneas convergentes hacia Buenos Aires y la importancia y complejidad del área capital se halla destacada por su representación en un recuadro aparte a una escala mayor. Este no es un detalle menor: la lógica

de la capital comienza a despegarse del resto del territorio ahora también desde su representación gráfica, anticipando dinámicas propias del siglo XX.



Fig. 9: "Nuevo mapa de la República Argentina, Chile, Uruguay y Paraguay", 1914 (detalle). Realizado por la Oficina Cartográfica de Pablo Ludwig. Publicado en Buenos Aires. Mapa plegable de bolsillo. Fuente: DRHMC.

El último mapa que presentamos, es un mapa desplegable de bolsillo de 1914. El hecho de que sea desplegable es un indicador de que por fin la imagen del país llega al público en general. Tengamos en cuenta que, si bien los atlas y compendios geográficos de los siglos XVIII y XIX eran de difusión pública, llegaban sólo a un público especializado. El resto de los planos que hemos analizado tenían un público limitado y muchas veces, debido a sus condiciones estratégicas, estaban envueltos por un cierto secretismo. Pero a partir de ahora cualquier ciudadano puede llevar su territorio en el bolsillo.

La provincia de Buenos Aires es ahora una compleja red de asentimientos y líneas de comunicaciones, donde los ferrocarriles junto con los telégrafos (que destacan por su color rojo) son los protagonistas. La densidad de la red, igual que un siglo atrás, sigue siendo más acusada en el Norte y el trazado de las infraestructuras de comunicación subraya aún más la estructura tentacular que converge en Buenos Aires.

6 - CONCLUSIONES

El caos de un territorio signado por la independencia de la Corona española, las luchas civiles, el desconocimiento y la amenaza indígena que abarcan casi todo el siglo XIX, se transforma en entidad única y ordenada bajo un gobierno central. El antiguo *desierto* es ahora el *campo argentino*. Un paisaje que se muestra en el extranjero - a través de mapas, pinturas, estadísticas,

literatura y fotografías - como tierra promisoría, exponente del potencial productivo de un país y sobre todo de un país "civilizado" que ya está listo para incorporarse al mercado mundial.

La cartografía ha sido un elemento singular, dentro del universo de representaciones de la pampa, para consolidar esta imagen. El estudio de los modos de apropiación del territorio a través de estas imágenes nos ayuda a definir modos de entender este paisaje. En una primera instancia, las cartas denotan una visión de inmensidad e inconmensurabilidad, un vacío en donde no está nada claro lo que sucede ni cómo interpretarlo o representarlo. Y en una segunda instancia, los avances técnicos, junto con la colonización y la llegada de población extranjera, permiten ir llenando esos espacios de incertidumbre e incorporarlos al imaginario del país. En otras palabras, podemos decir que el dibujo ayuda a ir aprehendiendo la pampa.

7 - BIBLIOGRAFÍA

- Aliata, Fernando, y Graciela Silvestri. *El paisaje en el arte y las ciencias humanas*. Buenos Aires: Centro Editor de América Latina, 1994
- Amigo, Roberto. «Carlos Morel. El costumbrismo federal» *Caiana. Revista de historia del arte y cultura visual del Centro Argentino de Investigadores del arte*, n° 3 (2013)
- Anderman, Jens. «Escribir (en) el vacío: Los mapas del intersticio». En *Mapas de poder*. Rosario: Beatriz Viterbo Editora, 2000
- Anderson, Benedict. *Comunidades imaginadas: Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo*. México D.F.: Fondo de Cultura Económica, 1983
- Guàrdia, Manel. «Cartografía urbana i representacions de Barcelona fins al segle XVIII» En *Aproximacions a la història de la cartografia de Barcelona*, editado por Carme Montaner y Francesc Nadal. Barcelona: Institut de Cultura de l'Ajuntament de Barcelona, 2010
- Harley, Brian. *La nueva naturaleza de los mapas: Ensayos sobre la historia de la cartografía*. México: Fondo de Cultura Económica, 2005
- Lois, Carla. *Mapas para la Nación: Episodios en la historia de la cartografía argentina*. Buenos Aires: Biblos, 2014
- Lois, Carla. «Técnica, política y "deseo territorial" en la cartografía oficial de la Argentina (1852-1941)» *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, vol. X, n° 218 (52) (2006)
- Malosetti Costa, Laura. *Pampa, ciudad y suburbio*. Buenos Aires: Fundación OSDE, 2007
- Navarro Floria, Pedro. «Un país sin indios. La imagen de la pampa y la patagonia en la geografía del naciente Estado argentino» *Scripta Nova. Revista electrónica de geografía y ciencias sociales*, vol. III, n° 51 (1999)
- Ortega Cantero, Nicolas. «Paisaje e identidad. La visión de Castilla como paisaje nacional (1876-1936)» *Boletín de la A.G.E.* 51 (2009): 25-49

- Penhos, Marta. *Ver, conocer, dominar: Imágenes de Sudamérica a fines del siglo XVIII*. Buenos Aires: Siglo XXI Editores, 2005
- Rodríguez Otero, Mariano y Sarti, Graciela. «Del desierto indómito al campo manso: iconografía de la pampa hasta su dominación». En *Ciudad/Campo en las Artes en Argentina y Latinoamérica, 3ras. Jornadas de Teoría e Historia de las Artes CAIA*. Buenos Aires: CAIA, 1991
- Silvestri, Graciela. *El lugar común: Una historia de las figuras del paisaje en el Río de La Plata*. Buenos Aires: Edhasa, 2011
- Silvestri, Graciela. «Errante en torno de los objetos miro: Relaciones entre artes y ciencias de descripción territorial en el siglo XIX rioplatense». En *Resonancias románticas: Ensayos sobre historia de la cultura argentina (1820-1890)*, editado por Graciela Batticuore, Klaus Gallo y Jorge Myers, 225-243. Buenos Aires: Eudeba, 2005
- Villanueva, Graciela. «El paisaje de identidad: la reorganización del sistema paisajístico en la literatura argentina a partir de la inmigración masiva (1880- 1910)». *América: Cahiers du CRICCAL*, n°26, 2001: 71-84
- Zweifel, Teresa. *Medir lo inconmensurable: los cambios en los procedimientos para relevar la pampa anterior (1796-1895)*. Rosario: Prohistoria, 2014

LOCALIZACIÓN Y CARACTERIZACIÓN DE LOS PAISAJES DE VIÑEDO EN LA REGIÓN DE MURCIA

Miguel Ángel Sánchez-Sánchez, Francisco Belmonte-Serrato y Gustavo Ballesteros-Peigrín

Resumen: Este trabajo estudia los paisajes de viñedos en la Región de Murcia, aportando información sobre la localización de los mismos, utilizando para ello criterios como número de hectáreas cultivadas por municipio y el porcentaje que estos suponen frente al resto de cultivos. De este modo se obtiene una primera aproximación objetivo y cuantitativa, referida a la mayor o menor presencia del cultivo en los distintos municipios. Esto es mejorado con la elaboración de un mapa de distribución de parcelas. Mediante el análisis de la geometría de las manchas se pueden obtener densidad, extensión y continuidad entre otras informaciones. La caracterización se sustenta en la perspectiva visual. De entre los elementos visuales determinantes se utilizan la vid y los atributos geomorfológicos. La utilización de estos últimos se justifica al ser el territorio soporte del paisaje. Partiendo de estas premisas se definen los siguientes paisajes: paisaje de viñedo en "llano", en "pie de monte", y en "depresión u hoyo".

Palabras Clave: Viñedo; Paisaje; Región de Murcia.

LOCALIZACIÓN Y CARACTERIZACIÓN DE LOS PAISAJES DE VIÑEDO EN LA REGIÓN DE MURCIA

Miguel Ángel Sánchez-Sánchez, Francisco Belmonte-Serrato y Gustavo Ballesteros-Peigrín

Abstract: This work studies the landscape of vineyards in the Region of Murcia, providing information on the location of the same, using criteria such as the number of hectares cultivated by municipality and the percentage they represent compared to other crops. In this way a first objective and quantitative approach is obtained, referring to the greater or lesser presence of the crop in the different municipalities. This is improved with the development of a parcel distribution map. Through the analysis of the geometry of the spots can be obtained density, extension and continuity among other information. The characterization is based on the visual perspective. Among the determining visual elements are used the vine and geomorphological attributes. The use of the latter is justified as the territory supporting the landscape. Starting from these premises the following landscapes are defined: landscape of vineyard in "plain", in "foot of mount", and in "depression or hole".

Palabras Clave: Vineyard; Landscape; Region of Murcia.

LOCALIZACIÓN Y CARACTERIZACIÓN DE LOS PAISAJES DE VIÑEDO EN LA REGIÓN DE MURCIA

Miguel Ángel Sánchez-Sánchez, Francisco Belmonte-Serrato y Gustavo Ballesteros-Pelegín

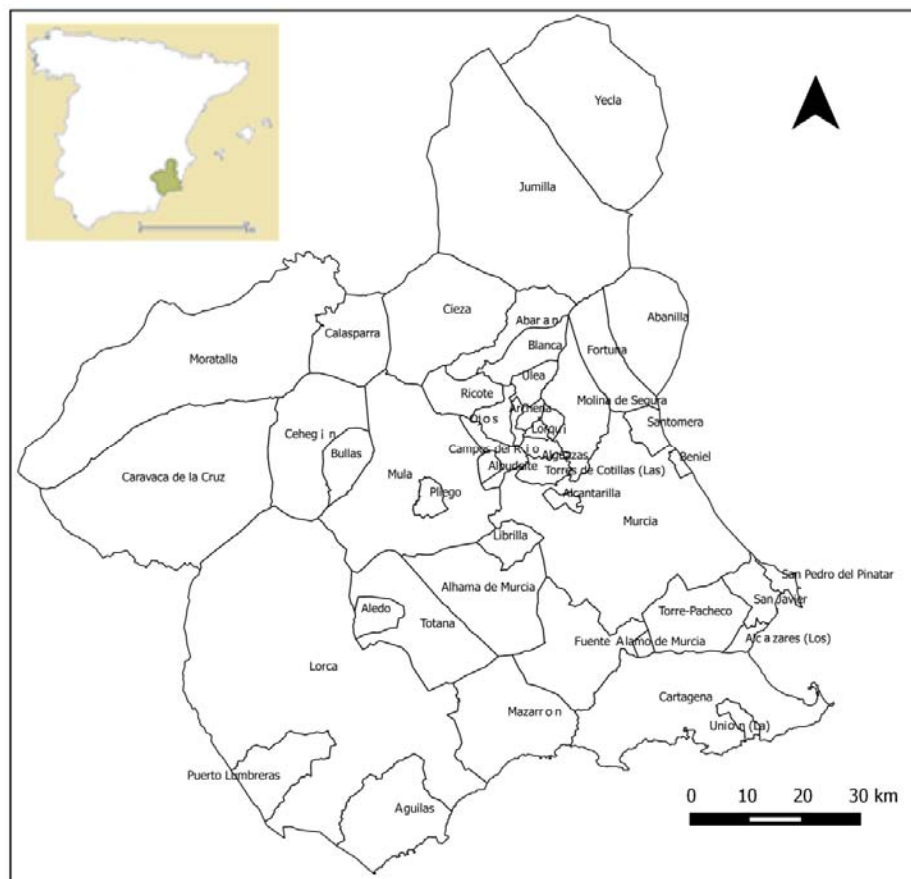
1 - INTRODUCCIÓN

En el Convenio Europeo del Paisaje [CEP] firmado en el año 2000 (en adelante CEP2000), se define el paisaje como: *cualquier parte del territorio tal como la percibe la población, cuyo carácter sea el resultado de la acción y la interacción de factores naturales y/o humanos*. Teniendo en cuenta esta definición, y puesto que se trabaja sobre territorios en los que lo natural y lo humano se entremezclan dando lugar a paisajes que pueden considerarse agrícolas, lo agrarios y/o lo rurales, es pertinente clarificar estos términos.

Paül *et al.* (2011:24) consideran relevante reservar *lo agrícola* estrictamente para la agricultura, mientras que *lo agrario* incluiría, también, la ganadería y la silvicultura, citando a García Ramón, Tulla y Valdovinos (1995), consideran que *lo rural* no siempre es sinónimo de lo agrario. En este sentido, existen algunas variables que permiten definir lo rural en términos de: "densidad de población, población total de una unidad administrativa o de un núcleo, morfología y distribución del hábitat, porcentaje de población activa agraria, diferencias entre la población de derecho y hecho, etc." (García *et al.*, 1995:38).

En esta investigación adaptamos la concepción de *paisaje agrario* considerada por Paül *et al.* (2011:23). Utilizada por estos autores para "denotar que prima en el análisis los ámbitos en los que las tierras cultivadas tienen un protagonismo", frente a la consideración de rural. Ya que para estos, el *paisaje rural* sigue siendo por lo general *agrario* pero el territorio o el espacio rural está *de facto* desagrarizado. En lo que respecta al espacio agrícola Pierre George (1980:19) lo define como "la extensión explotada a fin de recoger cosechas de las plantas cultivadas en ella, o en vistas a la cría de ganado...".

Las tierras de cultivo ocupan en España el 47% del territorio, llegando en la Región de Murcia al 52%. De esta superficie cultivada, en el conjunto de España el 5,62 % se dedica al cultivo de la vid, mientras que en la Región de Murcia (figura 1) esta ocupa el 4,79 % de las tierras cultivadas. Esta media de ocupación aumenta drásticamente en los municipios vitícolas por excelencia o con alguna calificación vinícola (Denominación de Origen, etc.): así, en Bullas alcanza el 8,47 %; en Abanilla el 9,74%; en Yecla el 21,85 %; y en Jumilla el 24,34 %, un porcentaje de territorio apreciablemente significativo.



Fuente: Elaboración propia

Atendiendo a la definición que CEP2000 hace del paisaje, entendido como el carácter del territorio definido en parte por la presencia de elementos destacados, estas extensiones tan importantes del cultivo de la vid se constituyen como auténticos elementos sobresalientes que imprimen carácter al territorio y, en consecuencia, definen un paisaje diferenciado del resto.

El cultivo de la vid en la Región de Murcia está presente en diversos territorios, donde otros elementos determinan en buena medida el carácter del territorio. Entre los más destacados están aquellos asociados a la geomorfología del lugar tales como los significativos relieves montañosos o amplias altiplanicies, donde se insertan los campos de viñas. El manejo agronómico del cultivo de la vid se ve condicionado por factores limitantes como la disponibilidad de agua, tipos de suelos y climatología, entre otros, determinando junto a aspectos como el geomorfológico, ciertas diferencias entre paisajes de viñedo. Además Márquez (1992:15) considera que junto a estos aspectos, la estructura social y el régimen de tenencia de la tierra, inciden en la organización de los distintos sistemas agrarios y dejan su huella en el paisaje.

La caracterización de los paisajes es abordada desde una perspectiva visual. Entendiendo que el contenido del territorio visual es una realidad física, constituida por elementos pertenecientes a la estructura física del medio con expresión visual. Los elementos se concretan a través de componentes y variables. Los componentes quedan definidos por la actividad humana, el agua, el suelo - como soporte del territorio-, etc. Los componentes configuran el territorio visual y las variables condicionan la valoración de ese territorio por parte de un observador en un momento determinado. El conjunto de todos estos elementos es denominado como "Elementos Visuales Determinantes" (Fidalgo, 2014:9,10).

En este trabajo se localizan y caracterizan desde la perspectiva del paisaje las áreas de viñedos en la Región de Murcia.

2 - METODOLOGÍA

Se localizan los municipios donde el cultivo de la vid está presente, diferenciado a su vez aquellos en los que el cultivo supone un destacado elemento del paisaje, dando lugar al denominado "paisaje de viñedo".

Se considera la superficie ocupada por el cultivo de la vid en términos absolutos y porcentuales, en relación a la superficie total municipal y cultivada en el municipio en cuestión. La información

obtenida es ordenada de mayor a menor valor. A estos se le asigna un número de orden, cuyo máximo corresponde con el número máximo de municipios con presencia del cultivo. Este mayor valor de orden se dará al municipio con mayor número de hectáreas cultivadas, asignándose estos valores de modo decreciente hasta llegar al 1, para el caso del municipio con menor número de hectáreas cultivadas. De igual modo se procede para el caso del porcentaje de hectáreas cultivadas respecto al total de hectáreas agrícolas municipales. Una vez obtenidos y representados en una tabla, estos datos, son sumados por filas. Se añade una nueva columna referida a la pertenencia o no, a alguna de las Indicaciones Geográficas de Murcia para vinos. La asignación de valores es como sigue: 2 (incluido en alguna Denominación de Origen), 1 (incluido en alguna IPG tradicional "vinos de la tierra"), y 0 (para los no incluidos en ninguno de los casos anteriores). A continuación se suma por filas, obteniéndose una nueva ordenación. Para la toma de una decisión adecuada en la selección de los municipios, a estudio, se complementa la información obtenida con la elaboración de un mapa. En este quedan reflejadas la extensión, densidad y continuidad - mediante manchas - del viñedo en la Región.

Mediante la caracterización se definen distintas tipologías de paisajes de viñedo, identificando de forma homogénea cada tipo de paisaje por las características que los diferencian y singularizan. Para ello se trabaja con los componentes abióticos, en especial con los elementos visuales determinantes de origen natural, determinando los atributos formales de la superficie terrestre. Son tenidas en cuenta las formas sólidas que permiten conformar la superficie del territorio, otorgándole carácter. En estas formas se agrupan los elementos de la superficie del suelo que sirven de soporte al paisaje. Entre los atributos, formales, con apariencia inmutable sobresalen los geomorfológicos. Estos permiten la caracterización de la superficie del suelo como estructura física del territorio. Dichos atributos son analizados desde las formas actuales. Facilitando la comprensión de los mismos como soporte físico del paisaje, permitiendo describir lo esencial en el carácter formal del territorio (Fidalgo, 2014:19,22,23,24,82).

3 - RESULTADOS

De los 45 municipios que forman parte de la Región de Murcia, tan sólo 23 albergan en sus territorios cultivos de vid. Entre aquellos donde se lleva a cabo el cultivo de la mencionada especie vegetal existen unas marcadas diferencias, en cuanto a superficie dedicada a este cultivo

leñoso. Encontrándose grandes disparidades entre los municipios de Jumilla, con el 52,50% del total regional; y Alhama, Molina y Torre Pacheco con el 0,004 % de ese total regional (Tabla 1).

MUNICIPIO	Has.
REGIÓN DE MURCIA	24.785
JUMILLA	13.011
YECLA	8.088
ABANILLA	1.045
MULA	653
LORCA	577
CEHEGÍN	432
BULLAS	425
CIEZA	140
MORATALLA	111
RICOTE	111
CARAVACA	33
FORTUNA	33
ALEDO	31
ABARÁN	25
CARTAGENA	17
FUENTE ÁLAMO	17
TOTANA	15
CALASPARRA	12
MURCIA	3
UNIÓN (LA)	3
ALHAMA DE MURCIA	1
MOLINA DE SEGURA	1
TORRE PACHECO	1

Tabla 1: Superficie regional y municipal de viñedo en Has. (2015).

Fuente: elaboración propia a partir de la Estadística Agraria Regional (CARM,2015)

En la Fig. 2 se muestran, sombreados, los municipios de la Región de Murcia donde al menos se ha cultivado durante el año 2015 un mínimo de una hectárea de viñedo, no asociado a otros cultivos. Los municipios en los que el cultivo de la viña no ha existido durante el año 2015, se caracterizan por estar situados en el interior regional y tener unas dimensiones territoriales de pequeñas a medianas. Además de otros situados en las zonas próximas al litoral.

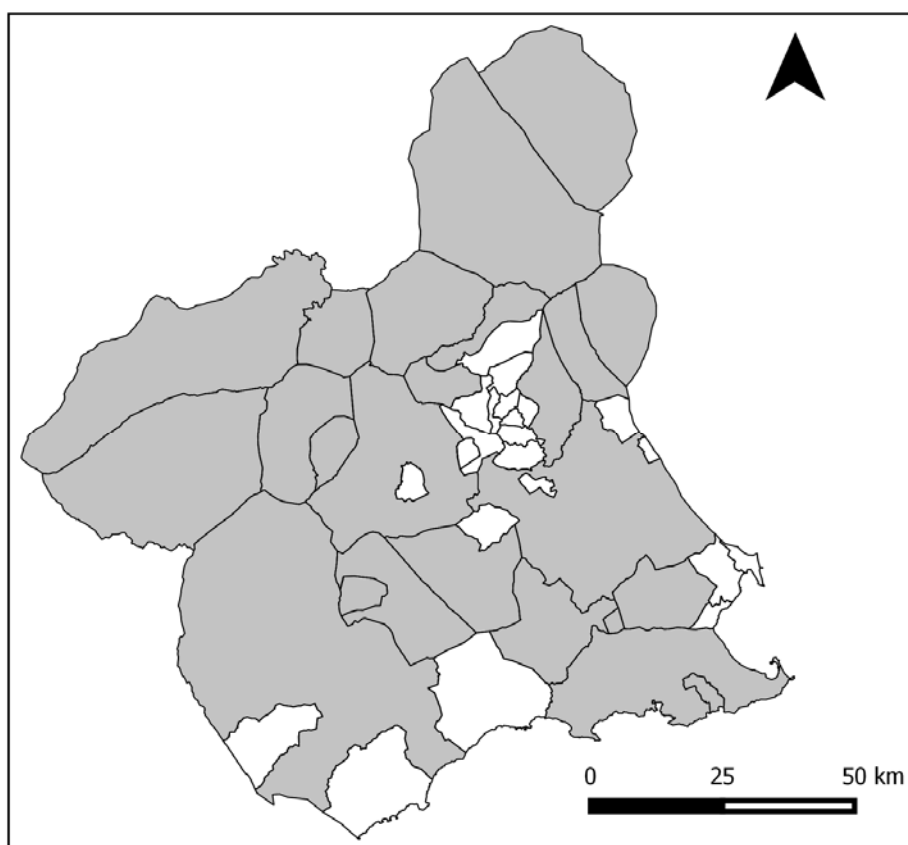


Fig. 2: Municipios de la Región de Murcia con cultivo de Vid. 2015.

Fuente: Elaboración propia a partir de la Estadística Agraria Regional (CARM, 2015)

Al relacionar los datos de superficie agrícola dedicada al cultivo del viñedo con el total de superficie agrícola, existente, en los municipios con presencia de vides se obtienen los datos recogidos en la tabla 2. En la misma se aprecian grandes disparidades entre municipios, Jumilla con 24,34% frente a Molina, Murcia y Torre Pacheco con tan sólo un 0,01%. La información recogida, en la citada tabla, permite aventurar la escasa significación de las tierras cultivadas de viña - como elementos destacados del paisaje - en los municipios con los porcentajes más bajos. Por el contrario, llegan a suponer casi una cuarta parte de las tierras cultivadas en municipios como Jumilla y Yecla, siendo elementos destacados del paisaje en estos municipios.

MUNICIPIOS	% VIÑEDO/SUPER.CULTI.
JUMILLA	24,34
YECLA	21,85
ABANILLA	9,74
BULLAS	8,47
CEHEGÍN	4,67
RICOTE	3,65
ALEDO	1,93

MULA	1,87
CIEZA	0,97
LORCA	0,82
CARAVACA	0,75
ABARÁN	0,63
FORTUNA	0,58
UNIÓN (LA)	0,51
CALASPARRA	0,44
MORATALLA	0,43
TOTANA	0,14
FUENTE ÁLAMO	0,10
CARTAGENA	0,06
ALHAMA DE MURCIA	0,05
MOLINA DE SEGURA	0,01
MURCIA	0,01
TORRE PACHECO	0,01

Tabla 2: Porcentaje de superficie de viñedo respecto a la superficie cultivada por municipios con cultivo de vid (2015). Fuente: elaboración propia a partir de la Estadística Agraria Regional (CARM, 2015) y el Centro Regional de Estadística de Murcia (CREM, 2015)

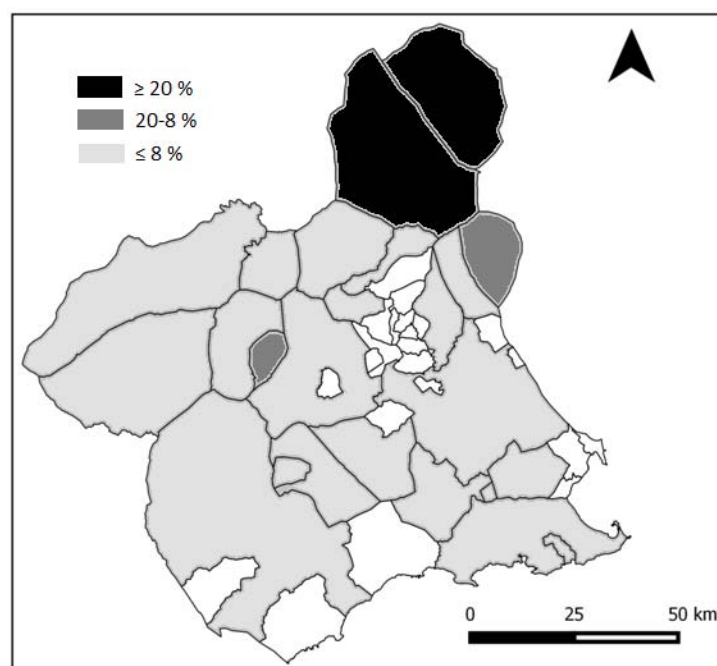


Fig. 3: Municipios según el porcentaje de superficie agrícola dedicada a la vid. 2015. Fuente: elaboración propia a partir de la Estadística Agraria Regional (CARM, 2015) y el Centro Regional de Estadística de Murcia (CREM, 2015)

Los datos (tablas 1 y 2) dejan entrever disparidades -respecto a la significancia de la vid como elemento del paisaje- en los municipios con presencia del cultivo del viñedo. La limitación de los

recursos materiales, humanos y de tiempo para la realización de un estudio, más profundo y extenso, obliga a reducir el ámbito de estudio. Siendo necesario una selección de los mismos. Los criterios utilizados para tal delimitación son: 1. Extensión absoluta, en hectáreas, dedicada al cultivo; 2. Porcentaje de superficie dedicada al cultivo de la vid, sobre el total de superficie agrícola municipal; 3. Municipios incluidos en alguna indicación geográfica protegida de vinos (Denominación de Origen - D.O. -; y Vino de la Tierra de Murcia); y 4. Aquellos que aun no cumpliendo los anteriores criterios, alberguen condiciones singulares -montañas, ríos, etc.- las cuales permitan definir algún paisaje singular de viñedo.

En lo que respecta al criterio de extensión, son tenidos en cuenta todos los municipios con una superficie igual o superior a 1 Ha. (Tabla 1, Figs 2 y 3). Estos pueden ser agrupados en 4 grupos (Fig. 3). Aquellos situados por encima de las 1.000 Has. (Jumilla y Yecla). Entre las 100 y 1.000 Has., siendo 8 los municipios en esta situación. El tercer grupo formado por otros 8 municipios, los cuales superan las 10 Has pero no llegan a las 100 Has. Y por último el grupo formado por aquellos que no alcanzan las 10 Has. con 5 municipios en tales circunstancias.

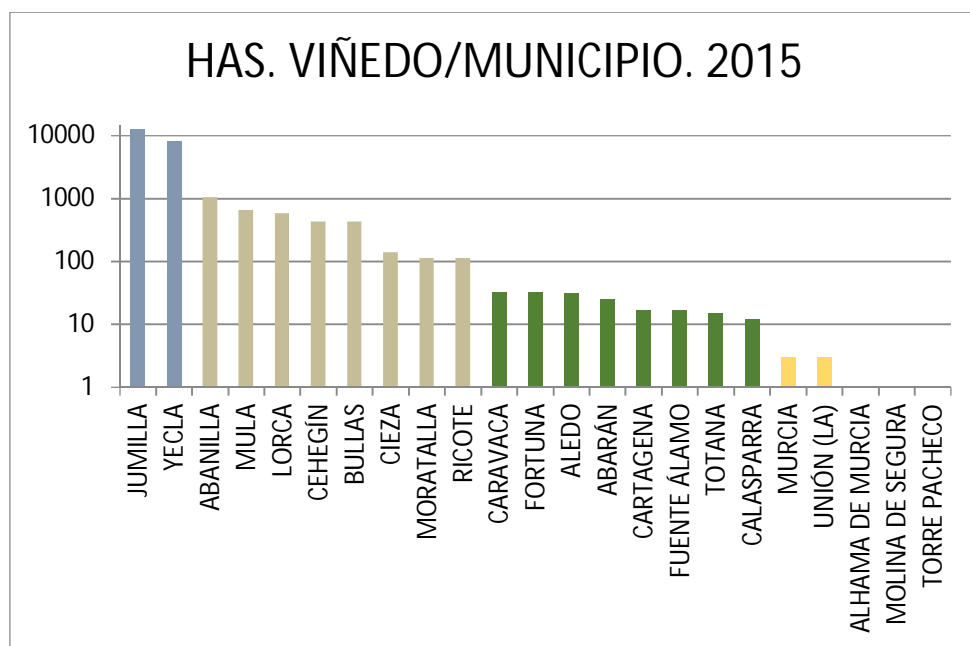


Fig. 3: Hectáreas de viñedo por municipio con superficie mínima de 1 Ha. 2015.

Fuente: Elaboración propia a partir de Estadística Agraria Regional (CARM, 2015)

Los datos anteriores nos muestran superficies, muy significativas, dedicadas al cultivo de la vid en municipios como Jumilla y Yecla. Estos a su vez, junto con Caravaca (858,76 km²) y Moratalla

(954,82 km²), tienen unas dimensiones territoriales muy destacadas Jumilla (972 km²) y Yecla (607,7 Km²). Así como un considerable número de hectáreas dedicadas al viñedo (Jumilla y Yecla). Llegado este punto cabe plantear la siguiente pregunta: ¿como de significativo es el cultivo de la vid en los municipios de estudio?. La respuesta, a tal pregunta, puede tener diversas soluciones. En este estudio se plantea aquella, derivada de la contraposición del número de hectáreas cultivadas de viñedo en cada municipio al número de hectáreas dedicadas al cultivo en el municipio en cuestión.

La confrontación de los datos consiste en el establecimiento de una relación, entre unos y otros, la cual aporta datos -en términos porcentuales- de lo que supone el cultivo de la vid, en el marco general de las tierras cultivadas en los diferentes municipios. Los datos de la tabla 2 llevados a la representación gráfica (Fig. 4) permite agrupar en tres grupos los municipios: grupo 1. Jumilla y Yecla con porcentaje superior al 20%; grupo 2. Abanilla y Bullas, situados entre el 5 y 10 %; y grupo 3. constituido por el resto de municipios con un porcentaje inferior al 5%. De este modo se avanza en la concreción/aplicación del segundo criterio para la delimitación de municipios a estudio.

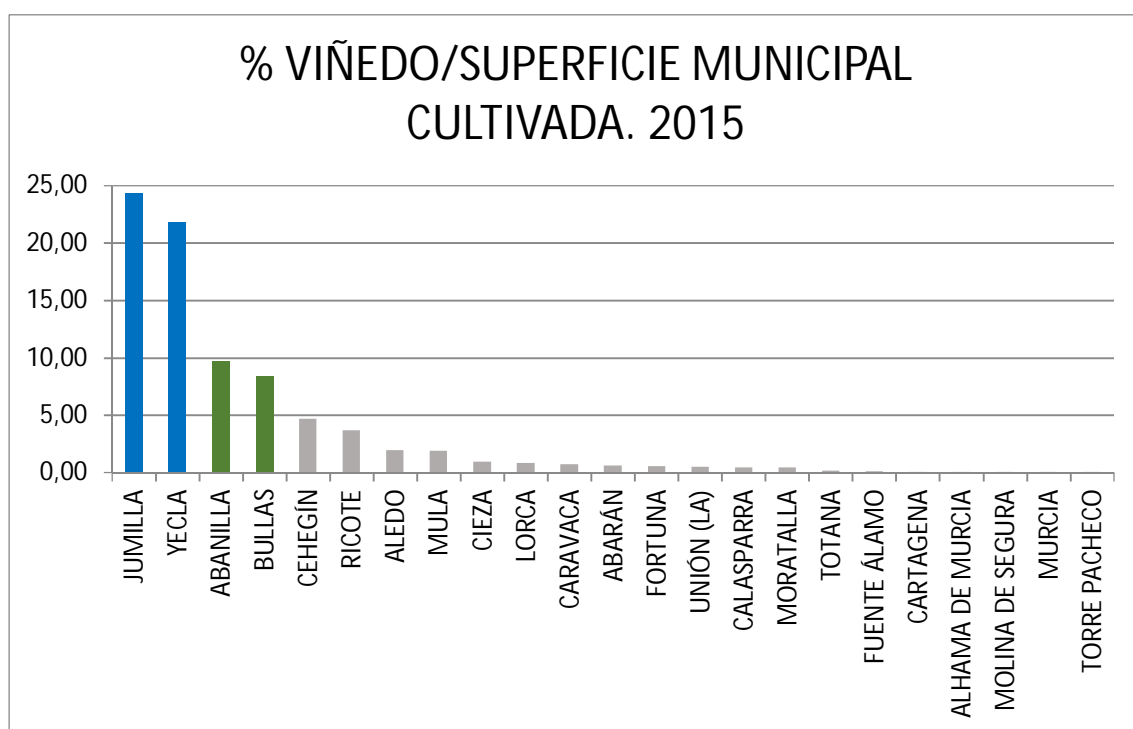


Fig. 4: Superficie de viñedo en % respecto al total de superficie municipal cultivada. 2015.

Fuente: Elaboración propia a partir de Estadística Agraria Regional (CARM, 2015)

El tercer criterio toma como referencia la inclusión o no de los municipios con cultivo de vid en alguna de las indicaciones geográficas, existentes en la Región de Murcia, sobre vinos.

En las distintas Denominaciones de Origen (D.O) de Vinos Jumilla, Yecla y Bullas, se incluyen parte de los municipios de la Región de Murcia, así como en los "Vinos de la Tierra". La Consejería de Agua, Agricultura y Medio Ambiente de la Región de Murcia reconoce la Indicación Geográfica Protegida (IGP) Murcia, para los vinos con derecho a la mención tradicional "Vino de la Tierra". Los vinos designados por esta IGP deben proceder de las zonas de producción de las tres D.O existentes. Así como los vinos de las IGP Abanilla y Campo de Cartagena. A estos territorios deben añadirse otros no incluidos en los mismos pero estén en producción e inscritos en el Registro Vitivinícola de la Región de Murcia (BORM, 2009).

Bajo este nuevo criterio los municipios incluidos en alguna de las IGP son los que se relacionan en la tabla 3.

MUNICIPIOS INCLUIDOS EN IGP DE LA REGIÓN DE MURCIA. 2017		
MUNICIPIO	D.O.	VINO DE LA TIERRA
JUMILLA		
YECLA		
ABANILLA		
MULA		
LORCA		
CEHEGÍN		
BULLAS		
CIEZA		
MORATALLA		
RICOTE		
CARAVACA		
FORTUNA		
ALEDO		
ABARÁN		
CARTAGENA		
FUENTE ÁLAMO		
TOTANA		
CALASPARRA		
MURCIA		
UNIÓN (LA)		
ALHAMA DE MURCIA		
MOLINA DE SEGURA		
TORRE PACHECO		

Tabla 3: Municipios de la Región de Murcia incluidos en alguna de las IGP. 2017.Fuente: elaboración propia a partir de Consejería de Agua, Agricultura y Medio Ambiente (CARM, 2017)

Tal y como se puede comprobar en la tabla 3, con este nuevo criterio, algunos municipios quedan excluidos (Cieza, Aledo, Abarán, Totana, Murcia, Alhama de Murcia y Molina de Segura), a pesar de contar con presencia de viñedos en sus territorios, pero no estar incluidos en ninguna IGP. Hay que hacer una mención especial al municipio de Pliego. Este, aún estando incluido en la D.O. de Bullas, no ha sido considerado por no contar en el año 2015 con ninguna Ha. agrícola dedicada al viñedo. Toda esta información queda reflejada de forma gráfica en la Fig. 5.

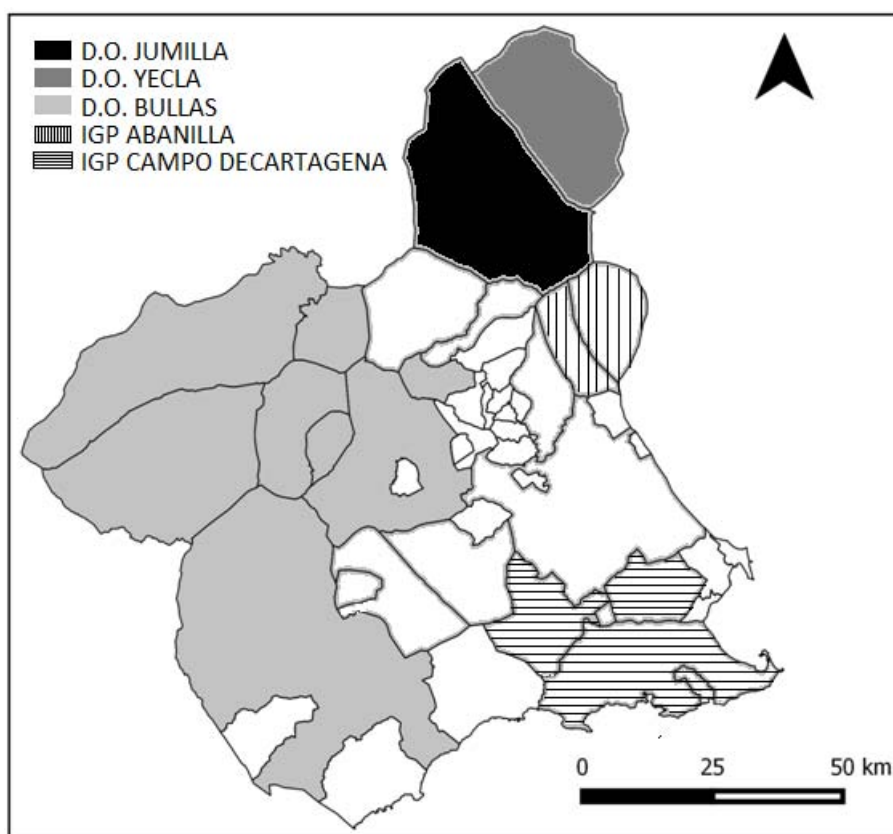


Fig. 5: Municipios de la Región de Murcia incluidos en alguna de las IGP. 2017.

Fuente: elaboración propia a partir de Consejería de Agua, Agricultura y Medio Ambiente (CARM, 2017)

Tratando de determinar, lo más objetivamente posible, la importancia del viñedo en los distintos municipios regionales, se ha elaborado la tabla número 4. En la misma se consideran los criterios, indicadores o parámetros referidos al número de Has. dedicadas al cultivo en los distintos municipios, así como el porcentaje que estas superficies suponen respecto al total del territorio agrícola. La suma de los valores asignados a cada uno de los municipios, según los criterios anteriormente citados, sitúa a los municipios de Jumilla, Yecla y Abanilla entre los tres primeros del ranking.

IMPORTANCIA MUNICIPAL. SEGÚN HAS. CULTIVADAS Y % TIERRA DEDICADA A LA VID. 2015			
MUNICIPIO	HAS.	%	Σ
JUMILLA	23	23	46
YECLA	22	22	44
ABANILLA	21	21	42
MULA	20	8	28
LORCA	19	10	29
CEHEGÍN	18	5	23
BULLAS	17	4	21
CIEZA	16	9	25
MORATALLA	15	16	31
RICOTE	14	6	20
CARAVACA	13	11	24
FORTUNA	12	13	25
ALEDO	11	7	18
ABARÁN	10	12	22
CARTAGENA	9	19	28
FUENTE ÁLAMO	8	18	26
TOTANA	7	17	24
CALASPARRA	6	15	21
MURCIA	5	22	27
UNIÓN (LA)	4	14	18
ALHAMA DE MURCIA	3	20	23
MOLINA DE SEGURA	2	21	23
TORRE PACHECO	1	1	2

Tabla 4: Importancia municipal, según número has. cultivadas y porcentaje de tierra agrícola dedicada al cultivo de la vid. Fuente: elaboración propia a partir de Estadística Agraria Regional (CARM, 2015)

Al añadir a la tabla 4 una nueva columna en la que se recogen los valores, dados a los distintos municipios, en función de la pertenencia o no en alguna de las IGP de Murcia (D.O. y Vinos de la Tierra), se obtienen nuevos valores totales (Tabla 5). Recuérdese valor 2 (inclusión en alguna de las D.O.), 1 (inclusión en alguna de los tradicionalmente conocidos como Vinos de la Tierra), y 0 (para los no contemplados en ninguno de los casos anteriores).

IMPORTANCIA MUNICIPAL DEL VIÑEDO SEGÚN: HAS CULTIVADAS, PORCENTAJE SUELO CULTIVADO Y PERTENENCIA A LA IGP				
MUNICIPIO	HAS.	%	IGP	Σ
JUMILLA	23	23	2	48
YECLA	22	22	2	46
ABANILLA	21	21	1	43
MULA	20	8	2	30
LORCA	19	10	2	31

CEHEGÍN	18	5	2	25
BULLAS	17	4	2	23
CIEZA	16	9	0	25
MORATALLA	15	16	2	33
RICOTE	14	6	2	22
CARAVACA	13	11	2	26
FORTUNA	12	13	1	26
ALEDO	11	7	0	18
ABARÁN	10	12	0	22
CARTAGENA	9	19	1	29
FUENTE ÁLAMO	8	18	1	27
TOTANA	7	17	0	24
CALASPARRA	6	15	2	23
MURCIA	5	22	0	27
UNIÓN (LA)	4	14	1	19
ALHAMA DE MURCIA	3	20	0	23
MOLINA DE SEGURA	2	21	0	23
TORRE PACHECO	1	1	1	3

Tabla 5: Importancia municipal del cultivo de la vid según: Has. cultivadas, porcentaje de tierra agrícola dedicada al cultivo y inclusión en una de las IGP de Murcia. Fuente: elaboración propia a partir de Estadística Agraria Regional (CARM, 2015)

El lugar ocupado en el ranking en la tabla 4 se ve alterado para algunos casos al incluir la pertenencia o no pertenencia a una de las IGP. Los municipios de Jumilla, Yecla, Abanilla, Moratalla, Lorca, Mula, Cartagena, Fortuna y Torre-Pacheco siguen ocupando las mismas posiciones tanto en una tabla como en otra. El incremento de valoración positiva para los municipios incluidos en alguna de las IGP, muestra un avance hacia las primeras posiciones de estos (Fuente Álamo, Caravaca de la Cruz, Bullas, Cehegín, etc.), frente a los no incluidos que retroceden en su posición. En la gráfica de la Fig. 6 se puede apreciar dichas variaciones.

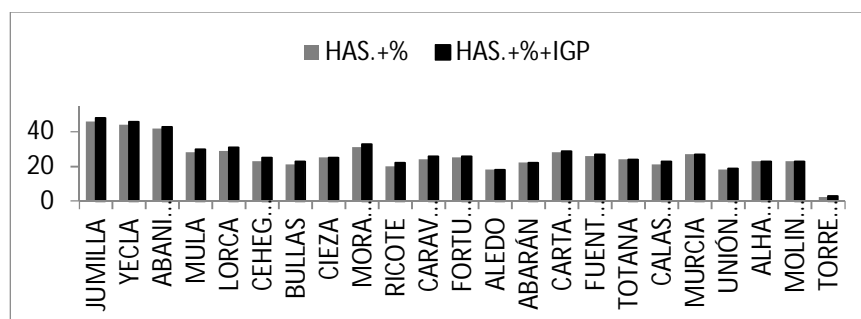


Fig. 6: Importancia municipal del cultivo de la vid según: Has. cultivadas, porcentaje de tierra agrícola dedicada al cultivo y inclusión en una de las IGP de Murcia. Fuente: elaboración propia a partir de Estadística Agraria Regional (CARM, 2015)

En el mapa de la Fig. 7 puede verse la distribución de las tierras dedicadas al cultivo en la Región de Murcia. En el mismo se distinguen tres zonas donde la extensión es mayor: Norte de la Región, la zona central desde Ricote-Cieza hasta el norte de Lorca pasando por Bullas, Cehegín, Mula y Lorca, y por último la zona oeste de Lorca. A su vez se puede comprobar que la mayor densidad se da en las dos primeras manchas: Norte y zona Centro-Oeste de la Región.

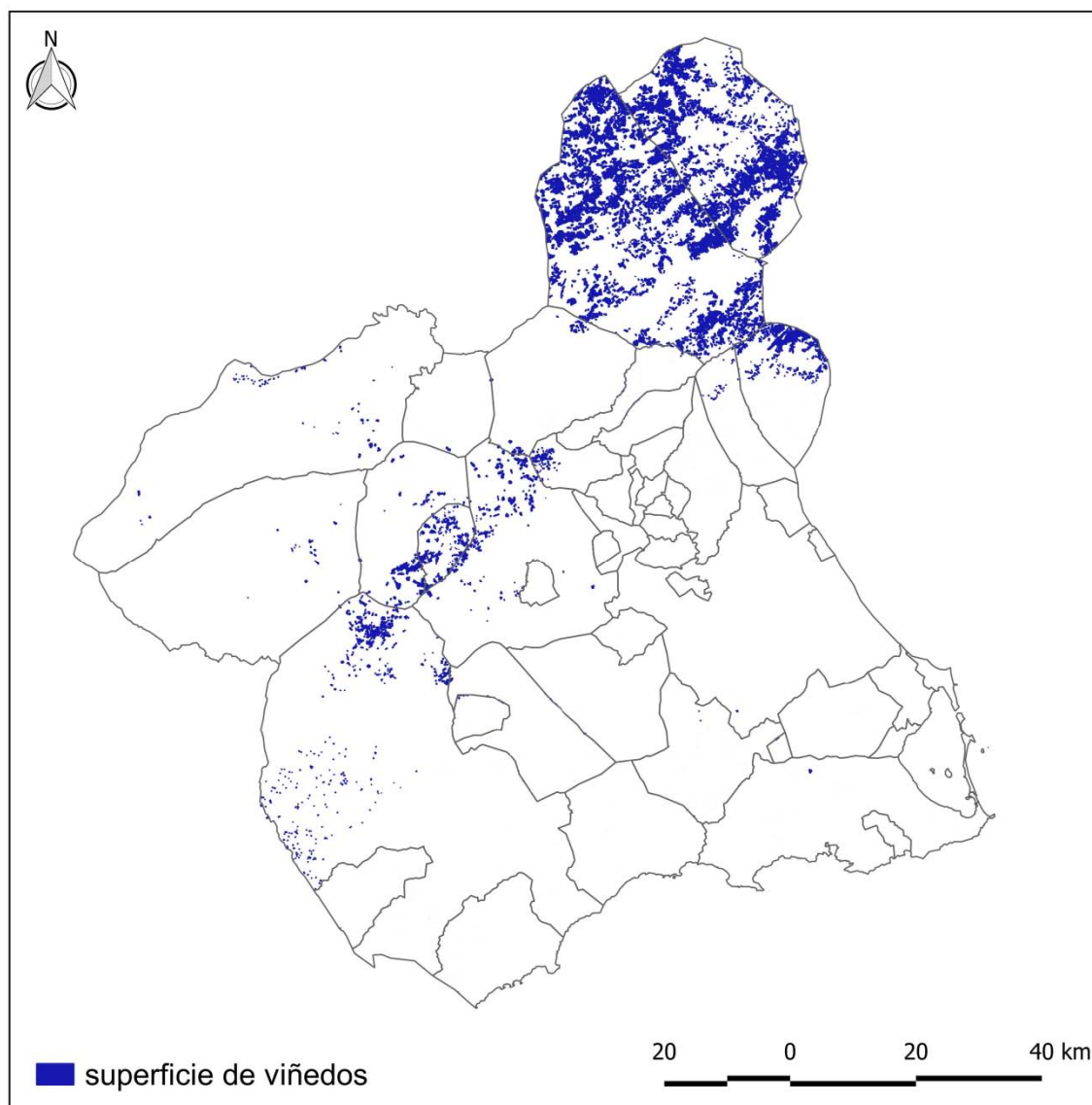


Fig. 7: Distribución del Viñedo en la Región de Murcia. Fuente: elaboración propia a partir de TRAGSATEC

Con el fin de seguir avanzando, teniendo como máxima la mayor objetividad posible, hacia la caracterización de los paisajes de viñedo de la Región de Murcia. Resulta de interés determinar sobre que territorios se actuará para llevar a cabo tal caracterización. La selección de los mismos se apoya en los datos obtenidos, referidos a número de hectáreas cultivadas de viñedo y el valor porcentual de los mismos respecto a total cultivado para cada municipio (tablas 1 y 2). A partir

de aquí la dificultad está en decidir que municipios seleccionar. El mapa de la figura 7 contribuye a facilitar tal decisión.

La densidad de parcelas agrícolas dedicadas al cultivo de la vid, junto a la continuidad de las manchas, nos sitúa ante territorios donde el viñedo adquiere una destacada significación en el paisaje, erigiéndose en elemento dominante del territorio en cuestión. El mapa de superficie de viñedos (Fig. 7), reforzado con las tablas 1 y 2, permite cumplir el objetivo de la localización de los paisajes de viñedo en la Región de Murcia.

Para cumplir con el otro objetivo propuesto, caracterización de estos paisajes, teniendo en cuenta que parte de las estructuras básicas, elementos, etc., del paisaje se repiten, se seleccionan algunos de los municipios con presencia del cultivo. La conjunción de extensión y densidad del cultivo justifica la elección de los municipios de Jumilla, Yecla, Abanilla, Ricote, Mula, Bullas, Cehegín y Lorca (Fig. 8).

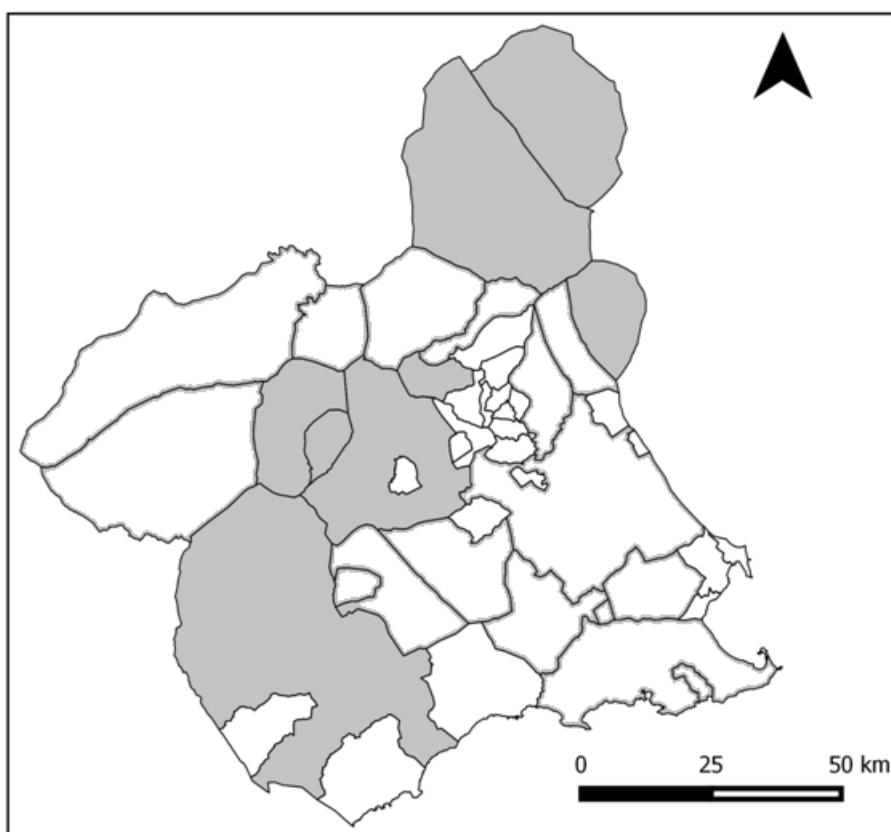


Fig. 8: Municipios seleccionados para la caracterización de los paisajes de viñedo. Fuente: elaboración propia

Los elementos visuales determinantes geomorfológicos y del suelo, ambos abióticos de origen natural, muestran una tipología del territorio algo coincidente con la clasificación propuesta por Fidalgo (2014:27) para los diferentes tipos de recortes topográficos (Fig. 9).

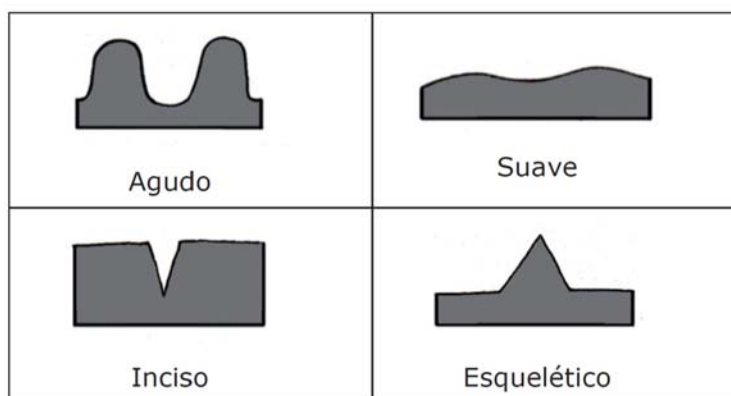


Figura 9. Tipos de recortes topográficos. Fuente: Fidalgo (2014)

Esta propuesta se ve enriquecida al ser matizada con la clasificación del paisaje adoptada por el PBI (1967), donde se tiene como base las diferencias de altitud del relieve: regiones planas; regiones onduladas (con desniveles entre 0 y 200 metros); regiones de colinas (con desniveles entre 200 y 1.000 metros); regiones de colinas (con desniveles entre 200 y 1.000 metros, y para alturas inferiores a 1.000 metros) y regiones montañosas (para desniveles superiores a 1.000 metros) (Fidalgo, 2014:27). Existiendo también coincidencias con esta última clasificación.

Las superficies de viñedo están influenciadas por diversos factores, entre los que destacan los asociados al aspecto agronómico del cultivo, considerados como limitantes: disponibilidad de agua -bien procedente de lluvia o de riego -, las condiciones climáticas y técnicas de cultivo (marcos de plantación, conducción en vaso o espaldera, y orientación de la plantación). Siendo cuestiones no estudiadas en este trabajo, al tratar simplemente de caracterizar los paisajes de estudio de forma simple y básica, sobre los que posteriormente poder profundizar.

Uno de los principios de la actividad agronómica, al tratar de explotar la tierra, es la utilización de terrenos lo más plano posible, facilitando así el manejo del cultivo. Esto abre la puerta a una mecanización, presente y futura de la de la explotación agrícola y por tanto una explotación más industrializada. Consecuencia de ello la mayor parte del viñedo se encuentra cultivado en terrenos de recortes topográficos suaves, y en regiones planas y onduladas.

Una de las áreas que mejor representa la tipología que puede ser considerada como suave y/o de regiones planas, es la asociada a geomorfología de "llanura", coincidiendo mayoritariamente con algunas de las altiplanicies de la Región, salvo el caso de Pozo Estrecho (Cartagena) (Fig. 10).



Fig. 10: Paisaje de viñedo en Llanura. A) Llano. Yecla. B) Gamellejas. Yecla
Fuente: elaboración propia a partir de Google Earth y Cartomur (2017)

En la D.O. Bullas y en concreto en los municipios de Bullas y Cehegín, los relieves montanos situados al sur de ambos municipios, conforman un paisaje con atributos geomorfológicos, dando lugar a un territorio que puede quedar enmarcado en la tipología de agudo y/o esquelético. Estamos ante regiones de colinas y montañosas. En las zonas depresionarias se cultiva el viñedo, aprovechando la existencia de una tierra de labor más acta para el cultivo. A estas se les suele conocer como "hoyas", por el cerramiento casi total del territorio cultivado por los relieves próximos, estas constituyen un claro ejemplo de forma aguda. (Fig.s 11 y 12).



Fig. 11: Paisaje de viñedo de Los Ceperos (Cehegín)
Fuente: elaboración propia a partir de Google Earth y Cartomur (2017)



Fig. 12: Paisaje de viñedo Hoya de Los Hermanos (Cehegín)

Fuente: elaboración propia a partir de Google Earth y Cartomur (2017)

En el municipio de Jumilla en la umbría de la Sierra de El Carche, existe un interesante ejemplo de aprovechamiento de paisaje de viñedo en pie de monte.



Fig. 13: Paisaje de viñedo El Carche (Jumilla).

Fuente: elaboración propia a partir de Google Earth y Cartomur (2017)

En último lugar cabe citar el paraje conocido como El Aceniche (figura 14) este puede ser considerado como un paisaje mixto, donde confluyen diversos tipos: hoya (agudo) y pie de monte (esquelético).



Fig. 14: Paisaje de Viñedo El Aceniche (Bullas-Cehegín).

Fuente: elaboración propia a partir de Google Earth y Cartomur (2017)

4 - DISCUSIÓN

Se establecen tres criterios para determinar los municipios donde el cultivo del viñedo es más significativo. El número de hectáreas cultivadas nos da una primera aproximación de la importancia del mismo. Pero no tiene la misma trascendencia territorial, un determinado número de hectáreas, en municipios de distintas dimensiones y con distinta superficie agrícola. En el de pequeñas dimensiones, el mismo número de hectáreas, destacará más en el contexto territorial que en de mayor número de tierras dedicadas a la actividad agrícola. Esta cuestión puede ser superada al añadir el porcentaje que supone el número de hectáreas cultivadas, en este caso de viñedo, respecto al total agrícola municipal. La pertenencia a una IGP puede ser considerada para establecer la mayor presencia de viñedo, aunque esto no tiene porque ser así, aunque a falta de un estudio sobre la cuestión en el que se relacione has. cultivadas e inclusión del territorio en una IGP; todo apunta a una relación que puede ser establecida del siguiente modo: la pertenencia a una IGP, en especial una D.O., existen mayor número de has. dedicadas al viñedo.

No obstante parece prudente apostar por el uso de los dos primeros criterios, has. cultivadas y porcentaje, ya que muestran una mayor objetividad al poder cuantificar con bastante precisión la cuestión sobre la presencia del cultivo. Llegados a este punto cabe preguntarse: ¿cómo se distribuyen sobre el territorio las parcelas de cultivo?. Esto es solventando mediante la

elaboración de un mapa de distribución, donde se pueden generar manchas mediante las cuales poder apreciar la densidad y extensión del cultivo. Acercándonos a la localización de las distintas parcelas y por tanto paisajes de viñedo.

Debido a diversas limitaciones para la caracterización de los distintos paisajes, y pretendiendo una aproximación inicial a los mismos. Se establecen dos elementos visuales determinantes como inmutables la presencia de vid, descartando todos aquellos territorios sin su presencia, y los atributos geomorfológicos. Mediante estos últimos se caracteriza la estructura física del territorio que soporta al paisaje en cuestión. Algunas de las tipologías caracterizadas pueden quedar encuadradas en propuestas por otros investigadores. Como resultado se obtienen tres tipos básicos: 1. Paisajes de viñedo en llanura, 2. Paisajes de viñedo en pie de monte, y 3 Paisajes viñedo en depresiones u hoyas.

5 - CONCLUSIÓN

La utilización del número de hectáreas cultivadas de viñedo y el porcentaje que las mismas suponen respecto al total cultivado en un territorio (municipio, región, etc.), permite de un modo objetivo y cuantitativo establecer la mayor o menor presencia del cultivo, así como la importancia del mismo frente a otros cultivos. De este modo se consigue una instantánea de la importancia del cultivo con cierta precisión. Esto es reforzado por el uso de un mapa de distribución de las parcelas cultivadas de vid. Del análisis del mismo -a través de la geometría de las distintas manchas- se puede deducir la densidad, por lo tanto la continuidad del cultivo sobre la superficie terrestre, y la densidad del mismo.

La caracterización de los paisajes de viñedo, desde una concepción visual, basada en el análisis de los elementos visuales determinantes, en especial de los atributos geomorfológicos del territorio. Constituye una adecuada base sobre la que estructural la visión física de estos paisajes y poder así caracterizarlos, gracias a la inapreciable dinámica a la que se encuentra sometidos los elementos geomorfológicos. Esta forma de operar da como resultado la definición de tres tipos básicos de paisajes para el caso de estudio: 1. Paisajes de viñedo en llanura, 2. Paisajes de viñedo en pie de monte, y 3 Paisajes viñedo en depresiones u hoyas. Mediante el análisis de otros elementos determinantes (abióticos y bióticos), se matizan las tipologías definidas enriqueciendo el conocimiento del territorio del viñedo.

6 - BIBLIOGRAFÍA

- BORM (Boletín Oficial de la Región de Murcia): Orden de 15 de junio de 2009, por la que se reconoce y regula la indicación geográfica "Murcia" para los vinos con derecho a la mención tradicional "Vino de la Tierra" producidos en la zona geográfica que se delimita. BORM Núm. 143 de 24 de Junio de 2009. pp. 33601-33607
- Fidalgo, P. (2014): Aportaciones para la definición de elementos visuales determinantes del paisaje. Cuadernos de investigación urbanística, N° 92, págs. 5-83
- García Ramón, M^a. D.; Tulla i Pujol, A.F.; Valdovinos Perdices, N. (1995): Geografía rural. Colección Espacios y Sociedades. Serie General, n° 10. Editorial Síntesis. Madrid, pp. 235
- Gómez-Miguel, V.D. (2014). Paisaje del viñedo
http://www.acenologia.com/cienciaytecnologia/paisaje_vinedo_cienc0414.htm
- Márquez Fernández, D. (1992): Los sistemas agrarios. Colección espacios y sociedades, n° 11. Editorial Síntesis. p. 156.
- Palencia Pérez, R. (1963): Los rasgos característicos del viñedo jumillano. Anales de la Universidad de Murcia, vol. XXI, pp. 154-188
- Paül Carril, V. (2011): Los viñedos de Alella: de terruño de un vino privilegiado a paisaje de identidad. En F. Molinero, J.F. Ojeda y J. Tort (coords.) Los paisajes agrarios de España. Caracterización, evolución y tipificación. Edita. Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino. Secretaría General Técnica. Centro de publicaciones. pp. 382-394
- Paül i Carril, V.; Sancho Reinoso, A.; Tort Donada, J. (2011): El marco conceptual de los paisajes de la agricultura. En F. Molinero, J.F. Ojeda y J. Tort (coords.) Los paisajes agrarios de España. Caracterización, evolución y tipificación. Edita. Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino. Secretaría General Técnica. Centro de publicaciones. pp. 10-38
- Pierre George (1980): Geografía rural. Editorial Ariel, Barcelona. p. 331

NOTAS CURRICULARES

Carla Gonçalves é Licenciada em Arquitetura Paisagista, pela Faculdade de Ciências da Universidade do Porto (2008), mestre em Planeamento Regional e Urbano, pela Universidade de Aveiro (2013) e doutoranda em Arquitetura Paisagista e Ecologia Urbana (Programa Link), na mesma instituição onde se licenciou.

Desde a conclusão da sua licenciatura desenvolve atividade profissional no setor privado, colaborando com diversas empresas, na área do planeamento e ordenamento da paisagem e do território.

Atualmente desempenha funções de Assistente Convidada na Licenciatura e Mestrado em Arquitetura Paisagista, na Faculdade de Ciências da Universidade do Porto e exerce atividade de consultoria como arquiteta paisagista. Colabora ainda com as organizações não-governamentais internacionais CIVILSCAPE e The Latin American Landscape Initiative e com a cooperativa portuense Evolving Landscape, Crl.

Fátima Bernardo is an Assistant Professor in the Department of Psychology, University of Évora. She is also a Research Assistant in the Center for Urban and Regional Systems (CESUR-CERIS) IST, University of Lisbon. She holds 5 years degree in Psychology and Master in Psychology, pos-Graduation in Environmental Psychology and, and PhD in Social Psychology. Her research interests are at the interface between human and environment, namely place Identity, landscape perception and risk perception.

Francisco Belmonte-Serrato es Licenciado en Geografía e Historia por la Universidad de Murcia en 1991 y Doctor en Geografía por la misma universidad en 1997. Actualmente es Profesor Titular de Geografía Física y Director del Departamento de Geografía de la Universidad de Murcia en la que trabaja desde hace 15 años. Con anterioridad fue Profesor Adjunto en la Escuela de Turismo de la Universidad Católica de Murcia (UCAM). Tiene 3 Sexenios de Investigación reconocidos. Ha participado en más de 30 proyectos de investigación financiados mediante convocatoria pública, en tres de los cuales estuvo contratado como investigador. Tiene en torno a 150 publicaciones científicas y más de 130 participaciones en congresos. Ha dirigido 2 tesis doctorales y dirige otras 5 actualmente, 2 tesis de licenciatura, 10 Trabajos Fin de Máster y 35 Trabajos Fin de Carrera y Fin de Grado. Es Investigador Principal del grupo de Investigación "Investigación y Modelización de Procesos Hidrológicos y Ambientales en Medios Semiáridos" (IMPRHAS).

Gustavo Ballesteros-Pelegri es Licenciado en Geografía por la Universidad de Murcia en 2006 y Doctor en Geografía por la misma universidad en 2013. Actualmente es Profesor Asociado de Geografía Física del Departamento de Geografía de la Universidad de Murcia impartiendo las asignaturas de Biogeografía y de Planificación y Gestión Ambiental. También es Profesor Asociado de la Escuela Universitaria de Turismo de la Universidad de Murcia donde imparte la asignatura de Turismo y Medio Ambiente. Ha participado en 5 proyectos de investigación. Tiene en torno a 60 publicaciones científicas y unas 30 participaciones en congresos. Dirige 1 Tesis Doctoral y 3 Trabajos Fin de Grado. Ha dirigido 2 Trabajos Fin de Máster, 5 Trabajos Fin de Carrera y 9 Trabajos Fin de Grado. Es Investigador del grupo de Investigación "Investigación y Modelización de Procesos Hidrológicos y Ambientales en Medios Semiáridos" (IMPRHAS). Fuera del mundo académico, trabaja como Autónomo asesorando a la Administración de la Comunidad Autónoma en aspectos relacionados con el seguimiento, gestión y conservación de espacios naturales, uso público y vida silvestre.

Isabel Loupa-Ramos is trained as a Landscape Architect, holds a master in Human Geography and a PhD in Environmental Engineering. Her research interests are at the interface between social and ecological systems and between urban and rural areas using a landscape perspective. At the University of Lisbon she focuses on transdisciplinarity and on bridging landscape research into spatial planning practice.

Isabel Maria Matias é Arquiteta, Investigadora Integrada no Centro de Estudos Arnaldo Araújo (CEAA/ESAP) – UID 4041 da FCT e Professora Auxiliar na Universidade Lusófona do Porto. Licenciada em Arquitetura pela Universidade Técnica de Lisboa (1989), Mestre em Ordenamento do Território e Planeamento Ambiental, pela Universidade Nova de Lisboa (1998) e Doutorada pela Universidad de Valladolid (2015). Desenvolve atividade profissional na área do ordenamento do território e do planeamento ambiental, desde 1990, nas duas empresas em que é sócia-gerente, a Vastus, Lda e a Leiras do Carvalhal, Lda, ambas com sede em Paredes de Coura. No âmbito da investigação integra a equipa do CEAA que participa no projeto internacional MODSCAPES, desenvolvido no âmbito do programa HERA. Ao nível académico exerce docência desde 1994, tendo sido docente em diversas universidades e cursos, sempre na área do ordenamento do território, urbanismo e planeamento ambiental.

Jimela Varela é Arquitecta por la Universidad de A Coruña con especialidad en Urbanismo. Proyecto Fin de Carrera tutorado por el Dr. Arq. Juan Creus con el tema Ordenación do campo da festa en A Fraga, Gondomar, con calificación Notable, presentado en octubre de 2015. Intercambio de un semestre en el año 2012 en la Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de la Universidade Federal de Santa Catarina, Brasil. Experiencia en cargos directivos de la administración local como concejala de Medio Ambiente y Movilidad del Ayuntamiento de Gondomar (Pontevedra). Actualmente estudiando 2º curso de Sociología por la UNED. Prácticas formativas en investigación mediante el programa Galeuropa en el Centro de Investigação de la Escola Superior Gallaecia (Vila Nova de Cerveira), tutoradas por el Dr. Arq. Gilberto Carlos, durante los meses de agosto a noviembre de 2016.

Joana Capela de Campos é licenciada em Arquitetura (2005) e tem o diploma de Estudos Avançados em Arquitetura (2014), pela Universidade de Coimbra. Atualmente desenvolve dissertação de doutoramento em arquitetura, no Departamento de Arquitetura da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, desenvolvendo pesquisa, estudos e trabalhos no âmbito das práticas de intervenção urbana em espaços classificados, tendo o processo de candidatura de Coimbra a Património Mundial da UNESCO, como estudo de caso. Os seus interesses de investigação assentam nos temas cidade, património, Património Mundial, Paisagem Urbana Histórica, estudos urbanos, intervenção urbana, gestão e planeamento urbano e arquitetura popular.

Joel Gomes was born in Porto, Portugal, in 1986. Had an initial interest for Communication Design, attending from 2001 to 2004 the Technological Course in Serafim Leite High School [ESSL], in São João da Madeira, former industrial school whose workshops converted to artistic functions used to be the space for mechanical course his father attended. Later pursues Architecture in the School of Arts of the University of Évora [DAEAUE] from 2004 to 2010 starting the bachelorship and finishing the master, after one year in Technical High School of the University of Granada [ETSAG], in a complementary training between south iberian cities. Returns to his birthplace, Porto, to fulfil the admission internship for the Portuguese College of Architects [OA] in the architectural studio Menos é Mais | Cristina Guedes + Francisco Vieira de Campos from 2011 to 2012. Afterwards, in insular context, Funchal, sought to consolidate his career in the architectural studio Paulo David from 2012 to 2015. Concluded the Advanced Studies of the Doctoral Program in Architecture CoimbraStudio at the Department of Architecture of the Faculty of Sciences and Technology of the University of Coimbra [DAFCTUC] in June 2016. Member of the Portuguese College of Architects Regional Section North [OASRN] since January 2012.

Jorge Cancela é Arquitecto Paisagista e Professor Auxiliar da Faculdade de Arquitectura da Universidade de Lisboa. É Presidente da Associação dos Arquitectos Portuguesa desde 2017.

Jorge Croce Rivera é Licenciado em Filosofia pela Faculdade de Filosofia (Lisboa) da Universidade Católica Portuguesa (1983), mestre em Filosofia em Portugal pela Faculdade de Letras da Universidade Clássica de Lisboa (1990), doutorou-se em Filosofia na Universidade dos Açores (1999). É actualmente Professor Auxiliar da Universidade de Évora, lecionando vários cursos nas áreas da Filosofia, Arquitectura, Arquitectura Paisagista, Artes Visuais e História da Ciência e membro do Centro de História de Arte e Investigação Artística. Os seus interesses têm sido sobretudo teóricos, no âmbito da Ontologia, da Epistemologia e da Filosofia da Ciência, dirigidos sobretudo aos problemas da verdade e do tempo e ultimamente a diversos aspectos da vivência do espaço, seja no Teatro, na Arquitectura ou na Paisagem. Organizador do espólio do filósofo José Marinho (1904-75), depositado na Biblioteca Nacional de Portugal, é o responsável pela edição das "Obras de José Marinho", em curso de publicação pela Imprensa Nacional-Casa da Moeda.

José Fariña Tojo es Dr. Arquitecto, Licenciado en Derecho, Técnico Urbanista del IEAL y Máster en Organización de Empresas. Catedrático de Universidad. Profesor de numerosos cursos de postgrado en España, Italia, Francia y varios países latinoamericanos. Fue director de la revista *Urban* y en la actualidad lo es de *Ci[ur]*. Miembro del Consejo de Redacción de *CF+S*, del Comité Científico de las revistas *TRIA*, *RETICULA*, *URBS*, *PLANUR*-e y del Comité Hábitat español. Experto en Buenas Prácticas del Ministerio de Fomento, de la FEMP, y del *Working Group on Urban Design for Sustainability* de la Unión Europea. Ha realizado numerosos planes de Urbanismo y de Protección del Patrimonio Histórico, del Medio Natural y de Paisaje, así como Catálogos de Patrimonio Urbano y Medio Natural. También ha sido Jefe de Proyectos de SODETEG (*Société d'études techniques et d'entreprises generales*) y Director Gerente de OTAPLAN SA. Ha leído más de 150 ponencias en Congresos Nacionales e Internacionales y dirigido más de 30 tesis doctorales (21 con la calificación de *cum laude*). Entre sus publicaciones destacan: *Clima, territorio y urbanismo*, *La ciudad y el medio natural*, *La protección del Patrimonio Urbano: instrumentos normativos*, *Criterios ambientales en el diseño y la construcción de la ciudad*, *Atlas de la seguridad de Madrid*, (en colaboración con Felipe Javier Hernando y Manuel Correa), *Los nuevos espacios públicos y la vivienda en el siglo XXI*, *El libro Blanco de la sostenibilidad en el Planeamiento urbanístico español* (en colaboración con José Manuel Naredo), *Urbanismo y salud pública* (en colaboración con Begoña Merino), *Manual de diseño bioclimático urbano* (en colaboración con otros autores), *Guía de adaptación del Planeamiento al Cambio Climático* (en colaboración con otros autores).

José Joaquín Parra Bañón es Doctor Arquitecto. Catedrático de la Universidad de Sevilla. Docente en el Departamento de Expresión Gráfica Arquitectónica, del que es en la actualidad Director, en la ETSA de Sevilla. Ha impartido clases en la Universidad del Bío-Bío y en la Pontificia Universidad Católica, Chile [2015]; Università C'a Foscari, Venezia, Italia [2014]; Brown University, Providence, y Wellesley Collage, Wellesley, EEUU [2008]. Director de ACCA: *Analysis and Contemporary Communication of Architecture*. Autor de los ensayos: *Arquitecturas terminales. Teoría y práctica de la destrucción* [Sevilla, 2009]; *Bárbara arquitectura bárbara, virgen y mártir* [Cádiz, 2007]. *Pensamento arquitectónico na obra de José Saramago* [Lisboa, 2004], etc. Autor en 2016 de: "Arquitecturas frankenstein" [REIA, Madrid]; "La palabra como material de construcción en La obra de Kafka" [ZARCH, Zaragoza]; "Principios arquitectónicos de Manuel Gomes da Costa" y "Manuel Gomes da Costa. Cuatro casas de sección trapezoidal" [ACCA 015, Sevilla]; "Breuer en Gomes da Costa. Correspondencias lingüísticas" [ACCA 016, Sevilla]; "Hacia la construcción de la imagen del arquitecto: modernos en traje de baño" [Abada, Madrid].

José Ribeiro é Arqueólogo licenciado pela Universidade do Minho e mestrando na mesma Universidade. Integra a equipa de Investigação dos projetos "Evolução arquitectónica, organização do espaço, cultura material e contexto paleoambiental da estação arqueológica do Crastoeiro – Mondim de Basto (Norte de Portugal)". Participação no projecto de investigação "Estudo e Valorização do Castelo dos Mouros, Vilarinho de Galegos – Mogadouro (Norte de Portugal) - Estudo, registo, interpretação e enquadramento cronológico das materialidades arqueológicas e arquitetónicas do povoado. Enquanto Técnico do Gabinete de Arqueologia da Câmara Municipal de Felgueiras, integra a equipa de investigação da "Villa Romana de Sendim".

Josélia Godoy Portugal é Arquiteta e Urbanista pela Universidade Federal de Viçosa, Brasil (2004) e professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da mesma universidade desde 2008. Mestra e doutoranda em Gestão Sostenible de la Tierra y del Territorio pela Universidade de Santiago de Compostela, Espanha (2014-). Atua, tanto na docência como na pesquisa, nas áreas de História da arquitetura e do urbanismo em interface com as discussões sobre Patrimônio Cultural. As pesquisas mais recentes tem sido sobre Paisagens Culturais, Territórios Históricos e Redes Urbanas históricas.

Juan Frontera Peña es Arquitecto y doctorando. Durante la carrera he vivido con preocupación cómo la crisis de 2008 afectaba al sector de la arquitectura, pero también sentía esperanza por como una nueva forma de hacer ciudad podría surgir como remedio y alternativa para un nuevo tiempo, su ilusión por participar de ese cambio fue su motivación para estudiar el doctorado en la rama de urbanismo. Hay realizado prácticas en mi ciudad, Valencia, para la administración local, en Londres en un estudio de arquitectura, y así como varias colaboraciones con el estudio El Fabricante de Esferas.

Lucila Urda es arquitecto por la ETSAM de la UPM desde el año 1998. Es doctora con calificación de Sobresaliente CUM LAUDE desde Mayo de 2015. La tesis se tituló "El espacio público como marco de expresión artística" En ella describe conceptualmente una forma novedosa de arte que puede ser un motor de procesos participativos urbanos directos y decisorios.

Es experta en materia de paisaje urbano, participación y espacio público. En materia de docencia lleva desempeñando un cargo de profesor asociado desde 2006 hasta 2017 en el Departamento de Urbanismo y Ordenación del territorio de la Escuela Técnica Superior de Arquitectura de Madrid, de forma ininterrumpida.

Luís Alberto Brandão concluiu o Bacharelato em Produção Agrícola (1986) na ESAC. Licenciou-se em Organização e Gestão de Recursos Rurais (1999), no IPVC-ESA. Pós Graduou-se em Desenvolvimento e Implementação de Metodologias de Participação Pública: o caso prático das Agendas 21 Locais (2008), na AESBUC/Universidade Católica do Porto, tendo concluído, nesse ano, o Mestrado em Desenvolvimento Local: territórios, sociedade e cidadania, na UTAD. Iniciou a atividade profissional como docente do 2 e 3 ciclo, tendo passado para funções técnicas no âmbito da coordenação, elaboração e execução de projetos de emparcelamento e, posteriormente, como técnico de infra-estruturas (regadios tradicionais e caminhos agrícolas) nos Programas AGRIS e PRODER.

Atualmente é Técnico Superior da Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte onde exerce as funções na área do ordenamento do território.

Paralelamente à atividade profissional desenvolve atividade como dirigente associativo em diversas associações e federações de Bombeiros, Florestais, IPSS e de Desenvolvimento Local.

Luís Ribeiro é Sócio Fundador e Coordenador de projetos na **Topiaris**, gabinete de arquitectura paisagista sediado em Lisboa e que integra profissionais de arquitectura paisagista e planeamento. Sob a sua coordenação, a empresa Topiaris tem recebido diversos prémios, destacando-se Archmarathon 2015, WAN award landscape 2016, e America Architecture Prize 2016. Professor na Universidade de Lisboa (UL) desde 1999 foi duas vezes Director do Departamento de Arquitectura Paisagista e membro do Conselho de escola do Instituto Superior de Agronomia (ISA). Diretor do curso de doutoramento em Arquitectura Paisagista no ISA/UL. Arquitecto Paisagista, licenciado pelo ISA/UL, e doutorado em Planeamento Regional pela Universidade de Massachusetts, Amherst, USA (1997), bolseiro da Fundação Luso-Americana. É orador em conferências e convidado em diversas universidades: University of Massachusetts, Universidad de Santiago de Compostela, Czech University of Life Sciences, Università degli Studi di Milano, Università degli Studi di Genoa, Southeast China University, North China University and Beijing Forestry University.

Luisa Alarcón Gonzales es Profesor Asociado de Proyectos Arquitectónicos desde 2009. Escuela Técnica Superior de Arquitectura. Universidad de Sevilla. Arquitecta desde 1992 y doctora arquitecta desde 2015.

Marco Oliveira Borges é licenciado em História, pós-graduado em História dos Descobrimentos e da Expansão e mestre em História Marítima pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, tendo desenvolvido uma tese intitulada *O porto de Cascais durante a Expansão Quatrocentista. Apoio à navegação e defesa costeira*. É bolseiro de doutoramento pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia (SFRH/BD/52282/2013), estando a desenvolver uma tese no âmbito do Programa Inter-Universitário de Doutoramento em História (PIUDHist), Mudança e Continuidade num Mundo Global, relacionada com o trajeto final da carreira da Índia na torna-viagem (1500-1640).

É investigador associado do Centro de História e do Centro de Estudos Geográficos da Universidade de Lisboa, membro correspondente da Academia de Marinha e membro da International Network_Small Cities in Time (In_Scit). A sua investigação principal incide nas temáticas relativas aos Descobrimentos e à Expansão Europeia dos séculos XV-XVII. Tem-se dedicado igualmente ao estudo da história marítima dos concelhos de Mafra, Sintra e Cascais entre a Antiguidade e a Idade Moderna, bem como ao estudo da defesa costeira no distrito (*kura*) de Lisboa durante o Período Islâmico. Destacando as paisagens culturais marítimas, no seu trabalho sobressai uma metodologia interdisciplinar com forte recurso à geografia, à arqueologia costeira e subaquática. Os resultados das suas investigações têm sido apresentados em encontros científicos de âmbito nacional e internacional, bem como em diversos artigos

Margareth Afeche Pimenta é Coordenadora do Núcleo de Pesquisa em História, Cultura e Desenho da Cidade, Cidadhis_Ufsc_CNPq. Arquiteta e Urbanista. Mestre em Planejamento Urbano e Regional pela COPPE-UFRJ. Doutora em Geografia pela Universidade de Paris IV-Sorbonne. Pós-Doutorado na Universidade de La Rochelle/França. Professora Titular da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Possui diversos trabalhos publicados na área de planejamento urbano, patrimônio e paisagens. Coordenou o Projeto Patrimônio Vivo de Revitalização do Centro Histórico de Florianópolis/SC, assim como pesquisa do IPHAN Mestres Artífices de Santa Catarina, sobre patrimônio imaterial das técnicas construtivas tradicionais. Em relação às cidades, a dinâmica sócio-espacial das áreas urbanas catarinenses, as áreas das ocupações de baixa renda e os planos diretores foram objeto de pesquisas publicadas. Mais recentemente, os capítulos de livros e artigos dedicam-se mais diretamente às paisagens, patrimoniais e culturais. Arquiteta e Urbanista. Coordenadora do Núcleo Cidadhis_UFSC_CNPq.

Maria da Graça Saraiva é Arquiteta Paisagista e Engenheira Agrônoma pelo ISA, Mestrado em Planejamento Regional e Urbano (UTL) e Doutorado em Arquitetura Paisagista (ISA). Professora Associada aposentada da Faculdade de Arquitetura (FA) da UL e Investigadora do Centro de Investigação em Arquitetura, Urbanismo e Design (CIAUD) da FA/UL. Desenvolve investigação sobre paisagem, recursos naturais e culturais, e prepara atualmente a implementação de um observatório da paisagem.

Mario Benjamim é Arquiteto e Mestre em Teoria e História da Arquitetura pelo Departamento de Arquitetura da Universidade Lusíada de Lisboa, com uma dissertação sobre o jardim barroco do Paço Episcopal de Castelo Branco. Inicia atividade profissional em 1992, e desenvolve correntemente tese no âmbito da 1ª edição do Programa de Doutorado em Arquitetura da Universidade de Évora, sob a orientação da Prof.^a Aurora Carapinha, Prof.^o Jorge Rivera, (Universidade de Évora) e Dr. Martinho Baptista (Fundação Foz Côa). Tem participado em diversos congressos, colóquios e seminários em Portugal e no estrangeiro, é autor e coautor de várias comunicações e publicações.

Melisa Pesoa é Arquitecta (Universidad Nacional de La Plata, Argentina) y Doctora en Urbanismo (Universitat Politècnica de Catalunya). Es docente e investigadora en el Departamento de Urbanismo y Ordenación del Territorio, dentro del Grup de Recerca en Urbanisme (GRU). Es co-editora de la revista QRU (Quaderns de Recerca en Urbanisme) e ID (Identidades) y co-organizadora del Seminario Internacional de Investigación en Urbanismo. Es docente en Urbanística V y VI en la ETSAB y en el Master en Urbanismo (UPC) y ha participado como docente en diferentes workshops internacionales.

Miguel Ángel Sánchez-Sánchez es Profesor Asociado de la Universidad de Murcia en el Departamento de Geografía. Funcionario de carrera en la Consejería de Agua, Agricultura y Medio Ambiente de la Región de Murcia. Licenciado en Geografía en 2008 por la Universidad de Murcia. Diploma de Estudios Avanzados (DEA) en 2009 por la UNED. Máster Universitario en Métodos y Técnicas Avanzadas de Investigación Histórica, Artística y Geográfica, en el itinerario de Geografía en 2011 por la UNED. Tesis de Licenciatura en 2014 por la Universidad de Murcia. Artículos revistas de investigación: 1. Los paisajes de las salinas de San Pedro del Pinatar (Murcia, SE España). 2. Evaluación de los recursos con valor turístico en el municipio de Alcantarilla (Región de Murcia): ruta Qantarat Asqaba-Ramón y Cajal. Participación diversos congresos con diversas comunicaciones: 1. Criterios paisajísticos para la gestión forestal. El caso del parque regional de Carraschoy y El Valle (Región de Murcia). 2. Turismo rural en el Valle de Ricote (Sureste de España). Desruralización, desagrariación y pérdida de identidad; 3. Análisis y valoración del tratamiento del paisaje

(recurso natural) en las políticas de ordenación del territorio. El caso del Valle de Ricote (Región de Murcia). 4. Paisaje patrimonial y turismo: paraje natural municipal La Pilarica-Sierra de Callosa (Callosa de Segura, Alicante).

Pascal de Moura Pereira é Geógrafo licenciado pela Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, em 2004; Pós graduado em Turismo e Ordenamento do Território, pela Universidade Fernando Pessoa (2006); especialização em Desenvolvimento Sustentável e Agenda 21 Local, ESB/Universidade Católica do Porto (2008). Desenvolve, desde 2008, atividade profissional na empresa Leiras do Carvalhal, Lda, coordenando projetos de Avaliação Ambiental Estratégica e Estudos de Impacte Ambiental. Integra a equipa de projeto na área do ordenamento do território e da paisagem.

Susana Peixoto é licenciada em Planeamento Regional e Urbano, pela Universidade de Aveiro (2003) e especializada em desenvolvimento sustentável pela Universidade Católica do Porto (2007).

Desde a conclusão da sua licenciatura desenvolve atividade profissional no setor privado, colaborando com diversas empresas no âmbito do ordenamento do território. Colabora ainda com as organizações não-governamentais internacionais CIVILSCAPE e com a cooperativa portuguesa Evolving Landscape, Crl.

